

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

JOSÉ CARLOS FERNANDES

O LEITOR E A CIDADE

Caminhos e descaminhos da leitura e da literatura entre pessoas
com baixa exposição à escola

CURITIBA 2012

JOSÉ CARLOS FERNANDES

O LEITOR E A CIDADE

Caminhos e descaminhos da leitura e da literatura entre pessoas
Com baixa exposição à escola

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos literários da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de doutor.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marta Morais da Costa

CURITIBA

2012

Dedico este trabalho a minha mãe,
Maria Judite, de quem a escola foi tirada tão cedo. Obrigado por nos dar as memórias da “senhora professora”, de sua infância em Portugal – dela você aprendeu a letra bonita; por contar da enérgica dona Leonor; e de dona Dulce, a quem você tanto amou e fala como se a tivesse visto ontem. Agradeço por nos contar das duas crianças que cantaram “Ita no Norte”, na hora do recreio, fazendo daqueles dias uma lembrança luminosa.

Ao meu pai, José, que pouco fala dos três, quatro anos passados na escola. Prefere é falar do que lê nos jornais todos os dias.

Ao advogado e jornalista Francisco Cunha Pereira Filho [*in memoriam*] por ter dado de presente aos meus pais os três primeiros livros que tivemos em casa. Fizeram toda a diferença.

Aos leitores Eloir, Devanir, Aldo, Anderson, José, Sira, Fabiana, João, Mirco, Terezinha, Rosane e Laurinda, por abrirem nesta tese sua intimidade com os livros.

AGRADECIMENTOS

A **minha orientadora**, Marta Morais da Costa, pela inteligência, integridade, firmeza, generosidade e sensibilidade. Obrigado por ter me falado da leitura como tema, iniciando esse trajeto.

A propósito, em 15 de outubro de 2005, Dia do Professor, Marta disse algo assim: “O que há de melhor em mim está numa sala de aula”.

Tenho certeza disso desde aquele fevereiro de 1995, quando nos conhecemos, numa sala de aula, para falar de Mário de Andrade. Foi um dia para não esquecer.

Aos meus irmãos Cecília, Clarice, Rodrigo. Aos sobrinhos Pedro, Júlia e Dora.

Ao amigo Aldemar Balbino da Costa, que me ajudou com sua psicologia a administrar a culpa pelos atrasos e a ansiedade. Ao Oscar Röcker Netto, mesmo achando que não fez nada. Às amigas Marleth Silva, Aline Peres, Celina Alvetti, Queila Regina de Souza, Joanita Ramos, Kátia Brembatti, Michelle Müller, Rosemeire Odahara, Vergínia Zanini – vocês são ótimas.

A Ellen Micoanski, pelas revisões e pelo carinho.

Aos meus companheiros de jornalismo na *Gazeta do Povo*, por terem arcado com as minhas ausências tantas vezes, crentes no valor da pesquisa: Maria Sandra Gonçalves, Andréa Moraes, Guido Orgis, Audrey Possebom, Kamila Mendes, Daniela Neves.

“Meu contrato com o leitor é o de sorrir junto.
Quero que o leitor seja capaz de sorrir, às vezes por meio das lágrimas.
A comédia e a tragédia são duas janelas através das quais vemos a mesma
paisagem. [...] O quintal das nossas vidas.
Há mais verdade no quintal do que no jardim da frente. [...]
Sempre tento imaginar o outro: ‘E se eu fosse o outro?’, e isso inclui o inimigo.
Para mim, imaginar o outro é uma forma de vida. [...]
Sim. Imaginar o outro é um dos remédios para o fanatismo.
Os fanáticos nunca imaginam o outro.”

Amós Oz, escritor, *Folha de S. Paulo*, 4 de julho de 2007.

“Os livros não mudam o mundo. Quem
muda o mundo são as pessoas. Os livros
só mudam as pessoas.”

Caio Graco Prado

RESUMO

A tese de doutoramento “O leitor e a cidade”, desenvolvida no campo dos Estudos Literários”, investiga as práticas de leitura de 12 pessoas com baixa exposição ao letramento escolar e as relações de cada uma delas com a urbe e com a própria memória escolar, relação que, em hipótese, resulta na ressignificação do território, aproximando-o do conceito de “lugar”. Os 12 moram e trabalham em Curitiba e região metropolitana e são, em sua maioria, pertencentes ao que se convencionou chamar, nos anos 2000, de “nova classe média” (classe C). O objetivo da pesquisa é levantar dados e reunir fontes sobre o que aqui se convencionou chamar de “leitores de exceção”, posto que, de acordo com as estatísticas, são poucos os leitores contumazes entre aqueles que frequentaram o sistema de ensino por menos de 12 anos. Usou-se para o desenvolvimento deste trabalho as seguintes instâncias de pesquisa: a observação participante, a entrevista em profundidade e laboratórios junto a grupos de potenciais leitores em seus territórios específicos – a dizer: ocupações irregulares, educandários, bairros populares. Observou-se, igualmente, iniciativas em prol do livro e da leitura desenvolvidas em escolas e fora dela, como condomínios, favelas e espaços comerciais, de modo a tornar mais precisas as implicações entre ler e participar das rotinas da cidade. Deram embasamento teórico à pesquisa autores que estudam a recepção, teóricos da leitura, sociólogos que estudaram identidade e vida urbana, assim como levantamentos que informam sobre as relações de consumo, educação e práticas culturais. Entre as conclusões figura a de que são pouco conhecidas as práticas de leitura dos leitores com baixa escolaridade, embora façam parte de uma tradição de público tanto no Brasil quanto em Portugal, com registros já no século XIX. E de que essas práticas podem ajudar na formulação de programas de leitura capazes de atingir a grande massa de brasileiros que se evade da educação formal, mas que deseja dar continuidade a sua vida de leitor e de leitor participante das dinâmicas da cidade.

Palavras-chave: Leitura. Cidade. Culturas urbanas. Letramento literário.

ABSTRACT

The doctorate thesis “The reader and the city”, developed in the field of the Literary Studies, investigates the reading practices of 12 people with little exposition to academic literacy and their relations with the urban environment and with their own academic memory, a relationship that hypothetically, results in the resignification of territory, nearing it to the concept of “place”. The 12 people live and work either in Curitiba or in its metropolitan area and are, in their majority, part of what has been called since the 2000s the “new middle class” (Class C). The goal of the research is to gather data and sources about what here is called “exception readers”, given that, according to statistics, there are usually few obstinate readers amongst those that attended the education system for less than 12 years. The following instances were used to develop this work: participant observation, the in-depth interview and laboratories with groups of potential readers in their specific territories – i.e.: irregular occupations, schools for teenagers in conflict with the law, low-income neighborhoods. Pro-book and reading initiatives developed both inside and outside schools, in places such as condominiums, favelas and commercial areas, were equally observed so that the implications between reading and participating on the city’s daily routines would be more accurate. Authors that study reception, reading theorists, sociologists that study urban life and identity, as well as data regarding consumer relations, education and cultural practices gave theoretical foundation to the research. Among the conclusions stands out the fact that the reading practices of readers with little schooling are not well known, although they are part of an audience tradition in Brazil as well as in Portugal, with records dating from the 19th century. And these practices can help the formulation of reading programs able to reach large masses of Brazilians who evade formal education, though there is still desire to continue a life as a reader and to be a participating reader of the city’s dynamics.

Keywords: Reading. City. Urban Cultures. Literacy literary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reprodução da crônica “A poesia presa no elástico”	344
Figura 2 – Reprodução da crônica "Uma corrida ao Rio Jordão"	344
Figura 3 – Reprodução da crônica "O guarda se chama Angelo Matiero.....	344
Figura 4 – Reprodução da crônica "As razões de Leonardo"	344

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CBL – Câmara Brasileira do Livro
Cense – Centro de Socioeducação
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ed. – Edição
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Embap – Escola de Música e Belas Artes do Paraná
FCC – Fundação Cultural de Curitiba
Febem – Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
Fica – Ficha de Comunicação do Aluno Ausente
Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb – Índice de Desenvolvimento para a Educação Básica
IDJ – Índice de Desenvolvimento Juvenil
Iddhea – Instituto de Defesa dos Direitos Humanos
Inaf – Índice Nacional de Alfabetismo Funcional
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPL – Instituto Pró-Livro
Ippuc – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
ISBN – *International Standard Book Number*
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
p. – Página
PELL – Planos Estaduais de Leitura
Pisa - Programme for International Student Assessment
Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ProUni – Programa Universidade para Todos
Ritla – Rede de Informação Tecnológica Latino Americana
Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
Snel – Sindicato Nacional dos Editores de Livros
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Unesco - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
Unicef - The United Nations Children's Fund
Urbs – Secretaria Municipal de Urbanização
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A CIDADE	27
1.1. O <i>FLÂNEUR</i>	30
1.2. JOÃO DO RIO E LOBATO.....	39
1.2.1. A crônica	48
1.3. A ESCOLA DE CHICAGO.....	51
1.4. A CIDADE DE JACOBS E TALESE.....	57
1.5. A CIDADE ESPETÁCULO.....	64
1.5.1. O direito à cidade	72
1.5.2. Cidades em transe	74
1.5.3. Caso Colômbia	79
1.5.4. Cultura versus violência	82
1.5.5. Violência e palavra	83
1.6. O LEITOR NA CIDADE POSSÍVEL.....	90
2. A LEITURA	98
2.1. UMA HISTÓRIA DE CENSURA.....	105
2.1.1 Em papel jornal	106
2.1.2 Sedução e proibição	108
2.1.3 Relação cíclica	114
2.2. LEITURA, UMA PRÁTICA DIFÍCIL.....	119
2.3. UM RETRATO DA LEITURA.....	140
2.4. O PONTO EM QUE ESTAMOS. DIAGNÓSTICOS.....	151
2.4.1. O caso paranaense	155
2.5. A LEITURA ALÉM DA ESCOLA.....	156
2.6. LEITURAS EM TRÂNSITO.....	162
3. O LEITOR	174
3.1 A NOVA ORDEM DA CULTURA.....	174
3.2 LEITOR À BRASILEIRA.....	183
3.3 EM BUSCA DO LEITOR.....	190

3.3.1 Os liberais	194
3.3.2 Os céticos	196
3.3.3 Os ingênuos	198
3.3.4 Os leitores da classe C	199
3.4 O LEITOR DE BAIXA INSTRUÇÃO FORMAL.....	202
3.4.1 Cidade kafkiana	202
3.4.2 Memória	207
3.5 INVENTÁRIO DE UM PERCURSO.....	216
3.5.1 Experiências de leitura e comunidade em Curitiba e região metropolitana	218
3.5.1.1 Comunidade Escola.....	218
3.5.1.2 Comunidade Beato Sarnelli.....	220
3.5.1.3 Penitenciária Central do Estado.....	223
3.5.1.4 Educandário São Francisco.....	227
3.5.1.5 Biblioteca Vila das Torres.....	229
3.5.1.6 Outros territórios de leitura.....	231
3.5.2 Experiências de território	234
3.5.2.1 Vila das Torres.....	235
3.5.2.2 Vila Parolin.....	237
3.5.2.3 Sociedade Barracão.....	238
3.5.2.4 Vila Pantanal.....	240
3.5.2.5 Vila Nossa Senhora da Luz.....	241
3.6 O LEITOR E A CIDADE.....	244
3.6.1 Um gênero para o leitor	246
3.6.2 Crônicas sobre leitores, cidade e ativismo cultural	250
3.6.2.1 Escritores e leitores com baixa exposição à escola.....	250
3.6.2.2 Atores e intervenções urbanas.....	253
3.6.2.3 Experiências de leitura na cidade.....	257
3.6.2.4 Experiências de leitura na escola.....	258
3.6.2.5 Ativistas e personalidades da leitura na cidade.....	262
3.6.2.6 Experiências urbanas.....	265

4. MEMÓRIAS DE LEITORES	268
4.1 MEMÓRIA FAMILIAR.....	273
4.2 MEMÓRIA DO LEITOR.....	277
4.3 MEMÓRIA ESCOLAR DOS LEITORES.....	283
4.4 PRÁTICAS DE LEITURA.....	287
4.5 PRÁTICAS URBANAS.....	290
4.6 DOZE LEITORES, UMA ANÁLISE.....	293
CONSIDERAÇÕES FINAIS	306
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	309
ANEXOS	
A - CRÔNICAS	345
B - ROTEIRO	418
C- ENTREVISTAS	419

INTRODUÇÃO

Um dos itens da pesquisa *Retrato da Leitura no Brasil*¹, publicada pelo Instituto Pró-Livro, em 2012, oferece um dado intrigante: 87% dos entrevistados não-leitores – assim chamados aqueles que não leram um livro inteiro ou em partes nos três meses anteriores ao levantamento – nunca receberam um livro de presente. A informação aponta para um fato significativo: ser ou não ser leitor, depende – obviamente – da eficiência das políticas educacionais, do estímulo familiar, do ambiente cultural e do esforço próprio. Mas também de acasos, como o de ter, um dia, se deparado com alguém que lhe presenteasse com um livro, atribuindo um grau de importância a esse objeto. Um livro é um presente, que pode dar por iniciada uma vida de leitor.

A determinação das “coisas simples da vida” no destino dos leitores é reiterada em outros pontos de *Retratos de leitura da Leitura no Brasil*. A pesquisa mostra, por exemplo, que mães e professoras, a depender do grau e influência que exercerem sobre as crianças e adolescentes, podem ajudar na definição de quem vai ou não se tornar leitor na vida adulta. Um dado: 63% dos não leitores nunca viram a mãe lendo; 68% desses mesmos não leitores nunca viram o pai lendo. Numa abordagem ligeira dessa informação se pode dizer, à moda antiga, que “os exemplos arrastam”, inclusive para a leitura, reiterando a importância das práticas cotidianas e do afeto no avanço do conhecimento.

Apontar que o desenvolvimento da leitura depende, em parte, de atitudes rotineiras não é o único mérito do estudo do Pró-Livro. Dado a dado, *Retratos da Leitura no Brasil* perfila não só o leitor, como o não leitor, essa figura achatada pelo senso comum. Tanto o leitor quanto o não leitor seriam indivíduos que tiveram melhor ou pior desempenho na escola, sendo o boletim o fiel da balança. Mas é recomendável desconfiar dessa premissa repetida à exaustão numa sociedade que colocou nas costas da escola a total responsabilidade pela leitura, isentando da tarefa as famílias, empresas, igrejas e demais organizações sociais e comunitárias.

O leitor é de fato mais visível do que o não leitor. O leitor se pronuncia. Suas razões são ouvidas e valorizadas. O sistema educacional e editorial está organizado em

¹ A edição 2008 da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* cobre 92,3% da população brasileira, somando 5.012 entrevistas domiciliares. A edição 2012 segue o mesmo padrão e atingiu 93% da população, sendo 51% da Classe C; 24% da Classe DE; 23% da Classe B; 2% da Classe A. O documento está disponível no site www.prolivro.org.

torno dele, mesmo sendo uma espécie de minoria desejável, um ideal a ser alcançado, praticamente um devir num país que persegue há mais de dois séculos a consolidação de uma sociedade leitora.

Retratos da Leitura no Brasil vai na contramão dessa tendência algo mitificada do leitor ao retratar também aqueles que não leem, reconhecendo, nas entrelinhas, que os que não se apegaram aos livros podem oferecer informações importantes para a compreensão do universo da leitura. Afinal, sobre eles paira uma equação das mais difíceis de resolver. Por que tantos brasileiros – de acordo com a pesquisa – não praticam a leitura depois de até 12 anos de exposição ao universo escolar? É tempo bastante. A escola não os seduziu para esse ofício? A resposta, se dada, poderia ser uma reviravolta nos programas e nas práticas empregadas em sala de aula e fora dela.

Pois já são horas. Na pesquisa anterior, o não leitor representa nada menos do que 48% de todo o estudo do Pró-Livro e equivale a 77 milhões de brasileiros. (AMORIM, 2008, p. 27) Na aferição atual, o número salta para 50%, algo como 88 milhões de pessoas. É um dado estarrecedor numa nação de aproximados 190 milhões de habitantes, restando se perguntar como se pode tolerar tamanha passividade diante de exército tão numeroso, sabendo que não há país que conheça o desenvolvimento ostentando índices dessa monta.

A pesquisa informa que um total de 19% desses não leitores são analfabetos ou não passaram por educação formal; outros 30% têm até a 4.^a série – logo, não definiram suas práticas de leitura. Acima de tudo, o estudo deixa antever que os não leitores são adultos, evadidos da escola, e, como já se afirmou, uma massa que não pode ser desprezada. Não é o que acontece.

Os não leitores adultos se encontram fora do sistema educacional e esse é um duplo problema. Voltam de forma sôfrega e instável aos bancos escolares – via educação de jovens e adultos, quase sempre sem sucesso, como mostram estudos da Rede de Informação Tecnológica Latino Americana, a Ritla². Faltam-lhe atalhos e estímulos. No país que delegou, sem reservas, às instituições de ensino a responsabilidade pela formação dos leitores, quem se perdeu das letras não encontra muitos mecanismos para reverter sua história, embora seja latente que muitos o desejem.

² Relatório da Ritla de 2007 sobre Índice de Desenvolvimento Juvenil, o IDJ, aponta que o jovem brasileiro evadido da escola tenta voltar ao sistema educacional até seis vezes.

Não é difícil imaginar que nessas safras de brasileiros às turras com o ensino, boa parte vivencie a leitura como tabu, um recalque difícil de ser vencido, pois ler implica a superação dos embates técnicos da palavra e a superação da crença de que para se tornar leitor é preciso voltar aos bancos escolares, dos quais os não leitores nem sempre guardam boas lembranças ou para os quais se sentem envelhecidos. “Como hão de se virar com a matemática?”, é o que se perguntam.

Há entre eles, contudo, os que se decidiram pelo livro e pela leitura, à revelia dos boletins tingidos de vermelho no passado, do descompasso idade/série, da frustração da repetência e do abandono da escola, da falta de modelos de vida escolar em casa e no trabalho. Contra todas as evidências, tornaram-se leitores. Embora os anos passados na escola lhe sejam poucos e sofríveis, são capazes de fazer “leituras criadoras” (BOURDIEU, 1996, p. 15).

São notáveis as ficções escritas e filmadas sobre o desatino que acompanha os analfabetos e os “sem leitura”. É exemplo o livro *O leitor*, de Bernhard Schlink, transformado em filme homônimo, em 2009, com direção de Stephen Daldry. A obra faz da impossibilidade da leitura – e de como ela permite ver os fatos – uma metáfora da própria Alemanha Nazista, induzida à tragédia do Holocausto. A cena da iletrada que chora ao ouvir um trecho da *Odisseia* é uma das mais belas.

No cinema brasileiro, vale citar o tocante *Narradores de Javé* (Brasil, 2003), de Eliane Caffé, sobre um grupo de homens estropiados em busca de uma história oral capaz de impedir que o município onde vivem seja dizimado pelas águas de uma barragem. Como não têm patrimônio arquitetônico nem grandeza no campo do saber, eles se dão por vencidos e assistem ao desaparecimento da cidade, mas não sem antes deixar registrado com a voz o livro da própria insignificância. Mais – como esquecer as cartas nunca enviadas escritas pela professora Dora, em *Central do Brasil* (Brasil, 1998), de Walter Salles Júnior?

A orfandade educacional e cultural não é, contudo, um problema a permanecer apenas na ficção, ainda que ela possa ajudar a compreendê-la melhor. É questão que pulsa e clama estar na ordem do dia. Os não leitores se dão a conhecer, como acontece em *Retratos da Leitura no Brasil*. A amostragem do Pró-Livro indica que os não leitores são jovens e jovens adultos, logo podem mudar o rumo de suas vidas: 12% dos não leitores têm de 18 a 24 anos; 10% de 25 a 29 anos; 17% de 30 a 39 anos; outros 17% de 40 a 49 anos. Mostra também que estão sob pressão.

Além da escolarização difícil, têm em comum o baixo poder aquisitivo e, por extensão, a necessidade de atender a imperativos imediatos que não a leitura, fatalmente colocada como questão secundária. Vivem a perigo. Caso a lida com os livros tenha sido uma experiência mal sucedida no tempo de formação, torna-se um agravante. As chances de uma reviravolta nas práticas de leitura se reduzem a uma nulidade estatística, consolidando uma espécie de “não leitor crônico”, que dá a leitura como parte do tempo perdido.

Os problemas dessa parcela de brasileiros com a leitura, acrescente-se, podem ser quase elementares. De volta à pesquisa: para uma boa parcela da população, ler é uma experiência fisicamente desconfortável, situação que provém, é provável, da experiência de ser também desagradável, dadas as dificuldades que a leitura impõem: 19% dos entrevistados do Pró-Livro afirmam que leem devagar; 8% não compreendem o que leem; 20% não têm paciência para ler; 12% alegam falta de concentração (RETRATOS, 2012, p. 110).

Retratos da Leitura no Brasil mostra, por exemplo, que para 71% dos entrevistados a biblioteca é um lugar para estudar, para pesquisar (61%) ou um espaço destinado a estudantes (28%). Cerca de 55% dos usuários são estudantes, sendo que 55% desse total têm de 5 a 17 anos. No universo da pesquisa, 66% dos consultados leem livros didáticos, sobrando pouco para leituras de ocasião, ou seja, escolhas livres, não necessariamente focadas em provas ou trabalhos.

A exceção são os universitários, provocados a permanecer em roda dos livros graças às exigências primeiro da academia e depois do mercado de trabalho, que pede do colaborador conhecer pelo menos o grande romance do ano e o filme da estação (MACHADO in LINDOSO, 2004, p. 12). Em miúdos, a leitura tende a perder ritmo entre os adultos, configurando um dos problemas de letramento³ mais difusos da cultura brasileira.

A pesquisa fornece munição pesada para afirmar que a leitura no Brasil é rarefeita: 71% dos adultos não vão às bibliotecas. Por que iriam? Eis uma tragédia tão brasileira quanto a violência, a drogadição e a miséria. Porém, há 29% de adultos que ainda procuram os livros. Pode-se afirmar, com relativa segurança, que nesse grupo estão os que tiveram uma experiência gratificante com a leitura, os que estudaram mais,

³ Entende-se “letramento” como um termo polissêmico, podendo ser definido como domínio instrumental da escrita, alfabetização, no contexto da escolaridade e da cultura oral. (PAULINO E COSSON in ZILBERMAN; RÖSING, 2009, p. 23) Ter letramento é usar a tecnologia da alfabetização para desenvolver competências e práticas sociais envolvendo a língua escrita (COSTA, M., 2009, p. 76).

os que se formaram, aqueles que estão debaixo das exigências profissionais, acenando os acertos da escola mesmo entre os que cedo se apartaram dela.

Os que permanecem na leitura aqui serão chamados de “exceção estatística” ou “leitores à margem da escola”, representantes de uma pequena parcela que se dispersou do sistema de ensino, mas não dos livros, com os quais tiveram uma experiência definitiva, a rigor, nos anos da infância. O que eles dizem sobre sua continuidade numa seara abandonada pela maioria dos seus pares pode abrir uma clareira na discussão sobre leitura no país.

Os leitores de exceção são convictos por tabela: não precisam passar de ano. Não têm prova no fim do mês. São pouco recompensados por serem leitores e nem sequer são cobrados por isso. No meio em que vivem, não raro, são vistos como uma excentricidade, perpetuando o imaginário brasileiro do “esquisito dado aos livros”. Mas como o leitor tende a ser gregário, sempre encontram alguém com quem dividir a experiência das letras.

Certamente, esses leitores de baixa instrução escolar sentem dificuldades mecânicas e intelectuais no processo da leitura. E tendem a repetir padrões: suas escolhas de leitura são pouco hierárquicas e críticas. Falam de Paulo Coelho e de Dostoievski sem distinção. Em contrapartida, leem às vezes com afã, a despeito de se furtarem de outras ofertas sociais, como a vida familiar e a vida noturna. Por algum motivo – em geral muito íntimo – não perderam o livro de vista depois que seus nomes sumiram da lista de chamada. É sobre eles esse trabalho – aqueles que estavam fadados a serem não leitores, mas não o são. São leitores de fato e a seu modo.

Os motivos que os mantiveram entre os leitores parecem ser fáceis de esclarecer: em algum momento, teriam tido uma experiência prazerosa da leitura e atualizaram essa experiência em outros momentos da vida, voltando ao texto ainda que não tenham voltado à escola. Quiçá, passaram por algum programa de leitura, retomando uma prática abandonada na infância; superaram entraves na leitura – como a própria dificuldade de visão e velocidade de decodificação –; engajaram-se na Educação de Jovens e Adultos, a EJA; ou, por que não, foram arrastados pelo exemplo de leitores adultos como eles.

Outra hipótese é a de que a escola lhes foi tirada, por exigência da pobreza, da cultura machista – no caso das mulheres – ou por circunstâncias familiares, como mudança de cidade ou país, casamento, obrigação de participar do orçamento

doméstico. Ler na vida adulta seria uma forma extemporânea de reatar com esse espaço afetivo do passado, retomando o que lhes é de direito.

Essas alternativas todas poderiam ser aferidas numa pesquisa quantitativa, delimitando estatisticamente que situações tendem a trazer de volta à leitura brasileiros com baixa exposição ao ambiente escolar, tirando desse dado munição para programas de resgate de não leitores. Tal levantamento seria de muita valia para as políticas de leitura que não se pretendam ancoradas unicamente na escola. E para as políticas que considerem que muitos leitores não de se formar ou se reabilitar em outros ambientes e circunstâncias, como a comunidade, a família, a igreja ou a empresa, e não unicamente na escola.

O que se busca aqui, no entanto, não é apenas a “razão prática” que move um determinado universo de pessoas, mas uma investigação da memória e do território dos leitores adultos com baixa exposição ao saber escolar. Quer-se saber não só dos estímulos formais que receberam, mas das razões primeiras, formando assim um painel de práticas de leitura dos adultos que formam um grupo minoritário, mas que podem ter a chave de alguns segredos. Eles chegaram à leitura por vias tortas e essas vias servem de modelo para levar outros não leitores a situações semelhantes.

Nessa tese, eles são em 12 – Eloir, Devanir, Aldo, Anderson, José, Sira, Fabiana, João, Mirco, Terezinha, Rosane e Laurinda. Para tornar próximas suas histórias, escolheu-se um caminho próprio – além dos relatos contados em entrevista, fez-se uma investigação dos espaços de leitura, das memórias e da tradição cultural em que se desenvolveram.

A hipótese é de que muitos homens e mulheres com baixa exposição ao saber escolar desafiaram as estatísticas e se tornaram leitores para responder, claro, a impasses pessoais, mas também às demandas urbanas e aos dramas estampados no próprio noticiário. Ler, para eles, seria uma forma de estar na sociedade e de encontrar seu lugar na cidade, local em que precisaram garantir sua existência, rejeitando o anonimato imposto pela condição escolar frágil – comum a todos eles.

Para pinçar informações sobre os fadados a não leitores, mas que não o são, e a cidade que constroem e onde transitam, é preciso ler atentamente o que dizem os livros sobre o assunto – sempre muito pouco –, ouvir os leitores, conhecer seus territórios. Saber de sua frágil participação social, o que pode comprometer sua qualidade de leitura, como revela o Índice Nacional de Analfabetismo Funcional, o Inaf 2001, ao tratar da organização coletiva da população: 43% dos entrevistados dizem não participar

de nenhuma forma de associação. Quanto à participação em igreja ou grupos religiosos, o percentual é de 35%, índice que se mantém mais ou menos constante junto a todos os níveis socioeconômicos e níveis de alfabetismo, bem como entre os analfabetos.” (SERRA in RIBEIRO, 2003, p. 70)

Uma das primeiras pistas sobre esse grupo de leitores vem do Renascimento. Em *Os precursores do Renascimento*, Adolfo Bartoli afirma que foi nas ruas das cidades europeias que borbulhou uma relação inesperada com a cultura e com a leitura. Vinha da escola, mas não se limitava à sala de aula, sugerindo um conhecimento para além do funcional. Bartoli escreve que, no século XII, um “sentimento vago de inquietação” fez com que todas as classes sociais fossem dominadas pelo desejo de viajar. Daí o fanatismo pelas Cruzadas e pelas peregrinações longínquas e perigosas a mundos desconhecidos. Entre os estudantes, surge no desejo de ir de cidade em cidade, expostos às influências da época, às tendências, aos costumes (BARTOLI, 1983, p. 28) e, por que não dizer, ao desejo pela leitura.

No Século das Luzes, escreve Michel de Certeau (2008, v. 1, p. 261), formou-se o mito de que a educação modelaria as nações. O livro, por extensão, teria o poder de reformular o mundo. Esse ideário enciclopedista contribuiu para formar o que McLuhan chamou de “sociedade livresca”, avessa à cultura manuscrita e oral e ao que se parecesse com ela, a exemplo dos popularíssimos televisão e rádio. (McLUHAN in LIMA, L., 2000, p. 153)

Tais crenças encolheram paulatinamente as possibilidades da leitura, que num movimento contínuo vai sendo entendida como um expediente da escola, em particular no Brasil. Com a limitação da leitura, limitou-se o leitor. Mas a história das ideias, a sociologia, os estudos de recepção e o urbanismo se deram conta, a tempo e modo, dessa tensão. Ao pinçar essas impressões dispersas sobre o leitor que lê de maneira livre, encontram-se pistas que podem ajudar a perfilar o leitor com baixa exposição à escola, objeto desta tese.

A “conversa” começa justamente no século XVIII, quando a profusão de jornais e livros constitui a chamada “revolução da leitura”, povoando o mundo de leitores individuais. Eles carregam o livro nas mãos por prazer, e põem em polvorosa de médicos a moralistas, preocupados com tamanho apetite pelos livros. Forma-se ali uma imagem obtusa do leitor. Pode ser ele um desregrado, entregue à lascívia das letras como quem se entrega ao sexo. Um alienado, que prefere a fantasia à realidade. Um solitário em recusa da sociabilidade.

Difícil detê-los. Beneficiados pela iluminação a gás, esses leitores do passado liam e jogavam cartas até tarde. Liam na cama e na relva. Se preciso, liam às escondidas. Queriam falar do que leram, por exibição do lustro cultural ou porque tinham sido tocados pelas letras. (DARNTON, 1996, p. 252)

Os primeiros leitores liam intensivamente, decoravam, e faziam com que os textos chegassem àqueles que não eram propriamente candidatos à leitura, como as mulheres, as crianças e os criados. Teriam sido os primeiros leitores com baixa exposição à escola, alguns deles verdadeiros Menocchios, o moleiro leitor condenado à Inquisição, resgatado por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*. E confirmam o que disse Certeau – o consumo cultural é por si só uma produção cultural (BURKE, 2008, p. 103). Aquele que compra um livro – seja um livro de bolso ou um clássico incontestado – já traz embutido no seu gesto um discurso.

A descrição de Bartolli sobre o Renascimento, entre outras, pode soar alegórica, improvável, mas acena para uma questão cara à leitura – sua associação com o espaço. A propósito, o clichê mais comum é o de que ler é viajar. Mas ninguém volta de uma viagem da mesma maneira. A propósito, onde leem os entrevistados do Pró-Livro? A pergunta lhes foi feita: leem dentro de casa (93% dos entrevistados) – provavelmente à mesa da cozinha, cumprindo tarefas escolares. (RETRATOS, 2012, p. 76)

Para dar corpo à associação entre território e leitura é preciso explorar como é a cidade em que vivem os “leitores de exceção”. Investigar o que ela significa para eles. Pode soar como uma relação tortuosa demais, mas empiricamente há indicativos de que os leitores de baixa escolaridade são estimulados, com perdão ao senso comum, pela “escola da vida”. A rua lhes faz perguntas, cujas respostas procuram, de forma anárquica, nas páginas da literatura, dos jornais e das revistas. Essa imagem soa familiar à literatura.

O percurso dessa investigação está dividido em quatro capítulos: capítulo 1 – **A Cidade**; capítulo 2 – **A Leitura**; capítulo 3 – **O Leitor** e capítulo 4 – **Memória de Leitores**, sendo que nos dois últimos são apresentados, além de parte da revisão bibliográfica, os laboratórios urbanos – como vamos chamar aqui as observações em espaços da cidade onde é possível identificar leitores com baixa exposição à escola e iniciativas de leitura.

No capítulo 1 – **A Cidade** – buscou-se referências na Belle Époque, quando urbe, leitura e escrita formam um conjunto propício para pensar o leitor moderno, particularmente na obra de Baudelaire. Em obras como *Spleen de Paris* ou em *Sobre a*

modernidade o autor apresentou a poética do novo homem das ruas, visível com a revolução urbana promovida pelo barão Haussmann. “A forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal” (LE GOFF, 1988, p. 143), escreveu Baudelaire, ao inaugurar a figura do *flâneur*.

Ao estudar esse momento, o intuito é destacar que o avanço das cidades, no final do século XIX, provoca uma tensão na literatura e na maneira de ler. As respostas que a Belle Époque deu à nova ordem urbana também afetaram o cidadão comum, objeto de observação dos literatos e poetas, destinatários de muito do que foi escrito então. Se há algo que se possa de fato chamar de moderno, é o encontro dos diferentes na igualdade das esquinas da cidade moderna. Maffesoli chama esse encontro de “correspondência baudelairiana”, expressão que traduz uma comunhão mágica do homem com a cidade, gerando uma experiência estética e uma necessidade de partilhar com os outros, dando vida a um fenômeno comunitário, marca da modernidade, o estar junto. (MAFFESOLI, 1997, p. 247)

O “estar junto” é uma das preocupações da pesquisa, posto que se procura saber aqui em que medida os leitores de baixa exposição à escola não fazem da leitura, também, um modo de reatarm seus laços com a cidade, uma forma de sociabilidade, de vida pública e de cidadania. E o *flâneur* é uma boa referência para se pensar os inícios dessa questão: ele é aquele que percebe o sotaque da cidade, marcha com pressa, mas rente ao chão e desconfia do olho que quer ver longe demais. (MONGIN, 2009, p. 62)

Entende-se, contudo, que a Belle Époque, por si, não dá conta da extensão do fenômeno da leitura moderna. A inquietação daqueles tempos vai atingir outros campos que não a literatura, a exemplo da sociologia, que naturalmente vicejou o homem da rua, numa perspectiva menos poética, mas não menos interessante.

Desse modo, destaca-se a literatura acadêmica sobre o cidadão da calçada que vai se formar na Europa e em Chicago, nos EUA, nas primeiras décadas do século XX. A sociologia de então parte do princípio de que o excesso de exteriorização pedido pela vida nas cidades, o consumo de símbolos e as encenações urbanas resultavam justo em o contrário do que proclamava a literatura.

A cidade não garantia a identidade à moda Baudelaire, e podia provocar a perda de interioridade (MONGIN, 2009, p. 61), apagando o “homem na multidão”. A nova sociedade industrial seria a morte do indivíduo. É o que vai suspeitar Georg Simmel, ao desenvolver temas tidos como fúteis, mas de originalidade epistemológica, na contramão das estreitezas do positivismo e das amarras do marxismo. (LEGROS, 2007,

p. 69) “Individualismo e velocidade amortecem o corpo moderno; não permitem que ele se vincule.” (SENNETT, 2010, p. 327) Mas o corpo individual pode recuperar a sensibilidade e reagir. Foi a crença de autores como Georg Simmel e Robert Park.

Soma-se a eles nesta investigação Norbert Elias. Ele vai entender que a cidadão e cidade formam juntos uma estrutura, transformam-se continuamente, afugentando a imagem do homem comum como um autômato e alienado, à mercê dos ditames do mundo do trabalho. (ELIAS, 1994, p. 220, 221) Debaixo da pena de Elias, há inúmeras evidências de que os mecanismos de participação social urbanas são estímulos à fofoca, à rebelião, às mudanças de comportamento, mas também à leitura, por demandar – como qualquer outra atividade social – perguntas, raciocínios e sensibilidades. Elias entende que um homem comum, porém nada indiferente, emerge do contato com o espaço público. (FRÚGOLI, 2007, p. 47, 48)

Parte-se, na sequência, para a convulsiva década de 1960, quando a cidade se firma como um dos temas da modernidade, avalizando as suspeitas de Simmel, de Park e de Elias de que nas ruas se desenha uma realidade interativa, rica e criadora. Como vai afirmar Bourdieu, o leitor surge como um comentador, um hermenêuta. (CHARTIER, 2001, p. 103-104) O homem e a mulher que leem se tornam parte de uma rede de ideias e de possibilidades que passeiam pelas calçadas.

É ali, no passeio, rumo ao trabalho, que se somam a outras redes. Onde se vê uma massa de gente que vai e vem, transita, na verdade, vida e inteligência. A calçada – palco dos *flâneurs* – passa a ser o espaço em que os estranhos, tão temidos por Simmel, se tornam participantes de conexões acidentais, a maioria delas invisíveis, mas sem as quais as cidades não mereceriam esse nome. (JOHNSON, 2003, p. 69)

Os leitores se conectam anonimamente nesses espaços urbanos, formando um minúsculo universo de sentido, anônimo, mas jamais impotente. Para decifrar esse grupo, não vale apenas saber que livro carregam na sacola e o que são capazes de dizer sobre esses títulos, mas investigar por que se movem e por que leem. Tanto quanto leitores, eles são usuários da cidade – o “morador” do qual falava Robert Park –, e extraem do espaço urbano uma gramática, formando nos dizeres de Michel de Certeau (2008, p. 78) uma “retórica da caminhada”. Ela nada tem de escolar, pois isso é passado: “Tem forma urbanística, industrial, comercial ou televisiva” (CERTEAU, 2008, v. 1, p. 261)

Por fim, estuda-se as condicionantes que marcam esse homem urbano, habitante da pós-cidade ou da anticidade, sujeito aos ditames da violência e de cidades que

superam a escala humana. Para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, a “sociedade do medo” mudou a “estrutura dos sentimentos”. Os cidadãos se veem órfãos das grandes narrativas que explicavam o mundo – como o marxismo e a psicanálise – e entraram em seu lugar o pluralismo, a heterogeneidade, os jogos de linguagem, entre outros elementos aos quais só resta responder com nostalgia e desejo de legitimizar a si mesmo. (HARVEY, 2011, p. 19)

O objetivo aqui é explicitar em que medida o medo endêmico, aliado ao individualismo crescente, reduz os vínculos sociais. (BAUMAN, 2006, p. 12, 13.) O cidadão acuado se mostra indiferente aos assuntos da cidade, com a qual passa a manter uma relação utilitária. Em meio ao movimento contínuo, tende a desenvolver uma visão estática do território e da cultura local, deixando de perceber o que se esconde nas camadas. E ainda que perceba, sente-se impotente, pois a cidade não lhe é mais palpável nas distâncias em que vive.

Colaboram nessa visada, autores que se debruçaram sobre o homem da rua em tempos pós-ideologia, anticidade e violência em escala bélica nas esquinas. O antropólogo Massimo Canevacci denomina de *neoflâneur* a figura que propõe – na cidade contemporânea – espaços afetivos e hospitaleiros. O geógrafo Yi-Fu Tuan entende que esse cidadão vive num espaço que perde o significado, pois muda constantemente, mas que clama para ser lido, o que faz, inclusive lendo. Também antropólogo, Marc Augé o vê como alguém que reivindica fazer parte do grande lugar (AUGÉ, 1997, p. 175).

Néstor García Canclini vai nominar essa realidade de “cidade do desconhecimento”, sempre nova, na qual só é possível circular movido por mapas mentais e emocionais, que comportem alguma dose de sentido. Há uma tensão entre o que os espaços urbanos se tornaram e o que cada um – a partir de seus desejos – gostaria que fossem. (CANCLINI in COELHO, 2008b, p. 15.)

Richard Sennett sugere considerar como um desenho urbano as narrativas que o morador faz da cidade onde habita. O cidadão traça cartografias o tempo todo. E podem valer tanto quanto as narrativas feitas pelos romancistas, posto que formam a múltipla e a interculturalidade da cidade. (SENNETT apud CANCLINI in COELHO 2008b, p. 16) É nesses territórios imaginários que muitas pessoas comuns ancoram, na busca de desenvolver sua subjetividade e garantir sua mobilidade – indo para algum lugar. (SENNETT, 2010, p. 13)

No capítulo 2 – **A Leitura** – investiga-se o papel da escola na formação do leitor, em particular na vida brasileira, de modo a destacar como o cidadão de baixa escolaridade ou baixa exposição à escola forma uma “tradição de público” (VELLOSO in OLIVEIRA et al, 2010, p. 80), tradição já com raízes ibéricas, sendo mais exposto à cultura oral do que a cultura letrada. Revistas e jornais, ao longo da segunda metade do século XIX e século XX se ocuparam de falar a essa parcela da população, redundando numa leitura rarefeita. Em paralelo, a formação de leitores cultos, com acesso aos cânones e ao saber formal, foi ficando cada vez mais relegada à escola, como se afirmou no início deste texto.

Desde seus inícios, a leitura no Brasil ficou sob custódia da escola, o que colocou essa prática numa perspectiva didática e não num plano estético (LAJOLO, 2000, p. 45). O texto lido em sala de aula, a rigor, veio condicionado pelo saber universitário, seguindo hierarquias e cânones preestabelecidos, propondo um modelo de aprendizado, inibindo o direito de escolha, contrariando, assim, a ideia iluminista de conhecimento.

Em contrapartida, essa leitura que se desenvolve sob os auspícios da escola tem como característica seu caráter público, em especial nos momentos em que o mercado livreiro ainda é incipiente no país. É marca do Brasil uma determinada sociabilidade em torno do livro (NEVES in ABREU, 1999, p. 378), fazendo com que fosse lido pelas mulheres – quando não tinham acesso às letras – nas cozinhas ou na hora das costuras. Ou nas tavernas, espaço de conversa dos homens. Aquele que lê – ou que fala do que foi lido – é, no imaginário nacional, aquele que venceu os ditames da pobreza e que alcançou mobilidade social. (ALVES, J. in NEVES, 2009, p. 93)

Investiga-se na tese de que modo essa marca, mais ou menos forte, a depender do período histórico e da conformação da escola, vai determinar uma representação da leitura, sobretudo entre os que não tiveram acesso a ela. Há o ler. E há o desejo de ler. Esse paradoxo teria ajudado a conformar uma sociedade letrada de aparências, como todo o mais, o que não impediu, contudo, que continuasse vigorando uma moral em torno da leitura – entendida como corretiva e cívica, incluindo os interiores da escola. (MARTINS in ABREU, 1999, p. 481)

Muitos autores exploraram esses labirintos da formação do leitor no Brasil – e de forma bastante competente. A contribuição desta tese é tentar entender as particularidades do público que gravitou em torno desse projeto e de que maneira as práticas de leitura que puderam desenvolver se refletem nos leitores contemporâneos.

Em busca dessa resposta, como foi explicitado, contribuíram as duas edições recentes da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, 2008 e 2012, do Instituto Pro-Livro, a literatura especializada sobre a formação de público no país, estudos sobre o desenvolvimento de revistas, jornais e do mercado livreiro, mas sobretudo a palavra de potenciais não-leitores que se tornaram leitores.

No capítulo 3 – **O Leitor** – buscou-se perfilar o leitor em meio à indústria do entretenimento e ao lugar algo marginal da cultura no conjunto das prioridades do mundo contemporâneo. Visitou-se pesquisas de mercado que oferecem informações sobre o consumo de leitura e, de modo mais preciso, o que se diz sobre a nova classe média brasileira, por interessar sobremaneira a esse estudo. É nesse grupo que transita a maior parte dos leitores com baixa exposição à escola.

São respaldos teóricos a essa parte da tese as questões relativas à memória, posto que por meio deste recurso, usado pela História Oral e pelo jornalismo, que se buscou a aproximação e o recolhimento dos depoimentos dos leitores estudados, de modo a conhecer seus percursos de leitura e suas razões. Visitou-se, igualmente, o termo kafkiano, por entendê-lo como o mais adequado para sintetizar os contornos da sociedade líquida, expressão de Bauman, espaço em que os leitores circulam.

Na sequência, faz-se um inventário da parte mais empírica da pesquisa, realizada em pequenos laboratórios urbanos, em espaços da cidade, a dizer ocupações irregulares, escolas, educandários, setores do movimento social, entre outros. Faz parte desse laboratório uma experiência de ordem profissional do autor, ao escrever crônicas, publicadas na imprensa, sobre leitores, espaços e iniciativas que remetem às intenções da tese.

O jornalismo, aqui, serve de conhecimento transversal. Buscou-se o retrato do mundo em que vive o leitor nos dados do dia a dia. Mais. Foi-se a lugares onde o leitor menos escolarizado transita, como favelas, bibliotecas populares, bairros de periferia. Essas incursões serviram de laboratórios urbanos repletos de contradições e percalços, cenários onde a leitura está alijada, mas que ainda assim são capazes de gerar leitores.

Nesses laboratórios, buscou-se desenhar o grupo para o qual a leitura precisa ultrapassar a decifração de códigos para se tornar uma caçada atrás de palavras, numa apropriação inventiva do texto que recebe, de modo a superar as limitações de cada grupo social. (CHARTIER, 2009a, p. 19) “A ordem é trazer à luz as formas clandestinas de criatividade desenvolvidas por grupos e indivíduos. As práticas sociais se

especializam em vez de estacionarem no âmbito do controle social.” (HARVEY, 2011, p. 197)

O intuito foi conhecer essas formas clandestinas de leitura, recolhendo “a confiança dos leitores a respeito de seus modos de ler, dos sentidos que descobrem nos textos.” (PÉCORA in CHARTIER, 2009b, p. 12) O que se vai encontrar pela frente é por certo um contraste entre os leitores profissionais e os leitores de ocasião, mostrando outras formas de leitura (CHARTIER, 2009b, p. 19), tal como se propõem essa tese. Esses “outros leitores” são aqui os leitores com baixa exposição à escola, conforme descrito no início deste texto.

No capítulo 4 – **Memória de Leitores** – são analisadas as falas de 12 leitores, citados anteriormente. Em paralelo à revisão bibliográfica dos temas acima citados, lançou-se mão na construção dessa etapa da observação participante, da entrevista em profundidade e do método etnográfico, nos moldes da Escola de Chicago, pioneira nos estudos urbanos (LAGO in LAGO; BENETTI, 2007, p. 48). Em busca de compreender as práticas sociais dos leitores com baixa exposição ao sistema de ensino, promoveu-se uma observação direta desses participantes e de outros que os circundam, na casa e no trabalho, conforme descrito no item 3.5 deste estudo.

A observação participante – também chamada de pesquisa ação e pesquisa participante – orientou a inserção nos ambientes dos leitores e a observação do fenômeno da leitura entre eles, em busca de sua complexidade e profundidade. (PERUZZO in DUARTE; BARROS, 2011, p. 130) Entende-se também a observação participante como o método mais adequado na abordagem de populares.

Roman Jakobson refletirá que a observação mais completa dos fenômenos é a do observador participante. Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. (BOSI, 2003, p. 38)

Parodiando Ecléa Bosi em seu *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, o principal método de abordagem é o vínculo de amizade com os leitores e a confiança em mim depositada por eles, na narração de suas memórias e práticas de leitura.

1. A CIDADE

Em seu magnífico livro *História da arte como história da cidade*, o historiador italiano Giulio Carlo Argan (2005, p. 244) imprime uma daquelas frases fadadas às antologias – algo como “a cidade é a maior das invenções humanas”. Não se trata de nenhuma ideia absolutamente original. Está anos luz de sua antítese “o homem, que obra prima”, ou de “ser ou não ser, eis a questão”, ambas de Shakespeare.

Escreve Lévi-Strauss, em *Tristes trópicos*:

Não é, portanto, de modo metafórico que se tem o direito de comparar [...] uma cidade a uma sinfonia ou a um poema; são objetos de uma mesma natureza. Talvez ainda mais preciosa, a cidade se situa na confluência de natureza e artifício [...]. Ela é ao mesmo tempo objeto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada; a coisa humana por excelência (LÉVI-STRAUSS, 1955 apud MONGIN, 2009, p. 32).

Afirmar que o homem se superou ao inventar a cidade, contudo, tem um poder de síntese notável, cujo maior mérito é fazer prestar atenção nesses espaços, continuamente lembrados por seus problemas, e não por suas virtudes: a cidade é o lugar onde a civilização é possível, pois nela todas as gentes e todos os conhecimentos se encontram.

As pinturas medievais e renascentistas já a representavam em perspectiva, atestando a magia do olhar sobre ela, inventando o panorama e o espectador. E assim permanece – quem sobe aos mirantes, em qualquer lugar que seja, supera os percalços da mobilidade, percebe a complexidade urbana e se torna um leitor do espaço (CERTEAU, 2008, p. 170, 171).

A evidência da cidade remonta ao iluminismo, que viu o direito a ela como um direito humano básico (BERMAN, 2009, p. 329). Voltaire, a propósito, percebia na atividade industrial e na busca pelos prazeres, marcas da cidade, princípios da civilização e da liberdade (WILLIAMS, 2011, p. 244). Como diz Marshall Berman (2009, p. 16) no livro *Um século em Nova York* – obra na qual reconstitui o simbolismo urbano do Times Square – grande parte da cultura moderna preparou o homem para a emoção que é viver numa cidade.

Para ilustrar o que afirma, o autor recorre às *Cartas Persas*, romance escrito por Montesquieu em 1721, “talvez a maior celebração já feita da cidade moderna”. Os

heróis do romance são sultões expatriados, emocionados por circularem numa rua onde as pessoas andam sem véu à cabeça. A cidade liberal e surpreendente da qual falam é Paris (BERMAN, 2009, p. 16-17).

A cidade e o urbano, portanto, são a síntese da modernidade. Não poderia ser diferente: viver junto exige superação contínua. O resultado dessa interação é notável: a cidade – como exploraram Georg Simmel e Robert Park – é produtora de estilos de vida e de visões de mundo (O'DONNELL, 2008, p. 9). Daí não ser possível subestimá-la como espaço da cultura, da informação e da educação, reduzindo-a a espaço do trabalho e da finança. O *fin de siècle*, por tabela, foi o momento em que essa função saneadora do saber e do comportamento urbanita se firmou.

Embora diferentemente do que ocorreu no Renascimento ou em meados do século XIX, momentos de reinvenção das urbes, o *fin de siècle* trouxe, a seu modo, uma nova tensão ao conceito de cidade. Emerge a “questão urbana”, entendida como sistema de controle, de cultura e de individualidade (O'DONNELL, 2008, p. 17). A cidade se tornou sinônimo de variedade e gerou um sem número de associações corporativas voluntárias, aumentando o grau de sociabilidade (MUMFORD, 2008, p. 658). De modo que uma rua que se abre ou um prédio que se ergue alteram as relações entre os indivíduos.

Diz o especialista em estudos visuais Josep Catalã (LONGMAN, 2011, p. 8), da Universidade Autônoma de Barcelona:

Há um fenômeno bem concreto. O século XIX produziu um largo processo de letramento. Com a alfabetização e introdução no mundo literário nas zonas urbanas mais desenvolvidas, o romance se converte no instrumento de socialização por excelência e o mesmo acontece com o cinema.

A questão urbana é variada: na urbe é possível inventar, a cada tempo, uma nova maneira de viver, tal como expressou Marshall Berman (1986, p.162) em sua obra mais conhecida, *Tudo que é sólido desmancha no ar* – estudo em que usa a cidade como paradoxo para compreender o homem a partir do século XX. “...a vida moderna possui uma beleza peculiar e autêntica, a qual, no entanto, é inseparável das contas que o homem moderno tem de pagar”.

Escreve Berman (1986, p. 15):

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia.

Em seu ensaio sobre Baudelaire, Berman (1986, p. 166-167) parte do princípio de que a arte perdeu o contato com o cotidiano. Ao mesmo tempo, reforça que não existe verdadeira arte senão aquela que se digne a “épouser as vidas de homens e mulheres na multidão”, reforçando que um embate intelectual se dá também nas ruas.

Nada se compara a esse espaço cheio de prédios, de carros, de gente, de problemas e de surpresas por metro quadrado, onde a troca de informações é possível, consolidando a sociedade do conhecimento em meio aos semáforos, às modas e à violência em escala bélica. Cidade é significado – é texto. Um livro que é lido por seus habitantes o tempo todo. E como todo livro, se torna fonte da memória e do afeto.

A urbe é em suma o palco dos grandes impasses contemporâneos, da aids à criminalidade, do efeito estufa à inclusão social, passando pelo letramento e pela literatura. É o lugar onde um beijo foi dado, onde houve uma queda de patins – a exemplo do que sugere a artista plástica estadunidense Claire Kessner-Bradner, ao pedir na internet que as pessoas tracem “mapas afetivos”, demarcando onde a cidade lhe é significativa.⁴

O homem urbano, no olhar de Claire, transita, protege-se, trabalha, lê a cidade, é lido por ela e precisa se abastecer de sentidos para traduzir a miríade de mudanças às quais está sujeito, cotidianamente, nos grandes centros. A cidade é também o lugar em que se rompe a conexão entre a cultura e a vida, colocando um novo problema à arte. Para resolvê-lo, as vivências urbanas vão de alguma maneira ser um convite ou uma experiência de ficção. O enigma que se impõe é saber como os homens – dos doutos aos

⁴ A artista plástica Claire Kessner-Bradner traça na internet “mapas afetivos” com os endereços que marcaram sua vida. Ela sinaliza o guia das ruas de sua cidade, São Francisco, na Califórnia, com plaquinhas, nas quais explica, de próprio punho, o que lhe aconteceu nas alamedas x ou y. Diante do mapa íntimo da artista outras pessoas se sentem estimuladas a fazer o mesmo.

menos estudados – transitam e interagem com esse cenário em mutação.

1.1. O FLÂNEUR

A ligação entre cidade, escrita e leitura não é uma proposição surgida com o fenômeno das megacidades, como Tóquio ou Londres. Antes é preciso invocar a figura dos *flâneurs*⁵ – homens que circulavam pelos cafés parisienses, dublinenses ou cariocas, no final do século XIX e início do século XX, em busca de novidades e de inspiração para escrever.

Esse fenômeno representa uma forma elaborada de recusa da vida burguesa. De origem britânica, parte do princípio da distinção, reafirmando a diferença numa sociedade que tendia à massificação. Homem público, “ator do teatro urbano”, o *flâneur* protege sua individualidade por trás da aparência indecifrável (PERROT, 1991, p. 296). É um indeciso, em busca de um lugar entre a solidão e a multidão (MONGIN, 2009, p.66). Um homem dividido entre a privacidade e publicidade, às voltas com um mundo público febril e com a afirmação da intimidade (SENNETT, 1998, p. 160).

Assim o definiu Baudelaire (1996, p. 13) em seu libelo *Sobre a modernidade*:

Observador, *flâneur*, filósofo, chamem-no como quiserem, mas, para caracterizar esse artista, certamente seremos levados a agraciá-lo como um epíteto que não poderíamos aplicar ao pintor das coisas eternas, ou pelo menos mais duradouras, coisas heróicas ou religiosas. Às vezes, ele é um poeta; mais frequentemente aproxima-se do romancista ou do moralista; é o pintor do circunstancial e de tudo o que este sugere de eterno. Todos os países, para seu prazer e glória, possuíram alguns desses homens.

Tal *persona* urbana já acenava o sujeito às voltas com a fonte inesgotável de personagens e situações cidadinas. *Persona* que no entender baudelariano “só pactua com o mundo citadino para melhor tomar distância dele, recolhendo-se na solidão de quem vê o incomum” (MOTTA in BAUDELAIRE, 1995, p.10). Esse êxtase do homem das letras com a cidade entusiasma sociólogos, ao se saberem diante das figuras que perceberam, como poucos, o caleidoscópio das novas ocupações, “que vão da

⁵ O verbo *flâner*, de onde procede *flâneur*, se refere a passear, bater perna, vadiar, de acordo com definição do *Dicionário Michaelis* (PEREIRA, 1992) Flâneur. perambular. Dicionário Larousse francês/português, português/francês: míni. 2 ed. São Paulo. Editora Larousse do Brasil. 2008, p. 150

vendedora de lojas de departamento à prostituta de alto nível, da *charity lady* ao jornalista, do homem de negócios ao *maître d'hôtel*" (ZUCCONI, 2009, p. 58).

Essa urbe em ebulição entusiasma escritores. Vai-se de *Os miseráveis*, de Victor Hugo, passando por Zola e Maupassant. Sobremaneira, passa por Charles Dickens, o novelista da “construção do eu urbano” (MONGIN, 2009, p. 79), o grande cronista da Londres do século XIX, que escrevia na maior cidade do mundo de seu tempo – uma cidade marcada pela fumaça preta das chaminés e pelos buracos que servem de habitação para famílias inteiras, pelas ruas onde escorre esgoto a céu aberto, circulada por lixo (ROLNIK, 2004, p. 81).

Para entendê-la, Dickens partiu da hipótese de que uma espécie de rio subterrâneo ligava tudo e todos naquela capital. “Só esse vínculo [...] poderia explicar por que mais de dois milhões de pessoas se espremiavam sob o mesmo céu...” (PECHMAN in NASCIMENTO; BITENCOURT, 2008, p. 208). A Londres de Dickens, lembre-se, é aquela que entre 1820 e 1900 conheceu tamanha desordem que era possível compará-la a um campo de batalha. Era cinza industrial, insalubre, apinhada de cortiços. Em tempos difíceis, chamou-a de Coketown, algo como “Carbonópolis” (MUMFORD, 2008, p. 532).

Nos dizeres de Raymond Williams, Dickens repudia e denuncia essa cidade perversa, e se envolve com a Londres da movimentação e da variedade humana. Era uma cidade experimentada por ele, da qual podia melhor falar (WILLIAMS, 2011, p. 261-262). “A cidade aparece ao mesmo tempo como fato social e paisagem humana. O que é dramatizado nela é uma estrutura de sentimentos muito complexa” (WILLIAMS, 2011, p. 268).

Em Dickens, o mundo físico jamais está desligado do homem. É o homem que o cria, que o fabrica, que o interpreta. Por isso é tão importante a forma que ele lhe dá. [...] Há também uma escolha: a escolha da forma humana no novo meio social e físico (WILLIAMS, 2011, p. 272-273).

Em ambos os casos, a ideia de metrópole, em Dickens, vai se desenhando como um contraponto entre a rua que se modifica, o progresso, e os abismos que essas mudanças podem representar, na economia, no comportamento e na cultura. A cidade guarda seduções e perigos a granel. Ela é um estímulo mesmo ao mais miserável dos operários.

A metrópole é o lugar das grandes oportunidades, de encontros decisivos, de rápidas fortunas e quedas desastrosas, como na Londres ilustrada por Thackeray em *Vanity Fair*. O romance, principalmente quando publicado em *feuilleton*, reflete o dinamismo típico da grande cidade, descrevendo, de maneira exacerbada, lugares e características que marcam as ascensões e as mudanças repentinas de uma cidade em transformação (ZUCCONI, 2009, p. 58).

A cidade é o lugar da viagem e da criação. Nela, “as multidões de solitários, que fazem da cidade moderna o que ela é, se reúnem, em uma nova forma de encontro, e se tornam *povo*” (BERMAN, 1986, p. 187). É fundamental, aqui, invocar Baudelaire, “universalmente aclamado como um dos grandes escritores urbanos” (BERMAN, 1986, p. 168). Seus melhores escritos, lembra Berman, se deram no momento em que Paris estava sendo remodelada, sob a égide de Napoleão III e do barão Haussmann. Ele se vê parte da remodelação e entende como a cidade que muda, muda também “a alma de seus cidadãos” (BERMAN, 1986, p. 168).

No início do século XIX, o próprio barão Haussmann enfrentava a pé os labirintos de Paris e pode ter surgido daí a inspiração para remodelar a cidade, abrindo bulevares arejados. Saía da margem direita do Sena e ia à Escola de Direito, no Quartier Latin. Era uma atitude atípica. Para os moradores os becos podiam parecer familiares, mas eram um perigo tanto para os estrangeiros quanto para as crianças, instaurando, então, o medo e a cidade (TUAN, 2005, p. 242).

Ainda que, como diz Richard Sennett, Haussmann tenha feito um projeto de homogeneização, com o intuito de isolar ricos e pobres na cidade, deu origem com sua Paris remodelada a uma forma de desenvolvimento urbano (SENNETT, 1998, p. 361). No prefácio de *Spleen de Paris*⁶ – publicado em forma de folhetim, gênero urbano por excelência, e no qual transitaram Balzac, Gogol, Poe, assim como Marx e Engels, Whitman e Dostoievski (BERMAN, 1986, p. 169) – Baudelaire fala que seus escritos nasceram da observação da cidade grande e cheia de conexões. “É principalmente da frequência das cidades enormes, é do cruzamento de suas inúmeras relações que nasce este ideal obsedante” (BAUDELAIRE, 1995, p. 16).

⁶ Os textos de *Spleen de Paris* foram escritos desde 1855 até a morte de Baudelaire, em 1867. Ganham publicação em 1869. O termo “spleen” pode significar “melancolia” em francês; ou estado de ira e mau humor, em inglês.

A respeito de Baudelaire, diz Berman (1986, p. 169)

O que Baudelaire procura comunicar através dessa linguagem, antes de mais nada, é aquilo que chamarei de cenas modernas primordiais: experiências que brotam da concreta da via cotidiana de Paris de Bonaparte e de Haussmann, mas estão impregnadas de uma ressonância e uma profundidade míticas que as impelem para além de seu tempo e lugar, transformando-as em arquétipos da vida moderna.

Nos textos que formam *Spleen de Paris* – que é uma coletânea póstuma – se pode encontrar uma espécie de elogio que Baudelaire faz ao espaço urbano e à nova ordem poética que estabelece. Ele coloca em prosa uma poesia que nasce de sua deriva pela cidade, uma espécie de “atenção flutuante *avant la lettre*, a que o poeta chama de *flânerie*” (MOTTA in BAUDELAIRE, 1995, p. 10). O *boulevard* parisiense, por onde se flana, emerge na obra do prosador e poeta francês como “a mais espetacular inovação urbana do século XIX, decisivo ponto de partida para a transformação da cidade tradicional” (BERMAN, 1986, p. 171).

[...] os bulevares criaram uma nova cena primordial: um espaço privado, em público, onde eles podiam dedicar-se à própria intimidade, sem estar fisicamente sós. Movendo-se ao longo do bulevar, capturados no seu imenso e interminável fluxo, [os amantes] podiam sentir seu amor mais intenso do que nunca, como ponto de referência de um mundo em transformação (BERMAN, 1986, p. 173).

Para Berman, um dos contos que viriam depois a formar *Spleen de Paris* – “Multidões”, publicado em 1861 – traduz com precisão a maneira como Baudelaire viu as mudanças da rua, no prazer e no horror (PECHMAN in NASCIMENTO; BITENCOURT, 2008, p. 208). No conto-poema, estar no meio da multidão é experimentar “uma orgia de vitalidade”, comunhão universal e embriaguez. É ser ele mesmo um outro. Não se deve esquecer que a experiência urbana então é ter emprego civil, ser chamado pelo sobrenome, ter documentos para não ser confundido com outro na grande cidade. Ter seu guardanapo com monograma bordado na escola. Receber cartas pelo Correio e ter cartões de visita. Olhar-se no espelho do barbeiro (CORBIN in PERROT, 1991, p. 419-421).

O passeante solitário e pensativo extrai uma singular embriaguez dessa universal comunhão. Quem facilmente desposa a multidão conhece prazeres febris, do qual eternamente se privarão o egoísta, fechado como um cofre, e o preguiçoso, internado como um molusco. Já ele chama a si todas as misérias que lhe apresente a circunstância (BAUDELAIRE, 1995, p. 41-42).

Ora, essa afirmação da dualidade, da outra vida no espaço público parece contradizer o maior dos trunfos da modernidade – o individualismo e a individualidade. Mas a oposição faz todo o sentido – a modernidade, entre outras inovações, foi a época do leito solitário, do quarto individual, do sobrenome, uma época em avesso ao coletivismo e ao paroquialismo do mundo rural. A privatização do espaço, no século XIX, favorecerá a autonomia, o monólogo, o devaneio e a solidão. E a duplicidade do caráter.

Escreve Alain Corbin:

Na cidade, o afloramento da figura do “perambulador”, detectada por Victor Hugo e bem analisada por Baudelaire, traduz simultaneamente a mutação do espaço público e o avanço da *privacy*. [...] Em sua exploração cidadina, aprecia o espaço que lhe permitirá reconstituir as condições da vida privada; a própria rua tende a se constituir para ele a imagem do apartamento (CORBIN in PERROT, 1991, p. 469).

O individualismo moderno, a propósito, era o temor de Alexis de Tocqueville, expresso em *Democracia na América*, publicado em 1830. Os mundos privados incentivados pelas cidades reduziriam as comunidades e fomentariam a mútua indiferença. Espaços urbanos seriam bons para a circulação das multidões, mas péssimos para a organização social, fazendo com que as pessoas se individualizassem cada vez mais e perdessem o sentido de “espaço compartilhado” (SENNETT, 2010, p. 326).

É uma preocupação legítima. Mas encontrou vozes nem sempre pessimistas, que reafirmam o estímulo urbano como turbinagem criativa, em qualquer tempo.

Raymond Williams – ao falar da rendição de Balzac, Baudelaire, Dickens e Dostoievski aos domínios da cidade – reforça que Baudelaire, diferente de Dickens e Dostoievski, não vê a cidade como lugar em que o social é sufocado, mas a vê numa dimensão espiritual, icônica. “O isolamento e a perda de conexão passaram a ser as

condições de uma nova e viva percepção” (WILLIAMS, 2011, p. 384). A cidade de Baudelaire é uma orgia de vitalidade, êxtase, identidade.

Berman acrescenta que o individualismo moderno, temido por Tocqueville e abençoado por Baudelaire, convive com os mergulhos na multidão e traz perguntas que levaram aos grandes aprendizados sobre quem somos. São milhares de individualismos lançados à rua, ao mesmo tempo:

[...] no século XX, quando os sonhos dos imigrantes, as tecnologias da luz elétrica, a fotografia, o transporte de massa, o entretenimento público, a propaganda e a publicidade, a liberdade de imprensa e o poder bruto de milhares de individualismos são lançados juntos na rua (BERMAN, 2009, p. 18).

Anthony Giddens não se furta do paradoxo. Ao explorar os efeitos da modernidade, lembra do impacto das tecnologias mecanizadas na Europa – um impacto que não escapou aos autores do final do século XIX, perplexos diante do homem com o jornal na mão. Foi quando se percebeu que um aldeão que lesse jornal se interessaria por questões que um monarca, cem anos antes, jamais poderia sonhar (GIDDENS, 1991, p. 81).

Pode-se argumentar que Baudelaire, e outros adeptos do folhetim, são escritores, e grandes escritores. E que a experiência da qual tratam nada tem a ver com o homem das ruas, a caminho da fábrica. Mas esse homem comum faz parte da cidade do século XIX e início de XX, que se torna mágica com suas luzes elétricas e cafés. Ele viu sua própria biografia se mesclando às ruas da cidade, gerando interregnos de pertença e memória.

Houve o que Berman chama de mundo privado e público se misturando. A rua vai se transformar em lugar simbólico, para escritores ou não, de modo que pode afirmar que a modernidade inaugura uma relação do cidadão com a urbe. “Desse momento em diante, o bulevar será tão importante como a alcova na consecução do amor moderno” (BERMAN, 1986, p. 174). É o que exprime o autor:

Baudelaire mostra como a vida na cidade moderna força cada um a realizar esses novos movimentos; mas mostra também como, assim procedendo, a cidade moderna desencadeia novas formas de liberdade. Um homem que saiba mover-se dentro, ao redor e através do tráfego pode ir a qualquer parte, ao longo de qualquer dos infinitos corredores urbanos onde o próprio tráfego se move livremente. Essa mobilidade abre um enorme leque de experiências e atividades para as massas urbanas (BERMAN, 1986, p. 182).

Multiplicam-se os atores. Não há apenas o *flâneur* – um bem nascido trajando roupas de missa –, mas o repórter-*flâneur*, o narrador-*flâneur*, figuras que leem o espaço público e se tornam o leitor investido do papel do sujeito que perambula – ele “deambula pelo discurso-rua, caminho de letras impressas” (GOMES, 2008, p. 122).

Barthes, no ensaio “Semiologia e urbanismo”, vai afirmar não só a cidade como texto e linguagem como também a figura daquele que se desloca por ela como seu leitor (GOMES, 2008, p. 168). A afirmação vai lhe servir para discutir outras questões bastante caras, como a passividade gerada pelas comunidades multiculturais e repletas de estímulos.

Parece contraditório, mas não é. Diante de cenários complexos e estranhos na cidade, o leitor urbano reage ao que não lhe é familiar com estereótipos sociais mais simples. Confrontado com a diferença, o indivíduo responde de forma passiva (SENNETT, 2010, p. 367).

O mesmo Berman reforça essa tese ao dizer que nessa rua – que é palco – se dão as contradições da cidade moderna. Contradições que são inevitavelmente lidas.

Ora, os bulevares de Haussmann permitem enxergar mais e melhor a miséria. A cidade iluminada oferece a visão dos esfarrapados. Há mais consciência de classe. Os homens são forçados a reagir politicamente (BERMAN, 1986, p. 175). Essa cidade iluminada – e como não do filme *As luzes da cidade*⁷ e do mendigo Carlitos – pode ser acusada de cênica, artificial, menos poética, mas é socialmente provocativa.

Sensacional, a cidade moderna vai se consolidar, também, como espaço do conhecimento. A escala urbana é reorganizada, já a partir da primeira metade do século XIX, com grandes edifícios civis – a escola, o museu, o teatro e a biblioteca –, que se tornam referência no desenho urbano, apontam novos agentes (ZUCCONI, 2009, p. 115).

Ao longo do século XX, o urbanismo repudiou a lógica dos bulevares, aniquilando sua poesia e seus conflitos. A rua perde seu lugar político e poético. Era preciso evitar o caos da vida urbana, cultuado pelos modernos, fazendo nascer a cidade pós-haussmanniana. Os arquitetos modernistas se ocuparam de matar a rua,

⁷ *Luzes da cidade* é de 1931 e toda a trama – ainda muda – gira em torno das “confusões de classe”. O mendigo Carlitos é confundido com um milionário. E ele mesmo salva um milionário de se suicidar.

segmentando os espaços – vide a Brasília de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer – e com ela o que a rua significa.

[...] a velha rua moderna, com sua volátil mistura de pessoas e tráfego, negócios e residências, ricos e pobres, foi eliminada, cedendo lugar a compartimentos separados, com entradas e saída estritamente monitorizadas e controladas, atividade de carga e descarga por trás da cena, de modo que estacionamentos e garagens subterrâneas representam a única mediação possível (BERMAN, 1986, p. 191).

Como se vai ver adiante, autores como Beatriz Sarlo e Néstor García Canclini não se deter sobre essa cidade moderna, onde o “cidadão consumidor” prevalece ao “cidadão cultural” e ao *flâneur*. Na “cidade shopping” ou na “cidade condomínio fechado” parece não haver lugar para aquele que flana.

Escreve Bauman (2003, p. 106):

Os moradores [dos condomínios fechados] descobrem, decepcionados, que, quanto mais seguros se sentem dentro dos muros, tanto menos familiar e mais ameaçadora parece a selva lá fora, e mais e mais coragem se faz necessária para aventurar-se além dos guardas armados e além do alcance da rede eletrônica de segurança. Os guetos voluntários compartilham com os verdadeiros uma espantosa capacidade de permitir que seu isolamento se perpetue e se exacerbe.

O consumidor é o legítimo habitante de um “não lugar”, como podem ser chamados os espaços artificiais. Ora, o “lugar” é o espaço da modernidade, talhado para os indivíduos. Na supermodernidade, os indivíduos são “clientes, passageiros, usuários, ouvintes”, predeterminados e com funções específicas. “O não lugar é o contrário da utopia: ele existe e não abriga nenhuma sociedade orgânica” (AUGÉ, 1994, p. 101-102).

Mas autores como Nelson Brissac Peixoto alardeiam a possibilidade de um novo *flâneur* – ao qual chama de “novo observador”, que sobrevive na “cidade arquipélago”, essa cidade tão diferente da Paris de Baudelaire. O *flâneur* de Peixoto circula numa cidade em desvario: vai ser uma peça dessa engrenagem em trânsito. Ou um modificador do seu sentido.

O *flâneur* é esse novo observador. Com seu passo lento e sem direção, ele atravessa a cidade como alguém que contempla um panorama, observando calmamente os tipos e os lugares que cruza em seu caminho. Com esse seu jeito de passear, como se recolhesse espécies para uma verdadeira tipologia urbana, ele está “a fazer botânica no asfalto”. Ele faz “um inventário das coisas”: o trabalho de classificação característico da época (PEIXOTO, 2004, p. 99).

O *flâneur* é o oposto do mero consumidor, habitante de uma cidade feita para o uso. Guarda parentesco com o cidadão curioso traçado por Baudelaire, que contempla com prazer a multidão. “Mistura-se mentalmente a todos os pensamentos que se agitam à sua volta [...]. Como estava prestes a tudo esquecer, lembra-se ardentemente lembrar-se de tudo. [...] A curiosidade transformou-se numa paixão fatal, irresistível!” (BAUDELAIRE, 1996, p. 17).

Sua relação com o espaço não é meramente funcional ou comercial. Antes, aproxima-se do outro *flâneur*, aquele que deu impulso a um gênero literário popular – o folhetim – dedicado, também, a descrever os tipos humanos da rua, formando um panorama da cidade nascente. Peixoto (2004, p. 100) chega mesmo a dizer que a *flânerie* implica uma teoria da visão.

O *flâneur* aponta para os limites do realismo do século XIX. Combina o olhar casual daquele que passeia com a observação atenta do detetive, vê a cidade ampla como uma paisagem e fechada como um quarto: instaura um modo complexo de visão, construído através de sobreposições ou sequências de diferentes formas de espaço, de descrições, de imagens.

Como diz a filósofa Olgária Mattos, da Universidade de São Paulo, uma avenida ou uma praça pode ser o lugar da epifania – da revelação. É onde tudo acontece: uma guerra começa, um amor acaba, uma revolução irrompe, como nas melhores páginas já escritas (PEIXOTO, 1996). A cidade passa a ser lida e relida.

Escreve Olgária Matos:

É a cidade com suas múltiplas possibilidades: intersecções, passagens, desvios, becos-sem-saída, ruas-de-mão-única, que constituem os espaços de autonomia. Há uma linguagem secreta habitando esses lugares fugidios por onde passam o *flâneur* e a criança. Nessa “paisagem metafórica” em cujos espaços de sonho as pessoas têm uma existência “breve e sombria”, a criança-algorista irá mapear sua topografia para compreender como foi perdida. Por esse motivo, a cidade invisível da memória involuntária infantil é labiríntica (MATOS apud GOMES, 2008, p. 72).

O flâneur é um corpo solitário que se aventura pelo espaço público. Ele talvez perceba que a cidade e o livro se parecem (MONGIN, 2009, p. 46-47). Escreve e lê – são experiências humanas num espaço de escala desumana, porém sempre fascinante. É a cidade e seus homens e mulheres que circulam em qualquer tempo.

1.2. JOÃO DO RIO E LOBATO

A vida da literatura cruza com a vida das cidades, alterando-a, gerando percepções novas, polifônicas, desafiadoras. Em *Literatura como missão*, Nicolau Sevcenko mostra como essa tensão urbana precede a cidade contemporânea, podendo ser verificada na cidade moderna.

Sevcenko trata da inserção do Brasil na *Belle Époque*, o que se faz não só com a abertura de ruas, mas com a ação de intelectuais, a exemplo de Lima Barreto e Euclides da Cunha – seus objetos preferenciais de estudo – e de Paulo Barreto. O João do Rio, como ficou conhecido, transforma, com sua literatura, o olhar sobre a cidade e inclui, naquilo que escreve, o impacto causado pelos meios de reprodução, impressão e difusão, como o jornal, o rádio e o cinema, tão atacados, por exemplo, por um autor como Lima Barreto. A velocidade dos meios vai se tornar um fenômeno da cidade e alterar a recepção (SÜSSEKIND, 2006, p. 19).

A República, a partir de 1899, pontua Sevcenko, reclama a remodelação de hábitos sociais, adequando o país à expansão do comércio europeu e à velocidade com que os transatlânticos chegavam, com novidades de fora, inflando o consumo (SEVCENKO, 2003, p. 40.). Tudo se dá de forma muito rápida – a burguesia carioca abandona os salões coloniais e assume seu posto nas avenidas e jardins. Provoca-se uma agitação de carros, charretes e pedestres. E se invade a noite, pois a cidade custa a parar.

O advento da República proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro. O importante, na área central da cidade, era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo. E os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio (SEVCENKO, 2003, p. 51).

O leitor urbano, portanto, é alguém mediado. Podia não ter acesso fácil ao livro ou ao jornal, mas os viam como algo de valor. E de valor crescente no Rio de Janeiro que se despede dos cortiços e ganha ares afrancesados. A imprensa carioca no início do século XX é de poucas páginas, baixa temperatura, sem o recurso das manchetes, apostando ainda em sonetos na primeira página. Até que a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil* adotam charges e fotografias a exemplo da imprensa europeia, além da reportagem e da entrevista (RODRIGUES in RIO, 2008, p. 7-8).

A reportagem – vale reforçar – é um produto da vanguarda europeia. Os escritores, na primeira metade do século, se viam também como repórteres, a exemplo de Ernest Hemingway, Theodore Dreiser e Sinclair Lewis. De acordo com Hobsbawm, contudo, o termo “reportagem” só vai aparecer nos dicionários franceses em 1929 e nos ingleses em 1931. Assim como a reportagem, imperou no imaginário a fotografia, lente pela qual se via o mundo e que aumentava, em muito, a tiragem de jornais e revistas (HOBSBAWM, 1998, p. 190-193).

Mundo colorido? Em *A alma encantadora das ruas*, João do Rio afirma que o mote daqueles tempos vai ser “aparecer”. Tanto faz se nas colunas do *high-life*, vida literária ou nas colunas policiais. Eram facetas de um cenário urbano em transformação (SÜSSEKIND, 2006, p. 118). Em contrapartida, a sombra dessa turbamulta vai ser a afirmação da privacidade e das almas solitárias – em especial a dos escritores, que vivem a solidão dos homens das letras (SEVCENKO, 2003, p. 111). Por ironia, diz-se que é fora da vida na rua, a rua tão celebrada, que o leitor vai encontrar o seu verdadeiro eu (SÜSSEKIND, 2006, p. 121).

A imbricação entre leitor e cidade – tendo como ponto de partida o Rio de Janeiro de João do Rio – se dá no momento chamado Regeneração⁸, sob a administração de Pereira Passos. Foi de grande impulso para o jornalismo, que é o meio de comunicação que ajuda a organizar a vida na grande cidade. “O fenômeno do ‘novo jornalismo’ representa [...] o fenômeno mais marcante na área da cultura...”, escreve Sevcenko (2003, p. 118-119).

O autor lembra que na virada do século XIX para o XX as novas técnicas de impressão tornaram o jornal mais barato e que se tornou produto obrigatório nas camadas alfabetizadas. As revistas, idem, viram “uma coqueluche na nova burguesia urbana, significando o seu consumo, sob todas as formas, um sinal de bom tom sob a atmosfera da Regeneração”. Cria-se a opinião pública e os homens de letras invadem as redações. Vendo seu poder aumentar, os intelectuais defendem o aumento da alfabetização, como “redenção das massas miseráveis” (SEVCENKO, 2003, p. 119). A cidade em ebulição vê as letras como redentoras.

Escreve Marialva Barbosa (2007, p. 21):

O cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, a linotipo, as Marinonis são algumas tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos que circulam na cidade.

Como se sabe, não foi essa a opinião dos dirigentes. Mas o “levante” intelectual, no entender de Sevcenko (2003, p. 119), é que o clima da Regeneração, iniciada no final do século XIX, mas cujo marco é 1904, debaixo do slogan “o Rio civiliza-se”, marcou a “sensibilidade coletiva”, espalhando padrões de pensamento, “atingindo a todos os setores da sociedade e da cultura”.

A análise do período da Regeneração é no mínimo ilustrativo, ainda que não se possa afirmar suas determinância na formação do leitor brasileiro. O período traz a contradição própria do tema – a cidade, ela mesma, permite a cultura. Mas é ela também, nos dizeres dos intelectuais da época, que provoca o “vazio de ideias”, trazido pelo espírito agitado, pela aparência. O novo ritmo elimina o tempo necessário à contemplação literária. O jornal, o cinema, o gramofone, a fotografia e a revista exigem

⁸ Regeneração é o termo atribuído à política do prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913), que retirou a população dos cortiços no Centro do Rio, abrindo a Avenida Central, europeizando a cidade. Criou-se uma crise de habitação, fazendo com que a população pobre subisse para os morros.

seleção da leitura, prejudicando, no olhar dos intelectuais, o gosto literário. A crítica dos intelectuais é muito familiar.

Sevcenko (2003, p. 120) cita Luiz Gonzaga Duque Estrada.

A aceleração do ritmo de vida pôs fim aos longos noivados. A substituição da sociabilidade dos salões pela das ruas, praças e jardins acabou com os namoros e instituiu o império do *flirt*. Um cronista nota mesmo, com desgosto, que “já hoje o puzzle toma mais tempo que o amor”.

O lamento dos intelectuais do início do século XX, no entanto, parece desconsiderar um aspecto – a capacidade dos jornais de falar à população iletrada. E que o fazia por intermédio da imagem. Antes mesmo da fototipia, que permitia o uso de fotografias, os jornais e revistas usavam da ilustração “como representação privilegiada da vida urbana” (BARBOSA, 2007, p. 31). Publicou *O Paiz* em seu editorial de 26 de junho de 1914:

O leitor apressado não queria pensar, não tinha tempo para acompanhar longas reflexões filosóficas, passa por cima de todas as considerações de ordem social e política: diga-lhe o que passou, como se passou, em que condições se deu o fato que o ocupa, pinte-lhe o tipo e o caráter dos protagonistas, e se for possível fazê-lo sem palavras, pela fotografia tanto melhor! (O PAIZ, 1914 apud BARBOSA, 2007, p. 40).

A estratégia visual vai ser amplamente usada, para atingir os analfabetos, e vai interferir não só na tiragem como no surgimento de diários populares. “Numa cidade cuja maioria absoluta da população é analfabeta, a textualidade da imprensa se faz pela possibilidade de transmitir a informação através da imagem” (BARBOSA, 2007, p. 32) – o que implica também em publicar palpites do jogo do bicho, marchas de cordões carnavalescos e principalmente crimes, uma preferência nacional.

Escreveu Cordeiro Lobo, em 1896, no livro *Como se faz o Jornal do Brasil*⁹: “Ser popular é atingir os ainda não alinhados entre os leitores tradicionais. É ser o jornal dos caixeiros, dos balconistas, dos empregados do comércio, dos militares de baixa patente, dos trabalhadores em geral” (LOBO, 1896 apud BARBOSA, 2007, p. 33).

⁹ O *Jornal do Brasil* surgiu em 1891, com tiragem modesta de 5 mil exemplares. No início do século XX chega a 60 mil – vendido na rua pelos camelôs e por carroças. O jornal veio apostar no público iletrado, publicando crônicas do cotidiano, subindo morros, descrevendo as religiões e as favelas. E até bisbilhotar conversas alheias. (BARBOSA, 2007, p. 33, p. 39)

Não à toa, o *Jornal do Brasil*, em 1901, vai publicar colunas como “Queixas do Povo” e “Pelos subúrbios”, com notas sobre os bairros atingidos pela Central do Brasil e arredores. O noticiário policial invade manchetes, do *Jornal do Brasil* e de outros. A ilustração e as fotografias apostam em tragédias – com destaque (BARBOSA, 2007, p. 43). Em 1920, os subúrbios abrigavam quase metade dos 1,1 milhão de habitantes do Rio de Janeiro. O recenseamento de 1920 indica melhor no grau de alfabetização – 74,2% da população maior de 15 anos. Mas o analfabetismo ainda era um dilema, em especial para as mulheres (BARBOSA, 2007, p. 57). Elas ficavam pouco na escola, mesmo entre as abastadas.

Flora Süssekind, ao tratar da avalanche técnica da Primeira República, cita que João do Rio se dá conta que houve uma violenta mudança no “modo de olhar” no Rio de Janeiro do final do século XIX – quando o Haussmann ali era Pereira Passos, prefeito responsável por grandes transformações urbanísticas na então Capital Federal. João do Rio repensa a própria atividade de cronista “em analogia com a cinematografia” (SÜSSEKIND, 2006, p. 45). Cinematografia, aqui, diz respeito às cidades e seus habitantes, que passam a ser filmados, ampliados, sondados.

Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com os garotos, o lutador do Cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas, conversar com os cantores de modinha das alfurjas da saúde... É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência (RIO apud O’DONNEL, 2008, p. 122).

Não à toa, o cronista dá a um dos seus livros o nome de *Cinematógrafo*, publicado em 1909. “Aí, se, por um lado, ressalta as qualidades documentais do novo processo de registro técnico, por outro, redefine o objeto de tal documentação – a vida – como um ‘cinematógrafo colossal’, no qual ‘cada homem tem no crânio um cinematógrafo de que o operador é a imaginação’ e onde ‘basta fechar os olhos e as fitas correm no cortical com uma velocidade inacreditável’” (SÜSSEKIND, 2006, p. 45).

Na obra de João do Rio, a conjugação entre a cidade republicana, que se moderniza, debaixo da intervenção urbanística do prefeito Pereira Passos, e os ventos estrangeiros – que fazem do Rio uma pequena Paris – encontram união explosiva. Ele confere à cidade identidade, uma identidade que na percepção de Raúl Antelo, era vista

da janela, que para o autor funciona como uma espécie de fronteira entre o doméstico e o ilícito (ANTELO in RIO, 2008a, p. 9). Era bem à moda brasileira. Rio – escreve Antelo – associa o ato de ver com o de ler.

Sua obra é a leitura da vida carioca e de como as massas passam a se movimentar nas ruas da cidade. As crônicas – seu gênero por excelência – tratam de uma cidade em remodelação, o que explicaria no cronista uma espécie de pressa de viver. Natural – Do Rio está diante da nova fauna de dândis, em seus cafés, a bordo de automóveis e na porta dos cinemas, como define Cremilda Medina (1988, p. 53). Daí o estilo apressado, do qual lhe acusam os críticos – atento às informações da rua, o que faz de sua produção uma grande peça caleidoscópica.

João do Rio – na pele do repórter *flâneur* – dá pistas de que como o homem da rua percebeu a cidade em transformação e de como essa transformação mudou a maneira de ser escritor, repórter e homem comum. Escreve Jorge de Sá (1999, p. 9):

[...] Paulo Barreto percebeu que a modernização da cidade exigia uma mudança de comportamento daqueles que escreviam a sua história diária. Em vez de permanecer na redação à espera de um informe para ser transformado em reportagem, o famoso autor de *As religiões no Rio* ia ao local dos fatos para melhor investigar e assim dar mais vida ao seu próprio texto: subindo morros, frequentando lugares refinados e também a fina-flor da malandragem carioca, João do Rio (seu pseudônimo mais conhecido) construiu uma nova sintaxe, impondo a seus contemporâneos uma outra maneira de vivenciar a profissão de jornalista.

O jornalismo, é inegável, determinou a faina de João do Rio e deixou para a literatura, com a qual flertou, um documento sobre a cidade que cresce e se diversifica, o que incide sobre os cidadãos. Não por menos, suas crônicas exaltam “a faceta mais carnal da urbes que, para além dos transeuntes, revela ter indivíduos que agiam, cada vez mais, conforme novos modelos de interação” (O’DONNELL, 2008, p. 9-15).

Escreveu o jornalista Joaquim Ferreira dos Santos em crônica alusiva ao relançamento de *As Religiões no Rio*¹⁰(RIO 2008b), de João do Rio, fazendo alusão à “invenção” de Paulo Barreto no campo da prosa.

¹⁰ Obra teve extraordinário sucesso no início do século, chegando a vender 8 mil exemplares, o dobro dos livros de poesia de Olavo Bilac. (SEVCENKO, 2003, p. 110-111).

Mulato, gordo, homossexual, João do Rio circulava pelas esquinas, batia perna como quem não quer nada e como devia ser direito de todos. Depois, quando ainda mal existia o jornalismo, mal existia qualquer coisa da vida real que acompanhasse o soneto do dono da folha na primeira página, tudo isso por volta de 1906, eis que João deixava a calçada e subia para a redação. Misturava aquilo tudo que tinha visto numa coisa meio crônica, meio reportagem, combinava ficção com entrevista e instaurava a imprensa moderna nesse fim de mundo (SANTOS, 2006, p.8).

Os personagens de João do Rio viam surgir o desafio de viver novos papéis sociais que, à maneira de Baudelaire, apresentava numa “montagem de cena”, ou seja, as histórias nasciam num palco urbano, nunca igual (O’DONNELL, 2008, p. 97). Não lhe escapam os cultos, os riscos, assim como os marginais. Trata das profissões da miséria, como trapeiros, papaleiros, cavaqueiros, chumbeiros, caçadores de gatos. De coletores de botas, ratoeiros, além de ledoras de mão e compositores de modinhas (SEVCENKO, 2003, p. 84).

Em meio a seu amor visível pelas ruas, explorava o caráter inventivo do espaço público – a rua, seus conflitos e belezas, geram reação no indivíduo que por ela circula. “O que a leitura das crônicas de João do Rio nos oferece é uma visão da cidade para além de sua materialidade, como um tecido vivo de relações sociais” (O’DONNELL, 2008, p. 70).

No livro *Cinematógrafo de letras*, Flora Süssekind trata do impacto das novas tecnologias na vida cultural do Brasil do século passado. A ensaísta observa indiretamente a cidade transformada por jornais, cinemas, pontos de encontro e pelos cronistas. No que é seguida por outros autores.

O trabalho de Süssekind aponta pistas para entender a formação do leitor urbano ao explorar o que chama de “rastros da técnica” na literatura brasileira do início do século XX. É certo que ela se ocupa mais com a representação de como o cinema é a máquina que influencia os autores (SÜSSEKIND, 2006, p. 29). Mas nas entrelinhas, trata da recepção desse meio, a seu tempo. E ao tratar da recepção, sugere um perfil do leitor urbano brasileiro em formação e de como ele foi percebido – fútil, superficial, ligeiro, entregue à sedução estrangeira.

É célebre a reação de Monteiro Lobato, que vai protestar contra o desenraizamento cultural do público brasileiro, a exemplo do que escreveu em novembro 1916 na *Revista do Brasil*. Fala em “derradeiras radículas da

individualidade”, referindo-se à imitação da cultura estrangeira experimentada pela urbe:

Tendes sede? No bar só há *chopps*, *groggs*, *cocktails*, *vermouths*. Tendes fome? Dão-vos *sandwichs* de pão alemão e queijo suíço. Lá apita um trem: é a Inglesa. Tomais um bonde: é a Light. Cobra-vos a passagem um italiano. Desceis num cinema: É Íris, Odeon, Bijou. Começa a projeção? É uma tolice francesa de Pathé ou uma calamidade da Itália (MONTEIRO LOBATO apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 36).

A fúria de Lobato contrastava com o senso de entrega de muitos escritores à paixão daqueles tempos. Textos como *Pathé Baby* (1926), de Alcântara Machado, e *Serafim Ponte Grande* (1933), de Oswald de Andrade, são marcados pela “trepidação ansiosa” da cidade e pela ideia de flashes e instantâneos (SÜSSEKIND, 2006, p. 38) – do que se deduz que preveem o leitor apressado e sujeito à publicidade.

Mas é no próprio Lobato que se percebe também o desejo pelo novo leitor. Ele quer a massa e se gabava da edição de mais de 50 mil exemplares de *Narizinho* – “a maior edição do mundo” (SÜSSEKIND, 2006, p. 67). O autor fazia campanhas agressivas, dizia que os livros deviam ser incentivados como se fossem “óleo de rícino”, usava de cores populares e chegou, nos anos 1920, a vender 4 mil livros por mês em sua editora. Ele e outros autores trabalham em aumentar o público da literatura, atendendo à demanda da cidade que crescia.

A palavra de ordem parece ser exibir, tornar público. Desde a cidade em que se vive – objeto de exibição em álbuns de vistas, cartões-postais, panoramas, revistas de ano – à própria figura, tabuleta, ela também, onde se imprimiam figurinos os mais diversos (SÜSSEKIND, 2006, p. 68-69).

Havia, de fato, um surto provocado pela industrialização. As novidades trazidas pela indústria levavam a desprezar o Brasil e suspirar por Paris (SODRÉ, 1999, p. 300). O clima cosmopolita favorecia às charges em cores, tendo o humor como arma de proximidade e inteligência, o que vai se tornar um traço do público brasileiro. Era preciso atingir um público maior, o que era difícil num país com 18,5% de alfabetizados em 1890; e 33,1% em 1900, o equivalente a pouca mais de 13 milhões de brasileiros capazes de ler.

Livros raramente ultrapassavam mil exemplares. E jornais, 50 mil, o que gerava reclamações contínuas dos escritores, que não viam aumentar a audiência

(SÜSSEKIND, 2006, p. 73). A questão ganhava a palavra de críticos como José Veríssimo, em 1900.

[...] sabiam ler apenas 14 ou 15 em 100 brasileiros ou habitantes do Brasil. Difícil será, entre os países presumidos de civilizados, encontrar proporção tão alta de iletrados. Assentado esse fato, verifica-se logo que à literatura aqui falta a condição da cultura geral, ainda rudimental, e igualmente o leitor e consumidor dos seus produtos (VERISSIMO apud SEVCENKO, 2003, p. 110).

Os avanços na imprensa, contudo, vão criar uma impressão momentânea de mudança na recepção. Os jornais mais importantes da época de João do Rio vão substituir as demoradas composições por tipo móveis pelas linotipos, capazes de gerar 10 a 12 mil exemplares por hora, e ganham máquinas capazes de fotografar. Os periódicos passam a “ser cada vez mais ícones de modernidade numa cidade que quer ser símbolo de um novo tempo” (BARBOSA, 2007, p. 22).

Havia uma tendência em encarar a ligação entre literatura e imprensa como uma banalização artística e decadência do gosto, “interferindo diretamente nas formas de percepção da população” (SÜSSEKIND, 2006, p. 86). O texto curto, a palestra e a crônica vão se tornar preferências dos leitores é fato, em detrimento do livro e da leitura mais elaborada.

A culpa vai ser atribuída à cidade, à vida atribulada que atrapalha as ideias. Sússekind fala em “recepção desatenta”. Rui Barbosa em “dispepsia literária”, a propósito da ausência de leitores nas cidades (SEVCENKO, 2003, p. 111). E recorre ao texto em que João do Rio critica a pressa do público de teatro para que a peça acabe (SÜSSEKIND, 2006, p. 103).

A cidade vai ser o excesso, a possibilidade, mas também a superficialidade. Mas inegavelmente o lugar da recepção. Seu leitor – seja o homem das letras, aquele que compra revistas na banca ou, por que não, o anônimo que se fia nos livros, vai carregar todos os estigmas desse tempo – a de ser um leitor ligeiro, a de ser um esquisito, um fútil e, claro, ser alguém que vive o seu tempo.

1.2.1 A crônica

A crônica – na Belle Époque [final do século XIX] até os anos 1920 –, passa de artigo de fundo a desenho e caricatura. “Sua relação [a de Paulo Barreto] com o horizonte técnico é basicamente de *encantamento*, impresso nas crônicas; de *mimesis* que se deseja literal, mas de apenas alguns de seus traços. Daí a tentativa de pensar a crônica como fita de cinema ou de delinear personagens-quase-figurinos” (SÜSSEKIND, 2006, p. 47).

A crônica mostrara ser filha da cidade, uma vez que seu material – a vida cotidiana – e sua forma – poucas linhas impressas em jornais – serviam com perfeição às demandas do urbano. Veículo da polifonia, de modo a legitimar as ambiguidades e fissuras do dia a dia, o gênero aproxima-se da função da fofoca... [...] Assim, a crônica surge como a mais clara e acessível representação da sociedade moderna sobre si, atuando como guia ao visitante desejoso de conhecer seus costumes (O'DONNELL, 2008, p. 83).

O gênero nem sempre é bem visto nos círculos intelectuais dos tempos de João do Rio. Tal como se diz hoje sobre produtos eletrônicos e redes sociais, o estilo de escrita, absolutamente urbano, chegava a ser taxado como um subproduto literário, usado por jornais e revistas para iludir o público, sufocando-os com seus excessos e levando-o ao consumo (SEVCENKO, 2003, p. 132).

Os personagens das crônicas, diga-se, não se esgotam na imagem do cinematógrafo. Eles veem o mundo passar também de dentro de um carro. São figuras de uma cidade em que há buzinas, apitos de trens, bondes com tração elétrica. “Porque, de certo modo, ofereciam o espetáculo de uma superação de distâncias, antes aparentemente enormes, possível sobre o tempo, que parecia alargar ou comprimir, de acordo com o uso ou não de tais maquinismos” (SÜSSEKIND, 2006, p. 49).

Não se pode perder de vista – como alerta a ensaísta argentina Beatriz Sarlo – que Rio de Janeiro ou Buenos Aires, não importa, assistiram ao casamento entre literatura e cidade num contexto problemático. Havia uma pressão vinda de fora, impondo modelos europeus, gerando um crescimento desigual tanto do projeto urbano quanto do projeto cultural.

Essa situação é bem particular no Novo Mundo, como mostra Júlio Pimentel Pinto. Ele fala de cidades nascidas e crescidas para serem espaços de troca, mas não

espaços de uso, no sentido cunhado por Henri Lefebvre. Ou seja, em vez de espaços de sociabilidade, seguiram condenadas a ser espaços de consumo.

Como o processo foi desigual, e até artificial, as cidades latino-americanas crescem sob o impacto da despersonalização, controle social rígido, segregação em bairros burgueses e bairros operários, fazendo com que a ideia de cidade fosse reinterpretada à luz da América – um lugar onde as pessoas são mais ou menos iguais. Aqui, a Paris de Haussmann é um eco longínquo (PINTO, 2004, p. 95).

O imaginário literário das cidades repousa numa matriz estranha, algo dura, conduzida pela notícia e não pelas letras. O leitor que brota daí é um misto de urbanista com “buscador” de sentidos, que perambula em cidades caóticas e desiguais, da qual emergem as pequenas e grandes ficções. Não faltam exemplos de metrópoles cujo crescimento transbordou para a literatura, como observa Julia O’Donnell (2008, p. 16):

A Viena de Freud, a Paris de Baudelaire, a Lisboa de Pessoa, a Londres de Virginia Woolf, Dickens e Poe, e (por que não?) o Rio de João do Rio. Inúmeros autores fizeram da cidade sua musa e, numa involuntária etnografia rica em detalhes descritivos e sensitivos, versaram sobre as angústias e prazeres a que ficaram submetidos seus eus-líricos. Como metonímias do homem que passava a responder por “cidadão”, “indivíduo”, “pessoa pública”, “pedestre”, “motorista” etc., suas personagens viam surgir diante de si, não sem espanto ou desconforto, o desafio de novos papéis sociais.

Causa curiosidade que lugar a crônica – um gênero tão popular – ocupou nesse cenário. Teria falado às camadas “mais iguais”? Ou teria sido um ponto de ligação entre as cidades dispersas que convivem dentro da grande cidade? As pistas parecem ser poucas, ainda que direta e indiretamente a bibliografia sobre a crônica – além de se deter sobre as firulas do estilo – afirme-a como um gênero devotado à cidade e aos seus personagens.

O pesquisador José Marques de Melo afirma a crônica como uma espécie de gênero nacional, sem precedentes em outros países. Tenta responder por que a crônica ganhou tamanha importância entre os leitores brasileiros, ainda que só faça insinuar os motivos, a exemplo do fato de as crônicas terem aquecido o clima social das cidades brasileiras emergentes.

Aponta a crônica, por exemplo, como “embrião da reportagem” (MELO, 1994, p. 47), característica com a qual chegou ao Brasil. A expressão se deve ao fato de que as notícias vinham em forma de narrativa epistolar. É fato também que a crônica, nos

países latinos, costumasse vir carregada da visão pessoal do redator, aproximando-a do literário e do subjetivismo, assim como do relato histórico.

A explicação mais aceita – endossada por Melo – é a de que a crônica surge no jornalismo brasileiro como *folhetin* – “um espaço que os jornais reservam, semanalmente, para o registro do que aconteceu no período. Sua redação é confiada a escritores (poetas ou ficcionistas)” (MELO, 1994, p. 151). O autor diz que o folhetim tinha, em meados do século XIX, a características de “bazar asiático”, já que tratava de uma miscelânea de assuntos, até ganhar características próprias e autonomia no corpo dos periódicos.

Com Machado de Assis, a crônica ganha, enfim, personalidade. Machado se dizia escrevendo “brasileiro”. E que a crônica exigia uma “participação direta e movimentada na vida mundana (MELO, 1994, p. 152), do que se pode entender participação na vida da cidade. Em “A vida ao rés-do-chão”, prefácio para a coleção Para Gostar de Ler, Antonio Candido (1980, p.5) afirma a crônica como gênero menor. E dá graças a Deus por isso, porque sendo menor “ela fica perto de nós”. A afirmação é de que se trata de um estilo próximo do dia a dia, o rés-do-chão de que fala o título. Novamente a cidade está nas entrelinhas como mote e cenário da crônica.

Chama atenção que Candido credite à crônica características que são próprias não só do jornal – a duração de um dia, por exemplo –, mas também da cidade contemporânea, como a efemeridade e transitoriedade, transformando a “literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um...” (CANDIDO, 1980, p. 6). Outro aspecto a destacar: o autor afirma ter sido no decênio de 1930 o período de consolidação da crônica como gênero no Brasil. Foi nos anos 1930 que se formou a base da sociedade urbana brasileira e que surgiu uma geração de autores identificados com os temas citadinos, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, além de Rubem Braga.

A geração seguinte – que legou cronistas do quilate de Fernando Sabino – vai ter o acento urbano como marca, particularmente no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro, onde muitos deles se concentravam. Sabino, por exemplo, explorava como poucos o lado tragicômico da realidade citadina, flagrada numa oposição contínua à ingenuidade rural – ainda uma tônica nos grandes centros do país (SÁ, 1999, p. 23).

Davi Arrigucci Jr., no ensaio “Fragmento sobre a crônica”, depois de considerar todas as afirmações tradicionais sobre o gênero, como sua ligação com os jornais e com o tempo da notícia, afirma a crônica como um “fato moderno”, submetido às

inquietações, novidades, rapidez e insatisfações das metrópoles do capitalismo industrial (ARRIGUCCI Jr., 1985, p. 44). Vale dizer que “cronistas foram também os primeiros romancistas, notando-se que o romance urbano ou de costumes era por assim dizer um desenvolvimento natural da crônica” (COUTINHO, 1986, p. 125).

Hoje, embora não se possa afirmar com todas as letras, as crônicas de jornal refletem o disparate em que se transformaram a cidade, e se somam às vozes que tentam entendê-la, satisfazendo, na pena, algumas das inquietações expressas por Nelson Brissac Peixoto, Beatriz Sarlo ou Henri Lefebvre.

Não há, obviamente, um discurso unívoco de urbanidade, ou um modelo de cidade seguido pelos cronistas. O gênero, inclusive, é apontado como em crise por estudiosos como Marcelo Coelho. Motivo: cada vez mais os cronistas de jornais concorrem, nos temas, com os articulistas, fugindo do que lhe seria próprio: falar de trivialidades, ou “sobre o nada”, como se convencionou chamar o cotidiano traduzido nas crônicas (COELHO in CASTRO; GALENO, 2002, p. 155).

É fato que são onipresentes na cultura brasileira. Que refletem a rua. Que são lidas nas escolas. Que representam o cidadão comum. Não raro, figuram entre as matérias mais lidas nos jornais, o que quer dizer alguma coisa.

1.3 A ESCOLA DE CHICAGO

Um dos instrumentos para compreender a interação entre cidades e seus leitores é a corrente que ficou conhecida como Escola de Chicago¹¹ – fazendo do urbano um objeto social de primeira envergadura (O’DONNELL, 2008, p. 18). No início o século XX, pesquisadores ligados à escola fizeram da cidade o local privilegiado de observação (ARAÚJO, 2001, p. 119). E pensaram, a partir da urbe, quais as possibilidades democráticas num contexto de rápida industrialização e urbanização (CONDE in BERGER; MAROCCO, 2008, p. 15).

¹¹ No início do século XX, um grupo de pesquisadores se propôs a fazer de Chicago, nos EUA, um laboratório de pesquisa etnográfica, dando impulso à questão urbana. Chicago era um importante polo imigratório e passava por rápidas transformações geográficas e sociais. Nesse contexto, um grupo de pesquisadores da Universidade de Chicago desenvolveu métodos de investigação urbana. Tendo como principal fonte teórica o alemão Georg Simmel, a Escola de Chicago é marcada principalmente pelos estudos de Robert Park, William Thomas, Ernest Burgess, entre outros estudiosos de urbanidade (O’DONNELL, 2008, p. 18).

Em paralelo, para além das inquietudes parisienses, à Baudelaire, os pensadores da condição urbana – a partir de um espaço industrial no Novo Mundo – se preocuparam com os excessos do teatro urbano, com o consumo explosivo de símbolos e como essa nova realidade podia levar à perda da interioridade (MONGIN, 2009, p. 61).

Foram fontes para os autores da Escola de Chicago os escritos do sociólogo alemão Georg Simmel, que ofereceu subsídios para pensar a dialética entre indivíduo e sociedade. Para Simmel, essa interação faz com que um e outro, o cidadão e a cidade, se construam e reconstruam mutuamente (O'DONNELL, 2008, p. 19). Não é um processo pacífico, posto que vigora uma tensão entre a preservação da autonomia individual e as forças sociais, impondo a especialização do mundo trabalho e a dependência das estruturas (VIANNA in VELHO, 2006, p. 111).

Simmel pensou a sociabilidade como jogo, arte e interação – e como uma prática urbana por excelência (O'DONNELL, 2008, p. 59). A ele se deve a percepção da cidade como “estado de espírito”, o conceito de “personalidade urbana” e as preocupações com a mobilidade, fator decisório na troca de informações e de cultura nas grandes cidades (MATTELART, 1999, p. 30).

Interessa a maneira como Simmel percebeu a divisão do trabalho – reclamando do indivíduo aperfeiçoamento contínuo e exasperante – e a imposição natural de “ser diferente”, sobressaindo-se na multidão (VIANNA in VELHO, 2006, p.111). Sua experiência da cidade é a experiência da vida nervosa (FABRIS in NASCIMENTO; BITENCOURT, 2008, p. 18). Preocupava-se com a fragmentação, com os excessos, pela multiplicidade de papéis impostos ao indivíduo. Os muitos impulsos oferecidos pela cidade poderiam levar ao desequilíbrio. É um autor sob o signo da ambiguidade: a civilização urbana seria fonte de liberdade e de tormenta (CASTELLS, 2011, P. 128).

Daí, à maneira de Walter Benjamin, Simmel associá-la à ideia de “labirinto”. A cidade é para ele um ambiente social artificial, organizado de forma tecnológica, levando o cidadão a dar respostas não emocionais e compartimentadas, dividindo a vida em seções, de modo a perceber da realidade apenas aquilo que interessa. Seria essa uma forma de defesa do homem da urbe diante da complexidade daquilo que encontra nas ruas das metrópoles (GOMES, 2008, P. 74). O urbanita de Simmel parece no limite.

Como as reações à cidade são múltiplas, forma-se uma rede social indefinida. Nas suas esquinas se dão encontros fortuitos, superficiais e instigantes, tal e qual no conto “O homem da multidão”, escrito por Edgar Allan Poe em 1840 – autor que vai

mostrar outro movimento da cidade, o movimento que pode levar aos bulevares do crime, expressão que tanto vai interessar ao cinema (MONGIN, 2009, p. 74). Tanto em Poe quanto em Baudelaire, a cidade é um lugar em que se pode se mover, de forma permanente e arbitrária, numa oscilação entre a sedução e a necessidade (MONGIN, 2009, p. 48-49).

Deve-se a Simmel, nos EUA, uma sociologia que se dispusesse a pensar mudanças de atitudes e comportamentos nos grandes centros urbanos, fazendo desses espaços verdadeiros laboratórios sociais (MATTELART, 1999, p. 30). Neles também se desenvolvem culturas subjetivas (VIANNA In: VELHO, 2006, p.112), e nelas, por extensão, cabe o leitor. Desse ponto de vista, ainda que não com os mesmos resultados, ele se aproxima do *flâneur* (VIANNA in VELHO, 2006, p.113).

Essa percepção de Simmel será endossada por seus seguidores, a exemplo de Robert Park. Homem de imprensa, Park trouxe das redações para a universidade a experiência de interação social descrita pelo mestre. Via, nos clichês de jornal, um processo contínuo de autorrepresentação e forjou ali suas propostas de sociologia urbana, assim como os efeitos das relações raciais, interculturais, integração de população imigrante e opinião pública (CONDE in BERGER; MAROCCO, 2008, p. 19).

Autor, texto e leitor formam, segundo ele, a tríade da produção urbana no âmbito das ideias, numa estrutura alentada pelo princípio da circulação (O'DONNELL, 2008, p. 72). E ao lado de E.W.Burgess, nos anos 1920, vai encontrar uma expressão que traduzia sua maneira de ver aqueles tempos de mudanças profundas – a “ecologia humana”. A “ecologia humana” supõe competição entre os indivíduos pela sobrevivência e pelo espaço, e a maneira como criam processos culturais. O conceito – emprestado das ciências biológicas e que vê a cidade como um organismo (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 31) – ajudou a desenvolver o princípio de lugar e de não lugar (FRÚGOLI Jr., 2007, p. 22).

Pelo termo, Park entendia a luta pelo espaço, elemento que regeria as relações entre os indivíduos, formando redes urbanas. Não estranha que Park tenha se interessado por essa questão. “Sua paixão era observar, mais do que mudar” (CONDE in BERGER; MAROCCO, 2008, p. 20). Foi jornalista engajado na luta dos direitos civis dos negros. E observou atentamente como os imigrantes que chegavam aos Estados Unidos tinham na leitura do jornal uma forma de fazer parte da sociedade que

havia adotado. Ou seja, capta o valor da leitura como uma forma de pertença a uma comunidade. A respeito de Park:

Descreveu a corrupção, as condições de vida miseráveis dos bairros de imigrantes e também o ambiente criminoso que escondiam. Park busca constantemente novas notícias e histórias representativas sobre temas urbanos e assim chegou a perceber a cidade como um lugar privilegiado que lhe servia de laboratório natural para o novo homem urbano que a sociedade industrial havia criado (CONDE in BERGER; MAROCCO, 2008, p. 21).

É com base nessa observação que a Escola de Chicago vai defender a nova configuração industrial do fenômeno urbano pelo viés da etnografia. É seu modo de encontrar qual a articulação que se forma entre mundo, observador e leitor (O'DONNELL, 2008, p. 90). A metodologia etnográfica – além de aproximá-lo da reportagem, que bem conhecia – se nutria de monografias sobre bairros, observação participante e análise de histórias de vida, formando uma espécie de microsociologia, partindo das manifestações subjetivas do ator (MATTELART, 1999, p. 35).

Em sua aventura jornalística e sociológica, Park acaba por perceber uma relação simbiótica entre o homem e a cidade. Sua originalidade foi atribuir contornos mais concretos a essa relação – ele fala em convivência, interação, socialização e associação, além de em espacialidade (FRÚGOLI Jr., 2007, p. 18). Um de seus grandes trunfos foi o estudo de como se comportavam os novos americanos, vindos de outras nações. Pensou, sim, a venda dos jornais para os que queriam se integrar, mas também a leitura como forma de integração – como observa a pesquisadora Maria Rosa Berganza Conde. “Park concebe a imprensa como uma janela aberta ao amplo mundo exterior do pequeno círculo da comunidade imigrante na qual o estrangeiro foi obrigado a viver” (CONDE in BERGER; MAROCCO, 2008, p. 31).

Conde reforça os dizeres do próprio Park no estudo intitulado “A história natural do jornal”: “O crescimento das grandes cidades aumentou fortemente o tamanho do público leitor. A literatura que era um luxo no campo se tornou uma necessidade na cidade. No ambiente urbano a alfabetização é semelhante à necessidade da fala” (PARK apud BERGER; MAROCCO, 2008, p. 34).

A Escola de Chicago não é uma corrente à salvo de críticas. O caráter empírico e a vinculação à ideia evolucionista são, de fato, pontos sensíveis das teorias que o grupo arquitetou, ainda que uma resposta ao clima higienista em que se desenvolveu (FRÚGOLI Jr., 2007, p. 22). Aqui, contudo, interessa perceber como o núcleo de

Chicago oferece pistas para entender a interação do leitor com a cidade e como ele responde aos estímulos urbanos, fundamentando essa relação em bases que foram pensadas pelas teorias da comunicação e da recepção ao longo do século XX. “O lar do novo indivíduo (o indivíduo pós-Simmel?) é toda a cidade”, escreve Hermano Vianna ao tratar de Simmel, de Park e do poeta português Fernando Pessoa (VIANNA in VELHO, 2006, p.115).

É dessa experiência etnográfica que parte a compreensão de que o cidadão urbano constrói o *self* em meio aos dilemas da mobilidade, da habitação, do trabalho. Mesmo estando sujeito à massa, desenvolve um processo de individualização, escrevendo sua própria história de vida. E daí tira sua capacidade de emancipação (MATTELART, 1999, p. 36). Ora, difícil não relacionar esse fenômeno à figura do leitor que emerge da baixa escolaridade e do caos urbano, questões desta tese.

O leitor é, portanto, um cidadão – ocupa espaços urbanos, se desloca e estabelece uma rede de significados. Não se reduz ao transeunte nem ao cidadão. Faz parte de uma rede complexa, que pode ser potencialmente organizada. É um indivíduo em rede. Sua marca é estar consciente de que faz parte de algo, formando, como dizia Georg Simmel, uma interação microssociológica (FRÚGOLI Jr., 2007, p. 9).

Portanto, é alguém em interação, e parte de uma constelação, de um movimento constante. Nesse panorama, oscilam entre o anonimato e a multiplicidade de papéis que a cidade lhe reserva, como expressou Simmel (in FRÚGOLI Jr., 2007, p. 13) em *As grandes cidades e a vida do espírito*. É uma grande questão. A Escola de Chicago e as leituras que foram feitas dela apontam para o fato de que o cidadão emerge de um encontro com o espaço público, a exemplo da Chicago dos anos 20: “um local de emergência das indagações, mais do que uma fonte de explicação dos fenômenos observados”, nos dizeres de Castells (2011, p. 129). Ele circula em fronteiras diferentes e a cidade para ele não é uma unidade, mas uma multiplicação de estímulos a que deve responder (FRÚGOLI Jr., 2007, p. 48).

Ao tratar de Park, Simmel e outros autores que anunciaram o caráter laboratorial dos estudos urbanos, escreve a antropóloga Cristina Patriota de Moura (in VELHO; KUSCHNIR, 2003, p. 43-44):

Talvez a característica mais marcante da vida nas grandes cidades seja a extensão dos campos de possibilidades dentro dos quais indivíduos e grupos podem elaborar projetos. Mesmo o *urban villager* pode sair de sua “aldeia” e transitar por outras regiões morais da cidade, com liberdade e desenvoltura que variam de caso a caso. É claro que toda região moral tem seus limites de pertencimento, e é possível estar lá sem participar. No caso dos locais habitados e frequentados por membros das camadas médias urbanas brasileiras, vemos que o contato com pessoas que ocupam lugares diferenciados em nossa escala hierárquica tem sido, historicamente, bastante intenso, ainda que governado por regras de conduta específicas.

Moura se refere ao sem número de estudos antropológicos no meio urbano, cuja maior marca é a diversidade de experiências. Podem ser vagos, contestáveis, sujeitos a leituras de várias áreas de conhecimento – como o jornalismo e o próprio urbanismo. De qualquer modo, confirmam a inquietação que nasceu com Simmel e com a Escola de Chicago.

A lembrança trazida por Paul Virilio (1995) a respeito da substituição da expressão “*aller à la ville*” (do século XIX) por “*aller em ville*” (atual) é mais uma confirmação da universalização do espaço urbano: já não estamos mais diante da cidade, vendo-a de fora, mas sim, de um modo ou de outro, dentro dela. Desaparece, pois, a aldeia, o fato urbano isolado, e surge a cidade integrada espacial, concreta e virtualmente com o mundo, confundindo-se com ele (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, P. 39-40).

Ao retomá-lo, Zygmunt Bauman, não deixa de tecer elogio aos *urbans* de Simmel, algo *blasé*, mas que como ele diz, “não portavam telefones celulares com fones de ouvido”. Os vagabundos de Simmel eram observadores do teatro urbano. O mesmo vale para os *flâneurs* de Baudelaire. Nem um nem outro procuravam uma comunidade da qual fazer parte, o que é um dilema do viandante do século XXI. Esse procura de identidade num mundo em movimento, cujas formas se desfazem violentamente. O sinal de que isso acontece pode ser o celular, com o qual as pessoas se desligam da vida que corre em volta. “A proximidade física não se choca mais com a distância espiritual” (BAUMAN, 2005, p. 32).

1.4. A CIDADE DE JACOBS E TALESE

Em seu clássico *Morte e vida de grandes cidades*¹², a ativista urbana canadense Jane Jacobs fugiu do que lhe parecia uma cilada: escrever um livro de urbanismo em que se pusesse a criticar o planejamento urbano de cidades como Nova Iorque ou Paris, nos idos de 1950 e 1960. Ainda que não tenha se furtado de falar que os espaços criados pela arquitetura modernista – “fisicamente limpos e ordenados, mas social e espiritualmente mortos” – tentaram matar o que havia de bom na cidade de meados do século XIX, quando a *flânerie* se desenvolveu (BERMAN, 1986, p. 194).

Preferiu, como ela mesmo diz, escrever “sobre coisas comuns e cotidianas” – a exemplo de ruas seguras, parques e cortiços que passaram a representar uma maneira saudável de existir, mostrando “que o velho ‘caos’ urbano na verdade constituía uma ordem urbana maravilhosamente rica e complexa” (BERMAN, 1986, p. 194). Em paralelo, descreveu ruas que são um perigo para as crianças, parques transformados em armadilhas e conjuntos residenciais convertidos em porta aberta para o crime. Suas teses partiram da vida como ela é – o que talvez explique sua vitalidade.

Ler *Morte e vida...* é tomar contato com uma autora que destaca o conceito da “diversidade urbana” e como o urbanismo, a partir da década de 1960, acaba apartando o cidadão do espaço público, o que levou à desertificação dos próprios espaços. Uma vez mortas, as ruas se convertem em “máquinas e circulação”, matando a sociabilidade (FRÚGOLI Jr., 2007, p. 26-27). E com a sociabilidade parte do interesse pelo mundo.

Nos dizeres de Marshall Berman (1986, p. 354), tudo o que Jacobs faz é falar sobre a vida no dia a dia, desenvolvendo um gênero avizinjado das artes plásticas, por ele chamado de “montagem urbana”, mas que ficaria melhor traduzido por “instalação urbana”. Seu ritual é o de colocar o lixo na rua, recolher papéis de bala, ver personagens como o senhor Halpert e o senhor Goldstein. Ela evoca e experimenta “aquilo que Baudelaire denominou a ‘comunhão universal’ disponível aos homens e mulheres que sabem como ‘tomar um banho de multidão’” (BERMAN, 1986, p. 355).

¹² *Vida e morte nas grandes cidades* foi publicado nos EUA em 1961, pela Random House Inc., sendo traduzido no Brasil em 2000, pela Martins Fontes. A demora em ganhar uma versão em português não impediu que a obra fosse estudada nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, assim como citada largamente, como se tem informação.

Ao se referir ao *flâneur*, Baudelaire (1996, p. 20-21) escreveu:

A multidão é seu universo, como o ar é o dos pássaros, como a água, o dos peixes. Sua paixão e profissão é desposar a multidão. Para o perfeito *flâneur*, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidío, no infinito. Estar fora de casa, e contudo sentir-se em casa, onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos pequenos prazeres desses espíritos independentes, apaixonados, imparciais, que a linguagem não pode definir senão toscamente.

Ao assumir a rua como um lugar de riqueza e de vitalidade, Jacobs se alinha com a tradição da cultura moderna que vê na cidade um símbolo. Trata-se de um espaço que permite a liberdade, o movimento, a comunicação face a face (BERMAN, 1986, p. 357). Muitos dos seus moradores a vivem de maneira muito melhor do que aqueles que a construíram (BERMAN, 1986, p. 357).

A rua ideal de Jane Jacobs

[...] está cheia de estranhos que passam, de pessoas de muitas classes diferentes, de idades, grupos étnicos, crenças e estilos de vida diversos; sua família ideal é aquela na qual as mulheres saem para trabalhar, os homens gastam uma boa parte de tempo no lar, ambos os pais trabalham em unidades pequenas, próximas de casa, de tal forma que as crianças podem descobrir e se desenvolver num mundo em que há dois sexos e onde o trabalho desempenha papel central na vida cotidiana (BERMAN, 1986, p. 364).

À revelia dos antagonismos com os quais teve de lidar, a autora conseguiu fornecer munição para olhar a cidade para além do aparato técnico e equipamentos urbanos. O tempo todo é como se ela tentasse responder de que maneira as pessoas – e o uso que fazem dos centros urbanos – são elementos definitivos no sucesso ou no insucesso de uma cidade.

O resultado é que acabou por fazer uma crônica involuntária dos grandes centros contemporâneos. É impressionante como, num momento em que ainda se vivia uma lua de mel com o pós-Guerra, e com as maravilhas que o momento trouxe para os lares americanos, a autora tenha se dado conta de que os milhões gastos em moradias populares geraram segregação e delinquência, e não dias melhores, como se alardeava. Que as ruas deixaram de ser espaços de encontro. E que as cidades perderam sua intimidade (JACOBS, 2000, p. 3).

Sua voz é contundente – Jane diz que, para que as maravilhas do urbanismo fossem executadas pelos planejadores, milhares de pessoas se viram desenraizadas, seus pequenos negócios foram arruinados, inaugurando uma era de cinismo. Acabou que sua observação desse mundo em desalinho traçou o perfil de uma época, colaborando para afirmar a cidade como tema emergente.

Ao pensar em Jacobs, na cidade que se desumaniza, faz-se pertinente lembrar dos textos de Gay Talese sobre os anônimos de Nova Iorque¹³ para a revista *Esquire*. Depois, os escritos foram publicados em conjunto pela Harper & Row com o título *Nova Iorque – A jornada de um serendipitoso*¹⁴, curiosamente em 1961, mesmo ano em que Jacobs publicou *Morte e vida de grandes cidades*.

Na apresentação da edição brasileira de *Fama e anonimato* – obra que reúne os textos de Talese, ele se refere à produção como a mais urbana de sua carreira: “O texto desse livro constitui a primeira parte desta edição de *Fama e anonimato*; para mim, agora ele representa minha visão juvenil de Nova Iorque, dinamizada por uma mistura de admiração e espanto, e me lembra também de quão destrutiva uma cidade pode se tornar, quando ela promete muito mais do que pode cumprir...” (TALESE, 2004, p. 11).

Os quatro textos da série, contudo, mais remetem à curiosidade da vida na cidade grande do que à desagregação “jacobsiana” dos aglomerados urbanos – ainda que não lhe faltem momentos tocantes, indicativos de que algo está fora de ordem. São eles “Nova Iorque é uma cidade de coisas que passam despercebidas”; “Nova Iorque é uma cidade de anônimos”; “Nova York é uma cidade de personagens”; “Nova Iorque é uma cidade de profissões estranhas”; e “Nova Iorque é uma cidade dos esquecidos”.

Em “Nova Iorque é uma cidade de coisas que passam despercebidas”, Talese (2004, p. 19-20) lembra que a cidade de que fala é “uma central de pequenas curiosidades”:

¹³ Gay Talese figura entre os principais representantes do chamado jornalismo de ficção, novo jornalismo ou parajornalismo, entre outras denominações para o estilo consagrado por Truman Capote, em *A sangue frio*. A marca de Talese no time de jornalistas americanos que usa recursos da literatura para produzir reportagens – despontados já a partir da década de 50 – é a busca do inusitado. Suas obras mais festejadas, contudo, são a biografia do *The New York Times – O reino e o poder* – e uma grande reportagem sobre o comportamento sexual dos americanos na era pré-aids – *A mulher do próximo*.

¹⁴ Serendipitoso, de acordo com o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, é a pessoa dotada de capacidade de fazer, por acaso, descobertas felizes ou úteis.

Os nova-iorquinos piscam 28 vezes por minuto, quarenta quando estão tensos. A maioria das pessoas que comem pipoca no Yankee Stadium para de mastigar por um instante, pouco antes de um jogador fazer um arremesso. As pessoas que mascam chicletes nas escadas rolantes da Macy's param de mascar por um instante, logo antes de descer – para se concentrar no último degrau. Os funcionários que limpam o tanque dos leões-marinhos do zoológico do Bronx costumam encontrar moedas, cliques de papel, canetas esferográficas e bolsinhas de meninas. Todo dia os nova-iorquinos enxugam 1,74 milhão de litros de cerveja, devoram 1,5 mil toneladas de carne e passam 34 quilômetros de fio dental entre os dentes. Todo dia morrem cerca de 250 pessoas em Nova York, nascem 460, e 150 mil andam pela cidade com olhos de vidro.

O “gabinete de excentricidades” levantado por Talese desperta o colecionador de álbum de figurinhas que mora em cada um. Mas não seja a única virtude de seu texto. Conta, e muito, o observador das mudanças trazidas pela urbanização. Com seu traquejo para o inusitado denuncia, mais do que todas as estatísticas, a onipresença da tirania da cidade sobre o cidadão. Está como que a dizer que o pitoresco esconde uma ironia. O espaço urbano condiciona e oprime os moradores, é o que se percebe mesmo quando o peso dessa verdade passa como graça para quem lê.

Em “Nova Iorque uma cidade de anônimos”, Talese observa que os nova-iorquinos tendem a passar todos os dias pelas mesmas roletas no metrô, sendo que poderiam escolher outras. É uma observação engraçada, mas que aponta as rotinas, a repetição, a instauração de um relacionamento pouco crítico com as premissas urbanas. A mesma capacidade de observação se presta a mostrar como a vida entre ruas e esquinas pode ser ingrata:

10 mil motoristas de ônibus de Nova Iorque enfrentam todo dia o pior trânsito do mundo, ao mesmo tempo em que são insultados por velhinhas, enganados por estudantes, fechados por táxis e obstruídos por caminhões; tudo isso enquanto dirigem com uma mão e dão o troco com a outra, entregam bilhetes de baldeação, respondem perguntas, se apressam para pegar o sinal verde, procuram cumprir o horário, evitam os buracos da companhia de eletricidade, pedem aos passageiros que se dirijam ao fundo do ônibus, ouvindo o contínuo tilintar da campainha de parar e sofrendo de dor nas costas, úlceras, hemorróidas ou um desejo quase incontrolável de enfiar o ônibus num muro de pedra e sair andando (TALESE, 2004, p. 42).

Ora, não é de uma cidade de sonhos que se está falando, ainda que a roupagem seja divertida. É uma cidade sofrida, tragicômica, o que vai ficar mais evidente em “Nova Iorque é uma cidade dos esquecidos”, no qual descreve a Nova Iorque da West Twelfth Street, e seus “inúmeros edifícios de apartamentos com escadas de incêndio

enferrujadas e gente ansiosa para mudar de casa. Eles desejam fugir da incerteza da Eighth Avenue, que é uma mistura infernal de pecadores, fanáticos religiosos, luz e trevas, cerveja por cinco centavos e uma festa de Mike Todd que enche o Madison Square Garden (TALESE, 2004, p. 113-114).

Tais descrições são como um caminho de volta às reflexões de Jane Jacobs. Ela não tem a fleuma literária de Talese, tampouco raciocina como um profissional de imprensa, mas tem a matéria prima para tanto, com a vantagem de que a autora detém a análise da macroestrutura que gera a decadência das cidades. É, como Talese, um serendipetoso.

Chama atenção na autora a ousadia em afirmar que o urbanismo não garante o caráter da cidade. A cidade é também espaço imaginário. Haveria mais sobre Paris na obra de Hemingway do que nos planos do barão Haussmann. O espaço vazio deixado pelo planejamento oficial pode ser preenchido pela observação do ficcionista sobre as cidades subterrâneas e invisíveis que se formam ao bel prazer. O escritor, por que não, é um crítico por excelência das relações urbanas. O mesmo se diga do leitor, figura que não aparece no ideário da autora, mas que pode ser ali colocado de contrabando.

Vem a calhar a relação do escritor Orhan Pamuk com sua cidade. Desde criança ele acredita na existência de um duplo seu, parecido com ele, que vive numa casa parecida com a que viveu, na Turquia. Essas sensações estão relatadas no livro *Istambul – Memória e cidade*. Deixar sua cidade foi uma decisão difícil. “Nunca deixei Istambul, nunca deixei as casas, as ruas e os bairros da minha infância: praticamente sempre vivi no mesmo endereço toda minha vida”. *Istambul* trata dessa ligação de Pamuk com a cidade – o livro é uma história afetiva e melancólica de seu espaço natal, percebido sob a ótica da arbitrariedade.

Às vezes a cidade em que vivemos pode nos parecer um lugar estranho. Ruas que nos eram familiares mudam de cor de uma hora para outra; eu olhava para as multidões sempre misteriosas que passavam por mim me acotovelando e pensava de repente que estavam lá havia centenas de anos. Com os seus parques lamacentos e os seus espaços abertos desolados, os seus postes de eletricidade, os cartazes colados acima das suas praças e as suas monstruosidade de concreto, esta cidade, como a minha alma, vem-se transformando rapidamente num lugar vazio – realmente vazio (PAMUK, 2007, p. 331).

“O destino de Istambul é meu destino – estou ligado a essa cidade porque foi ela quem fez de mim quem eu sou. Por baixo de sua história grandiosa, da sua pobreza

viva, dos seus monumentos voltados para fora e das suas paisagens sublimes, os seus pobres ocultam a alma da cidade dentro de uma teia frágil”, diz, em um trecho da obra. “Mas, tendo vivido lá praticamente toda a minha vida, posso dizer que conheço Istambul como meu próprio corpo. Não sei dizer se a amo ou a odeio: é parte de mim mesmo” (BRASIL, 2007, p. 1-3).

As variações para o tema o escritor e a cidade se sucedem e são das mais diversas naturezas. Vem a propósito citar a história que abre o livro *O último leitor*, lançado pelo argentino Ricardo Piglia em 2006. Ele fala de um fotógrafo, Russel, que constrói no sótão de sua casa uma inesperada maquete da cidade de Buenos Aires. Para visitá-la, é preciso ir uma pessoa por vez, para ter tempo de se acostumar com o que vê. Holográfica, caleidoscópica, surreal, não importa – há naquela estranha maquete uma cidade que o autor vê de maneira nada banal. É como ele a enxerga e interpreta.

Piglia entende que aquele olhar não tem registro na realidade, mas percebe que está errado, horas depois, ao ver a própria Buenos Aires refletida no retrovisor espelhado de um ônibus. A cidade que vê ali está distorcida. Ele sabe que é ela. E que não é. Sabe também que é a cidade que o homem da maquete enxerga, pois se parecem.

Em resenha do livro, Daniel Estill (2006, p. 23) assim interpretou a figura do fotógrafo criado por Piglia:

É um mapa que traduz as transformações da cidade ou ao contrário? A questão é: em que mundo o leitor vive? Como num jogo de espelhos, a representação da representação da representação, infinita. O leitor que imita o que lê, que transforma o que lê ou que se transforma pelo que lê. A leitura como determinante da realidade e vice-versa. O homem que constrói a miniatura da cidade é também fotógrafo. Seu esforço permanente é o do registro da realidade, mas ao distanciar-se do objeto, acaba tendo de recriá-lo. [...] Ou seja, para Russel, o fotógrafo miniaturista, nós, seres de carne e osso, vivemos em uma lembrança. Assim, a leitura será, necessariamente, um ato de recriação. A noção de que ler é um ato passivo não se sustenta mais após encontrarmos o último leitor, que acaba por ser nós mesmos.

A historieta de Piglia pode ser uma chave de leitura para as relações entre a urbe, a leitura e a literatura. A cidade que se vê é deformada, um craquelê feito pelos cacos do espelho, tal como a construída na maquete. Mas tudo o que vê existe – e muitos, à revelia da escolaridade e da erudição, veem a cidade pelos olhos das experiências que têm dela e se aproximam, em alguma medida, da ficcionalização do espaço.

O ponto de vista de Jacobs sobre a cidade e a memória é terno, tanto quanto Piglia ou Pamuk. Contudo, a autora é pessimista – ela vê uma ditadura econômica

determinando uma carga pesada de investimentos financeiros, gerando “monotonia, esterilidade e vulgaridade” – efeitos que devem ser aceitos, “desde que esteja coberto de gramados” (JACOBS, 2000, p. 5). Ou seja, demole a arquitetura pensada em gabinetes por gente que não vive a cidade. Nada parece lhe escapar. A cidade “é, ao mesmo tempo, potência de criação e destruição, catalisadora de energia e máquina de morte” (ROLNIK, 2004, p. 82).

O urbanismo criticado por Jacobs remete à ordem, o que pode redundar em uma certa assepsia do espaço, criando a anticidade, banindo a alma das ruas – expressão cara ao *flâneur*. A rua é substituída pela quadra protegida, pelo condomínio fechado, pelas guaritas e portais. As casas ficam cada vez mais longe da rua, afastando o cidadão do real, da experiência da diversidade, dos desafios que pode colher (JACOBS, 2000, p. 20).

A negação do espaço público – que é o centro da experiência moderna, lembre-se – começa na calçada, elemento concreto para traduzir a amálgama de sentidos carregados pela palavra “rua”. A calçada é o ponto de atração e de repulsa pela cidade. “Quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas” (JACOBS, 2000, p. 29). O limite no estar ou não estar na calçada é sintomático do drama urbano. Ali, pode se dar a civilização ou a barbárie. Tudo isso porque há um senão a ser resolvido – calçadas são espaços onde circulam desconhecidos, sobre os quais há atração e repulsa ao mesmo tempo. A cidade que se resolve é a que consegue conviver com o desconhecido sem que ele represente uma ameaça.

Para Jacobs (2000, p. 32), não é a polícia que vai garantir a convivência com o desconhecido que passa nas calçadas, mas uma “rede intrincada, quase inconsciente, de controle e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. [...] Força policial alguma consegue manter a civilidade onde o cumprimento normal e corriqueiro da lei foi rompido”.

É engenhosa a resposta que a autora dá para a convivência entre desconhecidos nas calçadas: “Devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua” (JACOBS, 2000, p. 35). É simples – os prédios precisam ter janelas para o passeio. E, por acréscimo, os pedestres devem circular de forma ininterrupta. “Ninguém gosta de ficar na soleira de uma casa ou na janela olhando uma rua vazia. Quase ninguém faz isso. Há muita gente que gosta de entreter-se, de quando em quando, olhando o movimento da rua” (JACOBS, 2000, p.36).

Os caminhos pelos quais se envereda para defender a diversidade urbana como elemento de sua saúde são, hoje, previsíveis, mas talvez não o fossem nos idos de 1960, quando escreveu *Morte e vida de grandes cidades*. A monotonia das cidades segregadas, afirma, é fatal (JACOBS, 2000, p. 158). É uma negação da própria cidade. “... o fato é que as cidades grandes são geradoras naturais de diversidade e fecundas incubadoras de novos empreendimentos e ideias de toda espécie (JACOBS, 2000, p. 159). A tentação de associar Jacobs à ideia de laboratório urbano, pensada por Simmel e por Park é instantânea.

Há uma gama de observadores transeuntes – fazendo diferente do que se espera. Andando em ruas que não são as pavimentadas pela prefeitura. Nem as sinalizadas pelo departamento de trânsito. Tampouco são as ruas que constam no guia de turismo.

1.5. CIDADE ESPETÁCULO

Ao longo do século XX, as cidades passaram de espaços orgânicos e idealizados a zonas fraturadas, tendo como marca a descontinuidade e os espaços vazios, nos quais prolifera a violência e o abandono e a segregação. Um dos preços a ser pago por essa desordem é que a urbe deixa de representar um espaço da igualdade e de oportunidades, como estava previsto na cidade moderna, para se tornar lugar das microculturas – à sua maneira uma negação do ideário modernista – e até mesmo não lugares – para citar expressões recorrentes em Yi-Fu Tuan e Marc Augé.¹⁵

A cidade contemporânea se torna um enigma. De a mais bela invenção do homem, teria se tornado a negação de si mesma. A partir da segunda metade do século XX e início do XXI, as urbes se converteram em aglomerações violentas e intransitáveis, tão diferentes das pólis da Idade Moderna às quais Argan trata em sua obra. Carregam uma contradição – “o urbano convive com o não urbano”, “crescem sem se desenvolver”, tomando de empréstimos expressões cunhadas por Mike Davis, ao analisar o fenômeno das anticidades.

Há, é verdade, um movimento mundial de recuperação do espaço urbano como lugar da igualdade – ainda que muitas vezes sob a égide da lógica empresarial,

¹⁵ Refere-se aqui ao livro *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*, de Marc Augé; e a *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*, de Yi-Fu Tuan.

pasteurizando espaços, tornando-os homogêneos (SÁNCHEZ, 2010, p. 47). Um exemplo positivo é a contenção de veículos e sua substituição por bicicletas. Outro, a reurbanização dos bairros centrais – justo os que nasceram sobre a égide da cidade do século XIX. Esse fenômeno, tal como outros tantos de oxigenação urbana, é assombrado pela prática da gentrificação.¹⁶ Em nome da oferta cultural, mundializa-se a urbe, dialogando com a sociedade global e oferecendo-se como boa para os negócios (SÁNCHEZ, 2010, p. 488). Em troca, o banimento dos mais pobres.

Na tentativa de salvar as cidades da degradação, empurra-se a população que não se encaixa nos modelos urbanos de consumidor da classe média para periferias cada vez mais distantes. As zonas baudelarianas, depois de uma maquiagem urbana, passam a ser ocupadas por *yuppies*, famílias jovens e por gente de maior escolaridade (SILVA, H., in BIDO-ZACHARIASEN, 2006, p. 8), impedindo a convivência entre os diferentes. A cidade, de espaço, vira cenário. E tem a vida social como aparência (SÁNCHEZ, 2010, p. 470).

Para Manuel Castells, apesar da gentrificação as pessoas ainda vivem nos lugares e lugares pedem um “sentido”, embora a sociedade se organize, hoje, em função de fluxos, gerando uma relação esquizofrênica com o espaço urbano (CASTELLS apud MONGIN, 2009, p. 233). Os lugares não desaparecem, mas são absorvidos pela rede, que é onde passam a existir de forma ilusionista. A relação com o espaço urbano, quando não de passagem, se dá no plano virtual. O grau de complexidade é alto.

Para a ensaísta argentina Beatriz Sarlo, a única saída para entender a nova ordem da cidade e de seus moradores é considerar como se tornaram o que são – espaços semifeudais moldados pelo medo, desagregados e com imensos subúrbios. As elites que construíram os grandes centros urbanos, no final do século XIX, imaginaram uma cidade homogênea. As divisões de classe eram mantidas, mas os espaços e equipamentos urbanos deveriam ser repartidos equitativamente, como parques, escolas, hospitais, bibliotecas, garantindo uma rede de oportunidades. Era em meio a esses marcos urbanos que poderiam prosperar os grandes marcos capitalistas (SARLO, 2005, p. 51).

A partir da década de 1960, esse modelo entra em decadência: as cidades crescem a ponto de não poder mais atender a seus moradores, perdendo uma

¹⁶ O termo *gentrification* foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass, no início dos anos 1960, para descrever o processo que levou famílias da classe média londrina a povoarem o Centro de Londres, em substituição às camadas populares (BIDO-ZACHARIASEN, 2006, p. 22).

característica essencial da urbanidade. Deixam de ser lugares de conhecimento para se tornarem lugares onde não há vagas no ensino público, nem no posto de saúde, nem postos de trabalho.¹⁷

Esses marcos urbanos – como a escola, a praça e o hospital –, muitas vezes territórios da infância e da biografia, podem não estar mais lá no dia seguinte, dando lugar a um condomínio vertical habitado por anônimos ou a um shopping center envidraçado. A cidade se nega como espaço afetivo, de lembrança e de pertença.

O sociólogo e jornalista Alvin Toffler já havia antecipado, nos anos 1980, o desaparecimento da cidade como espaço da permanência, restando à cidade ser lembrada pelo que era, reduzida a espaço da memória (TOFFLER, 1970, p. 56). A questão da memória é cara aos estudos urbanísticos e encontra eco em outros autores. Canevacci, a rigor, entende que uma cidade é também o conjunto de recordações pessoais. E que a cidade é animada por nossas lembranças. Graças a elas, deixamos de ser meros espectadores urbanos para nos tornarmos atores. “As memórias biográficas elaboram mapas urbanos invisíveis” (CANEVACCI, 2004, p. 22), escreve, e não é demais lembrar que o leitor urbano tem alta potencialidade de memória afetiva.

Michel de Certeau e Luce Giard falam mesmo que a memória forma histórias sem palavras sobre o morar, povoando os bairros e cidades de ausências. É o que torna as cidades confiáveis – saber que elas são em parte invisíveis, que guardam segredos. “Habitar é narratizar. [...] É preciso despertar as histórias que dormem nas ruas...” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2008, p. 200-201). São questões que não interessam ao Banco Mundial – como costuma dizer Terry Eagleton (2004). Mas definem o destino da leitura.

Yi-Fu Tuan (1983, p. 189), com base nas experiências da memória, afirma que a rua é parte da experiência íntima. Assim como o bairro, a rua é lugar – um conceito transcendental, uma oposição ao caos que pode estar ao lado. Nem sempre é uma relação clara: a mobilidade contínua e o próprio atentado à memória podem afetar esses laços.

¹⁷ Giulio Carlo Argan (2005, p. 244), em seu *História da arte como história da cidade*, chama atenção para o fato de que desde a Antiguidade a cidade se formou como um sistema de informação e de comunicação, “com uma função cultural e educativa”. O teórico acrescenta que já na época de Homero, a cultura era considerada, acima de tudo, conhecimento das cidades. “Os monumentos urbanos tinham uma razão não apenas comemorativa, mas também didática: comunicavam a história das cidades” (ARGAN, 2005, p. 244). Hoje, considera Argan (2005, p. 250), as cidades estão em vias de se tornar um mero sistema de informação e comunicação, e não mais de cultura.

O reverso desse processo contínuo de desmanche das cidades é a segregação e o insulamento: parte dos cidadãos carrega a sensação de não pertencer a uma mesma sociedade, ainda que habite e transite no mesmo território¹⁸. “Esta é a cidade que hoje está em crise” (SARLO, 2005, p. 52) – a cidade que perdeu a capacidade de garantir a experiência coletiva. O que resulta dessa ruptura, além da violência em estado bruto, é a despolitização, descoletivização, despublicização (PECHMAN in NASCIMENTO; BITENCOURT, 2008, p. 193).

O sociólogo Zygmunt Bauman se une a Beatriz Sarlo na reflexão sobre a urbe desorganizada, particularmente a desorganizada pelo medo. Chama-as de “campos de batalha” para onde convergem os poderes mundiais. Desejam a paz, mas vivem de tréguas, procurando acordos possíveis para a proximidade “entre desconhecidos que convivem em estreita proximidade” (BAUMAN, 2006, p. 33). O medo, escreve Edward Glaeser, é um subproduto que solapa a grande vantagem das cidades – a capacidade de interligação de ideias –, mantendo as pessoas a portas trancadas (GLAESER, 2011, p. 105).

O paradoxo é que a era da cidade do medo – aquela em que o cidadão tem a circulação restrita e deixa de viver o que há de mais genuíno na experiência urbana – é também a era da cidade espetáculo, que a impele para a rua. Não raro, o medo se converte no próprio espetáculo, presente nos noticiários. A questão interessa ao pesquisador Néstor García Canclini.

Um dos refundadores do sentido do urbano no século XXI, Canclini (in SERRA, 2005, p. 185) não pondera, à maneira de Toffler. Não pensa a cidade que existe na memória, mas a que se atualiza todos os dias nas revistas e nos jornais, ocupando um lugar que outrora cabia aos romances. Encolheu a cidade descrita pela literatura e a das lembranças familiares. Cresceu a cidade descrita pelos meios de comunicação e a cidade projetada para o consumo.

As cidades, frisa Canclini, não eram fundadas apenas no alto de um monte, para se defender dos invasores, mas também dentro dos livros. Para Mongin, inclusive, a linguagem do poeta e a do escritor é a primeira a qualificar a experiência urbana e sua rítmica, perguntando-se do lugar e do significado do seu corpo no espaço coletivo,

¹⁸ Dados do IBGE mostram que enquanto a população brasileira cresceu a 1,9% ao ano entre 1980 e 1991, e 1,6% entre 1991 e 2000, a população favelada cresceu respectivamente 7,65% e 4,18%. Essas taxas altíssimas foram agravadas por uma política de habitação que não deu conta do crescimento, o que é próprio do estado negligente (MARICATO in DAVIS, 2006, p. 224).

fazendo da cidade “um tecido de trajetórias corporais infinitas” (MONGIN, 2009, p. 41).

Tem-se a Paris de *A comédia humana* de Balzac – “um enorme xadrez das relações de Paris, a partir do qual o autor movimentava os personagens no caminho do vício ou da virtude” (PECHMAN in NASCIMENTO; BITENCOURT, 2008, p. 208) – e a Paris de Proust; a Buenos Aires de Borges, a Praga de Kafka, a Cidade do México de Carlos Fuentes. Fernando Pessoa para Lisboa, Joyce para Dublin, Naguib Mahfouz para o Cairo, Elias Khoury para Beirute, Orhan Pamuk para Istambul (MONGIN, 2009, p. 33). O imaginário urbano não se constrói mais dessa mesma maneira.

O noticiário e os panfletos turísticos é que fundam cidades imaginárias – e cidades imaginárias conduzem o olhar sobre a cidade de pedra. São as cidades midiáticas. Ao tratar dessas cidades desenhadas todos os dias pelo noticiário e pelas estatísticas, Canclini não se resume às constatações de que elas não são, ora, uma página de Flaubert. O autor amplia o olhar. Há uma cidade em papel jornal, em imagem televisiva, em outdoor, mas também uma cidade que dá a revelar pela associação de bairro e pelo time de futebol, pelo shopping e pela casa de shows, pela política pública e pela iniciativa dos cidadãos. Trata-se de um urbanismo conquistado.

Agora, mais do que a literatura, as cidades são imaginadas pelas crônicas jornalísticas, pelo rádio e pela televisão. São estes os principais agentes de construção do sentido urbano. Eles fazem alguns participarem do debate sobre o que a cidade é ou está por ser, e propõem aos demais essas opiniões como chaves do que podem fazer ou expressar como cidadãos (CANCLINI, 2005, p. 191).

Esse fenômeno é o que chama de passagem da “cidade letrada” para a “cidade audiovisual”. A cidade que emerge dos meios, contudo, não é tão simples quanto um programa de tevê. Tal cidade está deformada. A rua vazia – sem espetáculo e sem poesia, é o primeiro sintoma da crise – uma crise que incide sobre a cultura. Sem ler a cidade, já que é lida de antemão, as outras leituras ficam comprometidas ou condenadas à esterilidade¹⁹. O *flâneur* se aparta da rua sem luz. Quem ocupa o seu lugar?

Escreve Canclini (in COELHO, 2008, p. 22-23) sobre outra modalidade que se forma em paralelo à cidade audiovisual – a cidade espetáculo:

¹⁹ A expressão “ler a cidade” é controversa. Para Castells (2011, p. 304), nasce de uma leitura semiológica do espaço urbano, só possível se o espaço for considerado fato social, a ação social uma linguagem e as relações sociais, um sistema de comunicação.

As cidades espetáculo são as cidades “sexy”: ou seja, as que se tornaram, nos últimos anos, emblemas da globalização. Berlim, Barcelona, e Nova York condensam inovações urbanísticas e se tornam núcleos do que podem oferecer ao mundo as nações às quais pertencem. São cidades a ser visitadas e admiradas como cidades globais. [...] Em contraste fala-se das cidades que se desconstroem. Buenos Aires, Caracas, Lima, México e Rio de Janeiro, antes destinos desejados por turistas e investidores, agora são narrados pelos jornais e a televisão como paisagens catastróficas, [...]. São as urbes do temor e da insegurança. Por isso as chamamos de cidades paranoicas.

A “cidade espetáculo” substitui o cidadão pelo “cidadão consumidor”, em nome de quem os planejamentos passam a ser operados. Essa cidade não existe para o homem com o livro na mão, mas para o homem cuja existência lhe é certificada pelo shopping. É uma cidade consumível, “passível de ser gasta: o recipiente deve transformar-se tão rapidamente quanto o seu conteúdo”, escreve Mumford (2008, p. 650), sobre a cidade abalada em sua função de continuidade humana.

Diz Marshall Berman sobre Nova Iorque, onde, a seu ver, a lógica da “cidade espetáculo” – termo cunhado por Canclini para traduzir determinada fatia dos centros urbanos - convive com os símbolos baudelairianos – Londres, Nova Iorque e Paris:

Por mais de um século, Nova York tem servido de centro para as comunicações internacionais. A cidade deixou de ser um mero teatro, para se transformar a si mesma numa produção, num espetáculo *multimedia* cuja audiência é o mundo inteiro. Isso deu ressonância e profundidade especiais à maior parte do que é dito ou realizado aqui. Boa parte da construção e do desenvolvimento de Nova York ao longo do século passado deve ser vista como ação e comunicação simbólicas: tudo foi concebido e executado não apenas para atender às necessidades econômicas e políticas imediatas, mas, pelo menos com igual importância, para demonstrar ao mundo todo o que os homens modernos podem realizar e como a existência moderna pode ser realizada e vivida (BERMAN, 1986, p. 324).

Sarlo afirma que para a cidade desagregada só o consumidor interessa – é para ele que se abrem ruas que conduzem às fileiras de magazines. É o consumidor quem determina a organização da cidade. Transforma-se, então, num parque temático, depolitizada, pela força da individualidade, levando à crescente dissolução da civilidade (PECHMAN in NASCIMENTO; BITENCOURT, 2008, p. 199).

Aqueles que promovem esta concepção da cidade parecem estar pensando em uma entidade-mercadoria, que estaria à venda, competindo com outras cidades, todas administradas como empresas, como negócios, desvinculadas da desordem, do descontentamento e da insegurança que cresce nas estatísticas e na experiência cotidiana (CANCLINI, 2005, p. 186).

A opinião é compartilhada por Catherine Bidou-Zachariassen (2006, p. 25):

As grandes cidades têm atualmente menos a função de serem centros de serviços para suas indústrias regionais, localizadas no interior das fronteiras nacionais. Elas agora representam centros de comando e de controle de grupos transnacionais, produzindo serviços (gestão, consultoria, seguro), constituindo-se em centros de “produção financeira”. [...] Os três primeiros grandes centros desta economia global são Nova Iorque, Londres e Tóquio. A cidade agora está no coração da economia mundial. Longe de ter feito desaparecer os efeitos da localização, o desenvolvimento das redes de comunicação multiplicou os espaços onde circulam os bens, pessoas, serviços e capitais. Todos os observadores reconhecem que esta evolução favoreceu antes de tudo as grandes metrópoles. Parece que a idade de ouro das cidades voltou (BIDOU-ZACHARIASSEN, 2006, p. 21).

Bidou chama essas cidades de *world cities*. Sua marca é a necessidade de ligação, ou atração, entre as classes médias. Devem estar próximas. Seus atores precisam ter minimizados seus problemas de deslocamento. Cabe ao urbanismo fazer essa aproximação, criando sequências entre trabalho, educação, saúde e cultura. Se de um lado, afastam populações diferentes, de outro podem favorecer a inovação (BIDOU-ZACHARIASSEN, 2006, p. 26), acenando uma relação inovadora com a cidade.

Mas a cidade espetáculo tem sua sombra – as cidades-paranoicas, outro conceito de Canclini, são as que desabam, como Caracas, na Venezuela, ou o Rio de Janeiro, no Brasil, dentre tantas identificadas como espaços de violência, de miséria e de insegurança. São as “pós-cidades”, na definição do escritor mexicano José Emílio Pacheco, dominadas pela informalidade e pelas consequências de uma economia à margem do mercado (CANCLINI, 2005, 187).

Para Canclini (apud SARLO, 2005, p. 56), numa e noutra situação, o consumidor emerge como o mais importante articulador urbano, em detrimento do cidadão e do cidadão. É um sujeito definido em relação ao mercado e não à cultura. É para ele – desde que com sacolas de compras na mão – que converge todo o planejamento urbano. “É a vitória do imaginário, o imaginário oferecido pelo mercado” (SARLO, 2005, p. 79).

Berman – recorrendo à obra *O homem unidimensional*, de Marcuse, que antecipou a tirania da sociedade de consumo – vê com certo pessimismo o cidadão que brota da nova ordem urbana, principalmente a partir dos anos 1960. Esse homem seria o oposto do sujeito conduzido pelas tensões anunciadas por Freud ou Marx. Ele é conduzido pela administração do estado, passando a carecer de “tensão interior”. Diz Berman:

As massas não têm nem ego, nem id, suas almas são carentes de tensão interior e dinamismo; suas ideias, suas necessidades, até seus dramas “não são deles mesmos”; suas vidas interiores são “inteiramente administradas”, programadas para produzir exatamente aqueles desejos que o sistema social pode satisfazer, nada além disso (BERMAN, 1986, p. 30).

Cidades contemporâneas são mutantes e afirmações do “caos organizador”, para emprestar aqui expressão popularizada pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky. O pensador chama de caos organizador o mundo regido pela tecnocracia, pelo medo, pela ordem, mas que compensa seu senso de normatização flertando com extremos – o perigo, com a velocidade, com a erotização em escala pornográfica, a gastronomia opulenta e a bulimia, o medo das DSTs e o sexo na internet, formando uma situação esquizofrênica (PERES, 2004, p. 5). A esse fenômeno, Lipovetsky chama de “era dos excessos”.

Interessa aqui pensar em como o cidadão comum vive e reflete essa nova ordem. O imaginário da cidade é uma “máquina preguiçosa” – diria Eco – e tem o efeito sobre quem vive nela semelhante ao efeito provocado por um livro. A cidade pede para ser lida todos os dias. E nada que peça para ser lido não o será.

O texto, com felicidade qualificado por Eco de “máquina preguiçosa”, necessita das previsões do leitor para funcionar. Depende dessa condição para poder confortá-lo, surpreendê-lo ou, simplesmente, interessá-lo (JOUVE, 2002, p. 76).

Ou

Afinal (como já escrevi), todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça uma parte de seu trabalho. Que problema seria se um texto tivesse de dizer tudo que o receptor deva compreender – não terminaria nunca. Se eu ligar para você e disser: “Vou pegar a estrada e dentro de uma hora estarei aí”, você não há de esperar que eu acrescente que vou de carro pela estrada (ECO, 1994, p. 9).

É fato. Nessa nova cidade, que se organiza por muros, à moda medieval, a cultura urbana tende a ficar territorializada, plastificada, asséptica, circunscrita, com inúmeras fissuras e em crise de pertencimento. A emergência não passa a ser outra senão refazer esses laços, criando meios de aproximação em cidades arruinadas pelo individualismo. Eis a questão.

1.5.1 Direito à cidade

O desafio de preparar as cidades para o crescimento existe desde que, entre 5 mil e 15 mil anos atrás (não há data consensual), as primeiras vilas urbanas surgiram. A melhoria das técnicas agrícolas permitiu que a produção superasse o consumo, liberando mão de obra para outras atividades (GOIS, 2007, p. A-14).

Os gregos inventaram a “pólis” como lugar da habitação e da interação pública de seus cidadãos²⁰. Ao mesmo tempo, a cidade foi pensada como unidade máxima da soberania territorial. Os romanos, com o conceito de República, alteraram essa visão, mas em nada mudou o essencial – a história continua sendo medida pelo ciclo de hegemonia de suas cidades. É o caso de Veneza, Amsterdã e Londres dos séculos XIII a XVIII e de Paris no século XIX, assim como Nova Iorque no século XX.

Escreve Tuan (2005, p. 251):

De uma perspectiva aristotélica e sociológica, a cidade não são “paus e pedras”, mas uma complexa sociedade de pessoas heterogêneas vivendo perto uma das outras. Idealmente, pessoas de diferentes procedências habitam em harmonia e usam seus diferentes dons para criar um mundo comum. Todas as vezes que isso acontece, a cidade é, durante esse tempo, uma soberba realização humana. Porém, a heterogeneidade é também uma condição que incentiva o conflito. Durante sua história a cidade tem sido oprimida pela violência e pela ameaça constante do caos.

Resta saber como será o século em que a China emerge. Curiosamente, à revelia da presença das cidades no imaginário – hoje, mais do que nunca – os arquitetos nunca

²⁰ É curioso no estudo de Richard Sennett sobre o corpo e a cidade a lembrança de que os gregos criam na relação entre o calor da pele e a saúde fisiológica. A vida pública elevava o calor do corpo, logo, a saúde. Ouvir, falar e ler em público eram atitudes desejáveis, mostrando, inclusive, unicidade entre palavras e ações (SENNETT, 2010, p. 31).

estiveram tão longe das decisões estratégicas. “O êxito midiático da profissão [de arquiteto] veio acompanhado de uma derrota social, trocando a utopia pelo pragmatismo” (WISNIK, 2006d, p. E-2).

O mundo passou por duas grandes ondas de urbanização. A primeira começou na Europa e na América do Norte durante a Revolução Industrial e durou dois séculos (1750 a 1950). A outra teve início em meados do século 20 e acontece em ritmo mais acelerado, principalmente na América Latina, Ásia e África. “Essa segunda onda acontece também num período em que as projeções da ONU indicam que a população mundial sairá dos atuais 6,6 bilhões para 9 bilhões em 2050 (GOIS, 2007, p. A-14).

O número pede que se pense o destino da urbe – a de ser um lugar de troca de experiências, e não apenas um lugar de uso, a serviço do “cidadão consumidor” (LEFEBVRE, 2001). O que move a cidade é o capital humano. E não há cidade que prospere se não atrair pessoas capacitadas (GLAESER, 2011, p. 220).

O arquiteto holandês Rem Koolhaas está entre os que afirmam que uma “cidade espetáculo” é uma soma irracional de fragmentos e mutações, tanto quanto de grandezas e saberes. Não se pode colocá-la no mármore frio de um laboratório ou submetê-la aos rigores da lógica. A cidade foge. É preciso o teste das ruas, percebendo o que as pessoas falam sobre o lugar onde moram – o que inclui os custos com energia, o número de assassinatos ou o preço do ônibus ter subido além da conta.

Uma cidade é um lugar onde vale a pena viver se seus moradores são capazes de apontar pelo menos uma ilha para além daquela em que têm sua caixa de correio. Koolhaas chama a isso de “cidade desconhecida”, na qual o caos convive com a realidade e com o imaginário de forma salutarmente confusa (MONGIN, 2009, p. 163). Desconhecer é processo importante, pois quem desconhece tem passaporte para uma expedição nas cidades mutantes. Em vez de dizer “eu conheço essa cidade” parece mais natural dizer “eu a desconheço” (PACKER, 2007, p. 21). O contrário disso, para Koolhaas é a “cidade genérica”, europeizada, definida, serena graças à ausência do domínio público (MONGIN, 2009, p. 166).

Cidades que admitiram ser muitas cidades desconhecidas ao mesmo tempo tendem a avançar, conquistando uma rede de significados por parte de seus habitantes. Nessas, vigoram mais intercâmbios universitários, mais inserção da população em redes, mais troca de tecnologia, menos isolamento.

Isso posto, resta saber o que fazer com o medo – sentimento que faz sua cruzada contra o desenvolvimento urbano. O medo desorganizou o “espaço urbano” e se tornou

um determinante no futuro das cidades (NOVAES, 2007, p. 13). Barry Glassner, no já clássico *Cultura do medo*, faz a análise desse fenômeno na sociedade americana – uma sociedade próspera assolada pelo pânico diante de *serial killers*, crianças assassinas, micróbios mutantes e “dias de fúrias” no trânsito. Fez sua pesquisa com o olho nas revistas, jornais e programas de televisão.

“As declarações alarmistas feitas por apresentadores de TV e a glorificação de pseudoanalistas são dois truques indicadores do comércio dos arautos do medo” (GLASSNER, 2003, p. 328), pondera Glassner, acenando que o sucesso do pânico tem a ver com ansiedades culturais mais profundas. São projeções. No caso americano – sobre o qual ele se debruça – o medo do que não existe é reflexo do medo diante da proliferação de armas e da falta de boas escolas, problemas que precisam ser enfrentados.

1.5.2 Cidades em transe

Com a revolução da agricultura, mais da metade da população do planeta passou a viver nas cidades. É o século da urbanização e a cidade se consolida como espaço da emancipação humana. (WISNIK, 2006c, p. E2) De acordo com dados de 2003 do Programa de Assentamentos das Nações Unidas, um terço da população urbana do mundo vive em favelas e deverá chegar a 50% em 15 anos. No Terceiro Mundo a situação é particularmente dramática, pois as cidades vão absorver 95% do crescimento populacional mundial.²¹

A urbanização da pobreza se tornou um tema recorrente, assim como a deterioração da qualidade de vida e o comprometimento do meio ambiente. O que mais preocupa, no entanto, é o fato de que um terço da população terrestre vive hoje nas mais de 250 mil favelas espalhadas pelo planeta. Enquanto a favelização prospera, os investimentos em infraestrutura urbana mínguam (GREENHALGH, 2006, p. J4).

²¹ O curador da Bienal de Arquitetura de Veneza de 2006, Richard Burdett, externou sua preocupação com o destino das cidades. “Pela primeira vez, mais de 50% da população mundial mora em cidades. Estima-se que em 2050 serão 75%. Daí a favelização, nascida da incapacidade de morar com dignidade pelo excesso de demanda. Foi uma mudança em massa, pois, há cem anos eram apenas 10%. Nos próximos anos, a maior concentração de megacidades será na África e na Ásia. Acho que é um grande desafio” (BURDETT, 2006, p. E1).

Em 1970, 52 milhões de pessoas moravam na área urbana no Brasil. Dez anos depois, esse número pulou para 80 milhões e, passados mais de 20 anos, chegou a 140 milhões. Isso significa que 80% da população vivia em cidades no começo do século.

A dedução é óbvia: a falta de aplicação em transportes piorou a qualidade de vida da população nas grandes cidades. O debate incide diretamente sobre a cultura e a leitura, eis a questão que nos toca. O Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu), de 2011, do Observatório das Metrópoles, mostra que a concentração de dinheiro nas cidades pólo das regiões metropolitanas acanha o desenvolvimento regional – incluindo a educação. Os itens estudados pelo Ibeu são serviços (água e lixo, por exemplo), habitação e mobilidade.

Curitiba, por exemplo, teve em 2010 os melhores resultados nacionais, ao lado de Porto Alegre. Mas faz parte das regiões que perderam pontos no transporte. O preço é que os jovens podem se mobilizar menos, desfrutando pouco de bibliotecas e de escolas.

E o transporte – bem ele – é o pai de todos os males, como indica o Observatório. A disparidade municipal começa na roleta. Como se diz no senso comum, seria cômico, não fosse trágico. De todas as qualidades de Curitiba, a que mais é citada, longe de nossas divisas, é a do transporte público exemplar, o melhor dos mundos, encarnação das táticas madrilêneas e parisienses em terras de pinheirais. Em se tratando de gestão metropolitana, essa desconhecida, o transporte é sempre apontado como o tesouro que nos iguala (FERNANDES, 2011c, p. 2).

Durante a década de 1980, a renda *per capita* do brasileiro começou a declinar diante da inflação descontrolada. Mesmo com a melhoria nos últimos anos, mais de 30 milhões de brasileiros nas regiões metropolitanas não utilizam o transporte público por não terem como pagar. A previsão é que a população das favelas chegue a 14 milhões de pessoas, o que tende a piorar a situação do transporte público (CARDOSO; ROCKMANN, 2007, p. 4-7).

No Brasil, o impasse continua sendo a fragilidade dos planos para as cidades frente ao tempo dos mandatos políticos e às políticas imediatistas. A palavra de ordem é defender o planejamento sistêmico das cidades.

Para o urbanista e pesquisador estadunidense Mike Davis, autor de *Planeta Favela*²², o problema da favelização reside no fato de que a urbanização está desligada dos processos industriais e desenvolvimentistas, gerando emprego informal, importação de alimentos, numa espécie de “urbanização perversa”, baseada na queda dos salários, no desemprego e no corte dos serviços públicos. É o urbano convivendo com o antiurbano (WISNIK, 2006a, p. E2).

Para Davis, o século XXI assiste à morte da cidade formal e de suas instituições, o que gera um quadro nefasto do ponto de vista populacional, econômico e cultural (DAVIS, 2006b, p. 193). Mumford, entende que a metrópole moderna se tornou um exemplo de atraso cultural: os avanços técnicos da modernidade convivem com uma civilização socialmente retardada. “A forma da metrópole é, pois, sua disformidade, assim como seu alvo é sua própria expansão sem alvo” (MUMFORD, 2008, p. 649). Acrescenta o antropólogo Mike Davis:

Com efeito, as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global desde 1950 e hoje o crescimento é de 1 milhão de bebês e migrantes por semana. A força de trabalho urbana no mundo mais que dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3,2 bilhões de pessoas é maior do que a população total do mundo quando John Kennedy tomou posse. Enquanto isso, o campo, no mundo todo, chegou à sua população máxima e começará a encolher a partir de 2010. Em consequência, as cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, cujo pico, de cerca de 10 bilhões de habitantes, espera-se que aconteça em 2050 (DAVIS, 2006b, p. 14).

Em sua obra, Mike Davis se detém nas transformações dramáticas pelas quais as cidades do Terceiro Mundo – maneira como se refere aos países em desenvolvimento –, em especial as metrópoles, passaram nos anos 1980-1990. O pano de fundo para essas transformações, segundo o autor, foram as políticas econômicas impostas pelo FMI e Banco Mundial, que geraram intensa urbanização, mas sem industrialização, seguida de trabalho informal e das favelas.

É com posse dessa análise que Davis traça o perfil de cidades em que contrastam massas de excluídos e ilhas de prosperidade. “Essas ilhas são habitadas por indivíduos que se sentem menos cidadãos de seu país do que ‘patriotas da riqueza mundial’” (DAVIS apud WISNIK, 2006a, p. E2).

²²Mike Davis é professor do Instituto de Arquitetura da Califórnia, autor de *Ecologia do medo e Holocaustos coloniais*. Foi açougueiro, motorista de caminhão e militante estudantil.

As favelas, apesar de serem funestas e inseguras, têm um esplêndido futuro. Por um breve período o campo ainda conterà a maioria dos pobres do mundo, mas essa honraria às avessas será transmitida para as favelas urbanas por volta de 2035. Pelo menos metade da próxima explosão populacional urbana do Terceiro Mundo será creditada às comunidades informais. Dois bilhões de favelados em 2030 ou 2040 é uma possibilidade monstruosa, quase inconcebível, mas a pobreza humana por si só superpõe-se às favelas e excede-as. Os pesquisadores do projeto Observatório Urbano da ONU advertem que, em 2020, ‘a pobreza urbana do mundo chegará a 45% ou 50% do total de moradores das cidades’ (DAVIS, 2006b, p. 156).

As megalópoles e conurbações – nome dado às grandes regiões metropolitanas – são faces do crescimento urbano nas últimas décadas e eram previstas. Em 1800, nenhuma cidade do mundo tinha um milhão de habitantes. Londres contava 959.310 moradores e Paris pouco mais de meio milhão. Em 1850, Londres tinha 2 milhões e Paris mais de um milhão. “Mas em 1900, onze metrópoles de mais de um milhão de habitantes tinham passado a existir, inclusive Berlim, Chicago, Nova Iorque, Filadélfia, Moscou, São Petersburgo, Viena, Tóquio e Calcutá” (MUMFORD, 2008, p. 631).

A Cidade do México, que em 1950 abrigava 3 milhões de habitantes, converteu-se numa região metropolitana de 15 milhões. Sua mancha urbana se estendeu até 1,5 mil quilômetros quadrados, tornando impossível a interação entre as duas pontas, fazendo evaporar a ideia de conjunto (CANCLINI in COELHO, 2008b, p. 20).

No início da década de 2000, Tóquio ultrapassou a marca de 20 milhões de habitantes. O mundo inteiro tinha essa população na época da Revolução Francesa. Alguns fenômenos novos destoam das previsões clássicas, como o fato de que o crescimento populacional atual ocorre mais em cidades médias do que em metrópoles gigantescas. São 175 cidades com mais de um milhão de habitantes. E 13 das maiores aglomerações do planeta se encontram na Ásia, África e América Latina. Das 33 megalópoles esperadas para 2015, 27 pertencerão a países menos desenvolvidos (MONGIN, 2009, p. 18).

Escreve Bauman:

Segundo as previsões actuais [sic], dentro aproximadamente de duas décadas, duas em cada três pessoas viverão nas cidades, e nomes que quase nunca ouvimos, como Chungking, Shenyang, Pune, Ahmadab, Surat ou Yangon, serão sinônimos de cinco milhões de seres humanos amontoados numa mesma conurbação – o mesmo valerá para outros nomes, como Kinshasa, Abidjan ou Belo Horizonte, que hoje tendemos a associar mais à ideia de férias exóticas do que à de primeira linha das batalhas contemporâneas, visando a conquista da modernização. (BAUMAN, 2006, p. 53)

A chamada “urbanização sem desenvolvimento” ocorre porque a grande cidade não é mais atraída pela oferta de empregos em centros industriais tradicionais.²³ Essas cidades favelizadas e dominadas pelo trabalho informal são descritas por Davis como palco do “maior movimento auto-organizado dos pobres urbanos do planeta”, mas uma organização sem perspectiva de emancipação (DAVIS apud WISNIKb, 2006, p. E2).

A dedução de sua longa análise e incursão pelos dados de favelização no mundo é que “com efeito, o futuro da solidariedade humana depende da recusa combativa dos novos pobres urbanos a aceitar a sua marginalidade terminal dentro do capitalismo global” (DAVIS, 2006b, p. 201). Ou seja, haverá uma consequência geopolítica com a instauração do “planeta das favelas”, algo como uma “urbanização da revolta”. Diz Davis (2006 B, p. 203) que “a megafavela (...) tornou-se o elo mais fraco da nova ordem mundial”.

A migração para as cidades continua inacreditavelmente alta – em termos mundiais e em especial na África. É um fluxo de gente que cresce, cresce, mesmo com as evidências de que, a cada dia, são menores as possibilidades de melhorar o padrão de vida nos grandes centros. O relatório [do Fórum Urbano Mundial de Vancouver] demonstra que os pobres preferem, ou mesmo aceitam ter, alimentação e moradia piores nas cidades, desde que possam colocar os filhos para estudar. É gente que mora mal, come mal, vive mal. Então, essas pessoas apostam numa espécie de loteria da vida: mesmo que a possibilidade de fracasso seja muito alta, ainda assim acham que vão ganhar alguma coisa lá na frente. (...) Do jeito que as coisas vão, já estão dadas as condições para uma espécie de ‘triagem’ da humanidade. E as favelas funcionam como o recipiente de quase 1 bilhão de pessoas. Se essa gente um dia se rebelar, o Planeta será sacudido em seus pilares (DAVIS, 2006a, p. J4).

O alerta das cidades é mundial. Nos últimos 15 anos, Paris perdeu 10% de seus empregos; a população de mais de dois milhões de habitantes diminuiu 1% ao ano. Em Londres, 50% dos apartamentos novos têm de ser financiados a preços populares, reservados a trabalhadores como policiais, enfermeiros, bombeiros. São profissionais que não podem morar longe demais (BURDETT, 2006, p. E1).

²³ Cerca de 1 bilhão de pessoas – quase metade da população urbana dos países em desenvolvimento – vive em favelas. O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos declarou, num relatório de 2003 intitulado *O desafio das favelas*: “Os pobres urbanos estão presos num mundo ilegal e informal, em favelas que não aparecem nos mapas, onde o lixo não é recolhido, os impostos não são pagos e os serviços públicos não são fornecidos. Oficialmente, eles não existem”. Segundo o relatório, “nas próximas duas décadas a população urbana global vai duplicar, passando de 2,5 a 5 bilhões de pessoas. Quase todo esse crescimento vai se concentrar nos países em desenvolvimento” (PACKER, 2007, p. 18).

Burdett diz que se pode construir dezenas de museus e centros culturais – mas de nada adianta sem políticas de integração. E apresenta como exemplo bem-sucedido Bogotá, “que criou uma rede de corredores de ônibus e 300 quilômetros de ciclovias. Lazer, trabalho e pequenos percursos só são feitos de bicicleta” (BURDETT, 2006, p. p.E1). O autor cita as belas bibliotecas construídas em Bogotá, usadas por quase 7 milhões de pessoas por ano, o maior índice na América Latina. É uma cidade se reinventando pela leitura.

1.5.3 Caso Colômbia

São grandes as transformações passadas por Bogotá e Medellín, tidas um dia como duas das cidades mais violentas do mundo. Ambas viraram símbolos da vitória contra o medo e da redenção da urbe degradada. A cultura e sua bandeira. No início dos anos 1990, a taxa anual de homicídios em Medellín, segunda maior cidade da Colômbia, com 1,8 milhão de habitantes – e 2,8 milhões na região metropolitana – era de 360 pessoas por 100 mil habitantes.

Em São Paulo, a taxa é de 25 por 100 mil – 14 vezes menor. Em Nova York a taxa é de 7 por 100 mil. Nenhuma outra cidade do mundo tinha tamanhos índices de violência, graças à rede de narcotráfico, assassinos profissionais e organizações guerrilheiras e gangues, além de uma taxa de pobreza na casa dos 40% e desemprego entre jovens na faixa dos 70%. (DIMENSTEIN, 2006c, p. C4)

A taxa em meados dos anos 2000 é de 39 homicídios por 100 mil em Medellín, uma queda de 90% em relação à década anterior. O símbolo máximo da violência era a Comuna 13, um conglomerado de 25 favelas espalhadas pelas montanhas que cercam a cidade. Além das medidas repressivas, preventivas e educacionais, reformas urbanas nos bairros mais pobres – alguns em montanhas, totalmente isolados – contribuíram para a mudança da realidade.

“Construíram-se escadas, promoveu-se a coleta do lixo, escolas foram ampliadas, abriram centros de saúde e ofereceu-se um sistema de transportes – em alguns casos, de teleférico”. A entidade civil “Como Vamos Medellín” surgiu como um termômetro, apontando continuamente os indicadores, de sequestros, roubos, furtos, evasão escolar,

gravidez precoce, renda dos trabalhadores e desemprego (DIMENSTEIN, 2006c, p. C4).

Quem leu *Notícias de um sequestro*, de Gabriel García Márquez, deve se lembrar das descrições veridicamente fantásticas que o escritor faz de seu país, então submerso nas águas fundas do narcotráfico. Mais de uma década depois da publicação, a “Colômbia em transe” do livro-reportagem ainda entenece, à semelhança de uma página policial recém-saída da prensa.

A Colômbia corria o risco de ficar reduzida à antipropaganda de seus guerrilheiros e narcotraficantes, como se estivesse limitada ao pó. Não está. O país se tornou uma referência no combate ao crime, no urbanismo e na difusão cultural.

A diferença colombiana está no *modus operandi*. O país desenvolve ações em rede. Aumentaram as escolas e as centrais de atendimento médico à população. Foram unificadas as polícias, reduzindo os índices de corrupção. Mas esses atos, pelo que se tem notícia, estão integrados e concorrem para firmar um modelo de cidade e de sociedade orgânica.

A cultura é apontada como a redenção social da Colômbia. Como disse a gestora pública Angela Mejía, em seu país a leitura virou um refúgio contra a violência. Na prática, literatura e leitura, em terras colombianas, são sinônimos de gigantescas bibliotecas que funcionam como praças – para que a população possa interagir – interligadas por quilômetros de ciclovias que partem dos bairros pobres para o centro.

A prefeitura criou uma rede de bibliotecas nos últimos anos, atendendo os bairros mais pobres. O papel principal da rede é recuperar o espaço público deteriorado e favorecer a convivência. O acesso à rede de bibliotecas é facilitado pela ciclovia e por um corredor de ônibus batizado de TransMilênio, inspirado nos biarticulados de Curitiba. Outra ação colombiana foi a recuperação do Centro, atraindo gente para as ruas. Nos domingos, as principais vias são fechadas para o trânsito, dando preferência a pedestres e ciclistas. (DIMENSTEIN, 2006a, p. C5)

A Biblioteca Luis Angel, por exemplo, recebe 2,7 milhões de visitantes por ano, 9 mil por dia, um dos melhores índices do planeta. Quem não vai à Angel por algum motivo encontra livros nos pontos de ônibus, nos parques e nos lombos de burros. O espaço é mantido pelo Banco Central, tem dois milhões de livros e capacidade para dois mil leitores sentados. Outras bibliotecas filiadas estão espalhadas pela cidade, como a Virgilio Barco e a El Tunal.

Um dos programas, o “Livros ao Vento”, distribui 70 mil exemplares de clássicos, como Allan Poe, Tchecov e García Márquez, e recomenda que seja repassado, “para que o livro voe”. Estantes desmontáveis foram instaladas nos parques, com 300 livros cada. No interior, livros são transportados no lombo de mulas, os “biblioburros” (LORES, 2006, p. E8).

Diz Ángela Mejía (apud LORES, 2006, p. E8):

Não tenho provas científicas, mas não tenho dúvidas de que as bibliotecas ajudaram a mudar Bogotá. Nós, colombianos, temos vergonha de ser olhados no mundo como um país violento. Onde o futuro é tão incerto, a literatura vira um refúgio contra a violência, ela te oferece espaços para pensar que você pode mudar o país. Nós nascemos na escassez, somos um país pobre. E nos surpreendemos em como a cultura pode mudar nossa realidade. (...) O espaço público em Bogotá é precário. As bibliotecas foram pensadas como espaço público comunitário. A arquitetura não é apenas para ler, é para se encontrar. Há muita luz, muito lugar confortável para ler. Pensamos em comunidades, não em indivíduos. (...) Queremos espaços que promovam encontros. Investimos em arquitetura de qualidade, prédios que dão status ao ato de ler. Não são de portas fechadas. Elas são cercadas por espaços culturais, com que dialogam.

A experiência de Bogotá e de Medellín é um estudo de caso perfeito. Trata da cidade arquipélago, com suas fortalezas, e da leitura, como saída possível, mas uma saída que passa pela leitura da cidade para que se possa chegar à literatura. Ler, ali, é reação política. E reação política de indivíduos concretos, que partem para um novo discurso social e histórico na superação da violência, do crime e do isolamento.

Diz o ex-prefeito de Bogotá, Antanas Mockus (LORES, 2007b, p. C7) – que esteve à frente de muitas transformações vividas pela cidade.

A segurança melhorou em Bogotá com mais espaço público, que é sagrado. Discutimos muito para que as ciclovias passassem por dentro dos condomínios fechados. Quanto mais ciclista na rua, mais seguro. Sempre teremos espaços mais seguros quando o povo ocupa a cidade à noite. [...]. Investimento prioritário é transporte público. Menos espaço e verbas para o transporte privado de carro, prioridade para faixas exclusivas de ônibus, melhorar as calçadas... [...]. O ideal é fazer como os parisienses: morar em apartamentos pequeninos, mas ter uma cidade maravilhosa onde conviver. Temos que fazer a reforma urbana a tempo, coisa que não soubemos fazer no passado com a agrária.

Pois aqui está dada a questão. As cidades fraturadas encontraram um modelo a seguir. Melhor, dois: Bogotá e Medellín. E são cidades que comprovadamente uniram o cenário de desolação urbana, um legado do narcotráfico, às possibilidades do imaginário

da leitura. A possibilidade não é outra senão a de apostar que a cidade se redime pela cultura. E que se afirma mais uma vez a leitura como possibilidade de ler o mundo, habitá-lo e modificá-lo.

1.5.4. Cultura versus violência

A afirmação de que a cultura tem poder de conter os surtos de violência é controvertida, pois implicaria afirmar a arte como apaziguadora, rejeitando seu aspecto violento, confirmando o que previu Guy Debord em seu *Sociedade do espetáculo* – que a cultura iria se tornar uma mercadoria vedete (SÁNCHEZ, 2010, p. 469). Não há nada na vida que não haja na arte, argumenta Teixeira Coelho (2008a, p. 102).

No Brasil, a questão é particularmente complicada, posto que a cultura, aqui, é vista como uma questão privada, “sinal de distinção e reconforto” (COELHO, 2008a, p. 88). Tal imagem situa a arte como um elemento à parte, um refúgio, para além dos problemas do mundo.

Ao colocá-la com um elemento capaz de conter a violência, o que se afirma é a cultura como positividade, com capacidade de elevar o homem e a sociedade a dias melhores. Essa forma de pensar põe a cultura num plano horizontal, algo a ser difundido, como se não guardasse tensões internas. É uma forma de colonização do lazer e da cultura, uma espetacularização (SÁNCHEZ, 2010, p. 97).

A cultura espiritualiza a natureza, mas da natureza não se descola. Escreve Coelho (2008a, p. 102):

Não é um problema pequeno. Mas, pessimistas na análise, otimistas na ação, como manda a palavra de ordem dos que atuam na política cultural. Algo temos de mudar na nossa política cultural e creio que um bom começo está em reconhecer a negatividade da cultura, em trabalhar com a cultura sabendo que a todo momento ela nos pode jogar de volta no mesmo buraco do qual buscamos sair.

O autor alerta que a leitura de Fernando Pessoa ou de Salinger não vai fazer de ninguém melhor, nem o incluirá numa comunidade. Ler não é uma *commodity* e pensar diferente disso é aplicar um pensamento simplista, que desconhece os efeitos do processo cultural. Mas não se pode ignorar a capacidade que a leitura tem de devolver o

cidadão à cidade, fazendo com que ressignifique os seus espaços, reordene sua individualidade e passe a prestar mais atenção no que ocorre ao seu redor.

A esse processo se pode chamar, em acordo com autores, de “experiência urbana”, ou “condição urbana” (MONGIN, 2009, p. 20). Ela acontece em lugares que tornam possíveis as práticas de participação e de mobilidade, tecendo o vínculo ente o privado e o público (MONGIN, 2009, p. 37).

A escala incompreensível da violência e da pobreza pede esse chamado de atenção. Rearticulando informação, conhecimento, conectividade, infraestrutura urbana e educação impulsionaram a participação social (CANCLINI in COELHO, 2008b, p. 18), princípio sem o qual o leitor não passa de um leitor solitário.

1.5.5. Violência e palavra

Em 11 de abril de 2010, a reportagem “Ruas da Amargura”, publicada na *Gazeta do Povo* (PERES; FERNANDES, 2010, p. 6-7), fez uma seleção de 20 ruas mais violentas de Curitiba e região metropolitana. A matéria mostra que tráfico sobrevive à presença de escolas, à urbanização e à organização comunitária. Ele é forte. Mas pode ser derrotado se a comunidade, de complacente com o crime, confiar na polícia a ponto de se tornar sua parceira.

A conta é curiosa. Em dois anos, os registros do Instituto Médico Legal (IML) indicavam cerca de 3 mil homicídios em Curitiba e região metropolitana. Das milhares de ruas da área, apenas 20 concentram entre três e oito crimes no período estudado (PERES; FERNANDES, 2010, p. 6-7). Segundo informa a reportagem, a concentração de homicídios em endereços repetidos já foi verificada cientificamente pelo criminalista David Weisburd, da Universidade de Jerusalém, vencedor do Prêmio Estocolmo 2010 (NINIO, 2009, p. 3).

Andando pelas 20 ruas do *ranking* descobriu-se algo revelador: nem sempre são lugares destituídos de associação comunitária, arruinados pela favelização ou pela ausência de infraestrutura. Ou seja, mais determinante do que a orfandade da prefeitura e do estado, as “ruas do crime” assim o são por que a contravenção criou raízes draconianas naquele local.

A luz, o esgoto, o transporte, por certo, ajudam a vencer o alastramento dos homicídios, mas são inócuos quando o crime já se estabeleceu na região. Tendo chegado a esse ponto, a rede que mantém o tráfico se nutre dos pactos mortais que impõe entre seus colaboradores, arrebanhando por tabela qualquer um que circule em torno dessa história.

A trama é tão complicada que 30% das 20 ruas analisadas pela reportagem têm escolas ou na própria rua ou na imediação. Para surpresa geral. Instituições de ensino, acredita-se, são capazes de tornar as relações urbanas mais permeáveis. Mas, nesses casos, elas mais parecem *bunkers*, onde os pais deixam seus filhos, de modo a impedir que, justamente, tenham contato com a rua. Virou dispositivo de segurança, quando deveria virar dispositivo de sociabilidade.

O “estudo de caso” acima é exemplar da cidade contemporânea, sobre a qual recaem os grandes problemas mundiais. Desaparece o sentido de aldeia e vigora o da impotência diante do que se passa na rua, gerando uma legião de cidadãos indefesos, moradores de uma cidade desarmada. É uma nova hierarquia global, como sugere Manuel Castells (apud BAUMAN, 2006, p. 29). Nela, o incompreensível virou rotina. Há uma “síndrome de Titanic”²⁴, diante da suspeita de que uma catástrofe mundial e pessoal está próxima, “encontrando *todos* despreparados e indefesos” (BAUMAN, 2008, p. 23-28).

Um perigo mais palpável ao que chama de “cultura pública” é percebido por Zukin na “política do medo cotidiano”. O espectro, que gela o sangue e esfrangalha os nervos, das “ruas inseguras” mantém as pessoas longe dos espaços públicos e as afasta da procura da arte e habilidades necessárias para participar da vida pública (BAUMAN, 2003, p. 104).

Como parte dessa hierarquia está o desconhecimento do outro, já que cidades são “lugares cheios de estranhos que convivem na mesma proximidade” (BAUMAN, 2006, p. 33). E muralhas, que a propósito de proteger os seus habitantes, parecem se associar mais ao perigo do que à segurança. Ora, esse conceito de sociedade, firma Bauman, beira a insanidade. É uma sociedade da qual não se quer participar. Participar implica em se expor a um perigo – e a responder a questões para as quais não se tem resposta. Daí a inibição da capacidade de agir, diante de medos que não fazem sentido, pois

²⁴ Expressão creditada a Hans Magnus Enzenberger.

surgem de forma contínua e aleatória, desafiando os esforços de encontrar neles alguma razão (BAUMAN, 2008, p. 31).

“A cidade provoca *mixofilia* e, ao mesmo tempo, *mixofobia*. A vida urbana é um assunto que provoca, intrínseca e irremediavelmente, emoções opostas”, escreve Bauman (2006, p. 43) ao explorar termos como o desejo de desbravar e conhecer (*mixofilia*) e o medo de conviver (*mixofobia*). A primeira, salienta o sociólogo, só é possível se as pessoas puderem compartilhar o mesmo espaço. Não é demais lembrar que a impossibilidade disso é um dos fatores desencadeadores da violência.

A urbe não é totalmente violenta, ou pelo menos não somente, como fazem crer as estatísticas, a mídia e, a seu bel prazer, os governos, de modo a lucrar, tornando-se guardiões do cidadão. Há uma miopia, fazendo da violência o gestor primeiro das cidades, comprometendo-a como espaço de sociabilidade e de cultura. Em miúdos, é parte da contradição urbana usar do medo para gerir a cidade. É uma plataforma política. E também o fim da cidade naquilo que tem de mais caro. “Para os vínculos humanos, a crise de confiança é má notícia” (BAUMAN, 2008, p. 93).

A urbe também não é tão desarticulada como se pode pensar: ela reage à violência de forma criativa e por meios de políticas públicas, pela desobediência civil, pela leitura, pela simples ocupação das ruas, pela arte pública. O que não impede, no entanto, que a violência apareça nas pesquisas de opinião – via de regra – como tema que mais preocupa a população.²⁵

Essa percepção distorcida da violência e da segurança altera sobremaneira o relacionamento com o espaço urbano – e por acréscimo as práticas culturais, que se tornarão tanto mais tímidas e inócuas tanto quanto maior for a violência.

Para Sarlo, o ponto de partida da discussão que envolve urbanidade e convivialidade – questões que afetam as práticas de leitura – é que viver nas cidades se tornou, talvez, o fato cultural mais decisivo dos últimos séculos. “O direito de viver na cidade é garantido em uma rota paralela à do direito de cidadania” (SARLO, 2005, p. 26). E essa cidadania não vai ser garantida enquanto as cidades estiverem atreladas a um elemento desorganizador feito a violência.

Bauman (2003, p. 102) vê como reação à ordem violenta a defesa da comunidade e a “defesa do lugar”, trazendo à baila o bairro e a rua. Para a elite

²⁵ Pesquisa DataFolha realizada em março de 2007, em todo o país, mostra ter havido um salto de 14 pontos – de 11% para 25% –, no total de brasileiros que consideram a segurança/violência a área de pior desempenho do governo (CANZIAN, 2007, p. A4).

“voadora”, como se refere aos poucos que podem olhar todos os lugares com distanciamento, o “lugar” pode ter perdido a importância, mas não é assim para a maioria, que vai buscar uma comunidade que faça sentido – e não apenas comunidade como gueto de segurança.

Sarlo chama atenção para a tensão que governa a relação do cidadão com o urbano. “A lista dos casos de violência urbana é praticamente infinita. Alimenta um sentimento de insegurança que se converteu numa paixão: a paixão pelo medo como (des) organizadora das relações com o espaço público” (SARLO, 2005, p. 49). Todos os espaços foram tocados pela sensação de insegurança, mesmo os que estão a salvo da violência.

É possível ladeá-la de Jean Delumeau, pesquisador do medo na história. Seus estudos passeiam pelas pestes medievais, pelos estigmas religiosos, pela investigação do medo na filosofia e na psicanálise. Mas para ele o medo de que se fala agora não é o mesmo medo da multidão ancestral, que temia o mar e os lobos e os fantasmas. É mesmo diferente do medo psicossomático, tendo se convertido num medo “singular coletivo”, nascido do acúmulo de estresses na história do Ocidente, bastante próximo da angústia.

O temor, o espanto, o pavor, o terror dizem mais respeito ao medo; a inquietação, a ansiedade, a melancolia, à angústia. O primeiro refere-se ao conhecido; a segunda, ao desconhecido. O medo tem um objeto determinado ao qual se pode fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança. Desse modo, ela é mais difícil de suportar que o medo (DELUMEAU, 2009, p. 33).

O olhar enviesado sobre a violência – e sobre a cidade como sinônimo, sobretudo, de criminalidade e falta de segurança –, é uma construção histórica, ainda em processo de estudos e compreensão, como se pode notar na incidência crescente de livros sobre o assunto, muitos resultados de simpósios internacionais, a exemplo de *Ensaio sobre o Medo*²⁶, organizado por Adauto Novaes.

O preço da situação atual é muito alto – “expurgando toda capacidade cidadã de ação conjunta e todo poder dialógico da pluralidade dos cidadãos, remetendo-os para o mundo do medo e do silêncio”. A violência põe em risco a “condição humana”, no

²⁶ *Ensaio sobre o medo* foi publicado em 2007 e é resultado de encontro que reuniu Jean Delumeau, Bernard Seve e Jacques Rancière, entre outros, para uma série de debates que ficou conhecida como encontro das Funarte, com organização de Adauto Novaes.

sentido cunhado por Hannah Arendt, definindo a política e a partilha do mundo. Para Arendt (2010, p. 68) é a vida ativa da pólis que garante e dá sentido à vida social – a pólis é, inclusive, uma garantia contra a futilidade da vida individual. Acuado pelo medo, o cidadão perde o “poder urbano” de dar significado à cidadania. Se a cidade fracassa em sua missão, fracassa o seu capital simbólico.

Quanto menos convivialidade tanto menos urbanidade; quanto menos urbanidade tanto mais violência. A vitalidade do poder urbano e sua capacidade de fazer frente à violência está diretamente ligada à capacidade de produzir representação de seu poder. Mas qual é o poder da cidade que difere do espetaculoso poder bélico da violência? É o poder de produzir relações, de obrigar à negociação, de acolher o conflito; é o poder de ser o lugar da esfera pública... (PECHMAN in NASCIMENTO; BITENCOURT, 2008, p. 190).

O medo que chega carregado pela violência bruta, organizada em comandos vermelhos, em redes incomensuráveis de tráfico de drogas, é ainda uma novidade. Até meados da década de 1980, quando o Brasil estava em vias de sair da ditadura, a face mais presente a cidade violenta era a da repressão política.

Basta pensar no estribilho da canção “Acorda, amor”, um libelo antiditadura composto por Chico Buarque nos idos de 1970. “Chame o ladrão, chame o ladrão”, diz a música que fala de pesadelo, de gente batendo no portão e da viatura por perto, um eufemismo para a aterrorizante caçada aos brasileiros que flertavam com a esquerda ou protestavam contra o cerceamento da democracia no país a partir de 1964. “Chame o ladrão”, naqueles outros tempos, era um sinal de que se preferia o bandido à polícia.

Esse estribilho divertido e impensável hoje – “chame o ladrão” – é útil para entender a nova face da violência urbana. A violência mudou de endereço. Nas décadas de 1960 e 1970, a repressão policial se confundia com a repressão política. A violência era desculpa para prender comunistas e salvar o país de se tornar Cuba. Com a redemocratização do país, na década de 1980, o arco da conversa mudou: saiu de cena o policial que desarticulava a passeata de estudantes e entrou o policial que combate o crime organizado, não raro fazendo parte do mal que deve combater. A violência ganha um caráter endêmico e intimidante – o que inclui intimidar a cultura, expressão da sociabilidade por excelência.

Uma tradução brilhante dessa nova ordem é o filme *Quase dois irmãos* (Brasil, 2005), dirigido pela jornalista Lúcia Murat – ex-presa política. Ela mostra o país que passa das brigas ideológicas e da repressão para o país do morro tomado por facções,

um problema cujas dimensões extrapolam a compreensão imediata.

O que tem se visto em tempos de violência de escala é uma versão revista e atualizada do autoritarismo que bravamente foi combatido pela geração de 68, marcado pela corrupção dos governos e das forças policiais. De controladora ideológica e *partner* das torturas, a força policial passou a ser repressora do mundo do crime, o que a transforma, por tabela, em detentora do conhecimento sobre o assunto (PAIXÃO, P., 2010, p. 41).

O efeito é flagrante: o medo do qual tanto se fala, e que catalisa a sociedade, é objeto de uns poucos, correndo o risco de se converter em massinha de modelar na mão de tecnocratas, é mercadoria. E uma mercadoria que se nutre da morte da cultura. O medo individualiza e isola. Há quem lucre com isso. E reaja mal ao caráter agregador da cultura. Ela leva a reagir.

A questão é que ao longo do século XX não se formou um grande juízo crítico a respeito das práticas de segurança pública, fazendo do país presa fácil para o medo e, como se disse, para o enfrentamento maniqueísta do assunto. A alegre e carnavalesca sociedade brasileira, para surpresa, é uma sociedade constituída no medo, assim como na censura, sua velha companheira de estrada.

Foram várias ditaduras e silêncios, seguidos de pobreza crescente e de índices de violência que colocam o país na lista dos que apontam as maiores estatísticas de criminalidade. Nos dizeres do pesquisador Aduino Novaes, diante de tanta barbárie, ficou difícil definir o que seja civilização (NOVAES, 2007, p. 14).

A violência urbana, em suma, dá a idéia de que os governos não conseguem garantir a paz entre os membros da sociedade e de que não têm condições de cumprir as tarefas para o qual estão programados (SARLO, 2005, p. 53). Nesse contexto de orfandade, proliferam indivíduos violentos, que se armam para exercer a autodefesa, desligando-se de atividades que lhes permitira viver a cidade – entre elas, a leitura.

Escreve a socióloga Teresa Caldeira (2005, p. 4):

Em cidades onde há grande acesso à circulação e ao encontro de diferentes classes sociais, há menos chance de conflitos. Mas, se isso não evita completamente... [...] As condições urbanas se tornaram uma das principais arenas de expansão e contração da cidadania. [...] Há a população excluída, que não tem condições de inserção no mercado de trabalho, altos índices de desemprego e falta de condição de inserção na vida da própria cidade; e uma cidade que exacerba as ofertas de consumo e promessas de mobilidade social. O espaço da cidade, onde está visível a exclusão da possibilidade de consumo, acaba sendo o espaço onde as pessoas articulam os protestos.

O ex-prefeito de Bogotá Henrique Peñalosa tem uma fala que ajuda a pensar a cidade como espaço da experiência contemporânea – o que, em certa medida, remete à “experiência” da urbe proposta por Jacobs e Talese. O homem que de 1998 a 2001 ajudou a redimir a combalida capital colombiana dos efeitos do narcotráfico e da economia cambaleante diz que o melhor instrumento de gestão urbana que existe é a cadeira de rodas (FERNANDES, 2011a, p. 2).

Se pudesse, diz, amarraria os secretários de Planejamento numa dessas cadeiras e os obrigaria a circular pelas cidades pelas quais são responsáveis. É o que basta. Depois da experiência, garante, esses sujeitos saberiam com certeza o que priorizar em suas administrações (BARROS, 2008, p. C4).

A imagem algo absurda usada por Peñalosa esconde uma das mais sólidas verdades cultivadas pelos urbanistas de fina cepa, como o dinamarquês Jan Gehl: cidade bem planejada é aquele que consegue atender às necessidades das pessoas mais vulneráveis – dos cadeirantes aos idosos, passando pelas crianças e pobres, chegando aos ciclistas.

O conceito de “cuidado”, assim como o de “hospitalidade” – nos moldes do proposto por filósofos como Derrida e Anne Dufourmantelle –, enfrenta dura resistência do individualismo, cultura que vicejou com a morte das grandes ideologias. De modo que mudanças no atual estado das coisas passam por políticas públicas eficientes, mas será pouco se não houver uma revolução nas mentalidades.

A resposta a esse impasse está na educação, mas não se pode esperar que mais umas tantas gerações passem por boas escolas para que haja, enfim, cidades sustentáveis, educadoras, humanas e, por que não dizer, leitoras. Um dos entraves à consolidação dessa urbe colaborativa e bem cuidada está na própria administração pública, incapaz de responder às necessidades dos anos 2000. E na lentidão em experimentar a cidade tal e qual o homem das ruas. Daí a metáfora da cadeira de rodas ser tão apropriada para se pensar a sociedade leitora. Deve-se perguntar como lê o homem das ruas.

1.6. O LEITOR NA CIDADE POSSÍVEL

Em seu livro *Primeira lição de urbanismo*, o pesquisador italiano Bernardo Secchi (2006) chama atenção para uma verdade inconveniente. As cidades se tornaram palco de inúmeras dinâmicas de trabalho e de convivência, mas para uma leva de urbanistas é como se o mundo tivesse estacionado no pré-Primeira Guerra Mundial, quando a vida ainda girava em torno da fábrica e das igrejas e das escolas básicas.

Em outras palavras, fica difícil ao cidadão comum cuidar e se doar a espaços que não atendem às necessidades de trabalho, lazer, convivência e consumo. No mais, as cidades se tornaram espaços superficiais, o que piora o resultado. Os espaços perderam o significado e não favorecem uma visão do mundo, escreve Tuan (1983, p. 126).

Ou se tornaram “arquiteturas do medo”, como escreve Bauman (2006, p. 61), transformadas em espaços de intimidação, de zonas vigiadas e controladas em todas as horas. Foram-se os espaços sólidos, como quartéis, centros históricos, portos, ferrovias e indústrias, e imperam lugares aos quais se vai de carro, de forma ligeira, e lugares que aparecem e desaparecem, como destaca Toffler. Os novos sítios urbanos mudam ao sabor do vento, graças a uma arquitetura areada, criada como uma mercadoria, cujo preço é estabelecido em função dos atributos físicos, como proximidade a áreas valorizadas (ROLNIK, 2004, p. 63). Custa a quem vive nas cidades desenvolver o afeto e a memória (CARVALHO; GALVÃO, 2010, p. C4) .

Nesses lugares, a luta de classes foi substituída pela luta por lugares. Reverter esse quadro só é possível se as cidades não foram pensadas apenas como espaços patrimoniais ou artísticos, mas espaços políticos, cujo vigor seja capaz de conter a fragmentação do urbano ou a vitória da anticidade (MONGIN, 2009, p. 23). Não importa a circunstância, cada cidade é, nos dizeres de Tuan (1983, p. 114), um símbolo do cosmos – a arquitetura é sempre uma chave para compreender a realidade.

Para serem cuidadas, cidades precisam formar novos pactos de cidadania com seus moradores, sob risco que debaixo da insegurança, desapareçam também as principais atrações da vida urbana, como a espontaneidade e a capacidade de surpreender (BAUMAN, 2006, p. 65). É possível, afinal o mesmo urbanismo contemporâneo que privatiza e fragmenta é aquele que conecta, constituindo a estranha pós-cidade, aquela em que se está dentro e fora dela infinitamente (MONGIN, 2009, p. 132).

O diagnóstico da cidade contemporânea não é nada favorável ao *flâneur*. A começar pelo espaço, que parece nunca ser visto duas vezes da mesma maneira, tamanha a aeração, o deslocamento, o movimento a que estão sujeitos os grandes centros, transformando-os “num amálgama de áreas desconectadas” (PEIXOTO, 2004, p. 349). Mas a proposição do filósofo Nelson Brissac Peixoto é estimulante. O que se vê como desvario da cidade pode ser seu elemento agregador.

Hiatos na narrativa urbana, interrupções no seu contínuo histórico, os espaços intermediários não são simplesmente passivos, zonas mortas. Eles provocam rearticulações no desenho urbano, pela conexão de elementos afastados. A cidade se constrói entre suas áreas de assentamento, entre suas zonas de ocupação, no meio. O terreno vago é um paradigma da cidade (PEIXOTO, 2004, p. 351).

Perguntado se “as cidades habitam os homens ou se são eles que moram nelas” – em evento no ano de 1990 – respondeu de maneira melancólica:

Hoje nem a cidade – sem rastros e sem história – nos habita, nem os homens – que não sabem mais ver – habitam a cidade. A alma dos lugares parece ter-se perdido para sempre. Reduzidos a locais moldados pelo hábito, com seus habitantes conformados com traçados preestabelecidos (PEIXOTO apud GOMES, 2008, p.170).

Para Brissac, contudo, à revelia do pessimismo que grassa, o caminho é “mapear as novas reverberações da cidade”, consolidando o que ele chama de “espaço crítico”, no qual a “a arquitetura dos espaços é substituída por uma arquitetura de imagens” (PEIXOTO, 2004, p. 352-353). Essa arquitetura de imagens é própria do que ele chama de “arquitetura de viagem”, desenraizada, pautada no deslocamento, tal como faz o viajante. A cidade é sempre vista da primeira vez. A cidade, portanto, não é de todo mal – é o paraíso dos novos trovadores, chamados agora a decifrá-la.

A cidade – pondera Augé – é objeto contínuo de representações na música, na literatura e na pintura. Nessas expressões estão versões ainda que modestas de uma relação das pessoas com o espaço urbano. A crise, da qual se fala, ocorre porque é mais e mais difícil fazer essa representação num mundo em mutação (AUGÉ, 1997, p. 168). E é “poetizada” pelo sujeito, que desmonta a aparelhagem urbana e lhe impõe sua forma de consumo do espaço, numa clara formação de um território, passível de ser reconhecido (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2008, p. 45).

Para responder à pergunta que se faz – “como habitar a metrópole” – Brissac retorna falar no “terreno vago”, gerado pela desindustrialização e pela desconexão entre os espaços. Trata-o como metáfora. O terreno vago, diz, é o espaço do possível. Ali está a “possibilidade da mobilidade, a possibilidade do outro” (PEIXOTO, 2004, p. 398). O terreno vago pode ser o espaço crítico, onde a cidade passe a pensar novamente sobre si. Não é fácil – a urbe que é lugar ora do consumo, ora da violência, ora do individualismo, fecha-se ao coletivo, ao comunitário, áreas por excelência do pensamento e da sensibilidade.

Uma das barreiras é a do reconhecimento da cidade – esforço que exige recorrer aos saberes múltiplos. É o que propõe o antropólogo Massimo Canevacci, da Universidade La Sapienza, de Roma, em seus estudos sobre a cidade de São Paulo – *A cidade polifônica*. Ele lê a metrópole, para saber o que ela comunica. Para tanto, sugere aproximação e distanciamento, um vaivém de imersão na compulsão urbana e novo distanciamento, chegando ao que chama de máxima internalização e máxima distância.

Canevacci diz que uma cidade pode ser conhecida em três ritmos espaço-temporais diferentes: a imobilidade doméstica, a hipervelocidade noturna e o passeio solitário. O autor retoma a figura do *flâneur* para sugerir que em ritmos diversos seja possível passear pelas linguagens diferentes da urbe (CANEVACCI, 2004, p. 14- 22). Nesse processo, ele recolhe fragmentos, com os quais faz ponte e estabelece significados para o que vê.

Como diz Benjamin: “Antes de se conhecer a própria Moscou, é Berlim que apresentemos a conhecer através de Moscou”. O que se torna muito mais verdadeiro, num duplo sentido: não somente Roma se tornou mais compreensível para mim, estando em São Paulo, mas também o contrário disto – São Paulo se tornava mais passível de compreensão cada vez que voltava a Roma. Estabelece-se assim uma espécie de reciprocidade cognitiva entre os dois modelos urbanos, o mais familiar e o mais estranho, através de um jogo de espelhos cujo ponto de fuga é uma perseguição sem fim (CANEVACCI, 2004, p. 21).

Numa leitura livre, esses espaços de dificuldade, contudo, não são apenas físicos, mas literários por excelência. A ficção preenche espaços vazios da cidade. Pode tirar do anonimato. Pode recuperar o sentido de uma praça ou a dignidade de uma rua. Mas antes de se deter sobre esse tema, é preciso pensar a que cidade se quer falar e que cidade se quer reconstruir. A resposta talvez esteja num outro clássico, *O direito à*

cidade, livro de Henri Lefebvre que inspirou milhares de urbanistas na década de 1960/1970.

Lefebvre proclama que o urbanismo não é mais reduto de especialistas, mas ideologia e prática. É a arte do cidadão. Ele diz que cada um pode fazer a cidade. E mostra por que a cultura urbanística ultrapassou a área técnica para se tornar uma política e, por que não dizer, uma estética. O pensador parte do fato de que o destino das cidades foi alterado pelos processos de industrialização, embora a cidade preexistisse à industrialização. É justo nessa cidade preexistente, particularmente a medieval, que encontra algumas respostas para a cidade contemporânea.

Com a decadência dos feudos, as cidades passam a acumular riquezas. Nelas prospera o artesanato, floresce a vida social e política. Tornam-se o espaço da técnica e da troca. E lugares da festa. “As cidades medievais, no apogeu de seu desenvolvimento, centralizam as riquezas; os grupos dirigentes investem improdutivamente uma grande parte dessas riquezas na cidade que dominam” (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

Aldeias se expandem e se transformam em cidades. O número de centros urbanos, registrando cidades com 500 mil habitantes, com suprimentos alimentares quase que o bastante. Novas estruturas surgiam de forma rápida. “Foi um período de vasta improvisação urbana: o improvisado acumulava-se apressadamente sobre o expediente” (MUMFORD, 2008, p. 534).

O que vem na sequência da industrialização, diz Lefebvre, é que a cidade passa a valer mais por seu valor de troca do que pelo de uso. Quanto mais uma cidade vale pelo tanto de mobilização de riqueza que é capaz de comportar, menos tem valor de uso. O valor de uso, afinal, pede um investimento improdutivo na cidade, reabilitando-a como lugar da festa (LEFEBVRE, 2008, p. 14). Em decorrência, restabelece também o sentido da esfera pública, próprio da cidade – lugar de ver e ouvir os outros, livrando-se das peias da subjetividade (ARENDT, 2010, p. 71).

O valor de uso e o valor de troca são elementos em conflito. Um vê o cidadão como consumidor – à moda do que explicitam Sarlo e Canclini. Outro vê o cidadão para além do capital que pode gerar. Para existir como cidade é preciso que um espaço faça as pazes com o urbano – com a festa, a diversidade, a convivência –, como garantia de que a indústria e o comércio não vão se apoderar, impunemente, da rede de relações estabelecida pelos moradores.

Só ganham dignidade os lugares que sobrevivem como “lugar de consumo e consumo do lugar” (LEFEBVRE, 2001, p. 20). É o caso do Quartier Latin, em Paris.

Ali, Paris ainda remete aos tempos de Haussmann²⁷, em 1848, quando entra “para a literatura e para a poesia, com uma potência e dimensões gigantescas” (LEFEBVRE, 2001, p. 22). No mais, resta um urbanismo sem reflexão, próprio da cidade em que os cidadãos são dependentes e não prevalece a lógica do habitat (LEFEBVRE, 2001, p. 30).

Secchi responde às proposições de Lefebvre, que sugere a reconciliação com a cidade como espaço de uso. Para ele, a nostalgia da cidade moderna – lugar dotado de uma ordem própria – atrapalha a discussão sobre a cidade contemporânea, sempre vista como um espaço defeituoso, caótico, incompreensível e imprevisível, causador de mal-estar individual e coletivo (SECCHI, 2006, p. 87).

O erro, segundo Secchi, é não perceber que qualquer ação sobre a cidade do século XXI deva ser diferente do praticado em outras épocas. Até porque as cidades contemporâneas são muito diferentes entre si. É fato que a cidade se tornou o lugar da diferença, das minorias culturais, de estilos de vida, de saberes múltiplos. É certo que lhe sobram vestígios de comunidade em meio a mares de isolamento. Mas são essas características que a tornam privilegiados espaços de diversificação de atividades, de simultaneidade, anunciando aspectos futuros da cultura.

Paradoxalmente, a cidade contemporânea é o lugar da não contemporaneidade, que nega o tempo linear, a sucessão ordenada de coisas, de acontecimentos e comportamentos dispostos ao longo da linha do progresso como foi imaginado pela cultura moderna. Na cidade contemporânea, apresenta-se uma forma do tempo diversa daquela da cidade moderna. O que, na mescla de pessoas e diversificação de atividades da cidade contemporânea parece evidente é o anacronismo, “a violência do curso do tempo, de sua sucessão cronológica” (SECCHI, 2006, p. 91).

Ora, se as cidades têm tantas camadas, são resultado de tantos estratos históricos e culturais, parece injusto não considerar que ela só possa ser instável, que mude continuamente, que se mova em meio a situações críticas, exigindo olhares apurados – seja dos urbanistas, seja dos literatos, seja do homem da rua. Afinal, na cidade contemporânea, casas viram fábricas, ruas pacatas viram avenidas, fábricas viram

²⁷ Haussmann, em geral, é apontado como um inventor de Paris, mas não para Lefebvre. Para ele, o barão é um homem do estado bonapartista, que trata a sociedade como despojo, que substitui ruas “tortuosas, mas vivas por longas avenidas, os bairros sórdidos mais animados por bairros aburguesados. Se ele abre boulevards, se arranja espaços vazios, não é pela beleza das perspectivas. (...) Mais tarde, serão gratos a Haussmann por ter aberto Paris à circulação. Essa não era a finalidade, o objetivo do ‘urbanismo’ haussmaniano. Os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar” (LEFEBVRE: 2001, p. 23).

teatros, estações de trem viram shoppings. Essa diversificação não traz somente o sentido do obsoleto, mas também a instauração de novos problemas culturais.²⁸

A cidade contemporânea é, por exemplo, o lugar da biblioteca e do museu. Embora tenha adquirido os defeitos da metrópole – gosto desnorteado por estatísticas e por expansão sem qualidade – são espaços culturais cívicos, permitindo acesso a um mundo de complexidade. Sem falar no papel que desempenham ao lado de hospitais e universidades (MUMFORD, 2006, p. 669-670).

Nos dizeres de Richard Sennet, é sobretudo o espaço onde estranhos podem se encontrar, à revelia de sua classe social, “fazendo do urbano antes um espaço social de convivência que um espaço social político” (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 41-42). Sennet, contudo, não descarta o urbano como interesse pessoal, assim como vão endossar Secchi e outros.

“A cidade contemporânea é um depositário de interesses pessoais, uma terra de ninguém, uma vitrine a céu aberto, como um imenso catálogo telefônico” – lamenta o arquiteto Issao Minami, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. “Há uma hipertrofia da imagem, uma gigantografia. A cidade, hoje, é vista mais como um lugar para se ganhar dinheiro do que um lugar para se viver. As ruas deixaram de ser ruas. Há uma negação da cidade histórica, que era feita para se andar”, sublinha o arquiteto Flávio Kiefer, professor do Centro Universitário UniRitter, em Porto Alegre (VERAS, 2007, p. 4 - 5).

Num olhar mais benevolente que seus pares para com a cidade contemporânea – Secchi alerta que se vive agora uma contínua democratização dos espaços urbanos. Surgem novos itinerários. O contínuo deslocamento exige reorganização das atividades e do pensamento. “Não é, portanto, com a natureza caótica da cidade que devemos nos surpreender, mas com a nossa incapacidade ou impossibilidade de limitar qualquer tipo de desvio dentro de limites suficientemente restritos, durante períodos suficientemente longos. Uma situação diversa daquela imaginada pela modernidade” (SECCHI, 2006, p. 93-94).

²⁸ Christian de Portzamparc entende a cidade como um espaço que contém o tempo e os tempos precedentes, cadenciando uma multiplicidade de camadas históricas. É um lugar cercado sobre si mesmo, ultrapassando a estética. Também voltado para a cidade palimpsesto, Lévi-Strauss dizia que são tantos os imaginários sobre as cidades quanto as cidades (MONGIN, 2009, p. 58, 59).

Sobre a experiência urbana, escreve Wisnik:

Ocorre que já há algum tempo a experiência urbana ocorre em um espaço mais dilatado, cuja tônica é dada pela dispersão espacial e pela mescla de pessoas e serviços. Instável por definição, a cidade contemporânea vive da obsolescência e desativação de edifícios (fábricas, penitenciárias, quartéis) e áreas da cidade (centros históricos, portos, pátios ferroviários), desterritorializando atividades e criando novas centralidades que desfazem as antigas hierarquias espaciais (WISNIK, 2007a, p. E2).

Muitos dos lugares de sociabilidade das novas massas urbanas (*shoppings*, estádios, aeroportos, discotecas, ginásios de esporte, parques de diversão) são equipamentos que se perdem no território expandido das cidades, graças à mobilidade proporcionada pelos automóveis. O automóvel, inclusive, deixa de ter função agregadora – como o era na cidade industrial – e passa a atuar como pulverizador (WISNIK, 2007a, p. E2).

Para resolver o impasse do que marca uma e outra época, Secchi diz que a época de hoje está em busca de uma “distância adequada” para ser entendida. Para provar sua tese, toca no ponto: a cidade moderna foi edificada para abrigar um tipo de família e um tipo de atividade contemporânea.

Não levava em conta, por exemplo, os *singles*²⁹ da vida contemporânea. Sobre os solitários urbanos, por exemplo, pesa a culpa de serem sintoma da sociedade individualista. Ao mesmo tempo, velhos ou jovens, os solitários ditam as novas formas de sociabilidade, de cultura e de consumo. Cada um está ou acredita estar em relação com o conjunto do mundo – e confrontação com o planeta (AUGÉ, 1997, p. 149).

Outro ponto a observar é que nas cidades contemporâneas desapareceu o modelo convencional de espaço de convivência. “A fábrica ou o escritório onde os trabalhadores passam a maior parte da própria jornada torna-se para a maior parte da sociedade industrial, o verdadeiro local da integração social. Esses substituem a rua, o mercado e os lugares de sociabilidade tradicional” (SECCHI, 2006, p. 101).

Os novos espaços ainda estão em via de definição. Mas o local permanece o espaço privilegiado das relações sociais. É onde elas estão entrelaçadas (GIDDENS, 1991, p. 105). Não há análise social – seja em grandes questões ou questões individuais -- que possam ignorar os espaços onde transitam (AUGÉ, 1994, p. 110).

²⁹ *Single* se tornou praticamente um termo técnico para designar as pessoas que vivem sozinhas nas grandes cidades, gerando o aumento do número de moradias, mas não de moradores. Os *singles* são consumidores por excelência da cultura e frequentadores dos espaços de entretenimento. Deixam, aos poucos, de serem vistos como vilões, como símbolos do individualismo contemporâneo.

Canevacci lembra que os novos espectadores urbanos vivem num espaço de superafetação, no qual desenvolve o status de *neoflâneur*. Em vez de gastas horas, como Baudelaire, fica no shopping por alguns momentos. Ali estão sujeitos à exacerbação do imaginário urbano, cujo efeito, nada mais é, do inibir a imaginação, em vez de inflá-la (MARTINS, L., 2008, p. 36). Ali está sujeito ao modo de viver sem estilo e sem qualidade. É um produto também (MARTINS, L., 2008, p. 90). Ali, o homem comum constrói sua identidade, mas em paralelo com infinitos outros olhares, onde desenvolve o que chame de um *status-game* – um grande jogo com uma infinidade de signos a serem decifrados (CANEVACCI, 2004, p. 48-49).

A arquitetura – como está – é um meio ambiente para os homens. É linguagem. E se é linguagem, determina e influencia a sensibilidade. Shoppings ou museus determinam a relação com o espaço (TUAN, 1983, p. 119). Ainda que de forma inconsciente, o espectador sempre reage ao espaço e ao tempo, à arquitetura e à cidade. E passa a pensar sobre isso se encontra um acontecimento adverso (TUAN, 1983, p. 146).

Cabe o jogo aos leitores – administrar a transitoriedade, a irracionalidade, a incerteza e a angústia cotidiana (MARTINS, L., 2008, p. 20). São eles, leitores dos livros e do mundo, que podem reabilitar o papel ativo das cidades – o de serem espaços que promovam a variedade e a individualidade, evitando que esmaguem a paisagem e a personalidade humana (MUMFORD, 2008, p. 679).

Os *neoflâneurs*, como os denomina Canevacci (2004, p. 48), têm de a ver com a pressão urbana e usá-la para refazer seus itinerários. Um antropólogo como Marc Augé (1994, p. 40), a propósito, afirma que os cidadãos assim o fazem. Eles completam os vazios urbanos pela fala, pela cumplicidade e pela intimidade. Fazem lugares. Um lugar só merece esse nome se for identitário – do contrário, é não lugar, é não baudelariano (AUGÉ, 1994, p. 73).

Não por menos a imagem do caminhante e do andarilho permanece associada à imagem da cidade e da literatura (AUGÉ, 1994, p. 171). São eles os praticantes da cidade, que escrevem um texto sobre ela, sem poder lê-lo, formando uma história múltipla. Eles se apropriam da topografia (CERTEAU, 2008, p. 177). Uma cidade “transmutante” se insinua no texto da cidade planejada e visível (CERTEAU, 2008, p. 172).

2. A LEITURA

A leitura remete de imediato à escola. Leitores, no senso comum e, não raro, nas estatísticas, são na maioria alunos. E a escola, de pronto, remete à “leitura crítica”, tema pelo qual a educação tem afeição. Vale ilustrar com a crônica “Sob o feitiço dos livros”, do educador Rubem Alves, publicada no extinto suplemento “Sinapse”, do jornal *Folha de S. Paulo* (ALVES, 2004, p. 7). O educador relata uma experiência que teve com um professor de sua filha. Ao questionar a recomendação de uma leitura enfadonha, acompanhada de ficha de leitura prescrita pela escola, o pai escutou do professor a máxima de que o objetivo do trabalho era “produzir a consciência crítica.”

Para defender a leitura livre e prazerosa, como um estágio que entende em oposição à leitura crítica, exclusiva, literária (BOURDIEU, 1996, p. 14), Alves usa um arsenal teórico sobre duas categorias filosóficas marginais – o desejo e o prazer. Rejeita o discurso algo utilitarista em torno do ato de ler, cujas normas moviam as crenças mais profundas do professor citado em sua crônica. “Penso que o meu mundo seria muito pobre se em mim não estivessem os livros que li e amei”, escreve Alves, ao deixar seu recado: só os livros que amamos fazem parte de nós.

Não há por que condenar o professor espartano, em sua defesa da leitura crítica, mesmo que se alinhe entre os que desconsideram a transcendência do objeto estético e não poupem os que “ameaçam a obra” com leituras criadoras (BOURDIEU, 1996, p. 15). É provável que o educador tenha aplicado na ocasião as lições recebidas do educador Paulo Freire e da própria pedagogia contemporânea, que já se vê lúdica e criativa o bastante ao promover atividades em torno do texto, como a própria ficha de leitura e a encenação do texto, entre outros (LAJOLO, 2000, p. 71). Ou recorrido à máxima pedagógica de que a leitura tem muitos usos – conhecimento, informação, sensibilidade estética, fantasia, imaginação e, claro criticidade, nível que exige treinamento, ensinamento, práticas, etapas que a escola está preparada para cumprir (SILVA, E., 2009, p. 28). Por que, então, o questionamento?

O mesmo se diga de Rubem Alves, em sua defesa aguerrida da leitura por prazer. Ele é voz defensável, ainda que maniqueísta, posto que pelo prazer, numa perspectiva barthesiana, se entende o deleite associado à luta corporal do leitor com o texto, com o qual digladiava, paradoxalmente de maneira dolorosa, algo bem próximo, aliás, da peleja da “leitura crítica” (SANTOS in NASCIMENTO. OLIVEIRA, 2008, p. 173). Em todo

caso, os leitores desprovidos de intenção acadêmica são importantes porque são movidos por alquimias sociais e atividades humanas pouco visíveis da perspectiva da carteira escolar (BOURDIEU, 1996, p. 18). É esse grupo que contempla esta tese.

A associação entre leitura e criticidade é já tradicional e chega a ser mecânica. Briggs e Burke (2004, p. 69) a apontam como resultado da revolução de Gutenberg, no século XV, já que o aumento do mercado de leitura permitiu a comparação de opiniões diversas sobre um mesmo assunto. Quantas gerações de estudantes cresceram ouvindo que é preciso ler para escrever melhor, para votar melhor, para saber conversar, perpetuando uma crença alimentada pelo Iluminismo, no século XVIII. A escrita e a leitura, afinal, têm função política: dão existência ao indivíduo, permitindo que pertença a algum grupo e que olhe a humanidade de um ponto de vista determinado (BOURDIEU, 1996, p. 49).

Das práticas culturais, a que relaciona leitura e pertença social é a mais condicionada pela escola – é a escola que define o que deve ser lido, e em que ordem de importância (TRAVANCAS, 2001, p. 59), criando um espaço técnico e simbólico onde se dá o letramento. O risco do processo reside em tomar essa mediação como ciência e medida. (BOURDIEU, 1996, p. 55) E fazer valer o gosto do professor, que vai se impor por sobre o dos alunos (COLOMER, 2007, p. 43). Com base nesse raciocínio, ler tem de “servir” para alguma coisa, o que exclui do expediente umas tantas obras da literatura universal, compêndios de filosofia e a própria cultura oral – todos à espera de leitores para que possam existir.

No clássico “Visão, Som e Fúria”, Marshall McLuhan (in LIMA, L., 2000, p. 153) trata das fragilidades do que chama de “cultura livresca” – expressão que não dá conta da totalidade da questão, mas que remete ao que se pode chamar de “escolarização da leitura e do livro”, uma expressão corrente nos meios pedagógicos. McLuhan defende que meios como a tevê, entre outros, também podem dar conta de necessidades humanas, pois são extensões dos sentidos. E defende as formas menos eruditas de leitura, a exemplo das tradições orais, cujo ocaso veio no século XV, com o início da era Gutenberg. No lugar da memorização, da cultura manuscrita e da troca pessoal de informações ficou a cultura letrada, paulatinamente relegada exclusivamente à escola.

Criou-se um “divórcio entre literatura e vida”, escreve McLuhan, e uma forma mecanizada de cultura – segmentando o conhecimento: o sonoro e o visual de um lado, o escrito em outro. “O livro impresso de repente liquidou com 2 mil anos de cultura

manuscrita. Criou o estudante solitário. Estabeleceu o predomínio da interpretação particular sobre o debate público” (McLUHAN in LIMA, L., 2000, p. 154). Não causa espanto a dicotomia entre leitura de prazer e leitura crítica ou leitura escolarizada – mais do que uma revolução técnica, esse impasse foi uma revolução de mentalidade.

O preço, entre outros, é o empobrecimento do caráter múltiplo do leitor e a “exclusão literária”, dois processos autoritários que, de forma paradoxal, ocorrem de forma legítima, no seio da escola. E ocorrem com a intenção de promover a leitura capaz de fazer ver e fazer mudar a realidade, livrando-se do que Paulo Freire chamou de “leitura ingênua”. (FREIRE, 2006, p. 21, 30) A ideologia que rege a equação “leitura e criticidade”, no entanto, se submetida ao crivo da palavra leitura, escapa à experiência estética. “A literatura é feita com as palavras que desejam morar no corpo”, avisa Alves a seu interlocutor autoritário (ALVES, 2004, p. 7).

Escreve Ezequiel Theodoro da Silva, na defesa da leitura crítica:

Numa sociedade como a nossa, onde se assiste à barbárie, a presença de leitores críticos é uma necessidade imediata, de modo que os processos de leitura e os processos de ensino da leitura possam estar diretamente vinculados a um projeto de transformação social. Leitores ingênuos, pessoas impassíveis diante das condições sociais e acostumadas à ótica convencional de perceber os fatos, muito provavelmente permanecem felizes em exercer a sua cidadania de “meia-tigela”, a bem daqueles poucos que detêm os privilégios (SILVA, E., 2009, p. 32).

Esse impasse não se restringe a uma mera oposição entre deleite e cidadania. Até porque seria uma oposição frágil e injusta com a escola. É impossível ignorar a associação de fato e de direito entre o ato de ler e a formação do senso crítico, assim como é impossível negar o entendimento de leitura crítica como capacidade de estabelecer relações intertextuais, avaliando o que se lê (COSTA, M., 2009, p. 68), entre outros expedientes da criticidade que parecem dar ganho de causa à leitura escolarizada (COLOMER, 2007, p. 46). A rigor, ela não concorre contra a leitura por prazer.

Raro quem não tenha prestado mais atenção à realidade depois de uma leitura elaborada. A escola, na sua função de transmitir conhecimento, em contrapartida, entende, contudo, que não há como dar conta de todos os campos da leitura. Por esse motivo, vê-se coibida na função de responder a algumas demandas do ato de ler ou promover leituras menos eruditas e estruturantes, as que Alves entende como leitura livre e afetiva, opinião algo frágil, posto que toda leitura é afeta.

É questão de grande envergadura. Esbarra nas fragilidades declaradas e no excesso de responsabilidade da educação. Mas diz respeito a duas questões de fundo – o desenho da leitura nas práticas pedagógicas e o destino do leitor, permanecendo ou não como parte do processo educacional formal, ignorando o saber adquirido sobre aquele lê, a partir das décadas de 1950 e 1960, quando deixa o papel de coadjuvante do cenário educacional e literário para ocupar o de protagonista, como propõe a Estética da Recepção (JOUVE, 2002, p. 14).

Desconsiderar esse leitor seria, por ironia, sonegação de massa crítica. Os escritos de Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser e Umberto Eco, entre outros, deram forma e teoria à verdade de que o leitor carrega um “museu imaginário” – para cunhar aqui a expressão de André Malraux (LIMA, L., 2000, p. 154) – e que esse museu é acionado a cada página de um livro ou de uma revista. Cada leitura é única. O leitor não decodifica, ele “sobrecodifica”, pois produz informação, “amontoa linguagens, deixa-se infinita e incansavelmente atravessar por elas: ele é essa travessia” (BARTHES, 2004 C, p. 41). Lê-se com as entranhas da experiência e do saber acumulado. Lê-se fazendo sinapses. Lê-se para preencher os espaços vazios (JOUVE, 2002, p. 14). É da natureza da linguagem – incompleta, flutuante, imprecisa (ISER, 1999, p. 11).

É disso que Rubem Alves tenta falar ao professor de sua filha: o leitor é complexo, dinâmico e está num labirinto, o “leitor desejanter” descrito por Barthes (2004 C, p. 38). A leitura crítica, ali nominada, soa autoritária e utilitária. O leitor é aquele que se perde na rede, nas imagens, na cidade, nos excessos, nas tragédias, nas criticidades que necessita para se mover (PIGLIA, 2006, p. 19). O leitor, sobretudo, é aquele que entra num jogo de fantasia, como escreveu Iser, ao tratar da busca do sentido oculto (ISER, 1996, p. 24), um jogo no qual se procura exercer nossa capacidade, em paralelo à do autor, do qual se torna parceiro. A obra é gerada durante essa troca.

Michèle Petit equaciona a questão, e ajuda a corrigir as teses algo maniqueístas de Alves:

Uma vez mais acredito que, com essa dimensão da leitura em que a leitura “trabalha” o leitor, estamos longe das divisões estabelecidas que opõem, por exemplo, os partidários da leitura “utilitária” aos da leitura de entretenimento. Quando encontro palavras que me perturbam porque permitem expressar o que tenho de mais íntimo, assumo que isso é algo “útil” ou é um “prazer”? Como disse Freud, talvez seja algo que está “além” do prazer... (PETIT, 2008, p. 39).

Nem todos vivem esse fascínio, por mais difícil que seja imaginar que alguém possa desconhecer a experiência da leitura. De qualquer modo, os leitores – estejam sob as asas da escola ou não – formam uma comunidade peculiar, passível de ser entendida em mais de uma instância, largamente sujeitos ao sofrimento, como o está o mais crítico dos leitores às voltas com o saber (SANTOS in NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2008, p. 179). Esse embate com o texto, a propósito, se revela em gêneros que não só o literário e ficcional, mas também na leitura de jornais e da publicidade, por exemplo, como sugeriu Barthes (2004c, p. 31-32) ao definir a leitura como um campo plural de práticas dispersas, de efeitos irredutíveis e tantos níveis que impossível colocá-los em ordem de importância.

Os códigos da leitura não-escolarizada, portanto, tendem a ser peculiares, dignos de estudos vagarosos. Nutrem-se de uma ordem própria de uso de tempo e de espaços. A leitura ordenada, produtiva, funcional e pedagógica não comporta toda essa experiência, ainda que seja um passo fundamental para ela e incorra no risco de ser uma “leitura morta”, quando sujeita a “palavras de ordem, estereótipos e repetições mentais”. (BARTHES, 2004b, p. 173) Do contrário, vigora a possibilidade de uma leitura desordenada, anárquica e heterodoxa, nascida menos da necessidade de um aprendizado formal e mais da emergência emocional e intelectual diante das demandas – como se defende aqui, da vida na cidade. Também esse expediente implica trabalho árduo, posto que a ação de ler se dá mediante estratégias e desejo de avançar (COSTA, M., 2009, p. 134). O leitor não escolarizado ou de baixa exposição à escola, objeto desta tese, entende-se, permaneceu na leitura por essas vias.

As teorias de Macedonio Fernández, para quem o leitor deve refazer com o autor a trajetória de elaboração do texto (CASSAL in FERNÁNDEZ, 1998, p. 12) – inspirador de Jorge Luis Borges –, revisitadas pelo argentino Ricardo Piglia, dão conta dessa relação convulsiva do leitor “avulso” com a realidade e com o ato de ler. Ele alerta – só se pode falar desse tipo de leitor de forma individualizada, contando a sua história (VOLPE in NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2008, p. 193).

Diz Piglia:

É um retrato do leitor atual, que já não é aquele que está isolado, concentrado e lutando contra a interrupção. Mas sim que entra e sai do texto, se move, interage com o que está ao redor, vai de um livro a outro ou a outros textos mais rápidos que surgem pela internet. É um leitor que assume a interrupção como parte da narrativa.

Macedonio captou o processo que ia se desenvolver e que levaria à fragmentação da experiência da leitura, que supõe um corte com a lógica linear da significação. Isso não seria algo negativo, a princípio, mas um novo tipo de situação de leitura (PIGLIA apud COLOMBO, 2008, p. E13).

A escola – que cresceu enormemente na sua compreensão das instâncias da leitura – pode, ainda, guardar resquícios de uma prevenção com as formas de leitura que lhe escapem ao controle, distanciando-se do leitor que chega à leitura por vias próprias, resistindo em admiti-la também como uma forma de criticidade, pois a criticidade lhe parece incompatível com prática da leitura desordenada, praticada pelos “leitores de exceção”, como aqui estão sendo chamados.

Ao bater na tecla da leitura crítica como meta a ser alcançada, subentende que para chegar ao estágio de uma leitura, digamos, adulta, o leitor deve seguir etapas, digerir autores, acompanhar escolas, responder provas, obedecer a certas linhas do tempo.

O preço dessa tradição é que ao mesmo tempo que a escola pode habilitar para a leitura, tal como se propõe, corre o risco de conseguir o inverso, afastando o aluno da leitura, o que não é raro (ZILBERMAN; RÖSING, 2009, p. 30). Daí uma certa culpa que recai sobre a escola na evasão dos leitores. Há, contudo, os que se afastam da escola, mas não da leitura. E tudo indica que em algum momento – inclusive de seu percurso escolar – tenham vivido impasse próximo ou semelhante ao descrito por Rubem Alves. Ainda que a experiência de Alves não seja de todo justa com a escola, posto que parece ignorar que fora dela também se cultiva uma leitura pobre de sentidos, movida por princípios que igualmente se distanciam da leitura prazerosa prevista por Barthes.

Agora, estou muito tentado a seguir esse caminho, escrever textos de prazer e incluir na teoria do texto uma reflexão sobre o prazer do texto, sobre a sedução. Seria quase necessário falar do *donjuanismo* do texto. Por que é que um texto seduz, o que é a sedução de um texto? O prazer do texto é puramente cultural? Ele depende de níveis de cultura ou é mais corporal e por conseguinte mantém com a cultura uma relação dialética que comporta outras mediações? Eis o tipo de pergunta que eu gostaria de fazer pouco a pouco (BARTHES, 2004a, p. 222).

A desconfiança da leitura lúdica tem fortes raízes no pensamento ocidental. Não se deve ter pressa em dizer que a conspiração contra essa forma de recepção nasce de professores autoritários, ou que sejam eles mesmos leitores deficitários, posto que há inúmeros exemplos de coibição das práticas inteligentes de leitura fora do ambiente escolar. A incompreensão dos meandros da experiência estética que ronda a escola não é de todo culpa dela.

Como desenvolve o teórico britânico Terry Eagleton no livro *A ideologia da estética*, a arte pela arte, a arte sem conexão com a política e a ética – consagrando a criação como delírio – fez com que a estética se apartasse dos grandes debates contemporâneos, passando a ser vista com desconfiança, atitude que não foi diferente nos circuitos de educação, que nada mais fizeram se não reagir ao culto à loucura e ao personalismo das vanguardas e pós-vanguardas (EAGLETON, 1993, p. 265).

A arte que não quer dizer nada – pois se for assim, não é arte –, destituída de mensagem e de ensinamento, calcada num conhecimento subjetivo do mundo, feita uma realidade em si mesma, foi alardeada como resultado de uma experiência radical, no campo dos costumes, sem a qual ninguém enxerga o abismo nitscheniano e, por extensão, não chega à vanguarda, que também carrega sua parcela de presunção e artificialidade. Não causa espanto que a escola tenha recebido com reservas esse universo fundado em boa dose de oportunismo, preferindo, sim, cultivar a estética clássica e canônica, carregando a pecha de se remeter mais ao passado do que à contemporaneidade.

Basta acompanhar, os currículos de Artes, nos quais, não raro, os modelos se fundam em Da Vinci, chegando a Picasso e Dalí, esses dois mais corroborados no campo das vanguardas. No campo da literatura não é diferente. Desses contínuos embates entre a arte que se apresenta como formadora e a que foge ao controle pedagógico é que parece nascer a identificação instantânea entre leitura e criticidade.

Trata-se de um equívoco, cujo maior dano tem sido o de travar os avanços nas políticas de leitura – dentro e fora da escola, perdendo de vista os muitos estatutos do leitor.

Se de um lado a escola tem o dever de se proteger de determinadas banalidades da arte que proliferaram na esteira das estéticas contemporâneas, por outro não devia se eximir de assimilar a contribuição de Iser e Jauss ao campo da leitura. Ao colocar o leitor no centro do debate, revelando que se entrega à leitura em mais de uma instância, a estética da recepção exige dos educadores uma postura mais flexível.

Como diz Marisa Lajolo, o estudante lê o mundo, ainda que suas referências sejam esparsas, tímidas ou pouco críticas (LAJOLO, 2000, p. 7). Subjugá-lo ao que Bourdieu chama de “narcisismo hermenêutico” – expressão para falar da inteligência daquele que ensina pela apropriação da inteligência dos outros autores, é inibi-lo (BOURDIEU, 1996, p. 342).

Lidar com esse organismo vivo, em mutação que é o leitor, é tarefa das mais complexas. Para dar conta dela, nas últimas duas décadas proliferaram práticas escolares ocupadas de desburocratizar a leitura, permitindo que acontecesse, em sua magia, também dentro da escola. Muitas instituições criaram salas com almofadas e promoveram o uso livre de espaços de leitura. Outras tantas implantaram a hora da leitura e muitas entenderam que só haveria melhora nos índices se colaboradores das escolas, como o guarda, a “tia da cantina” e os professores também fossem integrados aos programas de leitura, evitando que fosse entendida como tarefa para alguns.

É temerário dizer que foi aposentada a opinião de que ler é se instrumentalizar para entender a realidade. Mas se caminha para essa superação. Um dos grandes trunfos dos estudos sobre o leitor reside justo nesse alargamento dos espaços e possibilidade de leituras diferenciadas e múltiplas para cada leitor, entendendo a cidade como espaço pedagógico na formação de leitores. Resta, para tanto, um desafio – entender o lugar da leitura no imaginário para além da escola. É um dado que nos falta.

2.1 UMA HISTÓRIA DE CENSURA

A que demanda do imaginário respondem os leitores com baixa exposição escolar? Trazem, por certo, uma experiência gratificante vivida no seio da escola, ainda que se tenham perdido dela, como se pode conferir na amostragem do capítulo 4. Essa

experiência sobrevive aos recalques e frustrações de terem se perdido no sistema de ensino. Há que se considerar, contudo, que esses leitores carregam, como todos os outros, o peso cultural do significado da leitura. É o que se vai investigar daqui em diante, em busca de reflexões sobre a leitura entendida não só como caminho para formação crítica, mas também leitura como perigo, como status, como uma questão de classe e como uma questão cultural, com nuances bem brasileiras.

Principalmente, o que se quer elucidar é a herança de leitura na qual foram formados os leitores estudados nesta tese – daí a busca por informações nos anais da educação, da imprensa, do mercado editorial, na formação de bibliotecas – e qual a atual conformação desses campos. Recorreu-se a inúmeros dados disponíveis sobre esse assunto, particularmente os divulgados na imprensa de 2005 a 2011. Deste modo, quer-se informar sobre os avanços na leitura, os progressos na contenção da exclusão escolar e acenar possibilidades para o desenvolvimento da leitura fora da escola, destinada a jovens e adultos que gravitam fora do sistema de ensino, sujeitos aos movimentos da cidade e aos apelos da indústria do entretenimento.

2.1.1 Em papel jornal

Uma das leituras que mais respondem às demandas do século XXI é a de jornal – seu poder de trazer o mundo da rua para diante do quadro negro é singular. Educadores, atentos à nova configuração técnica da leitura crítica, estão se dedicando ao uso do jornal em sala de aula. O que não deixa de ser paradoxal: o jornalismo é uma linguagem formada nos séculos XVIII e XIX e em risco de transformação, como se diz no senso comum, na era dos iPads. Mas sua tradição no campo de despertar de leitores é singular.

Em seus inícios, o jornalismo permitiu a jovens sem fortuna, órfãos da escola, o acesso à informação, formando uma sociedade dentro da sociedade, seja de artistas, seja de leitores anônimos (BOURDIEU, 1996, p. 74, 76). A circulação da escrita no século XVIII se deu graças aos jornais e à sociabilidade que eles provocam – um texto de opinião acabava sendo discutido num café e poderia gerar uma polêmica (AGUIRRE in CHARTIER, 2001, p.128).

À revelia de sua contribuição, o uso dos impressos no fomento à leitura e enfrentamento da realidade não deixa de ser uma zona de risco, posto que o jornal pode ser recebido com prevenção por professores expostos aos que se convencionou chamar de “leitura crítica dos meios de comunicação”. Isso ocorre caso haja uma interpretação parcial e simplista das proposições da Habermas sobre o conhecimento crítico, como forma de “desocultamento das condições de opressão e dominação social” (SILVA, E., 2007, p. 28).

Em outras palavras, o ler criticamente o jornal e outros meios pode virar uma recomendação para “não ler” o jornal, pois ele seria todo pautado pela manipulação e pela mentira, por certo um preço que a imprensa, no Brasil, paga por sua proximidade com o poder na primeira metade do século, ainda que tenha sido também ela a combater as ditaduras do século XX (BAHIA, 2009, p. 205). Caso não se balize essas questões, o preço é o afastamento do leitor de um instrumento que o ajuda a viver a sociedade e cumprir seu destino de cidadão, ocupado da coisa pública.

Não é difícil encontrar quem faça do jornal uma extensão rançosa da Teoria Crítica e dispare contra ele, ainda que não com a mesma ferocidade reservada à televisão, impressões conspiradoras, destinadas mais a precaver a leitura do mundo do que de promovê-la. É a escola dita crítica matando uma fonte importante de criticidade e de redenção do leitor. E ignorando o alto custo da mentira para a imprensa, nos termos listados por Paul Grice³⁰, na década de 1980, o que redundava na perda da credibilidade, justo a maior riqueza de que pode dispor um periódico (LAGE, 2008, p. 59).

O filósofo francês Gilles Lipovetsky, numa defesa do papel da mídia na construção do leitor, expresso em seu livro *Metamorfoses da cultura liberal* (LIPOVETSKY, 2004, p. 67), pergunta se os meios de comunicação social podem influenciar negativamente as atitudes de tantas pessoas, como se alardeia. Afinal, desde o nosso nascimento, estamos muito mais expostos à influência da família, da igreja e da escola do que propriamente da televisão, de jornais e revistas. Ora, é maior a influência, inclusive negativa, de pais, professores e religiosos, com os quais passamos o maior tempo de nossas vidas. Muito mais do que as horas na frente da televisão.

É certo que se deve contrapor a Lipovetsky os efeitos do que Guy Debord chamou de “sociedade do espetáculo”, que gerou uma sociedade falsamente unificada e falsamente incluída no sistema do capitalismo, trazendo todas as impressões

³⁰ Paul Grice é autor de *Studies of the way of the words*, publicado pela Universidade de Harvard em 1989.

equivocadas da economia de mercado. O preço foi a simplificação da sociedade, mediada pelas imagens difundidas de forma maciça (DEBORD, 1997, p. 10, 14).

A criticidade, na sua forma menos maleável, demoniza a mídia, apontando-a como vilã. Mas é também a imprensa, parte do que se chama mídia que se abre a um fenômeno dos mais impressionantes. Com a alvorada da internet, alterou-se o panorama da leitura. Foi preciso correr atrás do leitor, entendê-lo para tê-lo, gerando uma aproximação com a estética da recepção. Os jornais têm se reinventado. Para sobreviver, precisam entender o leitor literário, o leitor labiríntico, o leitor hedonista, o leitor que responde às demandas urbanas – assim como a violência, o desemprego e as mudanças nas relações de vizinhança, entre outras questões que se tornaram prementes em meio ao desvario das grandes cidades, tal como se explorou no capítulo 1.

Ignorar esse de leitores e de temas corresponde a repetir um erro histórico. Na década de 1960, as descobertas sobre o leitor feitas às escâncaras pela Escola de Constança encontraram desprezo nos círculos jornalísticos, como comprovam os manuais de redação, que a ignoraram solenemente, e nas escolas que seguiram o modelo escolanovista. Um dos pecados mais graves foi o preconceito diante de uma reflexão que mudava as práticas escolares e comunicacionais. Escola e imprensa construíram o seu leitor ideal, implícito, um ser comportado, aplicado, severo, que segue rotinas, modelos e responde sempre que convocado. Já o leitor real, empírico, dá respostas bem menos previsíveis à vida. Necessita de serviços, de interpretações, do humor. Ele sempre encontra um lugar onde existir, como sugerem os depoimentos aqui estudados.

2.1.2 Sedução e proibição

O grande manuscrito que ficava sobre a mesa, na Idade Média, era sobretudo um livro de estudo, um objeto da escolástica, relacionando leitura e educação. Com a revolução de Gutenberg, no século XV, tudo mudou. O livro que então se podia levar no bolso era um livro de preces (CHARTIER, 2009a, p. 9). Se ler era estudar, ler também se tornou rezar. Estava formada uma face mística do imaginário da leitura.

No Brasil, não diferentemente, a prática de leitura ficou sob custódia da escola e da Igreja, ligadas na formação da juventude, eximindo outros setores da sociedade dessa incumbência, gerando a “escolarização da leitura”. Textos passaram a ser qualificados

como bons e adequados e a leitura passou a ser promovida na perspectiva didática da escola e não na perspectiva da experiência estética (LAJOLO, 2000, p. 45). Como exemplo dessa mentalidade, o uso das poesias de Olavo Bilac como forma de incentivar o civismo (LAJOLO, 2000, p. 66), prática corrente no ensino na primeira metade do século XX.

Historicamente, o texto, em sala de aula, acaba sendo analisado com base em teorias literárias – de extração universitária – o que, no plano didático, torna quase irreconhecível a teoria em que se baseia (LAJOLO, 2000, p. 15). Tal prática acaba por inibir a leitura, submetida a fichas e quotas. Essa desvantagem custa a ser percebida – a escola, afinal, hierarquiza, mensura, classifica, avalia e propõe um modelo de aprendizado, de sociedade e de saber, que funciona como um aparelho e serve para todas as instâncias (ZILBERMAN; RÖSING, 2009, p. 26).

Não bastassem os rigores que a escolarização impõe à leitura e ao leitor, some-se ao histórico escolar brasileiro os longos períodos de censura política e editorial, cuja fatura não é outra senão um olhar proibitivo em direção à cultura letrada. Ela não deve escapar do mínimo necessário (LAJOLO, 2000, p. 61). Do contrário, incorre no risco de virar prática subversiva. A leitura principalmente se mostra passível de se colocar sob a tutela de autoridades, além de um estímulo à solidão e à apatia social. Esse sentimento de reserva à cultura letrada escolar, pode-se especular, tornou-se um fato cultural, o que talvez possa explicar a entrega de muitos a ela – numa escala particular, marginal, não-hierárquica, nascida de um roteiro próprio, privilégio que, no senso comum, seria destinado apenas aos leitores que cumpriram as etapas previstas pelo ensino formal.

A explicação desse “fato cultural” em torno do livro e da leitura fora da escola tem raízes nos séculos XVI e XVII, quando o livro era um objeto restrito, não raro de uso religioso, o que pode tê-lo transformado num objeto solene (JINZENJI, 2010, p. 118). Havia, graças a essas associações, uma relação explícita entre a leitura e o poder. Ler e ter livros em sua propriedade, inclusive, definia o *status* social e o acesso às redes de sociabilidade que se formavam em torno do livro, como os saraus (VILLALTA in ABREU, M., 1999, p. 185).

Daí a ambiguidade tamanha da censura. Ela se acirra em momentos de grande disputa pelo poder político – o período joanino, passando pela Ditadura Vargas e pelos governos militares, gerando vários níveis de repressão à leitura – a autocensura, a censura preventiva, a censura punitiva, gerando controle social e criminalidade política (CARNEIRO, 2002, p. 30). Ora, esse movimento de perseguição e de incentivo à leitura

gerou desejos contraditórios, e não só nos leitores mais talhados para o ofício: ler se torna subverter para uma parcela significativa da população.

Assim, no dia do aniversário de dom João VI, 13 de maio de 1808, foi inaugurada a Imprensa Régia, pondo fim ao decreto de trezentos anos que proibia todo e qualquer tipo de impressão em nosso país. Tínhamos, então, o início da vida editorial brasileira (EL FAR in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 89).

Regra geral, deve-se considerar que a instalação da leitura na sociedade burguesa, numa escala mundial, se deu de forma parecida à censura, o que vai sugerir a escola como mediadora no que deve ou não ser lido. A pedagogia da passagem do século XVIII para o XIX entende que nem todas as obras devem ser acessíveis – em especial para as mulheres, que, presumia-se então, precisavam de mediação para discernir o certo do errado. É um paradoxo: essa dualidade na compreensão da leitura se dá em meio às premissas iluministas, que a viam como elemento de emancipação do ser humano (ZILBERMAN; RÖSING, 2009, p. 25).

Na História de Portugal e do Brasil, a censura à leitura é corrente e explica o imaginário em torno do livro. Seguiu-se a Carta de Lei de 1794, que estabeleceu a Inquisição, um rigor que se estendeu ao Brasil, a partir de 1808, carregando uma tradição portuguesa de 1451, quando dom Afonso V mandava queimar livros falsos e heréticos (CARNEIRO, 2002, p. 37). Esse movimento ocorre na contramão do ideário do Século das Luzes, quando se perguntava por que todo leitor não poderia criticar as obras, tendo sua leitura legitimada (CHARTIER, 2009a, p. 17).

Mas há uma particularidade – a Corte recém-chegada precisava de situações de sociabilidade, e elas se davam em torno do livro (NEVES in ABREU, M., 1999, p. 378). Logo, a leitura era proibitiva e, ao mesmo tempo, quando oralizada e pública, era uma celebração. Ausente do cotidiano, o livro vai ser objeto de conversa nas boticas e tavernas – quando não copiado inteiro, à mão, dada a escassez (SILVA, M.B. in ABREU, 1999, p. 159). Na transição dos séculos XVIII para o XIX a afirmação em voz alta do que se leu é, ao mesmo tempo, afirmação do espaço público e afirmação de que as condições de ignorância e pobreza foram vencidas, formando o histórico da leitura no Brasil.

A função comunicacional da fala pública do que foi lido tem na sociedade ibérica um sentido político semelhante ao de ler um impresso. Verbalizar o que se leu

corresponde a afirmar publicamente não ser analfabeto e fazer parte de um espaço liberal. É quase pitoresco. Nas sociedades lusitanas, os de “poucas letras” podiam participar da “vocalidade da leitura”, alargando sua representação social (ALVES, J. in NEVES, 2009, p. 93), mesmo sem dominar a leitura.

Ora, é imediato deduzir que a “leitura de formação” no Brasil comunga das regras da “cultura da orelhada” – bem traduzida em Oswald de Andrade. Aprende-se ouvindo. Lê-se por aproximação com quem lê, formando um jogo de simulação expresso tanto nas obras de Machado de Assis quanto na neoescolástica do padre Vieira, flagrantemente uma pedagogia, um modo de ensinar pela expressão oral e solene (HANSEN in ABREU, M., 1999, p. 179).

É importante “parecer ler” para fazer parte da sociedade organizada e próspera. Tudo indica que essa aparência ao se tornar um traço da história se torna também um traço do imaginário. Escreve o pesquisador José Augusto dos Santos Alves:

A oralidade será assim uma forma de produzir saber e desenvolver o sujeito político. As reuniões e ajuntamentos vão criar condições para uma crítica da política, na qual será produzida uma normatividade ligada ao ouvir, normatividade que atuará igualmente no âmbito de uma pedagogia em que falar e escutar equivalem a ensinar e aprender (ALVES, J. in NEVES, 2009, p. 93).

Há de se levar em conta, nessa construção, o atraso crônico do letramento no país e como algumas muletas sociais ajudaram a criar uma aparência de sociedade letrada. O primeiro recenseamento da história brasileira, datado de 1872, apontou 15,75% de alfabetizados numa população de pouco mais de 9 milhões de habitantes (SILVEIRA, 2009, p. 45). É dessa época, precisamente 1870, a implantação das “bibliotecas populares”, pensadas de maneira especial para o público escolar, para que tivesse acesso ao livro, mas idealizadas, igualmente, como centros de formação moral e patriótico, servindo de exemplo da cultura educacional moralizante que vigorou no país (SCHAPOCHNIK in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 240).

O mesmo período histórico vai trazer como suporte para fazer avançar a sociedade leitora, um sem número de revistas e jornais voltadas ao leitor menos escolarizado, com profusão de imagens e pequenos textos, como se vai ver adiante. São exemplos clássicos os almanaques, aliando em sua leveza a moral, o saber, o divertimento e a técnica (MARTINS, A., in ABREU, 1999, p. 481). A difusão do saber para os menos letrados, diga-se, fica na incumbência do jornalista e do professor, não

por menos duas categorias que se confundem, como aponta Antonio Candido, ao tratar da formação do intelectual no Brasil (CANDIDO, 2000a). As diferenças profundas entre o gosto do público – expresso no apreço pelas revistas – e os modelos de leitura mais elaborada, difundidos pela escola, contribuiram para a máxima de que brasileiro não gosta de leitura (ABREU, M., 1999, p. 233).

Os jornais e depois as revistas no Brasil do século XIX, inícios do XX, eram entendidos como fontes de ensino e bases de conhecimento (LUSTOSA in JINZENJI, 2010, p. 12, 13), não raro enaltecendo a necessidade de educação pública – num país às turras com o assunto – e o papel do professor. A valorização do ensino fazia parte do papel civilizatório da imprensa e se afinava com o projeto iluminista, tal e qual ocorria na Europa da virada do XVIII para o XIX (JINZENJI, 2010, p. 25; 27; 36).

Embora os periódicos circulassem em espaços públicos, nos quais eram consumidos por seus destinatários diretos, acabavam chegando aos espaços privados, como as bibliotecas e as casas, atingindo pessoas que não tinham acesso às escolas – como as mulheres e os criados. A integração dessa grande massa dispersa de público ainda se dava pela leitura em voz alta, confirmando outra vez o caráter oral do acesso à cultura entre os menos letrados (JINZENJI, 2010, p. 76). Ora, a leitura a viva voz tem suas regras, encenações, entonações, rítmicas e edições de trechos mais engraçados ou reveladores, desencadeando uma prática de leitura bastante particular.

É também nessas divisas do século XVIII que se dá a “construção” da ideia de infância, o que vai reafirmar o papel dessa personagem social e a necessidade da escola para formá-la (LAJOLO, 2000, p. 26). É provável que tenha se dado aí uma passagem de um tipo de leitura ora doméstica, ora nas praças e associações públicas, para outra modalidade, e com outras intenções, no espaço público-privado da escola, sob a tutela do Estado, tal como se tinha desenhado desde a chegada da Família Real, em 1808.

A escola, contudo, vai ser incipiente para a tarefa. O “Brasil em revista”, desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), passando pela Primeira República – mostra um país em que o letramento consegue se dar pelos veículos impressos, como jornais e revistas, fartamente ilustrados, de modo a integrar a grande massa de analfabetos ou de pessoas com letramento insatisfatório (OLIVEIRA et al, 2010, p. 14). No Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII, por exemplo, vai crescer um movimento, entre os livreiros e editores, da publicação de livros populares, voltado para um público consumidor em formação.

O público assalariado e alfabetizado cresce na capital do Império, onde o analfabetismo é estatisticamente baixo em relação ao resto do país: metade da população conhecia as letras. No Censo de 1890, o Rio tinha 522 mil habitantes, sendo 270 mil capazes de ler e escrever. No início do século XX seriam 400 mil potenciais leitores na cidade. A propaganda dos livros populares dizia que a literatura não era privilégio de alguns. E que servia de passatempo e para satisfazer curiosidades passageiras (EL FAR in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 332).

No Rio Imperial, em média uma em cada quatro pessoas lia. Se levarmos em conta que tiragens médias de edições comerciais de autores brasileiros já conhecidos pelo público, como Macedo e Alencar, ficavam entre mil e 2 mil exemplares, temos um ótimo número, sem contar que algumas obras tiveram mais de uma edição em menos de um ano (STRZODA, 2010, p. 30).

Mais tarde, o discurso da modernidade vai ser propício para fazer avançar esse modelo, dando continuidade à integração pela leitura informal e desinteressada das revistas e dos jornais. Ao buscar a integração da cultura acadêmica com a cultura boêmia, os modernistas acabam por lançar um olhar sobre a cultura da rua e para grupos sociais marginais, de modo a alcançar um modelo de país e de nacionalidade (VELLOSO in OLIVEIRA et al, 2010, p. 57; 63) – objetivo que depois vai ser repassado à escola, não por menos a maior crítica da imprensa. Deve-se sempre lembrar que Lobato fez isso antes dos modernistas, questão que ainda mobiliza os estudos literários e é fundamental para entender a circulação do livro e a difusão da leitura no Brasil (AZEVEDO et al., 2000, p. 35).

É possível afirmar que nos jornais – em particular pelos folhetins – e nas revistas de meados do século XIX a meados do século XX, o leitor com baixa exposição à escola passa a fazer parte de uma tradição de público (VELLOSO in OLIVEIRA et al, 2010, p. 934). Ele é destinatário de um campo de informação que corre por fora da escola, sendo, ali, assumido como parte do país. Não por menos, esses produtos de informação rasa vão ser reflexivos, sim, em certa medida, como pediam os leitores ilustrados, parte de seu público. Mas também pragmáticos, oferecendo cartilhas, dicas de tratamentos médicos, instruções de higiene, profusão de imagens, literatura cor-de-rosa, entre outras estratégias comunicativas capazes de atingir os menos letrados (VELLOSO in OLIVEIRA et al, 2010, p. 80, 85, 86).

Para a pesquisadora Monica Pimenta Velloso, ao situar o leitor na vida da metrópole, de modo leve e divertido, as revistas do período faziam forte apelo à oralidade. Mais do que leitores, eram receptores, dotados de aguçada capacidade de ouvir e de replicar a informação (PINA, 2002, p. 7). O que era lido e visto era para ser dito socialmente – na cozinha ou na sociedade literária –, bem a contento de uma sociedade com altos índices de analfabetismo. “As imagens sugeridas pelos editoriais são sugestivas. Metamorfoseando letra e voz, as revistas se apresentam como nota vibrante de uma canção brejeira, um Zé-Pereira audacioso irrompendo uma semana santa ou uma tribuna onde se fala bem alto para ser ouvido pelo grande público...” (VELLOSO in OLIVEIRA et al, 2010, p. 82).

A imprensa diária, contudo, vai abandonar esse desejo pelo leitor, substituindo-o por um discurso nacionalista (ABREU, A., 1996, p. 61) – tal como ocorreu no período anterior à Proclamação da Independência, em 1822. Passa, em parte, a falar aos próprios pares. Nas primeiras décadas do século XX, em especial na década de 1940, os jornais vão se preocupar com o petróleo, ditadura, perigos do comunismo. O “sentimento nacional” não inclui os leitores pouco letrados. Fica para trás o caráter persuasivo dos tempos anteriores (PINA, 2002, p. 8).

2.1.3 Relação cíclica

A “pedagogia urbana” das revistas, na qual o leitor menos escolarizado percorre o texto com quem percorre uma cidade, vai ser um capítulo à parte na história da leitura no Brasil (VELLOSO in OLIVEIRA et al, 2010, p. 89; 99). Há um rebanho de leitores – de todas as capacidades, às voltas da imprensa – e um rebanho debaixo dos rigores de uma escola de tradição difícil, quando não de nenhuma escola (CHARTIER, 2001, p. 76). Não é demais lembrar que educação no Brasil começa com os jesuítas – para cristianizar índios, o que confere ao ensino a missão de formar a moral e o caráter, consagrando as relações milenares entre ensino e leitura – ou seja, a escola como espaço de decifração do sagrado, para o qual é preciso entendimento (ZILBERMAN; RÖSING, 2009, p. 18).

Importante ressaltar que livros eram raros nos inventários brasileiros do século XVII. Os poucos exemplares em circulação eram literários e religiosos e estavam em

função dos colégios jesuítas – seu uso era para dar acesso ao sagrado, não propriamente ao conhecimento (VILLALTA in ABREU, 2000, p. 187). Considerava-se que a leitura servia para instruir e divertir, mas a leitura que interessava no Brasil do XVIII e do XIX, era a leitura formadora (ABREU, 2000, p. 214).

A mentalidade de censura, já conhecida aqui desde os tempos de Moema e Paraguaçu, se soma a esse quadro e só fez reforçar a prática da “escolarização da leitura” nos séculos que se seguiram. Os censores – de 1721 ou de 1964 – pintaram os livros como um passaporte para a subversão. Basta pensar nos *Autos da Devassa*. O documento cita que Tiradentes tinha sido visto à cata de livros no Porto do Rio de Janeiro. A leitura não autorizada do inconfidente apertou a corda e apressou a degola (CANDIDO, 2000a).

A chegada da Corte Portuguesa, no início do século XIX, seculariza esses códigos, mas reitera a confusão entre ensino, proteção e serviço público. Sob a mão pesada do Império, a escola se tornou dirigista, paternalista, tutelar, tropeçando no que lhe é próprio – o repasse democrático de conhecimento. Basta dizer que remonta à chegada de dom João VI a primeira impressão de livros didáticos e de obras literárias destinadas a circular na escola, como *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga. Foi feita no prelo da Imprensa Régia. A literatura se aninhou no colo da escola, ao lado da aritmética e da gramática, convertendo-se em lição de casa.

A dizer, as bibliotecas surgiram no Brasil na primeira metade do século XIX – a citar a Biblioteca Real, no Rio de Janeiro, instalada em 1810, a biblioteca pública da Bahia (1811) e a de São João del-Rei (1827). Acrescente-se os gabinetes de leitura e sociedades literárias (JINZENJI, 2010, p. 74). Mas tiveram desenvolvimento sofrível, não atendendo às demandas da população.

“Somos herdeiros de uma tradição educacional pobre e improvisada, a qual precisa ser o contexto de qualquer avaliação do que se tem feito e dito até agora”, sublinha Marisa Lajolo (2000, p. 21) ao analisar documentos da educação no Brasil no século XIX, já tratando das deficiências no ensino da língua portuguesa, baixa remuneração de professores e falta de material didático. É célebre a denúncia do Barão de Loreto, de que no início do século XX apenas 40% das crianças em idade escolar tinham matrícula (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 155).

Em certo sentido, o problema da literatura em sala de aula e do leitor começa com a tarefa de ensinar a própria língua portuguesa, à qual a leitura está ligada (LAJOLO, 2000, p. 55). José de Alencar, inclusive, vai lamentar a dificuldade de

encontrar livros no Brasil que não seja dentro das escolas, sugerindo que não havia livrarias nem bibliotecas porque não havia leitores (LAJOLO, 2000, p. 57). É uma fala própria de um círculo vicioso – havia poucos leitores porque as escolas eram ruins e não praticavam a leitura, ou vice-versa.

Laurence Hallewell, autor de *O livro no Brasil*, calculou que em 1907 o Brasil tinha 638 mil alunos no primário, 20 mil no secundário e cerca de 5,8 mil universitários. Para atender essa clientela, havia poucos livros didáticos editados no país, quando não, eram de fora e estranhos à realidade nacional. Editores como o alemão Eduardo Laemmert, o francês Baptiste Louis Garnier e o brasileiro Francisco Alves se interessaram por esse ramo de negócios, criando um nicho para a leitura em meio ao mercado de livros escolares. Foi determinante para a leitura. E para as editoras, que encontraram no livro didático o seu motor (LINDOSO, 2004, p. 61, 92).

Em meados do século XIX, a dizer, duas editoras monopolizavam a edição de livros no país, as casas dirigidas por Laemmert e por Baptiste Louis Garnier. Laemmert, que chegou em 1833, publicou no Brasil, a partir de 1844, a *Folhinha*, espécie de calendário anual que depois se transformou no *Almanaque Laemmert*, cuja edição chegava a 1,7 mil páginas (LINDOSO, 2004, p. 58). Por que me ufano do meu país, de Afonso Celso, também foi editada por Laemmert, em 1900, e se tornou leitura obrigatória nas escolas secundárias (PAIXÃO, F., 1997, p. 16).

Com a Escola Nova, na década de 1930, a relação ganha um novo contorno, não menos problemático. Surgida como uma alternativa à escola tradicional, tida como pouco atraente para as crianças, implanta as aulas dinâmicas, repletas de atividade, e identifica no silêncio e concentração, exigida pela leitura, um elemento estranho à pedagogia que se procurava. Obviamente, não se baniou o livro da sala de aula, mas se deu a ele um uso racional e tão ativo como pretendia ser a Escola Nova (VIDAL in ABREU, M., 1999, p. 336, 337).

Com base nas teorias do americano William Gray, da Universidade de Chicago, passou-se a praticar a leitura inteligente – em silêncio – e a oral, essa mais voltada para a forma. A leitura inteligente deveria ser feita de forma a responder perguntas e obter informações a partir do texto, criando para o educando roteiros de leitura. Ora, o que se criou foi uma forma direcionada de ler, criando uma espécie de leitura conteudística (VIDAL in ABREU, M., 1999, p. 338, 340).

Ao fato da Escola Nova ter promovido decifradores, mais do que leitores, início da Era Vargas, soma-se uma tendência educacional, uma política de Estado. Deposita-se

na escola, no professor e no livro a missão de “nacionalizar a cultura brasileira”, conquistando o público leitor para a literatura nacional. Obviamente, a escola teve de passar a escolher o que se lia.

Projetos como a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), lançado em 1931 pela Companhia Editora Nacional, sob coordenação do educador Fernando Azevedo, assumem a missão de fazer a “reforma da cultura pela reforma da escola” (TOLEDO, in BRAGANÇA. ABREU, 2010, p. 147).

O que propõe essa pedagogia é que o aluno se sobreponha oficialmente ao leitor. A escola se torna o entreposto da categoria “leitores”, pois é nela que essa “mercadoria” circula. Seu imposto é a “escolarização do leitor, o que gera a escolarização das leituras e do texto. E, por contágio, escolarização da noção de jovem (LAJOLO, 2000, p. 30). Mais ainda: os textos lidos em salas de aula não têm leitores individuais, mas leitores coletivos (LAJOLO, 2000, p. 36), treinados para darem sempre a mesma resposta ao que leram.

Os efeitos são nefastos, desde a alfabetização, que dá à criança o *status* de leitor a partir do momento em que é capaz de somar letras e sílabas, mesmo que formem uma frase sem significado (COSTA, M., 2009, p. 34). Como se vai ver mais adiante, pesquisas como *Retratos da Leitura no Brasil* comprovam que, findado o período de ensino fundamental ou médio, desaparecem os leitores. Sem notas a conquistar, relegam a literatura à gaveta em que guardavam o mata-borrão e o penal.

A escola, soberana na questão da leitura, permanece num lugar difícil, a bordo de um procedimento alheio à experiência literária. Não raro, talvez por isso, muitos educadores se revoltam quando não veem no livro um aliado didático, a lhes exigir mudança de lugar. E tendem a agir como os censores da história, reproduzindo a leitura como perigo, afirmando-a como uma prática que se presta para falar bem, não passar vergonha, escrever melhor, tal como até hoje é repetido. É ilustrativo um fato do passado muito recente.

No primeiro semestre de 2009, várias escolas brasileiras repudiaram livros recomendados pelo Ministério da Educação, qualificando-os de impróprios por trazerem referências a sexo. O episódio, marcado principalmente nos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, guarda questões definidoras da vida nacional. A dizer: o papel da escola, o lugar da literatura, a liberdade de expressão e, por que não dizer, as práticas que regem o mercado editorial – sobre o qual pesa o monopólio escolar no universo da leitura.

A discussão é bizantina e remete a obras como *História universal da destruição dos livros*, de Fernando Báez, e *Obra em negro*, de Marguerite Yourcenar, para citar dois trabalhos que tratam de ações inquisitórias na leitura e, por extensão, seus efeitos na compreensão do ato de ler. Em um cenário mais próximo, há de se citar *Páginas de prazer*, do historiador paranaense Cláudio Denipoti. O estudo das leituras dos alunos do antigo *Gimnasio Paranaense*, no início do século XX: sem informações sobre sexualidade, os púberes se deleitavam nas obras de anatomia. No lugar dos romances, os rígidos compêndios de ciência.

Esses e outros livros e ensaios servem de exemplares para tratar dos apetites pela censura. E sugerem que a escola não tem de fato como arcar com todas as experiências beletristas. Não lhe cabe sozinha responder pelo leitor. Nem pela literatura. A atitude do professor Jair Brugnago, de União da Vitória, Santa Catarina, ao pedir a retirada da escola de algumas obras enviadas pelo Programa Nacional das Bibliotecas Escolares, em 2009, pode ser lida como um atentado à cultura livresca. Mas também como uma proteção da cultura escolar, cuja natureza não se resume à experiência estética.

Há uma questão de fundo, porém. Como não se formou no Brasil uma sociedade leitora, o livro ficou reduzido aos muros da escola. Em vez de sobrecarregar as costas das instituições de ensino, responsabilizando-a pela leitura, é preciso alargar os espaços para as letras, dividindo a tarefa com outras instâncias da sociedade, alargando os espaços públicos de leitura e se lançando, com voracidade, na direção do leitor que não frequenta a escola – ele é jovem adulto, adulto ou idoso e pode desenvolver práticas de leitura. A falta de acesso a espaços de leitura vem a reboque.

Dados de 2009 da Biblioteca Nacional apontam que o Brasil tem 52.634 bibliotecas escolares e apenas 5.796 bibliotecas públicas – uma para cada 33 mil habitantes. Na Argentina há uma biblioteca para cada 17 mil pessoas e na França uma para 2,5 mil. Ou seja, aqui os espaços para a literatura adulta são dez vezes menores do que os espaços infantojuvenis. O resto se deduz – o mercado maior é o mais visado pelo mercado editorial e pelos próprios governos. Os adultos se tornam órfãos de espaços de leitura.

2.2. LEITURA, UMA PRÁTICA DIFÍCIL

A afirmação de que a leitura é problemática no Brasil se dá de maneira corrente. Tornou-se uma evidência, com base no argumento de que a população brasileira foi até o século XIX majoritariamente analfabeta e sujeita à censura da leitura (STRZODA, 2010, p. 21). Some-se a isso a precariedade da escola pública o acesso restrito ao ensino superior e o preço do livro, já que via de regra a taxaço sobre as edições nacionais era maior do que a estrangeira.

Os argumentos reiteram a rarefaço dos leitores e a timidez do nosso mercado editorial. No entanto, a leitura cruzada de almanaques e de periódicos editados ao longo do século XIX relativizam essas afirmações. Foi momento luminoso. Ao longo do século XIX se desenvolveu no país uma complexa rede de intermediários, como diz Robert Darnton, ao se referir aos livreiros, impressores, tipógrafos, encadernadores, alfarrabistas, etc. Eles possibilitaram a circulação do livro e ajudaram a lançar as novas bases institucionais da leitura de caráter público e privado, “emblemizadas pelas bibliotecas e pelos gabinetes de leitura que passaram a conviver simultaneamente com os antigos hábitos de narraço de causos e da leitura oralizada no interior das moradias” (SCHAPOCHNIK in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 230).

Naquele momento, como se dizia, “as idéias viajavam de barco”, chegadas da Europa, a cada 15 dias, quando desembarcavam no país materiais de leitura. Esse trânsito cultural se deu a partir de 1821, com a suspensão da censura e com o fim do monopólio estatal da imprensa. A cultura escrita avança (LAJOLO; ZILBERMAN, 2002, p. 117). Livros e revistas passam a abastecer livrarias, bibliotecas e gabinetes de leitura³¹. Entre essas obras havia romances e novelas – desencadeando uma troca que influenciaria o romance no país e a formação de leitores (VASCONCELOS, 2005, p. 201).

As novidades literárias disponíveis na praça eram anunciadas pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, na seção “Loja da Gazeta”, inaugurando o papel que cabe ainda hoje à imprensa, a contragosto: a de divulgadora. A prática teria sido adotada também por outros periódicos, como o *Jornal do Commercio*, fundado em 1827. Faziam particular

³¹ Os gabinetes eram equipamentos à parte. Há notícias, por exemplo, da criação do Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1837, com 189 sócios. A iniciativa foi possível graças ao empenho de um comerciante madeirense, Francisco Eduardo Alves Viana, e de um advogado de Lisboa, José Marcelino da Rocha Cabral (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 181).

sucesso os romances ingleses, traduzidos do francês, disponíveis numa biblioteca circulante conhecida como “Rio de Janeiro Subscription Library”, inaugurada em 1826 (VASCONCELOS, 2005, p. 202). Não esquecer que o francês é a segunda língua e a literatura francesa está na raiz de todos os escritores brasileiros até o Modernismo, à exceção de Machado de Assis.

É de consenso que apenas por volta de 1840 o “Brasil do Rio de Janeiro” passa a ter condições de fortalecer a sociedade leitora (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 18). O grande número de analfabetos, o sistema de ensino básico precário e o acesso ao ensino superior para poucos contribuíram para os passos lentos da leitura e da literatura, assim como do jornalismo.

Esse quadro pouco animador levou Machado de Assis (1839-1908), já escritor consagrado, a escrever, diante dos dados do recenseamento de 1872: “A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler, desses uns 9% não leem letra de mão, 70% jazem em profunda ignorância” (ASSIS, 1986, p. 345).

Ao longo de todo o século XIX, os alfabetizados não ultrapassaram 30% da população brasileira. Em 1872, apenas 18,6% da população livre e 15,7% da população total, ou seja, com a inclusão dos escravos, sabia ler e escrever em meio à população de idade escolar – dos 6 aos 15 anos. Em 1890, a porcentagem diminuiu para 14,8%. O Censo de 1872 apurou que numa população de quase 10 milhões, 12 mil frequentavam a educação secundária e havia 8 mil bacharéis no país (GUIMARÃES, 2004, p. 66).

Some-se a esse “quadro-negro”, a taxação altíssima do papel, favorecendo a mercadoria estrangeira, reforçando a ausência de leitores, deixando o mercado frágil e confirmando a timidez nacional em torno da cultura letrada (SCHAPOCHNIK in ABREU; SCHAPOCHNIK; 2005, p. 230).

Ao longo do século XIX, os escritores vão atribuir o alcance limitado de seus escritos à concorrência desleal da produção estrangeira. “Só aos poucos os homens de letras tomam contato com as condições reais do país e as limitações colocadas à produção intelectual pela carência de freguesia, conscientizando-se de que era preciso ajustar o tom do romance europeu às condições acústicas locais, muito mais modestas” (GUIMARÃES, 2004, p. 62). Essa ideia foi confirmada, em entrevista do crítico Roberto Schwarz, ao falar que somente nos anos 50 do século XX a crítica se dá conta de que a literatura machadiana, por exemplo, não era um corpo estranho na vida brasileira, mas que dialoga com a literatura do país (STRECKER, 2008, p. E-4).

Além do mais, como havia livros, e livros oficiais, circulando entre repartições, produzidos na Imprensa Régia, havia espaços para leitura. De 1810 a 1900, é possível identificar 191 bibliotecas, sem contar as eclesiásticas e as especializadas, como as da Marinha, Exército ou voltadas à medicina. Quase 50% dos espaços se concentravam no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. O período de 1861 a 1880 foi marcado por um boom de novos pontos de leitura, com a criação de 108 bibliotecas. De 1881 a 1900 houve a instalação de mais 55 bibliotecas. Os informativos demonstram haver horário de funcionamento e normas para os frequentadores (SCHAPOCHNIK in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 233).

Mesmo diante da heterogeneidade sociocultural dos frequentadores, cujo grau de escolaridade e padrão de riqueza variava consideravelmente, estas associações transformaram-se num espaço privilegiado de convivência social, convertendo-se num bastião de recolhimento individual, numa instância de autopromoção, cujo elo de pertença conferia ao associado uma aura honorífica ou, ainda, em um local de reiteração da identidade de comunidades imaginárias radicadas nos trópicos (SCHAPOCHNIK in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 238).

Apesar de serem espaços masculinos de sociabilidade, as bibliotecas e os gabinetes de leitura previam empréstimos, o que contribuiu para formação de um público feminino. Os livros que chegavam às mulheres por certo eram monitorados por maridos, pais e irmãos, de modo a prevenir desvios. Mas há indícios de que chegavam. Outro avanço é que a partir de 1870 surgem bibliotecas populares. Ainda que só de nome, aumentaram a rede de leitura.

É capítulo interessante da história da leitura no Brasil a edição, no século XIX, de livros populares, em capa brochada, o chamado “livro para o povo”, que surge com o intuito de já atender à população que vivia à margem da escola, mas não da leitura. A produção de livros baratos era prática portuguesa, assim como francesa (EL FAR in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 90). Num e noutro país a tentativa era a mesma – fazer chegar a leitura, já que os livros bem encadernados eram caros e pouco acessíveis.

Outra marca dessa literatura popular para a população pouco escolarizada era o caráter enciclopédico, oferecendo conhecimentos úteis. No Brasil, entre 1870 e 1890, o maior nome do ramo vai ser o editor David Corazzi, à frente da coleção cujo nome é revelador: “Biblioteca do Povo e das Escolas” que ficou 32 anos no mercado e soma 237 volumes. Cada um a 50 réis, disponibilizando temas como a fotografia, a cólera, a

carpintaria. Podiam chegar a 20 mil exemplares (EL FAR in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 91, 92).

É um bom prenúncio do que se procura aqui investigar. Machado de Assis, autor que se pode tomar como baliza para pensar a história da leitura no Brasil, se forma como leitor num período bastante sofrível. E a imprensa – um dos canais para leitores em formação – estava mais atrelada às causas políticas do que predisposta a assimilar as manifestações literárias (MARTINS, L., 2008, p. 45).

Tomando Machado como medida, ele vai ver essa história se inverter – inclusive a seu favor. Sua presença na imprensa é duradoura, ultrapassa 50 anos. E ele chega a colocá-la à frente da literatura, dizendo que o jornal está mais próximo do espírito humano do que as letras. O que se pode afirmar é que o jornal alargou seus horizontes, dando-lhe acessos a ambientes muito diferentes daqueles aos quais estava acostumado (COSTA, C., 2005, p. 34).

O periodismo pós-1808 vinha de uma larga promiscuidade com o debate político. Até 1822, os jornais serviram de plataforma para a luta pela Independência, redundando, inclusive, na formação da imprensa nacionalista e no perfil do intelectual identificado com a defesa das causas pátrias. Na década de 40 do século XIX, as páginas dos jornais vão adotar outras causas – como a maioridade de d. Pedro II, a luta pela libertação dos escravos e a instalação da República.

Essa é a senha que vai nortear a imprensa – pelo menos até 1870. Nesse momento do Brasil do século XIX, os jornais vão ter um papel civilizatório, ou pelo menos vão atribuir a si tal função. É uma ampliação em relação ao movimento de 1822, que resultou na Independência. Além da missão política, a imprensa tem entre suas atribuições a inserção do Brasil na cultura ocidental, particularmente na cultura da França e da Inglaterra, “países que inspiravam a pretendida agenda de uma sociedade de Corte” (MARTINS, A., LUCA, 2008, p. 46).

A escola não fica fora dessa missão. Assim como as mulheres se tornam o foco da imprensa do século XIX, contemplada nas seções de entretenimento e literatura, o mesmo acontece com os estudantes, estimulados nas escolas em transformação a acompanhar o que saía na imprensa. Em especial as escolas freqüentadas por filhos dos aristocratas. Na sequência, as escolas normais, que surgem no final do Império (STRZODA, 2010, p. 34).

Uma das primeiras fumaças de que havia algo de novo foi o jornal “literário, político, mercantil e comercial” *O Patriota*. Fundado em princípios de 1813, no Rio de

Janeiro, pelo redator Araújo Guimarães. O periódico vai representar uma mudança de rota nessa determinante pouco alvissareira – a do país sem leitores. *O Patriota* circulou durante dois anos. Não foi o pioneiro da imprensa literária, papel que cabe ao periódico que circulava em Salvador, em 1812, *Variedades ou Ensaios de Literatura* – revista de apenas dois números (FRANÇA, 2008, p. 46). Mas coube ao *O Patriota* uma espécie de tribuna de honra: foi em suas páginas que se anteciparam as relações entre imprensa e literatura, o que ocorreria de forma impressionante num futuro não muito distante.

Para Candido, *O Patriota* representa “a primeira manifestação pública de uma vida intelectual brasileira, voltada para a divulgação das ciências e das letras em benefício do progresso”. A característica da revista, alerta o estudioso, era estabelecer um vínculo entre as tradições locais e as manifestações culturais mais recentes (CANDIDO, 2000a, p. 233).

O “iluminismo tropical” de *O Patriota* vai se tornar uma tônica daí em diante e colaborou para formar o perfil do homem das letras brasileiro em todo o século XIX. Mas a disseminação da palavra se dava de forma lenta, a começar pela limitada evolução da Impressão Régia. Os equipamentos que chegaram ao país em 1808 só seriam substituídos em 1845 por prelo mecânico. Em 1877, a Impressão Régia foi reequipada e se modernizou apenas com a República, quando adquiriu uma Marinoni e duas Alauzet. A primeira rotativa chegaria só em 1902 (MARTINS, A.; LUCA, 2006, p. 24).

A essa altura, as relações entre os escritores e a imprensa já tinham se modificado de uma vez por todas. O saldo dessa proximidade entre o prelo e a pena marcaria em definitivo a imagem do leitor e do escritor no Brasil. E determinaria a figura do intelectual – uma espécie de sabe-tudo, mas que está distante das decisões políticas, ainda que veja sua atividade como transformadora da sociedade.

O intelectual que aí se formou é um homem dotado de uma multiplicidade de interesses, que cultiva as letras como um ornamento indispensável ao amante do saber, que atua em áreas tão diversas quanto a política, o jornalismo, a prática pedagógica, a agitação cultural e os estudos científicos, e que encara o fazer literário como uma espécie de missa civilizadora, de ação transformadora do meio social (FRANÇA, 2008, p. 51).

Machado vai chegar muito bem à “imprensa cultural” inaugurada por *O Patriota*. Fez longa carreira e, diz-se, raras vezes se afastou do ofício. Como escreve Nicolau Sevcenko em *Literatura como missão*, “Machado é cheio de surpresas.”

Funcionário do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, depois, com a República, do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ele trabalhou no serviço público por cerca de 35 anos, sem nunca aderir a nenhum dos partidos ou tendências do Parlamento ou do Congresso e nem manifestar preferências por sistemas políticos. Preservada acima de toda sua independência intelectual, sua integridade de caráter e o distanciamento crítico que lhe permitiria avaliar em perspectiva histórica os entraves à gênese de uma sociedade brasileira moderna, equilibrada e justa (SEVCENKO, 2003, p. 303).

Diante das glórias machadianas, corre-se o risco de não perceber o que foram as penúrias dos escritores na vida da imprensa. O processo foi lento e sofrível. No Segundo Reinado, apesar do impulso aos jornais e revistas, não se estabeleceu a mentalidade livre e laica dos países europeus, mas uma mentalidade conservadora, católica, centralizadora – sem falar na permanência da escravidão, mantendo o país numa escala imoral.

Esses elementos subsistiram como um entrave à imprensa livre e atuante, com o agravante de que essa mesma imprensa não tinha consumidores, num nível tal, que a tornasse sustentável para além das relações perigosas com o poder (MARTINS, A.; LUCA, 2008, p. 47). Em miúdos, o Brasil que tinha mudado tanto, permanecia o mesmo.³²

O efeito dessa carga de intenções frustradas por uma leva de impossibilidades é que a imprensa estava atrelada “a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais. Em geral, os partidos e respectivas famílias se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas” (MARTINS, A.; LUCA, 2008, p. 48).

Não se pode ignorar, contudo, que floresceu, à margem da imprensa oficial, uma imprensa de contestação, dissonante, largamente documentada na literatura. O que leva a pensar que um leitor mais qualificado, à época, se sentisse pelo menos próximo do embate democrático, expresso nas letras impressas.

³² Segundo informações do escritor Olavo Bilac, no Rio de Janeiro do início do século XX circulavam o *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *O Paiz*. Juntos, somavam 150 mil exemplares, numa cidade de mais de 600 mil habitantes. É um número extraordinário, o que atesta o poder da imprensa. (BARBOSA, 2007, p. 41)

Os literatos do passado dominavam os diários com excessos beletristas. Isso, em parte, se explica: ainda não havia jornalistas formados nem regras a seguir. A imprensa do início do século XIX foi toda marcada pela atuação de escritores que, naturalmente, aproximava, a linguagem do livro à linguagem do jornal. Literatura e jornalismo se confundiam tanto que, basta lembrar, várias obras clássicas nasceram nos jornais, na forma de folhetins, como foi o caso da produção de José de Alencar e do próprio Machado de Assis (NINA, 2007, p. 19).

A considerar, também, que, grosso modo, a imprensa se via dividida entre o modelo inglês (*Correio Braziliense*) e francês (*Jornal do Commercio*³³), corrente que tinha em suas fileiras o escritor José de Alencar e o estadista Joaquim Nabuco. E que enquanto aos jornais cabia dar conta dos embates políticos, às revistas cabia se ocupar de assuntos culturais (MARTINS, A.; LUCA, 2008, p. 52).

Havia, portanto, tensões internas no mundo da imprensa. E tensões externas. O número de jornais era admirável. Mas num dos muitos paradoxos brasileiros, a população leitora era restrita. Além de acanhada, a comunidade leitora tendia a se segmentar, o que era natural em meados do século XIX. Naquele momento, a estrutura econômica e social do Império se tornava mais complexa, mexendo com os anseios do público, o que gera um movimento em direção à informação. O jornal, nesse contexto, se impunha como comunicação oficial e era uma espécie de “teatro da política imperial” (MARTINS, A.; LUCA, 2008, p. 54).

Trata-se de um elemento-chave. Não se deve condicionar a imprensa que serve à formação da leitura no Brasil ao número de exemplares vendidos, mas à capacidade que livros e revistas tinham naquele momento de mexer com as cabeças pensantes, com os hábitos burgueses, e que espaços abriam para os escritores. A imprensa traduz o que o país queria ser. E não seria leviano afirmar que serviam de laboratório para um dos maiores enigmas ainda hoje: entender a natureza da leitura no Brasil.

O entendimento do público como problema – por ser indiferente ou despreparado, não importa – é um embate crônico da cultura brasileira. “Já no século XIX, Sílvio Romero indignava-se com o abismo que separava os homens de letras e o público e com a extrema concentração de produção literária no Rio de Janeiro, situações

³³ Para a pesquisadora Ana Luiza Martins, o *Jornal do Commercio* é a melhor representação do jornalismo oficial do Império, com o qual se confunde. O periódico começou a ser editado em 1826, com o nome de *Espectador Brasileiro* e foi criado pelo francês Pierre Plancher, sendo recriado em 1827 com o título *Jornal do Commercio*. É o mais antigo diário da América Latina a circular ininterruptamente (MARTINS, 2008, p. 52).

que reproduziam no universo das letras o isolamento e a centralização que também marcavam a esfera política” (GUIMARÃES, 2004, p. 46).

José Veríssimo também se ocupou do assunto e associou o público limitado à circulação restrita do texto literário, assim como ao contingente de analfabetos. Outra explicação de Veríssimo se refere ao Brasil Colônia, no qual as associações e academias literárias estavam ligadas ao clero, aos fidalgos e aos governantes, ou seja, ficava restrita a um pequeno público produtor de literatura (GUIMARÃES, 2004, p. 47).

Para o crítico, a distância entre o brasileiro comum e a literatura podia ser explicada na sociedade malformada, marcada por enormes distâncias geográficas e dificuldades de comunicação. Curiosamente, Veríssimo relativiza a afirmação corrente sobre o “imenso leitorado feminino”. Argumenta que em 1890, apenas 16 ou 17 em 100 habitantes sabiam ler – e que logo as avós eram analfabetas. Mas os primeiros romances brasileiros, escritos por Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e Machado, estão povoados de mulheres e de estudantes – provavelmente garimpando a identificação do público (GUIMARÃES, 2004, p. 47).

A explicação de Antonio Candido, em *Formação da literatura brasileira*, vai se tornar definitiva – haveria um traço de oralidade nos textos brasileiros, desenvolvidos pelo costume de leitura em voz alta – em saraus e reuniões –, estratégia bastante eficiente para aumentar o conhecimento da obra numa sociedade de analfabetos.

Como traço importante, devido ao desenvolvimento social do Segundo Reinado, mencionemos o papel das revistas e jornais familiares, que habituaram os autores a escrever para um público de mulheres ou para os serões onde se lia em voz alta. Daí o amaneiramento bastante acentuado que pegou em muito estilo: um tom de crônica, de fácil humorismo, de pieguice, que está em Macedo, Alencar e até Machado de Assis. Poucas literaturas terão sofrido tanto quanto a nossa, em seus melhores níveis, esta influência caseira e dengosa, que leva o escritor a prefigurar um público feminino e a ele se ajustar (CANDIDO, 2000b, p. 85).

Mais adiante, Candido vai tratar da fragilidade da própria elite, para quem eram produzidos os livros, em lidar com uma literatura mais elaborada. Daí ter de ser relativamente fácil, sem hermetismos. “A pobreza cultural desta [elite] nunca permitiu a formação de uma literatura complexa, de qualidade rara, salvo as devidas exceções. (...) De onde se vê que o afastamento entre o escritor e a massa veio da falta de públicos quantitativamente apreciáveis, não da qualidade pouco acessível das obras” (CANDIDO, 2000b, p. 85-86).

As revistas, de modo particular, vão traduzir melhor do que os jornais esse “sentimento do mundo”. É nelas que se espelha o pretense refinamento da Corte – particularmente o comportamento feminino. O Segundo Império vai assistir à propagação de pelo menos uma dezena de revistas do gênero, apontando para a existência de um público feminino alfabetizado e emergente.³⁴

A inserção da temática popular se deu na própria escrita, que incorporou expressões e falares do povo, e nas inspirações e na narrativa, com personagens da época retratados – tanto na realidade quanto no imaginário de mocinhas, de estudantes ou até mesmo de todo o público leitor que acompanhava os folhetins na imprensa. A população da época já se via estampada nos jornais (STRZODA, 2010, p. 24).

Há registros, por exemplo, de uma revista feminina já nos idos de 1832, intitulada *A mulher do Simplício ou A fluminense exaltada*. Seu editor, Paula Brito, vai publicar também, de 1849 a 1864, *A Marmota Fluminense*; e de 1849 a 1856 a revista *Guanabara* (MARTINS, A., 2008; LUCA, p. 56). *A Marmota*, a dizer, anunciava romances e novelas anônimas, sob medida para as sinhazinhas e para estudantes.

Paula Brito, a propósito, foi nome importante na literatura popular no Brasil. Sua Tipografia Dois de Dezembro publicou estudos de medicina, estatutos e discursos, assim como Joaquim Manoel de Macedo e Martins Pena. Com outros editores, vai se alinhar entre os que se rendem ao gosto do público, fazendo edições de bolso, “enredos inéditos e de fácil leitura, capazes de entreter o público heterogêneo e diversificado da grande cidade, que não tardou a receber a denominação de ‘povo’” (EL FAR in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 94).

Impossível ignorar as relações do editor com Machado de Assis, ainda que aqui pareça uma questão secundária. Paula Brito, negro e de origem humilde, vai ser um desses acertos do destino na vida do jovem Machado. Ao conhecê-lo, o escritor vai seguir a mesma estratégia de outros escritores jornalistas negros, como Teixeira e Souza, também favorecido de Paula.

³⁴ Em 1862, no Rio de Janeiro, surgiu a revista *Belo Sexo*, cujo público eram mulheres com instrução secundária. Elas assinavam crônicas literárias, sem pseudônimo, o que era um avanço. Também no Rio, foram editadas *O Domingo*, em 1874; *Eco das Damas*, *O Leque*, *À Família*, esta editada em 1889 por Josephina Álvares de Azevedo, irmã do poeta Álvares de Azevedo, autora da peça teatral *O Voto Feminino*, dando início ao movimento sufragista das mulheres. Também havia publicações mais adocicadas, como *A Camélia* e *A Grinalda*, entre outras de cunho conservador (MARTINS, 2008, p. 68).

Afinal, de que forma um jovem mulato, pobre, órfão e epiléptico poderia se firmar como o maior escritor brasileiro de uma sociedade escravagista? Entrando nos salões da literatura pela porta de serviço: o jornalismo. E se alguém tão estigmatizado conseguiu, por que não eu?, provavelmente pensaram outros tantos literatos pobres e mestiços que seguiram seu exemplo. Parecia apenas uma questão de empurrar a porta (COSTA, C., 2005, p. 28).

A história toda começa em algum momento entre 1854 e 1855, quando Machado entra na livraria de Paula Brito³⁵ e dá início a uma parceria que vai durar meio século, tendo passado por serviços modestos, como a de caixa e tipógrafo. A tipografia de Paula publicava *A Marmota Fluminense*, que vai editar o primeiro poema de Machado, “Ela”, em 6 de janeiro de 1855 (COSTA, C., 2005, p. 28).

Machado de Assis, órfão aos doze anos, fora levado à loja de Paula Brito pela necessidade de ganhar a vida. Ali perto, nas arcadas do Teatro S. Pedro, vendia-se a literatura de cordel, a de maior circulação no tempo. Dali passaria à Imprensa Nacional, como aprendiz de tipógrafo, acolhido por Manuel Antônio de Almeida, que a dirigia. Continuava colaborando na *Marmota* e acumulava ali o serviço de revisão. Em 1859, passaria a revisor do *Correio Mercantil* e escrevia no *Espelho*, fundado por Augusto Emílio Zaluar e Eleutério de Sousa. Enquanto, pela mão de Pedro Luís, ingressava no jornal de Otaviano, pela porta humilde da revisão, continuava a escrever no de Paula Brito versos, comédias, a novela *Madalena*. Jamais esqueceria os tempos da *Petalógica*³⁶, da *Marmota*, de Paula Brito. Era este, sem dúvida, figura singularíssima. Mulato, homem do povo, começara como tipógrafo, em 1829, nas oficinas de Seignot Plancher, o fundador do *Jornal do Commercio*, passando, depois, pelo laboratório de uma botica (SODRÉ, 1999, p. 193).

É nesse cenário que surge Machado de Assis, em 1855, escrevendo crônicas em homenagem ao jovem imperador d. Pedro II. Uma década depois, fará cobertura de discursos e negociações no Senado, como redator no *Diário do Rio de Janeiro*. Tinha como companheiros de ofício o escritor Bernardo Guimarães, do *Jornal do Commercio*, e Pedro Luís, do *Correio Mercantil*. Aos 39 anos, vítima de uma estafa, afasta-se provisoriamente do jornalismo, para se dedicar à literatura (SEABRA, 2006, p. 123).

Nesse momento, a circulação das revistas e jornais – e por acréscimo, o leitor – estava restrito às capitais da província, onde havia um público interessado, para além

³⁵ Paula Brito era filho de carpinteiro. Não teve educação formal, mesmo assim se tornou tradutor. Trabalhou como aprendiz na Tipografia Nacional e em outras. Em 1831, comprou uma prensa. E prosperou (COSTA, C., 2005, 29).

³⁶ Petalógica era o nome da sociedade literária e artística fundada por Paula Brito (COSTA, C., 2005, p. 29).

dos limites do mundo rural, afundado nos ditames da escravidão. Era nas cidades, como no Rio de Janeiro – com 100 mil habitantes em meados do século XIX –, que havia comunidades estrangeiras, em busca de negócios (MARTINS, A.; LUCA, 2008, p. 57).

É provável que Machado tenha se visto, mais de uma vez, frente ao descompasso nacional. Havia escritores. Havia leitores³⁷. Mas não era o bastante. Havia muito a conquistar. Na vida como ela é, provavelmente, o que se via era uma nação confusa em meio à variedade de público, a variedade de gêneros jornalísticos. É o caso dos pasquins.

Durante a Guerra do Paraguai, o *Ba-ta-clan*, publicado no Rio de Janeiro pelo francês Charles Berry, ridicularizava os chefes militares brasileiros. Apulco de Castro, editor do pasquim *Corsário*, atacava o imperador e acabou assassinado por militares ofendidos (MARTINS, A.; LUCA, 2008, p. 62). É um momento singular da imprensa brasileira. Com o fim da guerra, em 1870, ganha impulso o sonho abolicionista e a campanha republicana. Dessa data, até 1900, abre-se um vasto debate no país sobre os destinos da nação. Cabe aos homens das letras ajudar a refazer a imagem do país. Era essa categoria que falava de todos os assuntos. Sai-se do cívico para o político.

Com as portas dos jornais abertos, muitos aproveitaram para lavar roupa suja, desancando a política editorial e os editores. O jornalismo passa a ser mais engajado, porém menos panfletário e revelando capacidade de mobilização. Nesse contexto, fixam-se na imprensa nomes que marcariam o debate político dali em diante, como Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, André Rebouças, J. Clapp, Silva Jardim, Joaquim Serra e José Veríssimo, entre outros (SEABRA, 2006, p. 122).

Um dos assuntos mais recorrentes no país, neste momento, vai ser a necessidade de ampliar o acesso à instrução pública. A questão chega ao exterior. A revista *Novo Mundo*, publicada em Nova Iorque traz em 1872 informações sobre a escolarização no Brasil. Quatro anos mais tarde, com dados do recenseamento, fica-se sabendo que a classe operária era majoritariamente analfabeta, que havia nove escolas e dez cursos noturnos (GUIMARÃES, 2004, p. 92).

³⁷ Em meados do século XIX, os Estados Unidos – cuja história permite paralelos com o Brasil – já eram considerados uma nação de leitores, com 90% da população branca já alfabetizada. Lá havia a figura de autores como Washington Irving e James Fenimore Cooper, que viviam de direitos obtidos. De 1850 a 1859, 32 títulos apresentaram vendagem igual ou superior a 225 mil exemplares (GUIMARÃES, 2004, p. 64).

Mas houve o lado bom. Na medida em que aumentaram as informações sobre o público, minorou a ideia do artista como educador. “A figura vaga e vaporosa do leitor vai ganhando contornos mais precisos e mais informados pela realidade objetiva até transformar-se em figura fundamental para a arquitetura narrativa” (GUIMARÃES, 2004, p. 107). Vai ser milagrosamente também mais um momento de aproximação entre jornalismo e literatura.

A simbiose entre literatura e jornalismo vai se reforçar a partir daí. Grandes escritores brasileiros tiveram passagem pela imprensa, foram críticos ou cronistas antes de se tornar ficcionistas. Machado de Assis é um desses casos. Ele afinou a pena nas páginas dos jornais, e o exercício diário da escrita moldou os contornos de sua ficção. Se a influência foi para bem ou para mal, isso já é outra questão. O que se observa por ora é o diálogo estabelecido entre uma atividade e outra, mesmo que o próprio autor não se dê conta disso num primeiro momento (NINA, 2007, p. 17).

É importante situar nesse momento o nascimento da crítica, com tudo a que tinha direito: excessos verbais e outros cacoetes, como o uso de trocadilhos. Outra constante era a bajulação dos amigos e a perseguição dos inimigos. “Elogiar livros de colegas ou, por outra, destruir a obra dos desafetos mostrava o quão parciais e inexperientes eram os críticos de então, que viam os jornais como uma arena em que expunham suas rixas pessoais por meio da palavra, usando-a como arma. A agressividade não era incomum” (NINA, 2007, p. 22).

Os homens das letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: “notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível. O *Jornal do Commercio* pagava as colaborações entre 30 e 60 mil réis; o *Correio da manhã*, a 50. Bilac e Medeiros e Albuquerque, em 1907, tinham ordenados mensais, pelas crônicas que faziam para a *Gazeta de Notícias* e *O País*, respectivamente; em 1906, Adolfo Araújo oferecia 400 mil réis por mês a Alphonsus de Guimaraens para ser redator de *A Gazeta*, em São Paulo” (SODRÉ, 1999, p. 292).

Como a parcela mais numerosa do público era constituída por mulheres e estudantes, o tema literário, nos produtos disponíveis, acabava sendo o casamento. E havia todo um entorno favorável ao público feminino. As mulheres começavam a se libertar dos hábitos algo enclausurados do colonialismo e ganham acesso à moda europeia. Passam também a ter mais acesso às ruas, como a Rua do Ouvidor.

Não faltavam jornais e revistas explorando a frivolidade. Os homens não ficavam órfãos. O editor Pedro da Silva Quaresma abre em 1870 sua Livraria do Povo.

Vendia livros usados. E “romances para homens”, de teor sexual. (EL FAR in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 95), assim como novelas e, a partir de 1894, a “Bibliotheca Infantil” (EL FAR in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 240).

Não é tudo. A monarquia forma um público de condes e condessas que vão ler impressos como *Jornal das moças solteiras* e *Correio das Damas* (SODRÉ, 1999, p. 198). Além de que os jornais e revistas serviam de “berçário, vitrine, pedestal e mesmo de trampolim para homens de letras, encarregando-se do recrutamento, da visibilidade e dos mecanismos de consagração dos escritores. Era a imprensa que dava condições de sobrevivência e de divulgação para a produção dessa massa crescente de intelectuais brigando por um lugar ao sol” (COSTA, C., 2005, p. 25).

O número de leitores da literatura era muito menor do que o número de leitores em geral. As tiragens o comprovam. As edições eram de mil exemplares, mas era preciso muito sucesso para chegar à segunda edição. E uma segunda edição poderia levar 20, 30 anos para ser vendida, a exemplo de *Memórias de um sargento de milícias*. Sucesso estrondoso, vendeu três edições em mais de 20 anos (GUIMARÃES, 2004, p. 66). Embora haja controvérsias sobre números e tiragens, ainda hoje uma questão de difícil equação.

O público-alvo era formado principalmente de mulheres³⁸, dado o declínio, a partir de meados do século XIX, do jornalismo político³⁹. Esse mesmo período calha com o surgimento do “folhetim de pé de página”, uma solução editorial num país onde os romances franceses demoravam a chegar. Na segunda metade do século, um pequeno grupo de público leitor feminino começa a se formar, já que passa a ser visto como sinal de elegância que as jovens frequentem escolas dirigidas por estrangeiros. Essa moda influenciou no mercado de revistas. É para essa parcela que teriam sido criadas o *Jornal das Senhoras* (1852) e o *Jornal das Moças Solteiras*. Para a família toda também havia produtos especializados, como a revista *Museu Universal* (MIRA, 2001, p. 18).

³⁸ O Recenseamento de 1920 indica um aumento de alfabetização e da população economicamente ativa: 74,2% da população maior de 15 anos é tida como letrada. Mas o analfabetismo continua atingindo as mulheres (BARBOSA, 2007, p. 57).

³⁹ Nelson Werneck Sodré refere-se à decadência do jornalismo político depois da declaração da Maioridade de d. Pedro II. Havia repressão a esse tipo de imprensa, principalmente a partir de 1840, quando o latifúndio e o império passam a funcionar de forma consorciada no Brasil (SODRÉ, 1999, p. 185).

Essa é na verdade uma característica mais geral da imprensa da época, na qual jornalismo e literatura estão ligados por laços tão estreitos que levarão toda a metade do século seguinte para se desatarem. Num momento em que nenhum escritor pode viver dos livros que escreve, ‘os homens de letras buscavam nos jornais o que não encontravam no livro: notoriedade em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível’. Nos jornais são publicados os romances em forma de folhetim, e ali também se desenrola, em forma de polêmica, a crítica literária (MIRA, 2001, p. 19).

O *Jornal do Commercio*, apesar de sisudo, se orgulhava de ser o divulgador, em folhetins, de Eugene Sue e Victor Hugo. Em crônica de 1859, Machado de Assis dá a entender que vê no folhetim um instrumento de alienação, embora a partir de *Brás Cubas* a influência das crônicas jornalísticas e do próprio folhetim vão estar entranhadas em sua produção (GUIMARÃES, 2004, p. 50).

O folhetim é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal. (...) Força é dizê-lo: a cor nacional, em raríssimas exceções tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetins e ficar brasileiro é na verdade difícil” (SODRÉ, 1999, p. 243-244).

Sobre as crônicas, há de se considerar:

Uma das leituras que a crônica permite é a interatividade, a criação de um vínculo com cada leitor, pois o jornalista-escritor narra com mais liberdade, em primeira pessoa, num tom que muitas vezes se aproxima de uma conversa, uma reflexão, um *tetê-à-tête* com o leitor (STRZODA, 2010, p. 59).

O *Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, foi um sucesso veiculado no *Jornal do Commercio*. Na sequência, foi a vez dos autores brasileiros ocuparem esses espaços, como Manuel Antônio de Almeida, com *Memórias de um sargento de milícias* (1852-1853), no *Correio Mercantil*; José de Alencar, com *O Guarani*, em 1857, no *Diário do Rio de Janeiro*; e Machado de Assis, com *A mão e a Luva*, em 1874, no jornal *O Globo*; Iaiá Garcia, em 1878, em *O Cruzeiro* (MARTINS, A.; LUCA, 2008, p. 69).

Ao lado do folhetim, a crônica e o conto ocuparam as páginas daquela imprensa periódica, gêneros que permitiram ao literato brasileiro colocar-se em letra impressa. Na impossibilidade de editar um romance, dada a inexistência de uma editoração nacional, produzia-se o conto, esse sim, com publicação garantida nas revistas. [...] Romances, só aos bocaditos, em forma de folhetim, que aos jornais interessavam comercialmente como atração de primeira página. A característica da seriação, instigando a leitura seguinte, garantia o consumo da publicação enquanto lá encontrasse, de suspense em suspense, o enredo instigante com os lances rocambolescos pertinentes (MARTINS, A.; LUCA, 2008, p. 69-70).

No *Diário do Rio de Janeiro*, José de Alencar vai ser o exemplo de como a imprensa e a literatura poderiam ser conjugados. Em 1856, ele escreve o romance *Cinco Minutos* “em meia dúzia de folhetins”. No ano seguinte, *O Guarani* vai despertar um grande interesse popular. E em 1860 será a vez de *A Viúvinha*. “Era, realmente, a época dos homens de letras fazendo imprensa. [...] Os homens de letras faziam imprensa e faziam teatro” (SODRÉ, 1999, p. 192), apesar da censura e da necessidade de visto da polícia.

O sucesso do folhetim no mundo feminino do século XIX é curioso. Ajudou a criar o que Candido chama de “literatura pública”, fazendo surgir uma produção inspirada na cidade, vista com diferentes olhares (STRZODA, 2010, p. 35). O impacto era maior quanto maior fosse a tragédia do enredo. Há registros de que ao comentar a atitude da mocinha e do galã, as mulheres da época mesclavam suas próprias questões. “Esse envolvimento na trama fictícia denota hábitos de leitura partilhados. As caricaturas, muitas delas publicadas na capa das revistas, mostram o quanto era comum essa prática da leitura coletiva entre as camadas populares urbanas. Tudo dá a entender que o analfabeto estava incluído no circuito de leitura (VELLOSO, 2008, p. 225).

Eram para ele histórias extraordinárias, com tom policial, tratando de sequestros, facadas, assassinatos e até fantasmas. Na França, esse tipo de publicação era chamada de *canards* e preferiam o individual ao geral, o concreto ao abstrato, a fofoca e a desgraça das pessoas comuns. Foi um tipo de linguagem, logo adotada pelos jornais. “Essas publicações, na verdade, como tantas outras, evidenciavam cada vez mais que o livro deixava de ser algo atrelado ao saber erudito ou ao aprendizado escolar, passando a ser visto também como entretenimento, diversão e passatempo” (EL FAR in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 97-99). Décadas depois, outras editoras, como a Companhia Editora Nacional, de Monteiro Lobato, vão dar continuidade à tradição.

Machado, além de folhetins, também vai escrever para teatro, o que demonstra sua atenção ao “grande jogo de cena” da sociedade em que estava inserido. Ele ainda é jovem, tem 19 anos, escreve em *A Marmota Fluminense*, em 1858, e pede providências em defesa do teatro brasileiro, então bastante afrancesado. Torna-se de início um defensor da cultura brasileira. Naquele momento o teatro era o palco onde se definiam os rumos da cultura nacional. Machado, a partir dessa experiência, reconhece cedo os obstáculos à produção artística brasileira – o que vai se tornar, com certa ironia, uma de suas bandeiras. E em 1866 vai falar na falta de gosto do público (LAJOLO, 2000, p. 81, 83).

Mas à medida que se aproximava o *fin-de-siècle*, a imprensa ia se distanciando da boa literatura, alterando um perfil de leitura em formação. Os jornais, por exemplo, vão atender a interesses nada parecidos com os de anteriormente, como a divulgação de episódios feito um roubo de jóias no Palácio Imperial em 1882 – um ano depois da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, portanto –, o que gerou um conto de Raul Pompéia, “As jóias da coroa”, publicado na *Gazeta de Notícias*. “Era o prenúncio do sensacionalismo, que atraía leitores e vendia jornal, conforme se daria já nos primeiros anos da República” (MARTINS, A.; LUCA, 2008, p. 63).

São célebres as estratégias editoriais de um jornal como o *Correio da Manhã*, para se tornar popular. Nas primeiras décadas do século XX, incluiu, por exemplo, colunas de queixas e reclamações. O mesmo fazia anteriormente o *Jornal do Brasil*, no qual saía a coluna “Queixas do Povo” (BARBOSA, 2007, p. 42). Os olhos dos literatos, contudo, voltavam-se definitivamente para as revistas. “O caráter de leitura ligeira e amena, acrescido do recurso da ilustração, adequavam-na ao consumo de uma população sem tradição de leitura, permitindo a assimilação imediata da mensagem” (MARTINS, A.; LUCA, 2008, p. 63).

Cronistas da época atestam as mudanças de costumes das cidades – e as atribuem à influência das revistas, como a *Revista da Semana*, fundada em 1900; a *Fon-Fon*, criada em 1908; *Careta*, de 1907; e *O Malho*, de 1902. “Abrem espaço para o *footing* na Avenida Central, para as festas na Beira-Mar, para os torneios que reúnem as elites mundanas. A quantidade de publicidade – ocupando habitualmente as quatro últimas páginas, além dos anúncios que se distribuem ao longo de todas as publicações – indica um público alvo por consumo e modernidade” (BARBOSA, 2007, p. 57).

O público de revistas foi muito maior e variado do que o de jornal, tendo atingido gerações diversas e diferentes comunidades, além de ter sido um espaço de

inserção da escrita feminina. O sucesso das revistas pode ser explicada pela introdução tardia da imprensa, censura, escolarização precária, chamando para o *magazine* – uma publicação de caráter mais leve, ligeiro, lúdico, com mais possibilidade de ilustração (MARTINS, A. in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 247-248).

Outra explicação para a boa recepção das revistas reside em seu potencial para receber a propaganda e a publicidade. Logo se consolidou como negócio, inclusive para os escritores, que podiam se agregar por ideologia, em torno de alguns títulos. Sem falar que ocupava o local da indústria livreira – tardiamente solidificada no país (MARTINS, A. in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 247-251).

Não é possível caracterizar rigorosamente as revistas do *fin-de-siècle*. Não há notícias sobre tiragem e periodicidade. E sabe-se que as iniciativas de edição eram principalmente de estrangeiros, em especial os franceses. “No campo profissional, não há distinção entre ser editor de jornais, livros, revistas, folhinhas, álbuns ou almanaques, como é o caso de Silva Serva, Plancher, Villeneuve, Paula Brito” (MIRA, 2001, p. 17). As publicações, por extensão, são efêmeras, morrendo com seus criadores.

Quanto aos leitores, tem-se de fazer a seguinte relação – o Brasil contava tantos analfabetos quanto a França e a Inglaterra tinham de alfabetizados – 84%. Para as revistas, particularmente, o público vai ser minúsculo. A leitura só fazia parte da rotina da elite culta e rica, cujos filhos eram educados por preceptores estudados na Europa. Até meados do século, frequentar as poucas escolas da corte só era permitido aos homens (MIRA, 2001, p. 18).

A propósito da posição dos escritores numa sociedade sem leitores, a pesquisadora Marisa Lajolo sugere que Machado de Assis, por exemplo, tinha um “projeto literário”, para além do consumo imediato de sua obra, mas para a percepção dos livros ao longo do tempo. Não é de todo absurdo. Como observa Hélio de Seixas Guimarães, um escritor como Alencar só vai ter contato com uma editora no final da carreira. A recepção se dava de forma lenta (GUIMARÃES, 2004, p. 51). Mas nada que impedisse os escritores de sonhar com o leitor como alguém participante – propósito que os jornais e as revistas vão antecipar.

Assim, interessa ver na reviravolta formal iniciada com *Brás Cubas* a adoção de novas estratégias de endereçamento ao leitor, traduzindo os novos pactos que o escritor busca estabelecer com seu público. Enquanto seus antecessores pareciam considerar o leitor como extensão natural de si mesmos e de sua classe, Machado problematiza a figura quase improvável do leitor de literatura procurando incorporá-la à forma do romance (GUIMARÃES, 2004, p. 54).

Ainda sobre a formação do público no Brasil se pode acrescentar:

No século XIX engendram-se no Brasil as primeiras e novas formas de público que, inicialmente ralo e inconsistente, aos poucos ganha personalidade e contorno diferenciado. Entre os anônimos leitores de folhetim e os assíduos frequentadores de teatros, circulam intelectuais, homens de letras, estudantes, jornalistas, algumas sinhás-moças e até velhotas capazes de leitura (LAJOLO; ZILBERMAN, 2002, p. 89-90).

Naquele momento, há possibilidade técnica de saber o que se passa no mundo, algo impensável até então. A temporalidade ganha nova dimensão. Os periódicos, além de agradar o público, precisam implantar novos artefatos tecnológicos, permitindo maior tiragem e rapidez na impressão, além de diminuir a distância entre o fato e o leitor. O que as rotativas Marinoni se encarregavam de fazer (BARBOSA, 2007, p. 23).

Em 1901, as Marinonis permitiam a espantosa impressão de 60 mil exemplares. E o telégrafo permite a atualização constante de notícias recebidas de última hora. “Constrói-se, pois, paulatinamente, a imagem do jornalismo como conformador da realidade e da atualidade” (BARBOSA, 2007, p. 24).

As impressoras mais velozes vão coincidir com um tempo promissor nas relações entre jornalismo e literatura. O desenvolvimento das letras se acelera, nascem novos cursos jurídicos, há mais atividades públicas. A cultura passa a encontrar espaço na vida brasileira e não apenas nos livros (SODRÉ, 1999, p. 241). Ainda que sob regime de subscrições (STRZODA, 2010, p. 26).

A tecnologia não só transforma o cotidiano como coloca o olho do leitor no futuro, o que era reforçado pelo desejo da República. Nesse cenário, merece destaque a *Gazeta de Notícias*, jornal barato e popular desde os anos 1880. Curiosamente, uma de suas características é o destaque que dá à literatura, em especial aos folhetins, “primeiro fenômeno de marketing editorial do século XIX” (STRZODA, 2010, p. 37). É ali que

Machado de Assis escreve, desde 1882, “Bons dias e boas noites”, além de abrigar as crônicas de Olavo Bilac e de Arthur de Azevedo (BARBOSA, 2007, p. 28).

É preciso situar o aparecimento da *Gazeta* no cenário de contradições da sociedade brasileira no pós-Guerra do Paraguai. Havia interesse em reformas, o que passava pela Abolição, mas também pela separação entre Estado e religião, direito a voto, liberdade de imprensa. Mas os jornais estavam ainda muito ligados à literatura. Com o aparecimento da *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, o jornal vai ganhar um formato barato e popular (SODRÉ, 1999, p. 224). E caminhar para cumprir dupla função – a cultural e a educativa (STRZODA, 2010, p. 13).

Em abril de 1880⁴⁰, a *Gazeta de Notícias* tinha tiragem de 24 mil exemplares e sua linha editorial, à revelia do apreço literário, primava pelo texto simples, ao gosto do público vasto. Nos primeiros anos do século XX, a tiragem sobe para 35 mil exemplares. E o número avulso permanece o mesmo, 40 réis. A linha popular permanece em alta. Em 1900, por exemplo, a *Gazeta* vai incluir a coluna “Binóculo”, crônica da sociedade escrita por Figueiredo Pimentel (BARBOSA, 2007, p. 30), reiterando as relações com público mais amenas, estabelecidas desde o final da Guerra do Paraguai.

O problema é que em meio ao impasse político, às vezes se tornam amenas demais. Eram os primórdios do colunismo social, devorado pela elite, ditando moda. O populismo, contudo, não era uma novidade. Desde 1894, o *Jornal do Brasil* publicava palpites do jogo do bicho, as marchas dos cordões e blocos carnavalescos e dos crimes, “segundo dos cronistas da época, tão ao gosto de um público mais vasto” (BARBOSA, 2007, p. 33).

“Ser popular é atingir os ainda não alinhados entre os leitores tradicionais. É ser o jornal dos caixeiros, dos balconistas, dos empregados do comércio, dos militares de baixa patente, dos trabalhadores em geral” (BARBOSA, 2007, p. 33). O período, contudo, não vai ser dos mais pródigos para a imprensa, nem para a literatura.

⁴⁰ Nelson Werneck Sodré dá como data de fundação do *Gazeta de Notícias* o ano de 1874.

O domínio oligárquico, a política de estagnação, a pausa no desenvolvimento do país, os traços da consolidação republicana, nos termos em que finda a tormenta do florianismo, fora colocada pelo latifúndio agora indiscutido em sua primazia, trouxe uma fase de repouso, de empobrecimento, de esterilidade de nossas letras. Como literatura e imprensa se confundiam, então, as repercussões no periodismo eram inevitáveis. Daí a linguagem de baixa literatice nos jornais, que surpreende os que hoje percorrem as folhas do tempo...” (SODRÉ, 1999, p. 288).

Em 1901, José Veríssimo vai falar da artificialidade do país e da influência sobre os escritores, cujas obras literárias encontram pouca repercussão, fazendo com que a profissão de escritor represente um mau negócio. Vai-se a geração da academia, pontificada por Machado de Assis, e chega uma nova fase em que há exceções como Euclides da Cunha. José Veríssimo vai dizer que a “constante busca da verdade” vai ser substituída por uma literatura artificial e deslumbrada.⁴¹

A passagem do século marcará uma mudança na imprensa diária. O folhetim entra em decadência, assim como o colunismo e o artigo político. “A informação deve preponderar sobre a doutrinação” (MIRA, 2001, p. 19). A imprensa pede aos homens das letras mais objetividade e as colaborações literárias passam a aparecer em separado, fazendo com que muitos escritores migrem para as revistas literárias, a exemplo de *Revista da Semana* (1900), *A Rua do Ouvidor* (1900), *A Ilustração Brasileira* (1901), *O Malho* (1902), *A Avenida* (1903), *Os Anais* (1904), *Fon-Fon* (1907), *Careta* (1908), *Revista Norte-americana* (1909).

Aos poucos, os escritores começam a se afastar e a serem afastados do jornal. O processo de exacerba a partir do *great divide* modernista, entre as décadas de 20 e 50, que, não por acaso, coincide com o primeiro *boom* do mercado editorial brasileiro e com a crescente industrialização dos jornais (COSTA, C., 2005, p. 13).

O final do século XIX vai ser também aquele das inovações tecnológicas, a exemplo do telégrafo⁴², equipamento que altera as publicações diárias.⁴³ “Graças a sua

⁴¹ José Veríssimo: *Estudos de literatura brasileira*, 6ª série, Rio, 1907, pág. 124. Citado por SODRÉ, 1999, p. 290.

⁴² A telegrafia foi o primeiro grande avanço na era da eletricidade. Em 1889, o primeiro-ministro britânico, marquês de Salisbury, disse que a descoberta mexera com a natureza moral e intelectual da humanidade. O sentimento era de que o telégrafo trazia tantas mudanças quanto as ferrovias. Em países como a Austrália, o telégrafo foi até mais importante do que as ferrovias, já que o país estava sujeito ao que se chamava “tirania da distância” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 140).

implantação nos periódicos mais importantes do Rio de Janeiro, a partir de 1874, é possível noticiar fatos do mundo ocorridos ontem e transportar até províncias longínquas como o Maranhão notícias do fim do ‘século das luzes’ na capital da recém-criada República” (BARBOSA, 2007, p. 21).

Ou seja – muda a cidade com a chegada do cinematógrafo, do fonógrafo, do gramofone, dos daguerreótipos, da linotipo. Há alterações profundas no comportamento urbano. Nos jornais, máquinas passam a imprimir de 10 a 20 mil exemplares por hora, sem falar nas máquinas de fotografar. “Os periódicos transformam gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se autorreferenciam. Passam a ser cada vez mais ícones de modernidade, numa cidade que quer ser símbolo de um novo tempo” (BARBOSA, 2007, p. 22).

O horizonte técnico se define principalmente a partir do final da década de 80 do século 19. Passa pela ampliação da rede ferroviária, que em 1855 contava com 7.602 quilômetros em exploração, pela iluminação elétrica em teatros, pela tração elétrica em bondes, pelo aparecimento dos primeiros balões e aeroplanos, pelo aumento do número de automóveis. Eram seis carros em 1903 e 35 em 1906 (SÜSSEKIND, 1987, p. 29).

Mas a transformação da imprensa brasileira só vai ocorrer partir de 1º de maio de 1900, com o emprego de meios fotoquímicos de impressão, utilizados para fazer circular a *Revista da Semana*, de Álvaro de Teffé, deixando para trás a pesada técnica da litografia, ou a gravura em zinco e em cobre. O fotozinco e a fotogravura vão se tornar o caminho, levando os jornais ao público de massa – o que era difícil no Brasil de décadas anteriores, principalmente porque havia baixo número de alfabetizados – 18,5% da população, que era de 11 milhões. Em 1900, vai saltar para 33,1% da população (SÜSSEKIND, 1987, p. 73).

A essa altura, os leitores não vão mais ser vistos como indolentes, como pensava Alencar em meados do século XIX; nem como poucos – a exemplo do que dizia Álvares de Azevedo, mas como público em potencial (GUIMARÃES, 2004, p. 82). Os que tinham pouca escolarização, pelo que tudo indica, se tornaram em definitivo uma categoria marginal, a qual só cabia lamentar. As revistas, como se disse acima, se esforçam para seduzi-los. Mas muitos escritores se negam a participar dessa empreitada,

⁴³ Assim como a fotografia, o telégrafo chega ao Brasil a tempo da Guerra do Paraguai, em 1852. A implantação do equipamento teria sido a cargo a Henrique Fleiuss, que leva o telégrafo em direção ao Sul, chegando a Porto Alegre em 1865. Uma década depois vai ligar o Brasil a Lisboa e a Londres. E vai atrair as agências de notícias, como a Havas, da França, e a Heuter, da Inglaterra (MIRA, 2001, p. 21).

particularmente na Primeira República, por entender que se tratava de mercantilismo (OLIVEIRA et al, 2010, p. 8).

Quanto aos jornais, pouco a pouco deixam de publicar literatura, assunto que vai ficar cada vez mais restrito aos cadernos literários, destinado a público especializado, principalmente a partir da década de 1950 (TRAVANCAS, 2001, p. 21). É de se perguntar da orfandade dos leitores que poderiam iniciar ali seu encontro com as letras. Esse é, contudo, um assunto para as escolas.

2.3 UM RETRATO DE LEITURA

O desenvolvimento da leitura no Brasil – de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX – oferece um panorama sobre o lugar dessa prática nas rotinas do país. O recorte permite afirmar o “lugar difícil” dessa prática. A destacar, o caráter proibitivo da leitura, como se explanou nas seções anteriores.

Outra marca vai ser a baixa visibilidade do livro e dos jornais no cotidiano nacional, por não haver uma sociedade leitora nem um mercado editorial ativo o bastante. Historicamente, na vida brasileira, o livro e o jornal são ausentes, com exceção dos espaços escolares, onde a função dos objetos de leitura é bastante precisa e a mais determinante.

É importante lembrar, como foi antecipado no item 2.1.3, que a escola se estabelece no Brasil paripassu à Europa, num contexto de formação da sociedade disciplinar, o que fez aumentar o público consumidor de livros escolares (RAZZINI in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 101). Esse movimento foi particularmente visível nas capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, e mais expressivo a partir da Proclamação da República (1889).

A escola – pública e obrigatória – é vista como alavanca da civilização, não raro sendo edificada por arquitetos renomados, os “palácios da educação”. Em paralelo, ganha impulso o debate sobre os métodos de ensino, que exige salas seriadas, e não mais as grandes turmas das “escolas das primeiras letras”, comuns no interior. Professores passam a ser incumbidos da escolha do material didático, que era individual. O livro é onipresente na escola, cabendo ao governo decidir quais seriam os

livros de leitura e distribuí-los (RAZZINI in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 105, 107).

A partir de 1918, com a *Revista do Brasil*, Monteiro Lobato vai se tornar um dos grandes nomes do setor do livro didático. Seu livro *A menina do narizinho arrebitado*, de 1920, vai dar origem, em 1921, a uma versão escolar intitulada *Narizinho arrebitado: segundo livro de leitura para uso nas escolas*, atingindo a venda de 50 mil exemplares, confirmando o livro didático um negócio melhor do que o livro literário, como o próprio Lobato chegou a declarar (RAZZINI in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 116, 118).

A expansão da escola pública no Brasil, por dedução, só fez aumentar o mercado de livro para o ensino, e a presença do livro junto aos que passavam pela escola, em especial os do primeiro ano, já que as taxas de evasão, em porcentagens sempre elevadas, já apontavam para o exército de jovens com baixa exposição à educação formal.⁴⁴ Questão à parte era se tratar, nos tempos de Lobato, um mercado ainda em formação – daí, entre outros motivos, a falência dele como editor –, mas que não lhe tira o mérito de ter feito avançar a rede nacional de distribuição de livros (BIGNOTTO in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 127).

Não só. Junto à Companhia Editora Nacional, Lobato e seu sócio Octalles Marcondes Ferreira promovem a especialização do livro, atingindo vários perfis de leitores que não só o escolar e o literário, contemplando outros públicos, dos jovens aos profissionais, passando pelas moças. O modelo também representou avanços nas práticas editoriais e uma flagrante participação no debate sobre a reforma da escola na década de 1930 (TOLEDO in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 142, 147).

A Lobato se somam nomes como os irmãos Weiszflog, cuja tipografia se funde à Editora Melhoramentos em 1920, tornando-se líder no mercado do livro escolar e livro para crianças. É marco a Biblioteca Infantil, lançada em 1915 com *O patinho feio*, de Hans Christian Andersen, numa edição bem cuidada, em formato pequeno, atingindo 135 mil exemplares em 40 anos de reedições (SOARES in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 160). A publicadora lançou também Perrault, Grimm, Cervantes, Dafoe, além de livros de psicologia e pedagogia.

⁴⁴ A pesquisadora Marcia de Paula Gregorio Razzini indica que na década de 1930, no estado de São Paulo, 52% das matrículas eram para o primeiro ano, 27% para o segundo, 13% para o terceiro e 7% para o quarto (RAZZINI in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 107).

Houve, de fato, momentos luminosos na trajetória da leitura no Brasil, com um movimento do mercado em direção aos grupos menos escolarizados, desejosos do livro, o que aqui interessa ponderar. Merece registro a política da Editora Abril de lançamento de enciclopédias, em boas edições, a preço popular, com amplas campanhas. Estima-se que entre 1968 e 1972, o grupo tenha lançado mais de 200 coleções nas bancas de revista, totalizando 1 bilhão de fascículos, 30 milhões de romances e 11 bilhões de enciclopédias. “Só na década de 1970, a Abril Cultural vendeu 18 milhões de livros em bancas de jornal, por meio de oito coleções de livros, em um total de 465 títulos” (PEREIRA in BRAGANÇA. ABREU, 2010, p. 306).⁴⁵

Nesse sentido, pode-se dizer que o acesso a livros é mais difícil no Brasil do que o acesso a revistas e jornais. É que a leitura de veículos diários ou semanários vai indicar uma divisão de gênero – jornais são masculinos (no senso comum, ainda hoje, donos de banca afirmam que são raras as mulheres que entram numa banca para comprar jornal) e as revistas são femininas. O mercado, vale dizer, aponta inúmeras variantes de pesquisa e seus estudos são de grande valia para a compreensão desse tipo muito particular de produto, posto que a leitura é um universo sensível.

O acesso a impressos, para além da questão de gênero, indica também a portabilidade⁴⁶ – apontada agora como grande trunfo dos iPads. São obras que podem ser carregadas na bolsa ou debaixo do braço, o que é bastante útil num país cronicamente com poucos espaços de leitura ou, como se pode dizer, um país com dificuldades com o espaço público, o que vai incluir o espaço público para a leitura. O iPad, no entanto, aponta ser de pouca valia para a leitura de textos literários. Já se analisa que o uso dele não promove a leitura de livros de qualidade. Nem suplanta a prática de leitura, que independe de tecnologia, como apontam pesquisas, como a desenvolvida na Universidade do Oregon, EUA, com leitores de jornais impressos e jornais digitais (SÁ, 2012, p. B5).

Nesse cenário de “poucos livros” e “muitas revistas e jornais”, a literatura e os literatos migram para a imprensa de forma problemática. Há o momento benfazejo dos folhetins, no século XIX, uma prosa de alcance fácil às massas pouco escolarizadas. O

⁴⁵ O pesquisador Mateus Henrique de Faria Pereira informa que entre 1975 e 1999 a Editora Abril comercializou três milhões Almanques Abril, outro exemplo de produto editorial que servia à escola, mas com ampla aceitação entre leitores fora da escola (BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 312).

⁴⁶ Nos séculos XVII e XVIII, o jornal ainda não tem estrutura diferente do livro. Ao adquirir um grande formato e distribuição na rua, suscita uma atitude mais livre do leitor. O jornal é dobrado e lido por muitos (CHARTIER, 2009a, p. 82).

mesmo se diga das revistas, em especial na primeira metade do século XX. Na esteira dessas concessões dos intelectuais vem, contudo, uma questão discutida por Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira* – a baixa estima em relação ao público. E o repasse de sua formação para a escola.

A expectativa da geração de Machado de Assis com o surgimento de um “leitor participante”, essencial à consolidação de um público leitor (STRZODA, 2010, p. 26). capaz de dialogar com o livro e com a literatura, se frustra diante das dificuldades correntes da escola brasileira e a vulnerabilidade do mercado editorial, a rigor mais comprometido com o comércio do que com o desenvolvimento da leitura. Cronicamente, a resposta à “leitura rarefeita” vai ser quase sempre a afirmação da escola redentora, seja a escola boa ou ruim. E tem sido ela a maior promotora da leitura de qualidade, como mostrou a edição de 2012 de *Retratos da Leitura no Brasil*.

Pesquisa aponta que os textos mais lidos são os escolares, seja uma vez por dia (para 44% dos entrevistados) ou uma vez por semana (também 44%). O segundo lugar em leitura fica com os textos da internet. Um total de 66% aponta o livro didático como o lido com mais frequência. A sala de aula, dizem os brasileiros consultados, é o segundo lugar onde mais leem, com 33%, ficando atrás da casa, indicada por 93% como espaço preferencial de leitura (RETRATOS, 2012, p. 58, 59, 76).

O problema é que a escola exclui. Em 2006, por exemplo, havia 5,7 milhões de alunos na primeira série do ensino fundamental e 2,4 milhões na última série do ensino médio, o que leva a crer que mais da metade evadiu ou foi retida (IOSCHPE, 2006, p. 105). É certo que o movimento de exclusão se reverte em parte na segunda metade dos anos 2000, quando mais de 97% da população com faixa etária para o ensino básico está matriculada. Mas as dificuldades com a manutenção do ensino médio, como se vai ver adiante, continuam. É dessa faixa que saem muitos dos não leitores, gerando, década após década, uma legião de brasileiros que tiveram um contato breve, quando não traumático, com os circuitos educacionais. Não se pode dizer que essas pessoas, à revelia da passagem ligeira pelo sistema de ensino, não desejem ser leitores e que não o sejam.

Muitos, na própria escola, tiveram contato com um tipo de texto feito originalmente para eles – o folhetim, agora não mais em papel jornal, mas já devidamente encadernado e recomendado pelos programas escolares. Também podem ter conhecido o jornalismo popular, outra marca brasileira desde a *Gazeta de Notícias*, da segunda metade do século XIX. Mas há pouca crença nesses grupos de leitores com

baixa exposição à escola. Eles se sucedem, geração após geração, como se não tivessem nada a revelar ou a dizer.

Nos dizeres do pesquisador Richard Romancini (in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 599), o país carece de uma sociologia do gosto e do consumo, capaz de investigar as escolhas literárias do grande público – do que se pode deduzir ser, também, o público com menos exposição ao saber escolar. Eles são participantes do que Romancini chama de “literatura ampliada”, um fenômeno que inclui as obras de Paulo Coelho ou o best-seller *Código Da Vinci*, de Dan Brown. Fazem parte de um fenômeno bem particular – o aumento de leitores ocasionais e a diminuição de leitores assíduos (COLOMER, 2007, p. 45), dada inclusive a concorrência de produtos culturais.

São “novos leitores”, diz o autor, garantidores de sucesso comercial de determinados autores, surgidos de uma sociedade mais alfabetizada⁴⁷, o que, contudo, não é uma garantia no avanço das práticas de leitura. Como destaca Mancini, na edição de 2001 do estudo *Retrato da Leitura no Brasil*, os “leitores efetivos – que tinham lido nos três meses anteriores à pesquisa – tinham majoritariamente concluído o ensino médio ou se aproximado disso, e eram produzidos pelo sistema educacional (ROMANCINI in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 603-604).

Pesquisas recentes – e a atenção crescente com a chamada nova classe média, que emergiu a partir dos anos 2000 – apontam uma nova leva de leitores, que estudaram mais, mas não estudaram o bastante para serem leitores contumazes. Eles leem livros como a Bíblia, literatura religiosa e *best-sellers*, cujos títulos costumam lembrar mais do que os receitados pela escola (COLOMER, 2007, p. 46). Suas eleições de leitura estão ligadas ao gosto, mas também ao desejo de consumir de maneira semelhante às outras classes sociais. O fato é que estão se formando como leitores, fora da escola, ao sabor de outras instituições.

Eles se incluem num mercado em que os próprios consumidores mais escolarizados ostentam uma relação frágil com a leitura. A Câmara Brasileira do Livro (CBL) é testemunha do quanto a elite cultural é menor do que a econômica (PEREIRA Jr., 2004, p. J5). O mesmo documento *Retrato da Leitura no Brasil*, na versão de 2001, com 8.018 entrevistados em todo o país, constatou que 14% da população letrada não lia nada – o equivalente a 12 milhões de brasileiros dentre os 86 milhões de alfabetizados no país. A

⁴⁷ Richard Romancini faz a seguinte progressão dos índices de analfabetismo no Brasil – 64,9% da população em 1920; 50,5% em 1950; 33,6% em 1970; 11,6% em 2003. (BRAGANÇA. ABREU, 2010, p. 603)

pesquisa apurou que um terço da classe A não sentia nenhum prazer em ler. Cerca de 30% da classe A preferia outro entretenimento à leitura (PEREIRA Jr., 2004, p. J5).

Havia proporcionalmente mais gente nas classes A e B que não lia por preguiça do que nas outras classes. Um em cada quatro entrevistados A e B (23%) admite que preguiça ou falta de paciência é a razão pela qual não se atreve à leitura, um índice que na classe C não supera os 15% e nas D e E, 14% (PEREIRA Jr., 2004, p. J5). A relação utilitária com o tempo, a sociabilização convulsiva e a desvalorização do livro no imaginário coletivo, por certo, têm parte nisso (COLOMER, 2007, p. 47).

A Retratos da leitura no Brasil —na versão de 2008, publicada pelo Instituto Pró-Livro, com sede em São Paulo —, pode não agregar nenhuma novidade à primeira edição do levantamento, feito em 2001, mas tem o mérito de estar centrada em estudantes da escola pública (85% dos entrevistados) e nas classes C e D (81%). A mesma proporção se repete na edição de 2012 da pesquisa, que contempla 51% da população brasileira da classe C, 24% da D e E; 23% da B e 2% da A, procurando um retrato realista da pirâmide brasileira.

Seu foco não é o país das maravilhas, mas o das dificuldades. Em vez de destilar números estarrecedores, o documento levanta informações com as quais se pode firmar um novo pacto em torno da leitura no país. E compreender como a leitura se dá nas camadas mais vulneráveis à evasão escolar — como se vai ver na sequência, nas devidas comparações com a última edição da mesma pesquisa, lançada em 2012.

O estudo, nas suas três edições, é um catálogo de pistas sobre essa população que gravita em torno da escola e do mercado editorial. É importante salientar que *Retratos da Leitura no Brasil* confirma que os leitores se tornam mais fiéis na medida em que consolidam o ensino superior. Entre os que leem com frequência e prazer, 79% passaram pela faculdade, indica a pesquisa de 2008. Na edição de 2012, a população com ensino superior chega a 10%, justo a que apresenta os melhores índices de leitura, confirmando que entre os que persistem no sistema de ensino está a maior parte dos leitores (RETRATOS, 2012, p. 16).

Em paralelo a esse dado, deve-se dizer que é frágil a prática de leitura de quem passou entre 8 e 12 anos no sistema de ensino — ou seja, não chegando ao ensino superior —, o que indica que a escola não tem dificuldade apenas de manter seus alunos, mas também para sedimentá-los como leitores. É curioso: 12 anos é parcela importantíssima da vida de alguém que tem, por exemplo, 24 anos. Muito do que usa na sua atividade profissional vem da escola — mas aí não se inclui a leitura, sobre a qual,

em geral, não se consegue fazer um discurso e apontar preferências (COLOMER, 2007, p. 51).

Trata-se de um paradoxo brasileiro – a mesma escola que garante a leitura (para aqueles que conseguem avançar) é a que garante sozinha o mundo da leitura: na medida em que alguém abandona o ensino fundamental ou médio, afasta-se também dos livros, em geral, para sempre, pelo que tudo indica por relacioná-lo a estudar e não a outras instâncias da vida. A pesquisadora Maria Antonieta da Cunha (in AMORIM, 2008) afirma, por isso, que a escola não forma leitores para a vida inteira, mas forma leitores para sua ação imediata.

Os números o comprovam: 70% dos livros lidos são didáticos, maciçamente distribuídos pelo MEC, logo exigindo pouquíssima adesão do leitor, já que não precisa comprá-los ou priorizá-los nas suas despesas. Essa transação já mobilizou quase 60% do mercado editorial, camuflando o desprezo geral da nação pela compra voluntária de livros. Nenhum setor pode sobreviver sem adesão do consumidor, mas as medidas paternalistas imperam⁴⁸.

A informação oficial (dados de 2009) é que são negociados 114,8 milhões de livros escolares, destinados a 36,6 milhões de estudantes de 100 mil instituições. Seria ingênuo negar a importância dessa transação. A tutela do Estado na aquisição dos livros rouba o brilho do índice mais festejado da pesquisa *Retratos* na versão de 2008 – o de que cada brasileiro lê 4,7 livros por ano, o dobro do levantamento de 2001. Desses 4,7, apenas 1,3 livro/ano não vem de indicação do professor, confirmando que se lê muito pouco de livre e espontânea vontade.

Vale ressaltar que na edição de 2012, o número total de leitores recuou, em todas as regiões do país. Passou-se de 55% de população leitora para 50%. E de 4,7 livros por pessoa para 1,85 livros, sendo 0,82 por inteiro e 1,03 em partes. A explicação dos pesquisadores é que a pesquisa aplicada em 2011 considerou leitor quem tinha lido um livro nos últimos três meses. A de 2007 considerou leitor quem tinha lido um livro nos últimos 12 meses (RETRATOS, 2012, p. 10).

Uma das particularidades da edição 2008 e da 2012 da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* é que em vez de selecionar entrevistados de 14 anos para cima, como fez o estudo anterior, o Instituto Pró-Livro entrevistou pessoas a partir dos 5 anos de

⁴⁸ A participação do livro didático no mercado editorial brasileiro é controversa, o que se reflete na dança dos números. Um dos números verificados na pesquisa é que corresponde a 54,1% do mercado (TRIGO, 2003, p. 185).

idade, subindo a abrangência da pesquisa para 92,3% da população. O mesmo critério foi repetido na edição de 2012. Esse critério também teria ajudado a superfaturar a pesquisa. Mas o resultado acabou sendo revelador.

Ao contar as leituras dos que ainda usam lancheira, o instituto descobriu que o cenário melhorou. Com a soma a partir de 5 anos de idade, os resultados apontaram que os brasileiros desta faixa etária leem com gosto e leem muito – levando o país a flertar com os índices franceses (FERNANDES, 2011b, p. 2). A informação declarada da leitura de 4,7 livros per capita/ano, em 2008, contudo, apesar de emocionar, não deixou de soar como uma distorção. Os reclamantes do resultado – em geral profissionais ligados às pesquisas de leitura – estavam culturalmente certos, ainda que estatisticamente errados.

Mais do que um engano estatístico, com sua estratégia *Retratos...* permitiu perceber que os pequenos abandonam os livros à medida que crescem. É com a adolescência que se dá a evasão dos leitores. As crianças amam os livros, mais os deixam. Por que isso acontece? Caso abandonem a escola antes do tempo, a situação piora: quem tem menos de 12 anos de estudo raramente se torna leitor.

O corte etário mais abaixo explica a boa colocação de *Branca de Neve e Chapeuzinho Vermelho* no ranking dos títulos mais marcantes em 2008. Na nova edição, *Chapeuzinho* e *Branca de Neve* perderam colocação no ranking e livros de grande sucesso comercial avançaram, como *Caçador de Pipas*, *Ágape*, e *Crepúsculo*. Entre as variantes para o livro indicado pela escola está *Dom Casmurro*, que passou da 12.^a posição, em 2008, para a 9.^o, em 2012, no quesito “livro que leu ou que está lendo” (RETRATOS, 2012, 61).

Entre os autores mais admirados, entretanto, os ditos “autores escolarizados” são os mais citados, confirmando a influência do sistema de ensino na percepção dos valores da leitura. Ainda que dividindo o topo do ranking com Paulo Coelho, a lista dos “admirados” é pontificada por Monteiro Lobato, Machado de Assis, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade e José de Alencar (RETRATOS, 2012, p. 60).

Houve quem julgasse essa metodologia um engodo estatístico, o que se confirmou. Os resultados pareciam positivos demais para um país acostumado a índices rasteiros de consumo de informação e de práticas de leitura. O corte etário, bastante controverso, ajuda a desenhar melhor as duas categorias que mais interessam a qualquer análise – os “leitores”, aqueles que leram pelo menos um livro nos últimos três meses; e os “não-leitores”, nenhum livro lido no mesmo período. O método ressaltou o quanto no

Brasil a leitura está vinculada ao ensino – desde o colégio do ensino básico. E permitiu aproximações com os não leitores.

A amostragem indica que os não leitores são jovens e jovens adultos, o que sugere que podem mudar o rumo cultural de suas vidas: 12% dos não leitores têm de 18 a 24 anos; 10% de 25 a 29 anos; 17% de 30 a 39 anos; outros 17% de 40 a 49 anos. (RETRATOS, 2012, p. 28) Além da escolarização difícil, esse grupo tem em comum o baixo poder aquisitivo e, por extensão, a necessidade de atender a imperativos imediatos que não a leitura, fatalmente colocada como questão secundária. Caso a experiência com os livros tenha sido uma experiência mal sucedida no tempo de formação, tendem a ser mais resistentes à leitura e se fixar na categoria de “não leitor crônico”.

Deve-se ao sistema de educação o que há de positivo em nossos índices de leitura. Mas a mesma educação não consegue mostrar às crianças e jovens que a vida de leitor independe da escola. A esse descompasso se pode chamar de “leitura escolarizada”, expressão, que embora inadequada, dá conta de apontar para a leitura que não consegue caminhar por suas próprias pernas sem os ditames da escola.

Ao fazer do livro um instrumento de avaliação – prova, fichas de leitura e até índice de produtividade – as instituições tendem a inibir a leitura desinteressada, governada pelo prazer e pela imaginação. A escola, em suma, incentiva pouco o desenvolvimento de outras camadas de leitura que não a técnica. Ler exige prática e entrega de tempo, inclui “dizer em voz alta”, fazer as pausas certas, alcançar progressão nos temas e gêneros, escolher títulos, ler em condições adversas e ler em público, assumindo diante dos outros sua identidade de leitor (FERNANDES, 2011b, p. 2).

O peso dos dados de *Retratos da Leitura no Brasil*, de 2008 e de 2012, contudo, não deve recair apenas sobre a escola. Nas entrelinhas, a pesquisa indica outro mal, o da ausência de uma sociedade organizada em torno do livro e da leitura. Há poucos espaços disponíveis, concentração de acervos nas mãos de uns poucos e negligência de famílias, empresas e igrejas no desenvolvimento de programas.

Trata-se de um problema construído historicamente – desde a colonização se viu a escola como centro de ação social, reformadora, provedora, objeto de esmola e de pena. E como lugar desimportante, status do qual nossas escolas mal instaladas são uma boa tradução. A leitura vista como algo funcional e transitório é resultado dessa mentalidade.

Os outros dados relevantes vêm a reboque. As bibliotecas, por exemplo, gozam de baixíssima popularidade. Segundo o Ministério da Cultura⁴⁹, ainda que disponham de poucas bibliotecas públicas, 90% dos municípios brasileiros dispõem de salas de leitura, mas na pesquisa 66% dos entrevistados reconhecem a existência desse equipamento. Desse, apenas 10% o utilizam. Por fim, no interior do país, onde a estrutura para leitura é mais rara, todas as dificuldades se multiplicam por três. É do brasileiro que mora em cidades com menos de 10 mil habitantes que vêm os 59% que dizem não gostar de ler (FEIX, 2007). A *Retratos da Leitura no Brasil 2012*, em consonância com a edição de 2008, confirmou a pouca frequência a esses espaços.

Um total de 26% afirma que empresta livros na biblioteca. Eram 34% em 2008. Os dois levantamentos apontam dados parecidos no conhecimento da existência da biblioteca – 67% sabem de sua existência e 71% a consideram de fácil acesso. No entanto, 75% afirmaram não usá-la; 17% usam apenas de vez em quando e 7% afirmaram frequentá-las (RETRATOS, 2012, p. 88, 99, 101).

É questão complexa – outras aferições, como a do Observatório das Metrôpoles, mostram que a falta de uso dos espaços de leitura está ligada ao preço do transporte público, principalmente entre a população de baixa renda, e aqui se pode acrescentar a exposição de crianças e adolescentes à violência, o que pode ser um elemento de distanciamento e intimidação, já que para ir à biblioteca os filhos de pais que trabalham fora teriam de fazê-lo sozinhos (OBSERVATÓRIO, 2010, p. 5).

Outro dado revelador são os percalços da leitura: 42% dos entrevistados enfrentam dificuldades básicas em se acertar com o objeto livro: 19% leem muito devagar; 20% não têm paciência com as letras; 8% não compreendem o que está escrito e outros 12% não conseguem se concentrar, retardando o processo da leitura (RETRATOS, 2012, p. 110). Algumas práticas poderiam amenizar o problema, como a volta da leitura em voz alta, contação de histórias, criação de espaços afetivos e comunitários para a leitura e oculistas ao alcance dos mais pobres.

A questão, contudo, não se resolve apenas com medidas saneadoras. Há um obstáculo maior a ser vencido – o da falta de interesse pela leitura, manifestada por 78% dos entrevistados, ainda que 64% reconheçam a leitura como fonte de conhecimento e 75% digam ler por prazer. Outra parte, contudo – 50% – diz não ter tempo. Na escala de

⁴⁹ O Anuário de estatísticas culturais 2009, do MinC, aponta a seguinte divisão das bibliotecas públicas no país: Nordeste (215); Nordeste (1.314), Centro-Oeste (434), Sul (1.200) e Sudeste (1.788) (CULTURA EM NÚMEROS, 2009, p. 82).

prioridades, a leitura fica atrás da televisão (85% das entrevistas), assim como da música e do rádio (52%) e do descanso (52%) (RETRATOS, 2012, p. 21-22, 65-66);

Tirar os olhos do educando típico pode ser o caminho para vencer esta condicionante. Basta lembrar o que revelou o Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional (Inaf), de 2001. A pesquisa focava principalmente os que estavam fora da escola. O que se viu ali – 67% dos brasileiros disseram gostar de ler; 32% disseram “gostar muito” e 35% “gostam um pouco”. Outra particularidade é que tanto essa pesquisa quanto a *Retrato da Leitura no Brasil* reafirmaram a ligação entre escola e leitura – ou seja, o gosto pela leitura aumenta à medida que o entrevistado permaneceu mais tempo na escola.

Deixar clara a falta de sustentação do discurso de que o brasileiro não gosta de ler já bastaria para justificar a relevância de uma pesquisa como essa. Entretanto, saber da ideia de que ler é bom já está disseminada pela sociedade não significa que não tenhamos com que nos preocupar. Ao contrário, isso refina nossa sensibilidade para com os problemas reais.

Olhando para dentro da casa dos brasileiros, a enquete trouxe outra informação relevante ao mostrar que havia o que ver em 98% dos casos, ou seja, a quase totalidade dos entrevistados possuía materiais escritos em suas residências. Perguntados sobre a existência de “livros didáticos”, “enciclopédias”, “dicionários”, “livros infantis”, “bíblia, livros sagrados ou religiosos”, “livros técnicos/específicos”, “livros de literatura/romances”, “agendas de telefone e endereços”, “calendários e folhinhas”, “livros de receitas de cozinha”, “álbum de família, fotos etc.”, “guias, listas e catálogos”, nenhum dos entrevistados disse viver em uma casa na qual ao menos um desses itens não estivesse presente (ABREU in RIBEIRO, 2003, p. 35).

Em outras palavras, mesmo entre os excluídos da escola, a escrita e a leitura se fazem presentes de forma ostensiva. Há dicionários em casas de 34% dos analfabetos, como observa a pesquisadora Márcia Abreu. Não é experiência que se despreze. Assim como o motivo que levou quem admite o apreço pela leitura, sua necessidade, o prazer que provoca, a abandoná-la. Idem para quem o manteve, para além do estímulo da escola.

O Brasil é lento na hora de criar imagens positivas de leitores – eles raramente aparecem em novelas e são poucos os que leem em público: assim como o ciclista, o voluntário, o reciclador e o consumidor consciente, o leitor é um ilustre invisível. Não causa espanto um dos dados mais melancólicos de toda a pesquisa: 87% dos “não-leitores” nunca ganharam um livro de presente na infância e 55% nunca viram os pais com um livro nas mãos. Entre os leitores, esse índice cai pela metade.

Nas duas últimas décadas – particularmente na gestão de Affonso Romano de Sant’Anna na Biblioteca Nacional, na passagem de Paulo Renato de Souza pelo Ministério da Educação e no conjunto do governo Lula (2002 – 2010) o livro e a leitura ganharam mais destaque na agenda nacional. Isso não se deve apenas às vendas alavancadas ou aos avanços no letramento, mas à boa colocação do livro na agenda nacional.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva – que no documentário *Entreatos* (2004), de João Moreira Salles, tornou pública sua insegurança por ter baixa instrução formal – declarou que livros marcaram sua vida, dando exemplo à Nação, ainda que depois de ter declarado publicamente não ler jornais e, posteriormente, que ler dá sono. É consenso entre estudiosos de leitura que mal não faria se mais e mais políticos, empresários e artistas tornassem públicas suas rotinas com os livros, assim como o fazem com viagens e aquisição de carros.

Alguns alegarão que essas rotinas não existem, logo, constituem uma mentira. Mas é verdade também que os homens e mulheres acompanhados pela mídia precisam ser referência para a população no gosto pelo conhecimento (FERNANDES, 2009b, p. 2). Não faltam números confirmando os ganhos sociais dos países que investiram pesado na difusão do livro, à revelia do anúncio de sua morte e da vitória da tecnologia.

2.4. PONTO EM QUE ESTAMOS. DIAGNÓSTICOS

No ano 2000, a educação recebia 4% do PIB nacional. Passou para 5,2%. Por mais que se insista em alienar desempenho educacional a investimentos financeiros, sobram indícios, contudo, de que dinheiro de per si não melhora a escola. Crer nessa relação equivaleria a trair a natureza simples do ensino (FERNANDES, 2010d, p. 2).

Nesse caso, em paralelo ao dinheiro vieram salários melhores para os professores e algum incremento de políticas educacionais voltadas para a avaliação e para aprendizagem. Outro grande trunfo é que de 2000 a 2009 houve uma alteração na representação pública da educação, como se disse acima. Se a leitura for falada e debatida amplamente, ao lado de outras grandes questões nacionais, os resultados tendem a aparecer.

A primeira década dos anos 2000 tem sido bastante arriscada para o campo da leitura. Há uma euforia com os índices de consumo e com a ascensão da classe C. Essas conquistas – grandes por certo – podem passar a ilusão de que o crescimento econômico alavanca por si o educacional e o cultural. Não é o que os dados mostram – ao contrário, o avanço educacional é o único avanço seguro.

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, divulgada no segundo semestre de 2008, não chega a ser animadora. Consta que 84,5% das crianças de 8 a 14 anos que não sabem ler estão na escola, o equivalente a oito entre dez pequenos que não dominam o bê-á-bá. O ensino é maior no Nordeste (FERNANDES, 2009c, p. 2).

O Brasil alcançou no final dos anos 2000, 97,6% das crianças entre 7 e 14 anos na escola, chegando cada vez mais perto da universalidade do ensino fundamental. A população média urbana atinge 8,5 de estudo, contra 4,5 anos na zona rural, dado que torna as cidades lugares cada vez mais estimulantes do ponto de vista intelectual. E 70,8% dos pequenos com deficiência estão entre o básico e a oitava série, prova de que foram dados passos largos no campo da inclusão.

O ensino está universalizado na faixa inicial de escolarização, mas dados gerais ainda indicam que a escola no Brasil é de baixa qualidade. O problema pode ser sanado, como mostra o desempenho crescente no Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb). Entre 2005 e 2007, o ensino básico melhorou. De nota 3,8 passou para 4,2. No Ideb de 2010, a nota foi para 4,6 – um avanço de 0,8 em relação a 2005 e de 0,4 em relação a 2007. Já os desempenhos nacionais de 5.^a a 8.^a são modestos: sabe-se que 18% da população brasileira entre 15 e 17 anos está fora da sala de aula; e que 34% desses adolescentes têm defasagem idade/série. No ensino médio, cuja nota redonda é 3,6, o aumento oscila entre 0,1 e 0,2 dígitos (FERNANDES, 2010g, p. 2).

Todos os problemas do ensino fundamental – a repetência, que só na faixa de 1.^a a 4.^a chega a 21%; as dificuldades em leitura e cálculo, a ausência de modelos e de perspectivas profissionais – se agravam nos últimos anos de formação antes da faculdade. Quase 51% dos estudantes desse ciclo enfrentam distorção idade e série (FERNANDES, 2010e, p. 4). Para eles, a escola se tornou um peso. A conta que leva a esse resultado é pouco animadora – cerca de 50% dos que entram na escola a abandonam antes de chegar ao final do ensino médio, configurando um dos maiores fracassos institucionais de que se têm notícia (IOSCHPE, 2007, p. 96).

A situação dos jovens brasileiros é de fato delicada – é entre eles que se forma com mais insistência os que deixarão a escola e os que deixarão de ler. Duas pesquisas

ajudam a entender essa realidade: o *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007*, da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, a Ritla, radiografa as relações da juventude com a escola, com o mundo do crime, com o trânsito e com a rede mundial de computadores. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* – publicado em janeiro de 2008 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – cruza dados de estudos realizados em todo o Brasil (CASTRO; AQUINO, 2008).

A população jovem (15 aos 19 anos) corresponde a 30% da população brasileira; 26,5% da população do Paraná (2.741 milhões) e 27,2% da população de Curitiba (477.519 jovens). Esse contingente de 51,1 milhões de brasileiros oscila nos estudos, é personagem de mortes violentas e representa 46,6% dos desempregados do país. Cerca de 60% dos jovens são de famílias cujos rendimentos oscilam entre meio e dois salários mínimos, conforme apurou o Ipea. Essa condição é um ímã para a pobreza e para a marginalidade (FERNANDES, 2008b, p. 6).

A pesquisa “Hábitos da Mídia – Perfil do Leitor 2011”, do Instituto DataFolha, do jornal *Folha de S. Paulo*, mostrou que apenas 11% dos leitores do maior jornal do país têm até 22 anos. Eram 20% no ano 2000. Os jovens das classes A, B e C deixaram de se informar pela TV aberta (36%), preferindo a internet (39%). Apenas 6% acompanham impressos (SINGER, 2011, p. A8). A juventude é o momento de abandono da leitura – um afastamento que se dá no período escolar (COLOMER, 2007, p. 47).

Dados do Ipea confirmam: 66% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos não estudam. Em contrapartida, numa faixa abaixo desta – dos 15 aos 17 anos – 96,3% estão vinculados a algum programa de educação. Dados do IBGE mostram que entre 15% e 18% dos brasileiros entre 15 e 17 anos não têm matrícula em nenhuma instituição de ensino. Também pelo IBGE, calcula-se que dois milhões de adolescentes, em idade de cursar o antigo colegial, andam fora da escola (FORNETTI, 2010, p. C1). O que os espera do lado de fora dos muros: o subemprego, o atraso escolar, a exposição maior à indústria da violência, rápida em arrebanhar funcionários nas fileiras menos escolarizadas. Resta responder o que gera esse fosso em pleno ensino médio.⁵⁰

⁵⁰ Síntese de Indicadores Sociais de 2004, do IBGE apontou aumento de brasileiros jovens na escola, inclusive entre os que tinham de 20 a 24 anos. A variação em relação a 1993 foi de 46%. O maior aumento se deu na faixa de 15 a 17 anos, passando, em uma década, de 61,9% para 82,4%. O aumento se deve ao maior número de vagas no ensino superior e ao já registrado esforço do jovem brasileiro em voltar para a escola. A maior parte dos jovens, não por menos, luta para terminar o ensino fundamental ou médio (GOIS, 2005a, p. C3).

Os índices provocados pela evasão e pela repetência pedem mobilização nacional.⁵¹ O *Relatório da Unicef* em 2009 mostra que a repetência no ensino médio dobrou em uma década, chegando a 12,7% em 2007. Os motivos para tanto fracasso escolar, além da urgência de entrar no mercado de trabalho, são aulas desinteressantes, com currículos defasados, professores insatisfeitos e faltosos. Os números relativos aos supletivos – no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) –, idem: em pesquisa de meados dos anos 2000, dos oito milhões de jovens brasileiros que disseram ao IBGE terem cursado um supletivo, 43% desistiram por problemas de compatibilidade entre o horário da escola e do trabalho (GOIS, 2009, p. C3).

Não faltam alunos que dizem ter abandonado o ensino médio porque os professores não comparecem na sala de aula com regularidade. Outros estudantes afirmam não entender a serventia dos conteúdos a que estão expostos na sala de aula (TAKAHASHI; PINHO, 2009, p. C3). A revisão dos currículos do ensino médio – e a sua regionalização – se tornou uma urgência.⁵² Assim como a implantação de uma mentalidade de educação continuada para adultos (RIBEIRO, 2003, p. 22), numa perspectiva educacional que não seja necessariamente escolar.

Estudos do Ministério da Educação apontam que entre 2008 e 2009 houve avanços na frequência dos alunos, dando sinais de que a fuga de adolescentes antes do término do antigo segundo grau pode ser superada. Mas a conta leva a uma péssima contabilidade: em meados da década de 2000, havia 5,7 milhões de alunos no ensino básico e 2,4 milhões concluindo o ensino médio, revelando que metade dos cursantes não chegava ao final do percurso (IOCHPE, 2006, p. 104).

A cada ano, 27% dos alunos brasileiros reprovam e se tornam candidatos à evasão escolar. Pesquisa *Juventudes no Brasil*, realizada em 2003 pelas pesquisadoras

⁵¹ A taxa de repetência de primeira a quarta série – considerada um dos principais indicadores de qualidade educacional – é, no Brasil, pior do que a do Camboja e se compara a países como Moçambique – de acordo com pesquisa da Unesco publicada em 2006. A pesquisa considerou os 45 países cujos índices de repetência são superiores a 10%. O Brasil tinha taxa de 21%, com base em 2002, e se saiu melhor apenas do que 15 países (TAKAHASHI, 2006, p. C1).

⁵² Em 2007, a Rede Latino-Americana de Informação Tecnológica (Ritla) fez o alerta ao publicar o estudo *Relatório de Desenvolvimento Juvenil*, dando contas da fragilidade do ensino médio em terras brasileiras. Os dados da Ritla e de demais fontes disponíveis invariavelmente mostram a dificuldade da escola em falar com o estudante acima de 15 anos, de mantê-lo nas instituições e de ajudá-lo a superar deficiências trazidas dos oito primeiros anos de escolaridade. De todos os quadros, contudo, um dos mais assustadores é o que aponta para a desvalorização do ensino médio no mundo do trabalho, o que indica o pouco caso do capital com a juventude. Concluir os três anos “médios” não representa, como em tempos idos, uma boa colocação no mercado do trabalho, quando secundaristas se tornavam bancários ou técnicos de proficiência reconhecida. O desmanche dos cursos profissionalizantes – moda que pegou no início dos anos 2000 – só veio reforçar essa tendência.

Mary Castro e Míriam Abramovay mostrou um fato novo do quadro de evasão. Até 35% dos que deixaram a vida escolar retornam, nem sempre para viver um final feliz. Ou seja, o quadro de fracasso escolar é lento, do que só se pode deduzir que faltam políticas educacionais tanto para o aluno ausente, quanto para o repetente. Em pouco tempo eles se confundem (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003).

Resta desenvolver programas capazes de manter o jovem na escola, levando-os a fazer sua transição para o ensino superior. Só com o empenho de várias instituições será possível superar um índice que inferioriza o país: a massa da população tem menos de 7,5 anos de estudo. Esse baixo poder de fogo educacional traz no bojo o analfabetismo funcional, o conservadorismo, o baixo apreço à leitura, para citar três mazelas.

2.4.1 O caso paranaense

O Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), publicado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), em 2007, apontou um quadro pouco confortável para o Paraná. Cerca de 55% dos adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos estavam fora da escola. A defasagem idade-série também era alta – ultrapassava 54% dos estudantes do ensino médio (WAISELFISZ, 2007).

Dos 1,3 milhão de alunos da rede pública estadual, quase metade é do ensino médio. As escolas estaduais esboçam reação. A retomada começou no final de 2007 e ganhou corpo em 2009, quando houve mais opção pelo sistema regular. Em 2010, dos 600 mil matriculados no ensino médio, 532 mil o faziam em regime presencial absoluto. Em pouco mais de um ano, 411 escolas do estado, 30% da rede, adotaram o sistema de blocos – nos moldes das faculdades e universidades – ou profissionalizante.

A pesquisa *Retratos da Leitura no Paraná*⁵³, publicada em 2011 e realizada nos moldes da *Retratos da Leitura no Brasil*, do Instituto Pró-Livro, coloca o estado paripassu com os resultados nacionais. O paranaense, qual os brasileiros em geral, lê no espaço privado, a casa (81%; alega falta de tempo para ler (57%); não compra livros (47%); prefere a televisão (63%), mas acredita na força da leitura (40%)

⁵³ Pesquisa Retratos da Leitura no Paraná fez 2 mil entrevistas, usou questionário de 40 questões, no mês de maio de 2010.

Os mais jovens – quando participam do ensino fundamental – leem por prazer (72%). O índice chega a 60% entre os que têm entre 5 e 9 anos de idade. Mas eles leem por exigência escolar (64%), na mesma faixa etária. Dos 25 aos 29 anos, os que leem, o fazem por motivação profissional. Se o entrevistado tem curso superior, 54% lê para atualização cultural e 47% por prazer.

A leitura por motivos religiosos é alta no estado: 43% dos que têm até a 4.^a série do fundamental são leitores da Bíblia. Sobrepõe-se a esse número 35% dos evangélicos que afirmaram ler por motivos religiosos e 17% dos católicos. Em todas as faixas de idade, a Bíblia é o livro mais lido (36%), preferência que aumenta na medida em que o entrevistado é mais velho. É também nessa faixa que aumenta o interesse por livros pragmáticos, de culinária e artesanato (ALMEIDA, M., 2011).

Os dados, no geral, confirmam que o curso superior mantém o leitor, mas quando o trabalho cumpre a mesma função da escola – cobra a leitura como condição para fazer parte dela, a leitura religiosa, ou que se aproxima disso – como mostram os relatos do quarto capítulo desta tese – pode representar uma redescoberta da leitura. A grande curiosidade da pesquisa é o baixo conhecimento de autores paranaenses: Dalton Trevisan foi citado por 1,3% dos entrevistados e Paulo Leminski por 0,9% (ALMEIDA, M., 2011). Como nem a prosa adulta e por vezes sensual de Dalton é estimulada nas escolas, nem a leitura de poesias, deduz-se mais uma vez que as escolhas da escola se tornam a escolha do leitor.

2.5 A LEITURA ALÉM DA ESCOLA

No final da década de 1990, na revista *Veja*, o colunista Diogo Mainardi comparou os gastos para montar uma feira de livros no município de Emilia Reggia, na Itália, aos custos para erguer uma milionária festa do leite em Maringá, no Norte do Paraná. O saldo da conversa é que a cidade europeia, com bem menos dinheiro, ostenta índices educativos e econômicos de magnitude. A responsabilidade seria da feira de preços módicos, do que se conclui o poder de transformação social da cultura letrada.

Sobram exemplos do quanto o investimento na leitura pode influenciar a sociedade. E são exemplos desejáveis num momento em que as fronteiras entre arte e

indústria cultural estão cada vez menos nítidas (TASCHNER, 2009, p. 11). Esse mercado não tem como função apenas enriquecer a indústria do entretenimento, mas atingir as massas de pessoas que vivem à margem da escola, que não têm educação formal elaborada, mas que são desejosos de fazer parte do mundo da cultura, de sua produção, ainda que se tenha aí uma questão vaga, como mostra a pesquisa de 2007 sobre indicadores culturais no Brasil (SISTEMA, 2007).

Em se tratando de mercado de cultura de larga escala, o caso da Inglaterra é modelar. Tornou-se um país inspirador no quesito cidades espetáculo, descrito por Canclini, no sentido de cidades que impulsionam a cultura e geram riqueza e capital humano: 7% do PIB britânico vem da cultura, índice que fica atrás apenas do mercado financeiro. Graças a esse desempenho, o ex-ministro da pasta, Chris Smith se tornou uma espécie de guru mundial, a cuja cartilha recorrem governantes dos quatro cantos, sensíveis aos poderes da arte, em especial diante dos novos parâmetros de consumo cultural – calcados no deslocamento constante, dentro e fora das cidades, em busca de experiências que fujam às rotinas (TASCHNER, 2009, p. 15).

Além de ter criado museus com entrada franca e impulsionado a indústria do turismo cultural, Smith se tornou um entusiasta dos chamados “bairros criativos” e do uso de armazéns abandonados para ateliês – os chamados SoHos (LORES, 2007a, p. E8). A máxima é só uma: cidades mobilizadas culturalmente são mais atraentes (COELHO, 2008a, p. 9). Impossível imaginar que em Londres ou em Berlim qualquer cidadão não esteja tocado pela cultura que grita nas ruas.

É certo que a equação não é tão simples quanto parece. Na nova ordem mundial, a cultura foi cooptada pela indústria do entretenimento, uma máquina que enreda de cineastas *underground* aos grandes estúdios de Hollywood e times de futebol de qualquer tamanho, impondo-lhes, sem distinção, as regras do mundo corporativo. Há um bombardeio de estímulos mercadológicos, gerando uma sobrecarga sensorial sobre o consumidor e sobre o leitor (HARVEY, 2011, p. 259).

Consumir se confunde com a obtenção de cidadania, já que o que se compra vai dar visibilidade social, embaralhando o que é de direito social com o que é de direito de consumo. Mudou a função social da cultura. Tudo se confunde à cultura, num movimento expansivo único (TASCHNER, 2009, p. 19; 41; 42). O cenário é de altíssima volatibilidade. O efêmero faz com que se procure um lugar em que seja possível existir. Esse impulso se dá nas mais diversas formas – do revivalismo religioso

ao localismo, passando pelo culto às personalidades. (HARVEY, 2011, p. 263), desde que pareçam ser capazes de fazer as pessoas existirem socialmente pelo consumo.

De acordo com a consultoria Pricewaterhouse Coopers, todos esses agentes – não importa se da alta cultura ou da cultura comercial – fazem parte de um setor da economia que cresce em média 6,4% ao ano, com potencial para mobilizar US\$ 2 trilhões. Fica atrás apenas da indústria bélica e da automobilística. E não tem contraindicações (DÁVILA, 2004, p. E1). Como escreveu o ex-ministro Gilberto Gil, a cultura não destrói o meio ambiente, emprega bem, tem valor agregado. Fosse a primeira fonte de renda do mundo, o planeta seria bem melhor (GIL; PORTA, 2008, p. A3). Por outro lado, é um sistema focado em massas e concentrado em shoppings, multiplexes e parques temáticos (TRIGO, 2003, p. 143) e, como já se disse, em mobilidade constante. A leitura não deixa de ser um corpo estranho nessa engrenagem.

A divisão do bolo da cultura é injusta. Apesar do dinheiro que movimenta globalmente, a maior parte do setor é pedestre. O Brasil serve de exemplo: o gasto público com a cultura representa 0,2% do PIB, sendo que 55% desse montante está a cargo dos municípios, que costumam promover arte sem curadorias e ter pouca atenção aos avanços de linguagem (GOIS, 2006, p. B11).

De acordo com pesquisa de 2007 do MinC/Ipea, os brasileiros – ricos ou pobres – investem apenas 4% do que ganham em cultura.⁵⁴ A quantia é menor do que o gasto com habitação, alimentação e transporte. Ficando atrás desses itens, não chega a ser mal. A questão é que 85% do dinheiro da cultura gasto pelo cidadão comum é usado na compra e manutenção de rádios e tevês. Ou seja, eletrodomésticos novos são mais concorridos do que idas ao teatro e à livraria (SISTEMA, 2007).

O Sistema de Informações e Indicadores Culturais, do IBGE, aponta como campeão de investimento cultural brasileiro as festas familiares e baladas – somando 78% do bolo (GOIS, 2006, p. B11). São reuniões familiares, acompanhadas de lanches e música, hábito que é apontado, em especial pela população de classe C, como consumo de cultura. Ou seja, para esse grupo, cultura equivale a estar em espaço

⁵⁴ Pesquisa publicada em 2007 pelo Ministério da Cultura e Ipea aponta que as famílias brasileiras dedicam em média 4% de seus ganhos para bens culturais. É mais ou menos o que se gasta em países como a França, mas o agravante é que aqui a conta inclui o investido em televisores, aparelhos de som e celulares. A pesquisa aponta que 70% dos brasileiros nunca visitaram um museu, 60% nunca foram ao cinema, 70% nunca foram ao teatro, 60% não têm o costume de ler livros, nem revistas, nem jornais.

gregário, festivo, paroquiano, uma concepção bem diferente das classes médias. A informação é inspiradora para os que desenvolvem programas e cultura com populares

As particularidades da indústria e as práticas culturais da população apontam para o lugar difícil da leitura no Brasil, prática que a rigor não faz parte nem de um nem de outro. Em meados da década de 2000, o antropólogo Felipe Lindoso publicou o estudo *O Brasil pode se tornar um país de leitores?* (LINDOSO, 2004). A pergunta expressa no título causa efeito. Há muito se reza a ladainha de que só o ensino e a leitura podem salvar a nação. Virou um argumento messiânico.

O pesquisador tira proveito dessa insegurança para chamar atenção sobre suas teses. A mais importante é que só se vai vencer a batalha do livro e da leitura com estratégias agressivas e certeiras, semelhante às dedicadas ao agronegócio ou ao setor de energia e, por que não dizer, a própria indústria do entretenimento. A tática de guerra é a seguinte. Sabe-se que os índices de leitura se movem, para cima, a cada vez que a economia aquece. Mas o sobe e desce do mercado não pode definir um assunto dessa envergadura (FERNANDES, 2010c, p. 2).

A equação só se resolve ao se articular três itens: os avanços na educação, a melhoria de renda e leitura de qualidade, um aspecto de difícil medição pelo IBGE. Fazer com que as pessoas dediquem algumas horas do seu dia à leitura implica dizer que essa prática é tão importante quanto ir ao cinema ou atualizar a compra das últimas parafernalias eletrônicas.

É assunto delicado, sujeito à tentação de confundir bom desempenho com o sucesso dos livros da moda, do naipe de *O Código Da Vinci*, de Dan Brown ou dos 120 milhões de exemplares vendidos de Harry Potter, de J.K. Rowling (TRIGO, 2003, p. 59); o próspero mercado de autoajuda e o de livros religiosos, a exemplo dos 7,5 milhões de exemplares vendidos de *Ágape*, do padre Marcelo Rossi. A leitura é universo que não se resolve no campo das quantidades.

Parte dessa reviravolta política passa, como se explorou no início desse capítulo, pela maneira como a leitura é cronicamente pensada no país: uma questão educacional e numérica – uma estatística negativa da qual o Brasil gostaria de se livrar, posto que não acena avanços com facilidade; saldo de ditaduras e da ascensão de burguesias pouco dadas à leitura (MACHADO apud LINDOSO, 2004, p. 11).

Para reiterar, basta citar o balanço de escolaridade feito pela imprensa em 2010, tendo em vista as eleições para a presidência da República. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma a cada cinco pessoas aptas a votar ou é

analfabeta ou nunca frequentou a escola. Ao todo, havia 27 milhões de eleitores nessa situação. Do total de 135,8 milhões de eleitores no país naquele ano, 8 milhões eram analfabetos e 19 milhões dizem saber ler e escrever, mas sem ter passado pela escola. Sociólogos são unânimes em afirmar que eleitores nessa situação são mais propensos ao voto clientelista (PINHO; ODILLA, 2010, p. A8). E que não há notícias de países com índices nessa escala que tenham alcançado o desenvolvimento.

Não faltam vozes alertando para a fragilidade econômica e social de um país com tamanhos vazios culturais e educacionais. O *Diagnóstico do Setor Livreiro*, publicado em 2009, reafirma essa máxima, escancarando um problema que vem a reboque: a circulação da leitura. O país conta com 2.980 livrarias – 56% delas concentradas no Sudeste; 32% das livrarias são independentes [fora dos shoppings], 43% diversificam suas atividades vendendo CDs e DVDs, entre outros presentes.

“Apesar de ter crescido 10% desde o último estudo, há três anos [2007], o total de livrarias no Brasil ainda está distante do desejável. Há uma para cada 64 mil habitantes, quando o proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é de um para cada 10 mil.” (QUEIRÓS, 2010, p. E6) Quanto aos pontos de venda, tendem a diminuir, deixando para o passado o momento em que a Editora Abril conseguia escoar seus produtos em 30 mil pontos no país, sendo 14 mil pontos “alternativos” (PEREIRA in BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 306).

O Brasil, à revelia de sua fragilidade no campo da leitura, experimenta a avalanche produtiva do mercado editorial, ainda que lhe imprima a fragilidade do letramento falho e tardio. Dados da Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato dos Editores de Livros (Snel) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) apontam que em 2009 foram publicados no país 52,5 mil títulos, num total de 186 milhões de exemplares, 13,5% a mais do que no ano anterior. Em 2008, vendeu-se no Brasil mais de 228 milhões de livros – ou seja, 157 milhões ficaram nas estantes, sendo candidatos à destruição: é mais barato queimar, triturar ou reciclar do que manter num barracão, para citar um dos paradoxos que ronda o setor (AGUIAR, 2010, p. 3).

O vaivém do mercado é constante, o que confirmam os comparativos. Em 2004, por exemplo, foram vendidos no Brasil 289 milhões de livros – um milhão a menos do que o montante negociado no início dos anos 90 e 60 milhões a mais do que em 2008. De acordo com dados do IBGE, o mercado de livros piorou seu desempenho exatamente no momento em que aumentou a renda média do trabalhador – que cresceu 16,3% no

período 1992 a 2003, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad).

Os indicadores de escolaridade da população, em tese, deveriam ter beneficiado o setor. Entre 1992 e 2003, a população com mais de 10 anos de idade aumentou em 29 milhões e a proporção de brasileiros com mais de oito anos de estudos cresceu, nesse período, de 25,4% para 41,2%. Dados do Pnad de 2005 mostram que a renda dos brasileiros cresceu 4,6 %, chegando a R\$ 805. Foi a primeira expansão de renda desde 1996. A cultura, contudo, permanece mais ou menos onde sempre esteve (GOIS e LAGE, 2006, p. B13).

O aumento de renda não significa comprar mais livros, contrariando as teses de Lindoso.⁵⁵ Continua estancando a marca de 26 milhões de brasileiros que leem quatro livros por ano. (GOIS, 2005b, p. E1) Atualmente, como foi aplicado na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 2012, já se distingue ler o livro inteiro ou ler apenas partes deles. A Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, de 2003, mostra que na divisão de gastos em todas as classes sociais, os livros ficam atrás de despesas como cigarros, perfume, cabeleireiro e manicure. Parte da explicação do problema pode estar no orçamento da classe média, que tem de dividir gastos com telefones celulares, TV a cabo, salão de beleza e Internet, acenando para a questão da dupla concorrência enfrentada pela leitura: o excesso de ofertas e a falta de tempo (GOIS, 2005b, p. E1).

Em contrapartida, há sinais de que uma parcela da população vai chegar à leitura por meios pouco convencionais. Pesquisa sobre o mercado livreiro feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, por encomenda da Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros, mostra que o número de exemplares que passaram pela caixa do supermercado cresceu 60% de 2004 a 2005. A dedução é instantânea: o achatamento da vida urbana prejudica a leitura, mas também faz crescer outros espaços de comercialização e troca. O supermercado é prioridade na lógica das cidades – logo, se o livro está lá, tende a ser recebido.

⁵⁵ De acordo com o governo federal, existem no Brasil 5.035 bibliotecas. Das 5.560 cidades brasileiras, 957 não têm acervos públicos, de acordo com levantamento do Instituto Ecofuturo. O mesmo instituto contabilizou quase nove mil centros de leitura no país, feitos por associações de trabalhadores, igrejas e organizações de bairro. O Brasil possui 1,55 mil livrarias, concentradas em 11% dos municípios brasileiros. Apenas 1% dos livros editados no Brasil vão para as bibliotecas. [Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)]. (De páginas fechadas, Andes Sindicato Nacional, 4 jun 2004. www.andes.org.br)

A tendência se confirmou em 2006, quando a rede Extra aumentou em 25% no primeiro semestre de 2006 em comparação com o mesmo período de 2005. Em números absolutos, os supermercados venderam 3,7 milhões de livros em 2005, contra 8,7 milhões nas livrarias no mesmo período. O crescimento, ainda que de best sellers e autoajuda, suscita otimismo, se considerado o alcance da rede de supermercados no Brasil: são 72 mil lojas, contra apenas duas mil livrarias. O supermercado alcança cidades do interior e, mesmo nas cidades grandes, é frequentado por pessoas que não têm o hábito de entrar em livrarias. Seu grande potencial está nesse ponto: atingir o consumidor que em geral não compra livros (TEIXEIRA, 2006, p. 130-131).

2.6. LEITURA EM TRÂNSITO

Uma história da leitura pode ser, com tranquilidade, uma história de como a educação levou aos livros, uma investigação sobre o marco escolar. Mas também pode ser uma história das capacidades de leitura – ou seja, de como a leitura é transmitida, tornando-se uma prática cultural, não necessariamente de pessoas alfabetizadas (CHARTIER, 2001, p. 74 e 75).

Trata-se de uma estratégia legítima, nos moldes do que defende Michel de Certeau ao dizer que o consumo cultural é por si uma produção (CHARTIER, 2009a, p. 19). Milhões de indivíduos a cada dia realizam milhares de atos de leitura, formando uma realidade múltipla, que escapa às ciências sociais (CHARTIER, 2001, p. 101). Nessas histórias residem pequenas anomalias, de escala diminuta, de onde se pode ver o leitor e a sociedade em que ele vive (CHARTIER, 2001, p. 167).

Em paralelo à crise crônica da leitura, vive-se uma espécie de *overdose* de produção de livros, um negócio entregue a corporações transnacionais, nem sempre relacionadas ao universo da leitura: nos EUA, 80% dos livros – em média 70 mil títulos por ano – são impressos por inúmeros selos pertencentes a apenas cinco corporações. (SCHIFFRIN, 2006, 9; 25). Trata-se de um paradoxo, pois há indícios que em tempos idos, em mais casas editoriais, o desempenho era melhor.

Há mesmo quem se arvora em falar num mal-estar produzido pelo excesso de informação, processo iniciado já no século XVII, mais precisamente em 1628, quando Robert Burton revisa seu *Anatomia da melancolia*, e reclama do fluxo contínuo de

notícias, “tão facilmente esquecidas quanto recebidas.” (CHARTIER, 2007, p. 144), mas que ganhou força no século XXI. No início de agosto de 2010, por exemplo, o Google contabilizava algo como 130 bilhões de livros⁵⁶. (AGUIAR, 2010, p. 3)

A tese do “excesso de informação” é trabalhada pelo historiador Robert Darnton. Estudioso do Iluminismo, Darnton se notabilizou por destrinchar a recepção da *Enciclopédia*, no século XVIII. Explorou, por exemplo, as cartas dos livreiros, pelas quais é possível saber que a *Enciclopédia* atingiu todas as partes do continente europeu e além-mar, “na tundra russa e na fronteira turca.” (DARNTON, 1996, p. 251) Infelizmente, diz o autor, as cartas dos livreiros não ajudam a saber o que se passava na cabeça dos leitores.

Aparentemente, no século XVIII emprestavam-se mais livros do que em nossos dias, e a leitura pode ter sido uma experiência diferente – menos apressada, mais reflexiva, no geral uma atividade absorvente, naquela época em que os homens de posse viviam para o lazer e outros meios de comunicação não competiam com os livros. (DARNTON, 1996, p. 151)

Contudo, há similaridades entre a leitura no século XVIII e a era Google. Chartier se refere àquele momento como o da “revolução” da leitura”, em que a população experimenta a “fúria de ler”, a ponto de que o apetite dos leitores chega a preocupar os médicos. Entregar-se aos livros passa a ser visto como um desregramento, causado pela imobilidade do corpo associada à excitação da imaginação, levando as pessoas a preferirem a fantasia à realidade.

No século XIX, a revolução permanece – o romance *The Wide World*, de 1850, escritor por Susan Warner, vendeu 500 mil exemplares em 50 anos. Desempenho semelhante teve *A cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, lançado em 1852. (TRIGO, 2003, p. 29) No livro *Em casa – uma breve história da vida doméstica*, Bill Bryson lembra que a partir de 1820 a iluminação a gás muda a rotina dos lares europeus. Proporcionava uma luz forte, uma proeza no mundo pré-elétrico. Não se tratava da luz íntima do lampião de gás, mas de uma iluminação geral, que incitou o jogo de cartas noturno e a leitura.

⁵⁶ Para chegar ao número exato de 129.864.880 livros – contagem no início de agosto de 2010 – o Google coletou informações com mais de 150 fontes do mundo, incluindo bibliotecas, livrarias, catálogos e livrarias. A primeira contagem apontou 600 milhões de volumes, mas o número caiu à medida que foram sendo identificados relançamentos, relatórios, mapas, encadernações, etc. (REDAÇÃO, 2010, p. E6)

Os títulos do livro ficavam visíveis nas prateleiras. As pessoas passaram a ler mais e ficar acordadas até mais tarde. Não é por coincidência que em meados do século XIX houve uma explosão repentina e duradoura em jornais, revistas, livros e partituras musicais. O número de jornais e revistas publicados na Grã-Bretanha saltou em menos de 150 no início do século para quase 5 mil no final. (BRYSON, 2011, p. 143)

A partir daí, a história das práticas de leitura vai ser a história da liberdade da leitura. Imagens vão mostrar o leitor na natureza, andando, na cama, e não mais nos interiores dos gabinetes. (CHARTIER, 2009a, p. 78) A relação entre ler em demasia ao onanismo e à luxúria são instantâneas. (CHARTIER in NEVES, 2009, p. 93) Henry Nash Smith pedia que os escritores criassem personagens que suscitasse admiração e nobreza nos leitores. (TRIGO, 2003, p. 29) Ora, não é raro encontrar comentários semelhantes hoje, quando se fala na dependência virtual, na alienação da rede de computadores e quetais.

Apesar das poucas pistas sobre como a *Enciclopédia* foi lida, o autor levanta questões em torno das práticas de leitura então, de modo a entender, a partir delas, como as pessoas pensavam no século XVIII. (EL FAR, 2006, p. 62) Há testemunhos sobre a leitura ostensiva do livro em Paris, embora seja improvável que o livro tenha sido lido de forma linear, dada sua natureza, em forma de verbetes. Outro indício é de que a coleção tenha sido mais utilizada como objeto de ostentação do que como leitura. A obra, portanto, seria mais importante do que eficiente, um elemento de prestígio, dando origem ao “esnobismo intelectual”. (DARNTON, 1996, p. 252)

De qualquer modo, a *Enciclopédia* foi um best-seller, seguida de uma explosão jornalística, particularmente na França, de grande variedade, do literário ao moral, além e pequenos livros, mais práticos, que garantiam mobilidade. (CHARTIER in NEVES, 2009, p. 97-98) E não se pode negar que alterou a visão dos leitores, ainda que seja impossível saber como leram uma obra tão sortida. Os que a leram, no entanto, absorveram o princípio de que o conhecimento era ordenado pela razão. E que a razão desmascararia os absurdos. (DARNTON, 1996, p. 416)

Mesmo que se saiba pouco sobre a recepção da literatura em geral no século XVIII, pode-se afirmar que gerou uma nova gama de leitores – como mulheres, crianças e figuras sociais com pouco acesso ao letramento, a exemplo de camponeses – e propagou novos espaços de leitura: ao ar livre, no jardim, enquanto se caminha, em espaços de sociabilidade ou mesmo na cama antes de um encontro amoroso, como

mostra a pintura utilitária da época. De sacralizada até então, no Oitocentos a leitura se torna profana e irreverente. (CHARTIER in NEVES, 2009, p. 94, 95)

Facilitou o manuseio dos livros e a maneira de ler. Cresce a leitura privada, associada ao individualismo, como bem mostram as imagens da época – a exemplo das pinturas de mulheres solitárias com o livro nas mãos. (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 73) Está-se às portas de um momento que promete aventura, poder e alegria, além de capacidade de transformar o mundo. (HARVEY, 2011, p. 21)

Em paralelo à recepção da *Enciclopédia* e às novas práticas de leitura inauguradas no século XVIII, Darnton investigou mudanças alhures na leitura, face à modernidade. Reconhece sempre que a leitura, naquele momento, permanece um mistério. Mas é preciso indagá-la, de modo a responder de que modo pessoas se orientam no mundo de símbolos tecido pela cultura. Não se pode presumir a maneira como outros povos leram, em outras épocas, em outros lugares. “Porque uma história ou antropologia da leitura nos obrigaria a confrontar o que há de diverso em mentalidades estranhas à nossa.” (DARNTON, 1986, p. 277)

Darnton se tornou um pensador do impacto trazido pela internet e da “geração digital, sempre ligada, participando de redes virtuais ou reais. É a partir do excesso que nos oferece pistas para entender o leitor contemporâneo, incluindo o leitor que se forma para além das práticas de leitura convencionais.

As pessoas mais jovens que passam por você na rua, ou que sentam ao seu lado no ônibus, ao mesmo estão ali e não estão. Sacodem os ombros e batem os pés ao ritmo de uma música que somente elas podem escutar dentro do casulo de seus sistemas digitais. Parecem funcionar de maneira diferente dos mais velhos, cuja orientação em relação a máquinas surge de outra zona do subconsciente. Gerações mais velhas aprenderam a sintonizar girando botões em busca de canais; gerações mais jovens alternam canais de imediato, apertando um botão. A diferença entre girar e alternar pode parecer trivial, mas deriva de reflexos localizados em áreas profundas da memória cinética. (DARNTON, 2010, p. 13)

O historiador discorda, contudo, de que em breve os leitores deixarão de folhear livros, já que o livro continua a dominar o mercado da leitura. Ele cita dados do *Bowker's Global Books in Print*, que aponta que, em 1998, 700 mil novos títulos foram publicados no mundo todo. Em 2007, foram 976 mil títulos, apontando que em breve 1 milhão de novos títulos ganharão as estantes a cada ano. (DARNTON, 2010, p. 14)

O diagnóstico de Darnton é preciso no que tange à leitura. O futuro será digital, afirma. “O presente é um momento de transição, onde modos de comunicação impressos e digitais coexistem e novas tecnologias tornam-se obsoletas rapidamente.”

Já estamos assistindo ao desaparecimento de objetos antes familiares: a máquina de escrever, agora relegada a antiquários; o cartão-postal, uma mera curiosidade; a carta manuscrita, além das capacidades da maioria dos jovens, incapazes de escrever em letra cursiva; o jornal diário, extinto em muitas cidades; a livraria local, substituída por redes, por sua vez ameaçadas por distribuidores on-line como a Amazon. E a biblioteca?

Esta pode parecer a instituição mais arcaica de todas. Ainda assim, seu passado guarda bons presságios para seu futuro. Bibliotecas nunca foram depósitos de livros. Sempre foram e sempre serão centros do saber. Sua posição central no mundo do saber as torna ideais para mediar os modos impresso e digital de comunicação. (DARNTON, 2010, p. 16)

Em sua reflexão, Darnton avança para os modos de leitura. Revisita toda sua trajetória como repórter para usar o jornal como metáfora das transformações digitais, esse momento em que a interatividade virou sinônimo de atividade do utilizador, um resumo de sua experiência de leitor. (VILLAÇA, 2010, p. 19) É lacônico: os jornalistas hoje passam mais tempo visitando blogs do que consultando fontes oficiais, o que muda sobremaneira a natureza da informação, tornando-a ainda mais mutável do que em tempos idos. É como se algo tivesse saído do controle.

Acredito que a nova tecnologia da informação deveria nos forçar a reconsiderar o próprio conceito de informação. Não deveríamos encará-la como se assumisse a forma de fatos objetivos ou pepitas de realidade prontas para serem garimpadas em jornais, arquivos e bibliotecas, mas como mensagens que são constantemente remodeladas em seu processo de difusão. Em vez de lidar com documentos fixos e estabelecidos, precisamos lidar com textos múltiplos, mutáveis. Estudando-os com ceticismo nas telas de nossos computadores, podemos aprender a ler nosso jornal diário de forma mais eficiente – e até mesmo a apreciar livros antigos. (DARNTON, 2010, 46)

É como se tivesse sido inaugurada a era do leitor cético ou ainda se pode chamá-lo de labiríntico, nos moldes prescritos por Macedonio Fernández⁵⁷, para quem a linguagem é uma metáfora daquilo que vivemos. (CASSAL in FERNÁNDEZ, 1998, p. 20) Mas Darnton aponta luzes para a situação, fugindo da cilada de menosprezar o atual

⁵⁷ Macedonio Fernández se antecipou na pergunta sobre quem é aquele que lê, levantando séries, tipologias, categorias e casos de leitores, numa espécie de zoologia de espécies de leitores. Eles são sempre inquietantes, singulares e diversos. “Para poder definir o leitor, diria Macedonio, primeiro é preciso encontrá-lo. Ou seja, nomeá-lo, individualizá-lo, contar sua história.” (PIGLIA, 2006, p. 25)

formato da leitura. O historiador diz, por exemplo, que os estudantes respeitam suas bibliotecas, apesar das salas de leitura dos câmpus universitários estarem vazias. “Para voltar a atrair os alunos, alguns bibliotecários lhes oferecem poltronas para relaxar e conversar, até mesmo bebidas e lanches, sem se importar com os farelos. Estudantes modernos ou pós-modernos fazem a maior parte de suas pesquisas nos computadores de seus quartos. Para eles o conhecimento está *on-line*, não em bibliotecas.” (DARNTON, 2010, p. 51)

Resta saber em que essa dedução pode ajudar na compreensão do universo do leitor com baixa exposição escolar, ou aquele que lê mal, “distorce, percebe confusamente” (PIGLIA, 2006, p. 19). Empiricamente se pode dizer que ele tem mais acesso à leitura e que pode se alistar entre os que leem, sem necessariamente pertencer ao universo livresco. Mas seria um voo rasante. Darnton oferece uma pista ao falar da maneira como liam os antigos, ao que se pode propor similaridades: “Sempre que encontravam uma passagem interessante, copiavam o trecho num caderno, sob um título apropriado, acrescentando observações sobre a vida cotidiana.” (DARNTON, 2010, p. 164)

Como diz Darnton, os tais *commonplace books*⁵⁸ – ou livros dos lugares-comuns, nome dado aos cadernos de anotações, se espalharam pela era moderna e foram praticados por leitores ordinários e por mestres do quilate de John Milton e John Locke. A popularidade desses suportes é fácil de explicar: os cadernos significavam uma maneira de absorver a palavra impressa. Ou seja, aqueles leitores nem liam do começo ao fim, como durante o modernismo, nem de forma alternada, como os leitores da era digital, mas reescrevendo o que liam, combinando livros diferentes.

Então reliam o que tinham copiado e recombinaavam os padrões à medida que adicionavam mais excertos. Dessa forma, ler e escrever eram atividades inseparáveis. Pertenciam a um esforço contínuo de compreender as coisas, pois o mundo era cheio de sinais: era possível navegar por ele utilizando a leitura, e, ao manter um registro do que lia, você criava seu próprio livro, um livro com a marca de sua personalidade.” (DARNTON, 2010, p. 165)

Neste estudo interessa perceber como o livro de lugares-comuns serviu para entender a prática cultural da leitura num determinado período – ou seja, quem eram os

⁵⁸ De acordo com Darnton (2010, 165), a era do livro de lugares-comuns teve seu ápice no final da Renascença, embora o costume provavelmente tenha começado no século XII, mantendo-se popular até a era vitoriana.

leitores e como liam e compreendiam os livros que liam. O que os estudos desses livros mostram, por exemplo, é que a leitura era entendida como “digestão” – ou seja, o leitor lia e incorporava, a seu modo, o que tinha lido. Preferia, por isso, trechos curtos e que poderiam ser aplicados à vida cotidiana. “A leitura não deveria ter fins de erudição, mas prestar-se a ajudar um homem a progredir no mundo, e suas porções mais úteis vinham na forma de provérbios, fábulas e mesmo nas legendas dos livros de emblemas.” (DARNTON, 2010, p. 177)

Esses leitores tão distantes, em busca de anotações, agiam de forma pragmática, utilitária, hierárquica e escreviam, sem saber, uma forma de epistemologia. “A leitura segmentada compelia seus praticantes a ler ativamente, exercer o juízo crítico e impor seu próprio modelo sobre aqui que liam. Era também adaptada para a ‘leitura orientada à ação’”. (DARNTON, 2010, p. 185) Aqueles leitores escreviam seus próprios livros a partir dos livros dos outros.

Ora, todas as descobertas e estudos em torno dos ultrapassados livros de lugares-comuns se prestam a pensar a oposição entre a leitura segmentada e a leitura sequencial, assim como a leitura voltada para a história das mentalidades. Em todos os casos, o que se deduz é que a leitura mudou ao longo dos tempos, exceto numa questão: os leitores, em qualquer época, se ocupam de decifrar o que leem. É um papel que não podem evitar, sejam eles quem forem.

Pois a leitura de hoje acontece numa situação bem particular. É feita num mundo abarrotado de material de leitura, ainda que não seja a tecnologia uma novidade – em Leonardo da Vinci e Thomas Edison, por exemplo, tecnologia e cultura são coisa só. (VILLAÇA, 2010, p. 24) Os textos começam a ser vistos como mercadoria descartável, assim como o jornal do dia anterior. (DARNTON, 2010, p. 216) Há um processo de dessacralização da palavra impressa, marcando a passagem da leitura intensiva para a extensiva, embora haja registros, em outras épocas, da leitura intensiva de materiais efêmeros, como almanaques e jornais.

Argumenta-se que, com o crescente número de livros tornou-se impossível para qualquer indivíduo ler mais que uma fração do total, os leitores reagiram inventando novas táticas, como selecionar, pular partes ou consultar o sumário ou índice para obter informações de um livro sem ter de lê-lo do começo ao fim. (BURKE, 2008, p. 83)

Os estudos sobre leitura intensiva e extensiva – desenvolvidos principalmente por Chartier – não são ponto pacífico. Briggs e Burke (2004, p. 73-74) consideram simplista o entendimento da passagem da leitura pública para a leitura privada, destacando que as modalidades de leitura se intercalam ao longo da História, havendo variações de acordo com a classe social – ou seja, as classes médias tendem à privacidade, as classe operárias às formas públicas de comunicação.

O autor visitou esse tema (intensivo e extensivo) em seus estudos sobre a Revolução Francesa. Os primeiros romances românticos, escreve Darnton, possuíam um caráter de autenticidade irresistível para os leitores do século XVIII, estabelecendo uma nova relação entre autor e leitor e entre leitor e texto. Foi uma verdadeira “revolução da leitura”. Por leitura intensiva, então, entenda-se a leitura de fragmentos da Bíblia. E por extensiva a leitura de amplo material impresso, “especialmente periódicos e ficção trivial.” (DARNTON, 1998, p. 234)

Tratou do assunto em um de seus clássicos, *O grande massacre de gatos*, livro que firma a atividade do antropólogo como um captador de alteridade e uma afirmação de que é possível ler um pequeno ritual ou a vida de uma cidade. (BURKE, 2008, 53)

A partir do Renascimento, até aproximadamente 1750, os europeus liam ‘intensivamente’. Tinham acesso a muito poucos livros – a Bíblia, obras pias, um ocasional folheto de baladas ou almanaques – e liam-nos repetidas vezes, meditando, introspectivamente, a respeito deles, ou partilhando-os, em voz alta, com outros da família e em reuniões sociais (a *Spinnstube* e a *veilée*). Na segunda metade do século XVIII, as pessoas educadas começaram a ler ‘extensivamente’. Liam grande quantidade de matéria impressa, especialmente romances e jornais, os gêneros favoritos dos clubes de leitura (*Lesegesellschaften*, *cabinets littéraires*) que proliferavam em toda parte, nos centros urbanos. E liam cada obra apenas uma vez, por divertimento, e depois passavam, apressadamente, para a próxima. (DARNTON, 1986, p. 319)

Foi decisivo. Ao se voltar para os periódicos, os leitores se distanciaram das práticas de leitura patriarcais, como declamar as Escrituras em família. Em 1750 já se verificava o declínio da leitura de obras religiosas. E no final do século XIX, com o barateamento do papel, os prelos a vapor e a alfabetização crescente, foram sendo geradas diversas formas de literatura popular. A leitura se tornou variada. (DARNTON, 1998, p. 235)

Desse modo, estudar como as pessoas de baixa exposição à escola leem se tornou uma urgência da História da Cultura e da Sociologia da Leitura, já que pode apontar níveis de apropriação da palavra diferentes do que os verificados nos círculos

letrados. Cada leitor constitui um sentido à leitura e não apenas a constitui, com base em cânones preestabelecidos. A leitura é sempre polissêmica (GOULEMOT in CHARTIER, 2009b, p. 108).

Quanto mais baixo o nível, mais intenso o estudo. A literatura popular tem sido um tópico favorito de pesquisa na última década, apesar de uma tendência crescente de questionar a ideia de que livretos baratos como a *bibliothèque bleue* representavam uma cultura autônoma das pessoas comuns, ou que seja possível fazer uma distinção clara entre tendências de cultura “de elite” e ‘popular. Hoje parece inadequado encarar a mudança cultural como um movimento linear de influências, ocorrido gradualmente de cima para baixo. As correntes tanto subiam quando desciam, fundindo-se e mesclando-se nesse processo. (DARNTON, 2010, p. 217)

Resta perguntar como a exposição à palavra escrita afeta o modo de pensar e de agir dos leitores – pessoas que circulam num sistema urbano racionalizado e automatizado, mas que se veem obrigados a ler os signos e imagens que o meio urbano produz e se salvar do individualismo e das peias da sociedade da aparência. (HARVEY, 2011, p. 15)

A imprensa, por exemplo, oferece uma compreensão sobre como o homem buscou extrair sentido da condição humana. É como a leitura se dá – com sentido, em perspectiva e em escala (PIGLIA, 2006, p. 20) Darnton arrisca uma resposta ao se perguntar de que maneira se deu a transição a leitura do século XVIII para o XIX. Afirma que houve ali uma mudança na qualidade da leitura e isso se deve à literatura de Rousseau – que “ensinou seus leitores a ‘digerir’ os livros tão completamente que a literatura era absorvida pela vida.” (DARNTON, 1986, p. 321)

Era como se a intensidade da leitura religiosa tivesse sido transferida para a leitura temporal. “E pode ter havido uma centelha desse espírito na maneira como os leitores reagiram a Nietzsche ou a Camus, ou mesmo à psicologia popular de hoje.” (DARNTON, 1986, p. 322) O autor, com tato, tenta fugir das leituras simplistas. Poderia falar em leitura do agrado e do prazer, mas considera que estaria excluindo da lista os que leem para entender o mundo, melhorar seus modos ou para alcançar o céu. De qualquer modo, os leitores de Rousseau entenderam que a literatura poderia atingir a vida, o que mudou a relação entre o leitor e a palavra escrita, o que deixou marcas daí para frente.

As palavras mudam, se alteram, se expandem, criando uma unidade de sentido – unidade que pode ser ilusória. (PIGLIA, 2006, p. 20) Essa é, inclusive, a condição do

leitor moderno: ele vive num mundo rodeado de signos, no tumulto da cidade e, como Cervantes, recolhe papéis atirados pela rua. Para esses leitores, a leitura é acima de tudo uma forma de vida – ou de felicidade, a tomar o que disse Borges (BARRETO in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 511). “Na literatura, aquele que lê está longe de uma figura normalizada e pacífica (não fosse assim, não haveria narração); antes, aparece como um leitor extremo, sempre apaixonado e compulsivo.” (PIGLIA, 2006, p. 21) Como reforça o autor, o romance procura seus temas na realidade, mas [o leitor] encontra nos sonhos um modo de ler. (PIGLIA, 2006, p. 23)

É assim que lê o visionário – lê para saber como viver. Lê para poder conviver com um sem número de códigos sociais – pois o conhecimento é sua principal força de produção. (HARVEY, 2011, p. 51) Lê com táticas, mas também com desvios, deslocamentos, lê de forma localizada, com base em suas relações sociais. (PIGLIA, 2006, p. 23) É como se houvesse uma história invisível do ato de ler. O leitor, que tende a ser anônimo e invisível, visto de perto ganha um nome, pois deixa pegadas. Para Piglia, o que se deve buscar é uma história imaginária dos leitores. (PIGLIA, 2006, p. 24) A pergunta deixa de ser “o que é ler” para se transformar em “quem é aquele que lê”, onde está lendo, para quê, em que condições, qual é sua história.

Nesse sentido, afirma Piglia, uma das imagens de leitor mais interessantes da literatura – mais do que o de Cervantes, aquele que recolhe bilhetes pela rua, ou o de Kafka, que lê de frente para uma paisagem de Praga – é o leitor de Borges. Ele poderia ainda citar Derrida, para quem a colagem/montagem é a síntese da mentalidade pós-moderna. (HARVEY, 2011, p. 55)

Trata-se (...) de alguém perdido numa biblioteca, alguém que passa de um livro para outro, que lê uma série de livros e não um livro isolado. Um leitor disperso na fluidez e no rastreamento e que tem todos os volumes a sua disposição. Vai atrás de nomes, fontes, alusões; passa de uma criação para outra, de uma referência para outra. (PIGLIA, 2006, p. 26)

O leitor de Borges, segundo Piglia, é aquele que está imerso num espaço fantástico e infinito, impossibilitado de encerrar sua leitura. É um inventor, pois interpreta o que lê de forma inovadora, com dados que antes não tinha. (BARRETO in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 511) Sempre tem muito a ler. Ele não lê um livro, mas uma rede de signos. Ele sabe que tudo está escrito e que só é possível reler, e o faz de forma livre, lendo segundo seu interesse e necessidade. (PIGLIA, 2006, 27) É assim

que articula o imaginário e o real. Parece-se ao leitor do “social irradiado”, descrito por Muniz Sodré – um leitor que vive ladeado por próteses, como telas, vídeos, máquinas inteligentes e tecnoburocratismo. (VILLAÇA, 2010, p. 70)

Encontrar-se com essa leitura e esse leitor exige romper com esquemas intelectualistas, que, nos dizeres de Bourdieu (1996, p. 354) tende a entender a recepção da arte como exercício de decifração, num ponto de vista mais escolástico, reconhecendo toda e qualquer percepção da obra como um ato intelectual. E entende que onde houver possibilidade de leitura ali há pistas sobre as condições sociais de produção de leitores. O particular pode se tornar universal. (CHARTIER, 2001, p. 103-104)

Exige acreditar que, à moda de De Certeau, o fermento das culturas populares se impõe, subvertendo o controle social e existindo pela criatividade. (HARVEY, 2011, p. 197) O estético e o lúdico se entrelaçam. Ler é jogar, pois seu impulso nasce de um desejo que próprio da arte, o da libertação. (MAFFESOLI, 1997, p. 259)

De Certeau entendeu o consumo como uma forma de produção – foi o que deduziu de sua observação das pessoas comuns e de como conduziam o cotidiano. Foi desde esse ponto de vista original (BURKE, 2008, p. 103), sem preconceito, que deduziu que leitor e leitura equivaliam a uma operação de caça. Como que numa floresta, a leitura é busca de pistas e abrindo caminhos. (ABREU in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 183) É feita pelo sujeito complexo, seja ele quem for, que encontra para si uma nova posição diante de um texto – um texto do qual se torna autor, vencendo a dicotomia autor/leitor, vencendo as autoridades convencionais sobre o texto. (BARRETO in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 512, 513)

Caçador e detetive são as metáforas empregadas para qualificar este observador que, a partir de marcas e vestígios, (re)constrói significados. Opera-se então a tessitura no tear, produzindo um tecido que, conforme o contexto, diz Ginzburg, denomina-se venatório, divinatório, indiciário (ou semiótico). (NÓBREGA in SANTOS et al, 2009, p. 95)

Ao que se pode acrescentar a observação seguinte:

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. [...] Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor, seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. (CHARTIER, 2009a, p. 77)

É pouco dizer que aquele que lê sem criticidade ou gosto formado leia apenas pelo gosto da ilusão ou para ter um escape. Ele é um leitor em estado bruto – aquele que se consola da leitura de outras vidas. No lugar fechado criado pela literatura, para onde foge, encontra suas alternativas, vividas num espaço íntimo. Trata-se de um lugar muito povoado – uma grande cidade, pela qual transitam “fragmentos de frase, escritas ou ditas por outros, que juntamos e que revelam essa parte oculta de nós mesmos.” (PETIT, 2008, p. 40)

3. O LEITOR

Este capítulo se ocupa de situar o leitor na nova ordem da cultura, destacando o fenômeno da tribalização e a crise dos valores modernos, que redundaram na valorização do relato individual e da memória, tendo como base a expressão “guinada subjetiva”. Um dos princípios da investigação é o sentido da casa em Bachelard e, por extensão, do território, dialogando com o conceito de cidade estudado no capítulo 1.

Recorreu-se a experiências como a da blogueira estadunidense Maira Kalman, que alia a percepção do homem da rua, ao espaço urbano e à literatura. Outra fonte de análise é o sentido da expressão “kafkiano”, aqui empregada como recurso para entender o habitante da “cidade fraturada”, assolada pela violência, de modo a pensar as demandas do leitor na urbe, particularmente o leitor com baixa exposição à escola.

Na sequência, foram feitas análises sobre a condição estatística do leitor brasileiro, em especial o leitor da nova classe média, que se convencionou chamar de classe C, por ser dessa fatia da sociedade que emerge a maioria dos relatos de leitura estudados nesta tese.

Por fim, segue um inventário da busca feita pelos espaços e pelas figuras desses leitores na cidade de Curitiba, aqui entendida como cidade real, ora em observações *in loco*, ora em laboratórios junto a 46 moradores da cidade ligados à cultura urbana, leitura, ativismo e memória.

3.1 A NOVA ORDEM DA CULTURA

Diversos perfis do leitor ganham corpo na segunda metade do século XX, numa somatória dos modelos anteriores – o da “revolução da leitura” no século XVIII, o *flâneur* do século XIX/XX, o leitor nas sociedades industriais cotejado por Georg Simmel e Robert Park. Agora, o fenômeno da tribalização – estudado por Michael Maffesoli – permite pensar, ainda que de forma enviesada, o leitor que emerge em meio à fratura das grandes cidades.

O leitor de hoje habita espaços urbanos que romperam com o modelo de ocupação orgânica, própria do modernismo. A urbe onde flanam é uma soma de ilhas distantes,

ainda que próximas, e nela estão sujeitos a uma concepção de cultura afetada pelo individualismo, aqui entendido no seu sentido de ausência de preocupação com a coisa pública, centrada no consumo e no entretenimento.

A discussão do tribalismo cultural ganha corpo na década de 1980, tempo marcado pelo esgotamento das ideologias, rompendo com o chão em que pisavam as ciências humanas, redundando num “processo universal de desencanto” (MARCONDES FILHO, 1993, p. 84). Numa blague, Terry Eagleton sintetiza bem o novo estágio dizendo que cultura deixa de significar Bach ou Balzac para incluir Beckhan, o jogador de futebol. Ele se refere à inclusão do entretenimento no campo de preocupações culturais e dos modos de vida específicos, como a cultura de praia, a cultura policial, dos surdos, gay, paraquedistas (EAGLETON, 2004, p. 12). .

Eagleton exemplifica lembrando que a antropologia estava acostumada a pensar a cultura polinésia e não a cultura dos caminhantes do Vale de Yorkshire. Essa mudança de paradigma fez com que a percepção da cultura descesse do macro para o micro – passando a refletir grupos de interesse que se formam e que atuam no interior das sociedades. Importam mais os Hell’s Angel’s do que a Grécia Helênica. Essa troca dá vazão a possibilidades de identidade cultural fragmentárias, que vivem da sua diferença, esoterismo e excentricidade.

A questão que se impõe é o quão microcultural pode ser uma cultura urbana. Dois professores de uma vila do interior constituem uma cultura? E um grupo de leitores com baixa exposição à escola? Formam eles uma cultura urbana? Eagleton (2004, p. 12). não vai se render com entusiasmo a esses novos grupos – sejam eles parte de uma rede de pessoas que fazem dança de salão ou resistentes estudiosos de latim. Defende as premissas modernas e reafirma que a cultura deve ser um ponto de igualdade entre os seres humanos e não como uma afirmação de particularidades. “A cultura é aquilo que você não tem em comum com a maioria das pessoas”, declara, em tom de lamento.

Seu senão é que no século XX, a cultura era aquilo com o qual poderíamos coincidir, apesar das nossas diferenciações. Eagleton (2004, p. 12). diz que o dono de um moinho e um varredor de rua concordavam que Shakespeare falava ao lado universal de cada um deles. As artes eram importantes porque conferiam voz à humanidade comum. Recorria-se a elas para resolver conflitos da vida real. Acreditava-se que nos fariam pessoas melhores.

Apesar da discordância, o autor vai considerar em seus estudos a originalidade dessas pequenas culturas urbanas, o que sugere, à maneira dos sociólogos da leitura

como Darnton, Chartier e Piglia, que devam ser estudadas. Motivo? Seria nesses pequenos focos urbanos e humanos que a cultura ganha um sentido de resistência à padronização do gosto ou ao consumo desenfreado promovidos pela globalização. Some-se que a prática cultural em grupos identitários, as tribos, funcionaria como uma alternativa ao abstrato e ao universal presente na alta cultura – aspectos que grupos menos escolarizados e menos ilustrados encontram dificuldades em absorver.

Cultura nesses grupos, afirma o autor, contudo, tem mais a ver com o *know-how*, o jeitinho, os hábitos, do que com o saber conceitual. É um pano de fundo, uma cor na vida diária. “Diferentemente da álgebra, a cultura é algo que se aprende não por meio do estudo, mas pela participação” (EAGLETON, 2004, p. 12). Perde-se, por extensão, a etimologia do termo cultura, que significa cultivo. A fragmentação, a participação e o isolamento não permitem a continuidade, mas concorrem para o desaparecimento da cultura. É um movimento de tal monta que o autor chega a chamá-lo de “a volta da cultura” – uma afirmação da arte em grupos marginais e paralelos, dos quais nem sempre nos damos conta, o que podem num efeito contrário, resultar numa nova forma de exclusão.

Nesse contexto, a cultura do dia a dia e a cultura no sentido mais amplo da palavra se confundem. Ambas acreditam na mesma proposta, com a vantagem de que as novas culturas urbanas têm mais temperatura e capacidade de romper a frieza do mundo pós-moderno (EAGLETON, 2004, p. 12). Ignoram os cânones. Por meio delas, passa-se do “viver civilizado” para “modo de vida diferenciado”, garantindo um lugar e um rosto a seus participantes.

O preço dessa tendência, no entanto, seria o relativismo cultural, no qual a literatura ou o cinema, por exemplo, não são mais discutidos. Pode ser a “volta da cultura”, mas também a “morte da cultura”, representando a vitória do liberalismo, com sua lógica de competição e estímulo ao individualismo, além do abandono do papel crítico e utópico da arte.

Tendo perdido a força, considera Eagleton, a cultura – essa e a outra – não fazem parte dos grandes problemas em comum experimentados pela humanidade. Teme-se pelo meio ambiente, pelas catástrofes, o terrorismo, a violência urbana, mas não se diz que a cultura é uma das grandes questões do nosso tempo, pois foi convertida numa mercadoria, debaixo do nome entretenimento, a terceira maior indústria do mundo (TRIGO, 2003, p. 137).

A categoria de leitores dos quais se ocupa esta tese estão sujeitos a esses ditames da cultura tribal, superficial e descartável e ao preço pago pela vida nas cidades. É nessa realidade líquida que carregam o livro nas mãos. É quando se estabelece uma ambiguidade. Esses leitores podem não passar de autômatos de uma sociedade rasa, mas também vozes de uma sociedade de resistência, desde que desenvolvam sua consciência política.

Um dos autores a que se recorreu para desenhar esse leitor de resistência e participação foi a Gaston Bachelard, por explorar em sua obra a construção de espaços afetivos significantes. Ele inspira pensar nas razões de quem lê. Entende-se aqui, numa matriz positiva, considerar que a categoria de leitores em análise opera uma ressignificação de espaço, uma “topofilia”. Ao ler, busca espaços de felicidade em meio ao espaço fragmentado. Não se trata de uma associação ingênua e apenas algo poética, ainda que Bachelard interesse aqui mais como metáfora do que como autor capaz de traduzir a relação concreta entre o leitor e a cidade.

Para Bachelard, a história das ideias não se faz por evoluções ou continuísmo, mas através de pequenas revoluções e cortes epistemológicos. “A verdade é filha da discussão, não da simpatia” (PESSANHA, 1984, p. 8). Essas rupturas devolvem à razão sua agressividade, turbulência, multiplicando as oportunidades do pensar. O instrumento utilizado para tanto é a imaginação, como capacidade de formar imagens que ultrapassam a realidade. É uma atividade transformadora, capaz de reconstituir a subjetividade (PESSANHA, 1984, p. 11).

Ao tratar da busca da subjetividade, Bachelard apresenta pistas sobre o consumo da cultura e, por extensão, sobre o leitor. A experiência da cultura põe em ação a atividade linguística, transformando aquele que consome em ser falante, dando-lhe poder poético de reação. O ser falante é criativo, pois tem consciência imaginante. Tudo o que é humano no homem é a palavra (BACHELARD, 2000, p. 12). O leitor, portanto, é aquele que fala do que lê. E que encontra sua identidade no meio da contradição, embora essa afirmação não deva ser pensada de forma mágica e instantânea.

Em Bachelard, esse sujeito que imagina e que fala habita a casa, o espaço feliz por excelência, constrói sua topofilia – os espaços felizes e amados onde pode se desenvolver. A casa – seja qual for a sua forma – é a melhor topografia do ser íntimo, é um instrumento de análise da alma humana. Uma metáfora do leitor. Traz o conforto da caverna. Nela nossos pensamentos e nossos esquecimentos estão alojados. “Todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa” (BACHELARD, 2000, p.

25). Abriga o devaneio. Ali o sonhador se permite sonhar em paz, já que é nela, e protegido por ela, que a vida começa (BACHELARD, 2000, p. 26). É na casa que todo o passado vem viver, o que incita a pensar na memória como aliada da posse do território pela leitura.

O mesmo Bachelard, na sua explanação sobre a topofilia, remete, de forma contínua, à experiência do leitor e da leitura. Para ele, o leitor é aquele que faz a tomada do espaço pelo exercício da imaginação, de modo a tornar a vida possível. Usa para tanto o conceito de “leitura feliz”.

Quanto a nós, acostumados à leitura feliz, só lemos, só releemos aquilo que nos agrada, com um pequeno orgulho da leitura mesclado de muito entusiasmo. Enquanto o orgulho evolui habitualmente para um sentimento maciço que pesa sobre todo o psiquismo, a pontinha de orgulho nascida da adesão a uma imagem feliz permanece discreta, secreta. Está em nós, simples leitores, para nós, e só para nós. É um orgulho crivado. Ninguém sabe que na leitura revivemos nossas tentações de ser poeta. Todo leitor um pouco apaixonado pela leitura alimenta e recalca, pela leitura, um desejo de ser escritor. Quando a página lida é demasiadamente bela, a modéstia recalca esse desejo. Mas ele renasce. Seja como for, todo leitor que relê uma obra que ama sabe que as páginas amadas lhe dizem respeito (BACHELARD, 2000, p. 10).

Bachelard prossegue dizendo que a alegria de ler é o reflexo da alegria de escrever, como se o leitor fosse o fantasma do escritor.

Mas essa expressão poética, mesmo não tendo uma necessidade vital, é ainda assim uma tonificação da vida. O bem-dizer é um elemento do bem-viver (...). A poesia põe a linguagem em estado de emergência. A vida se mostra nela por sua vivacidade (...). A poesia surge então como um fenômeno de liberdade (BACHELARD, 2000, p. 11).

O que se pode apreender dessa investigação é que o leitor com baixa exposição à escola, submerso na dinâmica da cidade, lê para sobreviver, lê para existir, fazendo de um ambiente hostil um lugar onde possa estar e onde pode dizer. Ao ler, retoma o direito à palavra, o bem-viver, e exercita sua liberdade. Essa dialética bachelardiana entre escrita, leitura, morada e identidade também ocupa outros autores, como a ensaísta Susan Sontag.

Escrever lhe parece, antes de mais nada “praticar com intensidade e concentração singulares a arte de ler” (SONTAG, 2005, p. 335). Em um de seus discursos, publicados *post mortem*, vem à tona – ainda que não verbalizada – uma concepção da escrita e da

leitura bastante próxima de Bachelard. Palavras para a ensaísta são quartos onde gostaríamos de morar.

Nós, escritores, ficamos preocupados por causa das palavras. Palavras significam. Palavras apontam. São flechas. Flechas cravadas na pele dura da realidade. E quanto mais portentosa, mais geral for a palavra, mais também se parecerá com um quarto ou um túnel. Elas podem expandir-se, ou bater em retirada. Podem impregnar-se de mau cheiro. Muitas vezes nos farão lembrar outros quartos, onde gostaríamos de morar ou onde achamos que já estamos vivendo. Elas podem ser espaços onde não podemos habitar, pois perdemos a arte ou a sabedoria para tal. E por fim aqueles volumes de intenção mental que não sabemos mais como residir serão abandonados, lacrados com tábuas, trancados (SONTAG, 2008, p. 156).

Ponderação semelhante fez o escritor português Lobo Antunes, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 2004.

Gosto de descobrir escritores que me ajudem a conhecer a mim mesmo, que me mostram o país que eu sou, (...). a casa cheia de portas fechadas que eu sou, porque no fundo vivemos numa parte muito pequena de nós mesmos (ANTUNES apud PEN, 2004, p. EA).

Em *Como e por que ler?*, Harold Bloom (2001, p. 15). aponta para o leitor que habita a casa e a cabana, que procura o ninho e outros panoramas, numa dialética incessante entre tempo e espaço. Bloom entende que ao ler o leitor se depara com um dos grandes prazeres da solidão: ler conduz à alteridade, a nossa própria e a de nossos amigos. Lemos porque na vida real não conhecemos tantas pessoas. Lemos porque as amizades desaparecem com o tempo e os laços se rompem. Se ler é habitar e ser habitado imaginariamente, ler também é se encontrar com o outro. O que vai exigir disposição – uma disposição que vai para além do letramento e do treino escolar.

O leitor, em Bloom é alguém com iniciativa própria, preparado para a transformação que a leitura vai provocar. Está envolto em uma prática pessoal, não em uma prática de educação entendida como convivência social (BLOOM, 2001, p. 17). Para o autor, o leitor ideal é Samuel Johnson, para quem a leitura deveria atender a uma preocupação central: tem de ser algo que nos diz respeito e que nos é útil. É como se estabelecesse uma pragmática do leitor, um estatuto próprio, que não pode ser ditado por ninguém.

O prazer da leitura, escreve, é pessoal, não social. Não se consegue melhorar a vida de ninguém por que esse alguém se tornou um leitor mais competente. Rejeita a leitura obrigada, que sirva à ilustração ou à diplomação.

Sou cético com relação à expectativa tradicional de que o bem-estar social possa ser promovido a partir do aumento da capacidade de imaginação das pessoas, e desconfio de qualquer argumentação que associe o prazer da leitura solitária ao bem público (BLOOM, 2001, p. 18).

A reflexão de Bloom aponta para o leitor solitário – o que em nada contradiz o leitor urbano, não escolarizado, em busca de um universo de sentido. É inegável que o primeiro impulso da leitura é o prazer, como se discutiu no segundo capítulo. O próprio Bachelard entende a imaginação como princípio poético e não como utilidade crítica. O impulso de Bloom é valorizar no leitor a liberdade de escolha e não a estratificação do ato de ler. Segundo ele, chega a essa leitura livre aquele que negocia, que vai de uma a outra modalidade de leitura, livrando-se das presunções, dos discursos artificiais, dos chavões (BLOOM, 2001, p. 20). Sua fala lembra a crítica que Susan Sontag faz à necessidade de interpretação, que categoriza como uma vingança do intelecto contra aos poderes da arte (SONTAG, 1987, p. 11).

Retomando Bloom, importante ressaltar em seus passos rumo à leitura autêntica, a valorização que faz da invenção e da ironia. O autor cita Emerson, que dizia que “o povo, e não a universidade, é o lar do escritor (EMERSON apud BLOOM, 2001, p. 21). Aonde quer chegar? À afirmação da “leitura inventiva” e da “leitura equivocada”. É leitor aquele que lê à revelia dos padrões estéticos. Entende-se aqui, no constructo de seu pensamento, que defende a condição do leitor livre como condição para que o universo da leitura respire e não se feche em si mesmo.

Para expandir as proposições de Bloom vale recorrer às questões levantadas por Ricardo Piglia. Para ele, “um leitor também é aquele que lê mal, distorce, percebe confusamente. Na clínica da arte de ler, nem sempre o que tem melhor visão lê melhor” (PIGLIA, 2006, p. 19). Trata-se de uma prática imprecisa por natureza. Em Borges, por exemplo, a leitura é a arte da distância e da escala (PIGLIA, 2006, p. 20). E o leitor lhe parece alguém dispersivo, rastreando todos os volumes a sua disposição. Vai atrás de nomes, fontes, alusões, de uma citação a outra, de uma referência a outra. Ele está num infinito e no meio da proliferação. Não lê um livro, mas uma rede de signos, o que inclui textos não literários (PIGLIA, 2006, p. 25-27).

Um e outro afirmam a leitura como arte da microscopia, da perspectiva e do espaço. Tem a óptica e a luz como condição. É uma dimensão da física. Mas acima de tudo ser leitor é uma condição moderna. Ele vive num mundo recheado de signos, de palavras

impressas, no tumulto da cidade (PIGLIA, 2006, p. 20). É uma figura imperfeita. Pode ser viciado ou insone. Busca uma forma de vida. Por isso está longe de ser uma criatura normalizada e pacífica. É extremo e compulsivo, sem possibilidade contrária.

Daí ser figura tão fascinante da urbe. Macedônio Fernández, autor de *Museu de la novela de la eterna*, dizia que para definir o leitor é preciso encontrá-lo – ou seja, nomeá-lo e contar sua história, como se afirmou no capítulo anterior. A literatura faz isso: dá ao leitor um nome e uma história, retira-o do anonimato, torna-o visível num contexto preciso, faz com que vire parte de uma narração específica (PIGLIA, 2006, p. 21).

No universo saturado de livros, em que tudo está escrito, a ele cabe reler e ler de outro modo. O leitor de hoje faz uso dos textos. Sente-se livre para isso. Age por interesse e necessidade. É arbitrário, inclinado a ler mal, fora do lugar, fazendo relações impossíveis. A leitura produz nele um efeito de ficção (PIGLIA, 2006, p. 27). Pode o leitor ler tanto filosofia quanto literatura fantástica. Ele prima pelo deslocamento contínuo da imaginação. Ao ler, constrói um espaço entre o real e o imaginário. A cidade ficcional se descola da real. “Não existe nada simultaneamente mais real e mais ilusório do que o ato de ler” (PIGLIA, 2006, p. 29). Como se pode conferir no capítulo 4, no qual estão os relatos dos 12 leitores dessa tese, eles se encaixam no modelo borgeano de leitura, ainda que não seja essa a única natureza a lhes observar.

O escritor Amós Oz pode ser citado entre os escritores que se lançaram atrás desse leitor imperfeito de que se trata aqui. Ao escrever, diz, busca uma “janela para o quintal de nossas vidas” (JAFFE, 2007b, p. E1). Afirma que imaginar o outro, na literatura, é um remédio contra o fanatismo. Por fim, declara que a trivialidade pode ser mais interessante do que grandes acontecimentos (JAFFE, 2007b, p. E1), firmando seu pacto com o homem comum, um leitor que está no quintal.

Meu contrato com o leitor é o de sorrir junto. Quero que o leitor seja capaz de sorrir, às vezes por meio das lágrimas. A comédia e a tragédia são duas janelas através das quais vemos a mesma paisagem. O quintal das nossas vidas. Há mais verdade no quintal do que no jardim da frente. Sempre tento imaginar: "E se eu fosse o outro?", e isso inclui o inimigo. Para mim, imaginar o outro é uma forma de vida (...). Imaginar o outro é um dos remédios para o fanatismo. Os fanáticos nunca imaginam o outro (JAFFE, 2007b, p. E1).

Ainda sobre a percepção do leitor em sua intimidade e miudezas, vale relatar a experiência da coluna mensal "*Principles of Uncertainty*" (princípios da incerteza),

assinado pela designer e blogueira Maira Kalman⁵⁹, no site do *New York Times*. A escritora narra eventos triviais com densidade máxima, desenha sobre as fotos e escreve em cima dos desenhos. A coluna é como uma pequena cápsula de meditação urbana (JAFFE, 2007a, p. E1). Capta a rede de significados da cidade, personagens comuns – das ruas. Ao ler, para fazer sua coluna, as imagens que capta, recorre à literatura, à ciência, ao comportamento e faz recortes poéticos do mundo. Maira se empenha em captar o que inspira, na paisagem urbana, o homem anônimo e comum.

A cada edição, Kalman toma posse de um microcosmo da cidade, da família, capta um gesto ou uma cena. A partir do tema, fotografa, desenha e escreve sobre os desenhos. São imagens e palavras que misturam cenas de pessoas comuns andando de costas, um bolo de padaria, um prendedor de roupa – acrescidos, por exemplo, de frases de Dostoiévski, de Nietzsche, pensamentos sobre a morte e o porquê das coisas serem como são” (JAFFE, 2007a, p. E1).

Assim descreve a produção de seu artigo e a relação com o leitor.

O processo é orgânico. Eu caminho pelas ruas e leio e tiro fotos e penso sobre as coisas, e um tema surge. Talvez uma miniobsessão do mês. Depois eu rabisco e colho mais imagens e tropeço em mais fragmentos e depois junto tudo. Depois escrevo e reescrevo e desescrevo [...]. Não há possibilidade de distinção entre o sublime e o trivial. É impossível alguém funcionar sem os dois e, na maior parte do tempo, ninguém tem certeza sobre qual é qual. Será que uma emoção por causa de um acontecimento pessoal é mais grandiosa ou mais banal do que ler Descartes? O cérebro está tentando resolver problemas o tempo todo. Não faz sentido categorizar as coisas. [...] A gente passa a vida tentando descobrir como viver e como morrer. É um processo que nos consome, quer a gente goste ou não. É claro, quando a gente envelhece, a noção do fim é mais real e terrível. [...] Os meus pais saíram da Rússia para Israel nos anos 30. Essa realidade definiu os sentimentos deles e a maneira como eles nos criaram. O Holocausto era uma realidade constante na minha família. Nós carregávamos essa noção da fragilidade da vida misturada a uma determinação e flexibilidade quando nos mudamos para Nova Iorque. Mas nós sempre nos consideramos estrangeiros, o que acho que foi na verdade uma coisa boa. Me fez olhar e ouvir. Algo que eu ainda amo fazer. A minha família também tinha um incrível senso de humor. Era uma parte muito importante nas nossas vidas. E a cultura. E a comida (KALMAN in JAFFE, 2007a, p. E1).

Bachelard, Eagleton, Bloom, Piglia, Oz, Maira Kalman. Esses autores, a seu modo, remetem para a figura do leitor do mundo, que emerge da cidade, e não das tarefas escolares. Mas ainda que apontem pistas, e ajudem a traçar uma poética do

⁵⁹ Kalman é ilustradora, escritora e designer. Já fez inúmeras capas para a "New Yorker" e escreveu mais de 12 livros infantis. Fez desenhos de tecidos para Isaac Mizrahi e vários acessórios em exposição no Museu de Arte Moderna de Nova York. Mora em Nova Iorque.

homem e da mulher que chegam à leitura trilhando o labirinto, e não a cartilha, a rigor, fica faltando um desenho mais preciso sobre o leitor não escolarizado, ou o leitor que emerge da cidade. É o que se vai tentar tratar a seguir.

3.2 LEITORES À BRASILEIRA

Nos últimos anos de sua vida, o artista plástico brasileiro José Leonilson Bezerra Dias (1957-1993), o Leonilson, produziu uma obra perturbadora referente ao país: uma fronha bordada na qual está alinhavada a palavra “Ninguém”. Não existe objeto mais íntimo do que o travesseiro – nele são deitadas as preocupações, os sonhos e as lágrimas. É um objeto, mas também um símbolo. Ser dono de um travesseiro é ser alguém (FERNANDES, 2008c, p. 2).

Os brasileiros sem-teto, os sem-travesseiro, somam um exército de 26.615 nômades, sem falar nas estatísticas dos que vivem em sub-habitações⁶⁰ e favelas. Eles são “Ninguém”. Não recebem correspondência, não aparecem nos geoprocessamentos e não existem para o IBGE. É um dado aleatório, mas que se soma a outros tantos que permitem formar um panorama sobre o território de destroços onde vive parte dos pouco escolarizados do país. Eles são carentes de livros, de casas e de territórios no espaço urbano. Entre eles, há os que o recriam pela leitura.

Em muitos desses espaços é flagrante a tensão entre cultura, leitura, exclusão educacional. O conflito que os envolve se confunde à própria formação do país. Fala-se dele, por exemplo, em *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre; está onipresente nas ponderações de Roberto DaMatta sobre “a casa e a rua”, para citar dois clássicos que discutiram as relações entre o público e o privado no país.

A casa e a rua interagem e se complementam num ciclo que é cumprido diariamente por homens e mulheres, velhos e crianças. [...] Há uma divisão clara entre dois espaços sociais fundamentais que dividem a vida social brasileira: o mundo da casa e o mundo da rua – onde estão teoricamente, o trabalho, o movimento, a surpresa e a tentação (DAMATTA, 1986, p. 23).

⁶⁰ Entende-se por sub-habitação casas de madeira carcomida e com baixa condição de habitabilidade, de acordo com qualificação da Fundação João Pinheiro.

Para DaMatta (1986, p. 24), em casa somos membros de uma família e de um grupo fechado. Por tudo isso, “o grupo que ocupa uma casa tem alto sentido de defesa de seus bens móveis e imóveis”. Essa percepção faz com que o brasileiro tenha no espaço privado um espaço singular.⁶¹

Como espaço moral importante e diferenciado, a casa se exprime numa rede complexa e fascinante de símbolos que são parte da cosmologia brasileira, isto é, de sua ordem mais profunda e perene. Assim, a casa demarca um espaço definitivamente amoroso onde a harmonia deve reinar sobre a confusão, a competição e a desordem (DAMATTA, 1986, p. 27).

Já a rua, em oposição a casa, é o espaço da luta, da competição, do anonimato e do individualismo. A rua é o espaço dos desarticulados, sem afeto, em perigo, sujeitos ao engano. Basta pensar em expressões como “menino de rua” e “mulher de rua”. “A rua e a vida formam uma equação importante de nosso sistema de valores” (DAMATTA, 1986, p. 30). O maior déficit, contudo, é de ordem moral. A casa é um direito. Ou, como escreveu Gaston Bachelard em *A poética do espaço*, a moradia é o conforto da caverna, o abrigo do inconsciente, é onde se pode sonhar em paz e onde a vida começa (BACHELARD, 1993, p. 26). Nela reside a certeza daquilo que somos. Não à toa, o abrigo negado é reinventado em condições adversas – pode ser sob uma passarela ou num carrinho de papel ou num espaço improvisado de leitura.

Parece haver pouco a dizer sobre isso, posto que entre os mais pobres e menos escolarizados – podendo essas duas categorias coincidir ou não – haveria poucos leitores. Quanto mais pensar sobre os lugares em que eles fundam seus espaços de leitura, de modo a constituir “topofilias”. Esses espaços, contudo, podem sinalizar rupturas com as fortes condicionantes culturais entre o público e o privado, garantindo a existência da vida pública, uma condição sem a qual a leitura pode ser prática estéril, como se discutiu no primeiro capítulo ao recorrer às categorias pensadas por Arendt e Sennet.

Faz parte do processo de construção da figura do leitor urbano, com vulnerabilidade social e/ou baixa exposição à escola, considerá-lo para além do leitor tradicional ou do leitor modelo, cunhado por Umberto Eco. É preciso considerá-lo, por exemplo, frente a suas práticas mais corriqueiras, como a de telespectador.

⁶¹ Em sua incursão pela América, em 1831, Aléxis de Tocqueville observou que os americanos fundavam suas cidades às pressas e que não se intimidavam em abandoná-las ou modificá-las. Eram ligados às casas onde moravam, às suas famílias e às suas instituições políticas, e não tanto às cidades, que abandonavam para serem livres para realizar seus próprios projetos (RYBCZYNSKI, 1996, p. 98).

Estatísticas contínuas apontam a quantidade de horas que as crianças e adolescentes passam diante da TV. Diz-se que os mais jovens passam duas horas ao dia diante do televisor; ou que a conta ultrapassa quatro horas, replicando os dados da pesquisa “A voz do Adolescente”, feita pela Unicef em 2002.

Cada minuto contabilizado diante da telinha, porém, se presta a confirmar a máxima de que o Brasil não é um país de leitores, mas de aplicados telespectadores (FERNANDES in MOREIRA, 2009, p. 18). É como se as preocupações com os limites da sociedade livresca, como cunhou Marshall McLuhan, não atingissem o país, por se encontrar em outro estágio, mais primitivo, reafirmando que leitura válida é a leitura escolarizada. Há movimento em Minas, no Rio e no Paraná para avançar além dessa questão “escolarizada” da leitura e pensar em espaços alternativos. Vide os PELL (Planos Estaduais de Leitura). Desses três estados, apenas o Paraná tem um plano definido. Os outros nem chegaram a essa fase.

O preço dessa postura é que se desconsidera um estágio da leitura, a leitura audiovisual, a tendência à cultura auricular e visual (televisão), perpetuando a demonização aos meios de comunicação, como se discutiu na abertura do capítulo 2. Desconsidera-se a rapidez com que a televisão traz o mundo para perto do sofá. Ignora-se, inclusive, nomes que estão redimindo os meios eletrônicos da culpa que os persegue. Um deles é semiólogo Arlindo Machado, autor do livro *A televisão levada a sério*, trabalho que faz justiça à grandeza criativa da produção televisiva, seu potencial de leitura e sua importância no entendimento do público (MACHADO, 2000, p. 65).

Machado pensa o país onde mais de 80% da população assiste à TV; e onde mais de 90% dos lares têm um televisor. Quer saber das razões desse afeto. É aqui uma questão de fundo: importa como leem, a imagem e a letra, adolescentes, adultos e velhos que todos os dias se rendem aos folhetins eletrônicos, aos *reality shows*, aos *blockbusters*, filmes e seriados.

Em *Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido afirma que num país em que escolas nasceram para catequizar, para formar o caráter; onde não havia bibliotecas; em que o acesso à informação se dava nas igrejas, durante os sermões, vigorou uma tradição auricular tão forte que se tornou um traço cultural. A televisão e o rádio são herdeiros dessa tradição, já que a leitura deixou de ser oral e de ser pública.

Por natureza, o brasileiro prefere ouvir e falar. Tomando emprestado o olhar de McLuhan, a sala de tevê se tornou a roda de fogueira, em torno da qual se firmam laços e histórias são contadas (FERNANDES, 2009d, p. 2). A escola olha com desconfiança para essa concessão à tevê e a suas possibilidades de revelar o perfil dos leitores. Como uma indústria de palmatórias, afirma que “só escreve bem quem lê muito”; que “só quem lê tem boas ideias”. Há um forte teor de iluminismo nessas frases que intimidam o leitor que se forma também com o controle remoto nas mãos. Que desconsideram que o consumo cultural é cada vez mais uma combinação de vários suportes.

A questão que está em primeiro plano é saber o que procura o leitor ou o telespectador ou o rádio-ouvinte, considerando essas personas parte de um todo. E admitir que eles não estejam em busca de ilustração ou apenas de entretenimento, mas para estar perto dos sentimentos humanos, para poder entendê-los (ABRAMO, 1988, p. 23). .

O documentário *Pro dia nascer feliz*, de João Jardim (JARDIM, 2007), dá conta da impotência da escola de dar conta de todas as camadas que formam o leitor. O filme pontua as estatísticas educacionais com cenas e personagens captados em cidades pequenas e de periferias de todo o país. São lugares órfãos da escola, e há leitores lá, como a adolescente Valéria, leitora de Vinícius de Moraes, desacreditada pelas professoras. Elas duvidam que a menina seja autora dos trabalhos que escreve. Por tabela, duvidam também que possa ser uma leitora.

Pro dia nascer feliz é quase todo uma incursão a um Brasil marginalizado pela educação e pela cultura. Mas abre uma exceção ao entrar em uma superescola de São Paulo. Ali, Jardim dá a palavra a um grupo de meninas da classe média alta. “Tenho minha vida para viver, a minha natação”, diz, sem jeito, a estudiosa Cissa, antes de chorar, diante da impotência de não conseguir melhorar o mundo que estuda em sala de aula. Ela tem de se formar para ser “alguém”

Quanto aos candidatos a “ninguém”, como na obra do artista plástico Leonílson, acima citada, são muitos em *Pro dia nascer feliz*. Eles frequentam escolas sem descarga nos banheiros e sem papel higiênico, cujas salas de aula parecem saídas de uma guerra civil. Professores faltam e alunos não entendem o que o professor diz. Numa das cenas mais marcantes, um conselho de classe em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, resume a ópera: ninguém sabe o que fazer com um estudante criativo e inteligente, mas que anda armado em bailes *funk* e ignora a disciplina escolar. Douglas, o aluno problema, é o produto final da dívida educacional brasileira. Ela responde pelo fato de que apenas

26% da população de 15 a 64 anos têm condições de resolver operações matemáticas simples e entender frases com o mínimo de complexidade (IOSCHPE, 2006, p. 104). .

É um engodo, portanto, reduzir o leitor aos sucessos e insucessos da escola, de modo a enxergar apenas o fracasso, e na resistência da qual falam Bloom e Piglia. Há o leitor que se reflete na audiência da TV. Há o leitor que se reflete no mercado fonográfico mundial, por exemplo. O setor diminuiu 30% nos últimos cinco anos, graças às facilidades digitais na cópia de discos. Mesmo assim, as gravadoras faturaram US\$ 21 bilhões em 2005 (VIANNA; NEY, 2006, p. E1). .

Relatório anual da Associação Brasileira dos Produtores de Disco (ABPD). registrou queda de 12,9% nas vendas em relação a 2004. Mas o mercado fonográfico brasileiro movimentou de janeiro a dezembro daquele ano R\$ 615 milhões, com venda de 552,9 milhões de cópias de CDs e DVDs. Permanece entre os dez maiores do mundo, atrás dos EUA, Japão, Reino Unido, Alemanha, França, Canadá. Austrália, Itália e Espanha. O mercado mundial caiu 3% (NEY, 2006, p. B13).

Há leitor que se reflete nos jornais, suporte que no final do século XIX e início do século XX respondia pelo atendimento ao leitor que se formava à margem da escola. A circulação dos jornais no Brasil estagnou na primeira metade dos anos 2000. De acordo com os cálculos da Associação Nacional de Jornais (ANJ), a partir do Instituto de verificação de Circulação (IVC), em 2004 a circulação média cresceu apenas 0,8%. Os jornais venderam em 2003 uma média diária de 6,470 milhões de exemplares e em 2004, 6,522 milhões. Comparado com 2000, a queda é de 17%. Não há nenhum jornal brasileiro entre os cem maiores do mundo (BERABA, 2006, p. A6).

Em 2011, a venda de jornais no Brasil continuou a crescer, depois de ter caído vertiginosamente atingindo a marca de 3,5%, o equivalente a 4.4 milhões de exemplares diários. Esse crescimento é impulsionado pelos jornais populares, cuja adesão dos leitores é bastante oscilante (BARBOSA, 2012, p. B4).

Ainda assim, o jornal permanece debaixo do braço de quem toma decisões e é capaz de atuar na zona de influência. No texto “A leitura diária da elite mundial”, o jornalista Matias Molina levanta pontos em comum encontrados nos jornais *The New York Times*, *Financial Times*, *The Wall Street Journal*, *Le Monde* e *El País*, entre outros do mesmo padrão no Japão, Itália e Alemanha.

O mais importante é que são lidos por uma elite, cuja opinião ajudam a formar e, por sua vez, são influenciados por ela. Alguns são considerados porta-vozes de uma burguesia esclarecida e outros contribuem para o debate intelectual. Mas todos eles respeitam a inteligência do leitor e mostram um grande interesse pelos assuntos internacionais, os negócios globais, as questões culturais, e uma preocupação pela coisa pública (MOLINA apud BERABA, 2005, p. A6).

Os jornais brasileiros, por sua vez, se mantiveram entre as instituições com maior credibilidade junto à população. Entre janeiro e agosto de 2006 – de acordo com o Ibope – a credibilidade da imprensa chegou a 74%, igual à dos engenheiros e logo atrás da dos médicos, com 85% e das Forças Armadas, com 75%. De acordo com a Pesquisa Industrial Anual do IBGE, a leitura de jornais ajuda no crescimento social, segurança no emprego e formação da opinião (O GLOBO, 2005).

Relatório do Council on Foreign Relations, dos EUA, afirma que a força militar não é o bastante para garantir a segurança e a prosperidade de um país. Antes, importa o capital humano, que está ligado à qualidade das escolas públicas. As instituições de ensino, diz o relatório, precisam formar pessoas para a economia global, o que implica conhecer idiomas, ter base científica e saber viver em comunidade (UOL, 2012).

Mesmo com todas essas prerrogativas, a crise persiste e, pior que isso, parecem faltar coordenadas para sair dela. Edward Wasserman, do Departamento de Jornalismo e Comunicação de Massa da Universidade Washington and Lee, em Lexington, na Virgínia, diz:

A imprensa tem de entender que a demanda por informação nunca foi tão grande. A crise não vem do fato de as pessoas subitamente decidirem que não querem mais saber o que está acontecendo no mundo ou nas suas comunidades. Elas querem. Faço uma analogia: há 50 anos, aqui nos EUA, eram vendidos cinco vezes mais ingressos para o cinema do que em 2005, e a população era um terço da de hoje. Se Hollywood estivesse no mercado de vender ingressos, não haveria mais indústria de cinema. Mas eles descobriram que o negócio deles era vender entretenimento. Os jornais choramingam. O que eles têm é um problema - como encontrar um meio de chegar até o público e satisfazer esse apetite. Essas soluções imediatistas, de cortar orçamentos, cortar jornalistas, são completamente autodestrutivas. A imprensa tem de descobrir que está no negócio de vender conteúdo, não papel (WASSERMAN apud D'ÁVILA, 2006, p. A8).

A opinião é reforçada no documento *O estado da mídia*, publicado nos Estados Unidos. De acordo com o levantamento, o jornalismo impresso vive, apesar da crise, um momento histórico. Alguns dos números o confirmam: a audiência dos jornais

americanos cresceu 8% em um ano – caso se somem os leitores *on-line*. Houve queda de menos 2,8% na circulação em papel de segunda a sábado, no decorrer de seis meses de 2006; em 2009, a queda, nos mesmos dias, chegou a 9,5% (FIBE, 2010, p. B7). Mesmo assim, 51 milhões de pessoas compram jornal todos os dias nos EUA e 124 milhões leem. Trata-se nada menos do que 41% da população do país e 57% da população adulta (D'ÁVILA, 2007, p. B7).

Já no jornal digital se verifica crescimento. Nos primeiros três meses de 2010 os jornais americanos chegaram a 74,4 milhões de visitantes únicos num mês, 2,4 milhões a mais que no ano anterior (FIBE, 2010, B7). Mesmo com pesquisas como a da Universidade do Oregon, apontando que a percepção da informação é maior nos impressos (SÁ, 2012, B5), a perspectiva de uso de tablets, descartando os impressos, é enorme. A estimativa é haja 44.6 milhões de tablets em 2011. Eram 17 milhões em 2010 (FUSCO, 2011, p. B14).

No mercado mundial, 7 dos 10 jornais pagos mais lidos do mundo estão na Ásia – particularmente na China, Japão e Índia, essa com 25 milhões de exemplares diários, cinco vezes a mais que o Brasil, embora as diferenças populacionais sejam gritantes: 190 milhões de habitantes aqui, 1 bilhão lá. São países com perfil parecido ao do Brasil: emergentes, com redução de analfabetismo e investimento em educação. O que leva tantos indianos que chegaram à classe média a serem leitores de jornal é simples de explicar: eles querem se parecer à elite de seu país, da qual agora se aproximam. Ler jornal é uma dessas formas de aproximação (LORES, 2011, p. B5).

Em que a crise dos jornais e sua reação colabora com a percepção do leitor urbano? Eis a questão. No epicentro da crise, a imprensa escrita passou a investigar a figura do leitor, de modo a conquistá-lo. E vem forjando, a passos largos, uma compreensão do leitor comum. Não só: está colocando esse leitor em perspectiva, buscando-lhe a tridimensionalidade. Essas pesquisas, por exemplo, percebem o leitor múltiplo, que consome vários produtos ao mesmo tempo, que precisa se dividir – monetária e na economia do tempo – em um sem número de leituras. Esse leitor é também potente – e se manifesta quando o assunto lhe permite interferência -, e impotente diante de questões como a violência e a economia globalizada.

Como num eterno retorno, os jornais, que se ocuparam no Brasil do início do século XX dos leitores órfãos da escola, mas que queriam ser incluídos no mercado de cultura e de consumo oferecem hoje, em paralelo à escola e às teorias da recepção, subsídios para pensar a grande massa de leitores dos centros urbanos.

3.3 EM BUSCA DO LEITOR

A pesquisa *Retrato de Curitiba*, da Franceschini Análises de Mercado 2005 – 2007 fornece subsídios para traçar o perfil do leitor que se forma nas grandes cidades e, por extensão, o perfil do que se convencionou chamar de “cidadão interessado” – ou seja, o leitor que alia o ato da leitura a alguma forma de participação na vida pública.

Por público de jornal se entende o seguinte recorte: morador da maior cidade de uma região, pertencente à classe AB, entre 25 e 54 anos⁶², interessado nos assuntos cosmopolitas, informado sobre os grandes problemas nacionais e internacionais, ligado a algum órgão de classe e/ou associação, entre outros quesitos que apontem um homem ou mulher em posição ativa diante do mundo em que vive, o que se pode entender, no sentido mais amplo da palavra, por cidadão político.

O estudo da Franceschini – feito com 800 pessoas – é centrado no público ABC, entre 25 e 64 anos, residente em Curitiba e que lê jornal ao menos uma vez por semana. Desse estrato é possível retirar dados que se ajustam ao cidadão interessado, de modo a conhecer no retrato do leitor curitibano o leitor da Gazeta do Povo, empresa que encomendou a pesquisa. A classe C é incluída por demonstrar crescente número de leitores. O critério de leitura “uma vez por semana” é adotado como quantidade mínima para se identificar um leitor de jornal.

Somando-se as faixas etárias de 25 a 34 anos e a de 35 a 44 anos da pesquisa da Franceschini tem-se 63% dos leitores de jornal em Curitiba. É justamente a faixa etária de maior presença no mundo do trabalho e de razoável estabilidade financeira, questão que pode ser determinante no perfil do leitor brasileiro. Merece destacar que a taxa de leitura dos 25 a 34 anos – na casa dos 30% – é menor do que a dos 45 a 64 anos – na casa dos 37%, evidenciando o envelhecimento do leitor de jornal, ainda que na tendência geral, como mostra a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, os mais velhos tendam a ler menos.⁶³

⁶² De acordo com Curitiba em dados, 2004, a distribuição das faixas etárias para uma capital com 1,5 milhão de habitantes é: 15 a 19 anos (9,67%); 20 a 24 (10%); 25 a 29 (9,06%); 30 a 34 (8,57%); 35 a 39 (8,18%), 40 a 49 (7,11%), 45 a 49 (6,01%), 50 a 54 (4,69%).

⁶³ Franceschini aponta que a grande maioria dos leitores curitibanos estão ativos financeiramente. Há 34% de autônomos e 41% de funcionários, seja na área técnica ou braçal – esta, com pouca evidência no universo da leitura de jornal. Faltam elementos, contudo, para relacionar tipo de trabalho e interesse por leitura, ainda que em algumas áreas, como o professorado, essa relação pareça mais evidente.

O leitor mais frequente é também o leitor mais razoavelmente instruído: 48% dos leitores têm colegial completo ou superior incompleto; 22% têm superior completo e 7% pós-graduação. A informação coincide com o levantamento *Curitiba em Dados*, da prefeitura de Curitiba, ano de 2004, com reedição em 2009, que aponta 50% da população como tendo menos de oito anos de estudo.

Deve-se considerar que o grupo menos escolarizado é o que tem menor adesão à leitura, de acordo com o que se analisou na pesquisa usada no capítulo 2 – *Retrato da leitura no Brasil*. Curitiba tem, portanto, uma grande parte da população com baixa escolaridade – o que é determinante na análise.⁶⁴ Embora a taxa de alfabetização seja de 96,86%, a parcela de potenciais leitores desinteressados é alta e provocada pela evasão escolar, na medida em que avançam os anos de estudo.

Para se aproximar da possível participação desse grupo de baixa escolaridade no universo da cultura deve-se recorrer à pesquisa publicada em 2007 pelo Ministério da Cultura (MinC) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sobre práticas culturais, e fazer as aproximações. Levantou-se na pesquisa que as famílias brasileiras dedicam em média 3% de seus ganhos à aquisição bens culturais – no que se inserem os jornais. É mais ou menos o que se gasta em outros países, incluindo a França, mas o agravante é que no Brasil esses gastos estão concentrados na aquisição de aparelhos de televisão e rádio, assim como em celulares – incluídos no levantamento como “bens culturais”.

Os demais dados do levantamento confirmam a relação frágil dos menos escolarizados com a cultura formal: 70% dos brasileiros nunca visitaram um museu, 60% nunca foram ao cinema, 70% nunca foram ao teatro, 60% não têm o costume de ler livros, nem revistas, nem jornais (FEIX, 2007, p. 29). É como se dos R\$ 622 do salário mínimo, cerca de R\$ 20 fosse para a cultura e desses quase metade para audiovisuais, confirmando a tradição nacional da cultura auricular, em detrimento da cultura escrita.

O levantamento ainda aponta que as classes A e B respondem por 47% do total de gastos com cultura no Brasil. As classes D e E, que representam 62% do total de habitantes, respondem por 23%. Mas o que uma e outra dedicam à cultura não é muito diferente: A e B remetem 3,5% para a cultura e D e E, 2,3% (FEIX, 2007, p. 29).

⁶⁴ *Curitiba em Dados*, da PMC, 2004, indica na cidade 28,34% de pessoas com 4 a 7 anos de estudo; 20,3% de pessoas com 8 a 10 anos de estudo; 26,47% de pessoas com 11 a 14 anos de estudo; 11,34% de pessoas com 15 anos de estudo. O estudo se pauta no Censo Escolar 2002 e mostra uma queda de cerca de 40% de alunos na passagem do ensino fundamental para o médio. Do médio para a graduação a queda é de pouco mais de 10%.

O perfil do leitor curitibano também aponta 70% de casados, sugerindo uma relação entre viver junto e ter filhos à necessidade da leitura. O estado civil esbarra numa determinante – a dos crescentes gastos familiares, em particular na classe média, justo a que mais sofre turbulências⁶⁵. Franceschini aponta 53% dos leitores na classe B, 25% na classe C e 22% na classe A. As classes B e C não se encontram numa zona de conforto, pois se veem cada vez mais obrigadas a gastos com escola particular, condução e telefones celulares, o que representa concorrência na aquisição de produtos de leitura.

A concentração de leitores na classe B aponta para um problema – a leitura rarefeita, que oscila tanto quanto os ganhos dessa faixa da classe média. O consumidor da classe B tem dificuldade de cortar gastos grandes, como a prestação do carro, mas é capaz de deixar de ir a um restaurante que aumentou o preço em R\$ 0,50, e, obviamente, cortar jornais e revistas.

A maior fatia de leitores, a B, tem 34% de concentração na Região Sul de Curitiba, justo a mais díspar. É a que mais cresce e a que mais tem bairros das classes C e D.⁶⁶ É uma região tradicional, pois abrigou a primeira grande colônia italiana da cidade, a Colônia Dantas, onde hoje estão os bairros da Água Verde e Rebouças. Da década de 70 para cá, agregou dezenas de novos bairros, formados por migrantes do Norte do Paraná. É o berço dos movimentos populares na capital.

Há uma oposição flagrante com a Zona Norte da capital paranaense, região mais rica, formada por levas de imigrantes da virada do século XIX para o XX e nitidamente destinatária da maioria das soluções urbanas que projetaram Curitiba nacionalmente. É no Norte, por exemplo, que estão os bairros mais elegantes e a maioria dos parques.

A concentração de leitores na Zona Sul permite algumas associações, como o conservadorismo do leitor – marca dos menos escolarizados –, característica de bairros como Rebouças, Água Verde, Portão, Pinheirinho e Novo Mundo, onde habitam

⁶⁵ Curitiba tem 471.163 domicílios particulares permanentes, sendo 95,24% com rádio; 57,93% com videocassete; 27,11% com computador; 57,17% com carro e 96,08% com televisor. Os dados, levantados pela prefeitura em 2004, não diferem muito do Pnad 2007.

⁶⁶ A classe C deva ser observada no campo da leitura. No governo Lula (2002-2010), cresceu a capacidade de consumo entre os mais pobres. O volume médio adquirido pelas classe D e E subiu 11%, contra 5% da média nacional, de acordo com o estudo “O consumidor na era Lula”, publicado em novembro de 2006. Fazem parte da cesta dos mais pobres itens alimentícios, de limpeza, higiene e beleza. A pesquisa não aponta itens de informação, indicando que subir economicamente não implica em melhora no padrão cultural (MATTOS, 2006, p. B1). Levantamento da Latin Panel, de 2007, confirma tendência: a classe C, que tem rendimentos entre 4 e 10 salários mínimos, aumentou seu gasto médio em 7% - o percentual é semelhante ao da classe AB (RESENDE, 2007, p. B13).

curitibanos menos cosmopolitas, afeitos a tradições e radicalmente ligados a seus bairros. O conservadorismo é confirmado na pesquisa da Franceschini – que identifica 32% dos leitores de jornal classificados nessa faixa na região, como se vai mostrar mais adiante.

O dado seguinte da pesquisa – a origem do curitibano – confirma a necessidade de investigar as relações de território. Segundo o levantamento, 72% dos leitores têm sua origem no próprio estado do Paraná. Passados mais de 30 anos da grande leva de nortistas para a capital, depois da Geada Negra de 1975, já se tem mais de uma geração que se diz curitibana, mas curitibana com códigos diferentes dos da Zona Norte, onde moram “curitibanos da gema”. Entre os 72% há moradores que pensam a cidade como lugar do progresso, da riqueza e do empreendimento, e não da conservação do passado – características quase sempre creditadas ao curitibano.

Em paralelo ao registro de estado civil, idade, rendimentos, a Franceschini adotou cinco categorias de leitores – os liberais, os individualistas, os conservadores, os céticos e os ingênuos. A classificação é de responsabilidade do instituto de pesquisa e segue um critério do mercado publicitário, com base em opiniões desses grupos a respeito de temas da atualidade, a dizer: aborto, casamento de pessoas do mesmo sexo, pena de morte, cotas para negros, presença do Estado na economia, entre outros. Quanto mais perto dos liberais, mais os leitores tendem a respeitar a liberdade individual, a economia de mercado, a acreditar no poder de melhora do país.

Os grupos – chamados de *clusters* no jargão publicitário – que mais se ajustam ao perfil do leitor cidadão, ou cidadão interessado, são os liberais e os céticos. Os céticos têm mais chance de agregar o leitor com baixa escolaridade do que os liberais, em geral com faixa de estudo superior.

Os liberais se concentram na faixa produtiva de 25 a 34 anos e na extrema, de 45 a 64. São casados, 73%; cerca de 50% têm curso superior, sendo 33% com pós-graduação e se dividem quase que equitativamente nas classes A e B. Os céticos aumentam de acordo com a faixa etária, são 74% casados, oscilam entre ensino médio completo (39%). e superior completo (48%). e se dividem em 55% na classe A e 45% na classe B. Os conservadores têm pouca instrução – 57% com ensino médio completo e 24% com ginásial completo –, mas concentração de 57% na classe B. Cerca de 70% dos ingênuos têm o médio completo, são em 67% na classe B e 27% na C. Ou seja, a concentração maior na classe B é atraente para relacioná-los, na medida do possível ao cidadão interessado.

Os individualistas e os conservadores, por serem pouco gregários e apolíticos, passam à margem da figura do leitor ativo. Os ingênuos, embora se aproximem bastante do perfil conservador, têm a favor a abertura para o debate social. Tanto os ingênuos quanto os conservadores têm uma forte presença na classe B – a que mais concentra leitores. O conservador é um leitor difícil, pois refratário. O ingênuo convive na mesma área do conservador, mas tende a ser mais ilustrado e aberto à informação, desfrutando de parte das convicções dos liberais.

A pesquisa *A cabeça do brasileiro*, coordenada por Alberto Carlos de Almeida, da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com a Fundação Ford, tornou estatístico o perfil conservador das classes populares no Brasil, o que se confirma na pesquisa de Franceschini. Na medida em que o grau de instrução e o rendimento são menores, mais se configura o perfil conservador, ingênuo e individualista, na pesquisa de Almeida qualificada como familista, sexista, fatalista, patrimonialista, hierárquico e com baixo espírito público (ALMEIDA, A., 2007, p. 21).

Esses perfis, como se vê nos estudos da Franceschini e de Almeida, apontam para a escolaridade como grande elemento de interação intelectual e produtiva com o mundo. O desafio é entender como alguns desses leitores – em tese marcados pelo determinismo escolar e econômico – se tornam leitores, de livros e do mundo. Na análise que se segue, os conservadores e individualistas serão analisados em paralelo aos liberais, céticos e ingênuos, entre os quais, à revelia do índice de escolaridade, há maior número de leitores.

3.3.1 Os liberais

O leitor de jornal e de revistas com características do que a Franceschini chama aqui de “liberal” já é um consenso entre os estudiosos. Em 2001, por ocasião da passagem de seus 80 anos de fundação, o jornal de maior circulação no país – a Folha de S. Paulo – publicou matéria em que afirmou que seu leitor não só tem renda e escolaridade alta, como visão liberal (MOTA, 2001, p. 21). O leitor da Folha – de acordo com pesquisa junto a 2.267 pessoas – tem idade entre 30 e 49 anos, formação superior, é casado, empregado no setor formal da economia, renda individual na casa dos 15 salários mínimos e familiar que ultrapassa 30 salários mínimos. Pertencente à

classe A ou B, é católico, possui TV por assinatura e utiliza a internet. O jornal destaca que 17% dos leitores cursaram pós-graduação, e que 47% têm formação superior.

As opiniões dos liberais da Folha coincidem bastante com os liberais curitibanos: há tolerância com a união de homossexuais, rejeição à pena de morte. O jornal paulistano apurou que 47% dos leitores têm interesse na política, dado que não aparece na pesquisa paranaense.

Os liberais dos anos 2000, de acordo com estudos da Franceschini, são 33% autônomos e 41% ocupantes de cargos elevados, concentram-se em 35% na Região Oeste da cidade (em bairros como Santa Felicidade). e são majoritariamente (74%) paranaenses.⁶⁷ À revelia da qualidade de liberais, comumente esboçam comportamento bastante conservador. Cerca de 79% relacionam família a custos – apontando para a relação entre ter filhos e estudar em colégio particular, por exemplo. Parte dessa posição se explica pela crença – generalizada entre todos os *clusters* – de que a educação é a melhor herança que se pode dar a um filho.

Em contrapartida, o liberal não acha que o casamento pode ou não dar certo por causa do dinheiro (62%), sabe que a informalidade do casamento tem um alto custo, rejeita a solidão como forma de vida – o que endossa o sentido gregário, corporativo e participativo do leitor mais interessado⁶⁸. As questões relativas à amizade confirmam essa tendência – 98% dos liberais valorizam a amizade. O liberal considera que a mulher deve dar continuidade a sua carreira, mesmo que tenha filhos. Na pesquisa, há rejeição à figura da mulher que fica em casa, sustentada pelo marido, cuidando de filhos, ainda que 78% considerem que cuidar das crianças é uma prioridade para as mulheres.

Os liberais são mais treinados para responder pesquisas, adotando discursos corretos, embora nem sempre praticados, mas deixam escapar contradições. A defesa da família é um desses valores em conflito – 95% dos liberais a consideram essencial, como acontece em todas as outras faixas. A afirmação parece contradizer a ideia

⁶⁷ A prefeitura de Curitiba trabalha com a seguinte divisão de atividades da população: membros superiores do poder público, dirigentes de organização de interesse público, gerentes (7,8% da população); profissionais das ciências e artes (12,62%); técnicos de nível médio (12,5%); trabalhadores de serviços administrativos (13,58%); trabalhadores de serviços, vendedores de comércio em lojas e mercados (27,7%); trabalhadores de produção de bens e serviços industriais (20,5%); comércio, reparação de veículos, de objetos pessoais e domésticos (21,09%).

bastante disseminada de que as classes mais altas relativizam o valor da família, têm mais facilidade em consolidar novas uniões e tendem ao individualismo.

No item “consumo”, os liberais exigem responsabilidade das empresas (90%), desejam que invistam em cultura e em programas sociais (94%), são menos refratários do que a média às empresas privadas (73%). A ética empresarial interfere na escolha de consumo (93%), o que demonstra um grau elevado de informação e atenção para com o mercado – já que valoriza as regras de concorrência (95%). A ética do consumo, em miúdos, é o que mais fascina entre os liberais.

São afeiçoados à leitura (87%), o que incide sobre o mercado de livros e rejeita o consumismo como sinónimo de felicidade – 29% apenas aceita essa ideia. Rejeitam a censura na TV (55%), demonstram-se tolerantes com temas como homossexualidade, mostrado nas novelas (41%), e são razoavelmente favoráveis a que homossexuais possam adotar crianças (67%), assim como mais abertos que a média ao aborto (59%).

Um total de 81% dos liberais acredita que o brasileiro tem muito a ensinar ao mundo. Na sequência, 89% acham que a desigualdade no país é insuportável, o que demonstra preocupação com o social. São confiantes no discernimento da Justiça (33%), rejeitam o uso de armas para segurança pessoal (22%), ainda que 73% admita que faria justiça com as próprias mãos. Cerca de 85% trabalhariam na ajuda humanitária.

No item “política”, os liberais são menos favoráveis do que a média às políticas de reparação racial (77%), não consideram o Brasil como um país racista (61%), nem acreditam que os pobres estão determinados a serem sempre pobres (35%). – ou seja, reconhecem a possibilidade de mobilidade social, ainda que sejam reticentes (73%). ao excesso de interferência do governo das políticas sociais e à dependência do socorro governamental (95%). Acredita no poder da opinião pública (91%), assim como no poder dos ideais (100%), confirmando o espírito gregário e politizado. Acredita na manifestação pública da própria indignação (84%).

3.3.2 Os cétricos

Os cétricos ocupam posições bastante diversificadas no mercado de trabalho, com maior concentração entre os autônomos (24%). Suas posições tendem à relativização, o

que inclui a família: 87% a consideram um sonho que custa caro, 81% entendem que dinheiro é fundamental para um casamento dar certo e 41% - o número mais baixo da pesquisa – aceitam a informalidade do casamento.

A posição dos cétricos em relação à família é bastante convencional – 99% a consideram essencial para viver bem. Assim como os liberais, rejeitam a solidão e valorizam a amizade; e à maneira de todos os *clusters* veem um alto valor na educação dos filhos. Não acreditam que a mulher se realize apenas cuidando dos filhos, nem que deva ficar em casa se o marido a puder sustentar (32%). São moderados quanto à prioridade dada pela mulher aos filhos – 61% acham que elas devam deixar tudo para cuidar da prole, outro índice campeão entre os cétricos.

No quesito “consumo”, assemelham-se aos liberais em quase todos os itens – valorizam a empresa que respeita o consumidor, que assume programas sociais e culturais, não rejeitam a empresa privada, são atentos ao comportamento do empregado. Sua rejeição à ligação entre consumo e felicidade também é maior – apenas 19% dos cétricos aceitam essa associação.

No item “social”, o cétrico tende a ser mais conservador que o liberal: 73% são a favor da censura na TV e 82% acreditam que a mídia incentiva a violência e o sexo; 66% acham que a novela exagera ao mostrar casais homossexuais e 77% julgam falsos os temas levantados pelos folhetins. Apenas 35% são favoráveis à adoção de crianças por homossexuais.

O cétrico também é menos generoso com o país do que os liberais: 77% acreditam que o Brasil tem algo a ensinar ao mundo, equiparando-se no resultado aos individualistas. E 69%, mais do que o dobro dos liberais, acham que tem muita gente que se dá bem sem mérito. Um total de 79% atesta que os direitos humanos protegem os bandidos – no que perde apenas para os conservadores, com 83%. Em contrapartida, o cétrico é sensível à desigualdade – 85% a consideram insuportável e 40% aceitam qualquer medida para conter a migração de miseráveis. Rejeitam o uso de arma para defesa pessoal. Mas são menos dados à ajuda humanitária.

No campo da política, os cétricos se aproximam dos conservadores e idealistas no campo das políticas de reparação racial – ou seja, são bastante favoráveis, mas se distanciam na idéia de que a pobreza é uma condicionante e uma determinante. Novamente se aproximam do grupo mais conservador - 49% sentem saudade do período militar. Também são a favor a pena de morte – 75% - e rejeitam a invasão de terras, a ponto de pedir severidade das autoridades – 87%.

Como essas classes estão mais sujeitas ao insucesso na profissão e nos estudos, talvez por isso se justifique a nostalgia com o período do “milagre econômico” e aproximação com os conservadores, o que se repete no olhar pouco complacente com o brasileiro: 83% acham que o povo não sabe votar, ainda que 87%, em coro com os liberais, acreditem no futuro do Brasil.

Os céticos, a contar pelos dados da Franceschini, são bastante oscilantes entre o conservadorismo e o liberalismo. Chegam a ser imprevisíveis, a exemplo da desconfiança que nutrem pela iniciativa privada e a afirmação de que o governo é amparo dos desesperados (79%). Ao mesmo tempo, acreditam na opinião pública (89%). e são idealistas (97%).

3.3.3 Os ingênuos

A maior característica dos ingênuos – categoria em que mais encaixa boa parcela dos objetos desta tese – é a fé no ser humano. Cerca de 70% têm ensino médio completo. São em 67% na classe B e 27% na classe C. Oscilam entre autônomos (32%). e funcionários (39%). Assim como as outras categorias, os ingênuos são majoritariamente paranaenses (70%).

Valorizam a família, independentemente das condições financeiras – 97% consideram essencial a família unida e apenas 55% relacionam falta de dinheiro a fracasso matrimonial. São tímidos em relação a algumas questões, o que faz com se aproximem não só dos conservadores, como dos individualistas: 14% aceitam a solidão como forma de vida, embora 96% valorizem a amizade; 78% acham que é preciso ter boa condição financeira para ter filhos e 63% não relacionam número de filhos à falta de informação.

Apregoam o valor da educação (90%) e têm uma posição clara de gênero – ou seja, 39% apenas aceitam que a mulher possa se dedicar apenas à família. Quanto ao consumo, o ingênuo exige responsabilidade das empresas mais do que os liberais, mas pede menos investimento do empresariado em causas sociais e em cultura (83%). – ainda que tenha alto grau de exigência com o comportamento da empresa (91%). Também é sensível ao preço em suas escolhas – o que se justifica por ser um *cluster* de transição entre as classes B e C.

A preferência dos ingênuos pela leitura, curiosamente, é a mais baixa das cinco categorias, ficando em 75%. Sua rejeição ao consumismo é na casa dos 41%, confirmando seu perfil conservador e apolítico. No quesito “social” tende ao conservadorismo – 65% apoiam a censura prévia na programação de TV; 82% acham que a mídia tem uma forte influência no comportamento juvenil e 84% entendem que a TV incentiva a violência e o sexo irresponsável. Mais do que os céticos e quase tanto quanto os conservadores julgam falso o mundo das novelas.

Quanto ao Brasil, acreditam que tem muito a ensinar ao mundo (73%), e apenas 5% acreditam que a malandragem ajuda a se dar bem; 10% acham que a política de direitos humanos favorece os criminosos, na contramão do que pensam 83% dos conservadores. Em contrapartida, 43% aprovam contenção de migração de miseráveis, assemelhando-se a outros grupos.

Os ingênuos têm dificuldade em consolidar uma linha coerente de pensamento. A razoável intolerância com os mais pobres convive com o desejo de prestar ajuda humanitária (75%); com o desejo de fazer justiça com as próprias mãos (70%); e com a desconfiança dos endinheirados (50%). Apenas 30% dos ingênuos acham que os homossexuais poderiam adotar crianças.

No campo político, os ingênuos se alinham com os conservadores, céticos e individualistas, mais do que com os liberais, ainda que se aproximem do grupo mais aberto na rejeição à ditadura militar, à determinação da pobreza e mesmo à pena de morte para crimes hediondos. Novamente, a maior marca do ingênuo permanece sendo uma espécie de fé cívica: é o que mais acredita no futuro do Brasil, com 93%, embora seja modesto na manifestação pública de suas ideias (66% se pronunciariam). Contradizem os 63% dos entrevistados, ao dizer preferir cuidar da própria vida a pensar no país. Só perdem nesse quesito para os conservadores, com 67%.

3.3.4 Os leitores da classe C

A população de baixa renda movimenta R\$ 760 bilhões por ano, não fez curso superior, tem ganho familiar de até R\$ 3,5 mil, é relativamente jovem e detém nada

menos do que 71% do consumo no país.⁶⁹Ela está se dando a conhecer, atende pelo nome de classe C e nela se concentra, naturalmente, boa parcela dos brasileiros com baixa exposição ao saber escolar, pouco afeitos à leitura. É também a classe que vê nascer uma nova leva de leitores – aqueles que frequentam faculdades particulares com preços acessíveis ou contempladas pelos programas governamentais de apoio a estudantes, como o ProUni. O estudo desse grupo é fundamental para essa pesquisa. É dele que emergem os leitores aqui chamados de não escolarizados

Na última década, imprensa e institutos de pesquisa levantaram um sem número de informações sobre os brasileiros da classe C. O mérito do grande banco de dados agora disponível é promover o contato com a base da pirâmide brasileira. Ao investir em políticas de divisão e geração de renda, o governo Luiz Inácio Lula da Silva e o governo Dilma Rousseff geraram cadastros, dados, planilhas e colocaram em evidência a parcela da população que leva a economia pessoal na rédea curta, mora nas periferias, é religiosa, familista e redescobre a escola.

O resultado dessa alvorada estatística é que nela os pobres aparecem não mais como um grande problema, mas surgem potentes e criativos, fazendo escolhas culturais e econômicas. À revelia de sua instrução frágil, a projeção financeira da periferia anuncia um momento em que ela catalisa atenções e chama atenção para seu modo de viver e de pensar, anunciando uma estética, valorizada em novelas e na música, condicionada, obviamente, pelo consumo.

Sobre as classes populares, dada sua baixa instrução, ainda grassa o individualismo, desprezo pelo conhecimento, desconfiança da coisa pública e crença irrestrita na informalidade, como mostra o estudo *A cabeça do brasileiro* (ALMEIDA, A., 2007). Mas há também aspectos pouco conhecidos, para além do campo dos ganhos reconhecidos trazidos pela educação, como mostra a pesquisa do publicitário paulista Renato Meirelles, criador do instituto de pesquisa Data Popular.

O Data Popular nasceu de um trabalho universitário de Meirelles, que morou quatro meses com uma família de periferia para estudar o gosto e o consumo. O instituto fornece dados sobre as práticas e a mentalidade das faixas C em diante – os chamados “consumidores emergentes.” Esses dados podem oferecer pistas sobre as

⁶⁹ A classe C equivale a 27%; D equivale a 31%; E equivale a 30% (DATA POPULAR).

práticas de leitura nesse grupo, em meio a quesitos como orçamento doméstico, espírito familiar e relações de vizinhança.

De acordo com o Data Popular, a classe C é formada por famílias com renda média de 3,5 salários mínimos e escolaridade baixa: 59% têm o ensino fundamental e apenas 3% ensino superior – com 92% dos filhos em idade escolar em escolas públicas. Estima-se que 30% da classe C brasileira tenha menos de 20 anos.

Quatro das atividades preferidas da classe C estão relacionadas à cozinha e as festas familiares em geral são consideradas eventos culturais. Entre os principais desejos está comprar eletrodomésticos, decorar a casa e comprar móveis, trocar de celular e viajar a passeio. Seu mundo é o da banda Calypso, do celular pré-pago, do PF, consórcio, vale-refeição e do trabalho informal. A população com renda abaixo de R\$ 500 detém 15 milhões de cartões de crédito.

O Data Popular indica que esse grupo tem um modo muito particular de formar redes de apoio. Um dos costumes que melhor a define é a capelinha de Nossa Senhora. Passa pelo portão, pela conversa e pela escala humana. Os populares, em resumo, gostam da casa e do que é caseiro. Suas escolhas ideológicas e econômicas passam pela identificação com o que se parece aos valores domésticos. Daí a rejeição aos discursos acadêmicos e com exclusivismos. Embora possam ser apolíticos, querem se sentir parte do todo e igual a todo mundo. Querem pertencer – aspecto identificado em toda a sociologia da leitura dos menos escolarizados e mais pobres (FERNANDES, 2010f, p. 2).

Quanto à mentalidade, nas classes populares reina a solidariedade com vizinhos; há descrédito nas instituições e desconfiança com o mercado; amparo na família, Igreja e comunidade. Reciprocidade é base da vida social. Relações de vizinhança pautam consumo: a melhor propaganda é feita pelo vizinho (60% das dicas de compra). Os emergentes são muitos sensíveis aos sinais de desconfiança (bolsas lacradas, portas giratórias...). Seus sonhos nem sempre são um espelho dos desejos da classe A/B. Propostas inatingíveis e linguagem inadequada na publicidade geram afastamento. Enquanto a classe A gosta do que é exclusivo, quer se diferenciar da massa, as classes C e D querem socializar e pertencer a um grupo.

A classe popular é formada por um grande número de jovens. Outras bases de dados indicam que as faixas médias e pobres são mais jovens (IBGE e Pnad 2005). A classe C conta 30% de pessoas com menos de 20 anos, o equivalente a 48 milhões de brasileiros. As Classes D e E somam 41% de pessoas com menos de 20 anos. As classes

A e B têm 25% com menos de 20 anos. Além de jovem, a classe popular soma 40% de analfabetos funcionais. Enquanto na classe A a média de escolaridade é de 12,5 anos, que já é inferior à marca dos países desenvolvidos; na B chega a 10,5 anos; na C a 7,9 anos; na D a 5,7 anos; e na E a 4,3 anos.

A família não exerce o papel de definidora do valor da leitura e não há valorização social da leitura e do livro. A leitura de jornais pela classe C ⁷⁰ é menor do que a média geral da população: 33% contra 45%, de acordo com pesquisas do Departamento e Marketing do jornal Gazeta do Povo, adquiridas informalmente. Apesar da baixa penetração do meio na classe C, 71% dessas famílias acreditam que o jornal tem uma forte influência na opinião pública.

3.4 O LEITOR DE BAIXA INSTRUÇÃO FORMAL

No subcapítulo que se segue, faz-se um inventário da busca pelos espaços e personagens relacionados a esta tese. Os laboratórios foram feitos em favelas, comunidades de Cohab, educandários, bibliotecas de bairros, movimentos, entre outros. Como são espaços de violência e de pobreza, utilizou-se como suporte literário a obra de Kafka, autor que retrata o absurdo urbano do século XX, refletido no século XXI.

3.4.1 Cidade kafkiana

De acordo com Modesto Carone, o termo “kafkiano” deve ter se popularizado no país nos tempos da ditadura militar – de 1964 a 1985 –, período em que o autoritarismo remetia às situações criadas por Kafka. Carone associa inclusive a figura do pai, tão explorada por Kafka, à figura do ditador (BRASIL, 2007, p. D2).

Para o autor, o termo kafkiano ficou desgastado pelo uso, pois passou a ser empregado para determinar qualquer situação obscura, absurda ou incompreensível, enquanto para ele kafkiano é o “superpoder que determina a rotina individual por meios

⁷⁰ Do total de leitores da classe C de Curitiba e São José: 58% lê Tribuna e 45% Gazeta. Os dados são do Instituto Marplan.

invisíveis. A falta de liberdade objetiva identifica o mundo kafkiano” (BRASIL, 2007, p. D2).

Não se pode deixar de notar que há determinância, fatalismo, tolhimento de liberdade na rotina das grandes cidades, pontificada por favelas, sub-habitações e ocupações irregulares, violência bruta, trânsito insano. Há um superpoder que as rege, de modo que podem ser vistas como ambientes kafkianos, onde se movem indivíduos à mercê da estrutura do estado, do automatismo e da fatalidade.

Outra permissão do uso do termo *kafkiano* se dá no plano simbólico. Um dos maiores méritos da escrita de Kafka foi ter transformado a narrativa em um exercício de interpretação – numa exegese. Busca-se nas entrelinhas os significados. Esse desafio é para o autor um método cognitivo, o que abre a possibilidade de encontrar nas entrelinhas de Kafka um sem-número de associações com a vida moderna (ALTER, 1992, p. 105). Colabora nessa livre associação o que escreveu Günter Anders na abertura do ensaio *Kafka; pró e conta*:

O monge Maximus Planudes, que no século XIV publicou as fábulas que circulavam sob o nome de Esopo, conta que o rosto de Esopo era monstruosamente feio e disforme a ponto de ser irreconhecível. O próprio Esopo não poderia ter inventado melhor fábula sobre a fábula, pois as verdades da fábula nascem da deformação.

Aqui entramos em Kafka. A fisionomia do mundo kafkiano parece deslucada. Mas Kafka deslucou a aparência aparentemente normal do nosso mundo louco, para tornar visível nossa loucura. Manipula, contudo, essa aparência louca como algo totalmente normal e, com isso, descreve até mesmo o fato louco de que o mundo louco é considerado normal (ANDERS, 1993, p. 15-16).

A aparência e funcionamento surreal de parte das cidades e da maneira como vivem seus habitantes funciona, perfeitamente como metáfora do mundo moderno, o mundo em que Kafka mergulhou com sua literatura. Em qualquer um dos casos – seja o do mundo organizado ou do mundo desorganizado – o que se tem diante dos olhos é uma sociedade que elabora técnicas de gestão e de instrumentalização, que se esmera em organizar as urbes de modo a produzir cidadãos que disponham à assistência médica, de meios para reduzir a mortalidade infantil, que sigam normas que lhe garantam qualidade de vida (RODRIGUES, 2004, p. 162).

O que em Simmel, Park, Norbert Elias é a normatização, pondo em perigo a individualidade, debaixo dos códigos de normalidade social, em Kafka é símbolo, algo como a possibilidade de se transformar numa imensa barata, metáfora do desvio do

mundo organizado, desvio que Günter Anders (ANDERS, 1993, p. 16). chamou de fábulas deformadas, escritas por um fabulador realista (ANDERS apud RODRIGUES, 2004, p. 71).

São fábulas tortas, deslocadas, porque dão vida e destaque para coisas, objetos e máquinas e não só para animais. Se na moral da fábula o bicho feito homem serve para revelar bestialidade humana, Kafka aparece para notar que contemporaneamente o homem é melhor dessacralizado ao ser coisificado do que ao ser espelhado para os animais. A regularidade, o procedimento, a rigidez, a eficiência não são partes do instinto, mas a negação. São aspectos da máquina, são fruto da racionalidade. E como afirma Kafka em outro momento, “o que é visto não comporta cálculo” (RODRIGUES, 2004, p. 171).

Ora, as cidades são espelhos dessa racionalidade institucionalizada, questão que Kafka abordou em sua crítica ao Estado. Geridas, administradas e regidas em torno da razão, as urbes funcionam à base da miséria, mesmo se afirmando como espaços da igualdade. Ao lado de Foucault, Kafka entende o mundo urbano como espaço da uniformidade. Somente ao falar do indivíduo, colocando-o no primeiro plano, é possível colocar o totalitarismo no espelho, para que se reflita em sua monstruosidade (PASSETTI, 2004, p. 16).

Resta, portanto, falar do indivíduo, para que a cidade grotesca seja vista em perspectiva. Não ter casa, catar papel, morar em barraco, comer do lixo, não ter escola é, sim, parte do castigo reservado aos que não cumprem algumas das funções estabelecidas pelo estado, como o estudo, a ordem, a higiene, a produtividade, a meritocracia...

Com Kafka apareceu a palavra kafkiano, uma designação para os excessos de racionalidades impessoais nas funções, cargos e procedimentos que orientam a produtividade moderna, suas construções de verdades amparadas em realidades e sonhos, envolvendo gentes e animais, surpreendentes instantes onde se espera o previsível. Muita produtividade ansiada para cada um, meta impossível de ser atingida, atravessando cada pessoa a todo instante, exigindo impessoalidade, transparência, participação, elogios e dando em troca direitos e deveres (PASSETTI, 2004, p. 16).

Se o mundo kafkiano é aquele que pune os que não “funcionam”, é também o mundo daqueles que se veem diante de rupturas e de revelações. O homem urbano se depara todos os dias, no noticiário e nas ruas com os grandes hiatos. Na violência e na desigualdade, a cidade diz outra coisa sobre si, que não seja a de ser espaço do progresso, do futuro e do bem-estar. Quando mais embrenhado na cidade, mais o

cidadão se aproxima do perigo de uma revelação, podendo ser atingido por uma grande sombra – a mesma sombra que atingiu Josef K., em *O Processo*, e Gregor Samsa, em *Metamorfose* (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2004, p. 13).

Nas cidades habita a “trivialidade do grotesco” (ANDERS, 1993, p. 19). Onde reina a aparente ordem das ruas, reina também o acontecimento raro que pede explicação – e uma explicação quase sempre arbitrária, que não encontra conexão nos fatos que a circundam. “A partir de uma ocorrência extraordinária, Kafka vai descerrando como por contraste, a face do ordinário, do rotineiro, do cotidiano, do repetitivo. Estas conexões com o exterior começam a ser intuídas sempre através de um sentimento: o medo” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2004, p.16). É através do medo, do espanto, do inesperado que se desenvolve a consciência da realidade, de qual estrutura se esconde por detrás dela, qual engrenagem a faz funcionar.

Kafka foi muitas vezes acusado de desenhar estruturas, pensar um mundo dos quais suas personagens não poderiam escapar, em que são apenas objetos passivos e não sujeitos ativos. Foi cunhado, inclusive, o adjetivo kafkiano para se referir a estes mundos que parecem nascidos de pesadelos, que parecem absurdos por discreparem do mundo cotidiano e rotineiro, por nascerem de uma ruptura inesperada com a ordem, por serem excepcionais, bizarros, grotescos, por mergulharem suas personagens em sucessivas situações das quais não conhecem as motivações, que não conseguem explicar racionalmente e das quais não conseguem escapar, embora elas possuam uma lógica própria, difícil de dominar. Kafka foi, muitas vezes, acusado de niilista, por não propor uma saída para as situações sociais que desenha (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2004, p. 17)

Pesadelo e passividade, entre outras categorias, habitam tanto o mundo e Kafka quanto o das Terezinhas encontradas numa das mais de 250 favelas de Curitiba, com o agravante de que elas não são capazes de falar de suas vidas para além da mera fatalidade, da vontade divina ou coisa que valha. Elas estão disciplinadas a pensar num modo de sobreviverem a um mundo hostil, cujas engrenagens escapam à compreensão. O máximo que se pode saber é que nessa engrenagem eles são os pobres, destinados a trabalhos marginais, a morar longe. A luta pela moradia é o único discurso possível, alentador, uma espécie de possibilidade de consciência em meio ao anonimato. Pergunta Anders:

As figuras de Kafka são abstrações? Não, elas não são abstrações humanizadas; representam, antes, seres humanos abstratos. Entendemos, aqui, a palavra 'abstrato' no seu sentido originário, tomado de *abs-trahere*: as pessoas que Kafka faz entrarem em cena são *arrancadas* da plenitude da existência humana. Muitas, de fato, não são outra coisa senão funções: um homem é mensageiro e nada mais que isso. Uma mulher é uma 'boa relação' e nada mais que isso. Mas este 'nada mais que isso' não é uma invenção kafkiana: tem seu modelo na realidade moderna.. (ANDERS, 1993, p. 50).

Os personagens de Kafka buscam uma saída, buscam uma maneira de construir um mundo que faça sentido, um mundo diferente daquele que podem suportar (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2004, p. 35). Erro, portanto, é transformar essa construção do sentido do mundo em construção de um mundo exótico, nos dizeres de Anders, "sobrenatural, onírico, mítico ou simbólico" (1993, p. 16). Seu método, continua o autor, é uma maneira de tocar o cerne da realidade. Ele descreve o que vê. E o que se vê não é normal.

Essa é a única maneira de deixar de se relacionar de forma alienante com a realidade. Para tanto, Kafka usa do recurso do "estranhamento" (ANDERS, 1993, p. 18). como fórmula para revelar as entranhas da vida cotidiana. É preciso considerar que qualquer imersão no mundo de Kafka passa, fatalmente, pela imersão num mundo em ruínas, abandonado pelas ilusões humanistas. Fazem parte dessas ilusões perdidas tanto o indivíduo desolado quanto a imagem de um mundo em destroços, desumanizado, incapaz de fazer valer a igualdade (COUTINHO, C., 2005, p. 125).

Essa experiência é dolorosa, uma experiência de coação e de endurecimento gradativo do ambiente social (COUTINHO, C., 2005, p. 130). Gregor Samsa e Joseph K. são figurantes desse mundo tão fantástico quanto incógnito, que se veem diante do choque trágico da realidade. Nesse mundo, a condição para obter segurança é aceitar os papéis destinados pela burocracia, "tornando-se um consumidor obediente de mercadorias, de opiniões e modos de vida. Se quer viver 'em segurança', ele deve assim se tornar um conformista, um indivíduo padronizado, que não se desvia das 'normas' impostas pelo coletivo fetichizado (COUTINHO, C., 2005, p. 132).

Anders lembra que o homem, nos dias de hoje, está rebaixado à função de coisa, relegado ao plano do objeto e do objeto rejeitado. "É por isso que o fabulador dos nossos dias, para denunciar o escândalo de que 'os homens são coisas' tem que inventar fábulas nas quais as coisas aparecem como seres vivos" (ANDERS, 1993, p. 19).

Os leitores urbanos vivem o choque do mundo organizado, no qual ocupam um lugar não raro modesto, ao qual por muito tempo responderam com obediência. A leitura pode ter sido para eles a ruptura, o momento em que passaram a enxergar a realidade, que preferiram enxergar de forma mediada pela literatura. É o que se investiga daqui em diante.

3.4.2 Memória

Para esta tese, recorreu-se à memória dos leitores, pedindo que falassem sobre seus percursos e lembranças de leitura [capítulo 4]. Na construção da pesquisa foi preciso considerar o percalço que representa o uso de depoimentos baseados na memória individual como instrumento de análise.

Sobre a memória paira a desconfiança, um problema já apontado por Aristóteles, que a distingue da reminiscência. Se de um lado a memória se dá de forma aparentemente contínua, a reminiscência surge da capacidade de recuperar algo que existia, mas que estava esquecido. A memória estaria, em Aristóteles, relacionada à imaginação. É anterior à lembrança. Quando vem, vem imbuída de imagens, situadas no tempo. Já a reminiscência nunca nasce de forma passiva, mas de uma tentativa de recuperar um conhecimento, o que faz dela uma atividade humana por excelência. (ROSSI, 2010, p. 15, 16, 23)

A tradição filosófica se encarregou de diminuir essa distinção, entendendo-a em conjunto com o esquecimento. A memória, a rigor, não vem pela vontade ou pela razão. Ao se recordar do passado o indivíduo nada mais pode estar fazendo do que uma captura do presente, de modo a entendê-lo. (SARLO, 2007, p. 9) As regras da memória são anárquicas. Não se sabe de onde ela vem. Dá-se aos poucos e nunca por inteiro. Necessita do presente para existir – os fatos de hoje é que estimulam o revolver das lembranças, o que lhe dá um caráter soberano e incontrolável. (SARLO, 2007, p. 10)

Por essas razões, a história monumental e a história crítica se ocuparam de reprimir os impulsos do presente que atualizam e recuperam o passado, por entendê-los como informações “a-históricas”. (SARLO, 2007, p. 10) Mas o fizeram sem sucesso – nada impediu o renascimento do romance histórico, das visitas do cinema aos grandes momentos da história, a estética *vintage*, o fascínio pela história da vida

privada, redundando num neo-historicismo, que coloca a História como um produto do mercado simbólico do capitalismo. (SARLO, 2007, p. 11)

Dentro do próprio estudo da História essa mudança se faz notar – a História Cultural e a História Social deslocaram seu campo de investigação para as margens, atendo-se ao sujeito, ao cotidiano, aos detalhes, constituindo assim uma nova hierarquia dos fatos, impedindo não só que a história ignore as memórias particulares, mas que se alimente também delas. (ROSSI, 2010, p. 28) Para contá-las é preciso recorrer a outras fontes, já que as antigas não poderiam dar conta das novas demandas, e retomar a História Oral, cuja simplicidade e sedução passa a ser adotada por outros campos do saber, em especial na esfera da comunicação. (SARLO, 2007, p. 12)

Para a História resta disciplinar o uso da memória, colocando-a na esfera do aceitável, acreditando que se possa fazer uma História melhor a partir dos depoimentos orais e das memórias. Nesse contexto, a oposição entre o passado e o presente é essencial para que se chegue à consciência do tempo, da identidade e do futuro. (ROSSI, 2010, p. 24) A História aprendeu que a ligação entre um e outro não se dá de forma natural, mas construída, organizada, pois não se trata de um dado bruto. (LE GOFF, 2003, p. 13, 212) Para tanto se presta a memória – em sua fragilidade ela é um dado organizador, que permite à História, por exemplo, fazer uso do passado imaginado pela coletividade. (ROSSI, 2010, p. 28)

Considera-se igualmente que o legado da memória investiga as demandas do tempo presente, os desejos comuns num determinado período, e que conversa com o imaginário social contemporâneo. (SARLO, 2007, p. 13) Esse ponto de vista é menos acadêmico e entende que o relato atende a demandas políticas, afetivas, intelectuais e morais do presente. (SARLO, 2007, p. 14) Recorre-se à memória de modo a responder, de forma instantânea, às pressões dos dias de hoje, de modo a entendê-lo e de legitimar um olhar sobre o que ocorre, constituindo o que se convencionou chamar de “guinada subjetiva”.

O fosso da perda memória pode reduzir nossa vida de indivíduos a uma série de momentos que não têm mais nenhum sentido. Mas isso não vale só para os indivíduos. Não existe só a memória individual. Todos os que dedicam sua vida a lembrar e a fazer os outros lembrar de pedaços consistentes de um passado mais ou menos distante sabem que o passado é “um país estrangeiro”, sabem que ele deve ser reconstruído com fadiga no decurso de cada geração... (ROSSI, 2010, p. 30)

As mudanças logo são sentidas. O encontro das ciências humanas com a etnografia levou pesquisadores a se aterem ao extraordinário, a exemplo da História da Loucura, entre outros campos de estudo que garantiram a dialética entre a História e a memória. (ROSSI, 2010, p. 28) Na esteira dessas investigações, cresceu o interesse pelo homem comum. Entendeu-se que em sua aparente normalidade ele protagonizava transgressões e negociações sociais, à moda do que mostrou Michel de Certeau em seu *A invenção do cotidiano*. Há inventividade, afirmação da identidade e “dobras sociais” em espaços em que se julgava haver apenas repetição. (SARLO, 2007, p. 16) Entre os “normais” há, na verdade, novos sujeitos, capazes de revelar o passado e fazer das necessidades cotidianas trunfos de mudança.

A busca desses relatos individuais e memorialísticos também marcou outros domínios, igualmente às voltas com o passado, a exemplo da literatura e da filosofia. Deve-se citar a obra de Proust e de Joyce, o pensamento de Bergson e a Psicanálise – que entende o indivíduo como dominado pelas recordações, dono de uma história oculta. (LE GOFF, 2003, p. 225)

Bergson, em seu ensaio *Matière et mémoire* (1896) explora a fenomenologia da lembrança em toda sua riqueza. A experiência da percepção do passado se dá a partir do corpo no presente. É uma experiência interior, psicológica, que não descola do meio social, de modo que as ações e reações daquele que lembra não se descola do que está vivendo, gerando uma representação, povoada de signos, que são sempre atualizados, a cada novo estágio do corpo. (BOSI, 2003, p. 44, 45)

No estudo “O cérebro e o pensamento: uma ilusão filosófica”, de 1904, Bergson coloca a percepção ao lado da memória e afirma a presença das lembranças. Elas só são possíveis se evocadas pelo corpo, sugerindo um paralelismo entre o trabalho cerebral e o pensamento, ainda que de forma fragmentária, individual, ainda que nem sempre consciente. (BERGSON in SILVA, F., 1984, p. 47)

Diante do que seria um descrédito à memória – sendo que sempre se atualiza – Bergson entende que os mecanismos da lembrança diferem dos mecanismos da percepção. Enquanto a percepção é uma reação do sistema nervoso, a lembrança é um fenômeno povoado de representações que estavam submersas, provocados por um deslocamento das percepções imediatas para percepções vividas em outros momentos. A memória, portanto, permitiria uma relação do corpo presente com o corpo passado, num movimento de deslocamento da consciência. Ela, a lembrança, é o lado subjetivo do nosso conhecimento e leva a reproduzir comportamentos já experimentados antes.

(BOSI, 2003, p. 46, 47)

Esse mecanismo não se dá de forma homogênea, pois é movido por esquemas mentais diferentes. A lembrança pode ser reavivada de forma instantânea, como que por hábito. Mas também de forma singular, como “ressurreições do passado.” (BOSI, 2003, p. 48) Se uma nos informa como comer de forma educada, a outra traz um momento único, instalado até então na linha tênue do esquecimento. Há em Bergson uma conservação do passado no psiquismo, que lança mão de associações e similaridades para existir, formando um sistema. A conclusão é imediata – quanto mais dissociada do real e do cotidiano, mais rara será uma lembrança, pois não dispõe de embreagens para se atualizar, descolando-se do inconsciente. (BOSI, 2003, p. 51)

Como Bergson não se ocupa da memória como fenômeno social, apenas individual, coube à sociologia, na pessoa de Halbwachs, estudar os “quadros sociais da memória”, delimitando as dependências da lembrança em relação à família, à religião ou à atividade profissional. Afinal, são as pessoas próximas que instigam o sujeito à memória, provocando-o para que dê respostas diante das situações hodiernas, “amarrando” a memória mais ao coletivo do que ao individual e mais à linguagem do que ao sonho.

Trata-se de um jogo, no qual as lembranças encenam, enquadrando a memória num sistema de concepções, afirmando as fronteiras do grupo ao qual pertence, garantindo a identidade coletiva. (LACERDA, 2003, p. 61) O fenômeno foi estudado pelo psicólogo Frederick Bartlett, na década de 1930, ao mostrar que à medida que os acontecimentos ficam mais distantes no tempo, perdem as especificidades, passando a se enquadrar nos esquemas gerais da cultura. Ou seja, as memórias são preservadas ao custo de distorções. (BURKE, 2008, p. 88, 89)

Para Halbwachs, em consonância com Bartlett, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, afirmando a convergência complexa da lembrança. (BOSI, 2003, p. 55, 56, 413)

Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão: “Aí está alguém que não me deixa mentir.”
O encontro com velhos parentes faz o passado reviver com um frescor que não encontraríamos na evocação solitária. Mesmo porque muitas recordações que incorporamos ao nosso passado não são nossas: simplesmente nos foram relatadas por nossos parentes e depois lembradas por nós. (BOSI, 2003, p. 407)

A aproximação com esses sujeitos é de fato sedutora – o passado, na voz deles, ganha sentido romanesco, originalidade, como se fosse uma pintura de costumes, não raro tendo em primeiro plano as mulheres, dada sua força narrativa. Para se aproximar desses sujeitos é preciso recorrer a diários, cartas, às estantes de livros, à organização da casa, à administração das despesas familiares, pilares para que a lembrança possa se manifestar, debaixo, fatalmente, de uma dimensão subjetiva, quando não autobiográfica.

A História, por extensão, ganha a primeira pessoa e cresce nos meandros da memória. (LE GOFF, 2003, p. 471) O pesquisador se coloca na perspectiva de um sujeito, admitindo a dimensão subjetiva, criando um reordenamento ideológico dos estudos do passado. Retoma o que se chamou de “razão do sujeito”, sobre a qual sempre pairavam desconfianças. “[...] a história oral e o testemunho reconstituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada.” (SARLO, 2007, p. 19)

No lugar do preconceito contra o testemunho oral, ganha impulso a percepção de que toda fonte é subjetiva e que, mais do que qualquer outra fonte, o depoimento tem um poder enorme de se aproximar dessa subjetividade. É ele que tira as camadas da memória e que persegue uma verdade oculta, apresentando as profundezas e os seus segredos. (THOMPSON, 2002, p. 197) Próximo da crônica, o depoimento – instrumento da memória – inibe o “cientista da história” evitando que caia no vazio, fazendo com que se nutra de uma história passível de ser contada hoje. (CHAUÍ in BOSI, 2003, p. 18)

A “guinada subjetiva”, como qualifica Sarlo, contudo, não se limitou a uma exposição da intimidade, pura e simples, mas a uma manifestação pública que encontra agora condições sociais e políticas de se manifestar, formando uma cultura legítima, uma reação à perda da memória, um dos temores do nosso tempo. O subjetivo ganhou lugar na esfera pública. Ao mesmo tempo, esse lembrar-se se dá com receios. O excesso de acento na memória pode diminuir o valor dado ao pensamento, por exemplo. (SONTAG apud SARLO, 2007, p. 21)

A afirmação a memória pessoal e da experiência contradiz os esforços intelectuais do século XX em criticar a experiência – partindo de Freud, chegando a Derrida – para citar duas pontas do debate que mostrou o divórcio entre fato e recordação e afirmou a interpretação e o peso do presente nas leituras do passado. “O testemunho traz uma carga de presente que deve ser contrastada com outras fontes

escritas que permitam submetê-la à crítica.” (SARLO in COLOMBO, 2007, p. 8)

Os historiadores acadêmicos têm dificuldade para escrever uma história que seja ativa na esfera pública. É um problema que deveriam discutir. As pessoas precisam dar sentido ao passado e, se a história acadêmica não lhes proporciona isso, elas recorrem à história feita por jornalistas, a narrações maniqueístas, onde toda sua complexidade desaparece. (SARLO in COLOMBO, 2007, p. 8)

Resta, a essa altura, entender os mecanismos do relato – se ele se refere à intensidade do que foi vivido; se está limitado ao que tem significado ou se só pode ser lembrado aquele episódio que vem acompanhado de um discurso, de modo que não se saiba mais o que é recordação e o que é construção. A depender da resposta, a memória pode não passar de uma dominação da experiência, de modo a adequá-la a uma convenção. (SARLO, 2007, p. 24)

São muitas as questões, próprias do pântano da memória, mas ainda assim passíveis de serem compreendidas. Aquele que narra experimentou uma cena do passado. Não há como dar existência a essa experiência sem narração. Pela fala a experiência se liberta do se “aspecto mudo” e dos perigos do esquecimento. (SARLO, 2007, p. 24) Se a narração acontece fora do tempo em que o fato aconteceu, ela cria uma nova temporalidade. Uma temporalidade com regras próprias: a cada nova narração, a cada nova variação e circunstância, a memória torna a se atualizar. (SARLO, 2007, p. 25)

Prova de que uma nova temporalidade se estabelece é que não raro a lembrança do passado é muito mais suportável do que o foi na realidade. A memória se dá em parceria com outras lembranças ocorridas juntas, ali acumuladas. A dor vem mesclada às recordações de alegria e afeto. Há uma dimensão terapêutica na lembrança, que é própria da vida e uma exigência da identidade. (THOMPSON, 2002, p. 208) E aquele que narra promove um intercâmbio entre o sujeito e o objeto, formando o sujeito investigador. (CHAUÍ in BOSI, 2003, p. 24)

Convém lembrar os momentos que fatos grotescos deixaram os homens emudecidos, a ponto de precisarem esperar uma nova temporalidade para poder dizer o que tinham vivido. Foi assim com a Primeira Guerra. Assim com o Holocausto. O avanço dos estudos de memória social e memória cultural, inclusive, coincidem com o avanço do tempo, quando essa experiência da primeira metade do século deixa aos poucos de fazer parte da “memória viva”, como forma de resguardá-la. (BURKE, 2008,

p. 88)

A reinvenção no teatro e no cinema desses episódios teria feito, inclusive, com que muitos dos que viveram esse ou aquele episódio não se reconhecessem no que viam sendo encenado, perdendo a oportunidade de fazer o seu relato. O relato já estava reinventado numa outra forma plástica. (SARLO, 2007, p. 26) É o choque da modernidade – a modernidade que substituiu o relato pelo romance, que separou a narração do corpo de quem viveu a experiência, fazendo da subjetividade uma questão problemática e melancólica, quando não um problema patológico, uma fuga do presente e recusa do passado. (THOMPSON, 2002, p. 209)

Walter Benjamin, ao tratar do banimento da experiência na modernidade, vai redimir a questão reivindicando um lugar para a memória, reivindicando-a como uma instância de qualidade. Não cabe a ela reconstituir o passado, mas lembrá-lo, reivindicando o lugar perdido da subjetividade, cujo lugar fora roubado pela História positivista. (SARLO, 2007, p. 28)

Ao tratar da memória, Le Goff (apud SARLO, 2007, p. 29) argumenta que o mundo perdeu a familiaridade. Perdeu-se a continuidade da experiência que fazia com que uma geração se sentisse ligada à outra. A experiência, no entender de Le Goff, tornou-se intransferível, selando o que pode ser chamado de uma “crise do passado”. O passado não se impõe mais sobre o presente, (SARLO, 2007, p. 30) reforçando o conjunto de elementos que levou à crise da subjetividade, como a promovida pelo estruturalismo e sua promoção da morte do sujeito. Junto do estruturalismo, e a partir dele, somem-se os estudos de Paul de Man e de Jacques Derrida, que exploraram a impossibilidade de haver referência entre o narrado e o vivido, constituindo a crítica da representação. (SARLO, 2007, p. 32)

A reafirmação do sujeito vem responder a essas demandas filosóficas, reconhecendo o que há nela de verdade, mas considerando que mais importante do que a possibilidade do relato é seu efeito moral, posto que pode restituir a dimensão coletiva de um fato. A memória não pode curar, redimir, reconstituir o conhecimento perdido, mas é um imperativo psicológico. As provas de sua veracidade ou validade, por extensão, não vêm dela mesmo, mas do seu exterior (SARLO, 2007, p. 36)

A matéria lembrada, diz Marilena Chauí, é individual na forma, mas é também social. Na medida em que é contada, vai ganhando contornos de memória comunitária, deixando à mostra o que tem significado coletivo. “O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas

também porque repercute no modo de lembrar.” (BOSI, 2003, p. 31)

Essa crença foi o bastante para que as décadas de 1960 e 1970 assistissem ao renascimento do sujeito, na forma de etnografias, histórias de vida, entrevistas e memórias, rendendo matéria prima farta para o cinema e para o mercado editorial, inaugurando o fim da crise da alienação do sujeito, que estava escondido sob o véu dos relatos ideológicos. Escreve SARLO (2007, p. 38, 39)

Todos os gêneros testemunhais parecem capazes de dar sentido à experiência. Um movimento de devolução da palavra, de conquista da palavra e de direito à palavra se expande, reduplicado por uma ideologia da “cura” identitária por meio da memória social ou pessoal. O tom subjetivo marcou a pós-modernidade, assim como a desconfiança ou a perda da experiência marcaram os últimos capítulos da modernidade cultural.

Os sujeitos se tornam cognoscíveis, múltiplos, mas não desaparecem os problemas trazidos pela memória à filosofia e para a história, principalmente se o relato é recebido de maneira imediata, rendendo-se às ciladas do senso comum. O dinamismo da memória só funciona se houver questionamento do que se esconde na aparente evidência dos fatos. Não há como fazer esse exercício sem o auxílio da imaginação, como indicam Gaston Bachelard e Hannah Arendt. Sem a imaginação resta a repetição. Com ela se permite o deslocamento no tempo e a percepção dos espaços vazios da história. Do contrário, o público pode se ver enredado pelas necessidades imediatas do narrador, que reivindica o seu lugar no passado e aquilo que lhe foi tirado. (SARLO, 2007, p. 42)

O perigo, em todos os casos, é tomar o direito de lembrar por verdade da lembrança. Para desviar dele, é preciso encontrar possibilidade de distanciamento. Não supor que uma narrativa preencha o vazio da compreensão e saber que o depoimento conspira para estabelecer uma interpretação coerente e unificada para os fatos, reparando a subjetividade, o que fatalmente pode representar um prejuízo para o pensamento. (SARLO, 2007, p. 49; 50; 52)

Um desses prejuízos flagrantes é que a memória coloniza o passado e o organiza com base nas emoções do presente. Mas cabe dizer que a história também é marcada por esse anacronismo. Trata-se de uma contingência de uma atividade incumbida de lidar com o passado. É o que lhe cabe: o enfrentamento no presente da memória e do passado, de modo a entendê-lo, garantindo que seja difundido.

O testemunho – que é um dos instrumentos da história – vai estar, é evidente,

bastante sujeito às distorções, posto que sua matéria prima é a memória. Ela se dá em partes, modifica-se, inventa, encontra no presente pistas do que deve ser enfatizado. (SARLO, 2007, p. 59) Impuro, polêmico, o testemunho é também uma fonte de vitalidade e sua imperfeição faz parte da natureza dos fatos. A palavra que é dada tem poder de intervenção política – e essa potencialidade não pode ser ignorada, quanto mais num momento em que impera a dinâmica do esquecimento.

“A abundância de informações sobre o presente não lhe permite refletir sobre o passado”, diz Umberto Eco a respeito da população exposta à perda da memória. (ECO in CRUZ, 2008, p. 6) “Não precisamos lembrar datas porque temos organizadores eletrônicos. Temos o Google. Não precisamos “interiorizar” as informações”, lamenta o escritor Jonathan Safran Foer ao tratar do que chama “memória externa”, capaz de criar um sentimento de solidão e de deslocamento. A resposta a este estímulo, escreve o autor, é mais e mais pessoas ocupadas de escrever a memória, como uma forma de salvá-la. (FOER in STRECKER, 2006, p. E3)

Na investigação junto aos 12 leitores desta tese [capítulo 4] entendeu-se fazer um exercício de memória e reminiscência, nos moldes do que provoca a observação participante, um dos métodos aqui utilizados. (DUARTE; BARROS, 2011) Nos primeiros encontros com os leitores, surgiam-lhe memórias esparsas sobre a condição de leitor – o que para muitos deles era um problema novo, sobre o qual nunca haviam se perguntado. Num segundo, nos moldes da reminiscência, essas memórias aparecem de forma mais elaborada.

As ciladas da memória, apontadas pelos autores desse item, puderam ser sentidas em todas as instâncias da pesquisa. Houve o risco da mitificação da própria história e as distorções próprias de quem se vê em primeiro plano no momento da narração de uma experiência de vida. O efeito mais notável é a da leitura corretiva do passado a partir de elementos do presente. Pelo menos três dos 12 entrevistados se disseram vítimas de *bullying* – o que teria contribuído para o ingresso na solidão da leitura –, mesmo reconhecendo a inexistência da palavra quando eram crianças. E que foram felizes na escola, apesar da perseguição dos colegas em algum momento.

Ora, a discussão do *bullying* se tornou ampla na sociedade na última década, o que leva a crer que essas lembranças foram passadas a limpo. Em contrapartida, tomando o conceito de reminiscência como uma construção racional, tem-se nessa associação entre passado e presente um dado positivo. A memória da infância se atualiza num discurso de sentido, que concorre para explicar os rumos da vida de cada

um.

O mesmo impulso se revela em outras instâncias – como a figura dos pais (a que mais tende a ser mitificada), a qualidade da escola em que estudaram, o que se tornaram na vida adulta (em especial entre os mais velhos). O que se pode dizer é que a memória, mesmo sob suspeita, é um caminho para entender como se forma a identidade dos leitores. E, principalmente, saber por que leem.

3.5 INVENTÁRIO DE UM PERCURSO

Esta tese foi construída ao longo de quatro anos a partir de revisão bibliográfica; leitura sistemática de dois jornais diários – Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo –; inserções urbanas via reportagens; produção de editoriais, redação de crônicas publicadas em jornal e acompanhamento de indivíduos que se encaixam na proposta do estudo: leitores com baixa exposição à cultura escolar. Nesta parte do trabalho e no capítulo 4 será apresentada parte dos resultados dessa investigação que permitiu traçar um perfil do leitor urbano.

A) Pesquisa em jornais: Diariamente, a partir de 2006, foram feitas pastas de recortes dos referidos jornais, destacando assuntos que pudessem ajudar a compreender o leitor “de resistência”, como foi citado em diversos momentos desse estudo. Deu-se preferência para matérias que trouxessem estatísticas sólidas, entrevistas com estudiosos que são referência nos temas escolhidos, histórias de vida capazes de ilustrar a pesquisa; textos de opinião; reportagens internacionais que permitissem traçar comparações com o Brasil.

Embora o compromisso de pesquisador fosse com os jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo, também foram destacadas revistas como Veja, Istoé e Piauí.

Os temas destacados foram catalogados em dois níveis – primário e secundário. Os temas primários, de que se entende serem fundamentais para o desenvolvimento da tese, são educação, leitura, cidade, juventude, pobreza, mercado da cultura, violência, classe C.

Os secundários, usados para traçar paralelos e acenar novos campos de pesquisa de leitura e para entender outras dimensões da vida do leitor que não apenas a leitura. São eles: terceira idade, ética, trabalho, comportamento, infância e adolescência, família, religião, habitação, população, negros, telefonia, lazer, meio ambiente, internet, mulheres, televisão, mercado editorial, alimentação, ONGs. Pequena parte dos dados levantados está diluída no decorrer da tese e em sua maioria serviram para formar uma opinião sobre as questões referidas. Igualmente, a pesquisa e leitura diária dos jornais, à procura de dados, teve o intuito de simular, via imprensa, o impacto da realidade sobre a vida dos moradores da cidade.

- B) **Inserções urbanas e reportagens:** do exercício profissional do jornalismo, como repórter especial do jornal Gazeta do Povo, em Curitiba, ao qual o autor está vinculado desde 1989, surgiram reportagens de investigação urbana – em favelas, áreas de ocupação, na zona central –, em escolas, presídios, bibliotecas, nas quais foram encontradas experiências de leitura e de comunidade que serviram de subsídio para a pesquisa. Propostas e aceitas no período de pesquisa da tese, essas apurações e matérias foram realizadas com o intuito de observar e recolher dados sobre a cidade, a leitura e o leitor, os três temas aqui desenvolvidos. Na sequência, a síntese dessas pesquisas.
- C) **Produção de editoriais:** a partir de abril de 2008, na função de editorialista semanal do jornal Gazeta do Povo, foram produzidas séries de textos com assuntos referentes à tese, testando o campo de investigação junto aos leitores. São exemplos de editoriais desenvolvidos a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* de 2008; o teste internacional Programme for International Student Assessment (Pisa); a pujança educacional de Cuba e os descaminhos do ensino médio. Alguns desses resultados estão analisados e citados na tese.

D) Crônicas: também a partir de abril de 2008, na função de cronista semanal do jornal Gazeta do Povo, foram produzidas dezenas de textos no gênero, em sua maioria sobre personagens da cidade e espaços urbanos. Do conjunto deste trabalho, até dezembro de 2011, 40 crônicas trataram especificamente de leitores com baixa exposição à escola e alto grau de envolvimento com a dinâmica da cidade. As publicações serviram de campo empírico para o pesquisador. Segue neste capítulo uma síntese da experiência.

E) Entrevistas: o acompanhamento e observação participante dos 12 leitores que compõem a tese deram origem ao capítulo 4 e ao **ANEXO B**. Por observação participante, conforme explicitado na introdução, entende-se um contato duradouro com os leitores, dado em mais de um encontro, de modo a criar vínculos.

3.5.1 Experiências de leitura e comunidade em Curitiba e região metropolitana

Seguem sínteses de laboratórios em espaços da cidade, como a escola aberta, nos fins de semana – um caso flagrante de resignificação e uso do espaço educativo para a convivência, sociabilidade e combate à violência; a “revolução da leitura” na comunidade Beato Sarnelli, e outras.

3.5.1.1 Comunidade Escola

Desde 2005, os sábados e domingos, diversas periferias de Curitiba passaram a receber o Comunidade Escola, programa recomendado pela Unesco e aqui encampado pela Secretaria Municipal de Educação. A proposta é simples e de resultados comprovados: os colégios ficam abertos nos fins de semana para oficinas, eventos e campeonatos esportivos, com o intuito de oferecer lazer em áreas da cidade carentes de

espaços para jogos, aumentar o vínculo com a comunidade e reduzir a violência. Instituições de ensino sem cadeado no portão passam a funcionar como espaço de sociabilidade (FERNANDES, 2008a, p. 4).

No exercício da reportagem, foram acompanhadas duas escolas – uma no bairro Pinheirinho e outra no Novo Mundo –, durante um sábado, em 2005, com o intuito de saber se a oferta de leitura e lazer fora dos horários de aula ajudavam na redução da violência e na melhora na relação com o espaço urbano, aspectos que interessam esta tese. Era o início do projeto e a acolhida da comunidade superava as expectativas iniciais.

Entre 2005 e 2008, o Comunidade Escola teve 2,7 milhões de participações e 37 mil atividades – e o fez praticamente com o mesmo equipamento que os colégios oferecem dia a dia a seus alunos. Nos três primeiros anos de funcionamento, das 172 instituições municipais de ensino, 65 implantaram o projeto. Importante ressaltar que o Comunidade Escola atinge os alunos, vizinhos e a população adulta do bairro, que passa a ter novamente contato com o ambiente educacional. Não raro são pessoas com baixa exposição ao ambiente de ensino, mas que podem se reconciliar com ele por intermédio do programa.

Em 2007, a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba fez uma parceria com Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas Educacionais (Nappe), da Universidade Federal do Paraná, e encomendou uma pesquisa junto a 900 participantes e não participantes do projeto. Em paralelo, o órgão municipal fez seu próprio levantamento, com 22 agentes do programa, com os quais desenvolveu entrevistas em profundidade. Também foram realizados 10 grupos focais, reunindo entre 80 e 100 voluntários do programa cada um. Os resultados foram publicados em 2008.

De acordo com o pesquisador e economista Flávio Scatolin, membro do núcleo de pesquisa da UFPR, o programa se desenvolve em regiões pobres, que estão formando seu capital social. São áreas que ainda moldam sua cultura. O Comunidade Escola se tornou um espaço para apressar esse processo (FERNANDES, 2008a, p. 4). e deve se tornar um dos índices futuros de organização das cidades, tamanha a quantidade de informações deixadas no lastro dos participantes.

Grosso modo, o perfil dos participantes é previsível. A pesquisa aponta que crianças e jovens somam 81% dos frequentadores: 77% não possuem computador em casa – o que justifica os cursos de informática serem campeões de audiência –; e mais de 70% dos participantes, nas mais diversas faixas etárias, não têm acesso fácil a bens culturais

como museus e salas de exposição. As informações mais surpreendentes dizem respeito à população adulta – não escolarizada e menos visada por programas sociais. No estudo da UFPR, por exemplo, é essa fatia que vê no Comunidade uma oportunidade de “aprender mais”, como indicam 50% das respostas.

No levantamento da UFPR geral, 35% dos entrevistados acreditam que o programa reduziu a depredação e aumentou o senso de pertencimento à comunidade. Perto de 37% dos alunos-oficineiros tinham o hábito de ficar na rua, comprovando que a escola funciona como espaço de segurança e lazer se aberta em outro horário que não o do expediente das aulas. Mas uma das qualidades mais notáveis do estudo é que evitou se centrar no medo da violência como razão do Comunidade Escola. Os pesquisadores investigaram, por exemplo, se ir à escola nos fins de semana melhora o desempenho e estreita os vínculos de crianças e jovens com o local onde estudam. A resposta é sim, como atestaram os entrevistados. Do que se deduz que o programa pode ajudar na redução da evasão escolar.

Outro dado relevante é a relação entre ser participante do Comunidade Escola e ser participante também de outras associações, como igrejas e times de futebol⁷¹, reforçando a relação entre vida social e abertura ao conhecimento. O resultado confirma as expectativas: 71% dos que frequentam o Comunidade pelo menos uma vez por mês têm um bom grau de associativismo em outras instâncias, mostrando que o senso comunitário não é excludente, mas somatório. Entre os adultos, 81% estão ligados a alguma igreja e 14% dizem ter grande participação nos grupos dos quais fazem parte.

São muitos os indícios de que os mais assíduos são também “cidadãos interessados”, termo da pesquisa da Franceschini, explorada neste estudo [item 3.3]: 56% dos oficinairos têm de 1 a 20 livros em casa e 22% de 21 a 100 livros – resultados altos para a parcela econômica incluída no projeto, na casa de meio salário mínimo per capita. Mais: 49% dos mais participativos nunca reprovaram na escola; 57% moram com o pai, indicando famílias mais sólidas, sendo em boa parte acompanhados nos estudos.

No quesito violência, os mais assíduos ao Comunidade Escola se revelaram menos expostos do que os não participantes ou participantes esporádicos: 19% das crianças que frequentam o programa já sofreram agressão verbal e 8% agressão física. Entre os não participantes contumazes consultados esses números saltam para 32% (agressão verbal).

⁷¹ A média de participações por semana é 4,5 mil pessoas. A média mensal é de 11.875 pessoas. A estimativa é que o programa atinja por mês mais de 350 mil crianças e jovens de baixa renda. Dados da Secretaria Municipal de Educação (FERNANDES, 2008a, p. 4)

e 17% (agressão física) (GONÇALVES, 2008). O resultado sugere que a exposição à violência inibe de alguma maneira a participação social.

3.5.1.2 Comunidade Beato Sarnelli

Em Campina Grande do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, funciona a Comunidade Beato Sarnelli, criada pelo padre irlandês Patrick McGillicuddy, no início dos anos 2000, para atender jovens com mais de 18 anos, que tenham experimentado situação de rua e vulnerabilidade social, e passado por programas de ressocialização, sem sucesso.

O que mais chama atenção no projeto – que funciona em regime de internato, nos moldes de um seminário católico – é que a educação não é vista como prática de caridade, mas como inserção efetiva na realidade cotidiana. Os 36 jovens da comunidade, ao serem aceitos no programa e passarem por tratamento de desintoxicação, já que muitos são dependentes químicos, fazem um teste escolar para saber em que nível de fato estão. É comum alguém que tenha a 6ª série ter conhecimentos compatíveis com o nível básico.

A partir do resultado, monta-se um programa de aulas particulares, com 12 professores, até que o aluno chegue a sua idade série adequada. As instalações do colégio se assemelham às melhores instituições de Curitiba. Outra marca da Comunidade Beato Sarnelli é o incentivo à leitura. É comum ver os moradores com livro na mão em vários ambientes da chácara, numa associação flagrante entre educação, inserção, vínculo social e lazer. Na ocasião da reportagem, no final de 2008, 22 jovens com passagens pela comunidade já tinham chegada à universidade, tendo no currículo terem um dia passado pelas ruas. Nove tinham se formado e três concluído o mestrado (FERNANDES, 2009a, p. 14).

Chamou atenção a história de Afonso Ritchielle, então com 19 anos e cursando Economia numa universidade de Curitiba. Ele conversou com a reportagem sobre a crise mundial causada pela quebra de bancos americanos. Falava com propriedade, o que é impressionante para um jovem que até pouco tempo fazia parte dos sete milhões de meninos e meninas em situação de rua no Brasil.

Aos 8 anos, Afonso foi abrigado pela primeira vez, perdendo o vínculo com a família, moradora da Vila Verde, na CIC. Passou pelo SOS Criança, pela obra adventista, pela República do Piá, até ganhar as ruas, onde morou durante seis meses. Seu circuito de fracassos se interrompeu na Comunidade Beato Sarnelli, onde se tornou candidato a uma vaga na Bolsa de Valores, seu sonho para o futuro.

A história da comunidade começa com o impacto sofrido por Patrick McGillicuddy ao pisar no Brasil, no início da década de 1980. Foi quando se deparou com a juventude desvalida e com a incômoda naturalidade com que boa parte do país lida com isso. Como estava aqui para ser missionário, e tinha trabalhado com meninas em situação de risco social em Nova Iorque, entendeu que era chamado a continuar o trabalho com meninas no Brasil. Pediu ajuda ao cardeal de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns, que lhe tomou os documentos e a carteira de cigarros e o mandou morar na rua quatro dias, com a recomendação que o procurasse depois dessa experiência para falar de assistência social.

O irlandês voltou transtornado da experiência e viu que o Brasil não era para principiantes. Anos depois, já em Curitiba, se deu conta da inexistência de programas para jovens com mais de 18 anos. Embora não haja estatísticas confiáveis, sabe-se que à medida que diminuem as ofertas na rede de proteção à infância e adolescência, crescem as chances de envolvimento em delitos. Chegar à maioridade é uma condenação.

A primeira casa de amparo do padre Patrick foi criada em 1994, no Parolin. “Quando comecei, não sabia como ia ser. Tinha 300 jovens cadastrados. Servíamos almoço. Havia uma grande lacuna. Apesar de haver 1001 lugares, caíam de volta na calçada”, contou o religioso redentorista (FERNANDES, 2009a, p. 14). Com uma herança de família, alguns anos depois, ergueu o colégio de Campina Grande do Sul, inaugurado em 2003, com capacidade para atender 60 jovens.

A casa comunidade tem 36 mil metros quadrados, piscina 12 X 8 metros, bosque, salas de aula equipadas de eletrônicos, biblioteca com 10 mil exemplares, revistas e jornais por todos os cantos, laboratórios de ciência. O maior financiador do projeto é o HSBC. São necessários R\$ 45 mil por mês para que os 32 rapazes possam chegar à faculdade e aos primeiros estágios. Ali é um lugar para estudar.

Para esta tese, a experiência da Comunidade Beato Sarnelli serviu de laboratório nas seguintes questões: a possibilidade de despertar para a leitura na juventude, enfrentando o senso comum de que essa prática desperta, a rigor, na infância; e a questão do valor dado à educação, mas de forma expressiva e não apenas discursiva.

O colégio de Campina Grande do Sul é bonito e bem cuidado, além de uma excelente escola. O prédio, as salas de aula, os bosques estão dizendo para quem chega ali que a educação é um valor. Escolas depredadas e mal cuidadas, aos montes no Brasil, informam justamente o contrário.

As regras da comunidade estabelecem que é obrigatório ler um livro por mês. O rigor é questionável. Mas nos bastidores da reportagem se viu a rapaziada falando de Hemingway e de Faulkner como se estivesse comentando futebol, o que foi um bom indício. O professor de Português, Édson Luiz Kroich, disse que nunca imaginou discutir Hamlet com jovens que foram moradores em situação de rua. “Essa experiência me abriu para outro mundo. Tive de reaprender a dar aula”, entusiasmou-se, num intervalo para o recreio. “Eles estão aqui porque querem. São uma prova de que o estudo muda as pessoas” (FERNANDES, 2009a, p. 14).

É raro uma obra social ter tamanho acento na educação, até porque ex-moradores em situação de rua, ex-dependentes químicos e egressos de famílias desestruturadas são vistos como maus alunos crônicos e comprometidos, o que a comunidade Sarnelli desmente. Ali, professa-se a crença no poder redentor do conhecimento. “Eles têm de investir muito em si mesmo,. O mais difícil é recuperar a autoestima, perceber-se como alguém capaz de crescer. É quando descobrem o mundo do saber, um mundo do qual foram excluídos”, defendeu padre Patrick (FERNANDES, 2009a, p. 14).

3.5.1.3 Penitenciária Central do Estado

Como parte desta pesquisa, acompanhou-se a rotina do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja). Mário Faraco, da Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara, região metropolitana de Curitiba. Ali, em 2007, a professora de Matemática Terezinha Crocetta, hoje aposentada, desenvolvia programas de leitura com detentos – todos, a rigor, com baixa exposição à escola.

A experiência ofereceu subsídios para pensar o universo do leitor não escolarizado, como mostrou a reportagem publicadas na Gazeta do Povo em 8 de abril de 2007. Na PCE houve oportunidade de conversar com alguns presos envolvidos no programa de leitura. Eles são exemplos de fragilidade escolar – o

abandono é comum na biografia de todos eles. Ao se renderem à leitura, o fazem de forma anárquica e anticanônica. Leem Dostoievski com a mesma intensidade com que leem Paulo Coelho.

Os números ocupam o tempo dos detentos da Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara. Samuel dos Santos, 32 anos, 20 de condenação, 12 de cadeia, subtrai cada minuto que antecede sua condicional. Reinaldo dos Santos, 30 anos, uma década e dois meses de cela, iniciou a contagem regressiva para os oito meses que lhe restam atrás das grades. João Batista Lima, 23 anos, 15 de pena e 3 anos e 10 meses na grade – idem. “É uma questão de meses”, consola-se. O balanço das horas, contudo, não é o único cálculo que o trio costuma fazer. Samuel, Reinaldo e João também contabilizam os livros que leram. E tem sido bem divertido.

O ranking de 2006 já está pronto: Samuel, atualmente numa batalha para vencer *Crime e Castigo*, de Dostoievski, é o recordista – 50 títulos, seguido de Reinaldo, com 47, e de João, com 41 livros. A contabilidade literária é acompanhada na ponta do lápis por ninguém menos do que a professora de Matemática Terezinha Crocetta, do Centro de Educação Especial de Jovens e Adultos (Ceebja) Mário Faraco (FERNANDES, 2007c, p. 4).

À época da reportagem, a professora Terezinha Crocetta somava uma década de serviços prestados à educação no sistema prisional. Mas havia pouco mais de dois anos que tinha descoberto as possibilidades da leitura. Tudo se deu quando um detento lhe perguntou que livro era aquele que carregava debaixo do braço. Ela respondeu com um sonoro “quer ler?”. O moço quis, devolveu, pediu mais, trouxe mais gente, até formar um arrastão de leitura que incluiu os 150 estudantes do Ceebja na PCE.

Para abastecer os leitores detentos, Terezinha carregava livros em sacolas transparentes – para não ser rendida continuamente pelos agentes penitenciários na hora da revista – e forrava o porta-malas de seu carro com doações e compras que fazia nas livrarias. Para manter sua biblioteca ambulante, a professora levava consigo um fichário, pelo qual monitorava cerca de 200 empréstimos. Na ocasião da reportagem, os pedidos que tinha de atender eram *Ponto de Impacto*, então o último livro de Dan Brown, autor de *Código Da Vinci* – *best seller* local, embora a anos-luz do norte-americano Sidney Sheldon – o Shakespeare dos detentos (FERNANDES, 2007c, p. 4).

Para a professora, difundir a leitura junto aos presos exige abrir mão do preconceito. “Importa para mim que eles descubram que ler é bom. Ponto. O resto vem com o tempo”, explicou. O melhor termômetro desse resultado é a palavra do próprio detento. Reinaldo dos Santos pediu para ficar sem algemas: estava ansioso para folhear o livro que acabara de receber de Terezinha, *O Pecador*, de Tess Gerritsen. Ele falou de

O Caçador de Pipas, de Khaled Housseini, da sua lista de 2007. Reinaldo lembrou ter aprendido a ler na marra, fazendo fichas de leitura, quando era aluno do Colégio Estadual Padre Cláudio Morelli.

A escola acabou sendo abandonada na 5.^a série e só retomada no sistema, onde Reinaldo lia até três títulos por semana. “Fico 90% do tempo sem ter o que fazer. A leitura é uma fuga, me leva para outro lugar”, resumiu. Samuel dos Santos, então seu colega de cela, reiterou. “As histórias me levam para mundos diferentes. Tem horas em que me sinto um personagem”, explica o rapaz que é egresso do Colégio Estadual Conselheiro Zacarias e, para surpresa, teve uma vida estudantil tranqüila, até cair no sistema prisional (FERNANDES, 2007c, p. 4).

João Batista de Lima estudou até a 5.^a série. Aos 14 anos abandonou o Colégio Estadual Conselheiro Carrão, onde deixou fama de aluno rebelde. O primeiro livro da vida foi lido na cadeia – o sugestivo *Nada Dura para sempre*, de Sidney Sheldon. Foi difícil. “A obra estava baleada”, brincou, sobre o estado de penúria do exemplar que já tinha passado por umas 1,5 mil mãos antes de chegar até ele, dando início a uma comovente história de amor à leitura. O preso com pinta de cantor de rap e que sonhava cursar Educação Física devorava 600 páginas em dois dias (FERNANDES, 2007c, p. 4).

Além dos três presos da PCE, deram depoimento sobre leitura tardia alguns detentos da Colônia Penal Agrícola, que funciona no mesmo Complexo Penitenciário de Piraquara. Foi acompanhada uma aula de redação dos detentos que então já gozavam do regime semiaberto.

Os cadernos estão encapados com papel-tigre, a turma é do ciclo básico, a professorinha usa avental branco e o tema da redação é “Uma história de Páscoa”. Mas os alunos não brincam mais de “pega-pega” no recreio. São 38 homens feitos, brigando com as palavras que teimam em fugir do papel depois de décadas longe dos bancos escolares. Eles fazem parte da Colônia Penal, uma espécie de zona livre em meio à imensidão do Complexo de Piraquara, e estudam na sala de 1.^a a 4.^a do Centro de Educação Especial de Jovens e Adultos (Ceebja). Mário Faraco. Dizem que toda aquela beleza enjaulada às margens da Represa do Iraí – onde está a colônia – é do tamanho do Boqueirão. Mas fica a impressão de que a floresta de pinheiros, o campo de futebol e o próprio Iraí importam menos que as pequenas salas de aula – cinzentas, abafadas e disputadas. Em torno delas corre um “conversê” digno de colegiais em dias de gincana. Seria perfeito se não fosse um bocado trágico: com o cotovelo na carteira tem gente pelejando atrás de uma boa lembrança de Páscoa. E não vem porque talvez não exista (FERNANDES, 2007c, p. 5).

Para o detento Claudinei dos Santos, estar na colônia, em dias de sair e frequentando a escola, parecia mentira. Em 2005, quando entrou na PCE, condenado por furto qualificado, se viu “no fundo do poço”, como diz. Era a pior sequência de uma história de abandono dos estudos aos 7 anos, trabalho forçado, pobreza extrema, até chegar à dependência química e à marginalidade. “Quando conheci o dinheiro, aí virou tudo”, contou, com a redação de Páscoa na mão e uma ideia na cabeça: precisava aprender é matemática, para melhorar seu passe como pedreiro.

A preocupação de Claudinei com a utilidade dos estudos é típica. E explica por que os detentos costumam ser melhores alunos do que a média da Educação de Jovens e Adultos (EJA). – como garantiu a professora “Beatriz” (como preferiu se identificar). “Eles estão focados.” Ter um trabalho para quando chegar a liberdade é um imperativo. O estudo funciona como passaporte para chegar lá. Até que se prove o contrário, esse desejo de aprender só esmorece porque a rede de proteção para quem sai é falha. Sem emprego e sem apoio, quem é que consegue estudar?

E sem estudo, como é que vou pegar trabalho?”, pergunta Romildo Alves, 33 anos, vida escolar abandonada na 3.^a série. “Tive de voltar de ré. E pensar que eu tinha entusiasmo pela escola quando era guri”, diz o rapaz que estuda dois períodos no Ceebja, para ver se engata uma primeira e sai de arranque. Altamir dos Santos, 45 anos, ex-aluno do Colégio Estadual Pedro Macedo, idem. Mas tem dúvida. É soldador de ofício, deve sair em três meses e acha que não vai conseguir continuar os estudos. Tem de trabalhar, diz, repetindo o mantra que acompanha os presos assombrados pela ressocialização. É a prova de fogo. Inclusive para presos “que arrancaram”, como Devanir Rocha, 31 anos, 20 de abandono escolar. Detido desde 2004, deu tantos saltos na EJA que pensou em abandonar a antiga profissão – motoboy. Quer estudar para repórter. “Será que vai dar?” O rapaz gosta das aulas de História da professora Solange Falcone e se tornou leitor da coleção Vagalume, uma paixão nacional. “Vai ser uma lástima se eu parar. Estou lendo melhor (FERNANDES, 2007c, p. 5).

Um dos personagens mais interessantes da Colônia Penal estava na biblioteca, uma saleta com 3 mil livros. O bibliotecário é “D”, então com 39 anos, advogado e em vias de ganhar liberdade. Arrisca ninguém saber mais do que ele sobre as práticas de leitura na colônia. “São 250 visitas mensais para 1,3 mil presos”, calculou.

Um sujeito gritou da porta no momento da entrevista: “Tem Sidney Sheldon?” Não, não havia Sidney nem Paulo Coelho, os mais procurados. “F”, 22 anos, ex-aluno de História e de Ciências Sociais da UEL levou *A Náusea*, de Sartre, e *Utopia*, de Thomas Morus, “para reler”. “Ajuda a lidar com a depressão, a reorganizar as ideias.

Até quem não gosta acaba lendo”, sentencia. “Tem Montesquieu?”, perguntou um ao bibliotecário. Tinha (FERNANDES, 2007c, p. 5).

Um dos personagens do cenário de leitura na PCE foi o músico e educador Emerson Queluz, então professor no Ceebja Mário Faraco, autor da dissertação de mestrado, *Cela de aula: espaço de ensino-aprendizagem*, defendida em 2006 no setor de Educação da UFPR, com orientação da doutora Sônia Haracemiv. Além de vasculhar a recepção dos estudantes aos conteúdos propostos nas “celas de aula”, a dissertação mostra as relações turbulentas que os detentos viveram com a educação, o dilema da ressocialização e a religiosidade, como elemento que encurta caminhos entre educadores e educandos. É pela religião, afirmou Queluz, que esses leitores de cárcere se mantêm ligados à leitura.

3.5.1.4 Educandário São Francisco

Esta pesquisa incluiu uma incursão pela unidade de ressocialização Educandário São Francisco, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, para acompanhar uma oficina de letramento e escrita de cartas. Adolescentes evadidos da escola em sua maioria encontraram na escrita uma forma de reatar vínculos familiares. A reportagem com o resultado da experiência foi publicada em 13 de maio de 2007, na Gazeta do Povo. Como laboratório, a experiência ilustra as relações entre leitura e escrita e a necessidade das pessoas de baixo letramento em contar suas próprias histórias, de próprio punho, o que se confirmou no acompanhamento dos 12 leitores [capítulo 4], sendo metade deles dado à prática das memórias por escrito.

P. tem 17 anos e há um ano e nove meses cumpre medida socioeducativa no Educandário São Francisco, em Piraquara. Não é propriamente um assunto do qual goste de falar – com exceção de um episódio. Em meados de 2006, o adolescente viu tomar posse a nova leva de educadores da unidade – entre eles o relações-públicas R. F., 26 anos, figura da qual deve se lembrar pelo resto de seus dias. Muito alto e encorpado, o recém-chegado parecia sob medida para manter a ordem do local que abriga cerca de 150 adolescentes. Mas não foi propriamente o que aconteceu. Rafael, em vez de vigiar e punir, pôs P. para escrever cartas. E nada foi como antes.

Esta história de caneta, papel, vastas emoções e pensamentos imperfeitos começa com a coordenadora educacional Maria Lina Gutstein, 51 anos, veterana com 32 anos de serviços prestados junto a crianças e adolescentes em conflito com a lei. Ao saber que o novato R. era formado em Comunicação Social, lançou-o para levar adiante uma idéia que a perseguia – a de oferecer uma oficina de cartas no educandário. Simples e econômica, a proposta parecia sob medida para matar uns tantos coelhos: escrever ainda é o caminho mais curto entre a razão e a sensibilidade, um atalho para projetar os próprios dramas, pensar a realidade e reatar vínculos familiares e de amizade (FERNANDES, 2007c, p. 17).

O pesquisador conversou com quatro internos que participam das oficinas de cartas do Educandário São Francisco. O que escrevem passa pelos estudos, pela saúde e pela saudade que sentem de casa. Há quem tenha conseguido namoradas graças à habilidade com o verbo. E quem tenha mandado um recado para os juízes que cuidam do seu caso, com capricho, para impressionar. As mães eram as principais destinatárias.

G., 18 anos, em 11 meses de São Francisco escreveu quatro cartas para a mãe. Não foi fácil: abandonou a escola na 5.^a série e as palavras lhe fogem. “Tem de pensar muito, né”, diz. No que é apoiado por P. O maringaense D., 16, recebe fotos da namorada, o que o ajuda a amenizar a ansiedade sentida em um ano e três meses de medida socioeducativa. “Sinto falta da família”, diz o menino que estudou até a 3.^a série. E., 16, caprichou na letra e pediu à juíza que o deixe voltar para casa (FERNANDES, 2007d, p. 17).

Como mandavam cartas, os adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas também recebiam cartas. O dia da entrega mudava a rotina do Educandário São Francisco. Aos domingos, tornou-se comum as mães e os irmãos aparecerem com envelopes enfeitados mandados pelos vizinhos e amigos. Segundo a educadora Maria Lina Gutstein, muitos laços foram reatados.

“Hoje não quero fazer nada. Vou é escrever cartas” (FERNANDES, 2007d, p. 17), costumavam escutar educadores no tempo em que a oficina era oferecida. Uma surpresa. A expectativa em torno de escrita e leitura costumava ser pequena. Marcenaria, esportes e cerâmica têm mais sucesso junto a garotos que vivem atrás dos muros altos do São Francisco. À época, a procura pela oficina de cartas cresceu tanto

que a direção do educandário teve de mudar a metodologia. Em lugar de chamar um por um para a aula, passou a formar grupos de escrevedores de carta, em dias determinados da semana. Eram escritas em média dez cartas por dia. Por esse cálculo, nos oito meses do programa, cerca de 1,6 mil cartas tinham sido escritas pelos internos (FERNANDES, 2007d, p. 17).

Adolescentes em conflito com a lei têm uma dificuldade crônica em se expressar. A maioria trocou muito cedo a escola pela contravenção. Apenas 15% dos internos do São Francisco estavam no segundo grau em 2007. Somem-se à baixa escolaridade problemas como a dependência química, abandono, abuso e ligações com o mundo do crime, no qual demonstrações de afeto não são rotina, pelo contrário. A prática quase romântica de escrever cartas para familiares surgiu claramente como uma operação de risco, mas um passaporte para a leitura.

E era praticada com método. A oficina de R. nascia de uma conversa prévia, esboço de ideias, revisão, reescrita “com letra bem bonita e mandando lembranças para todo mundo”, além de seguirem um bordão que os garotos repetem em coro: “Precisa de começo, meio e fim.” “Uso método socrático. É ideal para meninos que se negam a dizer ‘eu te amo’ e que nunca choram”, explicou (FERNANDES, 2007d, p. 14).

3.5.1.5 Biblioteca da Vila das Torres

Na Semana da Pátria de 2009 foi inaugurada uma biblioteca formada por 1,5 mil livros recolhidos do lixo por carrinheiros⁷² da Vila das Torres, a mais antiga favela de Curitiba, ao lado da Vila Parolin. A revelação de que os catadores encontram obras de literatura e de direito, entre outras, nos mesmos latões que comportam coadores de café, fraldas descartáveis e embalagens de maionese, mobilizou a imprensa e sensibilizou a população, que passou a mandar livros para a sala de leitura.

O livro não é visto como objeto de escambo. Recomenda-se que seja doado e tratado com aquele respeito que os antigos dedicavam ao pão velho. Por isso, a biblioteca da Vila das Torres, embora modesta e acanhada, ganhou uma leva de significados e conseguiu provocar sobre a região em que se encontra um outro olhar que

⁷² Carrinheiros é um termo atribuído a catadores de papel e papeleiros, antigamente chamados de “catadores de monturos”.

não a de ser ali um espaço de violência, tráfico e sub-habitação. A esta tese o fato da pequena biblioteca interessa, além dos motivos evidentes, por criar um status para o livro e para a leitura numa zona de baixa escolaridade e alta informalidade.

Dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente mostram que os catadores de papel respondem por mais de 90% do lixo reciclado da cidade, superando em eficiências as empresas contratadas por licitação para o serviço. A vila tem 8,5 mil moradores, de acordo com estimativas da Cohab divulgadas em 2007. Destes, pelo menos 30% vivem da catação de lixo, fazendo do local uma espécie de “centro nervoso da reciclagem” na capital. Foi ao separar o livro dos papéis que seriam enviados aos atravessadores – o que devia ser comum há bastante tempo – que moradores decidiram criar um espaço de leitura. Vale lembrar que anteriormente fora fundado no local um museu – com fotos antigas e, idem, material encontrado no lixo –, e uma praça, sempre por iniciativa da população.

O descarte dos livros é um fenômeno das duas últimas décadas, como foi tratado no capítulo 2 [item 2.6], face à dinâmica do mercado editorial para atender à grande demanda de leituras específicas, a redução dos espaços domésticos para acumular livros, a crença de que o texto digital vá substituir o livro, e, obviamente, a desvalorização dos objetos de leitura.

Reportagem da *Gazeta do Povo*, assinada pela repórter Bruna Maestri Walter, descreveu em minúcias a consolidação da biblioteca – uma iniciativa do morador Carlos Roberto Teles, o palhaço Chameguinho – que faz performances no Calçadão da Rua XV, no Centro de Curitiba, e do comerciante José Francisco Sanches, o Baleia, criador do museu e da praça citados.

O desafio era montar o acervo. No começo, Baleia comprava de quem lhe oferecia. Pechinchando, conseguiu muito livro gastando apenas R\$ 10. Mas depois decidiu que tudo teria de ser feito na base da doação. E a maioria dos catadores passou a entregar os livros de graça quando os achava. “E como tem livro!”, diz Chameguinho. “Acho que Curitiba está sendo campeã de jogar livro fora. Não sabia que curitibano desperdiçava tanto livro”, lamenta. Ele calcula que, em dois meses, uns 1,5 mil livros foram tirados do lixo e levados à biblioteca, que também recebe obras doadas por entidades (WALTER, 2009, p. 8).

A Vila das Torres é um lugar de ações sociais fortes. Há cerca de 15 associações na vila, a exemplo da Iniciativa Cultural, Associação de Moradores da Vila dos Ofícios, Associação de Moradores da Vila das Torres, Centro Comunitário Nossa Senhora

Aparecida, Centro de Formação Santo Dias e o Instituto Vida Nova (FERNANDES, 2007a, p. 7).

Os problemas da região são muitos. Estima-se que pelo menos 50 cavalos andem à solta pela vila, reforçando a imagem de lugar sujo, feio e maltratado. Some-se a particularidade de que sendo a coleta e separação de lixo uma das principais atividades da comunidade, os terrenos minúsculos – pelo menos 150 deles abrigando mais de uma moradia –, exigem que a separação do lixo seja feita do portão para fora, fazendo da vila uma paisagem de lixo pelo chão (FERNANDES, 2007a, p. 8).

Para quem mora por ali, não dá para entender tanta demora em transformar a vila numa parte efetiva da cidade, e não num adendo, desprovido de condições básicas. Basta pensar que ruas como a Chile – um dos espaços habituais da juventude curitibana da classe média – e a Balthazar Carrasco dos Reis – que corta a tradicionalíssima Água Verde, passam tristemente por ali. Tão difícil quanto é entender por que a Vila das Torres simplesmente não existe. Parte das placas dizem Jardim Botânico, parte apontam Prado Velho, bairro com o qual está mais identificada e do qual representa míseros 10% da área (FERNANDES, 2007a, p. 8).

Dados da Secretaria Municipal de Habitação (Cohab-CT). para a Vila Prado – como é chamada a parcela da Vila das Torres ainda em vias de regularização fundiária pela prefeitura –, ajudam a traçar o perfil sociocultural da comunidade. Os dados foram computados em dezembro de 2007, junto a 145 domicílios e 141 famílias, abrangendo 97,2% dos moradores da Prado. Mais de 45% a comunidade tem entre 31 e 50 anos de idade. Como há 26,9% dos moradores na faixa dos 18 a 30 anos, fica-se sabendo que a comunidade é formada por gente jovem e economicamente ativa.

Quanto ao nível de escolaridade, 28 pessoas acima de 18 anos se declararam analfabetas; 34 crianças se encontravam fora do sistema de educação infantil; 63 pessoas – 18,4% - pararam de estudar até a 4.^a série incompleta do ensino fundamental; e 20,5% da comunidade parou de estudar da 5.^a a 8.^a série do fundamental. Apenas 26 pessoas acima de 198 anos – 7,6% - concluíram o fundamental (COHAB, 2008).

No momento da pesquisa, 37,4% da população pesquisada estava inserida no sistema educacional. Destes, 40,1% eram crianças cursando o fundamental e 79,2% cursavam a 4.^a série do fundamental. Outros 19,1% eram adolescentes de 12 a 15 anos. No entender dos técnicos da Cohab-CT, há uma incidência de pessoas acima de 18 anos estudando ou retomando os estudos. Havia 35 moradores acima de 18 anos, 17,1%, no

ensino formal, sendo 15 no fundamental e 20 no ensino médio ou superior. É nesse contexto que nasceu uma biblioteca na Vila das Torres.

3.5.1.6 Outros territórios de leitura

As páginas de jornal, se lidas com atenção, volta e meia brindam com notícias como as do Edifício Prestes Maia, fornecendo munção para investigar o modo como a cultura se dá em situações adversas – em meio a catadores de papel, favelados e mesmo cidadãos assoberbados pela rotina das grandes e pequenas cidades. Nem sempre as associações são “culturais” à primeira vista. Mudanças de atitude em relação à cidade, caso reabilitem as práticas de troca e sociabilidade, são favoráveis à cultura. É o caso que se segue.

No final de dezembro de 2005, um grupo de pessoas sem-teto decidiu arrumar o subsolo do edifício que invadiu, na Avenida Prestes Maia, Centro de São Paulo, e instalou ali uma biblioteca. O acervo, formado por clássicos da literatura, foi reunido com doações e ajuda de uma ONG, além de trazer publicações encontradas no lixo.

Ao final da contagem, chegou-se a cerca de 3,5 mil exemplares – mais do que a maior parte das salas de leitura das escolas municipais. O espaço atendia 468 famílias que moram no prédio. O idealizador do projeto foi o catador de papel Severino Manoel de Souza. Ele fazia um controle rígido do material emprestado na biblioteca. Severino nunca frequentou a escola e aprendeu a ler numa cartilha e com a ajuda de um tio (BALAZINA, 2006, p. C4).

O caso da biblioteca da Prestes Maia intriga, principalmente por surpreender um país que se acostumou a conviver com índices negativos de leitura e a pensá-la como uma dívida da educação e da pobreza. Pesam as determinantes econômicas e culturais, muito mais do que a suspeita de que ler pode ser uma forma de resistência – e que mesmo sendo pequena, é significativa e sinalizadora de novas práticas culturais e urbanas.

Cidades como São Paulo vivem um despertar das práticas urbanas que fazem da cultura sua bandeira. Alinhando-se ao fenômeno mundial dos bairros degradados que se tornam SoHos nova-iorquino, a capital assistiu à ocupação da Vila Madalena nos anos

1970 e nos anos 1980 um movimento de volta para o Centro. O bairro que recebeu impulso, na sequência, foi o da Barra Funda, antiga zona industrial da cidade, repleta de sobrados e barracões abandonados. “Na vila [Barra Funda] há um chefe de cozinha, artistas, sociólogos, massagista, publicitários e jornalistas. Como são todos amigos, os vizinhos organizam eventos culturais, como a Festa da Entrada da Primavera” (LEMOS, 2005, p. C6).

Também em São Paulo, a história dos 17 poetas da periferia que começaram a se reunir, em 2001, no bar do Zé Batidão, próximo ao cemitério São Luiz – “notabilizado por ser o local em que existem mais jovens enterrados por metro quadrado.” O cemitério está no Jardim Ângela (Zona Sul), apontado pela ONU como uma das regiões mais violentas do mundo. Aos poucos, jovens *rappers* e sambistas foram transformando o bar do Zé Batidão em centro cultural, local onde se produz livros e grupos musicais. Os saraus das quartas-feiras costumam reunir 300 pessoas.⁷³

No livro *Capão Pecado*, Ferréz cita o Bar do Saldanha, no mesmo Capão Redondo, como ponto de encontro cultural. O cantor e compositor Chico César e o poeta Sérgio Vaz já participaram da Noite Cultural – realizadas ali nas terças ou quartas à noite. Vaz é dos mentores do Bar do Batidão. Diz Ferréz em seu blog: “No Capão não tem nada. É o único lugar legal, onde possa se fazer um samba... Vou lá desde pequeno. No evento sobre Literatura Marginal reunimos 300 pessoas para falar de poesia.” O Bar do Saldanha está ameaçado de despejo por estar numa zona irregular” (ROSSI, 2007, p. 16).

Apropriações urbanas também podem se dar em espaços não necessariamente identificados com a metrópole, mas que sem dúvida não escapam de sua influência. O município de Alto Alegre do Pindaré, no Sul do Maranhão, tem 24 mil habitantes. Lá, as casas são de taipa e a maioria da população não sabe ler nem escrever. Foi nesse local que surgiu a bibliojegue. Abarrotado de livros, um jegue percorre os povoado. As pessoas se aproximam, sentam em roda, pegam um livro e escutam um contador de histórias.

Em um ano de funcionamento, a biblioteca já apresentava resultados. Aumentou o interesse das crianças e adolescentes pela leitura, atesta a criadora do projeto, a professora de Português Alda Beraldo. “Um jegue solitário carregando livros por uma

⁷³ Dados da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla). reforçam que a juventude é “a maior bomba social brasileira, refletido nos níveis de violência. O mais trágico dos dados: 7 milhões de jovens de idades entre os 15 e os 24 anos nem estudam nem trabalham” (DIMENSTEIN, 2007, p. C8).

estrada de terra do Nordeste tem tanto ou mais a dizer sobre como reduzir a miséria no país do que os monumentais planos elaborados em gabinetes ministeriais e estaduais” (DIMENSTEIN, 2006b, p. C9).

No sertão de Minas, à beira do Rio São Francisco, um pescador montou uma biblioteca ambulante na feira de uma cidade sem livrarias. Em 11 meses, Leonardo da Piedade Diniz Filho, o Léo do Peixe, reuniu oito mil volumes e cadastrou 348 leitores no seu Clube da Leitura, numa feira livre, em Pirapora. Incentivado por uma professora, Léo inscreveu seu projeto no prêmio Viva Leitura, promovido pela Fundação Santillana. Dos três mil projetos inscritos, a barraca do Clube da Leitura ficou entre os cinco finalistas na categoria pessoa física. O vencedor foi um projeto de leitura para presidiárias em Porto Alegre (CARVALHO, B., 2006, p. E-1-E-5).

A pesca de histórias que cruzam a cidade e a cultura não passa apenas pelas chamadas matérias de comportamento ou, no jargão jornalístico, matérias de interesse humano. Entrevistas com escritores estão povoadas de alusões à cidade – ou à maneira como a prática da escrita e da leitura pode estar, de alguma forma, relacionada à forma como se vive a cidade.⁷⁴

3.5.2 Experiências de território

Em paralelo à investigação, visita e reportagem sobre espaços da cidade que desenvolveram seus nichos para a leitura, desenvolveu-se para esta tese um campo paralelo de observação – a rotina de favelas e de bairros populares, de modo a entender qual o lugar possível para o livro e a leitura nessas áreas, suas relações com a cidade, sua reação à sociedade da violência e a capacidade de organização comunitária.

A capital do estado do Paraná tem perto de 1,8 milhão de habitantes⁷⁵. Se somada à região metropolitana – um conjunto de 26 municípios – chega a 3,1 milhões de pessoas. Desses, de acordo com dados colhidos junto à Cohab-CT, cerca de 800 mil

⁷⁴ Disse o escritor Eric Nepomuceno durante evento literário em Curitiba no segundo semestre de 2007: “Eu só vi o Rio Mississipi em alguns filmes e em fotos de jornal. Mas posso contar para qualquer um de vocês como ele é. Posso falar do pânico que sentimos, à noite, quando estamos às suas margens, sem saber como voltar para casa. [...]. Porque eu li *Tom Sawyer*, de Mark Twain. Jamais vou esquecer do meu primeiro beijo. O primeiro beijo da minha vida, na boca, aconteceu quando eu tinha 11 anos. Foi na Becky, a Rebecca de *Tom Sawyer*” (NEPOMUCENO, 2007, p. 8).

⁷⁵ O Censo 2010 aponta que a capital do estado do Paraná tem 1.746.896 moradores.

se encaixam na categoria sem-teto, formando um dos mais admiráveis contrastes econômicos e sociais da sociedade brasileira.

A estimativa é que um em cada cinco moradores da capital e região metropolitana morem em ocupações irregulares. Ou seja – 20% da população estão sujeitos a uma forma kafkiana de vida, com carência de água e esgoto e opressão causada pela violência, particularmente provocada em meio à disputa por bocas de fumo. Some-se a esse quadro a educação deficitária.

É de consenso que mesmo com 254 ocupações irregulares – abrigo de mais de 200 mil pessoas – fora as quase 27 mil que moram em loteamentos clandestinos – a situação de Curitiba não é das piores. Estudo do Observatório das Metrôpoles, centro de pesquisa ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, aponta Curitiba como a capital com o segundo menor Índice de Carência Habitacional (ICH) do país – perdendo para Vitória e empatando com Belo Horizonte.

O bom desempenho se deve à proximidade das vilas com creches, escolas e unidades de saúde, além da coleta de lixo, serviço que costuma fazer Curitiba e região alcançarem bom desempenho no conjunto das cidades brasileiras. A cobertura de coleta é de 99% nos quase 800 mil domicílios da RMC. Há também oito mil famílias acompanhadas pela Cohab, e 19 mil famílias em potencial, e investimentos públicos na casa dos R\$ 200 milhões.

Na Cohab, o cálculo é que 20%, em média, de qualquer favela, têm problemas gravíssimos de “habitabilidade”. Mesmo com índices módicos a tensão e a atenção têm de ser constante. De acordo com o Plano de Regularização Fundiária da Cohab-CT, 52,7% das casas das favelas curitibanas são de madeira reaproveitada e 72,3% não dispõem de rede de esgoto, embora 98% tenham água encanada. O lixo é recolhido em 99% dos casos. Estima-se que 1.861 domicílios não tenham banheiro. O esgoto de 7.559 domicílios vai direto para o rio.⁷⁶

Somando as favelas parcialmente urbanizadas, apenas 84 ocupações da capital estariam em situação de penúria, mas o esforço do poder público sucumbe às regras informais que rondam o nada maravilhoso mundo da favelização. Esse mundo não tem nada a ver com na cidade que bateu o recorde de construção civil em 2006, com 1,3 milhões de metros quadrados de área edificada, de acordo com dados do Sindicato da Construção Civil.

⁷⁶ Esses dados constam dos estudos internos da Companhia de Habitação e servem para o Plano de Regularização Fundiária.

3.5.2.1 Vila das Torres

A inserção⁷⁷ feita na Vila das Torres – já chamada de Vila Capanema e Vila Pinto – levou ao encontro de gente como a retirante mineira Maria das Dores Silva. Ela chegou à Vila das Torres, então Capanema, em 1951. Ali só havia dois casebres – hoje, são 8,5 mil pessoas, 1,3 mil famílias – de acordo com dados informais divulgados pelos próprios moradores e admitidos, em número um pouco menor, pela Companhia de Habitação de Curitiba.

Maria das Dores conta que o que mais a impressionou foi o Rio Belém – que corta a vila e atualmente é um dos mais poluídos da capital. Em cinco décadas de vila, Maria teve sete filhos. Aos 68 anos, ainda morando num casebre, no beco da Rua Antônio Cândido Ferreira, a alguns passos do Belém, teve de assumir a profissão de carrinheira, ofício que divide com oficialmente 2,5 mil pessoas na cidade, mas que as organizações não governamentais estimam em aproximadamente dez mil coletores de recicláveis, como preferem ser chamados.

Os rendimentos de gente como Maria raramente ultrapassam R\$ 250. Da porta de casa ela vê os prédios altíssimos do Centro, pode enxergar parte do elegante bairro do Jardim Botânico, assim como o Belém degradado. Ela e os demais moradores querem entender por que a cidade não chegou até eles se estão tão perto da cidade. Não há calçamento nem meio-fio nos 69 mil metros de ruas do bairro. Nem conexão com as grandes avenidas próximas – o que oxigenaria a vila e evitaria o seu isolamento.⁷⁸

Em vez de um lugar ligado à cidade, a Vila das Torres pode ser comparada a uma muralha medieval, sem árvores e com 70% de área construída em seus 199 mil metros quadrados. Ou seja, não há áreas de lazer mantidas pela prefeitura, apenas campos de futebol improvisados pelos moradores. “Curitiba nos trata como se fôssemos o quintal onde ela joga o que não lhe interessa”, lamenta Cláudio de Sousa Santos, o

⁷⁷ A matéria assinada por José Carlos Fernandes foi intitulada na parte principal “A margem direita do Rio Belém e na correlata – matéria secundária – “Curitiba fica a léguas dali”. Com publicação em 1.º de abril de 2007, no então caderno Paraná do jornal *Gazeta do Povo*, páginas 6 e 7, tem como mote uma situação absurda: com cerca de 60 anos de existência, e com apenas 15% de ocupações irregulares, a vila ainda não foi totalmente urbanizada pelo poder público. A suspeita pela rejeição histórica é a proximidade do bairro com o Centro. Reconhecê-la e urbanizá-la equivaleria a reconhecer invasões de propriedade pública e privada na área mais nobre e urbanizada da capital.

⁷⁸ No momento do fechamento deste trabalho está sendo construída uma trincheira na Rua Chile, uma das mais elegantes da Zona Sul, e que agora vai passar por dentro das Torres.

Claudinho, então presidente da Associação Vila das Oficinas, conjunto de 50 sobrados construídos em 1994 à margem direita do Belém (FERNANDES, 2007a, p. 6).

Os homens e mulheres da vila que limpam a cidade sentem o hálito do malcheiroso Rio Belém. “Quem olha, acha que aqui não nasce nem capim. Dá para acreditar que a alguns metros daqui está o Jardim Botânico, um dos cartões-postais mais conhecidos do país?”, declarou o presidente da ONG Vida Nova, hoje extinta o comerciante José Cordeiro de Siqueira, mais de 30 anos de Torres, 18 deles em briga com o poder público para sanear um buraco perto de sua mercearia (FERNANDES, 2007a, p. 6).

O pior de tudo, no dizer dos moradores, é o estigma de ser habitante da vila. Hoje, 65,4% do território é regularizado, de acordo com dados veiculados pela Cohab. Mesmo assim, é comum os moradores terem de mentir que moram em outro bairro na hora de fazer ficha de emprego. O lugar virou sinônimo de bandidagem, por conta das gangues ali instaladas, em especial na parte que foi cortada pela Rua Guabirota, nas imediações da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (FERNANDES, 2007a, p. 6).

Mesmo fadada a “não lugar”, e vitimizada pela violência, a Torres é uma área modelar em organização comunitária, atendimento às crianças, pressão junto ao poder público. De todas as 254 favelas de Curitiba, é a única a ter uma biblioteca, como foi explicitado anteriormente. [item 3.5.1.5]

3.5.2.2 Vila Parolin

A Vila Parolin é um dos espaços mais surreais da capital do estado. Assim como a Vila das Torres, a ocupação existe desde a década de 1950. Não há sinal à vista de que vá se converter num lugar pacífico, embora esteja sendo urbanizado desde 2006, com obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC⁷⁹. Com mais de 20 becos, dois morros que servem de abrigo para o tráfico, o Cidade de Deus e o Morro do Sabão. A vila escapa ao controle policial e tudo indica que seja usada politicamente, como curral eleitoral.

⁷⁹ O Parolin vem recebendo fortes incentivos da prefeitura municipal e está sendo desfavelizado. Em 2010 e 2011 parte dos moradores da zona favelizada foi transferida para assentamentos no Parolin do Alto, como ficou conhecida a área classe média do bairro.

A baixada que forma a favela é habitada por 1,5 mil famílias – 6 mil pessoas, 45% na faixa de zero a 17 anos, provavelmente uma das populações mais jovens da capital. Os dados são da Cohab-CT. De acordo com cálculos do líder comunitário Edson Rodrigues, apenas em 2007 a Associação dos Moradores do Parolin e Vila Guáira ajudou a velar 16 vítimas de mortes violentas, cinco delas crianças e adolescentes. “O Parolin é uma ferida. Vai ter uma guerra. Isso aqui vai virar uma Rocinha” (FERNANDES, 2007e, p. 6).

Cerca de 45% da favela do Parolin pertence à Cohab e à prefeitura. Os outros 55% têm 70 herdeiros na família que originou o bairro. No conjunto, o Parolin representa 0,5% da capital, mas essa escala é desproporcional. O pequeno bairro de 12 mil habitantes tem 50% deles à mercê da pobreza e do crime. Sua situação não é equação numérica, mas a constatação de um absurdo urbano.

Diferentemente da Vila das Torres, a Vila Parolin não é pródiga na organização comunitária, o que agrava sua situação. Há apenas um líder comunitário reconhecido, Edson Rodrigues, herdeiro do monopólio popular da família Viana, que por décadas esteve à frente da associação. Nesse estágio, consegue mandar poucos sinais para o resto da cidade de que luta para deixar de ser um lugar violento.

3.5.2.3 Sociedade Barracão

A Sociedade Barracão foi formada em 1999 e soma apenas 150 moradores, de 36 famílias, sendo 62 crianças, todos espremidos em 1,7 mil metros quadrados, entre 5 mil quilos de lixo recolhido por semana, um Chevette avariado, um Corcel preto e uma sucursal da Igreja do Nazareno (FERNANDES, 2006a, p. 3). É uma favela dentro de uma fábrica abandonada. Essa ocupação ímpar fica na divisa dos bairros Uberaba com Boqueirão, na Rua O Brasil para Cristo e virou uma espécie de área símbolo do movimento sem-teto em Curitiba. Ocupa uma categoria única entre as 254 ocupações irregulares da capital. De tão pequena, é o que se poderia chamar de uma “favela de bolso”, classificação que não consta nos anais das companhias de habitação.

Exclusiva de carrinheiros, está instalada no que foi um dia a sede da Tecnicom Máquinas e Peças Industriais. Em 1997, a empresa faliu, e logo foram chegando as 30 famílias que ali moram até hoje, à espera da carta da Cohab. A falência foi decretada em

1997, dando início, por linhas tortas, à história da comunidade. A visão dos casebres, uns sobre os outros, no exíguo espaço de uma esquina, em pleno espaço de um bairro de classe média é uma visão impressionante.⁸⁰

Antes do incêndio que devassou a ocupação, em fevereiro de 2007, forçando os moradores a invadir parte das ruas O Brasil para Cristo e Maurício Higgins, havia “pontos de fuga” na paisagem inimaginável da Sociedade Barracão. Aqui interessa destacar o caráter criativo dos moradores, o que deu existência para a ocupação, em paralelo a sua originalidade formal.

Era o caso do casebre-sobrado do carrinheiro Ivan Vaz, então com 32 anos. Nas saídas para catar papel, o morador recolhia objetos e os ajustava a casa. “Tem até sistema de refrigeração, à custa das hélices de ventilador encontradas no lixo. E de calefação – com a ajuda de um fogão a lenha, colocado estrategicamente no centro dos 50 metros quadrados que fazem da moradia um endereço de luxo no condomínio em que está: a Sociedade Barracão” (FERNANDES, 2006a, p. 3).

Ali, água e luz são clandestinas. Como pouca gente ganha mais de um salário mínimo, as chances de conseguir sucesso na fila da Cohab – na qual se exige pelo menos três mínimos – são reduzidas. Nas quatro inserções feitas na comunidade, entre 2007 e 2010, a afirmação dos moradores é sempre a mesma. Não querem sair dali, apesar das condições, porque há na redondeza duas escolas públicas, uma creche, uma unidade de saúde – a da Vila São Paulo – e outra 24 horas. Como há outros barracões de empresas na vizinhança, o repasse de papel para reciclagem não deixa ninguém no prejuízo.

Em outras palavras, a reação dos membros da sociedade é para poder desfrutar dos equipamentos públicos, garantindo escola, saúde e a doação de alimentos e roupas feitas pelos vizinhos. Se forem para mais longe, hão de se tornar mais pobres e com menos chances de sobrevivência e educação.

Em 17 de setembro de 2010, o autor retornou à Sociedade Barracão, dessa vez para acompanhar parte dos moradores até as Moradias Iguaçú, no Ganchinho, para onde

⁸⁰ A matéria sobre a Sociedade Barracão foi publicada na editoria Paraná, da *Gazeta do Povo*, em 12 de agosto de 2006, com os seguintes títulos: “Antiga fábrica vira condomínio exclusivo de catadores de papel” e “Para ONGs, comunidade é sonho possível.” A reportagem saiu publicada no momento em que se acirrou a disputa judicial entre a Sociedade Barracão e a Massa Falida da Tecnicom. O que não se admite, em nenhuma hipótese, por parte do poder público, é a ousadia de invadir um espaço urbanizado, preferindo-se as custas de mandar aquela população para longe, à revelia dos custos que essa mudança representa.

devem ser transferidos⁸¹. Cerca de 40 representantes da Sociedade Barracão entraram num ônibus fretado, em companhia de funcionários da Companhia de Habitação de Curitiba, a Cohab-CT, e viajaram 25 quilômetros até um dos extremos da Zona Sul, onde está o novo conjunto.

As mudanças se fazem urgentes. O terreno onde os carrinheiros estão ostenta condições sanitárias precárias. Conhecida como balcão de ideias sustentáveis, a comunidade tem sido abalada pela criminalidade. Há quem contabilize oito assassinatos em 11 anos de ocupação. Mas a posição de não sair do Uberaba continua (FERNANDES, 2010b, p. 4).

Da primeira à última inserção, a Sociedade Barracão perdeu parte do encanto inicial. Já não se vê a presença dos barracos criativos nem a ação da cooperativa que se formou ali, no início, com a ajuda da ONG Cefúria. É um caso de passagem de lugar para não lugar em pouco espaço de tempo.

3.5.2.4 Vila Pantanal

Há um aviso expresso na porta do casebre em que vive Márcio Braz da Silva – pedreiro que trocou a construção civil por um carrinho de papel. “Favor tirar os sapatos.” Antes de subir os degraus para entrar pela única porta da moradia de 20 metros quadrados o visitante tem de vencer um terreiro alagado e mirar bem onde pisa. Dentro da casa não é diferente. Ali vivem cinco pessoas e é preciso desviar de colchões, fogão, calçados e bicicleta⁸². Márcio paga R\$ 350 por mês pela ocupação. Quando a soma das prestações chegar em R\$ 7 mil, vai ser dono do barraco, de acordo com acordo feito junto ao antigo proprietário.

Foi de puxadinho em puxadinho, como dizem os populares, que o pedreiro José Batista Pinto, 54 anos, vizinho de Márcio, fez sua casa no Pantanal. Ele compra madeira velha e frequenta aterros em busca de restos de pisos azulejados. Montou um mosaico

⁸¹ Reportagem publicada na editoria de Vida e Cidadania da Gazeta do Povo, de Curitiba, em 17 de setembro de 2010, nas páginas 4 e 5.

⁸² A reportagem “Entre quatro paredes e um chão que balança” foi publicada no jornal *Gazeta do Povo* em 3 de junho de 2007. O trabalho mostra que uma das mais conhecidas favelas de Curitiba vive às voltas com dois problemas graves: a convivência com as águas do Rio Iguaçu, batendo na porta das casas; e a falta de saneamento básico. O encanamento dos banheiros, claro, tem linha direta com o rio, fazendo da ocupação um poço de problemas sanitários.

todo de cascalho numa casa de sete peças – com banheiro e tudo, canalizado para o banhado que fica em frente das casas. “Somos pobres e limpinhos”, repete. Mas não é regra. (FERNANDES, 2007b, p. 7)

Na Vila Pantanal tem quem crie porcos no quintal, quem faça aterro com lixo para se livrar do desconforto do banhado, quem tenha uma pequena arca de Noé nos fundos do barraco. Numa das invasões dá para contar sete cabeças de gado, galos robustos e uma família de agregados que cuida das casas para o proprietário: há um mercado da informalidade que também escapa às estatísticas, como prova a profusão de placas, com *layout* de imobiliária anunciando “vende-se.”

Embora apenas 10% dos pantaneiros vivam da catação do papel, segundo dados recolhidos junto às comunidades religiosas que atuam no local, a falta de estrutura para a reciclagem é um problema a mais na região – além das águas, o lixo também invade as casas.

Entre as favelas da capital, é um exemplo típico de local com capacidade de chamar atenção da cidade – fica no caminho do Aeroporto Afonso Pena, às margens do campo de manobras da ALL Logística, possui organização comunitária forte e uma escola – a municipal Arnaldo Alves da Cruz, equipada com o Comunidade Escola. As brigas internas entre os líderes comunitários e o tráfico de drogas, contudo, impede que se veja na Vila Pantanal também um espaço de originalidade, reação, onde a luta pela habitação se fez de tal forma que possa dar dicas aos urbanistas sobre como conviver com as zonas de informalidade e pobreza.

3.5.2.5 Vila Nossa Senhora da Luz ⁸³

O dia 13 de novembro de 1966 foi dos mais corridos para o policial militar cearense João Marreiro. Ele tinha então 28 anos. A corporação o incumbiu, em parceria com mais dois companheiros, de cuidar da segurança do presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco, que faria uma passagem relâmpago pela capital

⁸³ A matéria sobre a Vila Nossa Senhora da Luz foi publicada em 5 de novembro de 2006, por ocasião dos 40 anos de criação dessa que é a primeira Cohab do Paraná e a terceira do Brasil. O pano de fundo é a investigação sobre em que medida ela se tornou, e não se tornou, ao mesmo tempo, a Cidade de Deus dos curitibanos. A reportagem é intitulada “O bairro diferente das casas iguais”, e saiu na editoria Paraná do jornal Gazeta do Povo.

paranaense para inaugurar a Cohab Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, hoje um dos mais de 80 bairros que formam a Cidade Industrial de Curitiba (CIC). O conjunto, com 2.176 casas construídas em menos de um ano fazia parte dos programas nacionais de desfavelização, implantados depois do golpe militar de 1964.

Além de zelar pelo marechal, era Marreiro quem policiava o campo de obras da vila desde sua criação, havia dois anos. Mesmo sem luz e sem água, afeiçoou-se àquele local onde a paisagem se resumia a um núcleo de moradores da Rede Ferroviária, próximo da Estação Barigui, pequenos agricultores, bois pastando na imensa área de 800 mil metros quadrados.

Ex-retirante e morador de rua quando guri, João gostou tanto das casinhas brancas todas iguais que se inscreveu na Cohab logo que abriram as inscrições (FERNANDES, 2006b, p. 6). Pagaria: cerca de 24 cruzeiros mensais, o equivalente a 10% do salário mínimo, durante 20 anos, o que lhe daria o direito de ser dono de um lote de 10 por 20 metros, com imóvel de 21 ou 50 metros quadrados.

A entrega oficial da Vila Nossa Senhora da Luz fez jus à velocidade com que a chamada desfavelização teve de ser implantada no país. “A cerimônia foi mesmo muito rápida. Não demorou nem uma hora”, lembra João Marreiro. No que é confirmado pelo ex-prefeito Ivo Arzua, na época com 41 anos. Arzua tinha convidado Castelo Branco para a cerimônia, recepcionou-o bem cedo no aeroporto e até quebrou o protocolo. Levou o presidente para conhecer uma das casas – as com sótão de madeira, medindo 50 metros quadrados, cuja estampa de chalé de imigrante, na contramão dos caixotinhos das Cohabs, concorreu para despertar curiosidade sobre a vila.

A moradia visitada era a do casal Pasqualina e Agenor. Lá pelas 10 horas, Castelo Branco saiu pela Estrada Velha de Araucária – hoje Avenida João Bettega – e voltou para Brasília com a comitiva. Para trás, deixava algo mais do que uma fita cortada ao som do Hino Nacional. A vila de moradias quase iguais era absolutamente diferente de tudo, como a história se encarregou de confirmar.

As Cohabs eram vistas pelo governo militar como remédio para acabar com as favelas, que há muito tempo tinham deixado de ser uma particularidade dos morros cariocas. Com tanto barracão se espalhando pelo país na década de 1960, obviamente alguma coisa não ia bem. Curitiba não escapava à sina. Em 1966, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), estava próxima dos 500 mil habitantes e tinha uma preocupante taxa de crescimento na faixa dos 7,2% ao ano. Estimava-se

haver 1.595 famílias em 22 ocupações – incluindo as famosas Capanema, Vila Guaíra e o Inferninho, em Santa Quitéria.

De acordo com o ex-prefeito Ivo Arzua, todas as famílias sem-teto foram relocadas na Vila Nossa Senhora da Luz, a partir de 1.º de outubro de 1966, o que deu trabalho extra para os caminhões da prefeitura, encarregados de despachar a lotação 15 quilômetros adiante do Centro. Os problemas não acabaram. A desfavelização foi um projeto frustrado e a Vila Nossa Senhora da Luz – o bairro inventado às pressas – ganhou estigma de reduto de pobres, vândalos e bandidos.

Para os curitibanos que moravam do outro lado da linha, a vila virou um exercício de imaginação. Dizia-se que moradores, até então favelados, queimaram os tacos do chão para fazer fogueira, assim que o gás do fogãozinho de duas bocas que acompanhava o imóvel acabou. Que transformaram os sanitários em vaso de planta. Que na Luz não tinha luz em 1966. Nem água – a caixa d'água gigante não dava conta de 11 mil habitantes (FERNANDES, 2005, p. 6).

“Era um cenário muito monótono e sem imaginação. Um modelo a ser seguido, mas a gente não gostou”, contou o arquiteto Alfred Willer, idealizador do projeto, sobre as Cohabs cariocas de Cidade de Deus e Vila Kennedy, que conheceu antes de desenhar a Vila Nossa Senhora da Luz. As casinhas todas brancas, alinhadas, perfeitas, nos dizeres de Willer, podiam causar danos psicológicos aos moradores. Graças à desaprovação de Willer, a vila já nasceu como uma crítica ao próprio sistema a que pertencia. A equipe do arquiteto rejeitou modelos e mexeu no desenho das ruas, implantou recuos – criando um ziguezague entre as residências –, montou um sistema de 12 praças e previu detalhes coloridos nas janelas. Pelo menos ali ninguém ia entrar no portão do vizinho por engano.

A proposta urbanística arrojada, contudo, não impediu que a vila curitibana cumprisse o destino dos milhares de conjuntinhos implantados no Brasil. Distantes, paupérrimos, superpovoados e largados à própria sorte, esses bairros viraram, quase a rigor, terra de ninguém.

Sobrou muito pouco do bairro inaugurado em 1966 para desfavelizar Curitiba. Para conferir, é só cruzar alguma das cerca de 120 ruelas de inacreditáveis sete passos e constatar o que salta aos olhos. O número de moradias passou de 2,1 mil para 2.865, graças aos puxadinhos – 2,8 mil com serviço de água e esgoto, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc). A população de 11

mil na década de 60 beira hoje os 20 mil – 30 mil se for contada a Grande Vila, a Nossa Senhora da Luz mais as Cohabs próximas.

3.6 O LEITOR E A CIDADE

Nos últimos 40 anos, para tomar a expressão de Néstor García Canclini, a capital do Paraná se tornou uma “cidade espetáculo”, desenhada na prancheta de arquitetos, nos *brainstorms* de publicitários, mas também na frieza dos tecnocratas. Cada vez mais são eles, e não os poetas e prosadores, que dizem o que é a cidade e moldam seu imaginário (FERNANDES, 2011d, p.2). Quando muito. Tem-se sobretudo uma cidade às expensas do mercado imobiliário e perdendo todos os seus diferenciais.

Nas décadas em que se distanciou da imagem de “lugar de passagem”⁸⁴ – sua marca no período em que foi comarca de São Paulo e nos auge do tropeirismo – (WACHOWICZ, 2001, p. 101). Curitiba passou a ser vista como um feudo rico e promissor ao qual cabia o título de “Cidade Sorriso”, bordão criado pelo Emiliano Pernetá. Outros slogans se sucederam, criando variações para o tema: “cidade-modelo”: “capital ecológica”, “capital social”, “capital da cultura” (FERNANDES, 2011d, p. 2).

Em um de seus escritos sobre Curitiba, a semióloga e estudiosa de cidades Lucrecia D’Alessio Ferrara aponta para um perigo – o de que, tão acostumados a se ver a partir de seus simulacros, os curitibanos estejam negligenciando o fato de que uma cidade tem de ser reconstruída continuamente (FERRARA, 1988, p. 169).

Isso talvez explique a negação de fatos evidentes – como a criminalidade que a coloca entre as mais violentas do país⁸⁵, o trânsito nas raias da insanidade, a

⁸⁴ “Nos primeiros séculos da história brasileira, os meios de locomoção e as vias de penetração eram completamente precários e insuficientes. As únicas vias existentes eram os chamados caminhos, por onde só podiam transitar tropas de muare, devido às precárias condições. As autoridades portuguesas não se preocupavam com o problema do transporte. Os caminhos surgiam espontaneamente. Em território atualmente paranaense, os primeiros caminhos terrestres tiveram sua origem com os indígenas. Depois de utilizados largamente pelos bandeirantes em suas caminhadas, transformaram-se com o correr do tempo em caminhos de tropas, pelo menos em largos trechos” (WACHOWICZ, 2001, 101).

⁸⁵ De acordo com dados do Ministério da Saúde de 2008, no item “Número de assassinatos a cada 100 mil habitantes”, o Paraná ocupa o novo lugar no ranking dos estados mais violentos. Em Curitiba, o número de homicídios cresceu 197,7% entre 1998 e 2008. Uma das cidades da região metropolitana,

participação política quase inexistente, a favelização de 200 mil moradores, a falta de cuidado com jovens empobrecidos, a sociabilidade comprometida por políticas que favorecem em demasia o “cidadão consumidor”, o cinismo na gestão do patrimônio (FERNANDES, 2011d, p. 2).

Curitiba é de fato cidade promissora no ensino básico e no atendimento nas unidades de saúde. Mas o arrojo urbanístico não se refletiu num arrojo educacional, principalmente nas esferas do ensino médio. Por outro lado, vem ganhando nova configuração, para além de seus clichês. É o que mostra a pesquisa de patrimônio imaterial capitaneada pelo antropólogo Ozanam de Souza, da Casa da Memória, órgão da Fundação Cultural de Curitiba: o estudo remarca divisas e forma redes em torno do *hip-hop*, entre outros, como o artesanato e os grupos de teatro popular.⁸⁶

A reboque, a cidade vê surgir o fenômeno das “quadras culturais”, como as do Alto São Francisco e coletivos como Interlux. Há as cooperativas de estilistas do São Francisco. E as ruas São José dos Pinhais, Isaac Ferreira da Cruz e Tijucas apinhadas de gente, mostrando que há na cidade um movimento de retorno à rua. Em paralelo à folclórica Boca Maldita – espaço no calçadão em que muitos curitibanos de se reúnem para maldizer – se discute publicamente a tradição das calçadas de pedra, substituídas por tijolinhos de concreto, verdadeiras armas para a depredação. De outro lado, vigora a lentidão do poder público em implantar ciclofaixas e o excesso de binários, facilitando o trânsito, mas comprometendo a sociabilidade.

O debate sobre urbanismo ganhou espaço na cidade depois do Plano Agache, na década de 1940. A discussão foi reforçada na década de 1960, quando o ex-prefeito Ivo Arzua alargou ruas e canalizou rios, mudando a cidade e reforçando o debate público. Culminou com a era Lerner, a que conquistou para Curitiba o título de laboratório de experiências urbanas bem-sucedidas e baratas (FERNANDES, 2010a, p.2).

Destituída da paisagem de cidades como o Rio, e da efervescência política de cidades como Porto Alegre, coube à capital do Paraná encontrar sua identidade nas pranchas dos arquitetos. Essa cultura dá muito trabalho aos gestores públicos, obviamente, mas, se incentivada, tende a ser garantia de saúde municipal, em especial

Campina Grande do Sul, é a terceira cidade mais violenta do país – com 125,5 homicídios por 100 mil habitantes (OLIVEIRA, 2011, 19).

⁸⁶ A pesquisa Patrimônio Cultural Imaterial, identificação e registro, capitaneada pela Fundação Cultural de Curitiba em 2006 e 2007, e publicada em 2008, mapeou culturas populares, como os terreiros de umbanda, as benzedeadas, o hip-hop. Identificou também manifestações culturais típicas dos nortistas, com influências mineiras. Em resumo, o trabalho mostra uma cidade que se organiza culturalmente a partir de suas franjas.

nesse momento em que as cidades de médio porte do planeta são as que mais crescem e as que mais se descaracterizam e que mais se arvoram em encontrar uma identidade.

Hoje, ao se falar em “cidades inteligentes”⁸⁷, de outra coisa não se trata do que a crença de que as cidades são o palco da sociedade do conhecimento (DIMENSTEIN, 2009, p. C6). De problema sem tamanho – tal como passaram a ser consideradas a partir de meados do século passado – elas se tornaram espaços em que se desenvolvem a soluções para todos os grandes embates contemporâneos. Da desigualdade e pobreza, passando pela violência e pela salvaguarda do meio ambiente. E pela cultura e educação.

Dessa análise nasceu uma terceira experiência editorial que se somou na construção desta tese. Citou-se acima a investigação de iniciativas de leituras em áreas pobres e o mapeamento de territórios. Segue daqui em diante a experiência de publicar crônicas semanais, quase que em sua maioria uma tentativa de conciliar os vários interesses que formam essa pesquisa: o leitor com baixa exposição à escola, sua relação com o espaço público, a ressignificação da urbe, o medo e inibição trazidos pela violência, as ações criativas e a afirmação da identidade em meio à massificação e consumismo dos anos 2000.

Acima de tudo, a experiência de escrever “crônicas urbanas”, como se elas pudessem não o ser, nasceu do desejo de dialogar com uma tradição brasileira, como se discutiu no capítulo 1 [item 1.21] e 2 [item 2.2] desta tese. E de travar contato com o leitor, que responde às pequenas histórias do cotidiano. De cerca de 190 crônicas publicadas na *Gazeta do Povo* entre 2008 e 2011, foram selecionadas 46, por terem relação direta com o tema e por darem conta das questões de memória.

Outra preocupação foi procurar modelos de crônicas, em jornais, que atendessem a esse desejo de desvendar o leitor urbano, em transe e em trânsito na sua tomada de posse da cidade.

⁸⁷ “Cidade inteligente é aquela que integra ao máximo seus serviços (cultura, educação, saúde, lazer, esportes e trabalho), tirando proveito das tecnologias de comunicação, segundo texto de Rosabeth Kanter, professora de Harvard e apontada pelo jornal ‘Times’, de Londres, como uma das 50 mulheres mais influentes no mundo dos negócios” (DIMENSTEIN, 2009, C6).

3.6.1 Um gênero para o leitor

Um contumaz cronista da cidade nas páginas dos jornais é o escritor e jornalista Ignácio de Loyola Brandão, que publica crônicas às sextas-feiras no jornal *O Estado de S. Paulo*. É fato que ele é um romancista urbano por excelência, a contar pelo festejado *Não verás país nenhum*, retrato escatológico de uma São Paulo assolada por doenças estranhas, engarrafamentos monstruosos, bolsões de calor e legiões de miseráveis.

Na crônica “Conhecer São Paulo”, publicada em 29 de fevereiro de 2008, Brandão fez uma espécie de *quiz show* com o leitor, para saber se ele identifica o gabinete de curiosidades de sua cidade – são 12 questões do tipo: “O encontro dos Rios Guarapiranga e Jurubatuba formam um outro rio?” A resposta é Rio Pinheiros. (BRANDÃO, 2008a, D6)

Nada mais cronicamente viável do que fisgar o leitor pela curiosidade. O texto deixa o público estimulado como nos tempos dos álbuns de figurinha. Mas o efeito vai bem mais longe do que fazer o leitor comprar o livro *Dez roteiros históricos a pé em São Paulo*, feito com a participação de bambas em cidade, como o também escritor Fernando Bonassi. O que o autor consegue é estimular ao reconhecimento da cidade, a buscar suas camadas mais profundas, ressignificando os espaços por onde circula, desencavando a memória.

Para os urbanistas, esse processo de reconhecimento é fundamental para vencer o fenômeno arquipélago, como o citado por Nelson Brissac Peixoto, ao tratar do cidadão ilhado, que não se importa mais com o que acontece na cidade, tendo seu mundo cada vez mais reduzido a alguns poucos metros quadrados. Quando isso acontece, perde sentido a ideia de cidade.

Mesmo num tema clássico – e bastante explorado –, como o da conversa com o taxista, esse observador privilegiado da cidade, Ignácio de Loyola Brandão ultrapassa a posição de mero comentador da cidade. Em “Visões de taxistas” ele mostra como taxista é capaz tanto de observar as mudanças de São Paulo – o que faz ao falar dos motoqueiros – como de registrar dramas humanos. (BRANDÃO, 2008b, p. D-14)

A forma como tudo isso acontece beira o cômico – o taxista dá uma explicação esdrúxula para o Mal de Alzheimer, mas ao fazê-lo permite com que o passageiro, no caso Loyola, revise suas próprias memórias sentimentais sobre a descoberta de que tinha um aneurisma, ao ler um exame dentro de um táxi. Na ocasião do trauma, foi

ajudado por um taxista – representante dessa rede de relações urbanas pouco convencionais que existem nos grandes centros.

Ao final do texto que recorta uma cena do cotidiano – lembrando que milhares de situações parecidas estão acontecendo nos táxis que circulam pela cidade -, Loyola homenageia Lourenço Diaféria, da seguinte forma.

Lourenço Diaféria foi o cronista que eu invejei, que li admirei, e pensei: se um dia fizer crônicas, quero ter São Paulo como ponto de referência, assim como ele o faz. Um pouco do que faço vem dele, do estilo que criou, dos temas que o inspiravam. São Paulo estava ali inteira, o paulistano, sua forma de falar e agir, os hábitos e costumes, a gente anônima. Pessoalmente era afável, sorridente, solidário. E suas crônicas, muitas vezes, eram corajosas e afrontavam o regime, como quando falou de um simples sargento e do Duque de Caxias, atraindo a ira dos militares. Lourenço, mais um que vai cedo (BRANDÃO, 2008b, p. D14).

O jornalista norte-americano Matthew Shirts – que escreve no Caderno 2 de *O Estado de S. Paulo* às segundas-feiras – também se afina às tensões urbanas, a exemplo de Brandão, mas com a particularidade do olhar estrangeiro. Em “Shakespeare e o pedestrianismo”, publicada em 10 de março de 2008, ele recorre a um tema caro à crônica: a alegria de um leitor quando encontra um livro raro, no caso, a biografia de Shakespeare escrita por Bill Bryson.

Até aí, nada de novo, não fossem as primeiras linhas tratarem como o autor chegou ao livro – a pé, enveredando para uma espécie de doutrinação para vida. Fala de suas andanças pela Avenida Sumaré, em companhia de amigos. Fala em “festa” – ou seja, da alegria que reina entre os caminhantes da cidade, em contraposição à irritação cada vez maior dos motoristas. Denomina tudo isso de pedestrianismo. É Lefebvre puro:

As vantagens do pedestrianismo são múltiplas. Estou mais calmo, um pouco mais magro e acabo desviando do destino final e fazendo pequenas descobertas. Entre nós, é civilizado andar a pé. Sempre soube que o personalismo do Brasil, sua cordialidade, como o chamou Sérgio Buarque de Holanda, combina mal com o automóvel. Isolado dos outros por uma tonelada de aço, o brasileiro perde as melhores referências da sua cultura, baseadas na interação com gente. A pé, sinto-me em Manhattan, próximo da cidade. Com a diferença de que, aqui, os cidadãos gostam mais um do outro (SHIRTS, 2008, p. D8).

Sem precisar recorrer a teorias urbanísticas, a crônica dá conta de um dos maiores desafios urbanos – fazer a classe média voltar à rua, vencer o medo, olhar em

redor, restabelecer conexões. Novamente, é isso ou rejeitar o destino da cidade como espaço de sociabilidade e cultura, aumentando o grau de interesses e justificando o valor de uso, não apenas o valor de troca do espaço urbano.

Em “Vida de pedestre”, publicada em 16 de julho de 2007, Shirts já tinha tocado no tema andar a pé. Antes de haver carros, dizia, ser pedestre não constituía uma categoria, já que era comum a todos. Mas tudo isso muda, como lembra o cronista, com o advento da Ford. E ter automóvel, deixando de ser pedestre, se torna uma forma de mudar de casta social. Tudo isso ele diz a propósito do personagem Ayrton Lobo, do romance *O presidente negro*, de Monteiro Lobato, mas logo se desvia, falando de suas andanças por São Paulo.

Como que prevendo a reação do leitor, fala do obstáculo ao pedestrianismo:

Sou distraído e, no meu caso, os incidentes eram frequentes e lamentáveis, confesso. Reagia ao infortúnio com destempero, sempre aos berros, provocando pequenos escândalos que constrangiam meus filhos. Pior: movido pela emoção do momento, gritava na minha língua nativa, o inglês, facilitando a identificação do escandaloso. Se alguém, de dentro de uma casa vizinha perguntasse sobre o que e sucedia lá fora, a resposta infalível era: o gringo pisou no cocô de novo... É assim que imagino a cena, ao menos (SHIRTS, 2007. p. D8).

O jornalista e escritor Joaquim Ferreira dos Santos escreve em *O Globo* às segundas-feiras. Uma de suas artes é a do personagem – também um clássico do mundo das crônicas. Mas no contexto das cidades contemporâneas, e sua multidão de anônimos, o trabalho de Santos ganha fôlego especial. Na crônica que dedicou a Lenine Reis, um camelô famoso do Leblon, no Rio de Janeiro, dissecou a personalidade de uma figura da cidade.

Nas esquinas do Rio, Lenine vendia chaveiros gritando “me ajudem a comprar um carro importado para minha mulher.” Era considerado um comerciante de mão-cheia, recebeu convites para trabalhar em ambientes com ar-condicionado, mas nos dizeres de Santos, “preferia a rua”, onde se tornou uma figura humana em meio à correria da cidade. A revelação de sua história de vida – onde mora, com quem era casado, os lances de juventude e a palavra dos amigos – faz com que ele se transforme numa espécie de monumento urbano. (SANTOS, 2008a, p. 10)

Na linha “personagem”, a crônica “O garçom”, também de Santos, trata de outra personalidade da cidade do Rio de Janeiro, Orlando Duque, 70 anos, 56 deles servindo mesas na Confeitaria Colombo. O texto o torna tão ou mais interessante que a própria

confeitaria e é contado num fôlego só, sem a presença do narrador intermediando as memórias de Duque. O que acontece de mais interessante é que logo se passa das amenidades de um homem que serviu presidentes como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, e a rainha Elizabeth, para um homem com personalidade, princípios, senso de humor – uma amostra da cidade e sua gente. (SANTOS, 2008b, p. 10)

3.6.2 Crônicas sobre leitores, cidade e ativismo cultural

Conforme o descrito no item 3.6 e justificado no item 3.6.1, segue a última parte do inventário desta tese. São análises de 40 crônicas, de autoria própria, produzidas entre 2008 e 2011, no ofício de jornalista no jornal *Gazeta do Povo*, em Curitiba, Paraná. Esse trabalho, embora de cunho profissional, serviu de campo de investigação.

Procurou-se, no que também se convencionou chamar de “jornalismo de personagem” (BOAS, 2003) leitores com baixa exposição escolar, não raro às voltas com a escrita de suas memórias; ativistas da leitura; figuras da cultura que desempenham formas de intervenção urbana. **[crônicas estão no ANEXO A]**

3.6.2.1 Leitores com baixa exposição à escola

Eles tiveram uma vida escolar difícil – raros concluíram o ensino médio ou chegaram à faculdade – mas vivem às voltas com a leitura ou com a escrita. Desde 2008, como parte do laboratório para escrever esta tese, o autor entrevistou e escreveu, na linguagem de crônica, sobre nove pessoas envolvidas com escritos próprios, tendo pretensões de publicar, à revelia da ausência de um editor ou mesmo de condições mercadológicas. Desses, quatro foram convidados para participar mais ativamente da pesquisa – Anderson Bordignon, Eloir Golemba, Devanir Lopes e Aldo Brito, sobre os quais não se vai falar neste subcapítulo, por estarem descritos no capítulo 4.

Em comum, as nove pessoas estudadas neste bloco têm um histórico de abandono da vida escolar, provocado por problemas financeiros da família e necessidade de trabalhar. Em dois casos particulares – o da moradora de rua Izabel

Cristina Milano e a portadora de necessidades especiais Ossy Hauer – o distanciamento do sistema de ensino se deu por questões extremas, como a pobreza extrema, no primeiro caso, e incompreensão e proteção familiar, no segundo.

Izabel Cristina Milano⁸⁸ tinha 38 anos na época da entrevista, em maio de 2008, não lembra de ter morado em outro lugar que não embaixo de viadutos. Na abordagem não fez referência nenhuma à escola. Mesmo assim, datilografava [a presença da máquina de escrever junto a uma moradora de rua chamava atenção] poemas de sua autoria e vendia a R\$ 1 e R\$ 2 para quem passava pela Livraria Guerreiro, em Curitiba, na Rua XV de Novembro, quase esquina com a Avenida Mariano Torres. Na ocasião, fez referências a Fernando Pessoa, Cecília Meirelles e Manoel Bandeira. É falante e mantinha os livretos que fazia em ordem, inclusive com registro, numerado, numa espécie de livro tombo.

A experiência da rua, as agruras para sobreviver e a curiosidade que despertava – nos dois últimos anos Izabel não tem mais sido vista na cidade – podem ter levado a autora a mitificar sua vida, o que coloca em dúvida muitas das informações que repassa. Seu nascimento, por exemplo, é narrado como um épico, no chafariz da Praça Rui Barbosa, no Centro de Curitiba. Mas há na pretendente a poetisa um elemento que a aproxima dos demais populares que se envolvem com a literatura e a leitura: o desejo de distinção no meio em que vive e a necessidade de dividir seu conhecimento. Falou, na ocasião, em ensinar outros moradores de rua a escreverem.

Enquanto Izabel é uma espécie rara no universo urbano, a varredora de rua Noemi Francisco da Costa⁸⁹ se encaixa na categoria anônima. À semelhança do antropólogo Fernando Braga da Costa, que estudou, na USP, a invisibilidade dos garis, disfarçando-se de um deles, Noemi passava despercebida nos uniformes alaranjados. Chegou a dizer que espião deveria se vestir de gari. O emprego lhe garantia cursar a faculdade de Pedagogia, na Facinter, e reatar as pazes com o sistema de ensino, pelo qual passou com dificuldade.

De menina dada aos livros, interessada na biblioteca, tornou-se repetente crônica e se enquadrou no processo de evasão, agravado pelo casamento e pela pobreza. A escola virou uma questão de honra e com a qual se reencontrou depois dos 30 anos. Seu campo de interesse em leitura se torna a própria pedagogia, particularmente Paulo

⁸⁸ Crônica publicada na Gazeta do Povo, em 30 de maio de 2008, com o título “Ela, eles e a poesia no chão”.

⁸⁹ Crônica publicada na Gazeta do Povo, em 3 de abril de 2009, com o título “O livro da vida de Noemi Francisco”;

Freire, que a ajudou a ler a própria vida. Também vinha de Freire seu projeto de futuro na ocasião – trabalhar na educação de jovens da ocupação, experiência pela qual passou ao morar no Bolsão Audi-União, uma grande ocupação situada em Curitiba.

O cabeleireiro Sandoval Tibúrcio⁹⁰, 46 anos na época da entrevista, tal como Noemi experimentou a invisibilidade urbana e reorientou seu lugar no mundo por intermédio do estudo e, mais particularmente, pela literatura. Tinha se formado havia pouco em Gestão Pública depois de uma trajetória bastante semelhante à de milhares de brasileiros órfãos da escola. Natural do interior de Goiás, pôs-se cedo a trabalhar em salões de beleza. Há pouco mais de uma década, tendo concluído apenas a oitava série, começou a escrever um livro de inspiração autobiográfica, *Magnitude*, e retomou os estudos. Sua motivação foi o desprezo de uma cliente, o que fez com que se sentisse um anônimo.

A experiência de leitor de Sandoval é anárquica, como de praxe entre os leitores com baixa exposição à escola ou escolarização irregular. Ainda menino, leu *Meu pé de laranja lima*, de José Mauro de Vasconcelos, livro que marcou sua vida; *Sabrinas e Julias* deixadas nos salões pelas clientes, e *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert. A fábula que escreveu serve de metáfora: trata-se da saga de um animal tentando voltar para casa, depois de passar por inúmeras provações.

Os dois últimos pesquisados desse item não são leitores, mas escritores “de primeira viagem”. Ambos sofrem de deficiência física. A escrita os redimiou de alguma forma. João Carlos Siqueira Rodrigues⁹¹, 37 anos no momento da entrevista, desenvolveu uma doença degenerativa que o mantém imóvel num leito do Hospital Evangélico, em Curitiba. Ele respirava por aparelhos.

Estudou até a quinta série, passou por três reprovações, mas, antes de abandonar os estudos para trabalhar, viveu uma experiência gratificante na escola ao escrever uma história de terror. Foi quando se viu reconhecido pelos colegas de classe como um escritor. A imobilidade o levou a retomar essa experiência, ditando a uma *ghost writer* a história de sua vida e reflexões sobre a existência, publicadas em livro intitulado *Caçador de lembranças*.

⁹⁰ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 3 de junho de 2011, com o título “Madame Bovary no Salão Marly”.

⁹¹ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 13 de maio de 2011, com o título “A história de João”.

Ossy Hauer⁹², 80 anos no momento da entrevista, não tem problemas graves de mobilidade, ainda que inspire cuidados. Suas dificuldades de fala e de movimentos de sintonia fina são decorrentes de um parto a fórceps. Nascida de família abastada, foi dada como incapaz pelos pais e pouco estimulada a continuar na escola.

Aos 50 anos, o pai, viúvo, se casa novamente. A madrasta, Liamir dos Santos Hauer, passa a investir no potencial da enteada. Primeiro a leva para conhecer os Estados Unidos e o Japão, entre outros países. Nas demais viagens, a professora universitária Leilah Bufren, filha do primeiro casamento de sua madrasta, incentiva Ossy a escrever relatos sobre os locais por onde passou. No final de 2011, Liamir reuniu os manuscritos e produziu uma edição caseira do livro *O mundo sob a ótica de Ossy*.

Ossy Hauer não elabora sua vivência intelectual. Diferentemente dos outros entrevistados desse bloco, como João, Izabel ou Noemi, não atribui significado ao estudo ou à escrita, mas destaca a importância do afeto no seu desenvolvimento, incluindo a capacidade de escrever. Pode-se afirmar que a invisibilidade – problema apontado por Sandoval Tibúrcio e Noemi Francisco – ou a imobilidade – questão que toca João – fazem parte de sua trajetória de alguma maneira. Distante socialmente da moradora de rua Izabel, elas se avizinham no abandono, caminho que levou ambas a se encontrarem com as letras.

3.6.2.2 Atores e intervenções urbanas

O laboratório desta tese incluiu a busca, na cidade de Curitiba e na região metropolitana, de “atores” ocupados de fazer intervenções urbanas, de modo a recuperar o destino da cidade, sejam elas culturais propriamente ditas, mas também religiosas e educativas. O objetivo de investigar essas ações é perceber níveis de identificação dos problemas das cidades – a dizer, o medo, o anonimato, a falta de participação, a ausência de significados – e de que maneira algumas pessoas rompem o determinismo das dinâmicas urbanas e propõem formas de sociabilidade. Os entrevistados serão apresentados por grupos de afinidade

⁹² Crônica publicada na Gazeta do Povo em 9 de dezembro de 2011, com o título “O livro de Ossy”. Texto foi televisionado pela RPCTV em 26 de março de 2012, por ocasião de um especial do aniversário de Curitiba.

No campo da cultura popular o laboratório para esta tese identificou duas pessoas que mexem com a rotina da cidade e ajudam na ressignificação e leitura dos espaços urbanos. O grafiteiro Cleverson Paes Pacheco, 24 anos no momento da abordagem, em 2008, é conhecido por Café.⁹³ Ele estudava, então, Teologia, com o intuito de se tornar pastor da Comunidade Fonte da Vida. E com sua *crew* – nome dado ao coletivo de grafiteiros – assina um sem número de pinturas nos muros do Sítio Cercado, bairro onde vive.

Café é identificado como artista por sua comunidade. A vizinhança bate em sua porta pedindo grafiteagem, assim como também os comerciantes do bairro. Na maioria das vezes não é remunerado pelo serviço, ganhando apenas o equivalente aos gastos com *sprays*. O artista popular pensa seu ofício como uma maneira de romper o isolamento das pessoas e de pensar sobre a efemeridade da vida. Ao mesmo tempo, colore os espaços desolados da periferia onde vive, transformando-a num museu a céu aberto. Os textos visuais não possuem um discurso religioso propriamente dito, mas humanista, com referências à paz e ao salvamento do planeta. Um dos murais coletivos de Café ocupa o muro do Colégio Medianeira, no Jardim Botânico, e outro a antiga ponte do Xaxim.

Um segundo popular é o taxista Elso Fagundes Correa, 50 anos na ocasião, em 2011.⁹⁴ Ele cumpre sua ação urbana por obrigações de ofício – como taxista, passa parte do dia conduzindo, ouvindo lamúrias e, no caso dele, dando conselhos. A outra parte, quando está no ponto da Pracinha do Batel, na zona nobre de Curitiba, é dando informações.

A particularidade “urbana” de Elso é que ele montou um álbum de fotografias antigas da cidade, sempre disponível do banco de trás de seu carro. Visitantes, ou passageiros que reclamem do estado do trânsito são convidados a folhear a pasta, conferindo em imagens como Curitiba era em décadas passadas. Funciona como um cinematógrafo. Involuntariamente, Elso faz um exercício de memória com seus clientes e provoca o afeto pelo espaço. O maior ganho, contudo, é levá-los a prestar atenção em prédios e ruas que sobreviveram à especulação imobiliária, despertando para as histórias e para a História impressa na paisagem da cidade.

⁹³ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 20 de junho de 2008, com o título “O Café nosso”.

⁹⁴ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 9 de setembro de 2011, com o título “Uma corrida ao Rio Jordão.”

O laboratório também passou por dois artistas que podem ser chamados de populares – por força de suas atuações – mas que desfrutam de erudição: Hélio Leites e Regina Vogue. Leites é *performer*, expressão mais adequada para um artista que faz miniaturas de sucata, teatro ambulante e contação de histórias à moda dos repentistas e improvisadores. Tem uma barraca na tradicional Feira do Largo da Ordem, que funciona aos domingos no Centro de Curitiba. Uma de suas invenções mais curiosas – reportadas em crônica⁹⁵ - é a Galeria Lilituc, instalada numa pequena caixa de vidro da Galeria Júlio Moreira, também no Centro.

A galeria é um túnel que permite acesso da Catedral Metropolitana até o Largo da Ordem, sítio mais imponente do Centro Histórico de Curitiba. É um espaço visto como marginal, embora abrigue um pequeno teatro, uma sala de jogos de xadrez e uma área de exposições. A Lilituc é uma miniatura em uma área de equipamentos também minúsculos. Daí chamar atenção dos passantes, que se rendem às blagues de Hélio Leites, criadas a partir de caixinhas de fósforo e Kinder Ovos, entre outros materiais descartáveis.

As peças encantam pela originalidade, mas principalmente pelo humor *nonsense*. Nada é apelativo ou para gargalhar, apenas para fazer prestar atenção no objeto estético e no que ele quer dizer. Com a Lilituc, pode-se dizer que para muitos a Galeria Júlio Moreira deixa de ser um mero lugar de passagem, mas um lugar em que “coisas acontecem”, parafraseando aqui a expressão usada por Gay Talese ao falar de Nova Iorque.

Quanto à atriz e diretora de teatro Regina Vogue⁹⁶, 66 anos no momento da abordagem, em 2011, dá nome a uma sala de espetáculos no Shopping Estação, no bairro Rebouças em Curitiba. Artista formada no circo e no chamado teatro de pavilhão, desenvolveu conhecimento o bastante para entreter o público. Sua sala num espaço comercial goza de boa aceitação, redundando num excelente estudo de caso sobre o lugar da cultura nos espaços de consumo.

A figura cativante de Regina ajuda bastante. Ela desfruta de afeto no cenário cultural curitibano, é agregadora e tem seu nome conhecido para além dos espaços cênicos. É reconhecida como boa vizinha, benfeitora dos animais e amparo dos colegas

⁹⁵ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 15 de agosto de 2008, com o título “A menor galeria do mundo.”

⁹⁶ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 15 de julho de 2011, com o título “A Mariazinha que domou o touro”.

de palco que se veem sem dinheiro. Há sempre lugar para eles nos espetáculos infantojuvenis que levam o selo da dramaturgia de Regina Vogue.

Também transitando entre o erudito e o popular figura o grupo Velhos Guris⁹⁷, formado pela musicoterapeuta Claudimara Zanchetta, com idosos internos no Recanto Tarumã, em bairro do mesmo nome, em Curitiba. A banda – especializada em sambas e choros – parece ter conseguido o que era impossível: reabilitar senhores que viviam seus últimos dias num abrigo para os mais pobres. No momento da abordagem, o grupo já estava para gravar o segundo CD e é notável o efeito que provoca nas apresentações – em eventos sociais e em outros asilos.

Politicamente incorretos, boêmios, galantes, os cinco músicos de Velhos Guris chamam atenção para questões caras numa grande cidade, como os abandonados, os mais velhos e o desvinculamento da tradição cultural brasileira. Pela arte, os músicos acabam dando existência a lugares onde transitam, como outros asilos, apresentando-se em festas, rompendo o estereótipo de abrigos como espaços lúgubres e sem possibilidade de criação. Sua vinculação com o laboratório urbano aqui proposto é pela contação de histórias, que acompanha os shows musicais. Os músicos, em parceria com Claudimara, atuam no campo da memória, fazendo das lembranças de boemia um momento de visita ao passado, humor, improviso e interatividade com a platéia, não raro formada por idosos, tal e qual os Velhos Guris.

A última abordagem desse bloco de “atores” e “intervenções urbanas” é a ex-prostituta Carmen do Rocio Costa, criadora em 1994 do Grupo Liberdade.⁹⁸ A ONG tem sede na Rua 13 de Maio, zona de meretrício na capital paranaense, onde durante o dia Carmen atende as mulheres que fazem programa. Ali lhes ensina artesanato, serve lanche, oferece serviços jurídicos e principalmente ensina como se prevenir da contaminação pelo HIV.

À primeira vista parece um grupo de tricô frequentado por mulheres maduras: as prostitutas que trabalham nas ruas são em geral mais velhas ou envelhecidas. Não raro, graças às orientações do Grupo Liberdade, elas se tornam agentes sanitárias, orientando os clientes sobre os riscos das DSTs e sobre segurança e atuando como militantes de saúde pública. A sede do Grupo Liberdade é uma espécie de “escola da rua”. As prostitutas, informalmente, narram suas desventuras do passado, a rotina de trabalho em

⁹⁷ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 30 de setembro de 2011, com o título “Eles não querem choro nem vela”.

⁹⁸ Crônica publicada na Gazeta do Povo de 2 de dezembro de 2011, com o título “Uma mulher da rua”.

lugares como o Passeio Público, problemas familiares, fazendo da sala da ONG uma caixa de ressonância da cidade e das suas próprias biografias.

Uma das leitoras desta tese, Fabiana, foi identificada em outro grupo semelhante ao Liberdade, o Transgrupo Marcela Prado.

3.6.2.3 Experiências de leitura na cidade

Foram feitos quatro laboratórios sobre pequenas ações urbanas em prol da leitura – numa padaria, num condomínio de apartamentos, no transporte coletivo e junto a um adolescente que vende quadrinhos, de próprio punho, no Centro de Curitiba.

A Padaria Pote de Mel⁹⁹, na esquina das ruas Conselheiro Laurindo com Dr. Faivre, no bairro Alto da Rua XV, em Curitiba, oferece uma “biblioteca anárquica” para os cerca de mil clientes semanais. Os livros, vindos de doação ou troca, ficam dispostos em cima de um *freezer* em desuso. Os interessados podem levar as obras, emprestar, estando livres para anotar ou não o que retiraram numa ata de controle. A filosofia do pequeno espaço – idealizado por um dos fregueses, o jornalista Alessandro Martins, em parceria com a proprietária Sandra Lazzaris – é: “Um livro fechado está adormecido. Se um livro acorda, uma pessoa acorda.”

Um dos êxitos da experiência está no público variado da padaria, frequentada por professores e estudantes da Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR), médicos e residentes do Hospital de Clínicas, ambos nas cercanias, parentes de internos do hospital e moradores da região. Passa por ali uma espécie de “catálogo urbano”, com interesses diferentes, o que garante uma circulação de livros das mais diversas naturezas.

Um dos grandes méritos da Padaria Pote de Mel é a simplicidade. O investimento é praticamente zero e a biblioteca nunca fica sem livros, pois há muitas doações, prática comum entre os que se deparam com a mobilidade dos livros no local.

O fotógrafo e jornalista Alberto Melo Viana, morador da Rua Machado de Assis, no bairro Juvevê, em Curitiba, também apostou na simplicidade para criar um espaço de

⁹⁹ Crônica publicada na Gazeta do Povo de 26 de junho de 2009, com o título “Dois pães e um livro, por favor”.

leitura na cidade.¹⁰⁰ Ele transformou uma daquelas saletas utilizadas para guardar o lixo dos andares do prédio – hoje desativadas na maioria dos prédios – para criar uma biblioteca, cujo patrono é Machado de Assis. O funcionamento segue os mesmos moldes da Padaria Pote de Mel. Não é preciso anotar ou se comprometer em devolver. A falta de normas, curiosamente, tem garantido a circulação de livros e a doação.

A observação de como as pessoas leem no transporte público de Curitiba gerou uma espécie de “manual”, com dicas para não sucumbir aos solavancos, superlotação e baixa iluminação.¹⁰¹ Além das táticas utilizadas pelos leitores-passageiros, a tônica da observação foi principalmente tornar pública a figura do leitor, criando uma imagem para ele menos restrita ao ambiente doméstico. No final do texto publicado se pediu aos leitores que enviassem dicas. A “provocação” rendeu cerca de 40 cartas com a participação dos leitores urbanos. Uma matéria condensando as dicas foi publicada na sequência.

A última experiência nesse quesito foi a observação das técnicas de venda de quadrinhos desenvolvida pelo adolescente Leonardo Arruda, morador de um cortiço do Centro de Curitiba.¹⁰² Criado pela mãe, empobrecido, estudante de uma escola pública próxima do Passeio Público, ele desenha quadrinhos e os vende para poder comprar roupa e calçados.

A condição de Leonardo não é a ideal do ponto de vista do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), visto que o quadrinista está exposto às situações de rua. Mas é notável sua observação dos movimentos urbanos e as estratégias que encontrou para despertar o desejo da leitura e vender suas histórias, a R\$ 1 a folha.

No momento da abordagem, por ironia, Leonardo estava lendo *Os miseráveis*, de Victor Hugo. A crônica sobre Leonardo Arruda foi lida no ensino médio do Colégio Medianeira, em Curitiba, e provocou pelo menos 50 cartas de alunos interessados em conhecer o adolescente que vendia arte na rua para poder se vestir.

¹⁰⁰ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 8 de janeiro de 2010, com o título “Conceição e a chave do banheiro”.

¹⁰¹ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 28 de maio de 2010, com o título “Manual de leitura no ônibus”.

¹⁰² Crônica publicada na Gazeta do Povo em 11 de março de 2011, com o título “As razões de Leonardo”.

3.6.2.4 Experiências de leitura na escola

Os sete relatos que se seguem mostram a força dos programas de leitura e da criatividade dentro das instituições de ensino ou gravitando e torno delas. Durante uma tarde, o autor observou o programa “Tempo de Ler”, na escola municipal da ocupação irregular Vila Zanon, no bairro Tatuquara, o mais pobre da capital paranaense.¹⁰³

As saídas utilizadas pela instituição são bastante simples – a diretora interrompe o expediente com uma espécie de “grito de guerra”, no que é respondida por grito semelhante, vindo dos alunos. Depois disso, literalmente, toda a comunidade escolar para o que está fazendo: as zeladoras, os guardas, as cantineiras, os professores e os alunos

Cada regente de classe “inventa” uma maneira para que, nesse momento, os livros sejam escolhidos. Vale colocá-los em baús enfeitados ou escondidos pela escola. É comum ouvir declamações em voz alta, seguidas de improviso em cima das histórias. Os alunos as continuam, exercitando a imaginação e a oralidade.

Experiências semelhantes foram listadas em outras escolas de Curitiba, como a Escola Estadual Ângelo Trevisan, no bairro Cascatinha, e na Escola Municipal Nimpha Peplow, na Vista Alegre.¹⁰⁴ Ali, um cantinho da leitura, num ponto privilegiado do pátio do recreio, é completado por uma figura inspiradora para as crianças e para os professores: o guarda municipal Angelo Matiero. Ele é leitor de Vinícius de Moraes e Leminski, aconhedor de princípios da filosofia e lê para os alunos. Angelo é também escritor, tendo produzido 150 poemas bastante burilados e de inspiração leminskiana.

No Colégio Estadual Marechal Cândido Rondon, na Vila São Jorge, bairro Portão, em Curitiba, acompanhou-se um grupo de Educação de Jovens e Adultos (EJA), conduzido pela professora Fabiana Bianchini, então com 38 anos.¹⁰⁵ Podia ser um grupo como outros, não fosse o método usado pela mestra – geógrafa de formação – que, à moda Paulo Freire, passou a usar como material didático uma cartilha política da CNBB.

¹⁰³ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 27 de junho de 2008, com o título “O milagre da Vila Zanon”.

¹⁰⁴ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 11 de novembro de 2011, com o título “O guarda se chama Angelo Matiero”.

¹⁰⁵ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 7 de novembro de 2008, com o título “Os guerreiros da Vila São Jorge”.

Estavam ali os conceitos de cidadania, decifrados em uns tantos itens. E diante dela uma pequena turma formada por mecânicos, domésticas e pedreiros, havia muito fora da escola. Para contrapor o ideal e o real, Fabiana fez com que os alunos revolvessem suas memórias de vida na roça, nas periferias e a práticas eleitorais adotadas até ali. No decorrer do exercício a turma já estava debatendo até as eleições nos Estados Unidos, havendo um grupo ao lado de McCain e outro do lado de Obama.

Do que se pode deduzir que o interesse pelo mundo e pela leitura do mundo nasceu da fala, da memória e da leitura do próprio território de onde cada um dos participantes tinha vindo. O próprio livro didático do governo federal para o programa Educação de Jovens e Adultos, também usado em sala, se tornou mais produtivo, pelo que se pôde observar. A prova foi a explanação que os alunos, informalmente, no momento da abordagem, fizeram dos pontos que tinham acabado de estudar.

Processo semelhante foi verificado numa pequena inserção no Colégio Estadual República do Uruguai, no Cajuru¹⁰⁶. A escola, assim como sua vizinha, o Colégio Estadual Maria Aguiar Teixeira, está numa zona de conflitos entre gangues juvenis e se encontrava toda pichada na ocasião. Os esforços da direção em conter o vandalismo foram em vão. No Maria Aguiar se chegou a chamar a ONG Iddhea para uma oficina de grafiteagem. Mas o que trouxe mais resultados foi a investigação dos professores sobre o que significavam as pichações, o que os levou a descobrir a guerrilha urbana que se travava lá fora. A leitura dos signos da rua dentro da escola foi fundamental para melhorar o enfrentamento dos conflitos da cidade.

No Colégio Estadual República Oriental do Uruguai, a ação partiu da professora de Educação Artística Marinês Veiga. Ela iniciou um trabalho de autoestima com os alunos, lembrando-os que um dos maiores artistas brasileiros do século XX havia nascido no Cajuru – Poty Lazzarotto. E passou a incentivar o estudo da vida e obra de Poty e a grafiteagem dos muros, feita pelos próprios estudantes, a partir dos temas de Poty. Não tardou para que o trilho do trem da infância do ilustrador virasse traço. A mesma linha do trem que passa perto da escola. Nenhum dos novos *grafittis* sofreu avarias, atestando o poder da imaginação no trabalho educativo. Nos dois colégios, a memória de Poty, o imaginário da linha do trem e a ciência sobre o que ocorria do lado de fora dos muros mudou a relação do aluno com as instituições.

¹⁰⁶ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 20 de fevereiro de 2009, com o título “Na Affonso Camargo tem uma curva”.

Em paralelo às investigações de programas de leitura em cursos fundamental e secundário, fez-se uma pequena abordagem no Centro de Socioeducação Curitiba, no Capão da Imbuia. O local funciona como centro de triagem para adolescentes em conflito com lei. Ali, eles ficam por no máximo 45 dias, até que o juiz os coloque em semiliberdade ou cumprindo medida em algum ou “Cense”, como são chamados os antigos educandários.

O tempo de exposição dos professores desse Cense com os meninos e adolescentes apreendidos é muito pequeno – no máximo um mês e meio. Foi com esse período disponível que o professor Elival do Couto Souza¹⁰⁷, então com 48 anos, decidiu fazer uma experiência de leitura e de escrita: apresentou para os adolescentes – todos eles com um histórico escolar bastante acidentado – a linguagem dos cordéis nordestinos.

A identificação com as histórias ritmadas, passíveis de serem oralizadas, foi instantânea. Na sequência, o professor Eli, como é chamado, conseguiu ir ainda mais longe: os internos produziram seus próprios cordéis, sem se furtarem, naturalmente, de imprimir suas próprias histórias de abandono familiar, exposição à violência, estágios no mundo do crime e privação de liberdade. A experiência rendeu o livro *Minha trajetória*. No dia do lançamento, apenas um dos autores estava presente no Cense. Os outros todos tinham sido mandados para unidades de ressocialização ou colocados em liberdade.

Todas essas inserções confirmaram a importância do professor na mediação da leitura. E como essas mediações podem atingir situações das mais diversas naturezas – do despertar da leitura, na Escola Municipal Vila Zanon, passando pelo enfrentamento da violência, como no Colégio Estadual República do Uruguai; passando pela consciência política, a exemplo do Colégio Estadual Marechal Cândido Rondon; e pela retomada da própria história, como ocorre no trabalho do professor Elival junto aos adolescentes em conflito com a lei.

Duas outras observações participantes em “situações de escola” merecem ser relatadas por relacionarem diretamente a leitura e a cidade, objeto de estudo desta tese. Uma delas é a história do então estudante secundarista Hermes Eduardo Nichele¹⁰⁸, da Caximba, bairro estigmatizado por sediar, até o final de 2011, o Aterro Sanitário de

¹⁰⁷ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 18 de dezembro de 2009, com o título “O cordel do Elival de Jaguaquara”.

¹⁰⁸ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 27 de novembro de 2009, com o título “Estação Olimpo – Caximba”.

Curitiba e Região Metropolitana. A outra é a da atuação do arquiteto Key Imaguire Júnior na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPR.¹⁰⁹

Morador da última divisa do bairro da Caximba, Hermes é um entusiasta do sistema de transporte coletivo de Curitiba. Fez todas as linhas, conhece todos os terminais, mesmo tendo poucas linhas disponíveis na região onde mora. Da observação nasceram projetos de urbanismo, que chegou a enviar para a Urbs e para o Ippuc, o que foi obviamente recebido como um exotismo. Na ocasião, o menino, praticamente morador da zona rural, se preparava, ao lado do fogão de lenha, para dois concorridíssimos vestibulares de Arquitetura e Urbanismo – um na Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR) e outro na Universidade Federal do Paraná. Passou nos dois.

À pergunta de quem o tinha influenciado a ser um aluno tão estudioso, mesmo em condições desiguais, respondeu que a curiosidade ele devia ao avô, que fora pracinha na Campanha da Itália, e lhe contava histórias de guerra. A aplicação devia a uma professora de História, Maria Pilato, que o ajudou a não se render à onda de evasão escolar, comum na região, e a alimentar o desejo de viajar. O ônibus, paixão confessa, veio por acréscimo: é sua possibilidade de viagem e marcou seu ingresso do estudante na vida da cidade.

Quanto a Key Imaguire Júnior, professor de História da Arquitetura Brasileira no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, completou, em 2009, 35 anos de magistério. Aposentou-se, tendo deixado o legado de aulas peripatéticas pelas ruas de Curitiba, Ouro Preto, Brasília e onde mais houvesse arquitetura importante a ser vista. As aulas ao ar livre, na cidade que sempre palmilha a pé, são uma prova da leitura viva e capaz de romper com um certo cerebralismo que ronda o ambiente universitário. Seu legado junto aos alunos é inestimável e inegável.

3.6.2.5 Ativistas e personalidades da leitura na cidade

Os entrevistados que seguem estão ligados de formas variadas à difusão da leitura, sempre por um filtro inventivo, e não raro conjugando questões como memória e

¹⁰⁹ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 26 de fevereiro de 2010, com o título “O homem que estava lá”.

território. Canuto Calmon Martins de Almeida¹¹⁰, 79 anos na ocasião da entrevista, em 2008, ficou célebre na cidade de Curitiba ao militar – na Feira do Largo da Ordem – pelo *Jornal e Revista da Poesia*, editado às próprias expensas. À sua moda, brigou com os órgãos públicos, em busca de incentivo, mas seu projeto era bastante personalista e sua figura, exótica, sempre defendendo a monarquia e suas próprias raízes aristocráticas. O projeto de poesia em jornal não fez discípulos, nem resistiu à morte de Canuto, em 2011.

Exotismo também é a marca de Liamir dos Santos Hauer,¹¹¹ 85 anos na ocasião da entrevista, autora de meia dúzia de livros. Ex-socialite, ex-primeira dama do estado, filha da poeta Pompília Lopes dos Santos, Liamir descobriu na maturidade o sabor da literatura. Começou fazendo barulho, publicando, sem revelar os nomes, histórias bizarras e secretas sobre famílias ilustres do Paraná. Conta ter recebido até ameaça de morte. Depois das confidências vieram livros de viagem e muitas palestras, em vetustos círculos acadêmicos da capital.

A pobreza de Canuto e o fausto de Liamir parecem encontrar sua síntese em Marcelo Simões.¹¹² Nascido da família abastada, abandonou tudo, tornou-se mochileiro na Europa e, de volta ao Brasil, um sem-teto. Antes das perdas materiais totais, no entanto, escreveu um dicionário de 4.770 palavras, em sete línguas, para ajudar gente que, como ele, se aventurou pelo mundo. Vendia-os pelas ruas da capital, nem sempre com sucesso. Chegou a dormir numa caixa de papelão que embalava uma geladeira.

A miséria também se abateu sobre outro personagem que encontrou dignidade nas palavras. O cego Paulo Roberto Geller¹¹³ vendia badulaques nas estações-tubo e biarticulados, em companhia da mãe, Míriam. A particularidade é ser quase formado em filosofia e falar com certa desenvoltura sobre Aristóteles. A mesma facilidade tem para falar dos termos médicos que o levaram à cegueira anunciada desde os 9 anos de idade, mas consolidada apenas na vida adulta. É o que explica para os passageiros do ônibus, alertando-os sobre as relações entre a diabetes e perda da visão, mal que o acometeu.

¹¹⁰ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 18 de julho de 2008, com o título “Poesia presa no elástico”.

¹¹¹ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 2 de janeiro de 2009, com o título “Liamir vai virar manchete”.

¹¹² Crônica publicada na Gazeta do Povo em 6 de fevereiro de 2009, com o título “O matemático que vende palavras”.

¹¹³ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 22 de maio de 2009, com o título “Aristóteles na Estação Rui Barbosa”.

A cegueira e a leitura também se coadunam na artista plástica Estela Sandrini.¹¹⁴ Oriunda de família tradicional – é sobrinha do ex-governador do estado, Ney Braga, e parente dos Munhoz da Rocha, com longa linhagem de poder no Paraná – cresceu cercada de livros. Na infância não percebia o problema político que tinha dentro de casa. O pai, o jornalista José Erichssen Pereira, de esquerda, tinha se casado com a única irmã de Ney Braga, identificado com partidos de direita. Para não contrariar a mulher, Erichssen reprimiu muitas de suas convicções.

Erichssen externava suas inquietações sociais na marginália dos livros de sua biblioteca. Ele morreu em 1964, aos 55 anos, sofrendo os dissabores do regime militar. Teca, a filha mais nova, já demonstrava problemas de visão, o que lhe trouxe um conflito com a leitura. Queria ler como o pai, mas não podia. Mesmo assim, formou-se em Pintura na Escola de Belas Artes do Paraná e fez carreira de prestígio. Somente na maturidade, o problema se agravou, roubando-lhe quase que totalmente a visão.

Foi justo nessa ocasião que herdou, de uma das irmãs, a biblioteca do pai. E se deu conta de que aquele homem, com quem tinha convivido tão pouco, estava revelado nos escritos da borda dos livros. Por ironia, àquela altura, ela precisava da ajuda de outras pessoas para decifrá-lo. Esta pequena história de fracasso, de amor paterno de encontro com os livros dialoga com a grande história política do estado. E sugere uma percepção do livro como objeto íntimo, capaz de desencadear a memória e de abrir o passado.

A pequena história e os livros também levam a Cândido Batista de Souza, o Candinho, 92 anos na ocasião da abordagem e morto no início de 2012.¹¹⁵ Sonhador, teve mais de 40 empregos e viveu todas as paixões a que estava reservado: trocou de serviço porque o patrão era integralista, foi radialista e mascate, para citar algumas ocupações. Aos 60 anos, deu-se conta de que não havia estudado e fez madureza, supletivo e curso por correspondência. Passou em Direito na Universidade Estadual de Londrina, formando-se aos 70 anos de idade. Aos 90, escrevia seu livro de memória, inacabado, *Contrastes e opostos*.

¹¹⁴ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 13 de agosto de 2010, com o título “Teca vê o mundo em letra miúda”.

¹¹⁵ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 11 de junho de 2010, com o título “Candinho e o melhor dos mundos”.

Não tão popular quanto Candinho, mas popular o bastante, a octogenária Nair de Araújo¹¹⁶ declama poemas nos bailes da terceira idade do Sesc Água Verde. Costuma imprimir os versos que escreve, para que sejam lidos antes de sua voz de radialista – exercitada na juventude em estúdios na Rádio Marumby – ecoar no salão do Sesc. Nair de fato se transforma, repetindo uma performance radiofônica, típica da sua mocidade e da Era do Rádio. Foi a mocidade, aliás, que marcou seu encontro com a literatura.

Nair começou a escrever por acaso, ainda menina, sem que houvesse modelos em casa. Na juventude, encontrou o apoio que lhe faltava: tornou-se aluna e depois discípula da poeta Helena Kolody. Mesmo findados os estudos, a amizade continuou, com Nair apresentando à ex-professora o que escrevia. Hoje, ao declamar em público, ela dá continuidade ao brilho que esse encontro teve na sua vida.

Também discípula de Helena Kolody, a professora Liège Meyer,¹¹⁷ aposentada pelo estado e tendo feito carreira no Colégio Estadual Conselheiro Zacharias, no Alto da XV, continua na ativa. Há seis décadas, dá aulas particulares em sua casa, na Rua Almirante Tamandaré, e é procurada por ex-alunos, para que ajude seus filhos com aulas de recuperação, como um dia lhes aconteceu. A casa da Liège, com a velha placa “aulas particulares” na frente, é um apelo indireto à memória escolar. Basta ir até o portão para ouvir: “Lembra de mim, professora”. Ela não escreve e falou pouco de suas leituras, mas mantém a escola viva, fora do espaço tradicional, perto do tanque onde lava roupas e do quintal onde brinca com os cachorros.

3.6.2.6 Experiências urbanas

Nesse item, serão listados laboratórios e inserções em atividades urbanas que colaboram para a compreensão do trabalho, a dizer, a cidade como espaço de sociabilidade, cidadania e letramento. Destacam-se iniciativas e experiências criativas não diretamente ligadas à leitura, mas com potencial para romper o insulamento urbano, nos moldes do que fala o filósofo Nelson Brissac Peixoto e outros urbanistas citados no capítulo 1 desta tese.

¹¹⁶ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 24 de abril de 2009, com o título “Tem poesia na casa da Nair”.

¹¹⁷ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 6 de maio de 2011, com o título “Nado de costas e tabuada. Ou método Liège Meyer”.

A primeira abordagem contemplou o coletivo Interlux.¹¹⁸ O grupo – um dos incentivadores das Bicletadas no Centro de Curitiba – “ocupou”, de forma pacífica, um lado de quadra da Rua Augusto Stresser, no bairro Juvevê. É formado por estudantes universitários, artistas e escritores. Entre suas ações constam a criação de “jardins libertários”, promovendo a jardinagem nos canteiros da rua; o projeto “Saia da Bolha”, que cria shows às sextas-feiras, numa esquina da Rua Barão de Guaraúna, convidando os motoristas a saírem de seus automóveis e desfrutarem da rua; e uma ciclofaixa, cuja pintura rendeu um processo por crime ambiental contra três dos participantes.

As ações do Interlux são já nacionalmente reconhecidas e se somam a movimentos planetários de preocupação das cidades – com arte, dança, ioga e uso de bicicletas, tendo, inclusive, se notabilizado pela pressão política a candidatos ao governo do estado e da prefeitura, pedindo uma política de mobilidade numa escala humana.

Como parte desse contexto, outro laboratório foi feito no movimento de comerciantes conhecido como Batel Soho¹¹⁹, na Praça da Espanha, que fica na divisa dos bairros Batel, Mercês e Centro. O grupo promove, aos sábados, feiras ao ar livre, pequenos shows e programas de convivência numa praça antes praticamente usada como estacionamento e já privada de condições de uso. A experiência mostrou a responsabilidade da sociedade civil no emprego criativo da cidade.

Embora não forme um movimento, a ação urbana da pianista, pesquisadora e professora da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), Elisabeth Seraphim Prosser¹²⁰, se alia a uma grande moção urbana: o grafite e a pichação. Como parte de um doutorado no programa de Meio Ambiente da UFPR, com orientação da professora doutora Myrian Del Vecchio de Lima, Elisabeth mapeou de forma meticulosa os mais diversos grupos e linguagens grafiteiras de Curitiba.

Sua ação, além de render o livro *Graffiti Curitiba*, ajudou a reduzir a marginalidade dos grafiteiros, fazendo com que essa forma de expressão fosse discutida na universidade e no mundo da cultura, pelo qual a pesquisadora circula com facilidade.

¹¹⁸ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 19 de setembro de 2008, com o título “Voto na Rua Augusto Stresser”.

¹¹⁹ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 8 de maio de 2009, com o título “Las hermanas Xavier e La rebelión”.

¹²⁰ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 17 de junho de 2011, com o título “Monteverdi grafitou o muro”.

Também partindo de uma musicista, a destacar no laboratório de investigações o projeto da pianista Salete Chiamulera¹²¹, intitulado Haus Musik. Professora da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), Salete criou um conjunto de repertório que se apresenta em domicílios. As músicas a serem apresentadas são discutidas anteriormente com a família que recebe os músicos, de modo a cruzar as expectativas, aumentar o conhecimento e difundir a cultura.

A própria Salete mantém em sua residência, nas cercanias do Parque Barigui, em Curitiba, uma pequena sala de concerto, instalada numa casa de madeira à moda curitibana. Ali, promove apresentações, em parceria com o marido e os quatro filhos.

Embora não seja músico profissional, o advogado Adolfo Hey¹²² faz ação semelhante à de Salete Chiamulera, na casa dele, no tradicional bairro do Abranches, também em Curitiba. A moradia, em si, é um espaço cênico. São duas casas no mesmo terreno – uma à moda alemã, com uma torre de 21 metros; e outra polonesa, nascida de um desmanche – nas quais Hey promove pequenos recitais para convidados e para interessados, fazendo do local um ponto informal de cultura.

O Cartório do Cajuru, no bairro do mesmo nome, na capital, também se transformou num espaço de interação urbana. O local, no passado, era a moradia da família Lazzarotto, abrigou o célebre Vagão do Armistício – uma cantina em que se servia risoto, nas décadas de 1940 e 1950, sendo local frequentado por políticos e artistas. Ali foi descoberto pelo interventor Manoel Ribas o adolescente Poty Lazzarotto, que iria se tornar um dos maiores ilustradores brasileiros.

O vagão e uma antiga mercearia da família, transformados em cartório, são de propriedade de João Lazzarotto, irmão de Poty. Ali funciona uma sala de exposições permanente com obras de Poty. O vagão – que tem pinturas do artista no forro – está mantido tal e qual e é visitado, tendo João como guia, por escolares. Em tempo, o carimbo do Cartório do Cajuru é um pinhão, desenhado pelo próprio Poty.

¹²¹ Crônica publicada na Gazeta do Povo em 10 de junho de 2011, com o título “Concerto em domicílio”.

¹²² Crônica publicada na Gazeta do Povo em 23 de dezembro 2011, com o título “A incrível casa dos Hey”.

4. MEMÓRIAS DE LEITORES

Para a feitura desta tese, foram acompanhados 12 leitores com baixa exposição à vida escolar. O número de 12 leitores é aleatório. O que na escolha contou foi a qualidade dos informantes e a diversidade de profissão e história de vida. São 7 homens, 4 mulheres e 1 transexual, identificados depois de pesquisa prévia junto a vários leitores com as mesmas características. [ver itens 3.5 e 3.6] As abordagens se deram em momentos diferentes da pesquisa, na forma de observação participante e com aplicação de entrevista em profundidade. Nesse ponto, investigou-se a memória familiar, memória de leitor, memória escolar, práticas de leitura e práticas urbanas. **[ANEXO B]**

O propósito da entrevista é perceber as memórias de leitor, as práticas de leitura, como ele vê a presença da escola na sua história, a influência da família na sua formação de leitor o envolvimento de cada um com a cidade. A pesquisa acabou por verificar também que quatro desses leitores com baixa exposição à escola ou com escolarização difícil também se dedicam à escrita.

Escolhemos a técnica da entrevista pela sua flexibilidade, pelo contacto mais próximo com o sujeito, pela possibilidade de colher sua atitude geral ante uma pergunta. Muitas pessoas acham difícil escrever longamente; e, embora gostem de explicar bem sua resposta, são impedidas pela inibição, quando pouco instruída, ou pelo cansaço. (BOSI, 2007, p. 31)

Foram exploradas questões como escolaridade dos pais e importância dada na família ao estudo; fatos marcantes da biografia de cada um que possam ter sido determinantes na entrega à leitura; o lugar do livro na vida de cada um; a convivência com os não leitores; as relações com a cidade. **[ANEXO C]**

A aferição – cuja contribuição maior é formar um painel da memória de um tipo determinado de leitores – confirma as hipóteses da tese. Pessoas com baixa exposição à escola, mas que se mantiveram leitores, passaram, na maior parte dos casos, por uma experiência gratificante na escola, mas esse espaço lhes foi tirado de forma abrupta, seja por circunstâncias sociais ou pessoais, deixando em aberto o desejo pelo ensino.

Manter-se como leitor, pode-se dizer, é preencher esse espaço vazio. As carências educacionais, contudo, tendem a criar um leitor anárquico, anacrônico, eclético, focado na leitura como prazer, passatempo, abrigo, avançando pouco para

leituras mais consistentes. O leitor com baixa exposição à escola, contudo, é reconhecido em seu meio social como leitor e é um agente informal de leitura, sempre prestes a dar dicas sobre “livros gostosos”, sem fazer com que seus interlocutores se sintam cobrados pela falta de erudição.

À revelia de suas deficiências de formação, esses leitores vivem em tudo a experiência da leitura – sentem-se refletidos nas obras, modificados por ela, melhores observadores da realidade, viajantes e mais participantes do mundo. Eles veem suas próprias histórias como elementos de uma ficção e são capazes de falar sobre o que viveram, projetando seus dramas e expectativas. Dividem-se entre o prazer e o conhecimento, mas não deixam de ser moldados pelo próprio sistema de leitura de massa, que faz escolhas pelo “leitor popular”. (ROMANCINI in BRAGANÇA. ABREU, 2010, p. 614)

Via de regra, como que conciliam todos os processos de leitura verificados ao longo dos séculos, como qualificou Roger Chartier. Passam da leitura em voz alta para a leitura em silêncio. Da leitura intensiva para a extensiva – a intensiva entendida como leitura confrontada a poucos livros, baseada na escuta e na memória, sendo respeitosa e quase sacra; e a extensiva entendida como o consumo de muitos textos, passando de um para outro com a versatilidade e sem qualquer noção de sacralidade. Outro tipo seria a chamada “leitura da solidão”, privada, contrastando com leituras públicas e coletivas, marca desses leitores que leem em espaços onde encontram poucos pares. (TRAVANCAS, 2001, p. 57)

Segue pequeno perfil dos leitores. Na sequência do texto eles serão identificados pelo primeiro nome.

1. **Eloir José Golemba**¹²³, motorista de táxi, 31 anos, concluiu o ensino médio em Rio Azul, cidade de 13 mil habitantes na região Sul do Paraná, e o ensino médio, já jovem adulto, em Curitiba. É autor de um livro, *Ah, se meu táxi falasse...* [Editora Juruá], sobre histórias recolhidas durante seu trabalho de chofer. Tem outras duas obras escritas.

Cresceu em ambiente empobrecido, rural e pouco favorável à leitura.

Aos 14 anos foi retirado da escola para trabalhar. Aproximou-se dos

¹²³ Crônica sobre Eloir foi publicada na Gazeta do Povo em 9 de janeiro de 2009, com o título “A vida dos outros”.

livros por volta dos 8, 9 anos, por influência de um professor de inglês, diretor da escola onde estudava. Ganhou um livro de presente – não lembra ao certo se foi *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe, ou *O menino do dedo verde*, de Maurice Druon. Entende que o livro de Druon foi definitivo na formação de sua personalidade.

Lê diariamente, no táxi, à espera de passageiros, ocasião em que também escreve. Em casa, tem sala e espaço reservado para os livros.

2. **Devanir Lopes da Silva**¹²⁴, marceneiro, 38 anos, tem o segundo ano do ensino médio, criado em Curitiba. Mora na Vila São Jorge, no Portão, e trabalha numa marcenaria no Campo Comprido. Escreve contos eróticos, histórias infantis e contos adultos. Tem material para um livro e procura editor.

Foi criado em ambiente pouco propício para as letras, cuja ótica era conseguir trabalho para ajudar nas despesas. Mas a mãe percebe seu interesse pelos livros e lhe traz exemplares doados pelas patroas, nas casas onde trabalhava como doméstica. Foi nessasavas que leu exemplares da Coleção Vagalume, *O menino do Dedo Verde*, de Maurice Druon; e *Zadig*, de Voltaire, que acabou se tornando seu livro símbolo.

3. **Aldo de Brito**¹²⁵, aposentado, 76 anos, reprovou em Latim no antigo exame de admissão do ginásio, o que lhe trouxe uma frustração escolar. Sofreu abandono e maus-tratos na infância ao entrar para a Casa do Pequeno Jornaleiro, na década de 1940, depois da morte do pai e do empobrecimento da família. Escreve livro sobre a experiência, muitas vezes na sala de datilografia da Biblioteca Pública do Paraná. Criado no interior de Santa Catarina, não teve estímulo familiar e escolar para a leitura, com exceção da presença de um irmão, 14 anos mais velho, que era do Exército e lhe apresentou obras de Dostoievski e Victor Hugo.

No momento da entrevista lia *O príncipe maldito*, de Mary Del Priore.

¹²⁴ Crônica sobre Devanir foi publicada na Gazeta do Povo em 11 de setembro de 2009 com o título “Biro, Zadig, Tistu e o destino”.

¹²⁵ Crônica sobre Aldo foi publicada na Gazeta do Povo em 16 de setembro de 2011, com o título “A fábula de um pequeno jornaleiro”.

4. **Anderson Bordignon**¹²⁶, programador visual autônomo, 31 anos, ensino médio completo, concluído em escola do bairro Tatuquara, na periferia de Curitiba. É morador de uma das mais de 70 ocupações irregulares da capital, a Vila Zanon. É autor do livro *Esse é o meu país...*, publicado com a ajuda de um tio, no qual mistura autoajuda e indignação social. Está produzindo outro livro, sobre o qual prefere manter segredo.
- Só se interessou pela leitura aos 20 anos, quando se casou. Sua mulher era leitora dos livros de Augusto Cury. Anderson, passou, então, a escrever nas sobras de fitas do caixa eletrônico, no supermercado em que trabalhava como caixa. Viu-se reconhecido como escritor pelos colegas de trabalho e passou a ler, com afinco, para poder escrever melhor.
5. **José Pereira da Silva**, aposentado, 82 anos, trabalha como ascensorista no prédio da Associação Comercial do Paraná (ACP), desde 1956. Tem antigo ginásio. Órfão aos 3 anos de idade, foi criado em instituição que deu origem à Febem, em São Paulo. Tem 60 páginas de sua história escritas, mas não publicadas. Até os 18 anos, quando ganhou autonomia, teve vida de grande sofrimento. Tímido, acredita ter Síndrome de Asperger,¹²⁷ o que explicaria ter tanta dificuldade de comunicação. No elevador quase não se comunica com as pessoas e está sempre carregando um livro.
- No momento da entrevista lia *Cavalo de Troia*, de J.J. Benitez, volume 9.
6. **Sira Quiza Garcia**, dona de casa, 70 anos, viúva, tem ginásio completo. Migrou da Espanha para o Brasil aos 13 anos de idade, na década de 1950, ocasião em que se viu privada da escola. Era educada para casar e seus pais tinham medo do contato com os brasileiros pobres e negros, por isso não a matricularam num colégio novamente.

¹²⁶ Crônica sobre Anderson foi publicada na Gazeta do Povo em 31 de outubro de 2008, com o título “O escritor que veio de longe.”

¹²⁷ Síndrome de Asperger é o nome dado a um dos graus de autismo. Mas a dedução é do próprio leitor, sem que tenha havido diagnóstico.

Restou-lhe a leitura e a promessa que fez a si mesma de que só se casaria com um homem culto, que gostasse de música e de livros.

O marido, 17 anos mais velho, leu em voz alta para ela nos primeiros anos do casamento e foi seu incentivador literário. Com a morte dele, no início dos anos 2000, o afã da leitura se tornou maior. Hoje, credita seu gosto pela leitura ao irmão mais velho, que lhe apresentou os livros; ao pai, que era marinheiro, despertou nela a curiosidade pelo mundo e a paixão por viagens; e ao marido, que a incentivou a ler.

7. **Fabiana Pinheiro**, cozinheira, 28 anos, transexual, natural do interior do Paraná. Tem ensino fundamental. Trabalha num shopping de Curitiba e teve dois motivos de incentivo para a leitura – uma irmã que estudou, algo raro na família –, e a morte de um irmão, o que a deixou transtornada. Aconselhada por uma psicóloga no momento da depressão, descobriu a leitura.

No momento da entrevista, acabara de reler *Ágape*, do padre Marcelo Rossi.

8. **João Enio Miler**, aposentado, 69 anos, mas atuando como segurança no bairro Alto da XV. Tem nível ginásial. Natural de Palmas, no Sul do Paraná, mudou-se para Curitiba na adolescência. Mas já era um leitor constante, prática que não abandonou.

Tem orgulho de ser reconhecido como leitor pelos seus e diz que lê para liberar a culpa dos outros. “Eu leio pelas pessoas”. Chama atenção no posto de trabalho – uma guarita numa praça pública – pela compenetração. Os próprios patrões o abastecem com livros recém-lançados.

Lia *O cemitério de praga*, de Umberto Eco, no momento da entrevista.

9. **Mirco Busani**, 76 anos, metalúrgico aposentado. Italiano, migrou com a família para o Brasil quando tinha 16 anos. Tinha aversão à educação formal e grande adesão aos livros, particularmente os de aventura escritos por Emilio Salgari. Manteve-se leitor constante.

No Brasil, sentiu-se à vontade com a decisão de não estudar, pois encontrou muitos jovens como ele, preocupados exclusivamente em ter um ofício e nada mais. Só sentiu falta de uma educação formal quando a montadora em que trabalhava demonstrou ser desejável ter

funcionários mais escolarizados. E diante das lacunas nos livros de História. “Eu precisava saber mais sobre o mundo e de forma ordenada”.

10. **Terezinha Nicola Hubie**, 81 anos, dona de casa, viúva. Natural de Porto Amazonas, Leste do Paraná, vive em Curitiba desde os 20 anos de idade. Tem a quinta série. Mãe de três filhos, um morto recentemente, tem a vida organizada em torno da leitura – “madrugadas adentro”.

Durante o dia, vive a cidade. Carrega na bolsa poemas e contos impressos, que oferece a quem encontrar no ponto do ônibus. O desligamento precoce da escola, na quinta série, até hoje a emociona.

Emprestou do pesquisador no dia da entrevista *Os meninos da Rua Paulo*, de Ferenc Molnár; e *Cinzas de Ângela*, de Frank McCourt.

11. **Rosane Maria dos Santos**, 37 anos, recepcionista. Natural de Cerro Azul, no Vale da Ribeira. Mora em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba. Cursa o primeiro ano do ensino médio, no Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tornou-se leitora depois dos 30 anos, ao enfrentar o assassinato do filho, de 16 anos, por bala perdida.

No momento da entrevista, relia *A Cabana*, de William P. Young.

12. **Laurinda Fátima Ferreira de Almeida**, 56 anos, dona de casa e cuidadora da mãe, uma senhora de 91 anos. É casada e tem uma filha. Ginásio concluído, deixou a escola voluntariamente no primeiro ano do ensino médio. Ainda garota, descobriu a literatura sentimental, as fotonovelas e as revistas em geral. Há pouco mais de duas décadas seus encantos com a leitura foram abalados pela necessidade de cuidar da mãe, o que a confinou ao espaço doméstico. Seu desejo é retomar os livros assim que possa.

4.1. MEMÓRIA FAMILIAR

Esse item contém os resultados e a análise do primeiro ponto da entrevista com os 12 leitores, no qual se investigou o grau de escolaridade dos pais e dos irmãos; a

proximidade com pessoas letradas na infância e adolescência [parentes, vizinhos, padrinhos]; o que os pais e pessoas próximas diziam sobre a escola; qual o sentimento dos pais em relação à escola [desimportância, frustração]; se ganhou alguma vez um livro de presente; e qual o fato mais importante de sua vida.

O objetivo da investigação desses itens é perceber a influência da família na escolha da leitura e na valorização da escola e se, nos casos em análise, essas condicionantes foram determinantes no percurso dos entrevistados, na afeição pela leitura e nas relações com a escola.

Os leitores com baixa exposição escolar acompanhados pela pesquisa – com exceção de **Sira e Mirco**, estrangeiros – são a rigor oriundos de famílias empobrecidas, moradores do interior do Brasil, e não raro deixaram de estudar por falta de oferta escolar nos lugares onde viviam, situação comum entre os entrevistados com mais 65 anos (**Aldo, José, João e Terezinha**). O entrevistado com instrução mais alta [caso de **Anderson**] foi o que mais frisou a importância dada pelos pais à educação;

Os responsáveis pela casa eram analfabetos ou dominavam apenas elementos básicos de leitura e de escrita, mas a avaliar pelos depoimentos, por quase unanimidade, tinham atitude positiva em relação aos estudos, pelo menos por parte da mãe.

Perguntou-se, por exemplo, se os pais disseram alguma vez que “o estudo era um privilégio dos ricos e que não era para eles” e apenas um dos 12 respondeu ter ouvido frase semelhante algum dia na vida. Segundo o pai do informante **Eloir**, o estudo não lhe traria benefício algum.

A entrevistada **Terezinha** viveu a experiência “de que o estudo não era para ela” de forma indireta. Ao chegar à quinta série, numa pequena cidade do Leste do Paraná, viu sua colega de carteira geminada se mudar para cidade grande, a fim de continuar os estudos, chegando inclusive à faculdade. “A família dela tinha dinheiro. A interrupção da escola foi um trauma para mim”, disse. O entrevistado **Devanir** admite que os pais, mesmo sem verbalizar, acreditavam que deviam educar os filhos para o trabalho, e não para os estudos. Viveu experiências contínuas de abandono escolar, até desistir de vez, aos 22 anos.

A situação mais apontada como causadora do abandono escolar precoce foi a necessidade de ajudar nas despesas da casa, assim que a repetição do modelo materno e paterno – “saber ler e escrever para não ser um analfabeto” – estava resolvida, graças a alguns anos de escolarização. A escola era trocada por um posto de trabalho – a exemplo de **Rosane**, que se tornou babá no início da adolescência; ou de **Terezinha**,

que passou a atender numa serraria logo que terminou a quinta série. Novamente, a exceção são os estrangeiros [**Sira e Mirco**], que migraram para o Brasil por causa dos horrores da Segunda Guerra, experimentando, por causa disso, o descompasso escolar. O político e o ideológico se sobrepuseram ao econômico.

Fugindo ao senso comum que aponta os mais pobres e menos escolarizados como aqueles com menor potencial para formar filhos leitores, em dez dos 12 acompanhados pela tese, o livro ou outro objeto de leitura, como gibis, revistas ou a Bíblia, tiveram em algum momento da infância e da adolescência relevância dentro de casa. A presença de suportes de leitura no próprio ambiente familiar é lembrada, na maioria dos casos, com colorido, apontando o fascínio que guardam pela leitura. Dos 12, nove ganharam livros ou revistas de presente nas primeiras fases da vida.

O livro e similares não raro eram trazidos por uma figura interessante nesse estudo: os irmãos mais velhos, que não abandonaram a escola, estudaram e levaram livros para o lar [casos **Aldo, Sira, Fabiana, Terezinha e Laurinda**]; ou um patrão ou patroa dos pais que doam livros [caso **Devanir**]. Quando não, identifica-se mais de um agente de leitura na biografia desses leitores.

No caso de **Fabiana**, o livro chegou pela irmã mais velha, que estudou, e por recomendação de uma psicóloga. É comum entre os entrevistados apontar até três grandes influenciadores da leitura. **Sira** credita ter se tornado leitora ao pai, ao irmão e ao marido – e identifica, no segundo plano, duas jovens que conheceu na adolescência. É impressionante a naturalidade com que fala de sua biografia de leitora, considerando esse fato tão importante quanto ter se casado e tido filhos.

Há um terceiro caso, entre os que se tornaram leitores quando jovens: os livros chegaram a suas casas pela companheira [**Anderson**]; por uma vizinha [**Rosane**]; ou pelos professores [**Eloir e João**], superando as fragilidades familiares nesse campo. Em todas as situações se reforça a hipótese de que a presença de um agente de leitura, seja da família, da vizinhança ou da sociedade organizada, pode mudar o destino de uma criança, adolescente, jovem ou adulto, superando o possível desprezo ou incompreensão dos pais com a educação e com a leitura. “Em casa eu não tinha o modelo de ninguém”, disse **Eloir**, que foi alçado à condição de leitor graças a um professor, que o presenteou com um livro.

As conversas com os 12 leitores permitem levantar algumas suposições. Há nas famílias empobrecidas a repetição de um padrão: são núcleos familiares com mais de cinco filhos, a maioria não estudou, criando uma espécie de democracia no abandono

escolar e da exclusão da leitura, provavelmente porque os pais não tiveram história diferente e disseminaram no ambiente familiar um clima de baixa estima.

Com exceção de Mirco – cuja família, italiana, não relacionava estudar com ganhar dinheiro –, todos citam a brasileiríssima frase de que “o estudo poderia lhes dar uma vida melhor”, mas sem que isso redundasse em alguma história extraordinária de luta para manter o filho na escola. As quebras desse padrão se deram quando um irmão rompeu o cerco e estudou ou quando o pai e mãe mudaram de ideia a respeito da educação, como citado por Devanir e Fabiana – a mãe, nesses casos, ao perceber interesse pela leitura, torna-se a captadora de livros, gibis e revistas.

No caso de **Aldo**, o irmão que rompeu o padrão e lia estava no Exército que, como se sabe, durante muito tempo resgatou homens brasileiros do analfabetismo e da subnutrição. No bairro Santa Quitéria, esse militar leitor – mais tarde transformado em pastor evangélico – era chamado de “o homem que lê”. No caso de **Terezinha**, o irmão leitor e a irmã que ele influenciou, se tornam na boca do povo “a família lelê”.

No caso de **Laurinda**, a mãe, que desejava para os filhos mais velhos apenas um ofício, muda de ideia no contato com pessoas estudadas – freguesas que lhe compravam bordados. Mas sua relação com a escola é mais rígida que a própria escola, desencorajando as duas filhas a continuarem.

No caso de **Devanir**, o pai declaradamente avesso aos estudos para os filhos se sindicaliza e recebe do sindicato uma informação contrária: levar os filhos para a escola era, sim, dever. Mas nada impede que convoque o filho a sair da escola pela primeira vez aos 14 anos. No caso de **Sira**, o pai que “tomava as contas”, nome de rios e de capitais, também era ligado ao movimento sindical. Mas não achava que a escola fosse coisa para a filha, apenas para o filho, que teve bons estudos.

O exemplo de maior orfandade familiar entre os recolhidos, no campo da leitura, é o de **José**. Órfão aos 3 anos de idade, foi em 1930 para um “abrigo de menores” e depois para uma escola agrícola na Grande São Paulo. Não tem lembranças familiares relativas a livros ou à leitura, embora afirme serem as piores. Recorda que os primeiros livros e revistas de sua vida foram localizados no lixão, onde era obrigado a trabalhar desde pequenino.

4.2. MEMÓRIA DO LEITOR

Esse item se refere ao segundo bloco de questões na entrevista em profundidade, versando sobre as lembranças dos 12 leitores a respeito de seus primeiros contatos com os livros. Foram abordadas as seguintes questões: a recordação mais antiga que os entrevistados têm dos livros; o primeiro livro lido e o primeiro livro amado; se houve momentos de distanciamento do livro e por quê; como se deram as reaproximações; o sentido da leitura e de ser leitor; se são reconhecidos como leitores pelas pessoas com quem convivem; se a leitura os ajudou a resolver algum problema de ordem pessoal ou social; e se na leitura se percebem refletidos nos livros que leem.

Foi a etapa mais narrativa, detalhada e rica da aferição. Uma história contada pela leitora **Sira** é ilustrativa desse momento em que os entrevistados manifestaram que a leitura os distingue e identifica, redimindo-os, em certo sentido, da orfandade escolar um dia sentida. A narrativa da personagem tem uma aura de romantismo e idealização.

Sira é natural do Norte da Espanha. Nasceu numa cidade litorânea da Galícia e seu pai era homem do mar. Mesmo não tendo vindo de uma família de posses – e estando o mundo mergulhado nos rigores do pós-Guerra – ganhou dos pais um hinário e breviário de orações com frisos dourados, capa de couro e papel de gramatura fina, com o qual desfilava pela aldeia de Cariño, onde nasceu. O livro era invejado por uma colega, que a conhecia de vista e com a qual não convivia, pois pelos códigos sociais do povoado, eram de níveis sociais diferentes.

Ao saber que a menina do livro dourado viria para o Brasil, a colega se aproxima, elogia o hinário, no que é presenteada com o objeto. Para a colega, aquele era um objeto que a família, de posses, poderia lhe dar. Para **Sira**, a futura imigrante, o livro dourado era uma extravagância, além da condição da família. Mesmo assim, deu-o de presente. Cerca de 50 anos depois, numa de suas voltas à Espanha, **Sira** é interpelada na porta da igreja por uma senhora, que se apresenta como a colega que ficou com o livro de luxo, nos idos da década de 1950. Trava-se ali uma grande amizade, nascida de um livro e da identificação com a leitura.

A menina que ficou na Europa hoje é catedrática aposentada de uma universidade espanhola. A que veio para o Brasil abandonou os estudos aos 13 anos e nunca mais o retomou. A passagem foi contada na entrevista por **Sira**, que leu para o pesquisador um longo texto, uma carta, na qual a amiga espanhola relembra o episódio.

Tendo como ponto de partida os 12 depoimentos, pode-se dizer que a memória dos leitores opera em pelo menos três camadas, podendo ou não haver coexistência entre elas: a primeira lembrança de leitura costuma ser a cartilha escolar, um conto de fadas ou um similar, como no caso dos leitores mais jovens, os livros paradidáticos veiculados pelas escolas. Esse tipo de material será aqui chamado de “livro de iniciação”.

Na segunda camada estão os livros cuja leitura causou prazer, geralmente na infância, e dos quais os leitores não esquecem o título e fragmentos dele. Ainda que não tenham verbalizado espontaneamente, quando provocados, os entrevistados concordam que tentaram, ao longo da vida, atualizar em outras leituras o prazer dessa leitura da infância ou adolescência, feita quando já dominavam os mecanismos básicos do letramento. Há casos, como do primeiro entrevistado, **Eloir**, em que a “leitura do prazer” é apontada também como a leitura moldou sua personalidade – no caso, *O menino do Dedo Verde*, de Maurice Druon. Ele se vê como um plantador de sonhos.

Na terceira camada estão os livros que iluminaram algum momento da vida dos leitores, estabelecendo um elo entre biografia e leitura, do qual não podem se desvencilhar. Poderia ser chamada de “leitura da vida”. Em paralelo a essas leituras definitivas para a memória, os leitores citam leituras intermediárias – que consideram formadoras, como a leitura de jornal e de revista, quase por unanimidade a *Seleções do Reader's Digest*. E práticas não diretamente ligadas à leitura, mas que veem associadas a ela, como o desenho, a dança e a música [em particular para **Eloir**, **Devanir**, **Sira**, **Mirco** e **Terezinha**], o que faz pensar que o consumo cultural na fase de formação ocorreu de forma combinada, reforçando a ausência de exclusividade da literatura na experiência estética.

Com exceção de **Mirco**, imigrante italiano que aprendeu a ler [contos de fadas] antes de ir para a escola; de **Terezinha**, que apontou o avô, um contador de histórias, como sua primeira experiência da palavra literária; e de **Laurinda** – cuja mãe é uma contadora de histórias informal, no ambiente doméstico, sempre calcadas em fatos reais, e a quem atribui seu gosto pelas histórias românticas, todos os outros associaram a “leitura de iniciação” com o aprendizado das letras na escola, e o citam de forma lúdica. Ou seja, ninguém afirmou ter sido traumatizado pelo bê-á-bá ou considerado essa fase um convite a se apartar das letras.

A cartilha é lembrada pela leitora **Terezinha** [que cita também a obra de Monteiro Lobato como incentivo aos primeiros passos nas letras] e por **Devanir** [que ao lado da

cartilha também cita um paradidático de nome *Nhá Balbina*]. O “livrinho de histórias” ou paradidático é citado pelo leitor **Aldo** [leu o *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato, que vinha colado ao frasco do Biotônico Fontoura; pelo leitor **Anderson** [leu o livro *Os Três Porquinhos* e chega a citar detalhes da capa], e pela leitora **Fabiana** [*A Branca de Neve*, “com a qual me senti identificada”].

Dentre os entrevistados, os leitores **Aldo, José, João, Rosane e Laurinda** não conseguiram elaborar muitas lembranças da “leitura de formação”. Os outros oito leitores, contudo, deram a entender que o primeiro encontro com as letras foi prazeroso e determinante, acenando que a experiência feliz com os livros se dá também em meio aos expedientes comuns da escola. Nesses casos, são lembranças muito vivas levando-se em consideração a idade e o tempo decorrido do início do aprendizado ao momento da entrevista: seis dos 12 entrevistados estão na chamada terceira idade e nunca tinham sido indagados a respeito de suas memórias de leitura, de modo que não as elaboraram ao longo da vida.

Na categoria que se pode chamar “leitura do prazer”, ocorrida quase que a rigor entre a quarta e a quinta série [**Anderson e Rosane** vão ter essa experiência apenas como jovem e jovem adulto] são apontados livros que marcaram várias gerações, não raro indicados pelo próprio professor. Supostamente os próprios professores podem ter feito essa leitura, na mesma idade e situação, perpetuando-a.

É o caso de Monteiro Lobato, nunca especificado nas citações com o nome da obra e citado de forma anárquica pelos 12 leitores; e a coleção Vagalume, idem, não especificada em nenhum título, citada apenas por **Anderson**. A lista vai de *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe [citado por **Eloir e Devanir**] a *O menino do dedo verde*, de Maurice Druon [citado por **Eloir e Devanir**]. A rigor, mais de um livro por leitor pode ter determinado o prazer e a alegria de ler, como se vai abordar no item 4.6.

Além dos já mencionados, a lista desta etapa se constitui por *Zadig*, de Voltaire; e *O Pequeno Príncipe*, de Saint-Exupéry [**Devanir**]; *Os miseráveis*, de Victor Hugo [**Aldo**]; *O vento da esperança* [**Sira**]; *O segredo do quarto*¹²⁸ [**Anderson**]; toda a obra do italiano Emilio Salgari [**Mirco**]. Apenas **Laurinda** não se recorda do primeiro livro que leu, embora lembre de ter lido os autores mais escolarizados, como Machado de

¹²⁸ O leitor **Anderson** não lembra exatamente o nome do livro. Pelas pesquisas em listas na internet não foi possível descobrir o nome exato da obra e o autor. Tudo indica ter sido um infantojuvenil. O livro citado pela leitora Sira **também** não aparece em nenhum registro.

Assis e José de Alencar. A lembrança mais forte é da literatura cor-de-rosa, das coleções Sabrina e Júlia.

Por fim, na categoria “leitura da vida” – ou seja, o livro que mais marcou a trajetória de cada um dos leitores, pode haver ou não coincidência com a “leitura do prazer” ou a “leitura de iniciação” [é o caso da leitora **Fabiana**, da leitora **Rosane** e do leitor **Mirco**]. O leitor **Eloir** se diz refletido por *O menino do dedo verde*, mas andava às voltas com uma leitura recente, à qual considera definitiva – *Os meninos da Rua Paulo*, Ferenc Molnár, obra que lhe foi dada de presente pelo ex-deputado federal Marcelo Almeida durante uma corrida de táxi. Dividido entre “o menino” e “os meninos”, diz que com o primeiro se identifica e que o segundo o ajudou a entender melhor a vida.

O leitor José segue expediente semelhante. Capaz de citar muitos livros ao longo de seus 82 anos de vida, afirma que o livro mais importante é um dos mais recentes, *Querido John*, de Nicholas Sparks, “porque ajudou a me entender. Eu me vi no personagem”. O mesmo se diga do leitor **João**. Refinado, capaz de boas escolhas, tem num livro de autoajuda o capítulo mais importante de sua trajetória. Não lembra o nome da obra, mas diz que ela mostrou o que sua vida poderia ter sido se tivesse estudado.

A posição de **Eloir, José, João e Laurinda** aponta o que pode ser uma característica dos leitores pouco escolarizados, com mais dificuldade de reler e de atribuir sentidos – a leitura é rarefeita, impulsiva e emocional, podendo se modificar muito rapidamente, como se vai ver no item “práticas de leitura”.

O leitor **Devanir** vive situação parecida. Lê e relê *Zadig*, de Voltaire, desde a infância, atualizando o prazer. Mas tem num livro que admite ser menor, *O alquimista*, de Paulo Coelho, a obra com a qual virou a página de sua vida. Leu-o num momento em que estava apartado da escola e da leitura, sentia-se desnorteado, queria ser escritor, achava que não podia. O livro de Coelho lhe mostrou que ele poderia realizar o que quisesse no lugar onde estivesse.

A alusão à “viagem” – como modo de sanar a insatisfação com o lugar em que estão e com a vida que tiveram – marca de forma ou outra todos os leitores, em especial **José, Mirco e Terezinha**. Todos desejaram estar em outro espaço. Vários deles se deslocaram ao longo da vida. Ou tiveram frustração por não poder mais se deslocar. O livro, ora chamado de fuga ora de salvação, é apontado como uma forma de poder ir onde querem, com as limitações que a história pessoal lhes impõe. “Com o [Emilio] Salgari fui à Malásia, ao Caribe, à África”, diz **Mirco**. “Quando li *Comer, rezar e amar* [de Elizabeth Gilbert] fui para a Índia, para a Itália”, diz Terezinha.

A “leitura da vida” do leitor **Aldo** é *Guerra e Paz*, de Tolstói, lido por influência do irmão mais velho, mas a obra que mais o impressionou foi *O diário de Anne Frank*. Provocado pelas possíveis associações entre a sua história e a da menina da obra, o leitor até consente, mas não elabora essa identificação. Ainda na primeira infância, o pai dele morre e a mãe o interna na Casa do Pequeno Jornaleiro, onde sofre castigos, perde os dentes, passa fome. Quando faz 18 anos e sai da instituição, o patrão lhe rouba a poupança acumulada nos anos de penúria. Ao se casar, a mulher, doente e deprimida, obriga-o a uma longa jornada por hospitais psiquiátricos. O leitor **Aldo** é representado pelos diários de Anne Frank.

No caso do leitor **Anderson**, a “leitura da vida” tem importância relativa – ele se lembra apenas do autor que o modificou, Augusto Cury, que o ajudou a recuperar a estima, vencer a timidez e a arriscar, ele mesmo, ser um escritor. Anos depois dessa leitura, escreveu *Esse é o meu país* e já tem um segundo trabalho – também com fumaças de literatura de fundo moral – a caminho.

É curioso, pois **Anderson** cita com mais propriedade também como livro importante de sua vida *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, “livro que marcou minha indignação com a desigualdade”. Tudo indica que a marca religiosa – **Anderson** é Adventista do Sétimo Dia – reforça sua identificação com Cury, por ser uma referência quase espiritual, ainda que Lins tenha sido definitivo em sua mudança de performance social. A partir dessas leituras, ele produziu outro livro. Sua Cidade de Deus é a pequena Vila Zanon, no Tatuquara.

A partir de **Anderson**, que oscila entre um livro de autoajuda e um livro como *Cidade de Deus*, pode-se dizer que entre os leitores de baixa escolarização há de fato dificuldade de assimilar a qualidade literária ao longo da vida. São invariavelmente leitores ecléticos, capazes de conciliar Machado de Assis e Sidney Sheldon [leitor **Mirco**], mas há entre eles, pela leitura constante, a tendência em assimilar leituras de maior estatura.

O leitor **Devanir** tem interesse em Lima Barreto, por exemplo. E entre as “leituras da vida”, além do já citado Tolstói [leitor **Aldo**], há Garcia Lorca [leitora **Sira**] e Jorge Amado [leitor **João**]. Ou seja, há indícios de que esses leitores não façam escolhas motivados apenas pelo consolo ou pela repetição de uma experiência, mas uma seleção valorativa.

O caso mais flagrante é o da leitora **Rosane**. Descobriu os livros na idade adulta, com o assassinato do filho adolescente. Sentiu sua vida representada em vários livros

espíritas, mas também por romances. O livro que melhor traduziu sua experiência foi o best seller *A cabana*, de William P. Young, justo sobre um homem atormentado pela morte de um filho. No momento da entrevista, **Rosane** fazia a releitura da obra, que considera uma espécie de farol, uma coincidência poética em meio à experiência da miséria e do abandono.

Por fim, nesse bloco da entrevista se perguntou o que significa para eles “ser leitor”. Invariavelmente, a questão pareceu deslocada das preocupações cotidianas de cada um. É provável que nunca tenham se perguntado a respeito. Espontaneamente, como foi citado acima, boa parte dos investigados citou a leitura como viagem [a exemplo de **Laurinda**]. Provocados a verbalizar o sentido, recorreram a clichês como “abrir a mente” [a exemplo do leitor **Anderson**]. A performance foi melhor no momento de dizer as razões para se tornar leitor – eles falam da timidez num nível muito alto, o *bullying* escolar [leitores **Eloir** e **José**], o acaso de terem encontrado um bom livro ou alguém que se lhes oferecesse algo para ler. E até rebeldia contra os pais [leitora **Laurinda**].

A leitora **Terezinha**, em especial, aponta a curiosidade. Ela folheava os livros da faculdade de Biologia da filha e lhe fazia perguntas sobre as muitas palavras que não conhecia. A explicação do gosto pela leitura nascida da curiosidade é quase tão recorrente quanto o de ser tímido. Em ambas as situações, fica latente que, nesse grupo de leitores, ler é resultado de um traço do caráter. Os pouco curiosos ou os mais extrovertidos seriam menos propensos à leitura, sem que isso represente um problema.

Em termos de acaso, a narrativa mais surpreendente é a do leitor **José**. Octogenário, pouquíssima instrução, educado numa instituição correcional de São Paulo, ele encontrava livros e revistas no lixão em que era obrigado a trabalhar. Recolhia *Seleções* e *Manchetes*, entre outras, recortava o que lhe interessava e montava pequenos álbuns, que o acompanharam por muito tempo. “Eu lia com dificuldade, mas fui melhorando”, conta. “Quando comecei a ler, eu fui conhecer o mundo”, complementa, reforçando a alusão à viagem, que pode também ser uma forma de refúgio, ideia explicitada em **Aldo**, **Anderson**, **Sira**, **Fabiana**, **João**, **Mirco** e **Laurinda**.

4.3 MEMÓRIA ESCOLAR DOS LEITORES

Este bloco é resultado da investigação junto aos 12 leitores sobre como foi a vivência escolar de cada um deles, o desligamento do ensino, as boas e as más lembranças dos poucos anos que passaram na sala de aula. O objetivo principal é saber se o abandono dos bancos escolares deixou um vácuo ou algum desejo mal resolvido, situação que a leitura, feita com afinco, ter-se-ia encarregado de suprir.

No bloco de perguntas, os 12 depoentes deveriam responder se a jornada escolar havia sido regular – se a entrada se deu na idade convencional; os motivos do desligamento do sistema de ensino; se foi uma experiência dolorosa ou vista com naturalidade; como cada um se avalia como aluno; as melhores e as piores lembranças do período de aprendizagem formal.

É interessante perceber que as memórias escolares correm em paralelo com as memórias de leitor. Dão-se em parte nos mesmos anos, não raro nos mesmos espaços – o espaço da escola e da cidade pequena ou do país estrangeiro – resultado da quase maioria dos leitores pesquisados. E há um descompasso entre o “tempo” da leitura e o “tempo” da escola, como se explica a seguir.

O tempo da leitura é mais “topofilia”, espaço de felicidade, segundo Bachelard, do que o espaço da escola, que flerta com o prazer, mas se impõe como experiência dolorosa: o *bullying*; as dificuldades de aprendizagem. A ruptura do período de estudos na infância ou início da adolescência convive com lembranças boas dos amigos, dos bons professores e referências às atividades lúdicas que a escola propiciava. Além da própria leitura, citam o teatro e a música, não raro como um devir. “Eu queria ter feito teatro. Fui dom Pedro I numa encenação do feriado da Independência”, relata **João** sobre seu momento mais feliz na escola.

É um aspecto curioso: o trato com os livros, em geral associado a provas, cobranças e desempenho, aparece nas narrativas como algo tão compensador quanto o esporte. A dedução é que a experiência da escola foi compensadora e importante no conjunto. E que sua interrupção explica os destinos de cada um. Estar na escola está culturalmente ligado ao que seremos. “Eu teria sido professora. Foi doloroso. Chorei muito”, diz **Terezinha**, que ao lado de Eloir, Devanir, Aldo, Sira e João, relata a saída da escola como uma das experiências mais traumáticas de suas vidas. “Minha mãe queria que eu trabalhasse num banco, mas eu queria ser professora”, disse **Laurinda**.

A exceção é a leitora **Rosane**. Ela viveu situação de pobreza extrema no Vale da Ribeira. “Meu tempo de escola foi uma fase feliz da minha vida. Eu não conhecia outra coisa, então achava bom. A gente trabalhava na roça, às 11h30 parava para ir à escola. A escola era precária, uma escola rural, sem biblioteca. A professora fazia quatro fileiras – cada uma delas era uma série diferente. A gente escutava o que a professora falava para as séries mais adiantadas e aprendia alguma coisa”. No seu ambiente não se ventilava a possibilidade de continuar a escola depois do básico, o que a fez ver a interrupção com naturalidade.

Dos 12 leitores, **Eloir, Anderson, Sira, Fabiana, João e Rosane** consideram terem sido alunos medianos. O leitor **Devanir** também se considerava um aluno médio, mas se contradiz ao lembrar que era o preferido de duas professoras, que não o abandonaram nem quando ele abandonou a escola por duas vezes consecutivas. “Elas me citavam como exemplo e me levavam em outras salas de aula para falar das redações que eu fazia. Quando vi, estava fazendo redação para todo mundo no recreio”, diz o ex-aluno do Colégio Estadual Pedro Macedo, em Curitiba.

O leitor **Mirco**, que fez sua formação básica na cidade de Pavia, na Itália, lembra de ser o melhor aluno da sala, o que deixou de ser na medida em passou a se interessar mais pela leitura, desinteressando-se pelas aulas. “Passei a ter rejeição à escola. Era uma etapa que eu queria que acabasse logo”, conta, sobre a maratona de estudos para “pular” um ano se alcançasse boas notas no exame de admissão. A leitora **Laurinda** teve experiência semelhante: foi boa aluna, chegou a “pular” uma série, até experimentar uma reprovação por 0,5 ponto e passar a uma relação de dissabor com os estudos formais, até abandoná-los.

A leitora **Terezinha** se vê como uma das melhores alunas, reconhecida pelas professoras. Terminada a quinta série, é chamada à escola “para passar deveres no quadro”. Até precisar trabalhar e depois casar. A interrupção do ciclo escolar, por isso, lhe soa tão violenta. “Ter interrompido os estudos foi uma experiência muito dolorosa na minha vida. Chorei muito quando houve a formatura. Minha colega de carteira era a Ariovalda Bonilauri, uma moça bonita, que veio para Curitiba estudar e pôde fazer faculdade”, lembra.

Os leitores **Aldo e José**, ambos estudantes de instituições sociais em meados do século XX – a dizer, a Casa do Pequeno Jornaleiro e o abrigo que deu origem ao projeto Febem –, têm dificuldade em avaliar suas performances escolares. Os centros correcionais associavam escola com castigos físicos e o ensino lhes parecia elementar.

O leitor **Aldo** ia às aulas à noite, depois de ter levantado às 5 da manhã e passado manhã e tarde vendendo jornal na rua. O leitor **José** mal se lembra do período das aulas, parte deles numa escola agrícola. Um lia os jornais e revistas que vendia. O outro as revistas e livros que encontrava no lixo. A escola é irrelevante diante da experiência compensadora da leitura.

Nenhum dos entrevistados, contudo, rejeita o período escolar. Quem está mais próximo disso é **Mirco**. Invariavelmente, lembram dos amigos (leitores **Eloir**, **Devanir**, **Aldo**, **Anderson**, **Sira**, **João**, **Terezinha** e **Laurinda**) e um deles (**Fabiana**) do primeiro amor. Os professores são citados por **Eloir**, **Devanir**, **Aldo**, **Anderson**, **Sira**, **João**, **Terezinha** e **Rosane** como uma presença importante. Os leitores **Eloir**, **Aldo**, **Anderson**, **José**, **Fabiana** e **Rosane** afirmam que sofreram algo próximo do que hoje se chama de *bullying*, o que pode tê-los impulsionado a se refugiar na biblioteca, na leitura ou a ser protegido pelos professores. Os leitores **Aldo**, **Mirco** e **Laurinda** citam atritos ou incompreensão dos mestres como motivo de distanciamento da escola.

O leitor **Eloir** sofria assédio por ser “gordinho”, o leitor **Aldo** por ser “pequeno”; o leitor **José** por ser muito tímido – “eu me protegia desenhando no chão”; o leitor **Anderson** por ser muito magro e morar numa região, o Tatuquara, em que há ação de gangues; a leitora **Fabiana** por ser efeminada, mas admite que sofreu menos do que outras pessoas na mesma situação; a leitora **Rosane** por não ter calçados.

É paradoxal. Eles sentem saudade da escola, apesar do desconforto que causava – não eram os melhores alunos, não tinham grande incentivo familiar, ocasionalmente eram perseguidos pelos colegas e, **Aldo**, por um professor – o que lhe fez desistir na admissão do ginásio, depois de uma trajetória de percalços pessoais.

Mas a saída do espaço educacional representou para os leitores da pesquisa, em contrapartida, algo pior: a inibição do futuro, a convivência precoce com os problemas dos adultos, a diminuição das áreas de sociabilidade (teatro, esporte, biblioteca) e a antecipação do mundo do trabalho, cuja representação é dupla: precoce, pesada, e ainda com a responsabilidade de repassar os ganhos para a família, como um ditame da pobreza.

Os relatos permitem dizer que a experiência frustrada da escola se sublimou em outros espaços. Dos leitores, **Eloir**, **Devanir**, **Aldo**, **Anderson** e **José** se tornaram escritores, sendo que **Eloir** e **Anderson** têm livros publicados às próprias expensas. O leitor **Eloir** publicou um livro de histórias ouvidas no táxi que dirige e tem outro exemplar a caminho. O leitor **Anderson** publicou uma coletânea de digressões – misto

de Augusto Cury com Paulo Lins – sobre o mundo que vê desde o espaço de ocupação onde mora. O leitor **Devanir** escrevia contos eróticos, passou para livros infantis – dedicados a sua filha pré-adolescente – e agora se aventura na literatura adulta. E **Aldo** e **José**, oriundos de infâncias traumáticas, escrevem suas autobiografias, contando o que passaram em instituições sociais na era pré-Estatuto da Criança e do Adolescente. “Escrever, depois dos 20 anos, foi uma retomada indireta da escola”, diz **Anderson**.

Os leitores **Sira**, **João**, **Mirco** e **Terezinha** não escrevem, mas se orgulham de serem reconhecidos como leitores qualificados, o que suplanta a condição de pouco escolarizados. Ganham livros de presente de amigos e de parentes. A memória dos poucos anos passados na escola é para eles uma questão do passado, pois no presente são sempre identificados como leitores.

Para **João**, a frustração de não ter se formado – “um homem com a sua inteligência”, como costuma ouvir – é mais evidente do que nos outros. A leitora **Sira**, afinal, casou-se com um homem formado e teve acesso à vida ilustrada; o leitor **Mirco**, por sua vez, fez carreira numa multinacional, que pouco lhe cobrou “não ter estudado”; a leitora **Terezinha**, dona de casa, teve boa situação financeira, dois filhos médicos e uma filha bióloga, nos quais diz que se realizou. A leitura é seu universo paralelo, depois de cumprir as obrigações de mãe, esposa e cuidadora do lar. O leitor que mais abriu mão dos projetos pessoais foi **Laurinda**, primeiro para manter o casamento (o marido não a incentivou a estudar), depois para cuidar da mãe.

O retorno à escola é pensado apenas pelos mais jovens – **Eloir** quer cursar faculdade; **Devanir** quer terminar o ensino médio e fazer faculdade; **Anderson** pensa em fazer faculdade; **Rosane** quer terminar o ensino médio. O leitor **José** fez um curso já na terceira idade, o “Luz das Letras”, da Prefeitura Municipal de Curitiba; o leitor **João**, incentivado pela mulher, voltou à escola, mas desistiu, assim como **Laurinda**; a leitora **Terezinha** entende que suas atividades na comunidade católica são uma continuidade do aprendizado – é legionária de Maria.

A leitora **Fabiana**, que é transexual, vive situação indefinida em relação aos estudos, tendo pouca informação sobre como continuar e se seria bem recebida numa sala de aula. O leitor **Mirco** não lamenta a escola perdida – apenas não ter estudado História de maneira ordenada, o que o teria ajudado nas leituras sobre heróis e mitos, sua paixão confessa. É o mais bem resolvido em relação à vida escolar entre os 12 leitores estudados.

4.4 PRÁTICAS DE LEITURA

Neste bloco, investigou-se como os 12 leitores operam a leitura em meio ao cotidiano, que métodos desenvolveram, quais seus expedientes. Explorou-se quais as rotinas [horários de leitura, quantidade de livros lidos num mês, se fazem compras regulares]; qual o lugar dos livros na casa, ou seja, se há espaços reservados e solenes para os objetos de leitura; se leem em momentos específicos; como elegem os títulos que vão ler; se leem em público; se as pessoas com quem convivem leem e como é o acesso de cada um aos livros.

Os resultados nesse item são mais uniformes que os anteriores e confirmam várias hipóteses desenvolvidas na tese – ou seja, os leitores de baixa exposição escolar praticam a leitura de forma semelhante à maneira com que desenvolvem outras sociabilidades na vida, de modo próprio ao que se convencionou chamar de classes populares. Trocam receita de bolos, trocam favores, simpatias, fazem propaganda boca a boca. Assim o é também com os livros. “Os livros me ajudaram a ter confiança e a admirar as pessoas. Não me importa o que as pessoas falam uma das outras. Me vejo como uma pessoa meio revolucionária”, diz **Sira**.

O que impressiona nesse grupo em relação aos menos escolarizados, de maneira geral, é o grau de importância que dão à leitura. Com exceção de **Laurinda**, que é cuidadora de uma mãe bastante idosa, os outros todos leem um livro do começo ao fim e gostam de contabilizar seus progressos, no conjunto, na média de quatro livros por mês em se tomando todo o grupo. “Acabo de ler *Crônicas dos senhores de castelo* [de G. Braman e G. Norris]. A cada dois, três dias leio um livro”, diz **Eloir**.

O primeiro destaque dessa parte da análise é o que se pode chamar de leitores pró-ativos, que fazem da leitura um elemento de sociabilidade. A leitora **Terezinha** carrega textos impressos na bolsa, para distribuir no ponto do ônibus, fazendo assim sua militância pela leitura. A maioria dos 12 leitores tem dificuldade em encontrar outros leitores nos espaços onde vivem. “Não fico falando de livros com o pessoal daqui [da marcenaria]. Sei que desperta curiosidade. Quando eles me perguntam digo que é um *hobby*”, comenta **Devanir**.

A leitora **Rosane**, inclusive, é criticada por seus familiares por ler tanto “e viver num mundo à parte”. Há gosto geral entre eles em indicar títulos, emprestar, dar de presente e principalmente receber livros. Com exceção de **Laurinda**, todos os outros

ganham livros de presente no aniversário e no Natal e são procurados para indicar obras a outras pessoas.

Os leitores **Eloir, Sira, João e Mirco** encontraram interlocutores para falar sobre os livros que leem em um cunhado ou outros parentes. O leitor **Devanir** encontra outros leitores como ele, em situações esparsas. O leitor **Aldo** tem como parceiro de conversa, mas ocasional, o filho mais novo. E atritos sobre leitura com o segundo filho, justo o que tem maior formação humanística. A leitora **Terezinha** fez das amigas sua interlocutora, assim como um dos filhos. Os leitores **Anderson, José, Fabiana, Rosane e Laurinda** leem de forma reservada. Tendo ou não interlocutores, todos reclamam da falta de pessoas com quem dialogar.

Ainda no quesito sociabilidade e espaços de troca, a leitora **Terezinha** participou durante muitos anos do Clube do Livro; o leitor **João** recebe dos patrões empréstimos de lançamentos, como *O homem que venceu Auschwitz* [de Denis Avey e Rob Broomby], lido recentemente. A propósito, nenhum dos 12 é grande assíduo comprador de livros. São de ganhar. Gostam de emprestar. Gostam de frequentar espaços públicos de empréstimo. “Toquei livros [no meu táxi] com a Maria Cristina de Andrade Vieira – dei o meu e ela me passou outro. Ela foi minha passageira. Troquei com o Luis Fernando Veríssimo”, lembra **Eloir**.

O fato de criarem pequenas redes de leitores – ou “ler no lugar dos outros”, como diz **João** – faz com que esses leitores sejam, de maneira informal, agentes de leitura, reconhecidos como tal. “Tenho muito orgulho de ser reconhecido como leitor”, diz **João**. É comum recomendarem livros para esse ou aquele caso. Como são leitores “não eruditos”, ou “leitores sem filtro”, são capazes de indicar, sem dramas, de Umberto Eco a Sidney Sheldon e Augusto Cury. Essa maleabilidade redundante em confiança – eles não recomendarão um “livro chato” porque o autor é importante ou reconhecido, mas se consideram a história boa e prazerosa de ler. São afinal leitores de prazer que vivem em espaços de poucos leitores. E esse prazer está, por vezes, associado à identificação com situações e personagens.

O prazer, aliás, é a palavra de ordem na ordem de leitura que estabelecem para si. Espontaneamente os 12 contam que leem no sofá, na cama, deitados, na frente da televisão, e que rejeitam situações adversas. A maior discordância é quanto à leitura em público. O leitor **Eloir** lê no táxi em que trabalha; **Devanir** lê no chão da marcenaria no intervalo do almoço; **José** lê no elevador do qual cuida; **João** lê numa guarita do Alto da XV, em Curitiba; **Mirco** lê nas salas de consultório, pois têm problemas crônicos de

saúde e vai muito a médicos; **Rosane** lê na portaria da faculdade, onde trabalha; e **Laurinda** lê no ônibus e em intervalos da faxina doméstica. Os leitores **Aldo, Anderson, Sira, Fabiana e Terezinha** preferem a leitura reservada, confirmando uma tendência nacional apontada na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*: o brasileiro associa a leitura ao silêncio, tal e qual quando cumpriam tarefas escolares.

Quase todos arrumaram lugares de destaque para os livros em casa, na sala, e próximo da televisão, deixando claro para quem chega ser ali a casa de um leitor. Dos 12, apenas o leitor **Laurinda** não deixa os livros numa estante, mas em armários de peças diferentes da casa. Também é o único leitor que diz sonhar com uma grande biblioteca. Mas apenas **Mirco e Terezinha** têm bibliotecas extensas, que já oscilaram de tamanho com mudanças de caso ou estados de vida. O leitor **José** precisou se desfazer uma biblioteca de 800 volumes, pois o espaço ocupado pelos livros era reclamado pela mulher.

Quanto às escolhas, são ecléticos, anárquicos, aleatórios, livres de convenções, embora alguns deles tendam a ser mais seletivos. Os leitores **Devanir, Aldo e Mirco** afirmam não gastar tempo com autores que não sejam reconhecidos por seus méritos e que tenham qualidade garantida. Há quem prefira o romance, como **Fabiana e Laurinda**; a autoajuda, como **Anderson**; histórias verídicas, a exemplo de **Aldo**.

Os demais não se importam – leem os “livros da moda”, *O caçador de pipas* [de Khaled Hosseini] e *O livreiro de Cabul* [de Asne Seierstad]. Mas não se pode dizer que sejam independentes. Como circulam em espaços em que a leitura não é, a rigor, importante, organizam seu tempo e espaço de leitura quando a maioria está entretida com outras escolhas mais comuns. Eles leem no contraturno dos outros. “Meu marido nunca achou que eu estava descuidando dele por causa dos livros”, diz **Terezinha**, que tem sono curto e lê de madrugada.

O leitor **Eloir** arrumou um espaço da casa para si, e ali fica “enquanto os outros assistem à televisão ou conversam”; o leitor **Aldo**, aposentado, lê enquanto a mulher ainda trabalha fora ou quando ela vê novelas; os leitores **Fabiana e Terezinha** leem de noite até a madrugada, quando todos dormem; **Mirco** lê enquanto a mulher joga na frente do computador; **Laurinda** lê no intervalo das prendas domésticas. “Ponho a roupa de molho e leio quatro páginas”.

Os demais leitores, pela idade avançada ou independência em relação à família, se sentem livres para ler em qualquer hora e lugar, sem haver risco de que as pessoas da sua convivência se sintam colocadas em segundo plano. É o caso de **Devanir**,

Anderson, Sira, João e Rosane. “Para ler, preciso de concentração, de um ritual”, diz **Sira**. “Pode cair o mundo quando eu estou lendo”, diz **Mirco**.

As negociações de espaço e tempo da leitura são burladas de acordo com os “estados da alma”. Quando estão tristes ou aborrecidos, os entrevistados **Eloir, Aldo, José, Sira, Fabiana, João, Terezinha, Rosane e Laurinda** dizem ler com mais afinco, como forma de garantir espaço, individualidade, solidão.

Por fim, a maioria associa a prática da leitura a alguma outra prática prazerosa. Os leitores **Eloir, Devanir, Aldo, Anderson e José** escrevem e afirmam que ler ajuda a produzir textos melhores e que se expressam melhor pela palavra escrita do que pela fala. O leitor **Eloir** faz dança de salão e o leitor **Devanir**, além de escrever, vive da marcenaria, que considera uma forma de arte.

O leitor **Anderson** desenha e vive de fazer arte final. O leitor **José** é pedreiro dileitante e constrói uma casa. As leitoras **Fabiana e Laurinda** são cozinheiras e fazem da atividade um prazer na hora em que não podem estar lendo. O leitor **Devanir** é um cinéfilo – procurando a rigor filmes que sejam adaptações de obras literárias; os leitores **Mirco e Terezinha** associam leitura e palavras cruzadas. A leitora **Sira** viaja, passando longas temporadas na Espanha. E cria pássaros no seu apartamento. “Eles são como eu”.

Entre as práticas de leitura bem específicas, merece ser citada a do leitor **Aldo**, que se autointitula o “maior leitor de orelhas de livros do mundo”. Em idas avulsas ao *shopping*, diverte-se lendo a apresentação das obras, devolvendo-as à estante em seguida.

4.5 PRÁTICAS URBANAS

Este último bloco da entrevista em profundidade se ocupa de investigar as relações dos 12 leitores com o espaço urbano e de saber – na percepção deles – em que medida a leitura muda a percepção da cidade e das pessoas, assim como as práticas sociais e culturais. O ponto de partida, como em toda a tese em geral, é que a leitura é tanto mais profícua quando associada a alguma forma de inserção e engajamento na urbe.

Perguntou-se o que na cidade os angustia; qual a relação com a cidade; suas práticas de reconhecimento e apropriação de território, como caminhada; práticas culturais e de

sociabilidade, como voluntariado e dança; observações preferidas e se os livros ajudam a prestar mais atenção no espaço urbano.

No geral, o tema “cidade” e “relações urbanas” é estranho para os 12 leitores. É mais fácil lhes perguntar como leem, chamando a isso de “prática de leitura” do que falar em assuntos urbanos. Mas nenhum deles se furta de falar do amor pela cidade, ou de invocar lembranças de sua chegada a Curitiba. De todos, apenas **Laurinda** é nascida em Curitiba – mesmo assim, sendo filha de imigrantes portugueses.

Dos 12 leitores, oito podem ser chamados de “observadores privilegiados” do espaço urbano e todos admitem que a literatura os ajuda a prestar mais atenção ao que se passa ao redor. A dizer: o leitor **Eloir** é motorista de táxi, falante, recolhe histórias dos passageiros para seus livros; o leitor **Devanir** é marceneiro, entra na casa dos clientes e admite que observa se há livros e o comportamento dos em relação aos livros e à leitura. “É muito comum os donos da casa colocarem gente para cuidar dos montadores de móveis, com medo que a gente roube”, conta. O leitor **Aldo** é um caminhante diário, com idas rotineiras à Biblioteca Pública, livrarias de *shoppings* e à padaria A Camponesa, no Centro, onde o dono o reconhece como leitor e ajuda-o a vencer a timidez.

A leitora **Fabiana** também se alinha com os “observadores privilegiados”, pois se depara todos os dias com o olhar de curiosidade e de espanto das pessoas ao perceberem sua condição de transexual. Como trabalha na cozinha de um restaurante de *shopping*, repara diariamente no comportamento dos consumidores. O leitor **João** cuidou na juventude da pavimentação de ruas. Hoje é segurança numa zona nobre da cidade e conversa com jovens dependentes químicos que frequentam praça próxima a seu trabalho. Tornou-se um conselheiro e é uma figura típica da região.

A leitora **Terezinha** vem de longa prática de observação – por mais de 20 anos organizou excursões pelo Brasil e à Argentina. Define-se como “rueira” e muitas amigas lhe telefonam para saber que ônibus pegar para chegar em tal ou qual lugar. Todos os dias ela interage com a cidade. A leitora **Rosane** trabalha na recepção de uma universidade e se afirma como observadora de comportamentos, da leitura alheia e da boa educação na interação entre as pessoas. A vida na periferia, e a morte do filho fizeram dela uma observadora da violência e das relações de vizinhança.

Dos 12 leitores, cinco se disseram “observadores de personagens urbanos”, que imaginam, não raro, terem saído das páginas da literatura. São “caçadores de tipos humanos”, em silêncio. É o caso do taxista [**Eloir**], do marceneiro [**Devanir**], do

aposentado pedestre [**Aldo**], da imigrante espanhola [**Sira**], do segurança da mansão, amigo dos drogaditos da praça [**João**]. “Gosto de conhecer pessoas diferentes, de observar a diversidade da cidade. Acho que tenho mais imaginação e devo isso aos livros!, diz o leitor **Eloir**. “Acho que por causa dos livros consigo ver a alma das pessoas, se é boa ou se é o quê”, diz a leitora **Sira**.

Apenas dois dos 12 leitores fazem interferências diretas na realidade, no momento do trabalho e das rotinas mais comuns. O leitor **Anderson** – que trabalha como programador visual, embora seja caseiro e reservado, é chamado para palestras em escolas, igrejas e para fazer grafitagens, ocasião em que veicula seu ponto de vista. O leitor **João**, reconhecido como “guardião” da pequena praça do Alto da XV, interpela diariamente os que circulam por ali, falando de leitura, de política e de livros.

Outros dois dos 12 leitores se afirmaram como “observadores da arquitetura” e “curiosos” – são eles **Aldo** e **José**. Gostam do casario antigo, cenário que lhes atíça a imaginação. E estão sempre em busca de algo diferente, que possa lhes ter escapado aos olhos. O leitor **José**, o mais tímido de todo o grupo, fala com prazer de longas caminhadas sem rumo que fazia na cidade de São Paulo, onde viveu por muito tempo. “Quando olho uma casa antiga fico pensando em que história aconteceu ali. Talvez eu esteja em busca de uma cidade perdida. Me vejo prestando atenção em determinados lugares. Olho o Largo da Ordem. Talvez a leitura preencha uma lacuna”, diz o leitor **Aldo**.

A violência foi citada de forma incisiva por três dos 12 leitores. O leitor **Devanir** diz temer pela mulher e pela filha e informa que há mais de 20 anos deseja sair da Vila São Jorge, uma área empobrecida do bairro do Portão. “Quando eu tinha 20 anos queria ir embora do lugar onde moro. Estou com 38 anos e ainda não fui. Não resolvi essa equação na minha vida. Sou um cara atento à cidade. Mas tenho um sentimento de impotência”.

A leitora **Fabiana** já sofreu maus-tratos num restaurante e teve de registrar Boletim de Ocorrência. Fica apavorado com a violência contra a criança. A leitora **Laurinda** teme a violência, mas diz que a trata como um problema menor. “Não deixo de fazer nada por medo”.

O nível de adesão dos 12 leitores com movimentos organizados é acanhado, colocando um problema para a pesquisa: os leitores se declaram na maioria tímidos, porém observadores e atentos da cidade. É até onde chegam, faltando-lhes práticas cívicas mais evidentes, finalizando no espaço público o processo da leitura.

Os leitores **Devanir** e **Fabiana** têm um envolvimento mais direto com grupos organizados – o primeiro junto a núcleos de poesia e prosa da Fundação Cultural de Curitiba (FCC); o segundo no Transgrupo Marcela Prado, dos diretos dos travestis e transexuais. O leitor **Eloir** é membro de uma cooperativa de taxistas e escreveu um livro – ainda não publicado – com sugestões para a cidade. Ambiciona se engajar num partido político, demonstrando seu desejo de maior envolvimento social. A leitora **Terezinha** se engaja socialmente via Legião de Maria, tricotando enxovais para crianças pobres e circulando pelos grupos da cidade.

Os leitores **Aldo, José, Sira e Mirco** limitam suas interações sociais à família e ao emprego. “Acompanho a vida pelo noticiário. Me incomoda a politicagem. E sou do tipo que sonha com um mundo melhor. Já fui mais participativo. Era de bailes e dava festas em casa. Eu e minha mulher ficávamos na pista do prefixo ao sufixo das orquestras. A leitura me fez imaginativo e curioso. Olho e vejo”, diz o leitor **Mirco**.

A leitora **Rosane** afirma a mesma coisa, mas considera que, morando na periferia, tem relações de vizinhança fortes. A leitora **Laurinda**, na função de cuidadora, vive para o doente ao qual se dedica. A venda de bordados, em casa, para a alta sociedade, contudo, a coloca próxima dos “observadores privilegiados”, dos “observadores de tipos”. Os muitos anos fora da ativa lhe trazem o desejo da cidade da qual se sente privada, já que “minha mãe se tornou minha responsabilidade”.

A literatura para **Laurinda**, assim como **Rosane, Fabiana, Anderson, Devanir e Eloir**, é acima de tudo estímulo ao desejo de estar no espaço urbano. Para **Mirco**, que se diz “aposentado” da cidade, é uma questão em repouso. Sua limitação é o corpo alquebrado por uma deficiência congênita nos quadris, agravada pela idade, e que lhe dificulta viver numa cidade que não foi feita para ele.

4.6 DOZE LEITORES, UMA ANÁLISE

O moleiro Menocchio, leitor herege do século XVI, descrito pelo historiador Carlo Ginzburg, não teria chamado atenção da Inquisição apenas por ler muito, o que era estranho a um homem de sua condição social, mas por pensar em demasia. Pensar foi sua salvação e sua maldição. Afinal, não bastasse a perseguição da Igreja, provou ainda de outra forma de sofrimento: na Veneza de seu tempo, não tinha com quem

dividir sua experiência, nem com a nobreza nem com o clero. Tal contingência, fez com que enfrentasse, também, a solidão em que foi lançado por sua condição de leitor. (RIBEIRO in GINZBURG, 1987, p. 205, 206)

Os 12 leitores desta tese não passaram por nenhum tribunal. No máximo, alguns deles receberam o olhar de reprovação dos parentes e amigos por se dedicarem à leitura, algo incomum no ambiente em que vivem. Há entre eles, em contrapartida, os que são reconhecidos e parabenizados por se fiarem nos livros, mostrando que já vai longe o tempo de Menocchio. Mas quase todos se igualam ao moleiro na solidão dos livros. Não a solidão do quarto ou da noite, mas a solidão de não ter com quem trocar os prazeres e as alegrias da leitura.

Eles experimentam também outro tipo de solidão – a solidão estatística. Classificados no início deste estudo como “leitores de exceção”, os 12 fazem parte de um universo muito particular, o dos fadados a não serem leitores. Todos passaram pouco tempo na escola, depositária, pelo sim e pelo não, da incumbência de formar para essa prática. A baixa exposição ao ensino formal, como atestam os números aqui explorados, coincide com a baixa ou nenhuma frequência da leitura verificada em parcela representativa da população brasileira. De acordo com a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil 2012*, quase 88,2 milhões de pessoas estão sujeitas a esse processo de exclusão. (RETRATOS, 2012, p. 27) Mas os 12, causando estranhamento nos seus pares, como Menocchio, burlaram a regra. Por isso merecem ser estudados.

O crítico literário Otto Maria Carpeaux, ao apresentar a revolucionária pesquisa de leituras de operárias feita pela socióloga Ecléa Bosi, na década de 1970, cita o médico e estadista Georges Clemenceau e a frase célebre que disse: “A guerra é coisa séria demais para ser confiada aos generais”. E o parafraseia, afirmando que a leitura das massas do povo brasileiro é assunto sério demais para ser tratado pelos métodos acadêmicos convencionais. (CARPEAUX in BOSI, 2007, p. 10)

Faz sentido. Está se falando, nesses casos, de pessoas que leem em situações adversas, cercadas de baixo estímulo e privadas de saberes que poderiam tê-las dotado de melhores práticas de leitura. Não por menos, a seu tempo e modo, os 12 tratam do momento em que foram apartados da escola como um dos capítulos mais dramáticos de suas vidas. Descrevem-no com tintas. Naquele dia, entendem, o que estava programado para o futuro se interrompeu, porque exceto **José**, cedo desligado da família e sujeito a uma instituição de amparo, todos ouviram dos seus a relação entre escola e dias melhores.

A suspeita que paira é que ser leitor é o que melhor puderam ser e o mais próximo do que haviam sonhado. Ler é uma forma de emancipação do destino ao qual se viram apartados. (LINS in NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2008, p. 214) É uma distinção, um ofício, uma identidade, mas acima de tudo uma experiência verdadeira, que se deu à revelia, como um acaso. Daí, não por menos, também conduzidos pelo acaso é que dão prosseguimento a suas práticas anárquicas de leitura.

Como conseguiram trilhar um outro percurso do aquele que para eles parecia previsto? O que dizem os 12 não é uma verdade histórica, nem poderia ser. Mais importante que a veracidade do que contam – estão, afinal, sujeitos às ciladas da memória, conforme o estudado no item 3.4.2 – é a geração de fontes, que oferecem às pesquisas sobre leitura e leitores (FERREIRA, 1994); e como colocam problemas aos estudos de leitura que circulam no país pelo menos desde meados da década de 1990, estudos ocupados da “partícula negativa” da sociedade que carrega a privação das habilidades de ler e escrever. (ZILBERMAN; RÖSING, 2009, p. 23)

É o caso do Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), de 2001, eficiente em mostrar como o maior ou o menor êxito dos poucos escolarizados no campo das letras está relacionado à convivência ou não com materiais de leitura em casa, na infância. Entre os que não leem nada ou quase nada, 42% não tinham livros ou cadernos em casa no momento da pesquisa. Entre os que alcançaram um nível básico de leitura, apenas 3% não tiveram contato com suportes semelhantes. (GALVÃO in RIBEIRO, 2003, p. 129)

É um dado simples, capaz de provocar mudanças nas políticas da leitura, aproximando o livro das famílias. Mas não se perguntou quantos desses leitores expostos minimamente aos livros ultrapassaram o esperado em termos de letramento. Nem por quê. Fica do Inaf o grande dado de que os menos alfabetizados respeitam os materiais de leitura e que o querem ter em casa. Todos os 12 leitores desta tese têm uma pequena biblioteca e, exceto **Laurinda**, colocaram-na no lugar de mais destaque na casa, como um troféu e um distintivo daquilo que são.

A pesquisa *Retratos da Leitura 2008*, do Instituto Pró-Ler, oferece mais algumas pistas sobre essa “mobilidade” para o campo da leitura entre os órfãos da escola. Em parte, *Retratos...* tem a limitação de ser uma pesquisa por encomenda do mercado livreiro e editorial, ocupada mais da compreensão do público consumidor do que propriamente das razões profundas dos leitores e não-leitores. Ainda assim, graças à pesquisa, é possível fazer projeções sobre a parcela pouco escolarizada dos leitores e se

fazer perguntas sobre ela, passíveis de serem utilizadas em programas de leitura para a imensa parcela da população que pode voltar a ler mesmo sem voltar à escola.

Tomando com base os números da *Retratos da Leitura 2012*, para esse mesmo item, sabe-se que à medida que a população deixa a escola, deixa também a leitura, como se explorou em diferentes momentos desta tese. Isso implica numa relação direta entre aumento de idade e aumento de práticas de leitura. Os mais jovens, mais sujeitos às exigências do ensino, leem com frequência. Dos 30 aos 69 anos, 67% da população se declara não-leitor e dessa parcela não leitora, 84% não estuda. (RETRATOS, 2012, p. 29) Os outros 33% (porcentagem de leitores adultos, partindo dos 67%, os menos escolarizados), o equivalente a cerca de 40 milhões de pessoas, permanecem de alguma maneira praticando a leitura. Dessa faixa etária, nesta tese, só não fazem parte os leitores **Anderson e Fabiana**, que têm menos de 30 anos.

As situações em que esses 33% se encaixam são muitas e nem sempre animadoras, caso se busque nesta parcela alternativas para a criação de programas de leitura entre os menos escolarizados. Entre esses 33%, por certo, há quem leia fragmentos da Bíblia nas missas e cultos de domingo. Vale lembrar que na edição de 2012 da pesquisa, 41 milhões afirmaram que seu gênero de costume era a leitura da Bíblia. Eram 57 milhões de leitores bíblicos na edição de 2008. Segue no *ranking* das leituras preferenciais em 2012 a literatura didática e o romance, aos quais se soma, uma categoria complementar à Bíblia, a dos livros religiosos, com 29,6 milhões de leitores. (RETRATOS, 2012, p. 56) A soma da Bíblia e dos livros religiosos, mesmo que os pesquisados tenham opção múltipla, sugere o peso da religião no campo da leitura.

Não é difícil imaginar que, à revelia do aumento de evangélicos e dos católicos renovados – que incentivam não só a leitura da Bíblia como a afirmação pública dessa prática – muitos tenham dito que leem a Bíblia como forma de remissão, devoção ou propaganda da fé. É assunto que interessa sobremaneira a Lindoso (2004, p. 12), por exemplo, saber como a religião tem formado novos leitores no Brasil.

Quem, afinal, vai questionar a validade da leitura do “livro dos livros”, como se aprende nos catecismos? Não é o único ponto que tangencia os 33% de leitores adultos com baixa escolaridade: 39% dos leitores da pesquisa em geral afirmam ler partes dos livros. Há um dado curioso: a porcentagem da leitura fragmentada é maior entre os que estão mais expostos à escola, o que certamente é causado pelas consultas em enciclopédias ou de capítulos de livros estudados em sala de aula. E isso tem a ver com os menos escolarizados.

Na faixa que vai dos 30 aos 39 anos, por exemplo, 37% leem partes de um livro, o que nesse caso parece natural, por estarem aí os menos escolarizados. Dos 14 aos 17 anos, a porcentagem, bem maior, equivale a 59%. Os adultos, no Brasil, menos escolarizados, estariam lendo de forma mais contínua que os mais jovens. É certo que se deve tirar, dos 37% os 16% com curso superior, a rigor, leitores mais aplicados. Mas ainda assim sobram 21% lendo de forma fragmentária, o que permite afirmar que os leitores com baixa exposição à escola tendem a ter uma relação de fidelidade com a leitura.

Somando a diferença desses 21%, pode-se dizer que 79% dos jovens adultos leem por inteiro, ainda que leiam menos. A aferição junto aos 12 leitores endossa essa hipótese, pois eles afirmam não abandonar um livro, mesmo não gostando dele. É um dado tão animador quanto saber que têm carinho pelo livro. Os leitores pouco escolarizados tendem, portanto, não só a gostar do livro e tê-lo em casa, como mostra o Inaf 2001, mas também a ter afeto pela condição de leitor, da qual não querem se descolar.

Por fim, *Retratos da Leitura* (2012, 114s) dá indicativos, nas entrelinhas, de que os menos escolarizados não permanecem na leitura motivados pela internet, como, de resto, as outras faixas também, mas no livro físico. Os números são claros: 51% da classe c, maioria entre os leitores da tese, acessa a rede. Na faixa etária aqui estudada, eles somariam 33% dos usuários. Mas no geral, o maior uso da internet é para estudar (40%), conhecer pessoas (42%); entretenimento (58%), trabalho (25%), 37% (pesquisa e atualização), restando 7% para a leitura de livros.

Também no geral, 76% dos usuários da internet não acessa blogs sobre livros e literatura, apesar do otimismo crescente com o assunto: 58% dos entrevistados acreditam que um dia lerão um livro digital. Entre os mais jovens no universo de 12 leitores, há menções ao uso da internet. **Eloir, Devanir, Anderson, Fabiana e Rosane** citam a rede, mas sem paixão ou maiores deferências. **Laurinda**, que é mulher meia idade, sequer a considera como instrumento de leitura.

As estatísticas não podem dar conta de todos os problemas. Não é possível fazer todas as perguntas num censo. Em paralelo com as histórias de vida, memórias e testemunhos, contudo, as tabelas podem ganhar nome e endereço. Ecléa Bosi havia mostrado isso com suas operárias leitoras, mulheres dotadas de indisfarçável desejo de instrução. As que sentiam que não podiam mais tê-la para si, lutavam para dá-las aos filhos, comprando livros em prestações e lamentando a insensibilidade dos promotores

de leitura que com o esforço que elas faziam para parcelar livros para os filhos. (BOSI, 2007, p. 20)

Dos leitores desta tese, apenas **Rosane** não teve nenhum tipo de material de leitura em casa na infância. Pode não ter sido muito diferente na casa dos outros – com exceção dos estrangeiros **Sira e Mirco**. Mas em algum momento, pelo menos um gibi, um romance ou um livro didático de um irmão mais velho indicou-lhes que ali estava um objeto de valor, logo transformado em objeto de desejo e fonte de prazer. Houve, sim, na trajetória desses leitores, um encontro mágico com os livros, aos quais recobram pela lembrança e pela permanência em contato com os textos que escolhem. “Afim, as práticas de leitura são modos de interação com a memória”. (BARRETO in ABREU; SCHAPOCHNIK, 2005, p. 516)

Daí, por certo, ao discorrerem aqui sobre suas memórias de leitores remeterem, com tanta força, a dois territórios de infância – em primeiro lugar a casa; em segundo, a escola. A casa, diz Ecléa Bosi, é o “centro geométrico do mundo”, a partir da qual todo o resto passa a se desenvolver, (2003, p. 435) numa referência clara à poética do espaço de Gaston Bachelard, explorado no capítulo 2. Depois da casa vem a cidade, o lugar onde os leitores aqui estudados vivem publicamente a sua condição, lendo em elevadores, portarias, ônibus, encontros religiosos, reafirmando a condição da qual mais se orgulham e procurando, quiçá, na fricção da realidade com a ficção, respostas para um mundo que veem e leem de forma incomum, qual *menocchios*.

É curioso saber o que escolhem para ler e como. Há quem leia livros de autoajuda em paralelo com romances de drama social do quilate de *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, a exemplo do pintor de banners **Anderson**. Ou se deleite na poesia de García Lorca, como a espanhola **Sira**. Mas qualquer que seja a natureza literária ou editorial de suas escolhas, buscam textos que falam da vida dos outros, como se encontrassem ali um espelho para personagem que são, reiterando o observado por Ecléa Bosi na sua incursão pelo mundo dos leitores de baixa instrução formal: “Forte predileção nas leituras da gente simples é pelo conhecimento das outras pessoas, do que elas pensam, de como vivem” (BOSI, 2007, p. 22)

As escolhas literárias dos leitores com baixa exposição à escola, por isso, figuram entre os elementos mais intrigantes deste estudo. Por que **Aldo**, o ex-pequeno jornalista, lê Tolstói e Dostoiévski? Por que não abandona os autores do realismo russo para ler algo mais fácil e palatável? E por que razão o faz de vez em quando? As mesmas perguntas rondam João – o guardião de uma mansão no Alto da XV. Acabara

de ler *O cemitério de Praga*, de Umberto Eco, mas não tem pudores em dizer que um dos livros mais importantes de sua vida é um libelo de autoajuda do qual mal se lembra o nome.

Uma explicação evidente é a de que os leitores de baixa exposição à escola não dispõem dos mesmos mecanismos de seleção praticados pelos leitores com alta exposição. É como se lhes faltasse o que se pode chamar de um filtro de cultura, apreendido na vida acadêmica, que ensina que se deve evitar determinadas leituras, por serem perda de tempo e por deporem contra a nossa formação. Isso vale para os livros de autoajuda, mas também para os jornais sensacionalistas, para os programas de auditório da televisão e para as telenovelas.

Essas práticas, se feitas, não são admitidas pela classe média, como já mostraram inúmeros estudos de comunicação. Podem ocorrer em segredo. Mas **Sira**, a leitora de Lorca, e **Mirco**, leitor de Sangari, não escondem gostar de Sidney Sheldon. **Devanir**, leitor de Voltaire, aponta a importância de Paulo Coelho na sua trajetória. Eles o fazem de forma desabrida, quase inocente, sem medo de serem julgados por isso, deixando à mostra que várias camadas de leitura – um problema do qual se ocupou Barthes, no ensaio “Da Leitura” (2004 C, p. 32) – convivem de tal forma que é inútil hierarquizá-los ou entendê-los de forma evolutiva.

Se nos demais a “leitura ruim” é algo superado, ou de que se deva envergonhar, esse modelo não serve para os leitores aqui estudados, dados ao vaivém de autores, gêneros, como todos os outros, mas também destituídos quase que totalmente dos critérios de qualidade. Quase, porque o aplicam, sim. Mas são os outros os códigos, a dizer.

Esses leitores não dispõem de mediação – estão alheios à crítica e às indicações de círculos ilustrados, como os demais. Também vão pouco a livrarias e bibliotecas, respondendo paripassu aos índices apontados pela *Retratos da Leitura 2012*. Os 12 disseram tomar livros emprestados e ganhá-los de presente dos amigos e familiares. Ficam, portanto, ao sabor do gosto dos outros, o que explica o ecletismo de suas escolhas. Dos padrões e demais informados que o sabem leitores ganham autores renomados; de conhecidos da igreja, livros religiosos. Em tempo, *Retratos...* (2012, p. 92) apontou que 150,5 milhões de brasileiros não tinham comprado um livro nos três meses anteriores à pesquisa, ainda 48% tenham afirmado comprar livros.

A contar pelas narrativas, o processo de escolha do que ler se assemelha, e muito, a outras rotinas de consumo das classes populares – da qual só não fazem parte

aqui os leitores **Mirco e Terezinha**, que fazem parte dos 23% de leitores da classe B, de acordo com *Retratos 2012*. Entre os demais, **Fabiana** é da classe D, o equivalente a 24% dos leitores. **Sira**, da classe A, com 2%. Os demais, se integram aos 51% de leitores da classe C.¹²⁹

Importa aos C, D e E a indicação de um amigo, ou ser um empréstimo ou ser um presente, como já se citou nos estudos do Data Popular e Franceschini (capítulo 3). Mas não apenas pela facilidade. Conta a mediação do vínculo, da confiança e do afeto. Não raro, eles representam essa figura do que indica e do que empresta nos grupos onde circulam. **João**, inclusive, se vê como lendo para os outros. As pessoas lhe perguntam o que ler e pedem que conte, eximindo-as dessa obrigação. Retribuem presenteando-o, reafirmando-o como uma figura rara, exótica, no meio onde vive.

Há de se notar, ainda, nas escolhas literárias ou escolhas de consumo dos 12 leitores uma outra ausência, além do “filtro cultural”. Eles não fazem parte de um mundo do trabalho que lhes peça a leitura e que, com o avanço dos tentáculos do mundo corporativo, tende a fazer as vezes da escola e da universidade nas escolhas de leitura. Sabe-se que além da permanência na escola para além do ensino médio, contribui para a perseverança do leitor trabalhar em alguma corporação. Exige-se cada vez mais cursos, treinamentos e que o colaborador mostre interesse e capacidade de argumentação.

Os leitores aqui estudados não estão expostos a esses estímulos: **Eloir** é taxista, **Devanir**, marceneiro; **Aldo e Mirco** são aposentados; **Anderson** pinta banners; **José** trabalha como ascensorista; **João**, como guardião; **Sira e Terezinha** são donas de casa; **Fabiana** é cozinheira; **Rosane** é recepcionista e **Laurinda**, cuidadora. Seus estímulos primários, se assim se pode dizer, é equacionar as razões de suas vidas, questão às quais recorrem com frequência, lendo a própria história e, não raro, escrevendo sobre ela. É o que fazem **Aldo, Eloir, Anderson e Devanir**.

O outro estímulo é de caráter urbano. De novo a *Retratos...* A pesquisa apontou que 78% dos entrevistados leem menos por falta de interesse; e 50% por falta de tempo. (2012, p. 65) É dado espantoso, mesmo diante da informação alvissareira de que entre os que leem, 75% lê por prazer. (2012, p. 68) Ora, partindo de Sennett (1998, p. 15), para quem o declínio do homem público está ligado à perda de sintonia com o coletivo, a expressão “perda de interesse” soa pesada.

¹²⁹ De acordo com o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, , entre 1993 e 2011, 59,8 milhões de brasileiros, o equivalente a uma França, chegaram à condição de nova classe média. (Neri, 2011, p. 257)

Some-se a esse dado que 25% dos entrevistados disserem gostar muito de ler; 37% afirmaram gostar um pouco; e 30% não se furtaram de dizer que não gostam de ler. Levando-se em conta o estigma de dizer “não gosto de ler”, é provável que entre os 37% que gostam um pouco, muitos não gostam nenhum pouco. Não é precipitado somar as duas porcentagens, porque o “não compro livros”, “não vou a bibliotecas”, ou “biblioteca é lugar para estudar” – para 71% (2012, p. 100) funcionam como negações da leitura, em diversos graus.

Exceto o tímido **José** – que atribui a si um grau leve de autismo e rejeita a sociabilidade, mesmo no elevador onde trabalha – todos os outros leitores manifestaram não só um grau de interesse na leitura, como já foi explicitado, como interesse no mundo, aqui traduzido por engajamento na vida da cidade. É o mundo mais próximo que cada um pode ter. Em parte esse interesse justifica a profusão de leituras, não só de gêneros, mas também de suportes. Passeiam pela revista, pelo cinema, pelas palavras cruzadas e se vêem como participantes da sociedade.

Ao lado das dicas de amigos, presentes – entre outros elementos que formam a casualidade de suas escolhas – está a necessidade de encontrar respostas para a realidade. Sabem que ela lhes custa caro. Experimentaram a pobreza, a exclusão escolar e o trabalho sem prazer, pois tiveram poucas alternativas. Procuram nos livros a resposta para seus desatinos e também um enlevo diante da vida concreta que, por força da leitura, rejeitam encarar como fatalidade.

Difícil saber se o que veio antes foi o vazio da existência, explicitado por Iser, e daí a leitura, ou a leitura apresentando-lhes a vida como algo mais do que uma tabula rasa. O fato é querer respostas, o que explica enfrentarem uma literatura para a qual não foram preparados. **Rosane** lê *A cabana*, para se consolar da perda do filho, mas também as crônicas de Fernando Sabino; ou o longo e elaborado *Folhetim*, de Marlyse Meyer, ao vê-lo nas mãos de uma aluna na universidade onde trabalha. Mora ali algo que ela precisa saber, mesmo que lhe seja difícil, quando não incompreensível. Resta a impressão de que, por vezes, podem estar lendo alta literatura como quem lê a Bíblia. Ela é sagrada. Mesmo os mais preparados não entendem sem a mediação dos teólogos. Mas mesmo assim a leem. Vez ou outra se encontra num salmo um versículo palatável, que pode ser repetido como um mantra. Pode ser essa a função da autoajuda – a de um pequeno bônus, inofensivo, no meio de uma questão maior.

Essas escolhas são pistas sobre os leitores, tal como o procuram Robert Darnton e Carlo Ginzburg em suas investigações. Esses autores buscam ouvir o que o leitor diz

em suas escolhas, procurando o que há nelas de criador, escapando à tentação da mera quantidade ou da cilada da estatística. (CHARTIER, 2009b, p. 235, 242) Realizam a máxima de Macedonio Fernandez, para quem a única maneira de definir o leitor é encontrando-o, onde quer que esteja, descobrindo seu nome, individualizando-o, para assim, enfim, construir sua história. (VOLPE in NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2008, p. 193) Haja vista os nomes com o quais Fernández os batizava:

Como a circulação de capas e títulos se deve às vitrines, bancas de jornal e anúncios, o Leitor de Capa, Leitor de Porta, Leitor Mínimo, ou Leitor Não Conseguído, tropeçará finalmente aqui com o autor que o levou em consideração, com o autor da capa-livro, dos Títulos-Obras. E considero que “O leitor alcançado” deve ser o título do Título que estamos apresentando de nosso romance... (FERNÁNDEZ, 2010, p. 30)

Num primeiro plano, os leitores que aqui mostraram sua trajetória se alinham com outros. Pela leitura, encontraram, contra todas as deficiências, uma relação privilegiada com o mundo. A frequência com a linguagem escrita permitiu-lhes o exercício da interpretação da realidade e seus significados ocultos, deparando-se com os espaços vazios e inacabados que precisam da intervenção dos leitores, para ganharem sentido. (ZILBERMAN; RÖSING, 2009, p. 33)

Num segundo plano, essa relação com a realidade, contudo, tem contornos muito particulares, diferenciando os 12 leitores dos leitores ditos escolarizados ou na posse das práticas comuns de leitura. A começar porque os 12, em maior ou menor grau, carregam nas suas histórias de leitores uma contradição, com a qual têm de lidar. A casa e a escola, berços do letramento por excelência, não se deram a eles de forma transparente. A mesma família que lhes anunciou a importância do estudo foi a que lhes tirou essa oportunidade, pedindo que saíssem da escola, com uma ou outra variante.

Mas é a partir dessa contradição que constroem sua identidade de leitores. Foi também na casa que encontraram o irmão, o vizinho ou a companheira que despertaram neles o desejo de continuar a ler, apesar da ausência da escola. Foi na escola que conheceram o professor ou a professora que identificou neles um leitor e disso não conseguem esquecer. Daí a facilidade com que tratam do assunto – os 12 sabem que um fato definitivo se deu a partir desses desencontros, um desencontro que definiu quem se tornariam. Chega a parecer uma fatalidade, um acidente, cuja cicatriz não pode ser despistada e que os traduz para quem os olha

É como se tivessem ganhado, pelo percalço, um estilo, uma historicidade, um atalho para não repetir a história de seus semelhantes. (MARTINS, J., 2008, p. 90, 91) A contradição fez deles uma exceção. Não era para terem sido leitores. Mas encontraram no caminho o que se convencionou chamar de agente de leitura, que mudou tudo e ajudou a romper o padrão.

O orgulho com que falam da condição que adquiriram beira a crença na predestinação. A saga de **Sira** com a amiga, reencontrada décadas depois, na Espanha, e o livro dourado que as une, é representativo dessa mitificação. Não deixa de ser impressionante ouvir pessoas que circulam em ambientes que valorizam pouco a leitura falar de sua experiência de forma tão grandiloquente. É como se entrassem no jogo de fantasia descrito por Iser, jogo no qual podem exercer suas capacidades, dando vida, em suas “vidas tortas”, àquilo que leem, realizando a interação com o texto, sujeitos aos sofrimentos e às alegrias deste jogo. (SANTOS in NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2008, p. 179)

Uma das provas de que enxergam em si uma biografia de leitores é a fluidez com que fazem o percurso de leitura ao longo das décadas. Eles, por exemplo, falam da escola perdida numa dimensão muito natural. Ali brincaram, conheceram gente e até sofreram *bullying*. Dizem-se medianos, mas não se dizem comuns. **Terezinha** apagava o quadro a pedido da professora. **João** fazia teatro. **Devanir** era o preferido da professora e escrevia redações para os colegas. **Mirco** e **Laurinda** “pularam” de ano, tão bons alunos se revelaram numa fase de suas vidas.

Em maior ou menor grau, eles lembram muito bem da “leitura de iniciação”, como as cartilhas e contos de fada. Mas sabem que naquela fase não eram ainda leitores. Foi no momento do que se convencionou aqui chamar de “leitura do prazer” que se fizeram leitores. Na sequência, somaram a “leitura da vida”, ou seja, o livro que os ajudou a superar algum dilema. É como se a contradição da casa e da escola tivesse encontrado uma razão de ser, anos depois, quando uma leitura os reconduziu a uma condição incomum, a uma distinção no circuito em que transitam. Como num romance, numa jornada de herói, numa fábula ou numa saga, o malefício de outrora é apontado como o benefício do futuro. **Eloir** chega a dizer que o “livro do prazer” moldou sua personalidade. **Devanir** afirma que “leitura da vida”, um livro de Paulo Coelho, que considera ruim, clarificou sua visão sobre quem era e a que veio.

Nesse sentido, são leitores completos, sucessivamente “intensivos” e “extensivos”, lendo para si mesmos e lendo para outros, na solidão ou em sociedade. (CHARTIER

apud NEVES, 2009, p. 102) Realizam um destino, primeiro a descoberta da palavra, depois a descoberta de um lugar no mundo. Experimentam a leitura de fruição e a leitura do prazer, nos moldes barthesianos. (SANTOS in NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2008, p. 172)

Um livro só não dá conta das trajetórias de cada um. São vários e sempre especiais, como se formassem capítulos de suas próprias vidas. Essa compreensão biobibliográfica da trajetória explica por que, mesmo não sendo leitores capazes de avançar muito na qualidade, salvo os leitores **Mirco, Sira e Devanir**, ou de se tornarem seletos, são leitores convictos, inabaláveis, que não estão dispostos a negociar o tempo e o espaço da leitura por outras atividades.

Cumprem o destino que incomodava a Simmel, que se preocupava com o fato de que na cidade vigorava uma cultura objetiva – tudo seria dominado por ela, das práticas domésticas à arte e a ciência, reduzindo a vida e um ir e vir ao trabalho. A cultura urbana poderia superar a individualidade e a subjetividade, atrofiando o que é próprio da modernidade, o que inclui o encontro com a literatura. (MAFFESOLI, 1997, p. 197) Não é o que se dá com eles. São sujeitos leitores, capaz de associar comportamentos e valores, tornando-se pessoas mais participativas e solidárias. “Isto porque se supõe, mesmo que raramente se afirme ou se escreva claramente, que a aprendizagem consequente da prática leitora implicaria a percepção mais aguda do sentido da vida e do fazer histórico humano. (BRITTO in RIBEIRO, 2003, p. 43)

A leitura, a propósito, se conjuga a outras atividades. É o caso da dança em **Eloir** ou a Legião de Maria para **Terezinha** – ganhos sociais oriundos do *status* de leitor. A leitura os impele. Os 12 admitem que enxergam mais. Veem nos outros como que personagens da literatura. São curiosos. Não tratam a cidade como tema, mas entendem que a leitura os coloca em relação, de modo a vencer a solidão à Menocchio a que poderiam estar condenados.

Ao compartilhar a leitura, ao contrário, cada pessoa pode experimentar um sentimento de pertencer a alguma coisa, a esta humanidade, de nosso tempo ou de tempos passados, daqui ou de outro lugar, do qual pode sentir-se próxima. Se o fato de ler possibilita abrir-se para o outro, não é somente pelas formas de sociabilidade e pelas conversas que se teem em torno dos livros. É também pelo fato de que ao experimentar, em um texto, tanto sua verdade mais íntima como a humanidade compartilhada, a relação com o próximo se transforma. Ler não isola do mundo. Ler introduz no mundo de forma diferente. O mais íntimo pode alcançar neste ato o mais universal. (PETIT, 2008, p. 43)

Devanir se entrosa em círculos literários. **Eloir** faz do táxi sua janela para o mundo. **Sira** é viajante. **Fabiana** observa os clientes do restaurante e se engaja no Transgrupo Marcela Prado. **Anderson** dá palestras para jovens da periferia. **João** dá conselhos aos garotos que circulam na praça onde ele é vigia. **Aldo** circula pela cidade, lê orelhas de livros nas livrarias e escreve um livro sobre seus tempos de tormenta na Casa do Pequeno Jornaleiro. Eles têm uma história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada pessoa, mergulhada em si mesma, comporta-se como se fora estranha ao destino de todas as demais. Seus filhos e seus amigos constituem para ela a totalidade da espécie humana. Em suas transações com seus concidadãos, pode misturar-se a eles, sem no entanto vê-los: toca-os, mas não os sente; existe apenas em si mesma e para si mesma. E se, nestas condições, um certo sentido de família ainda permanecer em sua mente, já não lhe resta sentido de sociedade. (TOCQUEVILLE apud SENNETT, 1998)

Eloir, Devanir, Aldo, Anderson, José, Sira, Fabiana, João, Mirco, Terezinha, Rosane e Laurinda são pessoas que passam ao nosso lado no cotidiano da cidade. São, por certo, representativos de muitos outros moradores da urbe que, como eles, retiram parte das horas de seus dias para se fiar com os livros. Pode-se enxergá-los, simplesmente, como um grupo de pessoas que faz da leitura um lazer, um descanso, um passatempo. Quando não, uma forma de isolamento e de incomunicabilidade, crítica que não raro recebem dos que lhe são mais próximos, o que não chega a estranhar: esses 12 leitores surgem como uma exceção à regra num país onde ler é quase sinônimo de estar na escola.

Olhados mais de perto e com mais vagar – como se propôs esta tese – vê-se três marcas coladas à figura desses homens e mulheres comuns, que trabalham, pegam ônibus, têm relações de vizinhança, vão às compras, e que leem: a ausência da escola como dobra do tempo em suas vidas; a leitura abraçada como uma prática e o relacionamento significativo com os movimentos da cidade, a qual, quase em sua maioria, percebem como texto e como território. Nela não são número ou massa. São corpo e voz.

A primeira marca está nas vias da memória: os 12 leitores se lembram, como se fosse um capítulo de uma saga, o momento em que a escola lhes foi tirada, apontando a cada um deles um destino diferente. O lugar que, como diziam os pais e parentes, lhes garantiria o futuro, não fazia mais parte da vida deles. Teriam de trabalhar ou cuidar de marido e de filhos ou mesmo dos parentes envelhecidos. Nesse momento, foi como se desaparecessem na multidão dos brasileiros que têm suas vidas demarcadas pelas obrigações com trabalho.

Como previram sociólogos aqui estudados – Simmel, Park e Elias –, no entanto, nem todos se entregam às engrenagens da sociedade industrial, fazendo vingar uma identidade própria em meio às imposições do concreto e do óleo diesel. É quando

aparece a segunda marca. Apartadas da escola, essas pessoas aqui acompanhadas – o que pode se estender por analogia a quem quer mais que eles representam – ficaram órfãos do melhor indicativo que poderia haver para se tornarem leitores, profissionais e cidadãos, mas não perderam de vista as experiências gratificantes vivenciadas com os livros. Ler se tornou uma distinção em meio à realidade na qual foram lançados. A escola, de alguma maneira, permaneceu neles, ainda que não mais com eles.

Vingaram como leitores, e a seu modo. São únicos – pouco hierárquicos, instintivos, nada preconceituosos, versáteis e falantes. Falar é parte de sua condição de leitor, reafirmando a máxima de Bachelard de que “o sujeito falante é todo o sujeito” (1993, p. 12), o que indica que realizam a vida no espírito previsto pela prática dos livros. O ler e o verbalizar fazem parte de sua estratégia de retomada de um lugar no mundo – um mundo que, sem o auxílio da escola, lhes chegava como um desígnio pesado e sem cor.

Em contraposição à escola que, à revelia dos seus inegáveis avanços, ainda afirma a leitura como um instrumento para a boa escrita e para aumento do vocabulário, esses leitores com baixa exposição à escola se veem livres da leitura como ilustração e utilidade profissional, cultivando-a num estágio bruto, comumente um estágio de deleite e interesses pessoais. Se por um lado perdem em criticidade, posto que estão à margem dos indicativos do sistema de ensino e sujeitos a escolhas pouco valorativas, por outro ganham em espontaneidade e intensividade, qualidades que tendem a ser apagadas por força das rotinas escolares. E justo qualidades que hoje tanto se procura nas políticas de leitura.

É como se os 12 repetissem, no século XXI, os sabores da “revolução da leitura” do século XVIII, quando à luz do lampião a gás milhares se entregaram aos prazeres do livro e, não raro, reescreveram-nos, a sua maneira, sem censura, nos *commonplace books*. Não à toa, quatro dos 12 leitores aqui estudados se pretendem também escritores, assim como uma boa parcela dos leitores de baixa escolaridade, encontrados em ocupações irregulares, bairros populares, educandários e obras sociais durante o laboratório de quatro anos que redundou nesta tese. Uns e outros reafirmam outra máxima de Bachelard:

Todo leitor um pouco apaixonado pela leitura alimenta e recalca, pela leitura, um desejo de ser escritor. Quando a página lida é demasiadamente bela, a modéstia recalca esse desejo. Mas ele renasce. Seja como for, todo leitor que relê uma obra que ama sabe que as páginas amadas lhe dizem respeito. (2000, p. 10)

Por fim, a terceira marca dos leitores com baixa exposição à escola – a contar pela amostragem aqui conseguida via entrevistas, observação participante e laboratórios – é, quando não o engajamento na vida da cidade, o desejo profundo pela urbe, espaço que para eles se tornou significativo. É dado singular. Para aqueles que se perderam da escola na infância ou na adolescência a cidade surge como um espaço algo agressivo, no qual se vai ganhar o pão e enfrentar agruras, como o trânsito e a moradia, muitas vezes em condição de desigualdade, porque, afinal, não estudaram.

Pode-se dizer que esta não é a regra. Há entre os 12 leitores mulheres em que a escola foi substituída pelo casamento, não raro acrescido de conforto e estabilidade, o que fez com que a vida na cidade não lhes fosse tão pesada. Mas não viveram a profissão de dona de casa como alienação do mundo, pois o desejaram de alguma maneira e se lançaram nele. Há aí, por certo, o impulso dado pela leitura. O livro muda o olhar tanto de quem cuida da casa e dos filhos como quem opera um elevador, atua numa guarita, pinta *banners*, dirige um táxi, para citar algumas das atividades dos leitores estudados.

Em conversas com esses leitores, falam do último livro que leram ou que releeram com a mesma fluidez com que se põem a tratar da violência, do trânsito. Traçam relações entre a literatura e a vida urbana, pois, afinal, convivem com ambas desde muito cedo. “Vejo personagens dos livros nas pessoas que encontro pela rua”, diz um deles. Discorrer sobre o noticiário seria pouco – os não leitores também o fazem – não fossem esses 12 leitores interventores e agentes da sociedade, não raro de forma tímida, mas ainda assim notável. São sujeitos atuantes porque a leitura, uma salvaguarda, fez deles também moradores da cidade – cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Jorge; AQUINO, Luseni (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2008. Texto para discussão 1335.

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 5.^a reimpressão.

ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

ABREU, Márcia. Em busca do leitor: estudo de registros de leitura dos censores. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005.

ABREU, Márcia. Os números da cultura. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) **Letramento no Brasil: reflexões a partir do Inaf 2001**. São Paulo: Global, 2003.

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005.

AGUIAR, Josélia. Perdas e ganhos: sobre livros perdidos e encalhados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2010. Ilustríssima, 3.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. No castelo da história só há processos e metamorfoses, sem veredicto final. IN: PASSETTI, Edson (Org.). **Kafka-Foucault, sem medos**. São Paulo: Ateliê, 2004.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMEIDA, Marcelo. **Retratos da leitura no Paraná**. Curitiba: Paraná Pesquisas, Posigraf, Gazeta do Povo, 2011.

ALTER, Robert. **Anjos necessários**: tradição e modernidade em Kafka, Benjamin e Scholem. Tradução André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago, 1992. (Coleção Bereshit).

ALVES, José Augusto dos Santos. Nos primórdios da opinião pública em Portugal (1780-1820). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org.). **Livros e impressos**: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Uerj, 2009.

ALVES, Rubem. Sob o feitiço dos livros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2004. Caderno Sinapse, p. 7.

AMORIM, Galeno (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. Brasília: Instituto Pró-Livro, 2008.

ANDERS, Günter. **Kafra: pró e contra**. Os autos do processo. Tradução Modesto Carone. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ANTELO, Raúl. Introdução. In: RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**: crônicas. Organização Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Revisão técnica Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução Pier Luigi Cabra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARRIGUCCI Jr., Davi. “Fragmentos sobre crônica.” IN: *Boletim bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo. Volume 46, números ¼, janeiro a dezembro de 1985.

ASSIS, Machado de. História de quinze dias. In: **Obra completa**: volume III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, p. 345.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Tradução Clarisse Meireles e Leneide Duarte. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

AZEVEDO, Carmen L.; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. **Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia**. São Paulo: Senac, 2000.

BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção Tópicos).

_____. **A poética do espaço**. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos).

BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. v. 1.

BALAZINA, Afra. Sem-teto faz biblioteca em prédio invadido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1.º fev. 2006. Cotidiano, C4.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Mariana. Circulação de jornais cresce 3,5% em 2011. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jan 2012. Mercado, B4.

BARRETO, Sônia Régis. Modos de ler, modos de pensar: leitura e memória. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005.

BARROS, Mariana. Numa cidade avançada, ricos usam o transporte público. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 dez. 2008. Cotidiano, p. C4. Entrevista Enrique Peñalosa.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução Mario Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTHES, Roland. **Inéditos 1: Teoria**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **O grão da voz: entrevistas 1962-1980**. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTOLI, Adolfo. **Os precursores do Renascimento**. Tradução Valeriano Gomes do Nascimento. São Paulo: Parma, 1983.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **O Spleen de Paris: Pequenos poemas em prosa**. Tradução Leda Tenório da Motta. Rio de Janeiro: Imago, 1995. (Coleção Lazuli).

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Medo líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BEATO, Cláudio. O problema da violência está nas áreas metropolitanas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 mar. 2007. Cotidiano, C4. Entrevista a Mário César Carvalho.

BECSKEHÁZY, Ilona. Ou educamos ou enfrentamos o atraso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 2010, C3, Cotidiano 2.

BERABA, Marcelo. O futuro dos grandes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2006. Brasil, p. A6.

BERABA, Marcelo. A guerra nas cidades. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2006. Ombudsman, p. A6.

BERGER, Christa. MAROCCO, Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. v. 2.

BERGSON, Henri. Cartas, conferências e outros escritos. In: SILVA, Franklin Leopoldo e (Org. e Trad.) Bergson. 2.^a ed. São Paulo: Abril, 1984. Coleção Os Pensadores.

BERMAN, Marshall. **Um século em Nova York: espetáculos em Times Square**. Tradução Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos**. Tradução Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

BIGNOTTO, Cilza. Monteiro Lobato: editor revolucionário?. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp, 2010.

BLOOM, Harold. **Como e por que ler**. Tradução José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOAS, Sérgio Vilas. **Perfis e como Escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.

BORGES, Ana Gabriela Simões; ASSAGRA, Andressa Grilo; ALDA, Clarice Guterres López de (Org.). **Leitura: o mundo além das palavras**. Curitiba: Instituto RPC, 2010.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**: leituras de operárias. 11. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOURDIEU, Pierre, **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Presença, 1996.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Conhecer São Paulo a pé. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo 29 fev. 2008. Caderno 2, D16.

_____. Visões de taxistas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo 19 set. 2008. Caderno 2, D14.

BRASIL, Ubiratan. Kafka, o profeta das surpresas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2007, D-2. Cultura. Entrevista com Modesto Carone.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Tradução Maria Carmelita Pádua. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do Inaf 2001. São Paulo: Global, 2003.

BRYSON, Bill. **Em casa**: uma breve história da vida doméstica. Tradução Isa Maralando. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BURDETT, Richard. Cidade-mundo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 out. 2006. Ilustrada, p. E1.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. rev. e amp. Tradução Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CABANNES, Yves. Favela é um mundo inteiro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 fev. 2006. Cidades, p. C5. Entrevista a Adriana Carranca.

CALDEIRA, Teresa. Exclusão cordial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2005. Mais, p. 4. Entrevista a Daniel Buarque.

CANCLINI, Néstor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/desconhecimento. In: COELHO, Teixeira (Org.) **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____. O papel da cultura em cidades pouco sustentáveis. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. In: SERRA, Mônica Allende (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: **Para gostar de ler: crônicas**. São Paulo: Ática, 1979-1980. Vol. 1-5.

_____. **Formação da literatura brasileira**. 9. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 2 v.

_____. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 8. ed. São Paulo: T.A Queiroz, 2000.

CANNEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. Tradução Cecília Prada. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CANZIAN, Fernando. Violência explode como principal problema do país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 mar. 2007. Brasil, A4.

CARDOSO, Tom; ROCKMANN, Roberto. Céu e inferno nas cidades. **Valor Econômico**, São Paulo, 28-30 set. 2007. Eu& Fim de semana, p. 4 a 7.

_____. Pedágio é sempre mais comum. **Valor Econômico**, São Paulo, 28-30 set. 2007. Eu& Fim de semana, p. 10 e 11.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas: o Deops e as minorias silenciadas**. 2.^a ed. amp. São Paulo: Ateliê/Fapesp, 2002.

CARPEAUX, Otto Maria. Prefácio. In: BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. 11. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARVALHO, Bernardo. A biblioteca de Leonardo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 dez. 2006. Ilustrada, E-1 a E-5.

CARVALHO, Mario César. GALVÃO, Vinicius Queiroz. Ideia de acabar com as favelas foi uma ilusão modernista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2010. Cotidiano, C4. Entrevista Bernardo Secchi.

CASSAL, Sueli Barros. Apresentação. In: FERNÁNDEZ, Macedonio. **Tudo e nada: pequena antologia dos papéis de um recém-chegado**. Tradução Sueli Barros Cassal. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. ed. rev. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CASTRO, Gustavo de. GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2002.

CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2008. PDF (Textos para discussão 1335).

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Míriam. **Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas**. Brasília: MinC/Centro de Estudos de Memória da juventude, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 7. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2008. v.2.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. v.1.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Debrun**. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial, 2009.

_____. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII). Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Unesp, 2007.

CHARTIER, Roger. Uma revolução da leitura no século XVIII. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org.). **Livros e impressos**: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Uerj, 2009.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. 4. ed. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COELHO, Marcelo. Notícias sobre a crônica. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2002.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras, 2008.

COELHO, Teixeira (Org.) **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

COLOMBO, Sylvia. A história sou eu. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2007, Caderno Mais!, 8.

_____. Leitor atual não está mais isolado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 mai. 2008, Ilustrada, E13.

COLOMBO, Sylvia; CARIELLO, Rafael. Para Mendes da Rocha, medo da elite desvirtua a cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2006. Ilustrada, p. E1.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros**: a leitura literária na escola. Tradução Laura Sandroni. São Paulo, Global, 2007.

CONDE, Maria Rosa Berganza. A contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação. In: BERGER, Christa; MAROCCO,

Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. v.2.

CONSTANTINO, Luciana. 'Brasil miserável' é o 6.º mais pobre do mundo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 de set. 2006. Brasil, p. A20.

CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada**. Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução Denise Bottmann (partes 1 e 2) e Bernardo Joffily (partes 3 e 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904 – 2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSTA, Marta Morais da. **Sempre viva, a leitura**. Curitiba: Aymar, 2009.

COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria. **A literatura no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro/Niterói: José Olympio/Universidade Federal Fluminense, 1986. v 6.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CRUZ, Juan. O professor alopado. Tradução Clara Allain. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 maio 2008. Caderno Mais!, p. 4-6.

CULTURA EM NÚMEROS: **anúário de estatísticas culturais 2009**. Brasília: MinC, 2009.

CURITIBA. Companhia de Habitação. Caracterização socioeconômico das famílias beneficiadas – Vila Prado. Curitiba, 2008. Documento interno.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O grande massacre de gatos:** e outros episódios da história cultural francesa. 4. ed. Tradução Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **O iluminismo como negócio:** história da publicação da “Enciclopédia” 1775-1800. Tradução Laura Teixeira Motta e Márcia Lúcia. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DARNTON, Robert . **A questão dos livros:** passado, presente e futuro. Tradução Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DÁVILA, Sérgio. Indústria cultural crescerá mais que economia mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2004, E1, Ilustrada.

_____. Jornal passa por transformação histórica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2007. Dinheiro, B7.

_____. Sigilo é problema dos tribunais, diz jornalista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2006. Brasil, A8.

DAVIS, Mike. E o que era gueto, globalizou. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2006. *Aliás*, p. J4 e J5. Entrevista dada a Laura Greenhalgh.

_____. **Planeta favela.** Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente:** 1300-1800 – Uma cidade sitiada. Tradução Maria Lucia Machado e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Coleção Companhia de Bolso).

DERTOUZOS, Michael. **O que será?** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto. Bogotá combinou repressão com urbanismo e educação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 out. 2006, C5.

_____. Cidades inteligentes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2009. Cotidiano, C6.

_____. Como um bar virou centro cultural. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 dez. 2007. Cotidiano, C8.

_____. A revolução das pequenas coisas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 dez. 2006. Cotidiano, C9.

DIMENSTEIN, Gilberto . Medellín passou de capital da violência a laboratório da paz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 out. 2006, C4.

DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

EAGLETON, Terry. Balzac encontra Beckham. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 dez. 2004. Caderno Mais.

_____. **A ideologia da estética**. Tradução Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **Teoria da literatura**: uma introdução. 4. ed. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Coleção Descobrimo o Brasil).

EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

EL FAR, Alessandra. Livros para todos os bolsos e gostos. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Tradução Alvaro de Sá. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTILL, Daniel. Yo se leer. **Rascunho**, Curitiba, p. 23, set. 2006.

FEIX, Daniel. O tamanho da tragédia. **Aplauso**, Porto Alegre, ago. 2007.

FERNANDES, José Carlos. Antiga fábrica vira condomínio exclusivo de catadores de papel. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 ago. 2006. Paraná, p. 3.

_____. Os bacharéis do padre Patrick. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 jan. 2009. Vida e Cidadania, p. 14.

_____. O bairro diferente das casas iguais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 6-8, 5 nov. 2006.

_____. A cidade feito casa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 jan. 2011. Opinião, p. 2.

_____. Cultura não faz mal a ninguém. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 mar. 2009. Opinião, p. 2.

_____. Curitiba fica a léguas dali. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1.º abr. 2007. Paraná, p. 7.

_____. Entre quatro paredes e um chão que balança. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 jun. 2007. Paraná, p. 6.

_____. Escola boa é escola de portas abertas. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 6 jun. 2008. Vida e Cidadania, p. 4.

- _____. Falem de Curitiba. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 29 mar. 2010. Opinião, 2.
- _____. A favela que diz não à Cohab. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 set. 2010. Vida e Cidadania, p. 4-5.
- _____. A guerrilha do ano de 2008. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 jun. 2008. Vida e Cidadania, p. 6.
- _____. Leitores a olho nu. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 abr. 2011. Opinião, p 2.
- FERNANDES, José Carlos. Leitores do Brasil. In: MOREIRA, Douglas (Org.). **Educomunicação e cultura de paz: guia para educadores e educadoras**. Curitiba: Ciranda, 2009.
- _____. Leitura muda rotina de prisão. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 abr. 2007. Paraná, p. 4.
- _____. Leitura sem piedade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 maio 2010. Opinião, p. 2.
- _____. A lição que veio de longe. **Gazeta do Povo**, Curitiba 15 dez. 2010. Opinião, p. 2.
- _____. A margem esquerda do Rio Belém. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1.º abr. 2007. Paraná, p. 6.
- _____. O melhor e o pior dos mundos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 abr. 2007. Paraná, p. 5.
- _____. Na casa de... **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 7, 3 jun. 2007.
- _____. Notícias das bandas de Piraquara. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 maio 2007. Paraná, p. 17.
- _____. Números para que te quero. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 fev. 2009. Opinião, p. 2.

_____. O progresso não pode esperar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 maio 2011. Opinião, p. 2.

_____. Onde os cães não ladram mais. **Gazeta do Povo**, 20 maio 2007. Paraná, p. 6.

_____. Onde o jovem se perde da escola. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 set. 2010. Vida e Cidadania, p. 4.

_____. Para ONGs, comunidade é sonho possível. **Gazeta do Povo**, 12 ago. 2006. Paraná, p. 4.

_____. A pátria de chinelas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 abr. 2008. Opinião, p. 2.

_____. Professores vizinhos de porta. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 nov. 2005. Paraná.

FERNANDES, José Carlos. Proposta para o ano 318. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 mar. 2011. Opinião, p. 2.

_____. Uma segunda época. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 set. 2009. Opinião, p. 2.

_____. “Tadinhos” nunca mais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 mar. 2010. Opinião, p. 2.

_____. Vamos combinar? **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 jul. 2010. Opinião, p. 2.

FERNÁNDEZ, Macedonio. **Museu do romance da eterna**. Tradução Gênese Andrade. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. **Tudo e nada**: pequena antologia dos papéis de um recém-chegado. Tradução Sueli Barros Cassal. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

FERRARA, Lucrecia D’Alessio; DUARTE, Fábio; CAETANO, Kati Eliana (Org.). **Curitiba**: do modelo à modelagem. São Paulo: Annablume; Curitiba: Champagnat, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Entre-vistas**: abordagens e usos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FIBE, Cristina. Jornais americanos têm recuperação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 maio 2010. Dinheiro B7.

FORNETTI, Verena. Nordeste está 10 anos atrás do Sudeste no ensino médio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 2010, Cotidiano 2, p. 1.

FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho. O Patriota e a invenção dos padrões literários. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. (Coleção FCRB Aconteceu, v. 4).

FRANCESCHINI. **Retrato de Curitiba**. São Paulo: Franceschini Análises de Mercado, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 13).

FRIAS, Maria Cristina; BENCINI, Roberta. Professores brasileiros precisam aprender a ensinar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2009. A16. Entrevista Martin Carnoy.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. (Coleção Passo a Passo, v. 80).

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Patrimônio cultural imaterial: identificação e registro**. Curitiba: FCC, 2008. Catálogo.

FUSCO, Camila. Apple prepara lote de iPads brasileiros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 abr. 2011. Mercado, B14.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GALVÃO, Vera Masagão. Por mais e melhores leitores: uma introdução. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do Inaf 2001. São Paulo: Global, 2003.

GIL, Gilberto; PORTA, Paula. Economia da cultura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 fev. 2008. Opinião A3.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GLAESER, Edward L. **Os centros urbanos**: a maior invenção da humanidade. Tradução Leonardo Abramowicz. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. Por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. Tradução Laura Knapp. São Paulo: Ed. Francis, 2003.

GODOY, Denyse. Metrôpoles querem agir antes no clima. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 maio 2007. Ciência, p. A12.

GOIS, Antônio. Concentração é benéfica para ambiente, argumenta a ONU. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun 2007. Mundo, p. A-14.

GOIS, Antônio. De cada cinco jovens, 1 abandona a escola. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 abr. 2009. p. C3, Cotidiano.

_____. Famílias gastam 4% da renda com cultura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 nov. 2006. B9 e B11, Dinheiro.

_____. Mais adultos retornam ao banco da escola. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 fev. 2005, Cotidiano, C3.

_____. Venda de livros cai ao nível de 1991. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 2005, p. E1.

_____. 28% dos jovens abandonam cursos para trabalhar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 mai. 2008, Cotidiano, C3.

GOIS, Antônio. CONSTANTINO, Luciana. Desmotivação é o que mais tira os jovens da escola. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 jan. 2007, Cotidiano, C1.

_____. Melhor ensino médio do país está no interior. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2006, Cotidiano, C1.

GOIS, Antônio; LAGE, Janaína. Renda aumenta pela 1.^a vez desde 1996. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2006. Dinheiro, p. B13, B14, B18, B19.

GOIS, Antônio; SOARES, Pedro. Jovem trabalha sem concluir ensino médio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 out. 2009, p. C3, Cotidiano.

GOIS, Antônio; SELIGMAN, Felipe; TAKAHASHI, Fábio. Ranking escolar aprova só 0,8% das cidades. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 abr. 2007, p. C1, Cotidiano.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**. Literatura e experiência urbana. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GONÇALVES, Flávio (Coord.). **Avaliação do programa Comunidade Escola**. Curitiba: Núcleo de Avaliação de Políticas públicas Educacionais (Nappe-UFPR), 2008. Documento interno da Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal de Educação.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentido. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. 4. ed. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

GREENHALGH, Laura. E o que era gueto, globalizou. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2006. Aliás, p. J4.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis**: o romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo: Nankin, Edusp, 2004.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Presença inquietante. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2008, p. 5. Caderno Mais.

GULLAR, Ferreira. A morte do livro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar 2006, p. E-10.

HANSEN, João Adolfo. Leituras coloniais. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 21.^a ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da comunicação**. Conceitos, escolas e tendências. 6.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO (IBL). **Retratos da Leitura no Brasil 2012**. Disponível em www.prolivro.org.br. Acesso em 2 de maio de 2012.

IOSCHPE, Gustavo. Falência da educação brasileira. **Veja**, São Paulo, 26 jul. 2006, p. 104.

_____. Os quatro mitos da escola brasileira. **Veja**, São Paulo, 7 mar. 2007, p. 96.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. 2. ed. Tradução Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996. v. 1.

_____. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. Tradução Johannes Kretschmer. São Paulo, 34, 1999. v. 2.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção a).

JAFFE, Noemi. Em blog, autora une o sublime e o banal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2007, E1, Ilustrada. Entrevista com Maira Kalman.

_____. Meu contrato com o leitor é sorrir junto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 jul. 2007, E1, Ilustrada. Entrevista com Amós Oz.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

JOHNSON, Steven. **Emergência**: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

JOUVE, Vincent. **O leitor**. Tradução Brigitte Hervot. São Paulo: Unesp, 2002.

KOSTMAN, Ariel. As obsessões de Machado de Assis. **Bravo!**, São Paulo, set. 2008.

LACERDA, Lilian Maria. **Álbum de leitura**: memórias de vida, histórias de leitoras. São Paulo: Unesp, 2003.

LACERDA, Lílían Maria. A história da leitura no Brasil: formas de ver e maneiras de ler. In: ABREU, Márcia (Org.) **Leitura, história e história da leitura**. Campinas (SP): Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil. São Paulo: Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAGE, Janaína. NOGUEIRA, Ítalo. 84,5% das crianças que não sabem ler estão na escola. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 set. 2008. C1, Cotidiano 2.

LAGO, Cláudia. BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6.^a ed. São Paulo: Ática, 2000.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3.^a ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **A leitura rarefeita**: leitura e livro no Brasil. 1.^a ed. São Paulo: Ática, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al]. 5.^a ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

_____. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5.^a ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEGROS, Patrick. et al. **Sociologia do imaginário**. Tradução Eduardo Portanova Barros. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LEMOS, Nina. Jovens saem em busca do SoHo perdido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 out. 2005. Cotidiano, C6.

LIMA, Luiz Costa (Org.). **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Tradução Luiz Costa Lima. 2.^a ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da cultura de massa**. 5.^a ed. Tradução César Bloom et al. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode se tornar um país de leitores?**: política para a cultura, política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

LINS, Daniel. Leitura rizomática ou o olho do silêncio. In: NASCIMENTO, Evandro; OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de (Org.). **Leitura e experiência**: teoria, crítica, relato. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: UFJF, 2008.

LONGMAN, Gabriela. Enquanto o Chaplin dos Games não vem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 dez 2011. Ilustríssima, p. 8

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal**: ética, mídia e empresa. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LORES, Raul Juste. Bibliotecas dão nova fama a Bogotá. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2006. Ilustrada, p. E8.

_____. Cultura rende muito dinheiro, afirma ex-ministro de Blair. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2007, E8, Dinheiro.

_____. Jornais vivem expansão inédita na Índia. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2 fev. 2011, B5. mercado.

_____. No futuro, grandes cidades terão pedágio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 maio 2007. Cotidiano, p. C7. Entrevista com Antanas Mockus.

LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. (Coleção FCRB Aconteceu 4).

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000.

MACHADO, Sérgio. Apresentação. In: LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode se tornar um país de leitores?: política para a cultura, política para o livro**. São Paulo: Summus, 2004.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle**. 1.^a ed. São Paulo: Scritta, 1993.

MARICATO, Ermínia. In: DAVIES, Mike. **Planeta Favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. “Revistas na emergência da grande imprensa: entre práticas e representações (1890-1930). IN: ABREU, Márcia. SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). *Cultura letrada no Brasil*. Objetos e práticas. Campinas (SP): Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005. (Coleção Histórias de Leitura).

_____. Gabinetes de leitura no Império: casas esquecidas da censura?. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. Revistas na emergência da grande imprensa: entre práticas e representações (1890-1930). In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Unesp, 2006. (Coleção Paradidático).

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.

MATTOS, Adriana. Sob Lula, consumo cresce mais entre pobres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2006. Dinheiro, B1.

McLUHAN, Marshall. Visão, som e fúria. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da cultura de massa**. 5.^a ed. Tradução César Bloom et al. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2.^a ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEIRELLES, Renato. **Data popular**. www.datapopular.com.br. Acessado em 13 de maio de 2010.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2.^a ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEYER, Marlyse (Org.). **Do almanak aos almanaques**. São Paulo: Ateliê, 2001.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **As mil faces e um herói canalha e outros ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998,

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho D'Água/Fapesp, 2001.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana**: a cidade na era da globalização. Tradução Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MOREIRA, Douglas (Org.). **Educomunicação e cultura de paz**: guia para educadores e educadoras. Curitiba: Ciranda, 2009.

MOTTA, Leda Tenório da. Apresentação. In: BAUDELAIRE, Charles. **O Spleen de Paris**: Pequenos poemas em prosa. Tradução Leda Tenório da Motta. Rio de Janeiro: Imago, 1995. (Coleção Lazuli).

MOURA, Cristina Patriota de. Vivendo entre muros: o sonho da aldeia. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 5.^a ed. Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (Org.). **Dimensões do urbano**. Múltiplas facetas da cidade. Chapecó: Argos, 2008.

NASCIMENTO, Evando. OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de (Org.). **Leitura e experiência**: teoria, crítica, relato. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: UFJF, 2008.

NEPOMUCENO, Eric. A importância da leitura. **Rascunho**, p. 8, Curitiba, dez 2007.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

NEVES, Lúcia Maria P. Antídoto contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org.). **Livros e impressos**: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2009.

NEY, Thiago. Pela 1.^a vez, DVDs musicais sofrem queda nas vendas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 maio 2006. Dinheiro, B13.

NINA, Cláudia. **Literatura nos jornais**: a crítica literária dos rodapés às resenhas. São Paulo: Summus, 2007.

NINIO, Marcelo. Onde as ruas não têm nome. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 out. 2009. Caderno Mais, 3.

NISKIER, Arnaldo. O ensino médio continua órfão? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2010, Opinião, A3.

NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. No espelho, o Trickster. In: SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSING, Tania M. K. (Org.). **Mediação de leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.

NOVAES, Adalto (Org.). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

O GLOBO. Nos jornais, circulação e credibilidade em alta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 dez. 2005.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Índice de bem-estar urbano. Rio de Janeiro, 2010. PDF. Disponível em: www.observatoriodasmetrolopes.net.

O'DONNELL, Julia. **De olho na rua**: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

OLIVEIRA, Cláudia de. VELLOSO, Monica Pimenta. LINS, Vera. **O moderno em revistas**. Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Maurício de. O perigo mora ao lado. **Valor Econômico**, São Paulo, 11-13 mar. 2011. Caderno Eu& Fim de Semana.

PACKER, George. A megacidade. Tradução Alberto Flaksman. **Piauí**, fev. de 2007.

PAIXÃO, Fernando (Org.). **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1997.

PAIXÃO, Patrícia (Org.). **Jornalismo policial**: histórias de quem faz. Jundiaí: In House, 2010.

PAMUK, Orhan. **Istambul**: memória e cidade. Tradução Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PASSETTI, Edson (Org.). **Kafka-Foucault, sem medos**. São Paulo: Ateliê, 2004.

PECHMAN, Robert Moses. Quando Hannah Arendt vai à cidade e encontra com Rubem Fonseca; ou da cidade, da violência e da política. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (Org.). **Dimensões do urbano**: múltiplas facetas da cidade. Chapecó: Argos, 2008.

PÉCORA, Alcir. O campo das práticas da leitura, segundo Chartier. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. 4.^a ed. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas**. 3.^a ed. rev. amp. São Paulo: Senac, 2004.

PEN, Marcelo. Lobo Antunes reinventa Angola em novo livro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 jan. 2004. Ilustrada, EA.

PEREIRA, Helena B. C.; SIGNER, Rena. **Michaelis**. Pequeno dicionário francês/português português/francês. São Paulo: Melhoramentos, 1992.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. “Na nossa terra, em se plantando, elefante dá”: Editora Abril (1950-2006) e livros vendidos em bancas de jornal. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

PEREIRA, Robson. 6,5 milhões vivem nas favelas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 fev. 2006. Cidades, p. C1.

PEREIRA Jr., Luiz Costa. O gosto C da classe A. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 dez. 2004. Aliás, p. J5.

PERES, Aline. FERNANDES, José Carlos. Ruas da amargura. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 11 abr. 2010. Vida e Cidadania, p. 6-7.

PERES, Marcos Flamínio. O caos organizador. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 mar. 2004. Caderno Mais, p. 5-7. Entrevista com Gilles Lipovetsky.

PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada**. Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução Denise Bottmann (partes 1 e 2) e Bernardo Joffily (partes 3 e 4). São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1991.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PESSANHA, José Américo Motta (seleção). **Bachelard**. Tradução Joaquim José Moura Ramos et. al. São Paulo: Abril, 1984. (Coleção Os Pensadores).

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2008.

PIGLIA, Ricardo. **O último leitor**. Tradução Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Literatura e jornalismo**: no oitocentos brasileiro. Ilhéus, BA: Editus, 2002.

PINHO, Ângela. ODILLA, Fernanda. 1 em cada 5 eleitores não foi à escola ou é analfabeto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 jul. 2010. Poder, A8.

PINTO, Júlio Pimentel. **A leitura e seus lugares**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba em dados**. Curitiba, 2004.

QUEIRÓS, Amanda. Livrarias se diversificam para sobreviver. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 ago. 2010, Ilustrada E6.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

REDAÇÃO. Mundo tem 130 mi de livros, diz Google. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2010, Ilustrada E6.

REGUILLO, Rossana. Utopias e heterotopias urbanas. A disputa pela cidade possível. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. In: SERRA, Mônica Allende (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

RESENDE, Tatiana. Classe C puxa crescimento do consumo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jun. 2007, B13.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do Inaf 2001. São Paulo: Global, 2003.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**: crônicas. Organização Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **As religiões no Rio**. Apresentação: João Carlos Rodrigues. 2.^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ROCHA, Paulo Mendes da. O arquiteto, em essência, é um contrariado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 ago. 2007. Ilustrada, p. E6. Entrevista a Mário Gioia.

_____. Para Mendes da Rocha, medo da elite desvirtua a cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2006. Ilustrada, p. E1. Entrevista dada a Sylvia Colombo e Rafael Cariello.

RODRIGUES, Thiago. Uma mecânica da dor: Kafka, Foucault e o horror ao horror. In: PASSETTI, Edson (Org.). **Kafka-Foucault, sem medos**. São Paulo: Ateliê, 2004.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos, 203).

ROMANCINI, Richard. Paulo Coelho e seus predecessores: um capítulo da história da leitura no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

ROSSI, Jones. Poesia no bar é ameaçada. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 5 set. 2007, 16.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010.

RYBCZYNSKI, Witold. **Vida nas cidades**, Expectativas urbanas no Novo Mundo. Tradução Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. 6.^a ed. São Paulo: Ática, 1999. Série Princípios.

SÁ, Nelson. Leitor 'se engaja' mais na notícia impressa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jan. 2012, Mercado B5.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2.^a ed. Chapecó: Argos, 2010.

SANTOS, Goiamérica Felício Carneiro dos. Agruras de um leitor aquém e fora do texto. In: NASCIMENTO, Evando; OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de (Org.). **Leitura e experiência**: teoria, crítica, relato. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: UFJF, 2008.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Desconstruindo o Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2006. Segundo Caderno, 8.

_____. Obituário. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 2008. Segundo Caderno, 10.

_____. O garçom. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 mar. 2008. Segundo Caderno, 10.

SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSING, Tania M. K (Org.). **Mediação de leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. **Tempo presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SCHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005.

SCHIFFRIN, André. **O negócio dos livros**: como as grandes corporações decidem o que você lê. Tradução Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

SEABRA, Roberto. SOUSA, Vivaldo de. (Org.) **Jornalismo político**: Teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. Tradução Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Coleção Debates).

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução Marcos Aarão Reis. 2.^a ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

_____. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERRA, Elizabeth D'Angelo. Políticas de promoção das leitura. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do Inaf 2001. São Paulo: Global, 2003.

SERRA, Mônica Allende (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento urbano**. Tradução Maria Paula Amaral Gurgel. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2.^a ed. rev. amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHIRTS, Matthew. Shakespeare e o pedestrianismo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 mar. 2008. Caderno 2, D8.

SHIRTS, Matthew. Vida de pedestre. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 jul. 2007. Caderno 2, D8.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e leitura**: ensaios. 2.^a ed. São Paulo: Global, 2009. (Coleção Leitura e Formação).

SILVA, Franklin Leopoldo e (Org. e Trad.). **Henri Bergson**: cartas, conferências e outros escritos. 2.^a ed. São Paulo: Abril, 1984. Coleção Os Pensadores.

SILVA, Helena Menna Barreto. Apresentação. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. Tradução Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel**. A charge como arma na guerra contra o Paraguai. 2.^a ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2009.

SINGER, Suzana. Folhateen (1991-2011). **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 nov. 2011. Ombudsman, A8.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS 2003-2005. Rio de Janeiro: IBGE/MinC, 2007. (Estudos e Pesquisas 22 – informações demográficas e socioeconômicas).

SOARES, Gabriela Pellegrino. Os irmãos Weizflog em busca dos mercados escolares: identidades das Edições Melhoramentos dos primórdios à década de 1960. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação**. Tradução Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1987.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ao mesmo tempo**: ensaios e discursos. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Questão de ênfase**: ensaios. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SPINELLI, Evandro. CREDENCIO, José Ernesto. Cracolândia vai a leilão em um só lote para virar novo bairro. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 maio 2007. Cotidiano, p. C1.

STRZODA, Michelle. **O Rio de Joaquim Manuel de Macedo**: jornalismo e literatura no século XIX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

STRECKER, Marcos. O grande leitor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2008. Ilustrada, p. E-4.

_____. Foer revê o 11/9 pelos olhos de uma criança. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 ago. 2006. Ilustrada, E3.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras**: literatura, técnica e modernização no Brasil. 1.^a reim. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAKAHASHI, Fábio. Alunos do 3.^o ano têm nota de 8.^a série. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1.^o out. 2007. Cotidiano, C1.

_____. Carreira de professor atrai menos preparados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 jun. 2008. Cotidiano, C1.

_____. Ensino público piorou mais que o privado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 fev. 2007. Cotidiano, C5.

_____. Escola rica não significa escola boa, diz estudo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jan. 2009. Cotidiano, C1.

_____. País tem repetência maior do que o Camboja. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 abr. 2006. Cotidiano, C1.

TAKAHASHI, Fábio. Piores escolas no Enem têm 60% dos alunos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2009. Cotidiano, C1.

TAKAHASHI, Fábio; PINHO, Ângela. Repetência no ensino médio dobra em 9 anos. **Folha de S. Paulo**, 10 jun. 2009. Cotidiano, C3.

TAKAHASHI, Fábio; SOUFEN Jr. GOIS, Antônio. SP tem a queda mais acentuada do país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 fev. 2007. Cotidiano , C3.

TALESE, Gay. **Fama e anonimato**. Tradução Luciano Vieira Machado. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Coleção Jornalismo Literário).

TASCHNER, Gisela. **Cultura, consumo e cidadania**. Bauru, SP: Edusc, 2009.

TEIXEIRA, Jerônimo. Comida, produtos de limpeza e best-sellers. **Veja**, São Paulo, 15 nov. 2006. Livros, p. 130-131.

TOFFLER, Alvim. **O choque do futuro**. Tradução Eduardo Francisco Alves. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Record, s/ano.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

THOMPSON, Paulo. **A voz do passado**: história oral. 3.^a ed. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TRAVANCAS, Isabel. **O livro no jornal**: os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90. São Paulo: Ateliê, 2001.

TREVISAN, Cláudia. Na China, 300 mi rumam para centros urbanos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2007. Mundo, p. A-14.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Entretenimento**: Uma crítica aberta. São Paulo: Senac, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Unesp, 2005.

TRINDADE. Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996. (Coleção Farol do Saber).

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Inflexões urbanas**. Curitiba: Champagnat, 2009. (Coleção Cidade & Arquitetura 1).

UOL. “EUA: educação pública ruim ameaça segurança nacional, dizem especialistas”. UOL Educação, acessado em 23 de março de 2012.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. Caminhos do romance inglês no Brasil do século XIX. In: ABREU, Márcia. SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005. (Coleção Histórias de Leitura).

VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Sensibilidades modernas: as revistas literárias e de humor no Rio da Primeira República. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. (Coleção FCRB Aconteceu 4).

_____. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. **O moderno em revistas**: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VERAS, Eduardo. A cidade à mercê do excesso. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 jun. 2007. Cultura, p. 4 e 5.

VIANNA, Hermano. Ternura e atitude *blasé* na Lisboa de Pessoa e na metrópole de Simmel. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VIANNA, Luiz Fernando; NEY, Thiago. O disco quebrou. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 abr. 2006. Ilustrada, p. E1.

VIDAL, Diana Gonçalves. Livros por toda parte: o ensino ativo e a racionalização da leitura nos anos 1920 e 1930 no Brasil. In: **Leitura, história e história da leitura**.

Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

VILLAÇA, Nizia. **Mixologias**: comunicação e o consumo da cultura. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

VOLPE, Miriam L. Uma travessia da leitura através dos sonhos. In: NASCIMENTO, Evando; OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de (Org.). **Leitura e experiência**: teoria, crítica, relato. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: UFJF, 2008.

ZAID, Gabriel. **Livros demais!**: sobre ler, escrever e publicar. Tradução Felipe Lindoso. São Paulo: Summus, 2004.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. v. 4.

ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania M. K. (Org.). **Escola e leitura**: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.

ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. Tradução Marisa Barda. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Coleção Debates 319).

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9.ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. (Coleção Brasil Diferente).

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2007**. Brasília: Ritla, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Instituto Sangari, 2007.

WALTER, Bruna Maestri. Uma biblioteca tirada do lixo. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 3 set. 2009, p. 8, Vida e Cidadania.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WISNIK, Guilherme. Cidade moderna e contemporânea. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 maio 2007. Ilustrada, p. E2

_____. O horizonte negativo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 out. 2006. Ilustrada, p. E2

_____. Multiplicação sem promessa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jul. 2006. Ilustrada, p. E2

_____. O paradoxo da cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 jul. 2006. Ilustrada, p. E2

_____. Utopia e pragmatismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 nov. 2006. Ilustrada, p. E2.

DOCUMENTÁRIOS

CENTRAL do Brasil. Direção de Walter Salles Júnior. Produção de Martire de Clemont-Tonnerre e Arthur Cohn. [S.I.]: Le Studio Canal; Riofilme; MACT Productions, 1998. 1 bobina cinematográfica.

ENTREATOS. Direção de João Moreira Sales. Rio de Janeiro: VideoFilmes Produções Artísticas, 2004. DVD.

NARRADORES de Javé. Direção de Eliane Caffé. Produção de Vânia Catani. Rio de Janeiro: Bananeira Filmes, 2003. DVD.

PAISAGENS urbanas. Direção de Nelson Brissac Peixoto. São Paulo: PaleoTV, 1996. VHS/DVD.

PRO dia nascer feliz. Direção de João Jardim. Brasil: Globo Filmes, 2007. DVD.

“Chega a me dar arrepio”, diz Luiz Fernando Rosa de Oliveira, 50 anos, ao falar da maratona enfrentada por seu filho para publicar um livro. Luiz vive de reciclagem, tem o primeiro grau e dava histórias de presente ao garoto na infância. A Kombi velha do Luiz tem palavras pintadas na lata. Palavras contagiam, avisa. Foi o que aconteceu em sua casa

Dia desses, o almoxarife Anderson Bordignon de Oliveira, 27 anos, foi chamado às falas pelo chefe. “Menino, você devia escrever um livro”, despachou o *boss*, depois de ler mais um e-mail tinindo de bom enviado pelo rapaz. Para espanto geral do departamento, a resposta do subordinado não foi um pronto “obrigado, senhor”, mas um inflado “livro, já escrevi”.

Sim – o Anderson do almoxarifado é escritor. Ano passado publicou *Esse é meu país*, um misto de prosa poética, literatura de fundo moral, denúncia social e autobiografia. E está para sair do forno o romance de aventura *Face oculta*. Nos dois textos, o ponto de partida é sempre o mesmo: a Vila Zanon – um loteamento irregular plantado no bairro mais pobre de Curitiba, o Tatuquara.

Não há como separar o jovem Bordignon da vila onde vive. É seu Cabo Canaveral. Todas as manhãs, parte dali a bordo de um “ônibus espacial” – os disputadíssimos coletivos da linha Ludovica – rumo à CIC, onde trabalha. Gosta de ver pela janela o que vai ficando para trás. A distância lhe atíça a pena.

Após o almoço, enquanto a classe operária reivindica a boa preguiça, Anderson aproveita para dar vida às histórias nascidas na Zanon - uma paisagem lunar plantada em uma ribanceira tão escondida que parece existir apenas na imaginação de seus moradores. Não é um lugar-comum. Lá, há um traficante que sonha ser palhaço de circo. E um almoxarife que quer viver dos livros que escreve.

Para o autor, a vila começou a existir há 15 anos, quando deixou Santa Felicidade para assistir da janela de casa à “conquista do espaço”. Era menino de calças curtas. Via chegar filas de caminhões de mudança e tantas caras novas que mal podia saber. Viu abrir a Escola Municipal Zanon e o Mercado Zanon – só para variar. Mas a maioria da gente do lugar não deve ter dado uma pataca pelo moleque. O fiapo de gente andava metido com as letras e não dava confiança. O pai, Luiz, conta que abria a porta do quarto e lá estava o ermitão da vila - com a cara enfiada num caderno e uma caneta Bic soltando fâisca. “Será que vai prestar?”

Os dias de argonauta solitário só tiveram fim quando o garoto conheceu Eliseu, o amigo que fazia rap e lhe mostrou que tão bom quanto escrever é mostrar o que foi escrito. Foi quando deu um passo e tanto para a parcela da humanidade que pára na Vila Zanon: pôs na cabeça que ia publicar um livro. Começou ali a saga que impressiona o chefe, a vizinha Joyce – com quem se casou -, a piazadinha da escola, e que fazia a turma do Ludovica não dar um pio até chegar ao ponto final, caso Bordignon decidisse contá-la na roleta.

Ao todo, Anderson bateu palmas e pernas por nada menos do que sete anos atrás de editoras e de patrocínio. Ganhou tapinhas nas costas e a mesma cantilena: “Olhe, não é bem assim”. Afinal era um desconhecido, peso-pena, cara cheia de espinhas, vindo de um lugar que não constava nas tabelas da Urbs. “Zanon?”

Ano passado, uma empresa de São Paulo desencantou o livro e bancou a impressão de *Esse é meu país*. Foram 500 exemplares, 200 já vendidos a quinzão em eventos tão modestos que fariam da quermesse da igreja parecer a entrega do Oscar. Ocorrem no grupo escolar, em palestras para a turma do grafite, em conversa fiada em que Sônia – zeladora – e Luiz – dono de uma impagável Kombi na qual transporta reciclados – contam que o filho Anderson é escritor e tem, imagine, livro publicado. Foi assim que o descobri.

De tudo, ficou uma certeza: a estréia de Anderson demorou porque a centena de pessoas com quem falou não sabia de que planeta ele vinha. “Se conhecessem a Zanon, seria diferente”, afirma, na sala da casinha de fundos que ergueu para viver com Joyce. É tudo um brinco – dá vontade de ficar. Em lugar de honra, numa estante descansam *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, e dois livros de Ferréz – *Capão Pecado* e *Manual Prático do Ódio*, decanos da literatura da periferia. Anderson agora é um deles – com mais açúcar e mais afeto. Qualquer dúvida para encontrá-lo, faça um mapa: ele mora longe da nossa casa, numa esquina entre a Lua e o ponto do Ludovica.

2. Eloir José Golemba, taxista. [Gazeta do Povo, 9 de janeiro de 2009, p. 3]

A vida dos outros

José Carlos Fernandes

Eloir é do Sudeste do Paraná. Em Curitiba, meteu-se a chofer de táxi, abrindo mão da carreira de engenheiro. De tanto presenciar o entra-e-sai de passageiros, decidiu escrever um livro de crônicas de viagem, que vende a bordo de seu carro. São histórias mínimas, ocorridas no banco traseiro. Tem de tartaruga esquecida no porta-malas a celebridades convidando para um café

Foi puro acaso. Faltou carro para a reportagem e me vi, fim de tarde, a bordo de um táxi conduzido por Eloir José Golemba, 27 anos, um chofer em tranças com a literatura. Isso mesmo. O moço branco-Omo, camisa vermelha, quilinhos a mais e sorriso de plantão era escritor em cueiros. Por aqueles dias, andava a três palmos do chão. Dei sorte.

Mal o reluzente carango laranja tinha cruzado o Centro, o condutor – em vez de maldizer o trânsito - disparou ter acabado de entregar à gráfica uma coletânea de histórias presenciadas no pouco tempo em que trabalhava na praça. A revelação deu “cosquinha”, claro. É dá-lhe escarafunchar aquele inesperado Travis Bickle, personagem vivido por Robert De Niro em *Taxi Driver*. Mais adiante, com a conversa já em terceira, Eloir aproveitou para esmiuçar seu encontro inesperado com as letras. A sua frente, tinha um cenário perfeito. Havia homens e máquinas lidando com a infinda Linha Verde. Pôs-se a 20 por hora. E saiu com essa. “A culpa foi toda da Bruna Surfistinha...”

Recém-chegado da minúscula Rio Azul, cidade de 13 mil habitantes “perto de Irati”, o jovem Golemba ficou encasquetado com a onipresença da garota nos programas de TV. Contabilizou quatro vezes numa semana, um desprate. “Pensei assim: essa menina fez um livro das festas dela. Pois as minhas são bem melhores.”

Tinha motivos para achar que podia dar um caldo no desinibido best-seller *Doce Veneno do Escorpião*. Desde que estreara na praça, era uma novela atrás da outra. Logo no primeiro dia de boléia, foi batizado pela falta de combustível – um sururu danado. Viu o acontecido como um sinal. Passou a prestar mais atenção no painel. E também no que os passageiros lhe contavam. Só lhe faltava passar para o papel suas aventuras de taxímetro – um caderno de brochura sempre a bordo seria um bom começo.

Foi assim que chegou aos 40 episódios que deram origem ao livro *Meu táxi não fala... Ah, se falasse!*, bancado por ele mesmo ao custo suado de R\$ 12 mil. Cerca de 15 narrativas são ardidadas como pimenta. É o caso da mulher que – como num filme

americano – diz “siga aquele carro” e flagra o marido às voltas com uma travesti. De quebra, com a estima beijando a lona, pergunta ao condutor o que acha dela, “para ser trocada, assim”.

Saia-justíssima igual, só com o Oswaldir do seriado *Faça sua história*. Não faltam, idem, cantadas masculinas e *swingers* em busca de parceria familiar. Com jeito de bom moço, Eloir José atrai raios. Mas o que impera na coletânea são cenas dignas da Sessão da Tarde. Numa das passagens, trata da condução ao HC de uma garota devastada pela leucemia. Triste de dar dó? Pois espere até ler sobre a mãe-menininha que abandonou a filha recém-nascida numa caçamba e pede ajuda ao taxista para reencontrá-la. É com folga o mais belo texto do livro.

Dias atrás, revi o nobre. Do lado do banco exibia um novo caderno de brochura, “para o próximo volume.” Uma das crônicas já esboçadas é um verdadeiro clássico do gênero “vou de táxi”. Ganha um sorvete quem adivinhar – trata da Loira Fantasma. Como se sabe, nossa Pluft Polaquinha adora uma bandeirada nas altas horas. E nem um nem dois colegas de praça juram que já gelaram até os ossos ao transportá-la para algum destino incerto entre a Avenida João Bettega e a Rodovia dos Minérios. Ao saber dos pendores de escriba do colega, a turma da rádio táxi tem feito questão de lhe confidenciar o dia – melhor, a noite – em que transportou a mais ilustre das oxigenadas.

“Mas não acredito em assombração”, cicia o loiro de Rio Azul. Além de quê, “espertas do além”, como se sabe, nunca pagam a corrida. Melhor são os vivos. Entre uma viagem e outra, Eloir encontra quem desafie as convenções – sem pôr o cinto -, quem avance o sinal, quem solte os demônios, quem encoste no ombro e chore. Já lhe perguntaram quanto custava o conselho. “É irmão, isso aqui dá livro...”, vaticinou ao deixar a reportagem lá no cu-do-judas, bem onde assombração adora pedir para descer. Saudações. Marcha-à-ré, primeira, e lá se vai o rapaz que descobriu a dor e a delícia da vida dos outros.

3. Devanir Lopes, marceneiro [Gazeta do Povo, 11 de setembro de 2009, p. 3]

Biro, Zadig e Tistu

José Carlos Fernandes

Devanir calcula que decidiu ser escritor no dia em que entrou na escola. Mas a vida não seguiu sobre trilhos. Sempre que alguém lhe pergunta por que não estudou, responde que escolheu a poesia. “Não quis me tornar um engenheiro de palavras.”

Conversei com o marceneiro Devanir Lopes, o Biro, ao pé-de-poço de sua casa de fundos na Vila São Jorge – um arrabalde do velho Portão. Nem bem sentou perto da tampa de madeira que balança – um lugar que meteria medo em super-herói –, desatou contar a melhor de suas histórias: a de como um livro de Voltaire lhe botou trilhos no destino.

Biro começa pelo começo. Foi alfabetizado na Escola Municipal Dona Maria Chalcoski, na Vila Irene, um daqueles endereços de Pinhais em que o muro faz divisa com a linha do trem e seja o que Deus quiser. Da cartilha, confessa, achava mais graça era nas figurinhas. Na hora do “dá-dé-di-do-du”, que tédio, se pegava imaginando diabruras para aqueles carimbinhos de fauna e de flora que trazem alegria aos livros escolares.

Ficou tão bamba que quando chegou à quinta série, no Colégio Estadual Pedro Macedo, em Curitiba, trazia na bagagem vagões de invenções. Devanir podia não ser o artilheiro da quadra ou o Don Juan do túnel da Rápida, mas já era o tal que escrevia redações nota 10 para amigos e para as gurias – entre elas Joelma, hoje sua mulher.

Naqueles dias em que Biro tirava “excelente, com louvor”, outro sucedido se deu. A mãe do menino ganhou numa casa de família um lote de livros que juntavam poeira pela sala. No meio do espólio estava o pequenino *Zadig – La Destinée*, de Voltaire. Para quem necessita de um K-Suco na memória, Voltaire, o sátiro mais temido do século 18, foi um defensor tão aguerrido da liberdade de expressão que mal se pode imaginá-lo, em setembro de 2009, à mercê de juízes, governantes e bolivarianos que esmagam com os pés os ideais da Revolução Francesa. Pois é, Voltaire tira uma soneca eterna no Panteão de Paris, mas nada impediu que seus escritos chegassem aos rincões da Vila São Jorge. Assim se deu.

Devanir tinha 11 anos e uns fiapos de barba ruiva quando debulhou *Zadig - La destinée*. O texto trata de um sujeito que faz a coisa certa, mas que não para de levar sacolejos da vida, dando a entender que virtude, justiça e sorte não andam de braço dado. Estaria o infortúnio gravado na palma da mão?

Como nem o filósofo sabia ao certo, o leitor pagou para ver. Até que outro sucedido se deu. Em 30 de agosto de 1988, dia em que os professores do Paraná levaram uma sova na frente do Palácio Iguçu, meninos, Biro viu seu mestre de Química todo ensanguentado, debaixo de porrada. “Uma tragédia”, diz Devanir Lopes, ao lembrar do episódio que o levou a abandonar a escola e a ir bater cartão na marcenaria. Era lá o seu lugar.

A decisão deixou aos prantos a professora de Português Guilhermina Moeckel Cavalli, aquela que lhe passou um sabão ao saber do tráfico de redações no Pedro Macedo. Ela o sonhava um escritor. Até onde se sabe, não desistiu. Ainda hoje, é quem revisa os contos e versos que ele produz, tal como antes. Biro é um Zadig – está escrito. A propósito. O irônico Voltaire não saiu mais da cabeceira do moço, mas ganhou a companhia de outro francês, o cândido Maurice Druon, autor de *Tistu – O menino do dedo verde*. Ninguém é de ferro. Acho mesmo que Biro, Tistu e Zadig formam uma comunidade imaginária na Vila São Jorge. Ultimamente, aliás, andam muito ocupados, escrevendo contos para a filha Thaila, de 8 anos.

Nessas histórias, hipopótamos sentam no nariz de uma foca e elefantes brincam num escorregador. Na pena do carpinteiro, o destino é ele quem traça. Ao ler suas páginas, é como se eu o visse piá, se distraíndo com as figurinhas da cartilha enquanto o trem cruza a paisagem, obediente à trilha que lhe cabe.

4. Aldo Brito, aposentado [[Gazeta do Povo, 16 de setembro de 2011, p. 3]

A fábula de um pequeno jornalista

José Carlos Fernandes

Em 1940, dona Darcy Vargas cria casa para abrigar meninos em situação de rua. Espalham-se pelo país e seus abrigados vendem jornais. “Extra, extra!”. Naqueles tempos a infância desvalida era tratada com rigores de guerra

Gostaria de contar essa história tal e qual me foi relatada, sem salamalaques. Aldo de Britto Lima foi guri criado solto nas matas de araucárias. Tinha irmão no Exército, mana no convento. Jacinto, pai de todos, homem remediado, derrubava pinheiros-do-

paraná. Até lhe faltar a saúde. Até não lhe sobrar um tostão, assim como aos seus, que se mandam para Curitiba, do dia para a noite retirantes de rodoviária.

Ao chegar, dona Rosalina, a mãe, mais oito filhos em roda da saia, ouve pelo rádio que o irmão amado que lhe daria amparo na capital morrera naquele dia, ai. Azar dos azares, a família Lima acaba num porão infame da velha Água Verde. Resta-lhes o suor. Para as gurias, casa de família. Para Aldo, franzino e cismado, uma vaga na Casa do Pequeno Jornaleiro. Era 1949.

No abrigo, cada norma uma sentença. Levantar-se às cinco. Banho uma vez por semana – gelado. Troca de roupa, às sextas. Se comprasse comida com a venda dos jornais, palmatórias. Para que bem entendesse, abriram-lhe um armário – ali dentro cumpria castigo escuro, vestido de saia, um pequeno jornaleiro humilhado.

Manhã bem cedo o bedel batia a chave de ferro no osso do tornozelo para acordar os piás. Em caso de manha – pé de ouvido e nem um pio. “Tenho orelha grande de tanto puxão...”, disse-lhe um órfão. Não tinha graça. À mesma hora, nos mesmos pontos da cidade, tinham de fazer solos e cantar a manchete: “Morreu Francisco Alves”, “Matou o amante em hotel da Ri-a-chu-e-lo”. No almoço – feijão-arroz-carne de terceira. À noite, escola e cochilo em cima dos livros.

O dinheirinho das vendas ia para uma poupança. Moedas pingando, tempo passando. Aldo, com medo da saia, se torna jornaleiro exemplar. Peraltice, apenas uma, o furto de um ovo de Páscoa na Tiradentes, nunca descoberto. À mãe, acabando-se como diarista, da dor nada contava. E havia, por Deus, a boa médica e professora Aglaé Taborda Ribas, seu anjo no inferno. “Onde andarás?”

Depois de cinco anos, hora de partir. Em cerimônia do adeus, mandam-lhe beijar as mãos de dona Hermínia Lupion, a última ordem que obedeceu. Recebe o cheque de Cr\$ 52.747,20, ganha foto e notícia chapa branca no jornal *O Dia*, edição de 20 de fevereiro de 1957. Pensou: “O saldo não é ruim”.

Os dias de interno lhe arruinaram os dentes. Mas tinha conhecido graúdos: vira os bigodes pretos de Ney Braga, Getúlio Vargas discursar no Braz Hotel, o jogo Espanha e EUA no Durival de Britto. E jamais esqueceria a visita surpresa do governador Bento Munhoz da Rocha à casa.

A vida seguiu, com preços altos. A poupança quase toda um falso amigo embolsou. Da Admissão do Ginásio, nunca soube se passou – pegara segunda época em Latim. Logo casou e teve filhos, enviuvou, casou-se de novo, aposentado está. Dos idos, jurava ter esquecido.

Quando a velhice veio – Aldo tem 75 – deu de sentir a chave ricocheteando no ossinho do pé, o macacão cáqui molhado de chuva, a bondade de Aglaé. “Será que sonhei?”, se pergunta. Levado pela memória, sai do Alto da Glória e vai à Biblioteca Pública e ali se confunde aos 3 mil usuários/dia. Num canto, o ex-jornaleiro datilografa notícias de seu silêncio.

“Vale um livro?”, quer saber. Fuço “o que anda lendo?”. Fala de *A arte de ser feliz*, de Schopenhauer; de T.S.Elliot, de Augusto dos Anjos. Digo que Aldo tem a ver com Charles Dickens. Depois me conta do barulho dos torcedores do Coxa na janela de seu prédio. Rimos, nos despedimos. Ele me pede que nesse texto agradeça ao Bento por ter criado a Biblioteca. É ali que o piá que gritava “extras” no Correio Velho hoje gosta de estar.

5. **Izabel Milano, moradora de rua [Gazeta do Povo, 30 de maio de 2008, p. 3]**

Ela, eles e a poesia no chão

José Carlos Fernandes

Até pouco tempo, Izabel Cristina Milano mostrava seus versos para o livreiro Eleutério Burrego. Ele diz: “Essa poeta é um enigma. Eu a aplaudia. Em vez de estender a mão e mendigar, faz literatura na rua.” Mas a livraria fechou e o amigo se foi. Resta a Izabel varrer o granito e tec-tec-tec na Olivetti. Ah! Ali perto, no Guairão, um capixaba vende livros no chão

Seu nome é Izabel Cristina Milano, tem 38 anos, vive da poesia e da caridade de estranhos. Mal o dia se abre, a pobre passa a vassoura de piaçava no degrau de granito que escolheu para chamar de seu. Fica pertinho, na XV, a 50 passos da Reitoria. Ali, a poeta de rua faz versos derramados numa velha Olivetti Lettera 82. Com os escritos, monta livrinhos grampeados, que ilustra com lápis de cor e vende pela pechincha de R\$ 1 e R\$ 2. São os mais em conta da praça. Até as 17h30 – quando se recolhe na pensão barata onde mora - precisa lucrar R\$ 10. Repassa os tostões ao senhorio, a quem paga por dia. Pois é, o movimento para versos anda fraco que só.

Melhor não dizer que a vida de Izabel daria um livro. Ela já tem o livro de sua vida na

ponta da língua. O que diz é como um filme triste: a mãe – bela morena – amou o carteiro Osmar, um herói que carregava 200 quilos de cartas nas costas. Na madrugada fria de 4 de março de 1970, a mulher - grávida e abandonada – sentiu desejo de tomar banho de água fria. Meteu-se no chafariz da Praça Rui Barbosa, refrescou-se, deu à luz e morreu. “Milagre! Fui achada pelo guarda, boiando, só com o narizinho de fora.”

Os dias da meninice de Izabel não foram sonetos de amor. Até os 5 anos teria vivido com o pai e a madrasta, que sem dó nem piedade a abandonaram no Passeio Público. Talvez tenha chorado no portal que imita o do Cemitério de Cães de Paris. Ou pedido ajuda na ponte da Ilha da Solidão. O que lembra é que foi achada pelo casal de andarilhos Maria e Antônio de Souza. Viveram os três, como dava, no Viaduto do Capanema. O casal morreu assassinado às vésperas do Natal de 1984. “Eu tinha 14 anos e estava sem ninguém outra vez.”

Certa feita, lidava com miçangas para vender na rua quando parou um carro. Era o destino. Ou pelo menos era um dentista, que lhe falou da janela. Da primeira vez, deu a Izabel uma caixa de lápis-cera. Na segunda, uma máquina de escrever. Por fim, livros. E ela que já gostava de Manoel Bandeira e Fernando Pessoa – e sabe um versinho de Cecília Meirelles de cor e salteado – virou escritora de rua de vez.

A inspiração vem a galope – basta ver um moço bonito da Federal, as rosas da floricultura da esquina ou imaginar uma montanha bem linda, “que deve existir”. Cada poema novo é registrado num caderno surrado. Somados, dariam a extensão da linha do trem. A conta está em 881. A meta é chegar a 1,1 mil. Enquanto as obras não viram um volume bem grosso - na estante da UFPR – vão se espalhando por aí, datilografados com fita puída, em folhinhas bem limpas de sulfite A4.

Alguns poemas ganharam séries. “Moradora de rua” tem o um, o dois e o três. Outros são do coração, como “Saudade de minha mãe”. Soma 96 linhas e põe Izabel em prantos: “Cresci na rua, brinquei na praça, admirei a luz, sem pagar nada, de graça.” Declama, diz de novo e mais uma vez ainda. Ai!

Se o assunto é solidão – fala dos 16 “filhos de rua”, a meninada por quem vela. Se é amor – confidencia que já namorou, sim. Futuro? “Uma casinha com quartinho nos fundos para ensinar alguma coisa “pra esses aí.” “Esses aí” são seus vizinhos de degrau – cinco rapazes devastados pelo crack que dormem na porta da Livraria Guerreiro – hoje em ruínas. Sobrou ela, eles e alguma poesia.

6. Ossy Hauer [Gazeta do Povo, 9 de dezembro de 2011, p. 3]

O livro de Ossy

José Carlos Fernandes

Durante 50 anos, ela viveu em segredo, como muitos deficientes. Até ir à Disney, ter com Mickey, em companhia de uma madrasta que parecia saída de um conto de fadas às avessas

De tanto ouvir falar do dia em que nasceu, Ossy Hauer, 80 anos, é capaz de descrever minuto a minuto o parto mais complicado de sua grande família – cada toalha branca, cada rabo de olho. “Fui tirada a ferros”, conta, pondo as mãos nas têmporas e rasgando todos aqueles “erres” típicos de quem cresceu falando alemão numa Curitiba empapuçada de *wienerwursts*.

Os efeitos não tardaram. Ossy mostrou dificuldades leves de audição, fala e locomoção, o que na crença da época lhe reservava um lugar no vale dos inválidos. Era de praxe – confundia-se a debilidade dos sentidos com a capacidade de aprendizagem. “Eu me arrastava”, diz ela, sobre os anos em que estudou na célebre Escola Dona Branca. Pouco lhe valeu: ainda adolescente, vencida, recolheu-se à “vida em segredo” – aquele ponto qualquer entre a cozinha e o quarto de dormir.

Foi pela fresta das portas que viu as irmãs casarem e terem filhos. Viu também a mãe morrer. Tinha, então, 50 anos e nem imaginava que estava em vias de um segundo parto, dessa vez sem fórceps. Foi em 1981. O pai de Ossy, Arnaldo, conhecido como “o dono da Casa Hauer”, famosa loja atrás da Catedral, lhe apresentou uma amiga de salões dançantes. Era Liamir Hauer, a “Lia” como se pôs a chamá-la com voz piano.

Liamir, para quem não conhece, funciona a mil rotações por minuto. É mulher solar, capaz de pôr a mesa suas intimidades com a facilidade com que desfia lembranças de Marrakesh. Mesmo aos 88 anos, entrega-se à cidade com a mesma volúpia com que rodopiou as saias nos “anos dourados”, quando chegou a ser primeira dama e foi retratada diva pelo italiano Gaetano de Gennaro.

Ossy e ela não eram feitas do mesmo barro. Mas se deram como veteranas do Sion num encontro do Velho Madalosso. Lia logo especulou qual era o maior sonho daquela guria madura, apenas oito anos mais nova do que ela, mas que parecia ter parado em 1945. O sonho era conhecer a Disneylândia, muita ambição para quem só tinha ido a Caiobá.

Pois Lia – conhecida pelo exagero – a levou ao encontro com Mickey, passando antes pelo Japão. Cruzaram o globo – uma feito uma chaleira fervendo, a outra um Oceano Pacífico. A cada milhagem, mais ficava para trás a infância passada num

casarão da Avenida Batel, onde hoje funciona a Pizzaria Scavollo. Ossy chegara à vida adulta, enfim.

Meses depois, ao ouvir de uma tia a frase “você vai ganhar uma madrasta, a Lia”, mal lembrou das sombras dos contos de fadas. Teria Liamir sempre por perto. E andaria mais do que notícia ruim: de braço com a madrasta esteve na China, na Espanha, África do Sul, Noruega. Fez cruzeiros. Foi a bailes. Usou maiô.

Arnaldo se foi em 1993. Elas choraram baldes, claro, mas não jogaram os passaportes pela janela do prédio, na Praça Osório. Atualmente, só não viajam mais porque, segundo Liamir, “dá muito trabalho morrer no exterior”. São, afinal, duas octogenárias. Mas quem diz.

Começam cedo, indo à academia “malhar”. Como Lia tem uma espécie de hiperatividade rara, ainda não catalogada pela ciência, passa o dia no trânsito, nos caixas de banco e nas serestas. Ossy, marcha leve, faz palavras cruzadas, tricô, toucador e dorme com as galinhas. Se tem algo a dizer e Liamir ainda não chegou, deixa a porta do quarto aberta. É a senha. Às vezes quer apenas um abraço e um beijinho. “Eu adoro ela”, repete, com a doçura de Tistu. “Ossy é minha melhor herança”, devolve Liamir, com autoridade de quem viveu três viuvezes, com devidos inventários e chateações.

Há mês e pouco, Liamir lhe fez um mimo: transformou em livro artesanal alguns diários escritos pela enteada, esquecidos num armário. Ao revê-los, emocionou-se com a letra graúda de quem, dizia-se, jamais conseguiria escrever uma maltraçada linha. Mandou imprimir fac-símile e presenteia os conhecidos. Chama-se *O mundo sob a ótica de Ossy* e é um presente, arrisco, para a humanidade.

7. . Noemi Francisco, gari [Gazeta do Povo, 3 de abril de 2009, p. 3]

O livro da vida de Noemi Francisco

José Carlos Fernandes

Para concluir o ensino médio, ela varria rua aos domingo e folgava dia de semana, quando fazia provas. Disseram: “Que besteira, estudar não é coisa para pobre”. Hoje, a gari é bolsista parcial do ProUni, cursa faculdade de Pedagogia e quer ser tal qual o educador Paulo Freire

Cá entre nós, o *Livro de Rute*, na *Bíblia*, bem merecia um bocadinho mais de Ibope. É um achado, um elogio à cumplicidade, uma inspiração nas horas de infortúnio, amém. Sem falar no enredo dos deuses. De tão elevado, chega a ser engraçado.

À graça. Sogra e nora estão a um passo da eternidade: querem tirar as diferenças num banguê-banguê do Sergio Leone. Tem as que saem no tapa e as que juram vingança aos santos clamar. Não é o caso da sogra Noemi e da nora Rute. Essas duas verdadeiras civilizadoras do Mundo Antigo só não tomaram juntas o chá das cinco porque faltava glamour na redondeza.

O trecho do livro do qual mais gosto é aquele em que Noemi – cujo nome significa “doçura” – pede para ser chamada de Mara – equivalente a “amargura”. Pudera. Perdera o marido e os filhos, ficaram-lhe as noras – que dispensa sem cerimônia, como era de se esperar. A nora Orfa se escafede. Rute lhe gruda na barra da saia – o resto é que nem filme: não pode contar.

Acho curioso que essa história tenha inspirado tantas mães a batizar suas filhas de Mara e não de Noemi, o que reduziria a carga horária de sofrimento da humanidade. Deixe quieto. Por esses dias, finalmente conheci uma Noemi, digna de figurar nas Escrituras, a Noemi Francisco da Costa, 37 anos, moradora do Jardim Weisópolis, em Pinhais. É estudante do terceiro ano de Pedagogia na Facinter. E gari das 7 da matina às 3 da tarde.

Noemi veio parar por aqui ainda gurria, quando a mãe saiu de Iporã, no Norte do Paraná, para se tratar nas Clínicas. Foi matriculada na Escola Municipal Irati, no Conjunto Mercúrio, Cajuru, e gostou do que viu: uma biblioteca. Bastou para que saracoteasse todo santo dia 40 minutos a pé para assistir às aulas. Era uma boa aluna. Chegou a passar em Contabilidade na Escola Técnica da UFPR, mas o mundo não se mostrou muito camarada com ela.

Na adolescência, entre um emprego de balconista aqui e de caixa de supermercado acolá, a doce Noemi teve de pendurar o boletim. A essa altura, adorava fotonovelas, devorava romances açucarados de Barbara Cartland e sonhava conhecer o tal de Castelo de Buckingham. E num estalar já era casada com filhos e moradora do Bolsão Audi-União – uma zona de ocupação irregular com 1,7 mil famílias e areão para um Saara inteiro.

Mas que nada. Ali mesmo no bolsão a filha de seu Noel e dona Santa fez a promessa de fazer faculdade e ensinar algo que preste para a moçada da ocupação. Não

foi bolinho. Só para concluir o ensino médio consumiu uma década, na base do levanta e sacode a poeira. Em 2003, sacudida até, passou no vestibular e ganhou um emprego na Cavo.

“Coloquei aparelho nos dentes, pus coisa dentro de casa. Roupa para filho era luxo”, desata a articulada Noemi – uma celebridade no trecho da André de Barros, entre a Barão do Rio Branco e o Terminal Guadalupe, seu posto de trabalho enquanto o diploma não vem. Chato mesmo, só as guimbas de cigarro no chão. Tente varrer uma, seu fumante, para ver se é refresco.

Contei à heroína a experiência do psicólogo Fernando Braga da Costa, que durante dez anos circulou pela Universidade de São Paulo vestido de gari e não era reconhecido nem pelos amigos. Pesquisava a invisibilidade urbana e humilhação social, expressões que Noemi sabe bem o que significam, mas que não lhes tiram o sono. “Quer saber, até gosto quando não me notam.”

Ela explica. A estudante – que planeja ser educadora à moda de Paulo Freire – já começou seu laboratório nas 16 quadras que lhe cabem nesse latifúndio. “Observo tudo em silêncio. Acho que espião deveria se vestir de gari. Tem cada coisa”. Didática, compara varrer a rua a um programa de televisão, “com a diferença de que a gente é personagem também.”

Noemi presencia de contos do vigário a cantadas infames. Nem a morena de sorriso largo, escondida no horrendo macacão laranja, escapa da investida dos bicos-doces. Tem bêbado que grita do outro lado da calçada: “Eu amo essa mulher. Casa comigo.” Invisível, quem dera. Porque de surda, já tem de se fazer.

Ao saber de sua batalha pelas letras, há quem lhe solte os cachorros: “Diploma para quê? Para subir na vassoura?” Há-há. Quando ela conta, ainda dá para ouvir a risada da bruxa que falou. Sai fora, dona Mara.

8. Sandoval Tibúrcio, cabeleireiro [Gazeta do Povo, 3 de junho de 2011, p. 3]

Madame Bovary no Salão Marly

José Carlos Fernandes

Estima-se que Curitiba tenha 15 mil salões de beleza, empregando pelo menos 75 mil pessoas. Sandoval – escritor e leitor contumaz – é um deles

O cabeleireiro Sandoval Tibúrcio, 46 anos, já rodou mundos. Da pequena Itumbiara, em Goiás, onde nasceu, mandou-se para Cuiabá. Homem feito, radicou-se no Rio de Janeiro. Mas num acaso, inventou de descer até Curitiba – onde permanece há uma década por força de uma paixão: Waldice, sua mulher, ama a cidade e prefere nossas temperaturas polares aos calores tropicais. Acontece.

Apesar dos muitos quilômetros rodados, o percurso mais importante de Sandoval se reduz a alguns passos dentro do Shopping Crystal, entre o salão Princess Hair e a Livraria Saraiva, onde – três meses depois de aqui chegar – entrou expedito para comprar um caderno e uma caneta.

Pois com esses apetrechos mudou sua história. Tinha a 8.^a série no ato da compra. Ontem, formou-se em Gestão Pública na Facinter e pode se gabar de ter distribuído nada menos do que 2,2 mil exemplares do romance *Magnitude*, o livro que começou a escrever, à mão, naquele dia no Crystal. Atentem.

Menino da roça, Sandoval teve um percurso escolar ao sabor das pragas. Tirando ter lido *Meu pé de laranja lima*, de José Mauro de Vasconcelos, de pouco lhe valeram os ditados e as tabuadas. Ao fazer 18 anos, achou por bem se demitir do sistema de ensino. Aos 22, tornou-se cabeleireiro.

Entendeu que fizera a coisa certa quando viu entrar num salão carioca ninguém menos do que Renata Sorrah – seu ídolo desde os tempos de Heleninha Roitman. Bamboleou, mas tirou faíscas da ponta da tesoura. Olé. Depois lhe sobreveio um pileque de ídolos. Tosou até os cabelos do cantor Latino. Ganhou notinha em coluna social. Ouviu chiques e famosas elegendo-o *the best of Rio*. E entre tantas, ai, não reconheceu Isadora Ribeiro debaixo do secador – periri. Até que Waldice encasquetou com Curitiba.

Cá entre nós, a cidade não desceu bem a Sandoval. A gota derradeira de laquê caiu quando uma cliente quis saber se ele, o eleito das emergentes da Barra, tinha feito ‘cursinho’ para cortar cabelos. Restou-lhe lambar as feridas. Depois comprou o caderno e a caneta – iam ver só.

Mas não fazia a mínima sobre como começar a escrever. Sopraram-lhe que livro a gente principia inventando um nome e uma data. Pois o cabra se chamaria Juca e sua história principiaria em 1950. Quando o manuscrito somava 50 páginas, mostrou-o à professora de Literatura Ana Lúcia Gianello. Desconheço de que lado Ana Lúcia está no

ringue da “exclusão linguística”, debate que mobiliza Becharas e Faracos. O que sei é que ela disse abracadabras: “Crie, o resto é passível de correção.”

Pois Sandoval voltou à escola, concluiu o livro e – nova provação – entregou-o em confiança a um catedrático. “E se for uma merda?”, fuzilou o mestre. Sandoval se viu reduzido a um leitor das Júlias e Sabrinas deixadas pelas clientes. Mas tinha gostado de *Meu pé...* E devorara *Madame Bovary*, de Flaubert, uma obra prima. Merecia ser escritor.

Um sinal veio a galope. Quatro meses depois, o catedrático lhe entregou os originais. Disse quase nada. “Mude o título. Isso não é nome que se dê a um grande romance...” E se mandou. Como Sandoval não andava para desfeitas, tomou por um elogio. Deu ao texto o eloquente nome de *Magnitude* – perfeito para uma saga equestre pontuada por virgens desonradas e heróis sertanejos, bem à moda do autor, que cultivava botas de caubói e os modos de Goiás.

Ele é mesmo um puro sangue. Entre “Juca, 1950” e o desfecho passaram-se 8,5 anos. Sandoval, todo dentes, bateu na porta de 50 empresas atrás de patrocínio. Nada. Até que Jaime e Marly Minatti – do Salão Marly, onde trabalha –, acabaram com a agonia. Os exemplares escoam em meio à rotina de reflexos e depilações. Pelas contas de Tibúrcio, ao menos 40 de seus leitores nunca tinham lido um livro antes. Palmas.

Promete mais. Tem um novo romance a caminho. E dessa vez se passa num salão de beleza. “Todas as mulheres são um pouco Madame Bovary”, comenta, tsc, tsc, enquanto analisa os estragos deixados por uma tintura loira de quinta. Gustavo Flaubert no Salão Marly. Mundão bom. Brindemos com moët & chandon.

9. João Carlos S. Rodrigues, motorista [Gazeta do Povo, 13 de maio de 2011, p. 3]

A história de João

José Carlos Fernandes

Ele está internato no Hospital Evangélico há três anos. Não se mexe, mas fala pelos cotovelos e ditou um livro sobre os dias ruins

João Carlos Siqueira Rodrigues sempre foi doido por automóveis. Pelas suas contas, dos 21 aos 37 anos, a idade em que está, teve 17 “joinhas”. A primeira foi uma

Belina bebe, “trocada num Fusca”. Depois uma Willis 62, uma Maverick, um Chevette Hatch – dos seus preferidos. Aí veio o Escort, a Quantum, a Caravan, outra Caravan, outro Escort, outro Fusca. Por fim, um Fiat Uno, um Royales, outro Chevette, de novo um Escort. Verona. Opala. “Eu beijava o carro, depois a namorada” – brinca.

A conta termina em 2007, ano em que João cruzou com o destino lá pelas bandas da Avenida João Bettega. Tudo começou com uma dormência nas pernas e nas mãos. “Dor de coluna”, deduziu. Assim lhe parecia, até que veio a primeira queda, quando corria para pegar o ônibus, na Vila Nossa Senhora da Luz. “Peraí!” Arrastou-se até em casa, na Praça 6, chorou feito criança, tirou o Opala da garagem e dirigiu, grogue e dormente, rumo ao Centro, para pedir demissão. “Não seria justo com meu patrão.”

Os médicos diagnosticaram polirradiculoneuropatia, uma doença degenerativa crônica, e deram contas ao João sobre o que vinha pela frente. Foi rápido: em um ano não mexia um músculo sequer. Nem a cabeça, virada por caridade de outrem. Respira com aparelhos, sem os quais, blau. Mas por graça não perdeu a voz. Com ela, “dirigiu” um livro – *Caçador de lembranças*, que acaba de ser publicado. Aos fatos.

Acamado, imóvel e convertido em hóspede vitalício do Hospital Evangélico, João não viu escapatória senão falar e falar, no que sempre foi tão bom quanto em dirigir. O falastrão do quarto 646 virou xodó das enfermeiras e não tardou a ouvir que devia pôr no papel as aventuras que papagaiava. Escrever, ora, não podia mais, mas ditar, que tal? Foi o que fez.

A história de João não tem segredos. Piá do Pinheirinho, estudou no Colégio Estadual Loyola, abandonado na quinta série, depois de três reprovações. Antes de partir, teve seus minutos de fama. Foi numa aula de Português, ao redigir um conto de horror transformado em *best seller* instantâneo. Circulou por toda a sala, qual um bilhetezinho daqueles.

Entendeu que levava jeito para as letras. Mas era tarde. Conseguira um serviço, o que lhe daria dinheiro para comprar um carro. Como já lhes disse, mais do que um. Vez ou outra, sofria uma recaída e cometia um poema, punha um bilhete meloso na porta da geladeira, um desabafo no diário. E só. Tinha mais o que fazer – consertando ar-condicionado ou fazendo manobras em estacionamento. Não fosse a dormência, estaria lá.

Foi desse capítulo da vida – parado no meio – que saltou para o atual. Às vezes se entristece e não diz palavra. Passa. Em minutos está em forma, lendo sites de automóveis e de gastronomia ou aprendendo piadinhas para contar à turma do hospital.

Quando não, convoca sua cuidadora e *ghost writher* Sandra de Moraes. “Vamos escrever?”

Não tomem João por um mártir. É gente como a gente. Seu prato preferido “é o cheio”. Bom garfo, daria um reino por uma tina de doce de abóbora. Música, as do Frejat. Livros – os de bolso, na linha Texas, nunca lidos até o fim. Como é sempre um menino, mantém um *matchbox* em cima da TV. Impala preto – o 18.º da lista. Quando bota os olhos no possante, quem dera.

Dia desses, sonhou que pegava a estrada, a mão para fora da janela, uau. Acordado, sonha que vão colocá-lo num carro e... Deu certo com o Al Pacino, em *Perfume de Mulher*. Se acontecer, um obséquio: pede que lhe tragam de casa o cachorro Billy, para um abana rabo seguido de lambidas. Depois, irão os dois sem rumo, à boleia. Sabe cumé, João deu de sentir falta dessas coisas tão banais.

Crônicas do item 3.6.2.2 – Atores e intervenções urbanas

10. Cleverson Paes Pacheco, grafiteiro [Gazeta do Povo, 20 de junho de 2008, p. 3]

O Café é nosso

José Carlos Fernandes

Cleverson era ainda um garoto de calças curtas quando foi batizado pela segunda vez. A cerimônia aconteceu no Caic Bairro Novo, durante uma aula sobre as maravilhas do café brasileiro. Conta ele: “Como eu era o único pretinho da turma, ganhei de pronto o apelido.” Batata. Café é hoje um curitibano tipo exportação

Andar de ônibus é uma causa secreta para Cleverson Paes Pacheco, 24 anos, morador das “franjas” de Curitiba. Ele é daqueles que não tiram o olho da janelinha. Quando o Ligeirinho entra na Avenida Tijucas do Sul e cabriola em direção da Rua da Cidadania do Bairro Novo, os imensos grafites da região parecem saltar dos muros. Se tiver sol então, vira um cinemascope. O passageiro gosta do que vê. E mais ainda do que ouve. Diante da inesperada galeria de arte a céu aberto, sempre chega a suas orelhas algum comentário ardido como pimenta.

“Que coisa horrível”, esbravejou dia desses uma moçoila, soltando os cachorros contra tanta “pichação.” Nosso zero-zero-sete ficou mais miudinho do que já é – mas nada de mágoa.

“O que a gente quer é isso mesmo - mexer com a rotina”, sentencia o sereníssimo Cleverson, ou melhor, Café – grafiteiro cujo nome está para sua divisa, o Sítio Cercado, assim como o pintor Volpi esteve outrora para o Cambuci, em São Paulo.

Café é o cara. Nos últimos oito anos, saltou de aprendiz de copista para grafiteiro-mor das araucárias. Os eventos de hip-hop o disputam no tapa. E houve épocas em que mal tinha sossego na vila – a vizinhança batia palmas no portão e oferecia o muro branquinho para o filho de seu Nilson e dona Maria. O guri não nega fogo e fala bonito: “Grafite é efêmero. É uma maneira de não pensar só em si, de fazer junto. Pinto o muro e todo mundo vê. Depois some, apaga, é isso.”

Além de onipresente no Bairro Novo, o artista e sua *crew* – nome dado aos coletivos de grafiteiros – dão um duro danado com o aerosol. Batizado de Utopia Art Style, o grupo é formado por Chaos, Beck, Yes, Now, Only e Dstak – além dos decanos Hope e Café. Os manos já tingiram lugares como o Viaduto do Xaxim, dois vagões da ALL e a muralha do Colégio Medianeira, aliás, uma das poucas paisagens da antiga BR 116 que ainda dão gosto depois do sururu da Linha Verde.

Raramente rola algum trocado pelas grafitagens, como o pago dia desses pelo dono de um pet shop da Vila Fanny. É a estética da pindaíba. A trupe precisa se virar em quatro para investir no spray. Cada tubo custa quinzão. Café até bolou um plano B - abriu uma confecção, a Par Urban Concept, movida a muito sonho e pouco feijão. “Estou procurando um emprego”, rende-se o hoje estudante do Seminário Teológico Betânia, na Avenida Iguçu.

Exato. Seminário. Quem vê Café, um peso-mosca de 60 quilos, 1,73m, roupas de calçado e uma cabeleira *black power* tão rebelde que faria um desses trogloditas de shopping chamar a tropa de elite, mal imagina que o garoto pensa em ser pastor da Comunidade Fonte da Vida. “Tem essa pira de ser crente, né. Mas não sei direito. Só saquei que Deus tem um plano para mim.” A “pira” começou há coisa de dois anos, quando o rapaz trancou sua vaga na Belas Artes e se matriculou no curso de Teologia.

Ora-ora, vai ter de rezar e fazer arte. Ele sabe. Anda de olho nos grafiteiros paulistanos Otávio e Gustavo Paldolfo, “osgemeos” - descobertos pela Tate Modern, de Londres. E estuda mandar proposta para o Salão Paranaense. Mas antes disso, anda é doido para grafitar a Travessa da Lapa, de cabo a rabo.

Por favor, não impeçam.

Pedigree. A atriz Jacyra Sampaio, a Tia Anastácia da primeira versão de *O Sítio do Picapau Amarelo*, era tia de Nilson, o pai do Café. “Ela já esteve nessa casa tão humilde”, desmancha-se o homem, diante das fotos da atriz que é uma paixão nacional. Bom demais saber – por parte de Anastácia, somos todos primos do Café.

11. Elso Fagundes Correa, taxista [Gazeta do Povo, 9 de setembro de 2011, p. 3]

Uma corrida para o Rio Jordão

José Carlos Fernandes

O cinema consagrou taxistas – tem o Tibor Czerny de Don Ameche; o Travis Brickle e Roberto de Niro; todos os do Almodóvar. No Batel, um chofer digno de um filme cria um cineminha imaginário para seus passageiros

Tempos atrás, uma moça à beira de um ataque de nervos assombrou o ponto de táxi da Meia Pracinha do Batel. Não, não era a Loira Fantasma. A guria tinha uma entrevista dali poucos minutos e se dizia sem dinheiro para a corrida. Céus, acudam. “S’imbora”, ouviu de um chofer miúdo – Elso Fagundes Correa, 50 anos. Semanas depois, “milagre”, a passageira esbaforida reapareceu – com o crachá do novo emprego, gozando da alegria dos registrados em carteira. Quitou os atrasados e deu gorjeta àquele que tomou por um enviado divino.

Elso não se vê um taxista em pele de anjo, mas acredita que em seus 25 anos de boleia tem livrado muita gente de perrengues. É o que lhe mantém a postos, inclusive. Gostaria de ser presbítero da Assembléia de Deus em tempo integral. Mas sempre que entra um novo passageiro para sua galeria de aflitos, pimba, fica a suspeita de que o Altíssimo lhe pede mais uma temporada no taxímetro. “Para onde vamos?”

O ritual se repete: de bico fechado feito um trapista, Elso fica à espera de um sinal enviado do banco de trás. Precisa se mortificar, afinal é um falante incorrigível, capaz das sinapses mais mirabolantes. Num minuto, conta da mãe, Maria, que acaba de fazer 105 anos; do shopping do Salomão Soifer; de João 3, 16 – seu versículo predileto –; da senhora gentil do 499; e informa pelo menos três vezes que não tem troco para R\$ 50.

Foi assim – calado – que atendeu certa vez uma cliente sorumbática, blindada por imensos óculos escuros. Até que uma lágrima escorrida serviu de brecha. Elso pediu licença e a presenteou com uma parábola da águia que foi parar num galinheiro – uma espécie de libelo sobre o que foi reservado para cada um de nós.

“Toquei a alma dela”, garante, avisando que já redigiu 70 dessas pequenas sagas vividas a bordo de seu laranjão. Sonha vê-las reunidas num livro, para o qual já tem um nome: *Reflexões de experiências vividas dentro de um táxi*. Confesso que achei o título

meio emplumado, mas o autor tem lá suas razões. “Sei de taxista que inventa coisas. Eu não”, avisa, lá pelas tantas de nossa conversa atropelada.

Sim, atropelada. Os táxis funcionam como “centrais de atendimento ao público desgovernado”. Não há sossego. “Onde fica a tabacaria?”, gritou uma da janela de um Fox. “Como faço para chegar na Cohab?”, queriam saber duas pedestres, que receberam as dicas e seguiram confiantes, para o lado errado.

Elso diz que responder é mole. Pior mesmo são os dramas a ruas expostos. O mais comum? Gente pensando atrás de vaga em hospitais. Naquele dia mesmo, vira uma cena digna do *Profissão Repórter*: diante de mulher com filho em febres, e com atendimento negado, pessoal da sala de espera fez uma vaquinha para pagar um táxi à pobre. “Não me falem mal de curitibano. É reservado, mas gente boa”, proclama fazendo eco na Rive Gauche e na Rive Droite da Pracinha do Batel.

Sugiro que não tomem Elso apenas por um missionário dado a fábulas. É também um arauto da cultura. No seu carro há uma pasta com reproduções de fotos antigas da capital. O efeito é bárbaro. O passageiro olha uma avenida pela janela e pode conferir no álbum como era o lugar em tempos idos. Está lá a Rua Aquidaban tomada de Buicks e Mercurys saídos de algum filme de gângster. Hoje, é uma sem graça Emiliano Pernetá.

Se com seu cinematógrafo caseiro o taxista nos conduz à Curitiba da era paralelepípeda, pelas palavras nos leva às margens do Rio Jordão. Enquanto falávamos, cheguei a imaginar Jesus atravessando a Carneiro Lobo. Tive saudades da pracinha. E fiquei no maior dilema sobre ser ou não ser uma galinha. Cocoricó, eis a questão.

12. Hélio Leites, *performer* [Gazeta do Povo, 15 de agosto de 2008, p. 3]

A menor galeria do mundo

José Carlos Fernandes

O MON tem 16,7 mil metros quadrados de área para exposição. Todos os outros espaços da cidade, juntos, somam pouco mais de 12 mil metros quadrados. A Lilituc – do tamanho de um aquário de quitinete – era uma gota neste oceano, mas por uma década fez parar quem passava pelo TUC

Curitiba não tem apenas a menor avenida do mundo – a Luiz Xavier -, tem também o menor espaço de arte do circuito internacional. Ou pelo menos tinha, até sua sede – a Galeria Júlio Moreira, atrás da catedral – entrar em decadência e, mais recentemente, em reforma. Parecia o fim anunciado da Lilituc, nome com que seu idealizador, o performer Hélio Leites, batizou os quatro pequenos aquários em que ele e sua trupe – Kátia Horn, Efigênia Rolim e Lauro Ramos, entre outros – expunham miniaturas feitas de sucata.

Lilituc é uma junção de TUC – Teatro Universitário de Curitiba -, instalado na Júlio Moreira, com Lilith, mito mesopotâmico cuja fama maior vem do folclore hebraico: a bela teria sido a primeira companheira de Adão no Jardim do Éden. Tinha parte com a serpente e há quem diga que era a própria. O casamento, óbvio, foi um inferno, fazendo de Adão não só o primeiro homem, mas o primeiro homem a ter uma ex-mulher. Leites, adepto de um humor sem escracho, não perdoou o trocadilho e cravou o título Lilituc na minúscula galeria. Foi muito, muito bom enquanto durou.

Essa história começa com ninguém menos do que Helena Kolody. É improvável que a poeta andasse às voltas com esse tal de rock-and-roll – especialidade do TUC – mas foi ela quem soprou que aquela “gruta” atrás de Igreja era perfeita para uma sala de exposições. A sala virou uma caixinha de vidro, parecida com aquelas em que a gente coloca as chaves quando entra no banco, mas que remédio. Em pouco tempo, a velha Júlio Moreira – a mesma que abrigou, em 1977, o último show da banda A Chave – recebia em seus domínios uma mostra de presépios que cabiam na palma da mão. Um mimo.

O local viveu grandes momentos, a exemplo de uma coletiva de Dia das Mães. Todas as peças foram feitas com latas de fermento Royal – que dispensa apresentações – e o evento contou com a participação especialíssima do designer Guto Lacaz. A propósito, não é difícil para Leites atrair gente bamba para seus domínios. O cabra já esteve no Jô Soares mais de uma vez, ganhou salões de arte, rodou pelo mundo, era idolatrado por Paulo Leminski, que o chamava de “o pregador de botões”, numa alusão à esquisitice que fez do artista uma celebridade, o Museu do Botão.

A lista de referências não tem fim e, é provável, que Leites concorra com o Templo das Musas, na Vila Izabel, na categoria “a Curitiba que o mundo inteiro conhece, menos Curitiba.” Se alguém estiver com problema de amnésia cultural, é só procurar pelo Hélio na Feirinha de Artesanato, onde ele bate cartão sempre aos domingos. Ou de segunda a sexta-feira na Escola de Música e Belas Artes (Embap), na Emiliano Pernetá,

da qual se tornou aluno tardio ano passado. Até onde se sabe, a Belas perdeu a sisudez desde a vinda do novo inquilino.

A recepção foi calorosa. A professora Lígia Beatriz Nocera, fã confessa, o recebeu com aplausos já na fila de inscrição. A gravadora Ana González lembrou que ele já chegava na escola com “a cadernetinha cheia de notas.” Festa. Obviamente, não tem mofo que resista. O performer já criou o jornal *Malasartes*, trocadilho infame com Belas Artes, mas que nas mãos de Hélio, como de praxe, tem seu encanto. E levou a alunada para a rua, precisamente para o pátio do Museu de Arte Contemporânea (MAC), vizinho da faculdade. Bem ali, numa pequena área com grades, na Westphalen, já ocorreram três heróicas vernissage ao sabor do vento que faz a curva. O projeto se chama “Canteiro de Obras” e já virou edital. Paciência.

Hélio não sossega. “Está ouvindo este barulho? [silêncio] É que os paradigmas estão caindo”, debocha, anunciando que o linguajar acadêmico que se cuide. Melhor não desdenhar: ele entende de guerrilhas estéticas como poucos. Foi de sua tropa de elite que surgiu a idéia do Kinderção – Associação dos Colecionadores de Kinder Ovo, uma fundação lítero-lúdico-artísticas sem precedentes. Some-se a Escola de Samba Unidos do Botão – cuja alegorias são carrinhos desses que guri brinca. E a Igreja da Salvação pela Graça – a igreja engraçada. É também de Leis e cia. que vem mais nova campanha que abala o Vaticano: a canonização de Helena Kolody, “nossa santinha municipal” como diz o mestre, coberto de razão.

Aos navegantes. A Fundação Cultural de Curitiba garante que a Lilituc será reinaugurada, provavelmente em setembro, “na parede em frente.” O espaço ficou ainda menor. “São agora três dedos de arte”, contabiliza Hélio, certo de que na profundidade vai caber pelo menos um Kinder Ovo – não por menos, tema da primeira exposição de 2008. Os 16,7 mil metros quadrados de exposição do MON que se cuidem. Curitiba de novo começa no porão da catedral. Só falta a Banco do Melo reabrir. Pudera.

13. Regina Vogue, atriz de teatro [Gazeta do Povo, 15 de julho de 2011, p. 3]

A Mariazinha que domou o touro

José Carlos Fernandes

Há 50 anos ela saiu de casa disposta a ser livre. Teve de render feras. E comer polenta fria debaixo da lona do circo

Sabe aquela história da guria que fugiu com o circo? Pois não é lenda. A sulista Regina Vogue, 66, tinha 16 anos quando arrumou a trouxa e ganhou a estrada no encalço de malabaristas, acrobatas e palhaços. Se lhe perguntam por que da sangria, responde pronto – “eu queria ser livre, só isso.”

O desejo de cair no mundo lhe veio de tanto folhear revistas *O Cruzeiro* e de escutar o Repórter Esso, em companhia do avô. Seria perfeito, não fosse Mariazinha, como a chamavam, um personagem de Monteiro Lobato. Tomava chá de sumiço e se entregava, sem hora, às matinês da Rádio Farroupilha, em Porto Alegre. De nada lhe valia levar sovas e tabefes. “Fui a maluca dos anos dourados”, resume.

Outra diversão era se deliciar em roda das tias alcoviteiras, ouvindo-as falar de moças desonradas e decaídas, nessa ordem, com as quais nenhum homem aceitaria se casar. “Uma judiaria”, concordavam. Exceto a pequena, admiradora confessa das mal faladas. Ainda seria uma delas.

A oportunidade lhe veio no dia em que baixaram as lonas de um circo que passava pelas margens do Guaíba. Lá se foi a pequena em companhia dos “peludos”, como se refere, pândega, aos homenzarrões com muque para montar picadeiros, com os quais passou a dividir a carroceria dos caminhões.

As lembranças de Regina e o circo são o que há. Ela cuspiu fogo, ficou pendurada pelos cabelos, fez chanchadas e virou a bela na mira do atirador de facas. Mas foi domando touros – isso mesmo – que deixou de ser, digamos, mais uma desmiolada caída de amores pelo contorcionista. Tinha 19 anos e pouco mais de 40 quilos quando se agarrou à cacunda de um touro bravo, recebendo uma sonora salva de palmas. Era o que procurava.

“Eu o peguei na unha”, orgulha-se, pose de diva, sobre o episódio que definiu seu destino. Se Regina fujona até então não sabia o que era medo, depois da toureada toda a companhia passou a ter certeza de sua bravura. Ganhou respeito – e não ficou mal falada, como previam as tias.

A vida mambembe só teve parada no início da década de 1980. Com dois filhos na barra da saia, entendeu que precisava, enfim, uma caixa dos Correios. Escolheu Curitiba – onde, logo percebeu, tão fácil não faria amigos nem ganharia aplausos. A cidade lhe foi tão árida que Regina chegou a ler mão – feito cigana – na Praça

Tiradentes, para ganhar uns trocos. Um de seus primeiros empregos nos palcos não foi numa peça do Oracy Gamba ou do Ademar Guerra, mas como faxineira no Teatro José Maria Santos. A turma dos pinheirais ficou pé atrás com a forasteira que tinha a brejeirice de uma Dercy Gonçalves, mas queria ser Fernanda Montenegro. Ela só conseguiu estreiar mesmo quando seu filho Maurício – no elenco de uma montagem para crianças – ofereceu a mãe para substituir uma atriz que tinha faltado.

Aos poucos, Regina – em parceria com Isidoro Diniz – se tornou sinônimo de espetáculo infantojuvenil. A crítica até podia não se sentar à primeira fileira para prestigiá-la, mas não raro artistas de naipe – atrás de um bico para pagar as contas – encarnavam personagem dos contos de fadas na trupe da senhora Vogue.

A fama de mulher bondosa, aliás, correu pelas canaletas. Além de não deixar colegas de classe em apuros, socorre vizinhos desamparados e, aonde vai, é seguida por cachorros que lhe abanam o rabo: só Deus e o pet da esquina sabem quanto de ração ela distribui por aí. Outra de suas facetas é a “polenta da Regina”, servida a amigos, um agrado gastronômico de fazer inveja ao X-Montanha. “A do circo era seca. Essa tem queijo. É redentora”, esbalda-se.

Em tempo. Os parentes de Regina a reconheceram como artista apenas em 1989, quando ela desembarcou em Porto Alegre, ao lado de Paulo Autran, no elenco de *A vida de Galileu*. Em Curitiba, sentiu-se em casa, pra valer, só nos idos de 2004, ano em que o empresário Miguel Krigsner, seu espectador anônimo, batizou o teatro do Shopping Estação com o nome da atriz. Foi o grande dia da Mariazinha que fugiu com o circo, aquela.

14. Grupo musical Velhos Guris [Gazeta do Povo, 30 de setembro de 2011, p. 3]

Eles não querem choro nem vela

José Carlos Fernandes

O Recanto do Tarumã existe há 90 anos e abriga 105 idosos. Em 2003, durante testes musicais para formar uma bandinha de vanerão, Claudimara Zanchetta encontrou ali a fina-flor da boemia e do samba

Temos para hoje seis personagens. Melhor, sete. Anote: um era boêmio e namorado. O outro virou andarilho. Tem aquele que trabalhou em firma e não deu

sorte. O que ganhou um divórcio e três pontes de safena. O que da vida nada se lembra. O que já bateu as pernas.

Até pouco tempo, essas almas circulavam maltrapilhas pelas ruas da amargura. Somavam mais de 60 anos, sem família e sem tostão. O abrigo Recanto Tarumã lhes parecia a última parada antes do acerto de contas com Nosso Senhor. Mas eis que Claudimara Zanchetta lhes apareceu, mexendo com as articulações e, arrisca, com os planos divinos.

Claudimara é musicoterapeuta e gaúcha, o que fez toda a diferença. Criada nos vanerões, foi atender no asilo repleta de segundas intenções. Queria formar uma banda regional da terceira idade, somando ao suor de seu rosto a nobre missão de propagar a legítima arte dos pampas.

Seria por certo um conjuntinho simpático, tocando o melhor de Teixeira em fagueiras tardes dançantes. Não fosse lhe aparecer pela frente o pandeirista Jorge Xavier de Barros, rebatizado entre os coroas de Jorge Saci, numa alusão a sua energia à prova de reumatismo.

Pois Saci jurou à “professora de música” que tinha tocado para Carmen Miranda antes dela embarcar para os States, nos idos de 1939. Com esse currículo, mereceria ser o decano da banda. Claudimara nem se deu ao trabalho de fazer as contas – era impossível que um instrumentista da brasileira mais famosa do século tivesse vindo parar num abrigo mantido a duras penas. Mas logo viu que aquele não era o único talento a encerrar carreira no Tarumã.

A cada teste com moradores, mais “mãs e bás” soltava. Até um baterista de zona encontrou. Ao mostrar o que sabiam, seus candidatos pareciam sob o efeito Cocoon e se tornavam uns “velhos guris”, expressão que acabou dando nome ao grupo. “E ela é uma velha guria”, cutuca um, referindo-se à musicoterapeuta de 36 anos.

O clima é esse mesmo – politicamente incorreto. Que não se espere uma roda de chorões devotada a discursos edificantes sobre artroses. Os Velhos Guris são envelhecidos em carvalho, galantes e cara de pau, o que comprova o repertório cafajeste, pontuado pelo melhor da dor de cotovelo de Lupicínio Rodrigues e outros bambas. Não raro, em saraus ocasionais nos abrigos femininos da região, Cláudia tem de controlar o ânimo das senhorinhas remoçadas diante daqueles ilustres em chapéu coco, calça branca e sapato de malandro. E ainda cantam. Elas gamam.

“Eu faria tudo de novo”, avisa o *crooner* Odamir Bartholomeu, Tuca do Pandeiro para os íntimos, 79 anos, voz curtida no rum. Com esse nome, varou noites e

machucou corações desde a mocidade, bem a gosto. Há quase uma década, ao chegar ao Recanto, disse que só entraria para os Velhos Guris se o repertório fosse de samba. Venceu a oposição no cansaço, driblando Ivo Domingos Mendes, 62, adepto do sertanejo.

Em seus tempos de andarilho, Ivo imitava Tião Carreiro em troca de algumas doses. Cantou adoidado. Pelas suas contas, foi cinco vezes a pé até Aparecida do Norte e uma até o Rio Grande do Sul, acumulando milhagens de executivo. Carregou até cruz. Voz acre e bom de prosa, é o Rolando Boldrin aos Velhos Guris. “Quando o cabelo crescia, o povo do bar pedia para eu cantar até Raul. Tudo bem, ué...”

Pois é – além de Odamir no vocal e Ivo no tamborim, Velhos Guris traz Urias Cordeiro, 64, no violão; José da Costa, 72, no ganzá; Flávio Nunes, idade desconhecida, no bongô. São sambistas discretos. Quanto ao Saci, o da Carmen Miranda, “deu baixa” em 2008, como se referem aos embarcados para o além. E dá-lhe música: “Quando eu morrer, não quero choro nem vela...”

15. Carmem do Rocio Costa, presidente de ONG [Gazeta do Povo, 2 de dezembro de 2011, p. 3]

Uma mulher da rua

José Carlos Fernandes

Aos 18 anos, Carmem “caiu na vida”. Um dia, experimentou a humilhação da fome e do frio e viu de perto as agruras da vida fácil. Foi o que bastou para que criasse o Grupo Liberdade, OBG que faz das tripas coração para prevenir a AIDS em prostitutas

Em menina, na década de 70, a moradora do Capão Raso Carmem do Rocio Costa se via cantarolando feito doida as canções de Márcio Greyck – autor de arranca peitos como “Amar não é pecado”. Pois Greyck mudou a vida da guria... Ela se tornou uma romântica inconsolável, uma heroína dos folhetins de Gloria Magadan, uma avoadada da porta do colégio.

Aos 18 anos, apaixonada da primeira à última acne, desafiou as oposições de sua mãe a um romance. Não ficou só na ameaça: orientada por uma amiga já iniciada, entregou-se “ao primeiro que apareceu”. Depois soltou a bomba: “Pronto mãe. Agora sou uma prostituta”. Na houve na vizinhança quem não soubesse. Era “a perdida”.

Mas como que por encanto, não se disse palavra – Carmem podia ir à venda e ao Colégio Francisco de Azevedo Macedo, onde estudava. Diante dela, nenhum pio. Saía para seu *trottoir* diário com a naturalidade de quem ia à Pracinha do Novo Mundo comprar jujubas.

Ouvindo-a contar – sem pudores – vê-se que sua história dava um livro, o que ela já está se ocupando de escrever. Teve amores bandidos, um casamento dos infernos, dois filhos, aos quais se dedicou com as prendas das “mulheres honestas”. Nada que lhe redimisse: tempos depois, experimentou a garoa fria da capital e a lua na sarjeta. Márcio Greyck, que bobagem. “Eu não tinha onde dormir”, conta, sobre o capítulo que começou ali. A dizer.

Carmem se define como “enxerida” – curte a vida dos outros como se fosse um tobogã. Mas as prostitutas que trabalhavam nas imediações da Riachuelo nunca levaram a mal. Foi para ela que apontaram quando o professor e ativista Toni Reis – do Grupo Dignidade – deu de passar por aquelas ruas de paralelepípedos alertando sobre a aids e o uso de preservativos. Pois que se visse com a Carmem – o que ela dissesse seria lei.

Em pouco tempo nascia o Grupo Liberdade, ONG devotada às prostitutas, tendo Toni Reis como padrinho. Era 1994. As meninas se mostraram do barulho, como nos Bataclãs do Jorge Amado. Uma de suas passeatas é antológica: foram todas de máscara ao Centro Cívico, com exceção de uma – desde os tempos do Capão Raso ela era assim. E são mulheres de igreja, creiam: todas as terças-feiras deixam suas praças para participar de um culto no templo Abba, ali no Centro, em companhia de toda sorte de gente que anda pelas beiras.

Não lembro o autor da frase, mas recorro ter ouvido que Carmem e seu exército de Brancaleone – mulheres pobres do baixo meretrício – fizeram mais pela prevenção do HIV do que muitos órgãos de saúde. Não duvidem.

As pessoas adoram especular junto a elas histórias passadas em hoteizinhos merrecas da Tobias de Macedo. Mas a ativista – qual um pesquisador do IBGE – é boa de estatísticas, o que a torna uma referência no setor. “Somos uma categoria de prestadoras de serviços”, avisa, ao debulhar os dados levantados em mais de um estudo de campo da ONG.

Pelas contas, seriam 30 mil prostitutas atuando em Curitiba – 5 mil filiadas ao Liberdade –, distribuídas em 3.980 pontos, onde estão sujeitas a marmanjos que propõem pagar para transar sem preservativo. É onde entra o Liberdade. De salto alto e

bolsinha em riste, as agentes se ocupam de inibir essa barganha em abordagens noite adentro.

Dá resultado. Em 2010, pesquisa feita em dez capitais mostrou que apenas 4 das 250 prostitutas curitibanas testadas tinham se contaminado pelo HIV. O fato foi comemorado no pequeno espaço da ONG, na Rua São Francisco, como se fosse Dia de Santa Madalena. É o *point*. Ali, passam pelo menos 30 prostitutas/dia para comer um pastelzinho e chorar pitangas com Carmem – há quem lhe peça um advogado. E quem file R\$ 0,50 para completar o ônibus.

Um dos princípios da organização é não botar regra para ninguém. Tem quem goste do que faz. Tem quem queira “sair da vida”. Aconteceu com Carmem. Quando tinha 36 anos, ela entrou no curso de Enfermagem na PUCPR, formou-se e hoje é parceira do Ministério da Saúde. Bom papo – me conta que “uma das meninas se formou em Direito dia desses – vê só?” Depois, solta um palavrão aqui e ali. Gargalhamos. Me senti em casa.

Crônicas do bloco 3.6.2.3 – Experiências de leitura na cidade

16. Panificadora Pote de Mel [Gazeta do Povo, 26 de junho de 2009, p. 3]

Dois pães e um livro, por favor

José Carlos Fernandes

O blogueiro Alessandro Martins acredita que os livros devem estar nos lugares onde as pessoas circulam. Foi o que fez: levou-os para a padaria onde toma café da manhã todos os dias. Sua ideia encontrou eco em Sandra e em Roseli. A experiência está relatada no livroseafins.com

Coleciono histórias de gente que promove o livro e a leitura em espaços inesperados. Oba. São tantos e tantas que já se trata de um movimento planetário, digno de figurar num daqueles programas da Unesco, implantados na África Subsaariana, fotografados pelo Sebastião Salgado e visitados pelo príncipe de Gales – na falta da Diana e da Audrey Hepburn, é o que se pode arrumar.

Tem livro no lombo de jegue, livro em capelinha de Nossa Senhora, livro em peixaria de beira de praia, no açougue, em favela tomada pelo Comando Vermelho,

em boteco de cachaceiro, em cortiços de dar dó. Até a ONG Ação da Cidadania, que promovia a campanha da fome do Betinho, já se rendeu aos encantos da literatura e hoje, em vez de pratadas de arroz com inhame, distribui Machados e Clarices.

Tenho cá para mim que cada iniciativa dessas esconde histórias tão boas quanto a dos livros que propagam. Contá-las é uma tentação. São simples e boas como bolinhos de chuva. Impossível esquecer o carroceiro de São Paulo que catou obras no lixo e formou uma biblioteca na ocupação onde mora, o Edifício Prestes Maia. Atente: os filhos do homem foram batizados com nomes de personagens imortais. Em vez de Sidclayton ou Waldevânia, Ulisses e Penélope. Sorry, burguesia.

Dia desses, visitei a Panificadora Pote de Mel, candidata a figurar nas páginas amarelas da literatura. Fica na Rua Conselheiro Araújo com a Dr. Faivre, uma esquina onde tudo pode acontecer – inclusive uma biblioteca funcionar em cima de um freezer pifado e embaixo dos cartazes que informam o preço do x-peru e do bife a cavalo.

A Pote parece aquelas lanchonetes de Registro, em tempos idos. Só falta um ônibus azul da Cometa estacionado na frente. Passam por ali cerca de mil pessoas por semana – são parentes de pacientes do Hospital de Clínicas, universitários e professores da Fesp e da UFPR, moradoras da Casa da Estudante e fregueses da Linda Loterias, da Só Rosas e da Pastelaria Ponto Azul, todas vizinhas. Não estranhe tropeçar numa mala de viagem, na petizada se empanturrando de cheetos ou num pesquisador rabiscando uma tese acadêmica. A Pote é um hino à diversidade – gastronômica e intelectual.

Em meio a essa freguesia digna dos mercados de pulgas apareceu o jornalista Alessandro Martins, freguês do café sem pompa servido ali. Há um ano, com a morte do pai, herdou um lote de livros e decidiu tornar a propriedade privada um bem público. Em conversa com Sandra Lazzaris – herdeira como ele, só que da panificadora – teve a ideia de acomodar os títulos na geladeira velha e deixá-los seguir o rumo, de graça, sem cobranças. A única lei que rege a estante é: “Um livro fechado está adormecido. Se um livro acorda, uma pessoa acorda.”

Tem sido um despertar só desde a última primavera. O freguês se achega enquanto espera o queijo-quente com pingado, escolhe a obra e, se der na telha, anota o que vai levar num capa-dura. Há quem faça trocas, quem doe do bom e do melhor, quem suma do mapa, quem crie teorias servidas com manteiga, como a que

diz: “É bom que os livros venham do mesmo lugar onde é feito o pão.” De que me lembro, nem Iser nem Jauss, nem Eco nem Picard disseram algo tão apetitoso.

Pelas contas de Sandra, tem uma centena de livros na Pote e nada menos do que 200 voando por aí. Muitos não voltarão para o capô do freezer. Sem dramas. A filosofia que rege ao estante é mesma da órbita do universo: tem de circular – inclusive nos dez passos que separam o balcão e a cozinha, onde há 15 anos trabalha a chapeira Roseli Dunayski. Ela hoje se vê leitora, como não acontecia desde os tempos em que estudava no Colégio Estadual Sebastião Saporski, usava meias três-quartos e devorava José de Alencar.

De avental branco e redinha na cabeça, avisa que adora mistério, que lê toda noite, que agora entende melhor as pessoas, etcetera e tal. Caso você vá à Pote, peça por obséquio – “prosear um cadinho com a Roseli”. Sabe o que é, ela anda lendo uma coleção da *Seleções Reader’s Digest* e fala com tanto apetite do assunto que bailam seus olhos azuis. Dá uma fome que nossa.

17. Alberto Melo Viana, fotógrafo [Gazeta do Povo, 8 de janeiro de 2010, p. 3

Conceição e a chave do banheiro

José Carlos Fernandes

Alberto Melo Viana – um dos decanos do fotojornalismo paranaense – montou uma biblioteca minúscula numa câmara de lixo desativada de seu prédio

Sei não, mas acho que um dia alguém ainda vai escrever a História das Bibliotecas Improváveis. Os índices culturais no Brasil, sabe-se, não são de empinar o topete. Os espaços públicos destinados a livros, contudo, não param de se multiplicar, comprovando que podemos não figurar entre os melhores fregueses da Feira de Frankfurt, mas somos intrépidos criadores de endereços para leitura.

Coleciono tudo o que sai na imprensa a respeito e posso assegurar que daria até para bolar um *city tour* pelas bibliotecas nascidas da imaginação tupi, a exemplo do que realiza o canadense Jeremy Mercer, maluco beleza que não só visita, como pernoita em livrarias do mundo inteiro. Toda gente quer conhecer os buracos em que ele estende seu colchonete – pudera.

O roteiro lítero-brazuca não fica atrás: é de fazer gringo babar. Passa pela barraca do Léo do Peixe, em Pirapora, Minas, abrigo de oito mil títulos. Pelo açougue do Luiz Amorim, em Brasília, de onde se leva um quilo de patinho e romances embrulhados em papel jornal. Pela garagem de Sidnei Rosa, em São Francisco Xavier, na Serra da Mantiqueira. Antes de o moço botar o carro para fora e os livros para dentro, o acervo municipal ficava atrás das grades, trancafiado numa cela de cadeia.

Sugiro que se inclua no pacote a biblioteca criada, em setembro do ano passado, pelo fotógrafo Alberto Melo Viana, 58, ali em riba, na Rua Machado de Assis, 47, Juvevê. Assim como suas parentas próximas, essa “bibliolouca” também nasceu de canelas para o ar.

Viana descobriu que a mesma chave que trancava o seu banheiro – prática ainda em voga nas plagas curitibanas – abria aquela salinha que os prédios antigos tinham para que se atirasse o lixo rumo ao SS, onde o porteiro se encarregava do serviço sujo. A prática caiu em desuso, mas os reservados de um metro quadrado ficaram lá, aturando os refugos do condomínio.

Pois foi Viana virar a chave e deu no que deu: o local que serviu um dia de cadafalso para fraldas com caca e cascas de mamão papaia tinha quinquilharias até a boca, entre elas uma caixa de livros pedindo um espanador e um leitor, *s'yl vous-plâit*. Bastou para que o enxerido tivesse a ideia de fazer dali uma biblioteca anárquica, nos moldes da que o jornalista Alessandro Martins montou na Panificadora Pote de Mel, perto do HC. Não precisa anotar o que levou, devolver, pagar multa. E dá certo.

A “nanobiblioteca” Machado de Assis, nome dado numa justa homenagem ao patrono da rua, deve ser uma das menores zonas livrescas do planeta. Guarda uma centena de livros, consumiu, hum, 220 mangos e tirou do anonimato o cantinho mais desprezível do prédio. Não só.

De uns anos para cá, o idealizador do projeto anda às voltas com o passado e também encontrou por lá um quartinho abarrotado de livros empoeirados. A dizer. A família Viana – oriunda de Vitória da Conquista, na Bahia – era dona da Artes Gráficas Conceição, uma daquelas jóias do sertão que parecem existir só nos filmes do Lírio Ferreira e Paulo Caldas. No final da década de 60, com a morte de pai, os Melo Viana se mandaram para o Paraná e reinstalam as prensas na Avenida João Gualberto, onde, que pena, pouca gente percebeu sua graça.

O negócio ruiu e Alberto, em vez de gráfico se tornou fotógrafo. Mas eis que de uns tempos para cá o demônio da tipografia deu de atentá-lo. Seu apê tem pilhas e

pilhas de livros, comprados para uma pesquisa de mestrado, recém-concluída. Entre um Roland Barthes e outro, produz o jornal virtual *Fotomail*. Um primor.

Cá entre nós, acho que a Gráfica Conceição fechou não. Fica hoje ao pé da Biblioteca Machado de Assis, aquela que era uma salinha do lixo. Põe o endereço no *tour* – somos mesmo muito bons nesse troço de abrir porta.

18. Transporte coletivo [Gazeta do Povo, 28 de maio de 2010, p. 3]

Manual de leitura no ônibus

José Carlos Fernandes

“Tenho lido a média de dois livros por mês com 40/50 minutos diários de leitura na linha Boqueirão-Carlos Gomes. Nunca tive enjoos ou náuseas. Leitura é um santo remédio...”
[Carlos Eduardo Guariente, 39 anos, gestor de marketing, na Carta do Leitor da Gazeta do Povo]

Tenho cá para mim que brasileiro não gosta muito de ler em público. Abrir um livro ou jornal no meio de estranhos, credo, equivale a arrancar a roupa na frente da catedral. É coisa do tarado da vila. Eu mesmo já fui repreendido pelo despudor de ter debulhado um romance no meio da rua: acusaram-me de pouco-caso, de ter panca. Fiquei com dó de mim.

Mas discordo. Se víssemos mais leitores “se despindo” na XV nós os imitaríamos. Leitura da coceira em quem vê. O mesmo vale para ciclistas, consumidores de cenouras orgânicas e pedestres, para citar três figurinhas urbanas cujas virtudes mereciam o céu.

A suspeita de que a leitura é vista como hábito doméstico se confirmou na magnífica pesquisa feita em 2008 pelo Instituto Pró-Livro. A maioria dos entrevistados disse que lê no recesso do lar. Suspeito que tal ponto de vista nasça de uma confusão entre o que é ler e o que é fazer lição de casa. Ou entre ler e passar os olhos numa revista antes de apagar o abajur e babar na fronha. “Perigo, perigo”: ler é um ato libidinoso. Se não rolou, procure um oculista.

Lembro-me do que fazia o crítico Wilson Martins, morto em janeiro deste ano: ele lia depois do almoço, sentado num divã, com o cobertor sobre as pernas. Ou seja, lia como quem ia deitar a pestana depois da feijoada. Se a cabeça não despencasse, afirmava, tinha o primeiro indício de que o texto era bom. Os autores de soníferos

odiavam esse método e se vingavam pintando-o como o monstro do Lago Ness. Mas essa é outra história.

O fato é que nos falta infraestrutura básica para desfrutar do direito de ler: horas vazias, poltrona do Emirates Airlines, a família de férias no Nepal, o cachorro na tosa e o telefone cortado. Resta-nos ler no ônibus. *Ops!*

Dia desses me disseram para não fazer isso, sob risco de “descolar a retina e ficar mais cego que Ray Charles”. Desconfiei do diagnóstico, mas como não sei cantar, tenho fechado as vistas nos solavancos. E sigo em minha imoralidade. Virou uma obsessão. Sonho escrever um “manual de leitura no coletivo”. Quero fazer dele um best-seller do naipe de *Quem mexeu no meu queijo?* Terei seguidores no *double decker bus* de Londres e nas jardineiras de Assunção.

Parto do que vejo a bordo do “Água Verde-Juvevê”, onde os passageiros quase não emitem sons. Já tomei condução em tantas cidades e nunca vi nada parecido. O busão, portanto, responde às supostas circunstâncias ideais para a leitura: é mais silencioso que o mosteiro trapista de Campo do Tenente.

Seria perfeito, não fosse estarmos obrigados a quase sempre viajar em pé, sujeitos ao sacolejo involuntário das [nossas] cadeiras. *Arriba*. Manter um livro aberto nessas condições dançantes, só por pirraça. Mas se não fosse por ela, Appa Sherpa não teria subido o Everest 20 vezes. Sobreviver às viagens Glória, Redentor e Do Carmo, idem, não é fichinha, mas dá-se um jeito.

Aconselho usufruir de uma das regras da cadeia: crie seu próprio quadradinho no coletivo. A tática tem selo de qualidade Carandiru. O povo respeita. Explico. Aquelas barras de metal que vão do piso ao teto da condução são o amparo do leitor aflito. Abrace-as como se fossem a cintura de sua garota, firme as pernas e se incline 20 graus, formando seu pequeno território. Depois segure o livro com as duas mãos e mande ver. Delícia.

Em tempo. Uma vez sentado, o pior lugar para ler são os bancos do fundo, onde atrito das rodas conspira contra a ficção: é sempre um choque de realidade. Mesmo assim, mantenha a classe. Nada desperta mais curiosidade do que um leitor a bordo. Somos feitos de feições de surpresa e risos de canto de boca. Queira Deus que nossa retina não descole. E que nem tudo seja passageiro.

P.S. Mande dicas para o manual. Divido a autoria com você.

As razões de Leonardo

José Carlos Fernandes

Ele desenha histórias em quadrinhos para vender nos shoppings e lojas do Centro. Anda preocupado com o governo Dilma. E estuda novos ramos de negócio. Alguma ideia?

Não esqueço a primeira vez em que vi Leonardo Arruda, o Léo. Foi há sete anos. Fiapo de gente, entrou pianinho na **Gazeta do Povo**, sob as asas do diretor de redação à época – Arnaldo Alves da Cruz. Passou de mesa em mesa, vendendo adesivos a preços de ocasião. Não nos restou saída senão sacar uns tostões em troca de figurinhas que bem ficariam nas agendas dos colegiais, nunca em nossas folhas de pauta.

Dizíamos “Arnaldo, o Estatuto da Criança e do Adolescente não permite...” Em vão – o jornalista, para quem o conheceu, era homem de causas secretas e nervos expostos. Puxara conversa com Léo num café-lotérica da Lourenço Pinto, aqui ao lado. Dou um braço que decidi apresentá-lo aos repórteres com a intenção de nos atizar. “Como é que nenhum de vocês tinha reparado num meninote em roda do balcão?” Arre.

Pouco tempo depois, o Arnaldo se foi para o andar de cima, deixando inacabada sua cruzada. Já Léo, trocou os adesivos por chaveiros e balas de goma. Há três anos, entrou para o ramo dos quadrinhos, desenhados de próprio punho e vendidos a R\$ 1. Vendeu-os ao editor Ricardo Medeiros, que trouxe os HQs para a redação. Com os sulfites A4 vieram o Leonardo – dessa vez para uma entrevista.

O guri espichou pouco desde a última vez. É um “peso-pena”. Aos 15 anos, tem 1,54 metro e 40 quilos. Os óculos de catedrático, a meia cabeleira longa e a fala de vendedor de seguros fazem dele uma espécie de Mickey Rooney, o garoto-prodígio. Lá pelas tantas de nossa prosa contou estar lendo *Os miseráveis*, de Victor Hugo. Anda às voltas com os pobres Cosette, Fantine, Marius e o ex-detente Jean Valjean. E não só na ficção.

Aos fatos – Léo e sua mãe, Leocádia, figuram entre os 33 mil moradores do Centro. O que é para nós lugar de passagem, para eles é quintal da casa. O guri almoça no R\$ 1 da Rua Carlos Cavalcanti, faz tarefas escolares na Biblioteca Pública e é capaz

de listar os dez lanches mais baratos entre a Silva e a Stellfeld. “McDonalds? Tá doido – isso é comida de milionário”, corrigiu-me.

A venda de quadrinhos faz parte da estratégia do Léo para se vestir, ter créditos no celular vez em quando e, com sorte, trocar de tênis. Por isso, não lhe aborreçam perguntando de sonhos, ó, esse fetiche burguês. “A vida é bem meia-boca, né”, resume o tico, com o tédio de um velho existencialista tragado pela fumaça de uma cave parisiense.

Mas vá lá – admite que gostaria de ter um computador e não mais tilintar trocadinhos nas lan-houses. Seu senso de empreendedor deixa boquiaberto. Léo faz os quadrinhos em capítulos, garantindo a expectativa do público. “Volto amanhã”, diz. Vende em shoppings para não ser confundido com desocupados. O visual Harry Potter lhe garante trânsito livre nas muralhas do consumo, ufa. Para ser bem-sucedido, ensina, aborda rapazes com a namorada: eles sempre compram para impressioná-las. Casais com filhos, idem – são amolecidos. Um coração de manteiga lhe pagou “cenzão” por um lote de desenhos. Foi no Itália.

Não raro, nosso marqueteiro faz séries sob encomenda, como as desenhadas para atendentes de uma concessionária, consumidas diante da inteligência e da franja Ronnie Von cultivada por Léo. Chega a ser melancólico – ele não se vê artista, mas como um pragmático contabilista. “Preciso mudar de ramo. O público se cansou da família Bolota, assim como dos Panacas. Me sugeriram escrever histórias religiosas. Sei não.”

Nem me benzo. “Os Panacas”? Quero é saber dessas criaturas tiradas de circulação. Me conta: um panaca tem a língua presa, o outro é palhaço, do último mal se lembra. Para explicar como agiam, sem saber recorre à “jornada do herói”, de Joseph Campbell. “Meus personagens levam uma vida comum – até que algo extraordinário lhes acontece...”. Bom – Léo é adolescente. O extraordinário pode ser uma invasão de zumbis, a compra de um carro último tipo, mas também dilemas de ordem financeira, sua especialidade.

Só que enjoou da brincadeira. Enquanto não decide o próximo negócio, nosso Léo devora *Os miseráveis*. E segue disputando airosas partidas de dama e trilha com a mãe.

Sempre ganha, aliás.

P.S. Encontrei Leonardo dia desses. A mãe lhe “tirou” o micro. Economizará nas lans. E acha que vai virar designer de jogos.

Crônicas do item 3.6.2.4 – Experiências de leitura na escola

20. Escola Municipal Vila Zanon. [Gazeta do Povo, 27 de junho de 2008, p. 3]

O milagre da Vila Zanon

José Carlos Fernandes

Tem uma escola do Tatuquara que vem transformando em poeira os baixos índices de leitura no Brasil. Ali, os livros estão à mão. Na deixa, adulto lê junto com criança. A depender desse povo, vai cair por terra o dado mais melancólico da pesquisa do Pró-Livro, recém-publicada: 86% dos leitores brazucas nunca ganharam um livro de presente na infância. Outros 55% nunca viram os pais lendo em casa

A turma da Escola Municipal Vila Zanon, no Tatuquara, gosta de zoar com as zeladoras Selma e Sônia. Com esses nomes, bem poderiam formar um dupla sertaneja, tipo Chicotinho & Salto Alto. Mas que nada. Para surpresa geral da nação, formam é uma dupla de leitoras. E com elas não há quem possa. Senta que lá vem a história.

O reencontro de Selma, 39, e Sônia, 45, com os livros se deu há dois anos, quando os diretores Antônio Carvalho e Rosana de Almeida implantaram no “Vila Zanon” o programa “Tempo de Ler”. A idéia é digna de figurar nos anais da ONU. De tão simples e barata, pode ser aplicada até nos paupérrimos Haiti e Somália. É o “soro caseiro” das letras. Funciona assim: toda quarta-feira, durante 20 minutos pára tudo no colégio. É o tempo que a petizada, professores, funcionários e até os fardados da guarda municipal têm para se coçar e encontrar uma história para ler – quando não um contador de histórias para ouvir.

Não é preciso se esfolar: os prosadores se multiplicam pelos quadro cantos do prédio. São das mais diversas idades, timbres de voz e até fantasias – há algumas, à disposição, em cabides pelo pátio. Também não carece invadir biblioteca atrás de livros, até porque biblioteca não tem ali. Uma centena de obras infanto-juvenis fica exposta em estantes de parede, modestas que só, protegidas com barbantes. Não tem cadeado – nem medo de saque ou de orelhas. Basta escolher. É o que Selma e Sônia fazem nos seus minutos de direito. Deu no que deu. Ficaram craques. O Brasil perdeu duas supostas cantoras e ganhou duas zeladoras de livros de fato.

A “leiturada” começa sem muito fricote. A falante Rosana invade o recreio e solta um sonoro “Pam-pam-parambam”, no que é respondida por um “PAM-PAM” tão forte que tem quem ouça na curva da Estrada do Tatuquara, a duas quadras dali. Depois é sebo nas canelas, cada qual atrás de sua trupe. Na turminha da professora Vanete, a gurizada escolhe a obra que

quer num baú enfeitado com tule, no melhor do estilo conto de fadas. E na sala ao lado tem leitor de calça curta esparramado num velho tapete persa, todo ouvidos – tipo Mil e uma noites.

Enquanto isso, na área coberta, o aluno Phablo Garratine, de 10 anos, reproduz de cor e salteado um conto de Henriqueta Lisboa. Nem bobo, nem nada, aproveita para fazer carreira em literatura. É autor do ainda inédito “O menino que mudou de jeito”, cujos excertos reproduz, diante de pelo menos 20 olhinhos esbugalhados. “Quando crescer, eu quero escrever livros. [suspiro] Livros que tenham emoção, né?”

Phablo está no rumo. Treina a técnica do remendo, recomendada pelos doutos e sábios. Primeiro conta do seu jeito o que leu nos livros, depois inventa um pedaço e termina com algum caso que lhe chegou em confidências. Infalível.

Foi o que fez um outro garoto da redondeza, Anderson Bordignon, filho de Sônia, amiga da Selma. O garoto começou a escrever aos 13 anos. Aos 17, sacou as economias e publicou *Esse é meu país*, uma prosa poética que fala do Brasil visto dali – da Zanon. É bem merecido. A vila tinha tudo para dar errado. Fica numa ribanceira de dar medo e nasceu de um loteamento clandestino – um dos 83 da capital. Ao se darem conta do enrosco, as 330 famílias fizeram um pedido encarecido à prefeitura – uma escola. Ganharam em 2004. É de madeira, parece um hospital de campanha e milagrosamente virou a praça, o fórum e a biblioteca da vila.

Dias atrás, quase houve foguetório no descampado. A performance da escolinha da Zanon melhorou 34% no Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Pam-param-PAMPAM. Bendito Anderson: “Esse é o meu país.”

21. Angelo Matiero, guarda municipal [Gazeta do Povo, 11 de novembro de 2011, p. 3]

O guarda se chama Angelo Matiero

José Carlos Fernandes

“O vento varre pelo chão as folhas secas do outono / Giram as folhas do livro sobre a mesa / e rola o lápis que escapa da mão / A menina respira as folhas do livro / suspira olhando as folhas das árvores / e sonha um dia seus sonhos nas mãos.” [Angelo Matiero]

Os efeitos colaterais das rasteiras da vida podem ser, não nessa ordem, o Sproc, uma íngua na virilha, a sovinice ou uma romaria desesperada para Aparecida do Norte.

No caso do curitibano Angelo Matiero, os dias ruins fizeram dele um poeta. Um poeta que nem suspeitava ser. Vinha das “exatas”. Cursara Telecomunicações no Cefet, Informática na PUC e ganhava seu pão – pão com frutas cristalizadas, diga-se – dissecando números: era um bem pago analistas de sistemas. Rima, só se fosse de software com hardware.

Até que se viu, com a bobeira de quem bate o nariz num poste, sem emprego, sem dinheiro e de farda, assumindo seu posto numa longínqua chácara de recuperação de dependentes químicos. Aos 35 anos e recém-casado, o analista virara guarda municipal. No lugar de tabelas, malucos beleza cantando no bosque: “Oh! Oh! Oh! Seu moço do disco voador, me leve com você, pra onde você for, mas não me deixe aqui, enquanto eu sei que tem tanta estrela por aí...”

Matiero, deprê, quase se juntou ao coro para cantar Raul. Mas, sabe-se lá, preferiu aproveitar a brisa e escrever uns versos regados a sonho de valsa. Foi sua estreia literária, mas a turma o saudou como se estivesse lançando uma antologia completa. Tanto que começaram a pedir o poema emprestado para oferecer, como se fosse deles, às esposas e namoradas – uma falcatrua em prol da família.

Não se sabe dos efeitos da overdose lírica sobre aquelas mulheres. Mas no que diz respeito ao autor, não poderia ser melhor. Por causa da poesia, Matiero retomou uma história deixada às traças. Gostara antes das letras do que das contas de vezes. Mal saíra das fraldas e já sabia ler “Omo”, “Doriana” e “Elefante” – o da marca de tomate.

Além do mais, tivera bons exemplos: o pai, Benedito Monteiro, era homem de imprensa e escritor em segredo. E o filho bem que tentara sair-se aos seus. Aos 16 anos, depois ter lido *Noite na Taverna*, de Álvares de Azevedo, deu de imitar o romântico em tísica. Mas, como lhe diziam, jovem pobre do Pilarzinho tinha de arrumar era emprego, e não sarna para se coçar. A arte ficou para depois, como se sabe, para o dia em que arrumou o emprego que não queria.

Aos fatos – fardado, o arquitímido Matiero começou a ser parado na rua para informes ligeiros – de “roubaram a roupa do varal” e “onde fica a Rua Zibniew Stransky”. Passou a conhecer gentes e notou que não falavam com ele, mas com uma abstração trajando farda. Bingo – podia observá-las e entendê-las, como cabe a um escritor. A nomeação para ser guarda de escola só melhorou seu ponto de vista. Além das condições propícias para ler de Nietzsche a Rilke, de Vinícius a Leminski nas barbas do expediente, podia finalmente retomar o gosto que lhe foi tirado nos verdes anos.

“O guardinha tá estudando?”, lhe perguntou dia desses uma das alunas da Escola Municipal Nimpha Peplow, na Vista Alegre, onde trabalha. Não deixa de ser. Matiero soma 150 textos. E manda bem, o danado, mesmo quando escreve em meio à gritaria do recreio. Ao contrário dos autores aprendizes, demora a dar um verso ou um conto por acabado. Aplica a cada linha os rigores da caserna, mas sem deixar de ser lúdico – influência das crianças com as quais lida das 7h30 às 18 horas.

“Escrever é uma maneira de mostrar quem é o cara vestido de guarda”, me avisa. Sua voz é talhada para as ondas do rádio. Vê-lo lendo para os pequenos no pátio do Nimpha parece mentira, tão bonito é. Nem tive coragem de perguntar se alguma vez ele precisou usar o cacetete. Qual o quê. Não é todo dia que um guarda nos fala sobre o poder da imaginação, indica o melhor caminho para o Centro e ainda deixa a certeza de que nunca vamos esquecer qual é mesmo o seu nome.

22. Fabiana Bianchini, professora do EJA [Gazeta do Povo, 7 de novembro de 2008, p. 3]

Os guerreiros da Vila São Jorge

José Carlos Fernandes

Há sete anos, a Fabiana, de Jundiaí, dá aulas em Curitiba. Sua opção é pela escola pública. De num ano para cá. Leciona na Educação de Jovens e Adultos – programa que agrega 150 mil estudantes no Paraná, 20,5 mil em Curitiba. Sua máxima: “Muitos morreram para que a gente pudesse ter acesso ao ensino gratuito. E ao voto.”

A geógrafa Fabiana Bianchini, 38 anos, é do tipo que não faz tudo sempre igual. Pode até se levantar às seis horas da manhã – como diz a canção do Chico –, mas o resto do dia faz dublê da cigarra e da formiga juntas. De braço dado com sua “confraria dos inconformados”, professores da escola pública como ela, tem fôlego para levar alunos a um museu, bolar um concurso de grafite e ainda garimpar patrocínio para um estudante bamba em luta greco-romana. *Day by Day*.

Dia desses, caiu na mão da mestra uma cartilha política, dessas que ensina o abecê sobre vereadores, prefeitos, corrupção e o “escambau”, temas que de tão surrados tendem a provocar três bocejos breves de uma espreguiçada longa. Mas não na pequenina Fabiana. No lugar de sepultar o livreto na gaveta, passou a mão no telefone, “cantou” 20 exemplares junto à CNBB e bolou um plano: carregou o lote para o programa de Educação de Jovens e Adultos,

a EJA, do Colégio Estadual Marechal Cândido Rondon, na Vila São Jorge – área encravada entre a Fazendinha e o Portão, em Curitiba.

Diante dessa pequena história, impossível não lembrar do grande Paulo Freire, para quem um mísero tijolo bastava para explicar o mundo. Que se esfalem os que se ocupam em botar o educador para escanteio, mas não há imagem que mais nos orgulhe do que a do velho Freire em roda dos alunos, dando asas à pedagogia do oprimido. Eis que com Fabiana e os seus tudo aconteceu como dantes.

O milagre se deu numa das salas do cinquentenário Rondon. A turma da Fabi – um pequeno exército de homens e mulheres que abandonaram a escola, alguns para mais de dez anos – fez um exercício que mudaria suas vidas: comparou os princípios da cartilha com lembranças pouco honrosas da política tupi. Alguns episódios são de deixar mais encabulado que criança pobre em casa de madrinha rica.

É o caso dos trans-roça, ligando a zona rural à zona eleitoral feito um tapete mágico. Os alunos lembram. E dos salvadores da pátria, praticando sem pudores seu dom de iludir. Os alunos sabem. O dragão de São Jorge pôs fogo pelas ventas. Depois de tanta conversa, teve quem mandasse para os quintos o nome e o número do candidato em que votava feito compadre. E quem decidisse fazer as pazes com a urna – resgatando o título que jazia na caixa dos guardados.

Ao *petit comité* só faltou mesmo o manifesto lido em praça pública e a passeata na João Bettega, ali perto. Foi tão bom, que a eleição já passou, mas os efeitos colaterais do estudo da cartilha permanecem. Esta semana, a classe formada por pedreiros, mecânicos, diaristas e domésticas estava de olho em mais uma eleição – as americanas.

Marisa Cosmo, 31 anos, uma década longe da escola, é McCain até debaixo d'água, pois esse sim disse o que faria pela América Latina. “E ele tem uma queda pelo Brasil”, defende. O operário de automotiva José Marcos Peres, 35, 18 de exílio da sala de aula, esconjura: compraria até um carro dos democratas.

Avesso à política, o baiano tomou prumo depois das aulas. Não se avexa. “Não morro de amores pelo assunto, mas é importante, né”. Andou até assistindo a uns documentários na tevê e está afiado que só sobre o presidente negro dos gringos. “Sou Obama”, proclama ao decalcar um mapa do Brasil em papel carbono – como nos velhos tempos do grupo escolar. Esse vai ter saudade da professorinha.

Cá entre nós, nove fora, o mundo ficou melhor esta semana. Tanto nas bandas da América quanto nas cercanias do Cândido Rondon. Foi de lá, na saideira, que ouvi alguém falando em alto e bom som. “Eu também aprendi muito com a cartilha, ouviu”. Era Maria Alves de Moraes, 50 anos, mandando recados de dentro da sala de aula. Sua voz fez um baita eco no corredor. Cai a tarde. Valei-nos São Jorge.

23. Marinês Veiga, professora de Artes [Gazeta do Povo, 20 de fevereiro de 2009, p. 3]

Na Affonso Camargo tem uma curva

José Carlos Fernandes

Duas escolas e um centro de artes viraram vitrine para gangues do Cajuru. Os professores reagiram. Eles não dão conta de proteger as fachadas da ação dos pichadores mais insanos, mas da porta para dentro a palavra de ordem é outra

Raciocine. “Poty Lazzarotto nasceu no Cajuru. Logo, existe uma salvação para os 1001 pichadores que operam naquelas bandas, certo? Foi mais ou menos essa a lógica usada pela professora de Artes Marinês Veiga diante de um daqueles problemas que a tiravam do sério – a grafiteagem selvagem nas paredes do Colégio Estadual República Oriental do Uruguai. A escola é um patrimônio da região – mas seus muros são terra de ninguém. Avante! Poty no lugar dos sprays e das tags.

Aos fatos. O República do Uruguai tem seis décadas de serviços prestados à educação. Salta aos olhos o arco algo romântico na fachada, dando ao prédio um astral de filme de época. Parece que a qualquer momento vai aparecer um bando de colegiais trajando saia plissada, meias três-quartos e cantando “Dominique, nique, nique...”

Não é bem assim, claro. Mas o colégio guarda encantos que o tempo não apaga. A começar pelo nome com o qual foi batizado, provavelmente um gesto tresloucado para adular alguma autoridade de Montevideu que passou por Curitiba. Até hoje, os alunos ostentam no uniforme uma tremulante bandeirinha do Brasil e outra do Uruguai, o que leva os desavisados a imaginar ser ali uma espécie de zona franca entre nações vizinhas.

Quem dera. À revelia de seu ítem nostálgico, a escola está na mira dos rebeldes. Encare um tour ao velho Cajuru de guerra “e verás”. Siga pela Avenida Maurício Fruet e faça o primeiro contorno na altura do Terminal do Capão da Imbuia. Entre na Avenida Affonso Camargo e siga toda vida. Vá devagar. Quando vir o trecho em que parece ter chovido um toró de litros de tinta caídos do céu, é ali. Sinta-se bem-vindo, se puder.

A tal curva é um dos mais impressionantes conjuntos arquitetônicos da capital dedicados ao ensino. Além do República do Uruguai, o quarteirão abriga o Colégio Estadual Maria Aguiar Teixeira e o Centro de Artes Plásticas Guido Viaro. Circulam diariamente no pedaço nada menos do que 3,5 mil estudantes, formando um daqueles cenários que fariam estufar o peito do ultranacionalista Afonso Celso, autor de Porque me ufano do meu país.

Em vez de prestar atenção na estudantina, que remédio, os olhos se fixam é na pichação em escala industrial. Tem de tudo: dos ternos “Carol, te amo”, passando pelos safos “os bad boys, há, há”, culminando nos populistas “Capão para todos nós”. Além das duas escolas alvejadas sem piedade, há um muro de 325 passos, bem na frente, convertido num documento arqueológico, uma Gruta de Lascaux. Ali, gangues rivais demarcam território, uma sobre as outras, cravando as letras de seu abecê. Seria até bonito se não fosse tão sádico. A estima dos alunos desce aos infernos. A curva da Affonso dá pena.

Tanto os professores do Uruguai quanto os do Maria Aguiar consideraram em seus colóquios que as tags – nome dado à caligrafia de cada gangue – são uma linguagem dos jovens, quanto mais os do Cajuru, sujeitos à rotina sensabor das periferias. A moçada picha, logo existe. Mas dar passe-livre para as tintas equivaleria a fazer da salas de aula uma extensão da guerrilha urbana.

Muita calma nessa hora. No Maria Aguiar – um edifício com frontão de azulejos amarelo-psicodélicos – os diretores Vera Zanotto e Alexandre Torrilhas chamaram o pessoal da ONG Iddhea para fazer oficinas de grafite com a gurizada. Impagável. Do lado de fora ainda reina o pandemônio: nenhum azulejo foi poupado dos jatos pretos. Já do lado de dentro, portas e paredes viraram telas gigantes para aprendizes de grafiteiros.

No República do Uruguai – bem, o milagre é da Marinês. Para conter a fúria das gangues, a professora mostrou à turma as paisagens de menino desenhadas por Poty, nas quais aparece se equilibrando na linha do trem. Mais Cajuru, impossível. Deu certo. Aos poucos, as paredes disputadas em noites de arruaça viraram painéis para reprodução livre de algumas obras de Lazzarotto.

“Onde tem grafite eles não picham. Um mistério”, diz a diretora Karime Farhat. Hoje tem até uma bicicleta desenhada no pátio. É lúdica e revolucionária, um xodó. Acho que Guy Debord, guru dos pichadores de outrora, aplaudiria. As bikes e os trilhos de Poty lembram aquele bordão que varreu o mundo em 1968: “A imaginação no poder”.

Que bons ventos façam a curva do Cajuru.

24. Elival do Couto Souza, professor em unidade de ressocialização [Gazeta do Povo, 18 de dezembro de 2009, p. 3]

O cordel do Elival de Jaguaquara

José Carlos Fernandes

Professor Eli ensina literatura num centro de triagem para adolescentes em conflito com a lei. E fez com eles um livro de cordel

Quarta-feira passada fui a um evento daqueles. Aconteceu no Capão da Imbuia, Rua Pastor Manoel Vergílio de Souza, 1.310, onde funciona o Centro de Socioeducação Curitiba (Cense). Para quem não manja do assunto, o local é uma unidade de triagem para adolescentes envolvidos com drogas e violência. Não é um PlayCenter. Mas tem montanha-russa.

Uma das glórias da vida de repórter é conseguir entrevistar um menino em conflito com a lei. A gente mal acredita no que escuta e sai da tarefa, assim, com ganas de virar o mundo de canelas para o ar, como nos tempos em que usava uma camiseta com estampa do Che Guevara. Mas garantir uma conversa dessas é missão para Caco Barcellos.

Com base numa leitura espartana do Estatuto da Criança e do Adolescente, e por culpa das pisadas na bola dadas pela imprensa sanguinolenta, promotores, juízes e educadores tendem a bater a grade na cara da imprensa, impedindo chegar perto. É de se benzer três vezes.

Dessa vez, contudo, não aproveitei a porta da unidade aberta para saber da “guerra dos meninos” ou coisa que valha. Fui até lá para conhecer Elival do Couto Souza, 48 anos, baiano de Jaguaquara, professor que fez da literatura o assunto da hora para os 110 garotos e garotas que transitam pelo centro.

O Eli, como o chamam, é um daqueles caras de quem nos tornamos amigos no primeiro aperto de mão. Dele sei quase nada. Mas o bastante para arriscar que um dos segredos do cabra é a rapidez com que enreda o povo na sua fala regada a cacau. O homem é um misto de Castro Alves, Patativa do Assaré e sobrevivente de Canudos. O resto é rima pobre. Às falas.

Quando um adolescente comete ato infracional grave – categoria que pode incluir de roubo de bicicleta a latrocínio –, ganha passaporte para o centro de triagem. Ali, ninguém esquenta cama: a estadia não pode ultrapassar 45 dias. Cumprido o tempo, o hóspede vai para

outro educandário ou é encaminhado a um programa de semiliberdade, cuja definição dispensa explicações.

Este ano, cerca de 4,8 mil garotos e garotas passaram por esse processo no Paraná. É de lei. Mas eu arriscaria dizer que mesmo apreendidos e cuidados, os internos não dão confiança fácil a ninguém. Quanto mais em 45 dias. Pudera: eles provaram a dor do abandono antes mesmo de terem barba na cara. Quem chega perto é testado até o carço.

Pelo visto a regra não vale para o Eli. Em poucos dias, o viajante de Jaguaquara não só dribla os ressabiados como lhes dispara o coração. Lembra o imigrante polonês da belíssima peça Novas diretrizes em tempo de paz, de Bosco Brasil. Detido na alfândega, em plena era Vargas, tem poucos minutos para fazer um autoritário fiscal da alfândega chorar. Se não conseguir, será deportado. Ele consegue.

A arma do professor para assoprar feridas em um mês e meio é a palavra. Em 2009, “soprou” literatura de cordel. Tinha para si que a arte dos repentistas animaria a turma a contar a própria história. Deu tão certo que o cordel virou um livro, Minha trajetória, lançado esta semana – o tal evento daqueles.

Foi solene. Os 110 do Cense Curitiba assistiram a tudo, de camiseta branca, banho tomado e cabeleira curta. Não fossem as tatuagens nos braços, diria que eram membros de um sínodo de coroinhas. Não são. São agora personagens da cultura popular, tanto quanto o Zé Baiano e Dona Mariquinha. Poesia tem dessas coisas.

Em tempo. Os 57 autores de Minha trajetória não estavam lá. Foram-se com os 45 dias e viraram uma sigla na última página: “WAS”, “WCF”, “GHLM”... Do grupo, restou apenas “A”. Pelas tantas, o menino levantou, tomou a palavra e lascou a fala que deveria figurar num outdoor de avenida: “A literatura me dá coragem”.

Finda a cerimônia. “A” segue em fila com os outros, a mão para trás, a camiseta sem dizeres, tristinha. Resta a mim lhe desejar dias felizes, quem quer que ele seja.

25. **Hermes Nichele, secundarista [Gazeta do Povo, 27 de novembro de 2009, p. 3]**

Estação Olimpo – Caximba

José Carlos Fernandes

O passatempo de Hermes – aluno preferido da professora Maria Pilato – é perambular pelos terminais de ônibus. De tanto cruzar roletas, criou asas

Hermes Eduardo Nichele calcula que tinha 3 anos de idade quando descobriu o transporte coletivo. Sua certidão de nascimento deveria ter sido lavrada ali, pois foi a bordo do ônibus que o menino recebeu um helmo alado, à moda do adivinhão Hermes, “o deus dos viajantes”, seu santo protetor. Depois daquele dia, *plunct-plact-zum*, nunca mais se pareceu aos outros guris.

O Olimpo de Hermes, o curitibano, fica um bocado longe, com sorte hora e meia de condução. Depois de vencer a Linha Verde, pega-se a Estrada Bruno de Almeida, no Tatuquara, e cruza-se o Campo de Santana, debaixo de pastos, conjuntos populares e torres da Copel. Uma verdadeira viagem ao Centro da Terra: até reserva indígena tem – a Kakané-Porã.

Quando se está a poucos metros do Rio Iguaçu, já a ponto de plantar uma plaquinha de “fim do mundo”, é ali que vive o rapaz. “Fica numa estradinha à direita, ao lado de uma plantação de feijão”, como explica ele aos visitantes. O casarão dos Nichele - erguido nos idos de 40, quando o avô de Hermes, Sílvio, voltou da Campanha da Itália – logo se impõe na paisagem de pinheiro e barro de olaria. Curitiba acaba ali.

Naquelas plagas, o *bambino* dos Nichele cresceu ouvindo histórias de Monte Castelo. “No Natal de 1944, meu *nonno* almoçava quando uma bomba caiu ao lado dele...”, repete, do rosário de causos de guerra que sabe de cor e salteado.

Graças ao pracinha Sílvio, Hermes se tornou o melhor aluno de História da redondeza. Mas foi graças à viagem de ônibus, ainda tão pequerrucho, que iniciou sua própria expedição, não pelos campos da Itália, mas pela cidade que, uma vez, por encanto, viu surgir da janela do busão entre os 20 quilômetros que separam o sítio da família e a Praça Tiradentes.

No início, resumiu-se ao faz-de-conta de ser motorista. A mãe Adelaide ouvia da cozinha a voz de taquara imitando a gravação: “Próxima parada: Vila Pompeia.” Aos 12, 13 anos, enfim, teve sua primeira vez. O pai Arlei lhe pôs uns trocados no bolso e lá se mandou, somente só, o garrotinho até o ponto do Caximba-Olaria. Da Viação Redentor para o mundo.

Hoje, aos 17 anos, contabiliza passeios pelos 75 bairros da capital, os quais descreve como se fosse a granja dos fundos. Os vizinhos já descobriram a mina. Quando “vêm para a cidade”, como se diz, recorrem ao sabichão para saber “como é que chega em tal lugar”. Sabe, né, passou da Avenida Churchill, dista.

Aconteceu que de tanto perambular de alegre pelos terminais – chegou a passar por 12 num único dia – Hermes se tornou um busólogo castiço. Numa pasta, guarda

mapas de todas as paragens, feitos à mão. Do guia das 8 mil ruas de Curitiba, encapado com plástico e tal, cuida como se fosse o *Livro da Vida*.

Dia desses, de tanto observar o sufoco dos passageiros enlatados, projetou o Terminal do Tatuquara, com seus devidos alimentadores. Mandou a proposta à Urbs, mas resposta não veio. Deixe estar. Depois de amanhã, Hermes vai prestar vestibular para Arquitetura e Urbanismo na UFPR – o quinto mais concorrido da estação, com 18,57 candidatos por vaga. Uma vez com canudo, há de botar asas nos projetos de sua meninice.

Anote aí: Ligeirões do eixo Norte – Sul; binário da Nicola Pelanda; pista tripla na BR. E nenhum metrô à vista. O garoto é contra. Argumenta feito um douto seus porquês. A gente ouve, basbaque – sentado na grande mesa de colônia, tendo ao fundo, pendurados na parede, os bonés de ir para a roça. Em cima do fogão a lenha, a Virgem de Aparecida. Ônibus, engraçado, quase não se vê por ali. Mas Hermes sabe deles como se fossem gente. Coisa dos deuses.

26. Key Imaguire Júnior, arquiteto [Gazeta do Povo, 26 de fevereiro de 2010, p. 3]

O homem que estava lá

José Carlos Fernandes

Key Imaguire Júnior, arquiteto, 63 anos, natural do bairro São Francisco, casado com Marialba e pai de Key San. Não dirige, anda a pé e vai se aposentar. Ele é a chave.

Daqui uns dias, um carimbo inclemente selará a aposentadoria do arquiteto Key Imaguire Júnior na Universidade Federal do Paraná, onde leciona desde 1974. *Catapof!* O ato administrativo já causa ranger de dentes ao som de “Não se vá”. Merecia trilha melhor, mas a saudade é brega mesmo. Tempo de chorar.

Key é o cara. Nove fora, cerca de 1,5 mil arquitetos de Curitiba e redondeza foram seus alunos. Os demais, sem dúvida, ou se formaram ouvindo falar dele ou estudaram com o japinha nos idos de 1966, quando passou no vestibular da universidade – de onde não mais saiu.

A onipresença do arquiteto, contudo, não é só numérica. É moral. Trata-se de um dos sujeitos mais legais de todas as araucárias. Só não lhe compramos o carro, na maior, porque ele não tem um. Aliás, causam-lhe urticária, assim como celular e outras

traquitanas. Nosso japonês não é *high-tech*. É um alternativo de fina-cepa, um hippie hipergraduado, um iluminado. Ainda bem que não fundou uma seita: segui-lo íamos.

Faz o tipo que anda a pé, o que explica saber de tudo sobre a cidade onde nasceu. Ah, leva os alunos consigo. Para surpresa geral, as atividades acadêmicas no sol e no sereno estão entre as que fizeram dele um professor amado, salve, salve.

É só o aquecimento. Além das aulas peripatéticas pelo Centro Velho, põe a turma num ônibus e se manda para Salvador, São Miguel das Missões e até para o improvável Vale do Amanhecer, no Planalto Central, pois os micos são o tempero da vida.

As excursões para estudar Arquitetura Brasileira, sua cadeira, são lendárias. Na volta para casa, as histórias viram fanzines nos quais o cronista divertido – sob o nome de Tio Cau – impera por sobre o mestre sisudo, um papel que não lhe cai bem. Tem sido assim nos últimos 35 anos.

Não à toa, seu gabinete na UFPR se tornou zona franca dos futuros bacharéis. Ali se pode gargalhar, chorar no ombro ou levar uma desancada por ter cedido à tentação do estilo neoclássico. O maldito tem feito do município um arremedo de Londres. Nem Key perdoa. Que dirá Deus.

Chego a me perguntar quantos Keys existem. O homem é uma Tóquio inteira. Um National Kid. Diz ele que sua história começou no dia de 1962 em que conheceu Brasília. Decidiu ali que seria arquiteto feito Niemeyer. Mas quis o destino que encontrasse pela frente o professor Cyro Correia Lyra, que o influenciou a trabalhar pelo patrimônio histórico.

Assim tem sido. Resgatou das trevas a Casa da Estrela, no Alto da Glória – a única moradia esperantista do mundo. Mapeou toda a Rua XV e ali descobriu um sobrado paranista. Listou as casas de madeira de CWB e lutou, em vão, para que fossem salvas da fúria imobiliária. É seu calo. Não pisem.

De uns tempos para cá, deu de cuidar as igrejas ucranianas. Fotografou, fez plantas, escreveu livro. Tem na mira agora os templos polacos. Os sobrados burgueses. E ainda pachorra para enfeitar o poste na frente de seu sobrado. Para subir em árvores. Para continuar chegando a pé. Para ler gibi.

Esta semana fui à casa do Key. Xeretei feito uma comadre. A biblioteca é tão grande que toma cinco quartos. Em fila, a coleção mede duas quadras. As paredes que sobraram são forradas de gravuras – uma delas autografada por ninguém menos do que

o quadrinista norte-americano Will Eisner. “A gente se correspondia”, diz, com a voz pequena e abafada, um dos sinais de sua discrição monástica.

Ele me leva até a porta. Piro. Fala dos tempos de paz e amor, do pôr-do-sol na janela, lembra do filho Key San jogando bola ali na frente. Está disposto que só. Deve mentir quando diz ter 63 anos. Que lorota boa. E dizer a verdade ao jurar que, aposentado, não vai dormir até as 10. Que quer continuar a escrever textos sobre os Beatles e sobre tudo. A bolar projetos malucos como o assobiódromo. A ser o homem que estava lá. Key é a chave. Como é que se diz? *Arigatô*.

Crônicas do item 3.6.2.5 – Ativistas e personalidades da leitura na cidade

27. Canuto de Almeida, poeta e ambulante [Gazeta do Povo, 18 de julho de 2008, p. 3]

Poesia presa no elástico

José Carlos Fernandes

Ele é o autor da “Oração do Trem” e ficou famoso na RFFSA: “Trem nosso de cada dia,/ quem viaja em ti confia./ Nas paradas e sinais,/ apite em curvas e partidas/ e nos evite de batidas,/ até chegar aos terminais. Assim seja.” Hoje, vive no Santa Quitéria e se diz “feirante da poesia.” É Canuto, o Grande

“Poesia não é bosta. É para quem gosta”, esbraveja o baixinho Canuto, no meio da multidão de até 20 mil pessoas que lotam, sempre aos domingos, a Feira de Artesanato do Largo da Ordem. A braveza tem sua razão. Canuto Calmon Martins de Almeida, 79 anos, não é só poeta – é “feirante dos versos”, como ele mesmo se define. Há mais de uma década, mantém franciscanamente, na base do xerox em papel A4 e distribuição debaixo do braço, o *Jornal Revista da Poesia* e o jornal *O Repórter*, que juntos lhe rendem milão por mês. Tudo na maior pitibiriba. Se algum excomungado diz “depois eu passo, depois eu compro”, batata, lhe dá nos nervos. Quer acender fogueiras. Clama aos céus. Por pouco não se joga no chão: “Poesia não é bosta...”

Mas fazer *forfait* não é regra. O cara é um favo de mel. O povo passa e Canuto oferece com voz de pluma os produtos de sua editora de fundo de quintal. Vira um Nizan Guanaes em praça pública. “Quem quer poesia? Moça bonita não paga, mas também não leva.” Uns acham graça, dizem sim, desembolsam cinco trocados, mas com uma condição - que Canuto declame. É do que ele gosta. Num estalar de dedos, o petit-pavé do Largo vira um palco iluminado.

Queixo erguido, solene, encarna o participante de uma tertúlia do século 19 e quase soletra: “As mágoas que eu suporto e a dos que me acompanham para mim são flores...”

Já lhe interromperam à queima-roupa para perguntar: “É Neruda, né?” Argh! “Não minha filha, é meu mesmo”, dispara, em meio aos versos que lhe brotam das vísceras. “Poeta bom é poeta morto”, suspira, na certeza de que um dia, com os pés já na cova, vai ser conhecido e vender livro feito pão quente. Por enquanto, “faz a feira de segunda a segunda”, distribuindo os 2,5 mil exemplares de seus de-vez-em-quandários. “Mal não faz” - safa-se o poeta, jornalista, ferroviário aposentado, pintor, andarilho. E monarquista militante.

Quem vê Canuto com sua pastinha de pré-vestibular, uma touca de lã sobre um boné de brinde, carregando papelada presa a elásticos, não diz: ele tem sangue nobre. É descendente de Miguel Calmon du Pin de Almeida, o visconde de Abrantes, conselheiro de d. Pedro I, a quem não dedica versos, dedica urros. Viva a casa de Orleans e Bragança! É preciso descê-lo do púlpito. “Convenhamos”, tergiversa o praticamente marquês, seria melhor para o Brasil”, já assuntando sobre outra de suas paixões – ele mesmo. “Sou muito querido. Podia ser candidato.”

Quando Canuto veio ao mundo, em 3 de setembro de 1930, a República Velha estava por um triz. Em pouco tempo, o pai, Isaac, arrumaria emprego na polícia de Vargas. E a mãe, Sméria, povoaria a imaginação do moleque com histórias do tempo em que era atriz de circo. Moravam em Madureira, numa casa freqüentada por Pixiguiinha. Canutinho – cujo nome foi inspirado no rei santo, Canuto, o Grande - que governou a Dinamarca, Noruega e Inglaterra, na virada do século 10 para o 11 – só podia mesmo ser das letras.

Gostava de fazer acrósticas, como a composta para Laura, a noiva rica. Tinha então 21 anos e o sentimento do mundo. Não ficaram. O século 20 corria nos trilhos. Canuto se tornou ferroviário, casou-se três vezes e teve 12 filhos. Seu verso mais famoso, “Oração do Trem”, circulou feito fumaça nos vagões da RFFSA. Já em vias de se aposentar, conheceu Eládia Maria, psicóloga do IML, e se mudou para Curitiba, onde virou o Canuto do *Jornal e Revista da Poesia*. “Vou para a Eládia na farmácia e aproveito para vender meus versos”. Canuto, o Grande, impera.

28. Liamir Hauer, bibliotecária, escritora [Gazeta do Povo, 2 de janeiro de 2009, p. 3]

Liamir vai virar manchete

José Carlos Fernandes

Nos anos 2000, ela abalou geral ao contar em livros histórias curiosas de alta-sociedade paranaense. Depois fez relatos de viagens. Agora, promete ser a porta-voz dos anônimos de Curitiba. É seu projeto de vida para 2009, aos 85 anos

Todos os meses, alguns jornalistas da **Gazeta do Povo** circulam por escolas de Curitiba e região metropolitana para conversar com os alunos. A maratona faz parte das atividades do projeto Ler e Pensar, do Instituto RPC. Na hora do bate-papo, invariavelmente um pimpolho de calças curtas levanta a mão e pergunta qual foi a matéria que mais gostamos de fazer.

Uau – quando acontece comigo, me enrosco todo. Espremo o Caco Barcellos que mora nas profundezas de cada repórter para ver se lembro de um dossiê, de uma denúncia. Putz! Puxo pela memória um tiroteio, uma rebelião no Educandário São Francisco, aquela tragédia – aquela.... E nada – Clark Kent não vira Superman. Que papelão, seu José.

Tudo o que me vem à mente é uma tarde gelada num café da Rua Carlos de Carvalho, em companhia de três damas adiantadas em anos. Foi em 2003. A matéria que resultou desse encontro não mereceria um Prêmio Esso. Mas não há como ignorar o prazer de ter entrevistado as escritoras veteranas Liamir Hauer, Margarita Wasserman e Vera Buck. Foi uma verdadeira melodia sentimental. Quando explico à molecada as razões do meu afeto, algo me diz que eles entendem. No final, há quem queira saber se as vovós ainda estão vivas. Se passam bem. “Por que não viraram manchete?”

Às falas. O escritor Jamil Snege – colunista da **Gazeta do Povo** – publicou de certa feita uma crônica sobre umas senhoras que o assediavam para que fizesse a orelha dos livros que deram de escrever, no outono de suas vidas. O texto foi um sucesso. Logo as três viraram “as meninas do Jamil”, para tristeza de Vera, que considerava o título “coisa de chacrete, um horror.”

Por pouco não cabulou o encontro que reuniu as “the supremes” para um dedo de prosa. Quando chegou, deu-se o milagre. Entre docinhos e golpes de café rimos às pampas com as biografias incomuns daquelas mulheres escaldadas pela vida, mas então livres, absolutas, donas do carnaval.

Por ironia, a reportagem saiu publicada no mesmo domingo em que Snege morreu, em decorrência de um câncer no pulmão. Imagino que acabou sendo lida como um testamento sobre o poder que as palavras têm de mudar o destino das pessoas. O Jamil havia incentivado suas amigas a não se contentarem com uma manta de chenile

em cima das pernas. Um pouco por conta dele, Liamir, Margarita e Vera preferiram a pena à agulha de tricô. Dá para esquecer? Necas.

Dia desses, recebi uma carta da Liamir. Exibi-a feito um troféu na Redação – um Pulitzer. São três páginas lindas e divertidas feito sua autora. Como acontece nos encontros com a piazzada dos colégios, recorri à gíria para traduzir a escritora a quem não a conhecia. “Ela é um barato.” Tenho cá para mim que a Liamir tinha de ser estatizada, como as hidrelétricas e os poços de petróleo, para que todos tivessem algum direito garantido a sua companhia.

O primeiro impacto é visual. No nosso café-com-bobagem de 2003 ela estava vestida para um show da Madonna – de calça fuseau. Tinha 80 anos e ainda era um broto. Mas quer saber: a roupa descolada virou detalhe. Bom mesmo foi ouvi-la rir de casamentos desfeitos, das pensões perdidas, das viagens micadas. Nem o fim da juventude nem a morte do filho Ernani lhe traziam rancor.

A carta que me escreveu repete esse número. Atente para esse parágrafo: “De um modo geral, o idoso está situado em um plano ocioso, sem qualquer serventia, o que não é o meu caso. Apesar de meus 85 anos bem-rodados, pneus carecas, queimando óleo 40, felizmente ainda não bato-pino.” Relata em seguida que vai à academia pela manhã e que faz ioga à tarde. Dirige seu próprio carro e é uma senhora quebra-galho para a família. Com meia dúzia de livros publicados, palestra nos vetustos círculos literários do estado e passa muito bem, obrigada.

Essas informações são seu “prefácio interessantíssimo”. O que ela queria mesmo contar é que está pronta para dar uma nova virada. Em 2009, vai escrever um livro – mesmo que seja o último – sobre os pobres e anônimos. “O importante é descobrir o que ninguém vê (ou finge que não, por conveniência), fazer surgir do anonimato, criar ibope de coisas humildes... É a promessa que faço a mim própria”, escreve a mulher que em livros como *O circo* e *O circo* pegou fogo teve de omitir os nomes dos ricos e famosos para não comprometê-los.

A decisão veio depois que a autora se aproximou de Izabel – a poeta de rua que datilografa versos embaixo de uma marquise, próximo à Reitoria da UFPR. Deve haver outras pessoas como a moça da máquina de escrever. Liamir – oriunda dos salões elegantes da alta-sociedade - não quer passar pela vida sem conhecê-las. Tem muito óleo 40 para queimar. A gurizada vai adorar saber mais essa.

O matemático que vende palavras

José Carlos Fernandes

Marcelo Simões divulga pelas ruas de Curitiba um dicionário em sete línguas – “o primeiro do mundo, o enigma da Torre de Babel”, como diz.” Para custear a obra, desfez-se até de sua casa e hoje mora na rua. “Sou um mendigo como os outros”, diz o sem-teto letrado, que defende a aritmetização do espírito e dedica a obra-magna que escreveu à rainha Beatrix I Van Nederland

“Eu estava num generoso parque de Amsterdã quando contemplei a centelha solar numa gota d’água. Nesse momento me veio a ideia de escrever um dicionário em sete línguas...” A frase, dita pelo curitibano Marcelo de Menezes Simões, 42 anos, certamente não entraria para o *Livro das Citações*, de Eduardo Giannetti. Já o que ele tem passado depois da tal visão da gota de orvalho – bem - faria Jack Palance, se vivo fosse, dizer: “Acredite se quiser.”

Marcelo se mandou do Brasil em 1998. Trabalhou como “empregado de mesa” em Portugal e açougueiro na Holanda. Em cinco anos de *cucaracha*, não se pôs a juntar euros e a tirar fotos de castelos: tornou-se um fino observador da nova invasão bárbara no Velho Mundo, feita por turcos, ucranianos, etcetera e tal. “Um estrangeiro que sabe dez palavras na língua local é rei. Há 10 milhões de pessoas passando aperto para conseguir serviço”, calcula.

Foi para essa multidão que decidiu escrever – sob o céu de Amsterdã - um dicionário em que 4.770 palavras aparecem em português, espanhol, italiano, francês, inglês, holandês e alemão, somando 52 mil itens. Como é matemático diplomado, criou um mecanismo aritmético para fazer o leitor encontrar palavras cujas letra inicial nem imagina qual seja. Exceto “banana”, praticamente igual em qualquer idioma, o resto é um nó. Que tal *mandarijntje?* (tangerina em holandês) Ou *unverheiratet?* (descasado em alemão)

“Pois, seus problemas acabaram”. Cada verbete do *Dicionário Simões* é numerado. Um brasileiro que queira pedir um suco de laranja na Itália só tem de descobrir que o número de “laranja” é 248 e sair “parlando” a língua de Dante. O resto da frase se resolve na cara-de-pau. Segundo o linguista diletante, os garçons de Santa Felicidade – já fregueses - estão adorando a novidade.

O que mais impressiona, contudo, não é a engenhosidade do *pocket book*, mas a saga para publicá-lo. Na Europa, Marcelo era um Durango Kid. Fazer a pesquisa implicou pedir as contas no açougue para se enfurnar em *lan-houses*. O dinheiro, claro, secou mais rápido do que o orvalho, mas a obsessão pelo dicionário, necas. Foi para arrematá-lo que decidiu voltar ao Brasil. Pior viagem. Aqui, a história do sujeito que queria civilizar os “estranjas” se transformou na triste crônica de um ambulante sem-teto.

Como diz Zeca Baleiro, “vida não é novela”, mas a de Simões bem parece uma. Ele começaria a trama no núcleo dos ricos do Morumbi e terminaria no dos pobres da Vila Vintém. Aos fatos. Bem-nascido, estudou em colégios como o Bom Jesus, experimentou a fortuna e a proximidade com o poder. Na adolescência, via passar pela sala de sua residência ninguém menos do que Leonel Brizola. Até que *la doce vita* azedou - veio a fase de mochileiro, a pindaíba e o desejo de redenção com a publicação do dicionário, uma espécie de bastião da dignidade perdida.

Mas que nada. Para finalizar o livro no capricho, Marcelo se desfez até da casa própria – na minúscula cidade de Vitorino, perto de Pato Branco. Depois disso, restou-lhe se mudar para o olho da rua, hoje seu endereço fixo. Tem duas mudas de roupas e vive da caridade de estranhos – em geral, fila bóia na obra social dos frades capuchinhos das Mercês. São já dois anos e meio de vida no sereno. Numa dessas noites geladas, Simões descolou uma caixa de geladeira para dormir. “Aconselho aos desesperados”, diz o sujeito que personifica um dos mitos da miséria – a de que existem mendigos que um dia foram gente graúda.

É o caso – o solene Simões é um lorde. Fala com pompa de sua procura pela equação geral dos números primos e dos planos de se dedicar à literatura. Enquanto esse dia não vem, circula pela capital com uma mochila apinhada de dicionários. Dia desses, reencontrei-o num grande supermercado da Água Verde, a postos. “Já estou lidando com uma nova edição. Revista e ampliada. Preciso agora é de um editor. Será que alguém se habilita?”, comentou, em meio a um cortejo de carrinhos e de gente fazendo muxoxos para os cachorros de um petshop, logo ali. É seu Zeca, vida não é novela.

30. Paulo Roberto Geller, ambulante [Gazeta do Povo 22 de maio de 2009, p. 3]

Aristóteles na Estação Rui Barbosa

José Carlos Fernandes

Seu nome é Paulo Roberto Geller, o cego. Kursou magistério e dois anos de Filosofia. Foi metalúrgico, “garção”, sonha estudar massoterapia. Ergueu uma meia-água no terreno da sogra e não quer viver de cesta básica. Conta que aprendeu a erguer a cabeça com o personagem Jatobá, da novela América. E com um certo pensador grego

De todos os autores que o ambulante Paulo Roberto Geller estudou na faculdade de Filosofia, Aristóteles ganha de lavada. É seu guru, seu Timothy Leary, seu Maharishi Mahesh Yogi. Quando fala do mestre, vai às nuvens. Esquece o que tem a fazer e transforma a inculta Praça Rui Barbosa – onde ganha o pão de cada dia – numa sucursal da escola peripatética. “O que é, é. O que não é, não é. Aquilo que não é, não pode ser...”, papagueia o pobre, em frente da estação-tubo onde vende chaveirinhos para sustentar mulher e dois filhos miúdos, ameaçando os lucros da Casa China.

Graças ao pensador grego, Paulo entendeu que o particular depende do universal, que a essência é maior que a aparência, que existe “a razão última de todas as coisas”. A frase é seu consolo, seu mantra na hora de resolver problemas, dos mais complexos aos menos filosóficos, feito proteger as canelas dentro de um biarticulado onde 230 passageiros às vezes se comportam como peladeiros da Vila Tostão. Experimente – de olhos vendados – para ver.

Paulo, a propósito, é cego. Cego de primeira viagem. Tem 30 anos e perdeu a visão há cinco, em decorrência da diabete. Não lê braile. Não tem senso de direção. Depende dos olhos de estranhos. Se ficar sozinho na praça, sente-se o próprio ceguinho do tiroteio. Nessas horas de desespero, recorre a Aristóteles e ao conceito de imutável. A escuridão não muda. A escuridão é.

A saga de Geller dá vertigens. Aos 9 anos, escutou pela primeira vez falar em insulina, palavra meio obscura para quem cresceu ouvindo alemão de colônia. “Quando o médico contou, entendi que ter açúcar no sangue era uma coisa boa”, esvai-se Míriam, a mãe dolorosa. Além do mais, quem haveria de se preocupar. O garoto de olhos azuis clarinhos como o quê – chamariz para as gurias – usava óculos, “mas não houve livro em Marmeleiro que não tenha lido.”

Depois de devorar a biblioteca municipal, veio o chamado divino, a entrada para o seminário vicentino, as lições de Filosofia e uma visão demiúrgica que mudaria todo o *script*: o nome dela era Suzana. Paulo a conheceu numa novena do Jardim Araongas, em Colombo. Ato e potência. Causa e efeito. Confusão dos sentidos. Enleado em

tranças, recorreu ao velho Aristóteles. E bingo. Preenhe de razão, passou a lábia no inflexível Maguila – o cachorro –, e ganhou passe-livre no quintal da amada. Mal sabia, mas estava a dois passos da sua verdade.

Em 22 de novembro de 2004, dia de Santa Cecília, cujo martírio foi ter os olhos vazados, Paulo Roberto Geller – o marido de Suzana – deu início a uma maratona hospitalar que faria Wolverine pedir água. Primeiro vieram as sessões de hemodiálise, depois os transplantes de rins e de pâncreas e a perda anunciada da visão, para sempre, como é para sempre tudo o que é. Confessa que rogou a Deus um milagre, mas entendeu que “devia tocar no escuro”. Afinal, “há uma razão última para todas as coisas.”

Hoje, quando dribla a vigilância dos fiscais da prefeitura na estação-tubo, passa a conversa no motorista e entra no coletivo para discursar e vender badulaques, outra coisa não faz senão aplicar a lógica aristotélica – o que lhe garante R\$ 25 por dia e o rancho do mês. “Sou Paulo Geller. Eu sou cego...” É como se apresenta no ensaio sobre a cegueira da “Estação Rui Barbosa”.

Paulo é o nosso Eugen Bavcar – o filósofo cego da Eslovênia. Os dizeres que faz no ônibus explicam a engrenagem que move o mundo. Ele traduz o que seja retinopatia, polineuropatia, fibrose intraocular ou creatinina. De tão simples, dia desses, estando o filho acamado, Míriam mesma fez o serviço. “Juntei as minhas palavras, entrei no ônibus e falei.” Não esqueceu nem a dica da própolis para cicatrizar as feridas. Só não falou de Aristóteles. “Sei apenas que vista do meu filho escureceu. E que para clarear, só por Deus.”

31. Estela Sandrini, artista plástica [Gazeta do Povo, 13 de agosto de 2010, p. 3]

Teca vê o mundo em letra miúda

José Carlos Fernandes

Quando menina, sentia ciúmes dos livros com os quais o pai vivia metido. Adulta, herdou a biblioteca e encontrou nas marginais o que queria dizer aquele homem

Há pouco mais de uma década, a artista plástica Estela Sandrini ganhou em partilha a biblioteca que pertenceu a seu pai, o jornalista José Ernesto Erichsen Pereira,

o Jeep, como diziam. Fez o que qualquer herdeira faria: sacudiu a poeira e farejou o tesouro até se convencer que lhe era de direito. Eis o que se deu.

Enquanto folheava, viu-se diante de um testamento: estava sendo apresentada ao homem que jurava conhecer. Jeep tinha guardado suas verdades nos títulos que comprou, nos assuntos que amou, nas frases deitadas nas marginais – essa expressão bandida que define o mais delicado dos crimes, o crime de escrever nas bordas dos livros aquilo que pensamos.

Erichsen morreu aos 55 anos, em 1964, quando o golpe militar ainda cheirava a pólvora. Não passou ileso pela quartelada. Embora nas últimas, fazia parte de uma lista de prováveis presos políticos. Riu ao se imaginar moribundo, de pijama e sonda atrás das grades. Depois descansou em paz, sem perder o humor jamais.

Àquela época, Estela, ou Teca, a mais moça das quatro filhas do jornalista, estudava na Belas Artes e vivia dividida entre ir à passeata, ser pintora ou sair para namorar. Sabia da importância do pai – afinal ele tinha trabalhado em jornais como *Diário da Tarde*, *O Dia* e *O Estado do Paraná*, mas mal podia imaginar que fosse leitor de tantas letras, como a biblioteca veio a lhe mostrar. Jeep tinha intimidade com Nietzsche e Kierkegaard. Era um sociólogo refinado e um linguista em potencial. É autor de uma curiosa tese sobre o sotaque paranaense: desenvolvemos um dia essa fala de “ês” tão marcados para não deixar dúvidas aos tropeiros hispânicos de que estavam em terras brasileiras.

Não foi bem esse o morto pelo qual Teca chorou. Sentiria falta do sujeito debochado, que dizia à mulher: “Stella, precisamos arrumar um complexo para essas meninas. Estão muito exibidas.” Se dava na telha, declamava poemas no corredor. Só andava de ônibus, nos quais subia a bordo de ternos último tipo. Tinha o charme de um Samuel Wainer, mas não chegou a ter seu próprio jornal, como sonhava. Para espanto, teve seu nome rodeado em silêncio depois das exéquias no Cemitério Municipal. Dá para entender.

Erichsen vinha de uma família de ervateiros empobrecidos dos Campos Gerais, mas tinha uma antepassada ilustre – a educadora Emília Erichsen, esposa do navegador dinamarquês Conrad Erichsen. Foi, com folga, uma das mulheres mais cultas do Brasil do século 19, admirada por dom Pedro II. Carregar aquele DNA implicava em perpetuar a dama libertária que falava quatro línguas, que estudou com Frederick Froebel, na Alemanha e fez de cidades como Castro e Palmeira o laboratório de suas ideias pedagógicas. Foi o que fizeram Jeep e suas irmãs Sílvia Bittencourt e Luiza Dorfmann.

Stella Carmen Barros Lacerda Braga Marcondes de Sá – a mulher que ele amou – vinha de uma tradicional linhagem da Lapa, da qual saiu o governador Ney Braga. Embora estando Erichsen muito mais à esquerda, os cunhados nunca saíram no braço. Mas havia um fio desencapado. Daí não se falar de política à mesa ou da porta para fora. Nem sempre funcionava. Certa feita, o muro da casa onde viviam, na Prudente de Moraes, amanheceu pichado: “Abaixo o Erichsen. Ele quer acabar com nossos planos.” Passou-se uma demão e nenhum pio. “Quando chovia, a cal escorria e a frase de novo”, lembra Teca. Como o Jeep – ri.

Aos 66 anos, e com um problema grave de visão, a artista plástica decidiu tirar o pai do esquecimento. Ela se esforça para decifrar os escritos da biblioteca: neles se esconde o descendente de Emília que se tornou o antagonista íntimo do maior mito da política paranaense. A oposição lhe descia a goela já no café da manhã. Calava-se por amor a Stella e curava-se nas marginálias. Hoje, a letra miúda escapa à filha Teca. Quando consegue ver as frases escritas numa elegante Parck 21, urra, ganha de volta seus olhos para o mundo.

32. Cândido Batista de Souza, advogado aposentado [Gazeta do Povo, 11 de junho de 2010, p. 3]

Candinho e o melhor dos mundos

José Carlos Fernandes

Em 1944, o interventor Manoel Ribas viu um rapazote se alistando para a Campanha da Itália. Tsc, tsc. Disse-lhe que não fosse. Que aqui era melhor. O moço acatou e fez o que pôde

Cândido Batista de Souza tem “92 anos, 24 dias e 12 horas”. Sua mulher, a plácida Izabel Arrebola, é 10 anos, 1 mês e 25 dias mais nova do que ele. Candinho, como o chamam, é assim – dado a detalhes. Dita a escalação de um time de futebol de 1900 e outrora como se os craques jogassem pelada no seu quintal. Ao falar de Getúlio, deixa a impressão de que o Estado Novo começou semana passada. Chora a morte de Francisco Alves, ainda ontem, em 1952. Tem lá seus caprichos: antes de dormir, repete uma infinidade de sobrenomes portugueses inspirados na flora. Seus cordeirinhos da

insônia são Carvalhos, Grisólias e Pereiras. “Tenho mania de exercitar a mente”, avisa a versão local de “o homem que calculava”, célebre personagem de Malba Tahan.

O único exercício no qual Candinho se embanana todo é o do número de empregos que teve na vida. Chuta baixo: “Seriam 40?” Sabe que o primeiro registro em carteira veio em 15 de agosto de 1937, em Cornélio Procópio, quando Paulo Mourão, o dono do armazém, o convocou para o batente. E que hoje, 73 anos depois, faz frila como autor de um livro “sobre tudo”, escrito ao pé de sua janela, de frente para o Hospital Evangélico. A obra, batizada de *Contrastes e opostos*, faz analogias entre o preço da batatinha e o salário do Schumacher. Voltaire puro. Quero ler.

Nas três horas, 23 minutos e 15 segundos de conversa com o veterano tentei contabilizar por quantas firmas ele passou, desde os tempos de Ubá, nos rincões de Santo Antônio da Platina. Faltaram-me ticos e tecos na cabeça. Foi cozinheiro de tropa, vendedor de cigarros, locutor da emissora ZYR5 do Norte Pioneiro, mascate, vereador... Lembra dos ossos do ofício, de uma boa piada e daqueles com quem dividia a carga. Com Mário D’Amberti fez serviço de alto-falante. Na Rádio Sociedade ficou amigo de Reinaldo Sheibe. Com Dias Guimarães camelou na rodoviária de Cornélio. “Uma vez, em 1958, o Reinaldo Carazzai me telefonou...”

O Candinho é assim – um sujeito em *download* constante. Se eu ficasse mais uma hora na escuta, sua folha corrida renderia o maior passivo trabalhista do Ocidente. Mas a essa altura, já sabia do essencial – o que levou nosso doce anarquista a trocar tanto de fardo, de chefe, de cidade: “Eu queria ganhar dinheiro, ué.” Hã?

A filha Etel Frota – poeta, compositora e ativista cultural – também tem suas dúvidas sobre esses instintos capitalistas. Compara o pai àqueles caras dos programas de auditório que trocam um maço de dólares por um feixe de feno. Ou seja, seus préstimos duravam o tempo do encanto. Num emprego, ficou 11 dias – “o patrão era integralista e muito chato”. Noutro, 20 anos, mas saiu sem pensar na aposentadoria que já batia na porta. Izabel balança a cabeça. Me vejo diante de Campos Lara e a Maria Rosa de *O Feijão e o Sonho*, de Orígenes Lessa.

Um dia, caiu-lhe a ficha. Tinha mais de 60 anos, tornara-se o popularíssimo Candinho, mas contava uns tostões furados e um histórico escolar de dar pena. Como ainda queria dar certo, voltou a estudar. Fez madureza, supletivo, curso por correspondência. Passou no vestibular de Direito da Universidade Estadual de Londrina. Mas como seu certificado de ensino médio não ficara pronto, perdeu a vaga. Tentou de novo. Passou de novo.

O canudo veio aos 70 anos – o fato virou reportagem do *Fantástico*, o formando ganhou placa de bronze dos colegas. O homem que lia a Barsa, tinha um fraco por curiosidades e que não parava no serviço encontrara enfim a sua turma – para a qual, claro, fez muito trabalho de graça.

Como um dia disse um conhecido: “O Candinho não é especializado em nada. Mas sabe tudo.” Inclusive a trocar dinheiro por um feixe de feno. Ele vive no melhor dos mundos.

33. Nair de Araújo, professora aposentada, declamadora [Gazeta do Povo, 24 de abril de 2009, p. 3]

Tem poesia na casa da Nair

José Carlos Fernandes

Na mocidade, ela era a Regina Célia do programa de rádio Five-O’Clock-Mate. Ano passado, lançou seu primeiro livro – Fim de Lágrimas. O tempo passou, mas a poesia vai bem, obrigada: Nair anima com versos os bailes do Sesc. E ensina rimas ao neto Ramón, de 11 anos. “Acho que fiz a escolha certa”, decreta

Conhecia dona Nair de ouvir falar. Me contaram que quando ela não vai, o baile da terceira idade do Sesc da República Argentina fica mais chocho que quermesse em dia de chuva. Não que seja da trupe das senhorinhas que arredondam as saias aos primeiros acordes de “Fascinação”. Do alto de seus 81 anos, cá entre nós, já lhe faltam canelas para tanto. E como mesmo diz, “sou viúva e não fica bem.” O posto de Nair é o de poeta e cronista – “Nair de Araújo, a seu dispor”.

Toda santa quarta-feira, por volta da sonolenta décima quinta hora, uma turminha, digamos, mais vivida, enche de som e fúria o salão do Sesc. Parecem colegiais de fanfarra. Alheia à turbamulta, a serena Nair repousa na mesinha de entrada 50 cópias de uma narrativa inédita – são páginas ao vento para os que chegam de salto alto ou de Vulcabrás. Ler os textos – assim dizem – é tão bom quanto deslizar pela pista ao som de “*Dos Gardenias para ti, con ellas quiero decir, te quiero, te adoro, mi vida...*”

Tem dias em que a veterana distribui não só crônicas, mas também versos. Nair é solene: se apruma e toma o microfone. Silêncio. Cerra as pálpebras e com a voz

maviosa – empostada nos anos em que foi locutora das rádios Marumby e Santa Felicidade – declama alguns de seus maiores sucessos. Para mim, na tarde em que a conheci de verdade, reservou “Semelhante”: “Quero partilhar contigo, a alegria que me enobrece, o prazer de ter amigos, conhecer-te me engrandece...”

Nair foi assim desde menina. Tinha lá seus 12 anos quando acordou poeta e cometeu as primeiras quadrinhas. “Magia, magia...”, repete. Não havia, afinal, poetas na família. O pai – um ex-funcionário das Indústrias Matarazzo em Morretes – deixou o emprego para realizar seu sonho: abrir um botequim. A mãe era do lar. E Nair, a pequena, sem mais nem menos, deu de rimar amor e dor.

As colegas da Escola Rio Branco e do Instituto de Educação – onde estudou – ficaram mais empolgadas com a novidade do que com o beijo de Deborah Kerr em Burt Lancaster. A cada novo flerte imploravam que Nair lhes doasse uma poesia, “uma bobagem para impressionar um broto.” Tiro e queda. Não tardaram a lhe creditar poderes do além: virou a Santo Antônio da Praça do Japão, local onde seu pai servia rabos-de-galo – soneto imperfeito de vermute com cachaça.

Reza a lenda que os versos de Nair casaram umas tantas normalistas, menos a si mesma, pelo menos até completar 36 anos e bater os olhos em Daniel na Praça Zacharias. Com ele teve dois filhos. Havia lá seus motivos para prolongar a solteirice. Um fora ter encontrado o modelo de sua vida – uma professora de nome Helena Kolody, a quem confidenciou poemas que derreteriam catedrais.

Não por menos, Nair tornou-se mestra como dona Helena e ganhou asas lecionando Português durante infinitos 45 anos. Trabalhou em escolas de Irati, Wenceslau Brás e Campo Largo. Deu aulas no Lysímaco e no Júlia Wanderley. Em tudo o que é canto lhe pediam para declamar – aniversários, casamentos, festas cívicas e religiosas. Sempre o ritual: aprumava-se, respirava e soltava a voz embriagante como meia-de-seda, a batida. Canudinhos de maionese descansavam em paz. Ficava para depois o Hino Nacional.

O neto Ramón, de 11 anos, descobriu há pouco os pendores poéticos da avó. “Vamos brincar de rima?”, assalta-a, sem dó. Quando crescer, ele quer ser jogador de futebol. Mas como ainda é piá, verseja. A avó coxa-branca até que dá uma força ao craque, embora perca as estribeiras ao ver tantas faltas pela tevê. “Odeio guerra. Que diachos!” Mas respira fundo e desfila pela sala sua fala. “Não sou fanática. Torceria até para o Atlético se fosse para defender o Paraná.” E há quem diga que a poesia está morta. A Nair é que não foi.

34. Liège Meyer, professora particular [Gazeta do Povo, 6 de maio de 2011, p. 3]

Nado de costas e tabuada. Ou “Método Liège Meyer”

José Carlos Fernandes

Não a tomem pela professorinha. Depois de décadas de magistério, ela se tornou campeã de natação e, aos 77, ainda salva boletins dos naufrágios

Se as contas de Liège Meyer estiverem certas, ela dá aulas particulares há exatos 59 anos. Não tente calcular quantas tabuadas essa mulher tomou, nem os ditados que ditou. A própria mestra se furta de contabilidades. Só confessa que viveu.

Tudo começou nos idos de 1950, quando era normalista do Instituto de Educação e pupila de Helena Kolody. Estimulada pelo pai – o decorador de paredes Arthur – passou a cartilha para as meninas Silmara e Sildemara num belo sobrado da Rua Saldanha Marinho, ainda em pé por testemunha.

Gostou tanto que mesmo ao ser efetivada no Grupo Escolar Conselheiro Zacharias – aquele onde Jânio Quadros estudou – continuou socorrendo os piás e gurias assombrados pelo maior dos pesadelos infantis: a bomba.

Não deu outra – virou figura mais popular do que Dalton Trevisan, seu vizinho ilustre no Alto da XV. A placa grande – “Aulas particulares” – fincada no jardim do casarão erguido em 1943, na Almirante Tamandaré, ainda atrai alunos, inclusive os que outrora passaram na admissão do ginásio graças a Liège.

“Oi, professora, lembra de mim?” Há quem peça para entrar e rever os pés de pitanga, as damas da noite, as malvas e a sala de aula no fundo do quintal, pequeno liceu doméstico apinhado de carteiras tão antigas que só lhes faltam tinteiro e mata-borrões.

Foi ali que me sentei com Liège e sua irmã Geni, também professora. Falamos de cadernos de caligrafia e de histórias para quem gosta de ensinar. A propósito, não as tomem por duas personagens do seriado *Túnel do Tempo*. São divertidas. Tanto têm a contar que acordam no meio da noite, feito colegiais, para trocar confidências. E se houver jogo do Coxa, ahã, disparam um arsenal de piadas contra os atleticanos. Em respeito aos cabelos brancos, os sábios se calam.

Quanto às memórias das manas, não cheiram a naftalina. Gostei dessa: cada uma delas adotou um irmão temporão. Liège cuidava de José. Geni, de Gilberto. Mas um

deles não dava conta de cantar de cor o Hino Nacional, o que é “inadmissível para um Meyer.”

Liège pôs o guri ao lado do fogão de lenha e não o largou até que fizesse todo o longo percurso às margens do Ipiranga. Mas no dia seguinte, eis que se viu reprovado na mais excelsa das virtudes cívicas. “Perseguição...”, vaticinaram, araras, pois sabedoras dos pecadilhos da sala de aula.

Feito um cisco, Liège saltou do Alto da XV ao Alto da Glória tomar satisfações com a professora do garoto. E o fez cantar tudo de novo, sem engasgar no “mas, se ergues da justiça...” As ex-damas de ferro riem às pampas – foi a aurora de suas vidas.

Nos anos 1980, porém, deram de se sentir candidatas aos antiquários do Largo da Ordem. Os guardapós quarados e alvejados com anil tinham dado lugar aos agasalhos esportivos. E não se ouvia mais o coro a dizer “bê com á = bá...”. No lugar, discursos complicados sobre alfabetização. Aposentaram-se, conformadas em se tornar aquelas senhorinhas por detrás das cortinas de renda.

Mas eis que os alunos não pararam de pedir aulas de reforço a Liège. Ela permaneceu na ensinança, mas não sem um plano B. Aos 77 anos, soma 320 medalhas de natação, a maior parte na categoria nado de costas 400 metros. “É duro vencer as japonesas de Maringá”, alerta. No dia em que a conheci, ouvi-a recomendando ao pai de uma aluna que lhe tomasse a tabuada “de trás para frente”. Hum, deve ser como nadar de costas. Suspeito ser o método Liège. E aposto que funciona.

Em tempo. Quando mocinha, Geni sonhava ser médica, só que o pai a queria normalista. Ao se tornar pensionista, remediou: deu de ler tudo sobre saúde. É hoje a doutora de seu pequeno clã. Se a mana reclama dor do lado ou acusa uma íngua, apressa-se no diagnóstico. Nunca erra, garante Liège. A nota é 10.

Crônicas do item 3.6.2.6 – Experiências urbanas

35. **Jorge Brand, filósofo e ativista [Gazeta do Povo, 19 de setembro de 2008, p. 3]**

Voto na Rua Augusto Stresser

José Carlos Fernandes

Um único trecho de quadra no Juvevê abriga “jardins libertários”, uma ciclofaixa clandestina, uma escola de ioga e um coletivo de arte. Por esses dias, tem banda tocando ao ar livre e gente convidando motorista a “sair da bolha”. Dá até para dançar na rua

Deveria haver eleição para escolher a rua mais bacana da cidade. Vou fazer campanha – subir no palanque, falar na televisão, distribuir santinho em roda do Cavalo-Babão. Como a maré não anda para pedestres e outros bichos, só poderá votar quem na última semana andou pelo menos um quarteirão a pé ou de bicicleta. É a cota sola-de-sapato. Os outros que se contentem com um congestionamento na Visconde de Guarapuava – tem quem goste.

Aproveito para anunciar uma candidata. Não, não é a Schiller, tampouco a Flávio Dallegrave. Nem mesmo é uma rua inteira – mas um trecho dela: o quarteirão da Augusto Stresser, entre a Augusto Severo e a Barão de Guaraúna. Naqueles míseros cem metros se instalou um Ippuc sem pranchetas, governado por cabeludos de agasalho e magrela.

Aos fatos. Há um ano, foi instalada no trechinho da Stresser a primeira e única ciclofaixa da capital. Para quem não se afinou com o termo, ciclofaixa é uma estreita área de asfalto reservada a ciclistas. Fica a dois palmos do meio-fio, “mas é um salto gigantesco para a humanidade.” Ali, bikers não precisam desviar do poste, da banca de revistas, do ponto do ônibus, do au-au e seu dono. Ali não padecem o martírio de subir e descer da calçada, um atentado aos glúteos. Captou?

É bom saber. A faixa exclusiva para bicicletas da Stresser é clandestina. Surgiu em 22 de setembro passado, o Dia Mundial sem Carro, data que goza em Curitiba de menor popularidade que o Dia da Marmota. A obra custou uma ninharia: meia lata de tinta amarela e a demão voluntária da rapaziada do Coletivo Interlux – os tais cabeludos. Virou caso de polícia. Três agitadores da ciclofaixa foram em cana, acusados de “crime ambiental”. Os outros, que remédio, seguiram o carro da Guarda Municipal até a delegacia, pedalando contra o vento, mas sin perder la ternura jamás.

Não se via grita igual desde a Guerra do Pente e da derrubada do busto de Suplicy de Lacerda. “Foi um gesto de desobediência civil”, concorda o ativista Jorge Brand, 28 anos, morador daquele que se tornou o endereço mais zen da capital. É que Jorge – mais conhecido como Goura Narataj, seu nome Hare Krishna – além de pintar ciclofaixas dá aulas de ioga na Stresser, o que explica muita coisa.

Por recomendação do mestre, os alunos de Goura vêm de bicicleta. Não raro, aproveitam para dar uns pitacos na urbanização algo flower power implantada no quarteirão. Só ali, por exemplo, existem “jardins libertários” – grandes canteiros anárquicos instalados no passeio. “O troço aqui é meio selvagem”, resume o iogue, que já promoveu na redondeza o plantio de 25 árvores, incluindo uma bananeira.

Tem vizinho que chia. Outros dizem um polido “bom-dia” àquele se que se tornou o “síndico de rua” mais refinado da paróquia. Filósofo de formação, Jorge/Goura é estudioso de Schopenhauer. Não bastasse ser um Krishna na UFPR, é politizado feito um ativista de 68: não dá mole para a prefeitura. Com paciência de Gandhi, costuma chamar o poder público na chinha, pedindo espaço para as duas rodas. Seus companheiros de pacifismo não fogem à regra. São designers, artistas, músicos e quetais – todos ciclistas de carteirinha, condôminos da Stresser e chegados a uma performance.

Basta dizer que escolheram setembro como “mês cívico-cultural”. Uma das paradas da trupe se chama “Música para sair do carro.” Às quintas-feiras à noite, o Interlux bota uma banda para tocar logo ali, numa minipracinha da Barão de Guaraúna, de onde aproveita para convidar os motoristas “a sair da bolha”. Dia desses, um condutor não só pisou no freio como dançou com gosto em volta do seu veículo. A Stresser entrou na Era de Aquarius – pelo menos até a PM pintar. Sujou.

36. **Marta Xavier, jornalista e comerciante [Gazeta do Povo, 8 de maio de 2009, p. 3]**

Las hermanas Xavier e la rebelión

José Carlos Fernandes

Eduardo De Boni, Carla Aichner e Marta Xavier – os três da foto – são comerciantes da Praça da Espanha. Além de vender do bom e do melhor, eles e outros inquilinos transformaram a área numa zona livre para a cultura. Para saber do que se trata, estenda sua canga na grama e deixe rolar. Vai lhe fazer bem

Alguma coisa acontece nos meridianos e paralelos onde o Bigorrião, Batel, Centro e Mercês se cruzam. O umbigo do mapa atende pelo nome de Praça da Espanha. É uma mísera quadra entre a Carlos de Carvalho, Saldanha Marinho, Fernando Simas e Coronel Dulcídio, mas é capaz de fazer uns tantos marmanjos lembrarem dos melhores anos do resto de suas vidas.

Em tempos idos, funcionava ali o mítico Rebelión, palavrinha mágica da época em que Curitiba, dizem, era só felicidade. Mas como não se faz história sobre a vida boêmia, fica-se sem saber da *rebelión* dos costumes que aconteceu “por aí, bar em bar”. O preço da sonegação é alto: os mais jovens ficam sem saber das glórias pregressas do Cardoso, do Trem Azul ou do Bife Sujo. Que sujeira!

Já faz uns tantos invernos que a “Espanha” deixou de ser zona franca do “faça amor, não faça guerra”. Na década de 90, o logradouro amarelou junto com o Centro, à revelia de ser bonito pra chuchu e estar ladeado por ruas revestidas do mais legítimo paralelepípedo curitibano – aquele, *psiti*, que não cheira, não deforma e nem solta as tiras.

A prefeitura bem que tentou uma respiração boca-a-boca na praça: anos atrás, aproveitou a aura local para fazer funcionar aos sábados uma feira de antiguidades. Dava vontade de bocejar diante das caixinhas de música tocando “Pour Elise”. Mas o burburinho foi o bastante para atrair novos comerciantes, entre elas as incríveis *hermanas* Xavier – Marta e Natália. Viraram heroínas de uma verdadeira inconfidência na praça, com a vantagem de não terem sido degoladas e penduradas no Farol do Saber Miguel de Cervantes.

Aos fatos. As duas chegaram com sede ao pote. Engavetaram os diplomas universitários e ergueram as portas da lojinha – um empório de artesanato para gente descolada. De tão radiantes, só faltou cantarem “*Singin' in the Rain*” no chafariz. Decerto, imaginaram que a vida na Praça da Espanha seria, olé, emocionante como as touradas de Madri. Não era.

Em vez de encher a cara numa mesa do Pata Negra, Marta desceu do salto saiu batendo palmas na porta da vizinhança, como se fosse uma aldeã de Zaragoza. Foi o princípio da revolução. Logo descobriu que no comércio da Espanha todo mundo era “ex” – ex-psicólogo, ex-advogado, ex-publicitário. Rolou sentimento. “Pensei que no máximo íamos criar os Amigos da Praça da Espanha”, conta a gaúcha de olhos muito azuis, voz de encantar serpentes e talento para quebrar geleiras. Em parceria com a mana, mais o cunhado Othon Accioly, fundou a Ascores, associação que reúne 56 comerciantes da redondeza.

Assim falando, até parece um daqueles *cases* de sucesso cheirando a Chanel n.º 5. Mas o movimento dos inquilinos da praça vai muito além dos bons saldos e da fábula de 20 mil clientes por mês. Melhor chamar de ironia do destino. Embora seja formada pela mais castiça classe A, a turma da Espanha se organiza à imagem e semelhança de algumas das 900 associações de bairro que pipocam na periferia de Curitiba. Juvenal Antena ali come no Restaurante Edvino. Só não lhe falta o glamour, é claro.

Chega a ser divertido. Saltam do computador da Marta fotos das ações do comerciante na região – batizada de Batel Soho, numa livre associação com o Soho nova-iorquino e o londrino. Todo sábado a praça vira um fervo – sai criança com pincéis na mão, entram iogues e naturebas, chegam as bandas de rock. Virou um Woodstock doméstico, com pencas de gente sentada em cangas e comendo ao ar livre. Teve até festa de Natal, desmentindo uma a uma as lendas sobre o curitibano das cavernas.

Tem tanto projeto no Batel Soho, que dá vontade de mandar a Marta lavar uma louça e sossegar o pito. Há dias em que a comerciante abre sua loja para os concorrentes virem até ali – fazer um bazarinho de comadres. Dá para acreditar? E a moça tem planos de transformar a “Espanha” em zona de internet livre. E mais isso e aquilo. Pensando bem, sei não, acho que uma placa do velho Rebelión anda enterrada por ali.

Tomara que ninguém encontre.

37. Elisabeth Prosser, musicista, estudiosa de grafites [Gazeta do Povo, 17 de junho de 2011, p. 3]

Monteverdi grafitou o muro

José Carlos Fernandes

Beth Prosser é pianista de formação, professora da Escola de Belas Artes e se “converteu” ao ler uma frase pichada numa parede da cidade

A curitibana Elisabeth Seraphim Prosser é moça de fino trato. Em menina, estudou piano com a devoção de uma noviça. Obediente ao figurino, debutou no Clube Concórdia e formou-se na Belas Artes, seguindo os passos da mãe – a exímia musicista Ingrid Seraphim. Ao chegar à pós, decidiu gastar suas milhas dedicadas à alta cultura estudando a obra do barroco Monteverdi, cujos madrigais eram um bálsamo para os ouvidos.

Isa tudo muito bem até que um professor pavio curto quis saber, oras, se ela tinha uma composição esquecida de Monteverdi. Iria, quiçá, à Itália? Necas. Pois que prestasse mais atenção ao que estava próximo. Obediente, debruçou-se sobre a obra do padre José Penalva, um gênio que morava ali no Rebouças.

Serviu-lhe de lição. Anos depois, a aluna Érica Linhares lhe tomou de assalto uma aula para falar, e bem, de pichos e grafitagens. A exemplo de nove entre dez, Beth julgava sprays e seus atiradores um caso de polícia. Além do mais, ainda amargava o prejuízo de ter de limpar seu muro alvejado por uma tag – como são chamadas as assinaturas deixadas pelos grafiteiros.

Ligou o alerta. Até tropicar na rua com a grafitagem que dizia: “É proibido calar catarses”, de Diogo Marques, também autor do documentário Urbanographia Digitalizada de Baixa Resolução. Ora, nem a frase nem o filme lhe pareceram coisa de candidatos a longa hospedagem em Catanduvas, mas um exercício de inteligência. Lembrou-se das “lições de Monteverdi”. Aquilo – fosse o que fosse – lhe dizia respeito.

Foi fácil encontrar Diogo et al. A pianista ficou sabendo de um encontro de grafiteiros no Boqueirão e se mandou para lá, com a fúria de quem cruza oceanos. Muitos não lhe foram todo abraços, é verdade. Senhora Prosser era uma estranha no ninho. Mas não chegara tão longe à toa. Insistiu. Venceu.

Hoje, sete anos passados, a Beth da Belas é popular do Sítio Cercado ao Atuba. Experimente perguntar ao Cimples e ao Deivid Heal e verá. Pudera – a pianista coleciona cerca de 13 mil fotos de grafites, registrados em manhãs de domingo, quando se escafede em

expedição para as franjas da capital. “Faço a leitura dos muros”, resume, com a voz de pluma de aluna do Sion que foi. Um luxo.

A jornada já lhe rendeu um livro – Graffiti Curitiba, resultado de tese orientada pela jornalista Myrian Del Vecchio de Lima, da UFPR, também catapultada aos encantos dos seres urbanos. O trabalho é mesmo de render o mais intrépido inimigo das grafitagens. Em suas andanças por ruas que jamais procuraríamos no Google Maps, Beth encontrou desenhos dos deuses em casas recém-demolidas, em becos e em carrinhos de catar papel. Passam pelas lentes palavras de ordem – como aquelas que fizeram Paris tremer em 1968 –, declarações de amor e gritos de dor.

“Protesto corresponde a 45% dos grafites, humor a 43% e afetividade a 12%”, calcula, com autoridade de quem já decifrou 5 mil imagens e as distribuiu em “100 unidades de sentido”. “Não é só a rebeldia que move esses jovens”, reforça, sem esconder que pesquisa a fundo, mas que tem um bocado de pressa: o tempo de existência dos grafites é um estalo. Sobre eles recai a tinta branca do esquecimento.

Avisei à Beth que esse assunto mexe com os nervos do cidadão. Ela respira fundo. Não esconde que gostaria, como tantos, de ver menos pichos por aí. Mas ressalva que boa parte dos pichadores há de se tornar grafiteiro e repetir, em uníssono, que o que faz é dar arte de presente para a cidade.

“Fico emocionada ao saber que eles tomam o ônibus para assistir pela janela aos desenhos de seus amigos”, comenta, sobre a cultura subterrânea que descobriu, por ironia, ao desistir de Monteverdi. A Beth e a sua turma vale dedicar a máxima de Millôr Fernandes: “A vida é perto”. Ela se deu conta disso várias vezes – uma delas ao fazer sua assinatura com spray no muro do Colégio Medianeira. Elisabeth é das nossas.

38. Salete Chiamulera, pianista [Gazeta do Povo, 10 de junho de 2011, p. 3]

Concertos em domicílio

José Carlos Fernandes

Salete Chiamulera ficou dividida entre o estrelato na música erudita e cuidar de uma grande família. Acabou dando um jeito de fazer as duas coisas ao mesmo tempo

A pianista Salete Chiamulera não sabe dizer ao certo o dia em que – como se diz – “deu de se expressar”, deixando o mundo em babas. Pode ter sido na Polônia, quando pasmou a audiência ao tirar os sapatos antes de tocar num reluzente Steinway & Sons, o piano que sonhou. Ou em 2007, ao convidar meio milhão de amigos para uma feijoada e a servir tocando

50 peças de Villa-Lobos, sem parar – das primeiras horas da manhã ao cair da noite. Foi um recital-dia, digno de virar programa do Ministério da Saúde.

Tudo indica, porém, que Salete é Salete desde pequenininha, pois só com muito treino alguém conseguiria virar o mundo do avesso ao mesmo tempo em que arrancar as “Bachianas” do teclado. Ela é uma adorável levada da breca. Escute essa.

Em 2008, disposta a abalar a pasmaceira dos cosmos, criou o programa Haus Musik, ideia tão simples quanto arrebatadora. É a cara da dona. Já foi apresentada num congresso da China, mas surgiu nas barrancas do Barigui, onde Salete vive com o marido Osmar Böhler e quatro filhos, numa livre tradução dos Von Trapp, de A noviça rebelde.

Às falas. Salete convoca um pequeno grupo de músicos – seus alunos nas Belas Artes – e se manda para a casa de uma família. Ali, entre o sofá e a mesa de centro, promove um recital. O repertório vem acompanhado de um programa ilustrado com fotos dos anfitriões, para que não esqueçam o dia em que a sala de estar virou uma sucursal do Scala de Milão.

O encontro, não raro, acaba em lágrimas, bolinhos e duetos do seu João com os solistas. As palmas assustam os cachorros, mas tudo bem. Quando os recitalistas se vão, fica a certeza de que aquelas quatro paredes nunca mais serão as mesmas. Nem o apito da panela de pressão há de apagar a lembrança de Brahms e Chopin trepidando a janela da cozinha.

Em visita a Salete entendi por que essa história de arte em domicílio só poderia ser obra dela. A mulher é família até o último solfejo. Ela adorava sim ser a famosa pianista descalça, mas gostou muito mais de ser a mãe de muitos filhos. No frígir dos ovos, acabou fazendo da rotina doméstica uma espécie de eterna temporada da Sinfônica de Berlim. Não duvidem.

Boa parte da convivência dos Chiamulera-Böhler não se dá na casa grande, mas num puxadinho de madeira convertido num auditório. Tudo tamanho Cohab. Como o gigantesco piano de cauda foi colocado ali é um mistério para a engenharia.

A filharada é continuamente convocada para ouvir Schumann ou o prato do dia. Nem sempre de bom grado – coisas da idade, né. Uma revista em quadrinhos encomendada pela mamma mostra a “família Tilinda”, como ela chama os seus, amarrada às cadeiras enquanto SC toca. Um sarro. A propósito, a turminha de Salete tem uma banda de rock. Acontece.

Na saideira, a artista me mostrou sua saleta de leitura – a Biblioteca Thomaszeck – em Móveis Cimo. O recinto guarda volumes e volumes de escritos da pianista, todos encadernados. É o que há: pode-se encontrar nos livros de registros de uma dor de garganta dos pequenos a ponderações sobre um pensamento de Lizst. Que tal: “O palco é o melhor lugar para se mostrar. E também para se esconder.”

Entre os especialistas, esses manuscritos anárquicos – praticados por centenas de artistas ao longo dos séculos – são chamados de *commonplace books*, algo como livros de

lugares comuns. Viraram objetos de desejo, pois permitem saber o que pensavam seus autores nas horas vazias – justo aquelas passadas dentro de casa.

Adiante que as anotações de Salette, em letra graúda, tratam da teologia de Teilhard de Chardin, da filosofia de Hanna Arendt, do padre Penalva, do cotidiano, de Osmar e de Jesus – “meu sócio”. Quem porventura ler saberá que existiu em Curitiba uma pianista e mãe de filhos. Ela tocava sem calçados. E curti fazer concertos na casa dos vizinhos. Bravo!

39. **Rodolfo Hey, advogado e músico** [Gazeta do Povo, 23 de dezembro de 2011, p. 3]

A incrível casa dos Hey

José Carlos Fernandes

Rodolfo ia ser pintor. Músico. Mas como era estafeta no escritório, escolheu o Direito. Defendeu as Abagge e Bento Chimelli. Mas o passado e a arte lhe falam ao ouvido – para honrá-los, ergueu duas casas fantásticas nos altos do Abranches

O curitibano Rodolfo Lincoln Hey, 45 anos, calcula que era um piá de colo quando desenhou um pinheiro-do-paraná pela primeira vez. É o que lhe contam. Já crescidinho, seria aluno de Arthur Nísio – um dos papas da pintura paranaense – e se rendeu outra vez aos encantos daquela que é tida como “a mais bela árvore do mundo”. Pintou florestas inteiras com pinceladas urgentes e cheias de viço.

Para ganhar seu pão, contudo, Hey escolheu o Direito em vez da pintura. E no direito, elegeu a criminalística, uma espécie de montanha-russa com três *loopings* seguidos. “Eu vivo no fio da navalha”, brinca o homem que trocou as filés das artes pelos ossos duros da lei. Mas eis que, já estabelecido, ao comprar um terreno num nos altos do Abranches, o advogado – tomado pelo instinto – cavou o chão, plantou ali um pinheiro e mirou sua Curitiba na paisagem. Deve ter tido até trilha sonora – por ele mesmo, que além de pintar, é exímio violinista e pianista, um estudioso de Bach.

A muda da pinha no quintal foi o estopim que fez a alma de Rodolfo passear em 1856, quando os primeiros Hey, peregrinos luteranos, desembarcaram no Sul. Era como se por encanto seus antepassados alemães, e também os poloneses, tivessem saído dos túmulos para zanzar na antiga colônia e lhe perguntassem “cadê?” os bosques e os lambrequins.

Em 1996, não por menos, o advogado desenhou num guardanapo uma típica casa polonesa, comprou ripas, vigas e janelas de uma demolição e entregou a obra a um ex-acusado que livrou das grades – o “Liketa”. Depois de pronta, pintou-a de vermelho e verde tão intenso que pode ser vista pelos discos voadores. É sua casa polaca, com sótão, galinheiro e grossas demãos de Suvinil R113.

Não sossegou. Uma década depois, projetou para a parte dos fundos do terreno um chalé, no melhor do estilo enxaimel. É sua casa alemã. Ainda há algumas por aí, mas nenhum com uma torre de 21 metros de altura, de onde se pode ver a Serra do Mar, Almirante Tamandaré e o “Big da Boa Vista”.

Da Rodovia dos Minérios, ao perceber o monumento, há quem o chame de a “Torre da Rapunzel”. Na redondeza – onde muitos juram que foi erguida em 1900 e caqueira e pertencia à Genoveva – as casas polonesa e alemã são cenário para toda sorte de comédia. Quando passa perto, um bêbado do bairro se benze e clama o nome de Jesus, pois entende que se tem torre e sino, é igreja. E como há um templo ucraniano do lado, uma funerária, por engano, chegou a deixar no portão dos Hey duas coroas de flores. Por pouco não desceu também o caixão.

Difícil dizer o que mais impressiona ali – num dos cantos da casa polaca, por exemplo, Rodolfo mandou construir um órgão de tubo que vara os andares. É sonho. Há um riacho rente aos muros. Os detalhes são o que há. E do ponto mais alto da torre – a mil metros de altura – bem, nenhum de nós quando piá teve cabana igual à do Bernardo.

Mas o que encanta mesmo são os Hey. Pai e filho têm as quatro pilhas ligadas, mas são capazes de num estalo interromper uma preleção sobre o iluminista Buffon e formar um dueto de violino e piano para tocar uma variação de Mendelssohn. Palmas. Em segundos estão nos conduzindo pelo porão da casa polaca, cujas paredes são todas ilustradas com os pinheiros de Rodolfo.

Lá pelas 7 horas da noite acendem as 7,5 mil lâmpadas que o próprio Bernardo instalou na fachada. No bolso do pai caiu R\$ 454 de luz este mês. “A Copel não apóia”, dispara o menino prodígio. Mas não gasta saliva com lamúrias. Filho e pai cantam “O Tannenbaum”, “Adeste Fidelis” e “Noite Feliz” como se falassem de futebol. Alguém da vizinhança bate à porta e pede para tirar foto, em pé do pinheiro, lambrequim e torre ao fundo. Está perto, afinal, a noite de Natal.

Poty está vivo no Cartório do Cajuru

José Carlos Fernandes

Essa coluna é dedicada a Valério Hoerner, que contou no livro Ruas e histórias de Curitiba o melhor do que sabemos sobre o Vagão do Armistício

É provável que o Cartório do Cajuru seja o único no país a funcionar como espaço cultural. Não se tem notícia de outro. Mais de 30 obras de Poty Lazzarotto ficam expostas nas paredes. Um luxo. Quem chega é recebido por seu Silvino, um flanelinha que traja terno e cartola. Não é tudo. Como foi morada da família do artista e de seu dono – o cartorário João Lazzarotto, 78 anos –, o estabelecimento guarda um jeitão de casa da mãe. Ali, a cachorra Pepita trança as pernas da freguesia. E até pouco tempo, creiam, Joãozinho, como é chamado, criava galinhas no estacionamento.

Mas o melhor está da porta para fora – no quintal. Em anexo ao salão bege em que as certidões negativas são despachadas está o barracão onde Poty – com folga um dos mais importantes ilustradores brasileiros de todos os tempos – foi descoberto na década de 1940, ainda piá.

É o que há. Acanhado – tem algo como 3 de largura por 6 de fundura – e sem atrativos, o barracão não passava de um abrigo para a vaca dos Lazzarotto. Para piorar, ficava às margens do “Desvio 108”, nome dado a uma das rotas da RFFSA, na antiga Avenida Capanema, hoje Affonso Camargo. Quando o trem passava, arre, tremia o chão de tábuas onde Poty menino pisava.

Nada que assustasse o ferroviário Isaac Lazzarotto. Por volta de 1937, ele e a mulher – Júlia Tortato – passaram a servir ali um risoto que hoje, sei não, levaria Santa Felicidade à bancarrota. Tudo sem fricotes, mas com rigores que faziam marchar miudinho a turma do Exército, público-alvo da cantina.

O jantar era servido pontualmente às 19 horas, para não mais de 40 bocas, sem choro nem vela. Fosse governador, chefe da repartição ou cantor de rádio, tanto fazia – não avisou a vinda, que chupasse o dedo no Desvio. Pois é, ao descobrir o tempero da Júlia e a conversa de Isaac, os eleitos e os famosos deram um golpe de estado e ocuparam as mesas dos fardados.

A moda durou nada menos do que 23 anos, tempo em que o “vagão do armistício”, apelido dado numa alusão a sua semelhança com um contêiner de guerra, abrigou

conchavos políticos, tramoias do futebol e palhinhas de astros como Sílvio Caldas, Francisco Alves e as irmãs Batista, de passagem por aqui para cantar na Clube, Marumby ou Guairacá. De quebra, a clientela seleta garantiu o encontro de Poty com seu mecenas, o interventor Manoel Ribas.

Na década de 60, com a cidade mais crescidinha, não deu outra, a cantina fechou. Não fosse Joãozinho, a meia-água teria virado lenha numa noite fria de agosto. Desde aquela época, o cartorário cuida do barracão como se fosse o Paço Municipal. A pintura está impecável, há flores nos canteiros, cortinas de chita nas janelas. No teto abaulado se pode ver os afrescos que Poty deixou na sua Capela Sistina suburbana.

“Tá vendo essa mulher com uma cesta de flores? É nossa avô Mônica. Era francesa e cultivava copos de leite”, informa o homem, dedo ao alto. Ele é de pouca fala, mas dentro do vagão, tagarela. Não passa mês sem que um grupo de escolares levante a tramela e se sente para ouvi-lo contar a saga de um grande artista criado na linha do trem, do qual é guardião da memória.

Tudo bem – falta o Vicente Celestino a cantar “O Ébrio” depois de se faltar de risoto. Mas dá-se um jeito. O veterano serve refri com bobagens para a criançada, mostra um vídeo sobre o mano, e deixa o resto por conta da imaginação, essa louca que, graças a ele, ainda ronda aquelas plagas do Cajuru.

Em tempo. A próxima pedida é abrir ao lado o “Espaço Poty”. Seria perfeito: os Lazzarottos estão no “Desvio 108” desde 1895 – 115 anos. Fizeram de um bom prato de arroz uma página curitibana e revelaram um mestre que é a nossa cara. Não lamenta que pouca gente se lembre disso ao passar embaixo do “Viaduto da Anaconda”, onde estão o cartório e o vagão. Sei que a depender do Joãozinho, essa história não dorme tão cedo. Quanto aos que dela fazem pouco, nossas sinceras vaias.

ANEXO B

Roteiro de entrevistas em profundidade

1.º BLOCO [memória familiar]

- Grau de escolaridade dos pais e dos irmãos.
- Proximidade letrada maior [parentes, vizinhos, padrinhos]
- O que os pais e pessoas próximas diziam sobre a escola.
- Qual o sentimento deles em relação à escola [desimportância, melancolia, frustração]
- Ganhou alguma vez um livro de presente?
- Qual o fato mais importante de sua vida – o mais marcante.

2.º BLOCO [memória de leitor]

- Havia livros em casa? Quando se deu seu contato com os livros? Qual sua memória mais antiga dos livros?
- Qual o primeiro livro que leu?
- Qual o primeiro livro do qual você gostou?
- Quando se distanciou dos livros e por quê?
- Quando se reaproximou dos livros e por quê?
- Por que você é leitor? O que significa para você ser um leitor?
- Os livros lhe ajudaram a resolver algum problema de ordem pessoal?
- Os livros lhe ajudaram a resolver algum problema de ordem social?
- Você vê sua vida refletida nos livros que lê?
- Você se vê vivendo a vida dos personagens?

3.º BLOCO [memória escolar]

- Com quantos anos você entrou na escola e com quantos saiu?
- Por que saiu da escola? Foi uma experiência dolorosa?
- Que tipo de aluno você foi?
- Qual sua melhor lembrança?
- Qual sua pior lembrança?

4.º BLOCO [práticas de leitura]

- Quais suas rotina de leitor [horário, quantidade, compras]
- Qual o lugar dos livros na sua casa?
- Você lê em algum momento específico?
- Como você escolhe os livros que quer ler?
- Faça um inventário de leitura [livros mais importantes na sua vida, últimos livros lidos]
- Você lê em público?
- As pessoas com quem você convive leem?
- Acesso aos livros

5.º BLOCO [práticas urbanas]

- O que na cidade lhe angustia?
- Qual sua relação com a cidade?
- Caminhada, lazer, voluntariado, dança...
- O que gosta de observar na cidade?
- Os livros ajudam você a prestar mais atenção na cidade?

ANEXO C

Entrevistas editadas com os 12 leitores acompanhados para a tese

1. **Eloir José Golemba**, 31 anos, natural de Guarapuava, Sul do Paraná, ensino médio completo, taxista.

1.º BLOCO [memória familiar]

Passei a infância em Rio Azul, perto de Guarapuava. Meus irmãos não estudaram. Eu mesmo concluí o segundo grau em Curitiba. Comecei a trabalhar aos 14 anos. Meu pai dizia que o estudo não ia trazer nada, que eu não ia ter retorno. Eu não tinha o modelo de ninguém.

2.º BLOCO [memória de leitor]

O livro me foi apresentado na escola. Passava tardes inteiras na biblioteca. O primeiro livro que ganhei, não lembro se foi *Robinson Crusoe* ou *O menino do dedo verde*. Quem me deu foi o diretor do colégio, um professor de inglês. Eu estava na quinta série.

O primeiro livro que li acho que foi *Pingos do Mar*, na 2.ª ou 3.ª série. Mas o livro que mais gostei até hoje foi *Os meninos da Rua Paulo* [de Ferenc Molnár], que ganhei esses dias do [ex-deputado federal] Marcelo Almeida. Este livro me ajudou entender coisas que eu não entendia. Mesmo assim, até hoje o livro com o qual mais me identifico é *O menino do dedo verde*. Eu vejo a minha história na história do Tistu.

3.º BLOCO [memória escolar]

Fui um aluno “meia boca”. Lembro que eu gostava muito de desenhar. Na 5.ª série peguei recuperação em Português e Inglês. Deixei a escola aos 14 anos, mas eu queria ter continuado. Quando vim para Curitiba, aos 18 anos, continuei. A escola tinha sido para mim uma experiência feliz. Mas nesse intervalo eu me distanciei da leitura. Ao voltar para a escola, ganhei apostilas dos meus primos, me senti atualizado, conheci um mundo diferente.

Quando saiu meu livro [*Ah, se meu táxi falasse...*], levei para a professora de Português que tinha me deixado em recuperação. Ela falou para os alunos que eu tinha dificuldade e que havia vencido.

Do que sinto mais saudade na escola? Das amizades, dos professores. Mas eu era tímido e por ser gordinho era deixado de lado. Como se fala hoje, sofria *bullying*.

Quero fazer faculdade. Não sei se Direito ou Engenharia Mecânica.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Leio no carro, acho que rende uma hora por dia. Acabo de ler *Crônicas dos senhores de castelo* [de G. Braman e G. Norris]. A cada dois, três dias leio um livro. Chego a ler quatro por mês. Compro, ganho e troco. Toquei livros com a Maria Cristina de Andrade Vieira – dei o meu e ela me passou outro. Ela foi minha passageira. Troquei com o Luis Fernando Veríssimo.

Os livros ficam numa estante na sala, bem na entrada da minha casa. Tenho um espaço reservado para ler, quando preciso de silêncio. E estou lá, minha família sabe que eu estou lendo. Se estou deprimido, leio mais. Escolho pelo autor, pelo título. Depois que leio, converso a respeito com a minha cunhada. Não tem muita gente que lê nas minhas relações.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

A vinda para a cidade foi importante na minha vida. Meus irmãos vieram também e depois meus pais, que conseguiram trabalho e com o que ganharam aqui conseguiram comprar uma casa para eles em Rio Azul.

Moro no Uberaba e dirijo táxi o dia inteiro. Eu observo muito a cidade e escrevi um livro com minhas sugestões. Acho que os taxistas deveriam ser mais ouvidos. Vejo onde poderia haver um sinaleiro, um posto de saúde. Queria passar minhas sugestões para o Luciano Ducci. Tenho soluções práticas para a cidade.

Meu lazer é ir na escola de dança do Edson Carneiro, faço zuck. É um exercício. Gosto de conhecer pessoas diferentes, de observar a diversidade da cidade. Acho que tenho mais imaginação e devo isso aos livros.

- 2. Devanir Lopes da Silva**, 38 anos, marceneiro, tem o segundo ano do ensino médio. Mora em Curitiba, é casado e tem uma filha. Tem um livro inédito.

1.º BLOCO [memória familiar]

Meus pais não eram alfabetizados. Venho de uma família de seis irmãos e meu pai achava que tinha de criar a gente para trabalhar. Bastava ter o básico, o primário. Minha mãe percebeu que eu tinha interesse pela leitura e me incentivou. Ela via a educação

como um valor. A mudança para a cidade grande melhorou a relação com a escola. Meu pai participava de sindicato e disseram para ele que filho tinha de estudar.

2.º BLOCO [memória de leitor]

Minha lembrança mais antiga é a cartilha de alfabetização. Não esqueço do livro *Nhá Balbina*, sobre o uso do “nh”. Gostava de recortar figuras. E o primeiro livro do qual gostei era sobre o João Bobo.

Os primeiros livros eu ganhava das patroas da minha mãe. Lembro de ter ganhado livros da Coleção Vagalume. Eu tinha 8-9 anos. Os livros que a gente recebia ficavam em baixo do colchão, porque não tinha lugar para guardar. Um deles era o *Zadig*, do Voltaire. Eu lia com prazer e é assim até hoje. Dessa leitura veio o meu desejo de escrever. Isso tudo a escola não tirou de mim, como dizem.

Eu só me distanciei dos livros quando deixei a escola para trabalhar. Comecei a namorar e achei que estava fazendo a coisa certa, pois tinha de ajudar a minha família. Quando voltei, lia de tudo. Um livro que me marcou nesta fase foi *O alquimista*, do Paulo Coelho. Sei que muita gente fala mal, mas esse livro me mostrou que a gente não precisa ir muito longe para encontrar o que está procurando. Pode estar perto. Esse livro me deu confiança para continuar.

Quase todos os livros que leio são um encontro comigo mesmo. Mas gosto mais dos autores franceses. Me identifico com *O Pequeno Príncipe*, que imaginava um mundo sem guerra. Gosto dos temas políticos. A guerra é uma discussão muito mais profunda. Eu vejo muitos filmes. Para mim são como livros, o mesmo prazer. Sou cinéfilo e fico procurando filmes que falem dos livros. Esses dias vi *O nome da Rosa* e *Doutor Jivago*.

3.º BLOCO [memória escolar]

Fui um aluno mediano. De zero a 10 eu estava entre 6 e 7. Minha melhor lembrança da escola são os meus amigos. E as professoras. Tive duas professoras que gostavam do que eu escrevia. A professora Guilhermina mostrava as minhas redações. Acabou que eu fazia redação para um monte de gente tirar nota, no Colégio Estadual Pedro Macedo, no Portão, onde eu estudava. Foi assim que descobri o meu dom de manipular as palavras. A escola me ajudou a descobrir isso e a ter consciência política.

Saí com 14 anos da escola, voltei com 22 anos. Saí de novo. Da última vez, achei que seria transitório. Mas me casei com 25 anos e não teve volta. Não esperava que eles

abrissem uma exceção para mim porque eu precisava trabalhar. Sou igual a todo mundo e faltava muita aula por causa do serviço.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Sou um leitor anárquico. Volto a ler principalmente quando quero escrever sobre um assunto e preciso de mais informações. Gosto de trocar livros com as outras pessoas. Hoje tenho um armário específico em minha casa, para que minha filha tenha uma relação com os livros. Já não ficam em baixo do colchão como na minha casa. Ela tem 11 anos.

Minhas escolhas do que ler são aleatórias. Agora estou com vontade de ler o Lima Barreto. Tudo o que ele dizia naquela época [início do século XX] está acontecendo hoje.

Às vezes, leio em público, nos intervalos aqui da marcenaria. Mas procuro separar as coisas. Não fico falando de livros com o pessoal daqui. Sei que desperta curiosidade. Quando eles me perguntam digo que é um *hobby*.

Quero publicar o livro que escrevi e isso me angustia. Se acontecer...

5.º BLOCO [práticas urbanas]

Eu tenho medo da violência, pela minha família. Mas vou ao Largo da Ordem com a minha mulher e ao shopping, porque a minha filha adora. Também vou a encontro de poetas, mas não tenho como ir sempre, por que viajo para montar móveis noutros lugares.

Estando em Curitiba, sou meio de rotina. Quando eu tinha 20 anos queria ir embora do lugar onde moro [Vila São Jorge, no Portão]. Estou com 38 anos e ainda não fui. Não resolvi essa equação na minha vida. Sou um cara atento à cidade. Mas tenho um sentimento de impotência.

Entro em muitas casas para montar móveis. Observo onde estão os livros. As pessoas às vezes põem empregada para cuidar da gente. Ninguém sabe nesses lugares que sou um leitor. Já aconteceu de eu comentar sobre livros com a dona da casa, mas foi uma vez, porque houve abertura.

3. **Aldo de Brito**, 76 anos, aposentado, ex-pequeno jornalista, antigo ginásio incompleto. Mora no Juvevê. Viúvo e casado pela segunda vez. Tem quatro filhos.

1.º BLOCO [memória familiar]

Meus pais tinham instrução primária e não eram dados à leitura, acho. Não tenho lembrança de como a leitura era vista por eles. Mandavam os filhos para a escola primária, e pronto.

Mas eu tinha meu irmão mais velho, Valdemar. Nossa diferença era de 14 anos. Ele esteve no Exército e viveu o tempo da Guerra. Lia muito. Me influenciou. Eu tinha muita curiosidade. Onde eu morava, no interior de Santa Catarina, não tinha nem rádio. Mas o Valdemar era muito dado à leitura. Lia muito jornal. Em Curitiba, a gente morava no bairro Santa Quitéria. E tinha aquelas jardineiras de transporte público. O pessoal do ônibus apelidou o meu irmão de “o homem que lê”.

Ele também estudou, fez contabilidade, aprendeu na Cultura Inglesa. E tinha uma biblioteca pequena em casa. Foi ali que eu conheci os livros do Dostoievski e do Victor Hugo.

2.º BLOCO [memória de leitor]

Minha lembrança mais antiga era o livrinho do *Jeca Tatu*, do Monteiro Lobato. Vinha no frasco de biotônico. E a cartilha da escola. Mais tarde, eu tinha acesso ao jornal na Casa do Pequeno Jornaleiro, onde morei de guri até fazer 18 anos. Também lia as revistas *Seleções* e *O Cruzeiro*, que eram vendidas da mesma maneira como os jornais.

Era prazeroso. Eu adorava ler as crônicas do Antônio Maria. Logo que saí da Casa, fiz minha ficha na Biblioteca Pública do Paraná. Acho que fui o leitor 300 e poucos. Minha lembrança forte é de ter lido *Guerra e Paz*, do Tolstoi, e *Os miseráveis*, do Victor Hugo. *Guerra e Paz* foi o primeiro livro de que de fato gostei. Eu era muito tímido e a leitura era uma forma de lidar com a timidez.

Quando me casei da primeira vez, me distanciei da leitura. Minha mulher tinha muitos problemas emocionais. Eu viajava muito. Calculo ter ficado 15 anos sem ler. Retomei depois da minha aposentadoria, em 1993. Acho que a leitura estava “guardada”, me esperando.

Um dos livros que mais me marcaram foi *Diários de Anne Frank*. Fiquei tão entristecido e surpreso de ver uma menina de 14 anos com aquela maturidade. É um livro adulto, ao contrário do que falam.

Lembro de quando eu trabalhava no Senac e numa viagem li *Moscou ida e volta* [de Edmar Morel]. Meu chefe disse que eu estava influenciado pelo comunismo.

3.º BLOCO [memória escolar]

Lembro de uma professora que dizia que eu devia estudar mais. Mas eu era preguiçoso. E sofri humilhação. Um professor sempre dizia: “Vem cá Brito”. O pessoal ria de mim, “cabrito”. As aulas no Pequeno Jornaleiro não eram estimulantes, porque a gente levantava de madrugada para entregar jornal e tinha aulas à noite, quando estava muito cansado. Viver ali foi o fato mais marcante da minha vida, pois sofri muito, ainda que tenha aprendido muito. Fiquei dez anos lá. Só tenho saudade da camaradagem.

Aos 22 anos, fiz admissão do ginásio no Lysimaco Ferreira da Costa. Fui perseguido por um ex-padre que dava Latim. Ele me reprovou para mostrar serviço. Nunca mais voltei no colégio para ver se eu tinha passado de ano.

Saí da escola revoltado. Foi uma experiência dolorosa, me afastou do estudo.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Não sou de comprar livros, mas compro de vez em quando. Comprei a biografia de Gandhi. Gosto de ir ao shopping e ficar lendo orelhas dentro das livrarias. Gosto de ler um pedaço. E que me tornei o maior colecionador que existe de orelha de livros. E na livraria fico dentro do livro. Mas não gostaria de ter uma estante cheia de livros em casa. Para quê?

Gosto de história de gente. O exemplo de gente como o Gandhi me comove. Agora estou lendo *O príncipe maldito*, da Mary Del Priore. Li *Uma mente brilhante*, mas achei chato. Gosto de *Estrela solitária*, do Ruy Castro. E *Toda a poesia de Augusto dos Anjos*. Não gosto de romances.

Sou seletivo. Não invisto mais tempo em livro ruim. Minha escolha recai sobre histórias vividas. Antigamente eu lia Dostoiévski e Tolstói

No início, acho que a leitura era uma fuga. Mas hoje me traz um mundo à parte. Talvez eu me imagine naquelas histórias antigas. Mas me comunico melhor escrevendo do que contando o que li. Quase não leio em público. Se tiver gente me olhando eu me intimido.

Leio antes de dormir. E à noite, enquanto minha mulher vê novela. Calculo que leio dois livros por mês. Quando estou numa fase de mal-estar, relaxo escrevendo e lendo. Deixei de ir à Biblioteca Pública escrever à máquina porque as pessoas ficavam me olhando. Estou escrevendo à mão.

Não tenho muita troca com pessoas próximas. Tive quatro filhos, todos homens. O mais velho é uma bênção. O mais novo me ajuda muito, pois sou aposentado e ganho pouco.

O segundo estudou Filosofia, lê muito, gosta de magia e alquimia, mas tem um gênio muito difícil.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

O português Garcia, da Padaria Camponesa do Minho, sempre conversa comigo sobre leitura. Gosto muito de circular pela cidade, mas eu sou muito fechado. Vou na Biblioteca Pública [mora no Juvevê] e desço a pé. Vou ao shopping e nos cinema nos dias que é mais barato para aposentados.

Olho para as pessoas, mas não fico pensando no que elas são. Mas tenho saudade do passado. Quando olho uma casa antiga fico pensando em que história aconteceu ali. Talvez eu esteja em busca de uma cidade perdida. Me vejo prestando atenção em determinados lugares. Olho o Largo da Ordem. Talvez a leitura preencha uma lacuna.

4. **Anderson Bordignon**, 31 anos, ensino médio completo, casado, programador visual autônomo, morador da Vila Zanon, ocupação irregular no bairro do Tatuquara. É adventista do sétimo dia.

1.º BLOCO [memória familiar]

A gente tinha livros em casa e era estimulado a estudar. Meu pai comprava histórias em quadrinhos. O estudo para meus pais era um valor, mas eles não conseguiram me influenciar para que eu me tornasse um leitor. Somos em três irmãos e era uma guerra para a gente ir para a escola.

Mãe queria voltar a estudar, mas teve dificuldade de assimilação. Eles batalharam e concluíram a oitava série. Eles acreditavam que o estudo poderia melhorar a vida da gente.

2.º BLOCO [memória de leitor]

Li muito gibi. Li *Os 3 Porquinhos*. Lembro de gostado de um suspense – *O segredo do quarto 66*. Foi determinante para mim esse tipo de literatura. Mas para mim, a leitura veio como uma necessidade da escrita. Quando comecei a escrever – que era o meu desejo – passei a ler mais. Eu tinha mais ou menos 17 anos quando isso aconteceu.

Eu sempre fui muito tímido e tinha dificuldade de me colocar. Comecei a escrever sem compromisso. Fazia isso quando era caixa de um supermercado e escrevia, sem compromisso, nas sobras dos rolos de papel. Eram pensamentos, coisas do dia. Fui

juntando. As pessoas que trabalhavam comigo liam e me incentivavam. Elas me reconheciam como escritor. Comecei a me apaixonar por essa ideia.

Só que isso acabou interrompido. Terminei o ensino médio e deixei a escola para trabalhar. Tinha 18 anos, consegui um emprego numa indústria de higiênicos. Não tinha mais vontade. Dois anos depois eu me casei e minha mulher gostava muito de livros – lia Paulo Coelho e Renato Gaúcho. Ao vê-la lendo, senti saudade do tempo em que eu lia. Acabei conhecendo o Augusto Cury por intermédio dela. Não tinha muito a ver comigo, mas comecei a mudar meu ponto de vista.

Me identifiquei com o Cury e tem muito dele no meu livro, *Esse é o meu país*, que lancei quando tinha 27 anos. Tem influência também de *A cidade de Deus*, de Paulo Lins, que li por causa do filme. Me incomodava a desigualdade. Mas os livros de autoajuda me deram confiança e me ajudaram a vencer a timidez.

Ler para mim é poder enxergar. Abre a mente. Ajuda a colocar objetivos e metas.

3.º BLOCO [memória escolar]

Comecei a ler na escola, mas não era muito fã. Fui um aluno mediano. E do que sinto mais saudade é dos amigos. Teve uma fase difícil – por ser muito tímido, sofria *bullying* das gangues de bairro. A retomada da leitura foi uma nova escolarização para mim. Eu pensava em fazer Desenho Industrial, pois sempre gostei muito de desenhar. Mas tudo foi interrompido pelo trabalho e pelo casamento.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Convivo com poucos leitores. Mas venci a leitura como tarefa escolar. A leitura vingou para mim como prazer. Passa pela escrita – li mais para conseguir escrever mais. Muitos colegas pediam para eu escrever coisas para eles. E escrever é difícil. Corri muitos anos para conseguir publicar e levei muita porta na cara. Um tio de São Paulo, rico, me ajudou.

Quando pego um livro, leio até o fim, sem parar. Está sendo assim com *O cavalo de Tróia*. Mantenho minha pequena biblioteca em casa, num lugar de destaque na sala. Escolho muito por indicação. Mas procuro uma linha evangélica. Sou bem eclético. E um leitor reservado.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

Sou caseiro. Faço placas e *banners* em casa. Vou a parques de vez em quando, mas eu gosto do meu espaço. Prefiro o campo, um lugar mais pacato. Tenho poucas relações sociais. Sou adventista do sétimo dia. Faço grafites de vez em quando e quando sou chamado vou a escolas falar sobre o meu livro. Gosto de observar as pessoas. Tipos humanos me interessam. Penso mais do que falo.

5. **José Pereira da Silva**, 82 anos, aposentado, ascensorista na Associação Comercial do Paraná [ACP], morador de Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba.

1.º BLOCO [memória familiar]

Sou de Paraguaçu Paulista, no interior de São Paulo e vivi minha primeira infância numa casinha de sapé. Dormi em colchão de tariba, como a gente chamava o colchão feito com palha de milho. Vivo no Paraná há 57 anos, sou casado, tenho quatro filhos, seis netos e um bisneto.

Eu tinha 3 anos quando minha mãe morreu, deixando seis filhos. Na noite em que minha mãe morreu, não sei se foi sonho, vi uma mulher subindo ao céu com uma lamparina

Fui mandado, com outros irmãos, para um abrigo de menores em São Paulo, capital, e lá fiz o primário. Em 1944, saí desse lugar e fui para uma escola agrícola, em Itapetininga. A vida no abrigo foi difícil. Apanhava todo dia. Quando eu tinha 18 anos, meu pai reapareceu, me ofereceu pés de café para colher. Mas veio a geada de 1949. Acabei fugindo para Londrina, no Norte do Paraná, e lá trabalhei como ascensorista na primeira edificação da cidade.

Em Curitiba, tempos depois, eu fazia caixinhas no Matte Leão. Lá conheci minha primeira mulher, Dirce da Silveira. Ela pediu para vir comigo. Em 1955, passei na Associação Comercial do Paraná e pedi serviço. Em 1956 entrei aqui e desde então estou sempre lendo no elevador.

2.º BLOCO [memória de leitor]

Gostava de ler desde criança. Fugia do abrigo e ia no depósito de lixo do Tatuapé. Procurava livros e revistas no lixo. Pegava Seleções, *Manchete* e *Cruzeiro*, recortava e fazia álbuns com as histórias que me interessavam mais. O contato com o livro era pequeno. E tinha os gibis – que vinham pelas famílias dos internos que recebiam visitas. Eu não recebia. Mas ganhava balas dos colegas e ia chupando devagarinho, para

durarem uma semana. Até hoje chupo balas enquanto estou lendo. Um monte, porque passei muita necessidade.

No abrigo eu tinha dificuldades de ler bem. Mas lia como uma forma de me proteger. Eu desenhava no chão e ficava quietinho num canto. Me derrubavam, não gostavam de mim. Os cadernos era trancados em armário, para a gente não transformar em papel higiênico. Eu era muito retraído. Tenho Síndrome de Asperger [um grau de autismo]. Quando minha irmã de São Paulo me liga não tenho nada a dizer a ela. Dizemos “oi” e acaba o assunto. Sou bom ouvinte.

Acho que o primeiro livro que li e gostei foi *Os três mosqueteiros*

Já em Curitiba, anos depois, descobri que o Consulado dos EUA dava livros americanos traduzidos para o português e ia lá buscar. Ficava três-quatro horas na Biblioteca Pública, lendo. Quando escolho um livro vou até o fim, lendo aquele mesmo livro.

Acabo de ler *Querido John*, de Nicholas Sparks. Sou igualzinho ao personagem. Vi meu interior. Tenho Síndrome de Asperger e muita gente acha que sou antipático. Só com 82 anos eu fui saber o que acontece comigo. Eu já me vi em vários personagens, me identifico, eu rio. E fico triste com o que acontece nas histórias.

Quando comecei a ler eu fui conhecer o mundo.

Gosto muito de biografias.

Estou no volume 9 de *Cavalo de Tróia*.

3.º BLOCO [memória escolar]

Fui um aluno mediano. O que eu mais gostava era desenhar também, quadriculava figuras para depois ampliá-las. Não tenho quase nenhuma lembrança de meus anos de escola. Tenho, sim, algumas recordações ruins, como os castigos, aplicados por quatro vigilantes do orfanato. No abrigo tinha aulas de catecismo. A vivência naquele lugar e a leitura me colocavam contra Deus. Não tenho religião. Mesmo assim, li duas vezes seguida a Bíblia Sagrada.

Voltei para a escola em 2009, no programa Luz das Letras. Ali, escrevi minha biografia. Deu 60 páginas. A professora mandou cortar e ficou em 60 páginas.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Escolho pelo autor, pelo título ou por indicação. Gosto de Jorge Amado e de Ernest Hemingway. Chego a ler de quatro a seis livros por mês. Antes eu lia mais rápido. Leio

no elevador desde que entrei na ACP, em 1956. Cheguei a ter uma biblioteca de 800 livros em casa. Calculo ter lido 1,5 mil livros na vida.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

Gosto da vida urbana. Por causa da minha timidez, presto atenção em tudo, nas construções, nos cemitérios. Os livros fizeram com que eu prestasse mais atenção na cidade. Gosto de casas antigas e fico imaginando o que teria acontecido ali. Mas não sou de sair e de me associar. Não vou a bailes, embora bem que tentei aprender a dançar. Sempre gostei é de andar pela cidade. Fazia isso em São Paulo, observando, observando. Sou curioso.

6. **Sira Quiza Garcia**, 70 anos, dona de casa, viúva, mãe de três filhos e de seis netos. Espanhola de Cariño, chegou ao Brasil em 1952.

1.º BLOCO [memória familiar]

Meu pai gostava de ler, mas minha influência veio do irmão nove anos mais velho – que me comprou um livro de História para estudar no colégio. O professor não tinha mais o que ensinar para ele, de tanto que sabia.

Meu pai era ligado ao movimento sindical e me ensinava a fazer contas. A saber as capitais de cor. A dançar a *muñera*, uma dança típica de lá. Meu pai era capitão do mar e meu irmão contador. Eu sabia de cor o nome de todos os rios da Espanha. Depois da Segunda Guerra, meu pai quis ir embora da Espanha. Chegamos ao Brasil em 1952.

Cogitou ir para a Argentina, mas o Brasil nos aceitou, desde que fôssemos para o campo. Mas meu pai não queria e se habilitou a ser confeitoiro. Acabamos ficando em Niterói, onde ele trabalhou na fábrica Coqueiro. Depois mudamos para o Rio de Janeiro. Meu pai era bem para frente. Tinha viajado pelo mundo, seu braço tinha tatuagem, acabamos indo parar em Londrina, onde não havia escola para mim.

Quando cheguei aqui, não se falava mais em escola. Meus pais me ensinavam etiqueta e me preparavam para um marido. Botei na minha cabeça que não me casaria com um homem que não tivesse certa cultura. Tinha de saber mais do que eu. Meu marido era engenheiro, conhecia a história do mundo, comprava livros.

2.º BLOCO [memória de leitor]

Meu pai me ensinava a ler revistas. E livros. Acho que o primeiro que li inteiro foi *O vento da esperança*. Eu tinha 16, 17 anos. Peguei gosto. Mas àquela altura eu já conhecia *Dom Quixote* e as obras de García Lorca. Li *Odisseia*. E depois da primeira leitura, li tudo o que o García Lorca escreveu. Ah, o *Romancero Gitano*.

A leitura era como se eu sonhasse, me desligava do real e passava para o irreal. Eu sempre me via naqueles lugares. Até hoje é assim. Ao ler estou viajando.

A leitura também ficou associada à música, talvez porque na casa em que fiquei quando cheguei ao Brasil as meninas tocassem violino e piano.

Os livros me fizeram capaz de entender as pessoas, de aceitá-las.

3.º BLOCO [memória escolar]

Fiz na Espanha o equivalente à 7.ª ou 8.ª série. Fui uma aluna mediana. Minhas boas lembranças são os professores, os amigos, o recreio, as piçarras. Lembro de um professor que ensinava cantando. Quando cheguei aqui não se falava no assunto. Lidei mal com a ausência da escola em minha vida. Depois que mudamos do Rio de Janeiro, fomos para Londrina, onde meu pai tinha uma lanchonete. Era 1958, 1959, e suspeito que nem havia escola para mim na cidade.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Gostava de música clássica e lia *Seleções* de cabo a rabo – era minha instrução quando vivia em Londrina. Acho que li de tudo, de Sidney Sheldon a Agatha Christie. Os livros me ajudaram a ter confiança e a admirar as pessoas. Não me importa o que as pessoas falam uma das outras. Me vejo como uma pessoa meio revolucionária;

No começo do casamento, meu marido lia em voz alta para mim. Falávamos do que havia sido lido. Depois diminuiu a frequência. Quando ele morreu, voltei com tudo para os livros. Mas preciso de concentração, de um ritual. Leio à tarde e à noite. Me acalma. As escolhas do que ler vão acontecendo. Foi assim com o García Lorca, que é o autor da minha vida.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

Eu quis saber muito sobre o mundo quando vim para o Brasil. Gosto de conversar com as pessoas. Gosto de perguntar. Acho que por causa dos livros consigo ver a alma das pessoas, se é boa ou se é o quê.

7. **Fabiana Pinheiro**, 28 anos, travesti, cozinheira, natural de Campo Mourão, Norte do Paraná. Tem ensino fundamental completo.

1.º BLOCO [memória familiar]

Minha família tem pouco estudo. Mãe tem a quarta série e pai a sétima série. São agricultores numa família de sete irmãos. Mas uma de minhas irmãs é administradora de empresas. Ela estudava em casa e meus pais queriam que eu fosse como ela. Na minha casa tinha livros, quadrinhos, mãe arrumava tudo. A mãe tinha o desejo de estudar e transferiu esse desejo para os filhos.

O momento mais importante de minha vida foi quando assumi o que sou [a transexualidade]. Minha mãe descobriu tudo quando eu tinha 12 anos. Mas abri para os meus pais quando eu tinha 17 anos.

2.º BLOCO [memória de leitor]

Acabo de ler *Ágape*, do padre Marcelo Rossi. Li e reli. Na infância, ganhei livro religioso da mãe. Não lembro o nome, mas tinha 11 anos e ainda guardo este livro comigo. Li *A Branca de Neve* e me via na personagem, que era sujeita à maldade dos outros. Aos 19 anos li um livro inteiro, que me foi dado pela minha irmã. Gosto mesmo é de romances.

Eu não tinha acesso e não havia uma biblioteca na minha escola.

Mas acho que meu encontro com os livros foi mesmo quando eu perdi meu irmão, por atropelamento. A psicóloga me recomendou os livros. Foi há dois anos e de lá para cá não parei mais de ler. Quando a gente lê a gente viaja.

3.º BLOCO [memória escolar]

Eu era namoradeira na escola e meu primeiro namorado é a melhor lembrança que tenho. E ia bem nas notas e gostava de Português e Geografia. A pior lembrança era o *bullying*.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Leio todo dia. Chego do shopping e começo a ler. Posso ir dormir uma hora da manhã. Gosto de Sidney Sheldon e Harold Hobbins. Fico sozinha. Prefiro a leitura à TV. E guardo os livros, e os livros estão em destaque na minha casa. Como as pessoas sabem

que gosto, ganho livros de várias pessoas. Elas não leem, mas me incentivam. Quando quero algo, vou a sebo, pois é mais barato.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

Trabalho como cozinheira no Shopping Estação.

A violência me assusta. Me pergunto para que tudo isso. Já fui assaltada e maltratada. Fiz BO de ocorrência. Não suporto ver quem agride criança.

Vou a parques. Adoro natureza e andar de bicicleta. Gosto de ir no Jardim Botânico, vejo pessoas diferentes e me aproximo dos outros com facilidade. Sinto faltada minha cidade. Saí de lá com 20 anos porque não havia emprego para mim.

As pessoas se surpreendem ao saber que não me prostituo. Quando cheguei aqui, eu nem sabia andar na cidade. Tenho vida social no Transgrupo Marcela Prado. Vim há três anos.

Tenho um sonho – abrir meu próprio restaurante.

8. **João Ênio Miler**, 69 anos, aposentado da Prefeitura de Curitiba, segurança de uma mansão no Alto da XV. Tem ginásio completo. Natural de Palmas, Sul do Paraná.

1.º BLOCO [memória familiar]

Meus pais davam valor para o estudo. Mas não era comum na minha região estudar mais do que estudei.

2.º BLOCO [memória de leitor]

Eu tinha muita revistinha. Acho que com 13 anos eu li *Robinson Crusoe*, do Daniel Defoe. Vivi aquilo. E havia uma biblioteca no colégio. Pegava os livros, mas ninguém falava nada, se era bom ou não. Não parei. Li muito gibi, revista, e já morando em Curitiba, ia na porta do Cine Curitiba para trocar.

Quando eu gostava de um autor, queria ler tudo o que ele escreveu. Foi assim com o Jorge Amado. Acho que li tudo o que o Jorge Amado escreveu.

Acho que os livros já me ajudaram a resolver problemas e a entender a vida melhor. Esses tempos, ganhei dos meus patrões *O sucesso dos campeões* [de Cheferson Amaro]. Acho que foi o livro do qual mais gostei. É autoajuda. Fiquei pensando como minha vida seria diferente se eu tivesse descoberto antes as coisas que estão nesse livro. Pensei que minha vida seria diferente – que eu teria um emprego melhor.

3.º BLOCO [memória escolar]

Fui um aluno mais ou menos. Não era o primeiro da sala. Era bom em Português e lembro da minha primeira professora, Lindalva, uma moça polonesa. Ao todo fiquei oito anos na escola. Uma das minhas melhores lembranças foi ter feito teatro. Meu personagem era dom Pedro I, no feriado da Independência. Saí daquela experiência com vontade de fazer teatro. Não tive passagens negativas, que eu me lembre.

Cheguei a voltar aos estudos. Fiz seis meses, por incentivo da minha mulher. Foi um erro não ter continuado.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Já abandonei leitura, sim. Minha patroa me deu um livro chamado *A vagabunda* [de Gabrielle Colette. Larguei porque achei sem pé nem cabeça. Paulo Coelho, por exemplo, não gosto. Adoro histórias de vida e aventura.

Leio todos os dias, mas por causa da catarata e da coluna, já não é mais como era antes.

Eu tenho problema de concentração, de guardar o nome dos personagens.

Acho que é um hobby. Só isso.

Agora estou lendo *O cemitério de Praga*, de Umberto Eco – acho que ele é um gênio. Ele me levou para Praga. Acabo de ler *O homem que venceu Auschwitz* [de Denis Avey e Rob Broomby]

Na minha casa tenho 210 livros. Sinto ciúme. Ganho de presente. Emprasto e às vezes vai e não volta. Acho que as pessoas me dão por culpa, porque elas não leem. Dizem “me conte, porque não vou ler mesmo”. Leio por um monte de gente. Tenho muito orgulho de ser reconhecido como leitor.

Depois que leio, gosto de conversar com minha cunhada e com meu genro.

Quando o livro é bom, fico triste na hora em que está acabando.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

Eu tinha 15 anos, em 1957, quando cheguei em Curitiba. Era noite, vi tudo iluminado e me surpreendi com um sinaleiro. Nunca tinha visto. Meu irmão ficou irritado.

Eu arrumei trabalho na prefeitura, fazendo asfalto. Cheguei a ser chefe e a comandar equipe. Naquela época lia bem mais do que hoje. Eu gosto da rua.

Tempos atrás, fiz uma rota e revisitei as ruas que eu ajudei a asfaltar. Não deu para fazer todas, porque foram milhares. Me incomoda a segurança, claro, mas gosto de observar as pessoas. Aconselho a gurizada que vem usar droga aqui na praça. Eles me contam a vida deles.

Morei muitos anos da minha vida no Ahú de Baixo e no Alto da XV. Agora, moro no Bairro Alto. Mas não participo de nada em especial – não gosto. Queria conhecer o Brasil. E a Cidade Luz, Paris.

9. **Mirco Busani**, 76 anos, italiano, metalúrgico aposentado, nível ginásial, morador do Portão, em Curitiba. Tem uma pequena deficiência no quadril, o que tornou, com o tempo, sua locomoção mais difícil.

1.º BLOCO [memória familiar]

Nasci em Regio Emilia, mas meu pai era meio cigano. Passei parte da minha infância e adolescência em Pavia, perto de Milão. Dos 8 aos 16 anos. Para mim aquele tempo era o sonho. Impera na minha memória. Meu pai tinha uma autoescola em Pavia. Mas ele queria viver num lugar onde não houvesse nenhuma chance de guerra.

Em 1952, veio trabalhar na Vigorelli de Jundiaí, no interior de São Paulo. Acabei também trabalhando lá, assim como a minha mãe. Vim com uma certa revolta – deixar tudo, meu país, minha cidade, um lugar onde eu andava de bicicleta para todos os lados. Não falava nada de português. Lembro quando a gente chegou ao Rio de Janeiro e vi no porto a palavra “almoxarifado”. Que palavra esquisita. O que seria “almoxarifado”? E “você”, então? Ficava repetindo: “você”?

Mas gostei tanto do Brasil – em uma semana eu já tinha amigos. Logo comecei a andar de bicicleta por Jundiaí, como em Pavia. Fazia 100 quilômetros de bicicleta. Cheguei a fugir de casa para tocar acordeão em bailes. Tocava música caipira. Dei muito trabalho. Minha mãe gostava de ler. Meu pai, não. Eles viram como natural minha entrega à leitura. Acho que eles não faziam essa relação que se tem de que se estuda para ganhar dinheiro.

Fui metalúrgico por 41 anos, trabalhei na Willis, na Bosch, onde fiz a vida.

Cada vez mais tenho saudade de Pavia. Lembro quando acabou a guerra e as luzes da cidade acenderam. Foi um alívio. Meu pai tinha trabalhado como revisor num jornal fascista. Quando os *partisans* entraram na cidade, levaram meu pai, interrogaram e logo descobriram que ele não entendia nada de política.

Tenho vontade de me despedir da Itália de vez, sou muito brasileiro. Na Copa eu torço para o Brasil. Mas com a idade a Itália é cada vez mais forte em mim.

2.º BLOCO [memória de leitor]

Acho que a primeira leitura que me pegou foram os contos de fadas – adorava Grimm, Andersen. Depois veio a literatura de aventura. Aprendi a ler sozinho, antes de ir à escola. O que me atraía era o mundo dividido entre o bem e o mal. Tempos depois li Emilio Salvari e acho que foi definitivo. Com o Salvari fui à Malásia, ao Caribe, à África. Eu lia com prazer.

Nunca me apartei da leitura nesses anos todos.

No meu primeiro ano de Brasil acho que li toda a obra do José de Alencar, num português arcaico – li e entendi. Jorge Amado veio depois. Idem, li tudo. Acho que conheci o Brasil pela leitura. Mas sou capaz de ler também Sidney Sheldon, sem problemas. Li Dostoievski e li Paulo Coelho. Li muito livro de bolso.

A leitura é uma forma de lazer, mas também de viver a vida. Com a velhice, virou uma distração. Mas foi uma forma de entender as coisas difíceis para mim – como a corrupção no Brasil. Eu sempre quis entender por que o Brasil, um país muito mais rico que os Estados Unidos, aceitava a corrupção.

Falta patriotismo no Brasil. Os italianos são muito patriotas. Aliás, sou louco por mitologia, pelos heróis e os encontrei na obra do Emilio Salgari.

3.º BLOCO [memória escolar]

Em vez de estudar, eu lia. Tinha aversão pela escola, mas não pela leitura. Não conseguia me dedicar. Mesmo assim, até o quinto ano era aluno nota 10. Meus pais viram com naturalidade e não insistiram para eu continuar estudando. Eu tinha resistência à disciplina da escola, queria a liberdade. Viram que eu não tinha jeito.

Quando cheguei ao Brasil, em vez da escola, fui trabalhar na fábrica da Vigorelli – era menor e ganhava o que seria, sei lá, dois cruzeiros por hora. Gostei muito e foi assim que comecei minha carreira sem precisar da escola.

Uma lembrança que tenho foi de um amigo meu, o Fide, que estudava para pular um ano, o que acontecia naquela época. Botei na cabeça que também ia pular um ano, mesmo sem gostar de estudar. Me matei um mês, estudando, e consegui. Pulei o quinto ano. Eu queria apressar a escola.

Tinha muito atrito com os professores.

A única falta que sinto foi de não ter estudado História de forma ordenada. Teria me ajudado, pois gosto muito do assunto, mas me faltam informações.

Acho que no fundo as minhas paixões são os heróis.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Tenho livros em casa. Ganho muito, compro, já me desfiz de várias levas. Pode cair o mundo quando estou lendo. Eu escolho o que vou ler por instinto. Com a idade, ficou mais difícil. Cheguei a ler dois livros por semana. Hoje leio um a cada 15 dias. Não tenho necessidade de conversar sobre os livros que leio.

Leio em público, se precisar. Se vou ao médico, leio na sala de espera. Mas a leitura para mim tem de ser feita de forma confortável. Sou de zapear na frente da televisão: ponho um banquinho perto do sofá, com livros, revistas e o controle remoto. Faço palavras cruzadas em italiano, sabia? Vou administrando tudo isso ao mesmo tempo.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

Acompanho a vida pelo noticiário. Me incomoda a politicagem. E sou do tipo que sonha com um mundo melhor. Já fui mais participativo. Era de bailes e dava festas em casa. Eu e minha mulher ficávamos na pista do prefixo ao sufixo das orquestras. A leitura me fez imaginativo e curioso. Olho a vejo.

10. **Terezinha Nicola Hubie**, 81 anos, viúva, dona de casa, natural de Porto Amazonas, radicada em Curitiba desde a década de 1950. Mãe de três filhos. Estudou até o quinto ano.

1.º BLOCO [memória familiar]

Sou de uma cidade pequena, Porto Amazonas. Meus pais não tinham estudos, mas me incentivavam – éramos em seis filhos em casa. Mas recebi o estímulo de um irmão mais velho, que tinha estudado.

Casei em 1950, vim para Curitiba em 1952, sem nunca ter deixado de ler. Chamavam a gente de “família lelé”, de tanto que meu irmão e eu liamos.

Acho que a leitura vem do lado francês da minha família – os Kassus, por parte de mãe. Meu avô era um grande contador de histórias.

2.º BLOCO [memória de leitor]

O livro mais importante da minha vida é a *Bíblia*. Não lembro qual foi o primeiro livro que li inteiro, mas lembro de ter lido muito Monteiro Lobato. Quando vim para Curitiba, uma coisa que me ajudou foi que minha mãe abriu uma pensão e ali moravam jovens que faziam faculdade. Tive muito acesso aos livros graças a eles.

Comecei a comprar a revista *Seleções*. Quando casei, meu marido via tevê eu aproveitava para me dedicar aos livros. E ele viajava, o que me facilitou. Não havia ciúme, pois não deixava os livros atrapalharem a rotina.

Eu comprava a revista *Nosso amiguinho* para meus filhos quando eram pequenos. E a revista *Carrossel*, para montarem. Quando minha filha fazia faculdade de Biologia, eu abria os livros e perguntava para ela o que eram as palavras que eu não conhecia.

Depois fui me interessando por um e outro autor, como o Erico Veríssimo e o Jorge Amado. E minha vida de leitura sempre foi pontuada pelos livros da Igreja Católica.

Uma fase muito boa foi a do Círculo do Livro. Como era bom aquilo. Lembro de ter lido quatro livros em 20 dias. Como me diziam: “Se a Terezinha pega um livro, pode acabar o mundo que ela não nota...”

Quando eu li *Comer, rezar e amar* [de Elizabeth Gilbert] fui para a Índia, Itália. Foi assim com *Crônicas de Nárnia* [de C.S. Lewis].

Acho que a leitura me salvou. Se eu não tivesse leitura não teria suportado a morte do Arthur [marido, com cerca de 60 anos] e do meu filho Paulo [de câncer, aos 48 anos, em 2009].

3.º BLOCO [memória escolar]

Eu gostava muito da escola. Tanto que quanto terminei na quinta série – e não havia mais para onde ir – eu passava a lição no quadro para a professora. Parei de fazer esse serviço quando arrumei emprego na Serraria João Bettega, em Telêmaco Borba. Eu gostaria de ter sido professora. Não saía da biblioteca da escola.

Mas uma coisa da qual não me esqueço é que a professora Arair, de História, viu meu interesse e pedia para eu ler e contar para ela o que tinha entendido. Me ajudou. Lembro de girar o globo e ir dizendo quais eram as capitais. Fui aluna excelente.

Ter interrompido os estudos foi uma experiência muito dolorosa na minha vida. Chorei muito quando houve a formatura. Minha colega de carteira era a Ariovalda Bonilauri, uma moça bonita, que veio para Curitiba estudar e pôde fazer faculdade.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Continuei contando para as pessoas o que li, como me ensinou a professora de História. Não conto tudo, mas digo que *A cabana* [de William P. Young] é uma bonita história de perdão. Gostei de *O caçador de pipas* [de Khaled Hosseini], de *O livreiro de Cabul* [de Asne Seierstad]. *O cavalo de Tróia* eu cheguei no volume 6 e já ganhei o 8.

Faço minhas escolhas por indicação e por empréstimo e ganho livros de presente o tempo todo. Tenho ciúme, empresto e perco os livros. Para mim, é como um objeto pessoal. Agora tomo nota do que emprestei, senão não volta.

Gosto de aventura de sou eclética – Morris West, Agatha Christie e agora pouco eu estava lendo Jô Soares. Li *Código Da Vinci*, claro. E até revista *Mad*, meu filho que morreu tinha uma coleção com 100 exemplares.

Gosto de fazer palavras cruzadas e teve uma época em que eu arrancava as últimas páginas para não ter a tentação de olhar o que eu não sabia. Sou curiosa, e foi assim com meus filhos.

Prefiro o livro à imagem. Leio até o fim, faço marcas nos livros com partes que eu acho que vão se resolver apenas no final, para ver se acontece mesmo. Se o livro não está bom, continuo, porque pode ficar bom no final. Já me aconteceu várias vezes.

Como tenho sono curto, levei vantagem. Venho para a sala, onde a luz é melhor, me coloco no sofá, e vou até 3 da manhã. Sempre li até de madrugada, acordava e fazia minhas obrigações da casa, sem problema. Meu marido nunca achou que eu estava descuidando dele por causa dos livros.

As pessoas me reconhecem como leitora. E acho que os problemas do mundo decorrem da falta de leitura e da falta de Deus. Muita gente tem a vida vazia.

Carrego textos impressos na bolsa – quando saio de casa, se ninguém quer conversar comigo no ponto do ônibus, leio. E se m dão conversa, depois dou os textos impressos de presente para as pessoas.

Os livros estão em todos os espaços da casa.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

Sou curiosa. E gosto de estar com as pessoas. Sou tagarela. Em 1959, entrei para Legião Maria. Não importa em que cidade esteja, eu vou na reunião e faço amizades [seus filhos moraram em cidades diferentes, o que a leva a visitar “presídios” diferentes da Legião de Maria].

De 1962 a 1984/1986, minha mãe e eu organizávamos excursões. Primeiro para Bom Jesus do Iguape e depois a gente começou a ir para Buenos Aires. Fiquei encantada quando vi aquilo pela primeira vez.

Estou em Curitiba desde os meus 20 anos. A pensão da minha mãe era no São Francisco. Adorava descer de lá para ir até a XV, passear na Avenida Luiz Xavier. Ia na Confeitaria das Famílias, tomava Wimi. Sou rueira. Sei ir de ônibus para qualquer lugar da cidade e minhas amigas ligam para mim, perguntando como chegar nesse ou naquele lugar.

Cada pessoa que encontro poderia ser personagem de um livro. Deus põe as pessoas certas no nosso caminho.

11. Rosane Maria dos Santos, 37 anos, casada, natural de Cerro Azul, moradora do bairro Rio Verde, em Colombo. Trabalha como recepcionista na UFPR. É mãe de dois – um deles foi morto por bala perdida aos 16 anos. Faz primeiro ano do ensino médio no Educação de Jovens e Adultos, o EJA.

1.º BLOCO [memória familiar]

Minha mãe é analfabeta. Meu pai sabe ler e escrever um pouco. Meus pais diziam que estudar era importante. Mas na minha infância estudei só até a quinta série porque só tinha até essa etapa na minha cidade. A gente achava que vindo para a cidade seria fácil, mas não foi. Eu era criança, mas em vez de estudar fui trabalhar como babá.

Nunca teve livros na minha casa.

2.º BLOCO [memória de leitor]

Não lembro de ter ganhado algum livro de presente na minha infância, só na vida adulta. E não gostava de ler até pouco tempo. O primeiro livro que li foi espírita e me foi dado quando meu filho foi assassinado, por bala perdida, quando estava indo para a escola. Ele ficou nove dias em coma e morreu no mesmo dia em que a professora Benigna, da UFPR, foi assassinada [em 7 de março de 2008].

Eu vi o filho dela no hospital – achava que meu filho tinha morrido daquele jeito porque eu sou pobre, moro em Colombo e porque não tinha computador em casa [Rafael, o adolescente, saía de uma *lan house* em direção à escola]. Mas a professora Benigna não era como eu e estava lá, do mesmo jeito. Era confuso.

Comecei a ler depois da morte dele e entrei a depressão. Se não fossem os livros acho que teria morrido. O primeiro foi um livro espírita dado pela comadre da minha irmã. Não lembro o nome. Depois disso, foram 32 livros em seis meses, incluindo romances e livros de autoajuda.

Eu lia para fugir do sofrimento. Não conseguia falar do assunto. Nunca vou me livrar dessa dor. Mas peguei gosto. Os livros me ajudaram. O melhor psicólogo do mundo é o livro. Aprendi a não reclamar da vida. Naquele momento eu estava vivendo uma outra vida. Talvez de todos os livros dessa fase o mais importante tenha sido *A cabana* [de William P. Young, uma história sobre um homem que tem uma filha desaparecida e assassinada]. Estou relendo.

3.º BLOCO [memória escolar]

Eu era uma aluna mediana. E tinha aversão à leitura. Os livros da escola não podiam ser levados para casa. Nosso único meio de informação era o rádio. Mas meu tempo de escola foi uma fase feliz da minha vida. Eu não conhecia outra coisa, então achava bom. A gente trabalhava na roça, às 11h30 parava para ir à escola. A escola era precária, uma escola rural, sem biblioteca. A professora fazia quatro fileiras – cada uma delas era uma série diferente. A gente escutava o que a professora falava para as séries mais adiantadas e aprendia alguma coisa.

Bullying nem se falava. Eu e meus irmãos não tínhamos calçado. A gente ia descalço. Os outros caçoavam, mas tinha um monte de gente na mesma situação.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Leio o que me dão para ler. Sou uma leitora anárquica. Li Monteiro Lobato, que parece algo tão antigo. E também rejeito o que não acho legal. Esses tempos me emprestaram *Marley e eu* [de John Grogan], mas não li porque já tinha visto o filme.

Tendo um tempinho, leio. Levo um livro sempre na bolsa comigo. Leio no trabalho. Leio em casa. Respeito muito o espaço dos outros – se meu marido está no computador, que ele adora, eu vou ler.

Em volta de mim, as pessoas me criticam. Mais os parentes. Dizem que eu estou fechada no meu mundo. Mas no mundo do trabalho eu sou valorizada porque sou leitora.

Tenho uma estante com 12 livros em casa, num lugar de destaque.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

Não sei dizer se os livros mudaram meu comportamento. Mas hoje acho que o que falta para melhorar o mundo é a educação. Se as pessoas lessem mais, o mundo melhoraria. Não tenho vida social, não sou religiosa. Mas tenho boas relações de vizinhança. Tenho vontade de ler para outras pessoas em hospitais.

12. Laurinda Fátima Ferreira de Almeida, 56 anos, ginásio completo, natural de Curitiba. É primeira geração de uma grande família de imigrantes portugueses que vieram para o Paraná na década de 1950, trabalhar na indústria Matte Leão. Casada e mãe de uma filha. Há pouco mais de 20 anos é cuidadora da mãe doente e dona de casa. Administra um pequeno negócio de venda de bordados, em domicílio.

1.º BLOCO [memória familiar]

Meus pais diziam que era importante estudar, embora tivessem poucos estudos. Meu pai não sabia nem ler nem escrever. A gente o via ensaiando a assinatura do nome. E nos impressionava como nunca errava o ônibus: ele decorava o número do bairro do Portão para não tomar a condução errada.

O estudo era particularmente o sonho de minha mãe, que não pôde dar estudos aos sete filhos mais velhos e investiu em mim e em minha irmã mais nova. O estudo para ela seria uma forma de eu ter um emprego bom e uma maneira de saber conversar com as freguesas – ela mesma estava sempre lendo revistas e jornais. Para os irmãos mais velhos ela queria que soubessem um ofício, mas foi mudando de mentalidade com o tempo.

Um dos meninos, mais velho do queeu, terminou o segundo grau. Ela queria que eu fosse professora e mesmo a gente sendo pobre, me pagou colégios particulares. Mas na minha casa não havia livros.

Minha mãe é uma grande contadora de histórias. E viveu uma bela história de amor com meu pai. Talvez venha daí meu gosto por romances e por histórias.

Eu não tive na infância exemplos próximos de pessoas que estudaram. Mas quando eu era aluna do Colégio Santa Terezinha, no ginásio, fiz amizade com uma moça negra, que era filha de advogados. Eu ia estudar na casa dela. Aquilo me impressionou: todas aquelas pessoas tinham estudado.

Depois disso mudou, não sei por quê. Eu só fui revalorizar os estudos muitos anos depois, quando um sobrinho meu se formou na faculdade e me convidou para ir à colação de grau. Levei meu pai, ele achou tudo aquilo lindo. Eu também.

2.º BLOCO [memória de leitor]

Na minha infância, nunca ganhei um livro de presente. Talvez o catecismo. Tenho poucas lembranças de ir a bibliotecas. Meus livros eram os livros da escola, que meus pais custeavam com dificuldades. Na minha casa tinha a revista *Família Cristã* e jornal. E não sei de onde vinha a *Seleções*, que eu devorava.

Uma recordação que tenho é a de um dos meus irmãos. Ele comprou uma enciclopédia sexual. Ficava escondido na casa de uma cunhada, para as crianças não pegarem. O marido dela trabalhava à noite e eu ia dormir lá, para fazer companhia. Ficávamos horas lendo a enciclopédia.

Eu gazeava aula e ia para a casa da minha irmã mais velha, na Água Verde, e ficava lendo a manhã toda. Apanhei de cinta quando minha mãe descobriu. Eu era cobrada por ter o acesso à escola, o que meus irmãos não tiveram.

Minha irmã mais velha tinha uma banca e revistas e uma biblioteca em casa. Tinha uma enciclopédia *Barsa*, que era cara, e outras enciclopédias. Aquilo me impressionava. Tinha tanta coisa para ler e eu queria conhecer tudo. E ali tive acesso às revistas, fotonovelas, que devorava. Acho que gazear aula para ler era uma forma de enfrentar minha mãe, que era muito severa. Mas aconteceu que o gosto pela leitura me distanciou da escola.

Não lembro quando peguei gosto por romances e de onde vinham no começo, antes de minha irmã ter uma banca de revistas. Não sei dizer qual o romance que mais gostei de ler, qual o primeiro, nem autores, fora aqueles indicados pela escola, como Machado de Assis ou José de Alencar.

Eu escondia os romances no meio dos livros de escola, para ler escondido da minha mãe, que era muito rigorosa com os estudos, pois pagá-los era um grande sacrifício. Ler era uma prática proibida, que só me foi liberada depois de casar. Nos primeiros anos, meu marido viajava, só voltava na sexta-feira. E minha sogra cuidava da casa – eu já não tinha tantas obrigações como quando eu morava com a minha mãe. Tinha todo o tempo para ler. O que caía na minha mão eu lia. Depois me rebelei com a história de marido que não me deixava trabalhar e fui trabalhar com minha mãe. Depois ela ficou doente e fiquei cuidando dela.

Até hoje eu gosto mesmo é de literatura sentimental. Sou romântica. Fui educada para ser a boa moça, a boa filha, a boa tia. Estou presa a casa e aos cuidados.

3.º BLOCO [memória escolar]

Estudei no Colégio Imaculada Conceição, hoje Colégio Bagozzi, depois no Colégio Santa Terezinha e ainda no Sagrado Coração de Jesus, onde comecei o Magistério. Eu era uma moça da periferia no meio daquelas gurias que tinham ido para a Europa e que tinham sobrenomes importantes. Tinha muitas obrigações em casa. Quando chegava da escola, as cadeiras estavam todas em cima da mesa, avisando que eu tinha de tirar a cera velha do chão.

Eu era boa aluna. Tão boa que a professora me passava conteúdo do segundo ano. Pulei essa série diretamente para a terceira, pois eu sabia todo o conteúdo. Ia bem em Português. Anos mais tarde, adorava História. Tudo o que fosse de ler eu ia bem. Até ser reprovada por 0,5 ponto na época da admissão, em Matemática. Também ia mal em Química.

Minha mãe foi lá, pedir que me aprovassem. Era tão pouco. De aluna que pulou uma série virei repetente. Aquilo me abalou, acho. Minha mãe pagando com dificuldade, ela queria que eu trabalhasse num banco. Sempre passei de ano dali em diante, mas nunca mais fui uma boa aluna, até desistir de tudo no primeiro ano de Magistério.

Não queria mais – meu namorado não incentivava muito, mas acho que não foi culpa dele. Quando eu abandonei a escola, me senti livre para os livros. Até meus 30 anos li bastante.

Cheguei a pensar em voltar para o Magistério. Vi preços, fui atrás. Mas tive medo de não conseguir acompanhar, de não me lembrar das coisas – de um tempo em diante eu tinha de fazer anotações num papel para não me perder nas histórias que eu lia

O momento mais importante da minha vida foi o nascimento da minha filha. Acompanhei toda a vida escolar dela e até a sétima série eu conseguia seguir tudo o que ela estudava. Fiz o mesmo com alguns dos meus sobrinhos. Quando ela se formou na faculdade, eu me realizei. Consegui dar a ela tudo o que eu não quis ter, afinal eu poderia ter estudado.

4.º BLOCO [práticas de leitura]

Se eu começo a ler, não quero parar. Às vezes, estou fazendo o serviço da casa, e vou deixando e lado, para ler quatro páginas, depois volto. Ponha a roupa de molho e leio no

sofá. Perco a hora, varo a noite. Quando eu andava de ônibus, lia no banco. Mas nos últimos anos eu cuido da minha mãe e foi ficando cada vez mais difícil, pois são muitas tarefas. Tenho de sair da minha casa, dormir na dela. É uma rotina bagunçada.

É um prazer que me foi tirado. Não tenho mais tempo para mim. Mas ela é minha responsabilidade.

Não tenho prática de comprar livros – e acho que só agora, na minha idade [56 anos] me dei um livro de presente. Na minha casa tenho poucos livros, estão no armário do quarto. Mas sonho em ter uma biblioteca. Acho bonito. Mas cheguei a ter assinaturas de revistas, como a *Terra*. Guardo vários exemplares. Ler tem a ver com viajar – e eu nunca pude viajar longe.

Nos muitos anos em que cuido da minha mãe, leio menos. E sinto falta da leitura. Sei que vou retomá-la um dia. Ajuda a me conhecer, a entender o ambiente familiar. Já devo ter me visto nas histórias e nos personagens. E os livros me mostraram a vida que eu gostaria de ter.

Não sei se tem a ver, mas com o tempo fui me tornando cozinheira – fazia bolos, era chamada pelos parentes para cozinhar.

5.º BLOCO [práticas urbanas]

Adoro a minha cidade. Quando tenho oportunidade de sair de casa, eu vou. Tenho vontade de circular no Largo da Ordem. Mas saio pouco. Só para ter uma ideia, nunca fui a uma peça de teatro na minha vida. Eu me transporto pelas cidades só mesmo lendo. Não tive muita escolha. Fico sabendo o que está acontecendo na cidade pelo jornal e pelo rádio.

Mas se estou andando na cidade, gosto de observar as pessoas. Os livros me ajudaram a imaginar. E tem as freguesas da minha mãe. São mulheres ricas, que falam de viagens, de coisas que eu não conheço. Adoro ouvir. Acho que mesmo ficando tanto em casa, sou estimulada o tempo todo.

Tenho medo da violência, mas não fico pensando nisso.

A rua da minha mãe era sem fim, passava o trem lá em baixo. Hoje, às 6 da tarde, tem de esperar para sair daqui, tanto carro. Vi o mundo mudar desde o portão da casa dela.